



VNiVERSiDAD  
D SALAMANCA

**UNIVERSIDADE DE SALAMANCA  
INSTITUTO DE ESTUDIOS DE IBEROAMÉRICA Y PORTUGAL  
PROGRAMA DE DOCTORADO INTERUNIVERSITÁRIO  
ANTROPOLOGIA DE IBEROAMÉRICA**

***A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA DE BASE AÇORIANA  
CATARINENSE ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA E  
DO TURISMO – UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO***

**Telmo Pedro Vieira  
Doutorando**

**Salamanca - Espanha  
2008**

**TELMO PEDRO VIEIRA**

**A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA DE BASE AÇORIANA  
CATARINENSE ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DA  
PESCA E DO TURISMO – UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Doutorado Iberoamericano em Antropologia de  
Iberoamérica, junto ao Departamento de  
Sociologia, da Universidade de Salamanca,  
Espanha.

Orientador: Dr. Dom Angel Espina Barrio

Salamanca – 2008  
Espanha.

*A Deus, a quem então um cântico de louvor e  
ação de graças, por todas as maravilhas realizadas em  
minha vida: somente em Deus tudo foi possível.*

*À minha companheira e esposa Rosneide, e aos meus  
filhos Sara e Francisco, pacientes colaboradores da minha luta  
diária e silenciosa na busca da construção deste projeto e  
incentivadores na realização deste sonho.*

*A todos os emigrantes açorianos que fizeram desta terra  
(Santa Catarina - Brasil), uma terra de sonhos e de realizações.*



## MINHA TERNA E ETERNA GRATIDÃO

A minha família, por todo apoio, carinho e amor, especialmente a Rose, minha companheira, e a Sara e Francisco, meus filhos, por suportarem pacientemente um companheiro e pai distante da vida familiar durante estes últimos anos. No entanto, eles são a razão disto tudo, e é a eles que ofereço esta minha alegria.

Aos meus pais, Pedro e Zilma, que me ensinaram a viver e a valorizar os estudos e a formação acadêmica, e foram para mim, força, apoio e carinho, indispensáveis para quem se dedica à pesquisa e à docência.

Ao Professor Angel Espina Barrio, meu orientador, por compartilhar comigo esta alegria de estar vivendo um momento único da vida dos que se dedicam a pesquisa, a formação acadêmica, também por ser o motivador do meu tema de pesquisa, sendo um interlocutor disposto a oferecer estímulos e, principalmente, a percorrer novos caminhos, se deslocar varias vezes da Espanha para o Brasil, para ouvir com interesse e ânimo todas as questões, dúvidas e problemas que surgiram durante o processo de reflexão. Por ser um interlocutor paciente e generoso e pela coragem de trabalhar com novas idéias e conceitos, correndo os riscos a esta atitude. Por sua amizade principalmente. Pela alegria de trabalharmos juntos. Será sempre o meu orientador.

Ao professor e amigo Dr. D. Juan Andrés Blanco Rodríguez, por ter despertado meu interesse pelas questões das relações históricas, sócio-culturais entre os países Ibéricos e a América e pelas sugestões oferecidas durante a elaboração das Tesina em que foi meu tutor. Pelo seu acolhimento e amizade.

Ao amigo professor e ex-Vicerrector de Planificación e Innovación Docente da Universidad de Salamanca Dr. D. José María Hernández Díaz, por sua acolhida e apoio quando da minha chegada a Salamanca, e pelo carinho que sua família me dispensou durante estada em Salamanca para o período de docência. Meu eterno obrigado.

A Universidade de Salamanca – Espanha, seus professores e funcionários, na pessoa do Prof. Dr. D. Modesto Escobar Mercado - Decano da Facultad de Ciencias Sociales, pelo precioso e

prestimoso contributo à minha formação científica, especialmente, por me ajudarem a mergulhar no mundo da Antropologia Ibero-americana.

Aos professores e amigos Dr. D. Eloy Gómez Pellón da Universidad de Cantábria, Dr. D. José Carlos Venâncio da Universidade da Beira Interior de Portugal, Dr. D. Eufemio Lorenzo Sanz da Universidad Nacional de Educación a Distancia, Dr. D. José Antônio Fernández de Rota da Universidad de La Coruña, Dr. D. David Lagunas Árias da Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo - México, Dr. D. Donizete Rodrigues da Universidade Beira Interior de Portugal, Dr. D. Antônio C. Motta Lima da Universidade Federal de Pernambuco- Brasil, por tudo que fizeram por mim, durante todo o período de formação, sobretudo, pelo exemplo, coerência, testemunho de vida e dedicação aos estudos antropológicos.

Ao amigo e professor Marco Aurélio, não como professor mas como amigo, por partilhar comigo todo o processo de produção da tese, desde o projeto de pesquisa até a revisão deste trabalho, sendo a minha mais importante fonte de apoio intelectual, sem o qual certamente esta tese não chegaria ao fim.

Aos funcionários do Centro Universitário Municipal de São José - USJ, em especial a funcionária e amiga Ellen Prim, que com paciência e maestria digitou parte dos estudos preliminares deste trabalho, tendo a grande e difícil missão de decodificar todos os sinais gráficos dos meus rascunhos.

A todos os amigos de turma que comigo percorreram a trilha do doutorado em Antropologia de Iberoamérica – biênio 2005-2007 - Espanha, por tudo o que construímos juntos: o reconhecimento da amizade e do carinho.

Ao amigo e Padre João Elias Antero, pároco da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, que durante o tempo da pesquisa de campo, foi um grande apoio na busca de informantes e informações, proporcionando um espaço privilegiado de pesquisa na comunidade da Enseada de Brito – Palhoça/SC.

Aos meus informantes cibernéticos, da secretarias municipais de cultura e educação dos municípios do litoral de Santa Catarina, que me deram muitas informações que me permitiram

chegar as que eu lia em jornais, sites, revistas folclóricas e que atualizaram meus conhecimentos da cultura de base açoriana das comunidades onde eles vivem. Agradeço as informações que me foram enviadas.

Enfim, a todos, e foram muitos, que contribuíram – direta ou indiretamente – para efetivação desta tão esperada e importante conquista.

A todos agradeço profundamente, e dedico o resultado do trabalho.

**Telmo Pedro Vieira**

*Salamanca, Novembro de 2008.*

*O saber deve ser como um rio,  
cujas as águas doces, grossas,  
copiosas, transbordem do indivíduo,  
e se espraíem, estancando a sede dos outros.  
Sem um fim social,  
o saber será a maior das futilidades.*

**Gilberto Freyre**

## RESUMO

A presente tese apresenta, através do estudo etnográfico, etnohistórico e cultural, um trabalho de campo e de pesquisa densa em trinta e três municípios do litoral catarinense de colonização de base açoriana, com um estudo pontual e pormenorizado de uma das primeiras comunidades colonizadas no século XVIII, a da Enseada de Brito, no município de Palhoça, no continente frontal da Ilha de Santa Catarina, Sul do Brasil. O objetivo é estabelecer uma análise comparativa com os demais municípios do litoral que tiveram na sua gênese a colonização de base açoriana, a partir de um estudo minucioso da demografia local, mostrando a origem dos migrantes por ilha açoriana. Apresenta-se, através da etnohistória, uma radiografia do contributo da colonização açoriana, no desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, principalmente no desenvolvimento turístico das regiões e seus reflexos na cultura e na economia, representada aqui pela pesca artesanal. O reflexo da realidade ambiental também está presente nesta tese. As transformações sofridas por estas comunidades pela exploração turística e o crescimento da exploração imobiliária nestas regiões do litoral mudaram os biomas naturais, provocando uma reação na economia pesqueira artesanal e na qualidade de vida dos nativos, muitos dos quais abandonaram a comunidade em busca de sobrevivência. São apresentadas também as manifestações culturais de base açoriana, nos mais diversos setores, como o artesanato, as danças, os rituais religiosos e a arquitetura, que marcam a vida dos nativos e demonstram a sua importância como elemento de identificação e integração entre a sociedade. Traça-se também um comparativo da cultura de base açoriana vivida no litoral catarinense com a realidade das nove ilhas do Arquipélago dos Açores, ressaltando aspectos da história e da cultura deste povo, além de sua evolução demográfica e econômica nos últimos anos.

**Palavras-Chaves:** Açorianos – Turismo – Pesca – Etnohistória – Antropologia Cultura

## RESUMEN

La presente tesis presenta, a través de un estudio etnográfico, etnohistórico y cultural, un trabajo de campo y de larga investigación en treinta y tres ciudades del litoral catarinense con colonización básicamente azoriana, con un estudio detallado de una de las primeras comunidades colonizadas en el siglo XVIII, la de Enseñada de Brito, en la ciudad de Palhoça, en el continente frontal de la Isla de Santa Catarina, Sur de Brasil. El objetivo es establecer un análisis comparativo con las otras ciudades del litoral que tuvieron en su génesis la colonización de base azoriana, a partir de un estudio minucioso de la demografía local, mostrando el origen de los migrantes por la isla azoriana. Se presenta a través de la etnohistoria, una radiografía de la contribución de la colonización azoriana, en el desarrollo de la Provincia de Santa Catarina, principalmente en el desarrollo turístico de las regiones y sus reflejos en la cultura y en la economía, representada aquí por la pesca artesanal. El reflejo de la realidad ambiental también está presente en esta tesis. Las transformaciones sufridas por estas comunidades por la explotación turística y el crecimiento de la explotación inmobiliaria en estas regiones del litoral han cambiado los biomas naturales, provocando una reacción en la economía pesquera artesanal y en la calidad de vida de los nativos, muchos de los cuales han abandonado la comunidad en búsqueda de supervivencia. Se presentan también las manifestaciones culturales con base azoriana, en los más variados sectores, como las artesanías, las danzas, los rituales religiosos y la arquitectura, que han señalado la vida de los nativos y demuestran su importancia como elemento de identificación e integración entre la sociedad. Se ha trazado también un comparativo de la cultura con base azoriana vivida en el litoral catarinense con la realidad de las nueve islas del Archipiélago de los Azores, resaltando aspectos de la historia y de la cultura de este pueblo, además de su evolución demográfica y económica en los últimos años.

**Palabras Claves:** Azorianos – Turismo – Pesca – Etnohistoria – Antropología Cultura

## ABSTRACT

The present thesis concerns, through an ethnographic, ethnohistorical and cultural study, a field-based and deep research in thirty-three cities of the Santa Catarina coast from Azorean-based settlement, with a ponctual and specified study on one of the first communities settled in the XVIII century, The Enseada do Brito, in Palhoça, in the frontal continent of the Santa Catarina Island, south of Brazil. The aim is to stabilish a comparative analisis with the other cities of the coastline which had in their genesis in the Azorean-based settlement, from a detailed study of the local demography, showing the immigrant origin by Azorean Island. It presents, through the ethnohistory, a radiography of the contribution of the Azorean settlement in the State of Santa Catarina's development, mainly in the touristic development of the regions and their reflections in the culture and economy, represented here by the rustic fishing. The reflection of the enviromental reality is also present in this thesis. The transformations suffered in these communities by the touristic exploration and the growth of the rental explration in these coastal regions have changed the natural biomass, creating a reaction in the rustic-fishing economy and in the quality of the native lives, who had abandoned their communities in search of surviving. Azorean-based cultural manifestations are also presented in many different sectors as, the hand-made art, the dancings, the religious rituals and the architecture which sight the the life of the locals and demonstrate their importance as element of identification and integration of the society. It also traces a comparative between the Azorean culture lived in Santa Catarina's Coast and the reality of the nine island of the Archipelago of Azores, showing aspects of the history and the culture of the people, besides its demographic and economic evolution in the last years.

**Keywords:** Azoreans – Tourism – Fishing – Ethnohistory – Culture Anthropology

## PRINCIPAIS ABREVIACÕES E SIGLAS UTILIZADAS

Açor/SC	Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
APESC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
Art. / art.	Artigo
BCW	Beto Carrero World
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BNRJ	Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
BPADAH	Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores.
BPADH	Biblioteca Pública e Arquivo Distrital da Horta, Ilha do Faial, Açores
BPADPD	Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Ilha de Soa Miguel, Açores.
BR 101	Rodovia Federal – designada de 101 – que corta o Brasil de norte ao sul do país
CAEP	Conselho Administrativo e Pastoral
CASAN	Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A
CEQUIPEL	Indústria de Móveis Escolares Ltda.
CITUR	Parque Cyro Gevaerd
DOP	Departamento de Oceanografia e Pescas – Universidade dos Açores
Dr.	Doutor
ed.	edição
EPAGRI	Empresa de Pesquisa agropecuária extensão rural de Santa Catarina
etc.	et cetera (lat.) – e as demais coisas
EUA	Estados Unidos da América
fasc.	fascículo
FATMA	Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente de Santa Catarina
GER	Gabinete de Emigração e Regressos
GERASUL	Complexo Jorge Lacerda da Eletrosul
GII	Gabinete de Imigração e Interculturalidade
hab	habitante
hab/Km <sup>2</sup>	habitantes por quilometro quadrado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e prestações de Serviços
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Santa Catarina.
IHIT	Instituto Histórico da Ilha Terceira
IOESC	Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina
km	Quilometro
km <sup>2</sup>	Quilometro quadrado
lat.	latim
LUPLAST	Indústria de Plástico Ltda.
m	metro



MPA	Massa Polar Atlântica
MTA	Massa Tropical Atlântica
NEA	Núcleo de Estudos Açoriano de Florianópolis
NE-SW	Nordeste/Sudoeste
NNE-SSW	Nor-Noroeste/Sul-Sudoeste
N-S	Norte - Sul
NW-SE	Noroeste/Sudeste
PLASC	Plásticos Santa Catarina Ltda.
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SANTUR.	Secretaria de Turismo do Estado de Santa Catarina
SC	Santa Catarina
SDUA	Serviço de Documentação da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores.
séc.	século
SEPLAN/SC	Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento
SOTELCA	Sociedade Termoelétrica Capivari S.A.
TERMOPLAK	Indústria de Copos Plásticos Ltda.
trad.	tradução
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.
Vol. / vol.	volume
vols.	volumes
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA .....	2
1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES DA PESQUISA.....	3
1.3 METODOLOGIA .....	5
1.3.1 A <i>Etnografia como método</i> .....	7
1.3.2 Uma <i>Etnohistória da Enseada de Brito</i> .....	9
1.4 PLANO DA TESE.....	10
1.5 SUBSTRATO TEÓRICO: REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE CULTURA .....	15
1.5.1 <i>Antecedentes históricos</i> .....	15
1.5.2 <i>A expulsão do paraíso</i> .....	17
1.5.3 <i>“A ignorância é vizinha da maldade”</i> .....	19
1.5.4 <i>Raça e Cultura no Contexto Estadual e Nacional</i> .....	22
1.5.5 <i>Sociedades complexas e relativismo cultural</i> .....	26
1.5.6 <i>Possíveis interrelações entre os termos cultura - sociedade - natureza</i> .....	28
<b>2. RETRATO GEOGRÁFICO, AMBIENTAL E HISTÓRICO DE SANTA CATARINA .....</b>	<b>31</b>
2.1 RETRATO GEOGRÁFICO .....	32
2.1.1 <i>O desenho do espaço geográfico catarinense</i> .....	33
2.2 POTENCIALIDADES GEOGRÁFICAS.....	34
2.2.1 <i>Vegetação</i> .....	34
2.2.2 <i>Hidrografia</i> .....	37
2.2.3 <i>Relevo</i> .....	40
2.2.4 <i>Clima</i> .....	43
2.2.5 <i>Solos</i> .....	45
2.3 O ESPAÇO GEOGRÁFICO A INTERVENÇÃO DOS AÇORIANOS COLONIZADORES.....	46
2.4 MEIO AMBIENTE CATARINENSE: DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÕES .....	47
2.5 FLASH DA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CATARINENSE .....	52
2.5.1 <i>Os Séculos XVI, XVII e XVIII</i> .....	53
2.5.1.1 <i>Os núcleos originais</i> .....	56
2.5.1.2 <i>Os Núcleos Secundários</i> .....	57
2.5.1.3 <i>Núcleos Terciários</i> .....	57
2.5.2 <i>Os Séculos XIX e XX</i> .....	59
2.5.3 <i>O Século XX</i> .....	62
2.5.4 <i>Pensando o Século XXI</i> .....	63
<b>3. UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE OS AÇORES .....</b>	<b>65</b>
3.1 GEOGRAFIA, MEIO AMBIENTE E A POPULAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES .....	66
3.1.1 <i>Potencial geográfico dos Açores</i> .....	67
3.1.2 <i>A Gênese humana no arquipélago</i> .....	68
3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO DOS AÇORES.....	72
3.2.1 <i>Capitania Geral</i> .....	73
3.2.2 <i>Sistema autônomo de 1895 a 1976</i> .....	73
3.2.4 <i>O sistema local: vilas e freguesias</i> .....	75
3.3 EVENTOS HISTÓRICOS AÇORIANOS RELEVANTES.....	77
3.4 A ECONOMIA AÇORIANA AO LONGO DOS SÉCULOS.....	79
3.5 A ECONOMIA DOS AÇORES HOJE E PERSPECTIVAS .....	83
3.5.1 <i>Setor Primário</i> .....	84
3.5.2 <i>Setor Secundário</i> .....	85
3.5.3 <i>Setor Terciário</i> .....	86
3.6 OS AÇORES HOJE: ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS .....	87
3.6.1 <i>Touradas à corda</i> .....	89
3.6.2 <i>Ciclo do Divino Espírito Santo</i> .....	89
3.6.3 <i>Festa do Santo Cristo do Milagre</i> .....	90
3.6.4 <i>Festas de São João ou Joaninas</i> .....	91

3.6.5 Arquitetura nos Açores .....	91
3.6.6 Música Popular Açoriana.....	92
3.7 A EMIGRAÇÃO AÇORIANA E SEUS REFLEXOS NO ARQUIPÉLAGO .....	93
3.8 AS POTENCIALIDADES NATURAIS CULTURAIS, HISTÓRICO-ARQUITETÔNICAS E MUSEOLÓGICAS .....	96
3.8.1 Ilha Terceira (Ilha Lilás) .....	96
3.8.1.1 Freguesias .....	99
3.8.1.2 Paisagem .....	102
3.8.1.3 Manifestações religiosas profanas da Ilha Terceira .....	103
3.8.1.4 Artesanato e folclore .....	104
3.8.1.5 Gastronomia .....	105
3.8.2 Ilha do Faial (Ilha Azul) .....	105
3.8.2.1. O Faial e sua Economia .....	106
3.8.2.2. Manifestações religiosas profanas da Ilha do Faial .....	106
3.8.2.3. O Artesanato .....	107
3.8.2.4. Monumentos e Museus .....	107
3.8.3 Ilha do Pico (Ilha Negra).....	110
3.8.3.1 Um pouco de história .....	110
3.8.3.2 A administração da Ilha.....	110
3.8.3.3 A economia da Ilha do Pico .....	111
3.8.3.4 A cultura e o patrimônio da Ilha do Pico .....	111
3.8.4 Ilha de São Jorge .....	112
3.8.4.1. São Jorge e sua História .....	112
3.8.4.2 São Jorge e suas manifestações culturais.....	114
3.8.5 Ilha de São Miguel (Ilha Verde) .....	114
3.8.5.1 Patrimônios Culturais de São Miguel .....	114
3.8.5.2 Festas populares .....	115
3.8.6 Ilha de Santa Maria .....	116
3.8.6.1 Um pouco de história .....	116
3.8.6.2 A economia de Santa Maria .....	117
3.8.6.3 Santa Maria e sua cultura .....	117
3.8.7 Ilha do Corvo.....	118
3.8.7.1 Corvo e sua história .....	119
3.8.7.2 A economia da Ilha do Corvo .....	120
3.8.7.3 Festas e tradições do Corvo .....	120
3.8.8 Ilha das Flores.....	121
3.8.8.1 Aspectos históricos .....	121
3.8.8.2 As Festividades da Ilha das Flores.....	122
3.8.9 Santa Cruz da Graciosa (Ilha Branca) .....	122
3.8.9.1 Organização político-administrativa.....	123
3.8.9.2 Aspectos da Economia de Graciosa .....	123
3.8.9.3 As manifestações Festivas da Ilha.....	124
<b>4. CULTURA AÇORIANA EM SANTA CATARINA – UMA ANÁLISE ETNOCULTURAL.....</b>	<b>125</b>
4.1 SANTA CATARINA: UM ESTADO MULTIÉTNICO.....	126
4.2 PORQUE CULTURA LUSÓFONA CATARINENSE DE BASE AÇORIANA .....	126
4.3 OS ESTEREÓTIPOS DOS ÍTALO-GERMÂNICOS SOBRE O HOMEM AÇORIANO.....	129
4.4 AS MIOPIAS CULTURAIS SOBRE O MODO DE VIVER DO HOMEM LITORÂNEO.....	130
4.5 MOSAICO CULTURAL DE BASE AÇORIANA NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	134
4.5.1 Aspectos etnohistóricos dos 33 municípios catarinenses de base açoriana .....	137
4.5.1.1 Itapoá .....	137
4.5.1.2 São Francisco do Sul.....	139
4.5.1.3 Araquari .....	145
4.5.1.4 Penha .....	149
4.5.1.5 Navegantes .....	154
4.5.1.6 Itajaí.....	155
4.5.1.7 Balneário Camboriú.....	160
4.5.1.8 Camboriú.....	167
4.5.1.9 Itapema.....	169
4.5.1.10 Porto Belo .....	171
4.5.1.11 Bombinhas.....	175
4.5.1.12 São João Batista .....	179
4.5.1.13 Canelinha .....	183
4.5.1.14 Tijucas .....	185
4.5.1.15 Governador Celso Ramos.....	188

4.5.1.16 Biguaçu .....	190
4.5.1.17 São José.....	199
4.5.1.18 Florianópolis (Nossa Senhora do Desterro).....	201
4.5.1.19 Palhoça .....	206
4.5.1.20 Santo Amaro da Imperatriz .....	210
4.5.1.21 Paulo Lopes.....	213
4.5.1.22 Garopaba .....	215
4.5.1.23 Imbituba .....	218
4.5.1.24 Imaruí.....	223
4.5.1.25 Laguna.....	226
4.5.1.26 Capivari de Baixo.....	232
4.5.1.27 Tubarão .....	236
4.5.1.28 Içara .....	239
4.5.1.29 Araranguá .....	241
4.5.1.30 Sombrio .....	246
4.5.1.31 Balneário Gaivota .....	252
4.5.1.32 Santa Rosa do Sul.....	254
4.5.1.33 Passo de Torres .....	257
4.6 ROTEIRO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE BASE AÇORIANA.....	260
4.7 PATRIMÔNIOS NATURAL-PAISAGÍSTICOS, HISTÓRICO-ARQUITETÔNICOS, NATURAL -CULTURAIS E MUSEOLÓGICOS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL CATARINENSE .....	266
4.7.1 Espaços museológicos .....	266
4.7.2 Patrimônio natural-paisagístico .....	270
4.7.3 Patrimônio histórico-arquitetônico .....	274
4.7.4 Patrimônio Natural-culturais .....	291
4.8 EXPRESSÕES DA CULTURA DE BASE AÇORIANA NO LITORAL CATARINENSE. ....	294
4.8.1 Folclore.....	304
4.8.1.1 As Danças.....	304
4.8.1.2 Folguedos .....	322
4.8.2 Literatura popular praticada na Costa Catarinense .....	336
4.8.2.1 Corações e Pão-por-Deus .....	336
4.8.2.2 Pasquim.....	339
4.8.2.3 Trovas.....	340
4.8.2.4 Ditados populares .....	341
4.8.2.5 Causos ou Casos .....	342
4.8.3 Religiosidade .....	345
4.8.3.1 Pagamento de Promessas.....	347
4.8.3.2 Cultos e festas aos Santos.....	348
4.8.3.3 Coberta d'alma .....	349
4.8.3.4 Festas do Divino Espírito Santo.....	350
4.8.4 Mitos, lendas e superstições.....	358
4.8.4.1 Lobisomem .....	359
4.8.4.2 Boitatá .....	360
4.8.4.3 Bruxas .....	360
4.8.4.4 Superstições, crendices.....	361
4.8.5 Medicina popular praticada no litoral de Santa Catarina .....	362
4.8.6 Arquitetura luso-brasileira no litoral de Santa Catarina .....	363
4.8.6.1 Formação urbana.....	363
4.8.6.2 Arquitetura oficial e nacional.....	366
4.8.6.3 Igrejas e teatros do Divino .....	369
4.8.6.4 Ocupação rural e os engenhos .....	371
4.8.7 A multiculturalidade na gastronomia típica do litoral .....	373
4.8.8 Artesanato de referência cultural açoriana.....	375
<b>5. ENSEADA DO BRITO/PALHOÇA/SC: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO E ETNOHISTÓRICO DE UMA COMUNIDADE DE CULTURA DE BASE AÇORIANA .....</b>	<b>378</b>
5.1 RETRATOS GEOGRÁFICOS.....	379
5.1.1 Aspectos do Clima.....	380
5.1.2 Aspectos da Vegetação da Região .....	380
5.1.3 Aspectos dos Solos .....	381
5.1.4 Aspectos da Hidrografia .....	381
5.1.4.1 Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão.....	382
5.1.4.2 Rio Maciambu .....	383
5.1.4.3 Rio da Madre.....	383

5.1.4.4 Cachoeiras .....	384
5.1.5 O distrito da Enseada e suas praias .....	384
5.2 A PRESENÇA DO HOMEM NA REGIÃO .....	387
5.2.1 O homem do sambaqui.....	387
5.2.2 Os índios guaranis .....	389
5.3 FASES DE POVOAMENTO .....	390
5.3.1 Um porto natural .....	390
5.3.2 Os paulistas e a fundação da Enseada de Brito.....	391
5.3.3 A população pré-açoriana .....	394
5.3.4 A chegada dos açorianos .....	396
5.4 PROCEDÊNCIA DOS AÇORIANOS FUNDADORES DA ENSEADA.....	399
5.5 OS TRONCOS FAMILIARES PROCEDENTES DE AÇORES .....	408
5.6 A CONVIVÊNCIA ENTRE PAULISTAS E AÇORIANOS.....	422
5.7 A EXPANSÃO TERRITORIAL .....	422
5.8 O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO SÉCULO XIX ATÉ HOJE .....	425
5.9 HABITAÇÕES NA COMUNIDADE DA ENSEADA DE BRITO: ASPECTOS URBANO-ARQUITETÔNICOS .....	426
5.9.1 Patrimônio Histórico e Arquitetônico da Enseada de Brito .....	430
5.10 RETRATOS HISTÓRICOS .....	431
5.10.1 Cronologia dos momentos históricos na formação da região da Enseada de Brito.....	432
5.11 A PESCA NA ENSEADA DE BRITO .....	443
5.11.1 Os saberes locais da Enseada de Brito.....	444
5.11.2 A divisão do trabalho.....	445
5.11.3 As embarcações e os apetrechos da pesca.....	447
5.11.4 A captura do peixe .....	450
5.11.5 O pescador e a leitura do tempo.....	451
5.11.5.1 As condições do tempo como um fenômeno total .....	453
5.12 RELIGIOSIDADE E TRADIÇÃO NA ENSEADA DE BRITO.....	456
5.12.1 A fé católica e o ethos local .....	456
5.12.2 A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito .....	458
5.12.3 Divino Espírito Santo: maior festa religiosa da comunidade.....	461
5.12.3.1 As bandeiras.....	461
5.12.3.2 O remate de massas e o agradecimento em forma de pão.....	465
5.12.3.3 Os símbolos sagrados.....	466
5.12.3.4 O Casal Festeiro .....	467
5.12.3.5 O Cortejo Imperial .....	469
5.12.3.6 Liturgia, devoção e oferecimento .....	471
5.12.3.7 A Organização da festa e a participação popular no ritual .....	472
5.12.4 Semana Santa na Enseada de Brito .....	475
5.12.5 Festa, performance e devoção .....	476
5.12.5.1 A noção de transformação simbólica em Antropologia.....	476
5.12.5.2 Entre a Cultura e a Razão Prática .....	478
5.12.5.3 As bases simbólicas de uma Antropologia Interpretativa.....	482
5.13 MEDICINA POPULAR E MAGIA NA ENSEADA DE BRITO.....	484
5.13.1 Os remédios caseiros .....	484
5.13.2 As benzeduras .....	486
5.13.2.1 Algumas benzeduras colhidas na região .....	489
5.13.3 As implicações entre saúde, doença e cultura .....	492
5.13.4 Mal-Olhados, Quebrantos e Feitiçaria.....	495
5.13.5 A coberta d'alma no distrito da Enseada de Brito.....	498
5.14 GASTRONOMIA E FOLCLORE NA ENSEADA DE BRITO.....	499
5.14.1 Gastronomia de base cultural açoriana .....	499
5.14.2 O Folclore na Enseada de Brito .....	503
5.14.2.1 Letras de cantorias de ratoeira .....	504
5.15 O JEITO DE FALAR DESSA GENTE .....	505
<b>6. A PESCA E O TURISMO COMO INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA DE BASE AÇORIANA, NO LITORAL CATARINENSE .....</b>	<b>513</b>
6.1 A PESCA E SUA CARACTERIZAÇÃO NA VIDA DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS CATARINENSES .....	514
6.1.1 Rápidas considerações históricas e expectativas da pesca artesanal no Brasil.....	516
6.1.2 A pesca artesanal e sua organização no território brasileiro .....	518
6.1.3 A pesca artesanal em Santa Catarina.....	521

6.1.3.1 Pescadores Artesanais em Atividade .....	523
6.1.3.2 Pescadores a serem legalizados .....	524
6.1.3.3 Quadro dos Pescadores e números de embarcações.....	525
6.1.3.4 Captura das principais espécies.....	526
6.1.3.5 Captura total de pescado por município .....	527
6.1.4 Os pescadores .....	528
6.1.4.1 Os problemas dos pescadores artesanais do litoral catarinense.....	530
6.1.5 A Maricultura como opção de renda e permanência na comunidade pesqueira.....	534
6.1.5.1 Cultivo de Mexilhões: O início da maricultura em Santa Catarina .....	536
6.1.5.2 Ostras .....	537
6.2 TURISMO EM SANTA CATARINA .....	540
6.2.1 Uma visão abrangente do setor .....	540
6.2.2 Santa Catarina e as atividades turísticas.....	541
6.2.2.1 Potencial e produto turístico das macrorregiões .....	542
6.2.2.2 Movimento estimado de turistas em Santa Catarina .....	544
6.2.3 Circuitos e corredores turísticos em Santa Catarina.....	546
6.2.3.1 Circuito litoral de base cultural açoriana.....	547
6.2.3.2 Circuito Vale do Itajaí-Açu/Norte do Estado .....	549
6.2.3.3 Circuito da cultura italiana.....	549
6.2.3.4 Circuito de gastronomia austríaca .....	550
6.2.3.5 Circuito de cultura polonesa .....	550
6.2.3.6 Circuito alemão da Grande Florianópolis .....	550
6.2.3.7 Circuito da cultura italiana do sul catarinense .....	551
6.2.3.8 Circuito da neve e planalto catarinense .....	551
6.2.3.9 Circuito do turismo rural .....	552
6.2.3.10 Circuito das águas termais.....	552
6.2.3.11 Circuito estradas de ferro .....	552
6.2.3.12 Circuito “minas de carvão” .....	552
6.2.3.13 Circuitos religiosos .....	553
6.2.3.14 Circuito ecológico .....	554
6.2.3.15 Circuito de compras .....	555
6.2.3.16 Circuito das festas de outubro.....	556
6.2.3.17 Circuitos de entretenimento e lazer.....	556
6.2.3.18 Circuito de observação da baleia Franca. ....	557
6.2.4 A identidade sócio-cultural de base açoriana e seus reflexos no turismo .....	558
<b>7. CONCLUSÕES .....</b>	<b>564</b>
<b>8. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>568</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - ÁREA TOTAL E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS ESTADOS DA REGIÃO SUL.....	32
TABELA 2 - LIMITES DE SANTA CATARINA, SEGUNDO A POSIÇÃO GEOGRÁFICA E CONFRONTANTES.....	33
TABELA 3 - ÁREA E COMPRIMENTO DOS CURSOS DAS PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE SANTA CATARINA .....	39
TABELA 4 - NÚCLEOS ORIGINAIS (PRIMÁRIOS) DE COLONIZAÇÃO AÇORIANA NO SÉCULO XVIII (1748-56).....	56
TABELA 5 - NÚCLEOS SECUNDÁRIOS DE COLONIZAÇÃO AÇORIANA SURTIDOS DE 1760 – 1880.....	57
TABELA 6 - NÚCLEOS TERCIÁRIOS DE COLONIZAÇÃO AÇORIANA 1882 AOS DIAS ATUAIS.....	58
TABELA 7 - AS PRIMEIRAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E SEUS DONATÁRIOS. ....	73
TABELA 8 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA, ÁREA E POPULAÇÃO DOS AÇORES .....	76
TABELA 9 - EVENTOS CULTURAIS COMUNITÁRIOS DE ARAQUARI .....	149
TABELA 10 - SESMARIAS DOADAS PELO GOVERNADOR DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA NO RIO CAMBORIÚ E REGIÃO, NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.....	161
TABELA 11 - EVENTOS CULTURAIS ANUAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.....	166
TABELA 12 - SESMARIAS DOADAS PELO GOVERNADOR DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA DE 1753-1823. ....	176
TABELA 13 - CALENDÁRIO DE EVENTOS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS .....	190
TABELA 14 - SESMARIAS DOADAS DE 1753 A 1823, BIGUAÇU .....	194
TABELA 15 - DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS – 2001.....	204
TABELA 16 - MOVIMENTO ESTIMADO DE TURISTAS EM FLORIANÓPOLIS.....	205
TABELA 17 - SESMARIAS DOADAS PELO GOVERNADOR DA CAPITANIA NO ATUAL MUNICÍPIO DE PALHOÇA NO SÉCULO XVIII, DE 1753 A 1800.....	208
TABELA 18 - SESMARIAS DOADAS NO CUBATÃO, DE 1753 A 1823, PELO GOVERNADOR DE SANTA CATARINA....	211
TABELA 19 - SESMARIAS DOADAS PELO GOVERNADOR DA CAPITANIA EM IMBITUBA .....	219
TABELA 20 - CALENDÁRIO DE EVENTOS TURÍSTICO-CULTURAIS DE IMBITUBA .....	223
TABELA 21 - SESMARIAS DOADAS NO ATUAL TERRITÓRIO DE IMARUÍ, PELO GOVERNADOR DA CAPITANIA DE SC224	232
TABELA 22 - CALENDÁRIO DE EVENTOS DE LAGUNA. ANO 2006.....	237
TABELA 23 - DOAÇÕES DE SESMARIAS FEITAS PELO GOVERNADOR DA CAPITANIA .....	257
TABELA 24 - EVENTOS CULTURAIS EM SANTA ROSA DO SUL .....	260
TABELA 25 - PRINCIPAIS EVENTOS TURÍSTICOS DE PASSO DE TORRES. ....	268
TABELA 26 - EQUIPAMENTOS MUSEOLÓGICOS DE INTERESSE TURÍSTICO NO LITORAL DE SANTA CATARINA - ANO 2007. ....	271
TABELA 27 - PATRIMÔNIO NATURAL-PAISAGÍSTICOS DE INTERESSE TURÍSTICO – ANO 2006 .....	275
TABELA 28 - MONUMENTOS/EQUIPAMENTOS HISTÓRICO-ARQUITETÔNICO DE INTERESSE TURÍSTICO – 2006 .....	292
TABELA 29 - MONUMENTOS NATURAIS-CULTURAIS QUE REVELAM ASPECTOS DA CULTURA E SABER FAZER DOS ÍNDIOS PRÉ-COLOMBIANOS: .....	296
TABELA 30 - FOLGUEDOS DE BASE CULTURAL AÇORIANA AO LONGO DO LITORAL DE SANTA CATARINA .....	297
TABELA 31 - LITERATURA POPULAR DE BASE CULTURAL AÇORIANA AO LONGO DO LITORAL DE SANTA CATARINA .....	298
TABELA 32 - RELIGIOSIDADE E PRÁTICAS POPULARES DE BASE CULTURAL AÇORIANA AO LONGO DO LITORAL DE SANTA CATARINA .....	299
TABELA 33 - DANÇAS DE BASE CULTURAL AÇORIANA AO LONGO DO LITORAL DE SANTA CATARINA.....	300
TABELA 34 - ARTESANATO DE BASE CULTURAL AÇORIANA AO LONGO DO LITORAL DE SANTA CATARINA.....	301
TABELA 35 - JOGOS E BRINQUEDOS DE BASE CULTURAL AÇORIANA AO LONGO DO LITORAL DE SANTA CATARINA .....	302
TABELA 36 - EQUIPAMENTOS TÉCNICOS DE BASE CULTURAL AÇORIANA EM USO NO LITORAL .....	303
TABELA 37 - ARQUITETURA LUSO-BRASILEIRA DOS SÉCULOS XVIII AO INÍCIO DO XX .....	385
TABELA 38 - PRAIAS DA REGIÃO DA ENSEADA DE BRITO (QUADRO RESUMO).....	388
TABELA 39 - SAMBAQUIS DA REGIÃO DA ENSEADA DE BRITO .....	388
TABELA 40 - SÍTIOS DA REGIÃO DA ENSEADA DE BRITO .....	399
TABELA 41: PROCEDÊNCIA DOS AÇORIANOS FUNDADORES DA ENSEADA DE BRITO .....	407
TABELA 42 – RELAÇÃO DA POPULAÇÃO ALISTADA NOS AÇORES EFIXAÇÃO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA ENSEADA DE BRITO .....	408
TABELA 43 – LISTA NOMINAL DOS TRONCOS FAMILIARES AÇORIANOS FIXADOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA ENSEADA DE BRITO, NO SÉCULO XVIII.....	

TABELA 44 – LISTA NOMINAL DOS TRONCOS FAMILIARES AÇORIANOS MAIS NUMEROSOS, QUE SE FIXARAM NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA ENSEADA DE BRITO, NO SÉCULO XVIII.....	410
TABELA 45 – LISTA NOMINAL POR PROCEDÊNCIA DAS ILHAS DOS AÇORES DAS CÉLULAS FAMILIARES AÇORIANAS FIXADAS NA FREGUESIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA ENSEADA DE BRITO, NO SÉCULO XVIII (1748-56) .....	410
TABELA 46 – LISTA NOMINAL DE PROCEDÊNCIA POR FREGUESIAS AÇORIANA DAS FAMÍLIAS FIXADAS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA ENSEADA DE BRITO, NO SÉCULO XVIII.....	413
TABELA 47 – CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA ENSEADA DE BRITO .....	430
TABELA 48 - COMUNIDADES CATÓLICAS DA PARÓQUIA E SUAS RESPECTIVAS CAPELAS E GRUTAS .....	460
TABELA 49 - FESTEIROS E CASAIS IMPERADORES DA FESTA DO DIVINO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ENSEADA DE BRITO – 1990/2005 .....	468
TABELA 50 - VOCÁBULOS USADO POR PESCADORES .....	509
TABELA 51 - PESCADORES ARTESANAIS EM ATIVIDADES. ....	523
TABELA 52 - NÚMERO DE PESCADORES A SEREM LEGALIZADOS. ....	524
TABELA 53 - PESCADORES E NÚMEROS DE EMBARCAÇÕES.....	525
TABELA 54 - CAPTURA DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES. ....	526
TABELA 55 - CAPTURA TOTAL DE PESCADO POR MUNICÍPIO .....	527
TABELA 56 - POTENCIAL E PRODUTO TURÍSTICO DE SANTA CATARINA.....	543
TABELA 57 - MOVIMENTO ESTIMADO DE TURISTAS EM SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2005 A 2007. ....	544
TABELA 58 - MOVIMENTO ESTIMADO DE TURISTAS COMPARATIVO À POPULAÇÃO LOCAL DE ALGUMAS CIDADES CATARINENSES NO ANO 2001.....	544

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### FOTOGRAFIAS

FOTO 1 – VACAS, LAGOA – ILHA DE SÃO MIGUEL – AÇORES .....	81
FOTO 2 - PESCADORES NO MAR DE PONTA DELGADA - SÃO MIGUEL – AÇORES .....	85
FOTO 3 - DESFILE DAS BANDEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA ILHA DE SÃO MIGUEL.....	90
FOTO 4 - ARQUITETURA PRESENTE NA ILHA TERCEIRA .....	91
FOTO 5 - REGIÃO DOS BISCOITOS ILHA DE SÃO MIGUEL .....	100
FOTO 6 - LAGOA DO FOGO – ILHA DE SÃO MIGUEL – AÇORES .....	115
FOTO 7 - MASSAS COMPRADAS NO LEILÃO COMO PAGAMENTO DE PROMESSA.....	348
FOTO 8 - FESTA DA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES – COMUNIDADE DE SERRARIA.....	349
FOTO 9 – CORTE IMPERIAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO.....	350
FOTO 10 - BODO DO LEITE E DO PÃO NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO.....	352
FOTO 11 - MOMENTO DA COROAÇÃO NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO .....	355
FOTO 12 - VISTA DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO .....	379
FOTO 13 – RANCHOS DOS BARCOS DOS PESCADORES – ENSEADA DE BRITO .....	429
FOTO 14 - MULHERES TRABALHANDO NA LIMPEZA DE CAMARÕES NA PRAIA DA PINHEIRA.....	446
FOTO 15 - PESCADOR MANOEL DOS SANTOS APOSENTADO NO TRABALHO DE CONFECÇÃO DE BALAIOS .....	446
FOTO 16 - PESCADOR OSNI JOSÉ PEREIRA APOSENTADO NO TRABALHO CONCERTO DE REDES .....	448
FOTO 17 – PESCADOR MOSTRANDO OS TIPOS DE REDE .....	449
FOTO 18 - SAÍDA DAS BANDEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO.....	461
FOTO 19 - PADRE TARCISIO, ABENÇOAS AS MASSAS QUE SERÃO LEILOADAS .....	465
FOTO 20 - PADRE COROA O IMPERADOR DURANTE A CELEBRAÇÃO DA MISSA .....	466
FOTO 21 - CORTEJO IMPERIAL PELAS RUAS DA COMUNIDADE .....	470
FOTO 22 - CATÓLICOS MANIFESTANDO SUA FÉ NO CRISTO MORTO.....	475
FOTO 23 - CASAL DE BENZEDORES DA COMUNIDADE DE MORRETES .....	486
FOTO 24 - PRATOS TÍPICOS DA CULINÁRIA LITORÂNEA DE SANTA CATARINA.....	499



FOTO 25 - PESCA NA COMUNIDADE DA PONTA DO PAPAGAIO .....	514
FOTO 26 – LANCE DE PEIXE NA PRAIA DA PINHEIRA .....	527
FOTO 27 - MULHERES DA PRAIA DA PINHEIRA NO PREPARO DO CAMARÃO PARA VENDA .....	534
FOTO 28 - FAZENDA MARÍTIMA DE PRODUÇÃO DE OSTRAS .....	535

## MAPAS

MAPA 1 – CAMINHOS DA TESE, ENTRE BRASIL E AÇORES. ....	11
MAPA 2 - REGIÃO SUL DO BRASIL .....	34
MAPA 3 – DIÁSPORA LUSO-AÇORIANA NO MAPA MÚNDI.....	56
MAPA 4 - ORIGEM DO POVOAMENTO – SEPLAN/SC .....	62
MAPA 5 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES.....	67
MAPA 6 – FAIXA LITORÂNEA DE SANTA CATARINA E OS MUNICÍPIOS DE CULTURA DE BASE AÇORIANA. ....	134

## GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PROCEDÊNCIA POR ILHA DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES DOS COLONIZADORES AÇORIANOS DE ENSEADA DE BRITO – 1750.....	402
GRÁFICO 2 - PROCEDÊNCIA DA ILHA DO FAIAL .....	402
GRÁFICO 3 - PROCEDÊNCIA DA ILHA DA GRACIOSA .....	403
GRÁFICO 4 - PROCEDÊNCIA DA ILHA DO PICO .....	404
GRÁFICO 5 - PROCEDÊNCIA DA ILHA DE SÃO JORGE .....	404
GRÁFICO 6 - PROCEDÊNCIA DA ILHA DE SÃO MIGUEL .....	405
GRÁFICO 7 - PROCEDÊNCIA DA ILHA DE SANTA MARIA .....	406
GRÁFICO 8 - PROCEDÊNCIA DA ILHA TERCEIRA .....	407
<b>GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MEXILHÕES EM SANTA CATARINA (1990-2006).....</b>	<b>537</b>
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE OSTRAS EM SANTA CATARINA (1992-2006).....	538

# **1. INTRODUÇÃO**

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 A Contextualização da Pesquisa

Ao olharmos o mapa de Santa Catarina, sul do Brasil, percebemos a gigantesca ocupação do litoral pelos açorianos, que se processou de meados do século XVIII (1748-56) e se expandiu até metade do século XX, dando uma noção do grande avanço populacional que ocorreu no estado catarinense, tendo início com a imigração dos ilhéus do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira<sup>1</sup> (PIAZZA, 1992).

Neste estudo etnográfico, etnohistórico e etnocultural queremos apresentar a odisséia realizada por 6.000 açorianos que fizeram da costa catarinense um espaço de sonhos, movidos pelas promessas da coroa Portuguesa<sup>2</sup>. A busca de vida com qualidade, e a esperança de novos tempos, impulsionou os colonizadores a vencerem o medo do desconhecido. Numa luta desigual venceram as intempéries de uma travessia do Atlântico, superaram as angústias provocadas pela saudade e transformaram este pedaço de chão numa terra que foi tida, pelos primeiros que nela aportaram, como um pedaço do céu.

Esta colonização é responsável pela ocupação humana de todo litoral, dando uma feição luso-açoriana para o estado em destaque. A originalidade do tema está na investigação com enfoque antropológico do resultado desta colonização para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina, no que tange aos aspectos do turismo e das transformações surgidas com o desenvolvimento das comunidades litorâneas que tiveram sua gênese na colonização açoriana e são possuidoras de colônias de pescadores, que ainda vivem da pesca artesanal.

O reflexo ambiental também está presente neste estudo. As transformações sofridas por estas comunidades pela exploração turística, de forma a mudar os biomas naturais, os recursos naturais e aqui provocando uma reação na economia pesqueira artesanal e a qualidade de vida dos nativos, levaram muitos a abandonarem sua comunidade em busca de sobrevivência em outras cidades e em diferentes setores da economia.

---

<sup>1</sup> PIAZZA, Walter F. **A Epopéia Açórico Madeirense (1747-1756)**. Editora da UFSC; Editora Lunardelli. Florianópolis: 1992, 490 p.

<sup>2</sup>Ver anexo: Edital para o alistamento dos “Casais”- Exemplar da Biblioteca Central da Universidade dos Açores, cedido, por cópia, pelo Prof. Dr. Nereu do Vale Pereira. Publicado também: Walter Piazza, *Epopéia Açórico-Madeirense – 1748-1756*. Florianópolis. Editora Lunardelli. 1992.

A presente tese procede a uma análise comparativa, uma etnografia entre a vida nos Açores e as comunidades de base açoriana de Santa Catarina, procurando mostrar que a par dos troncos culturais comuns às duas regiões, muitas manifestações mantiveram-se quase que intactas e outras assumiram direções diferenciadas, gerando estruturas socioculturais e econômicas próprias.

Outro componente apresentado pela presente tese, é a transformação causada na vida dos nativos, principalmente os pescadores e as transformações da cultura popular por um turismo predatório, sem planejamento e gerador da expulsão de muitos pescadores de suas comunidades tradicionais mostrando a ausência de políticas públicas no que diz respeito ao apoio as comunidades da costa catarinense.

## **1.2 Objetivos e Hipóteses da Pesquisa**

Diante da grandeza da extensão territorial da colonização de base açoriana, resultado das suas fases de expansão optou-se por uma abordagem de matriz antropológica, auxiliada por estudos etnohistóricos, culturais e demográficos, cujo arcabouço teórico-metodológico possibilitasse o alcance do objetivo geral desta tese: analisar as transformações da cultura de base açoriana catarinense através do desenvolvimento da pesca e do turismo.

A busca do objetivo geral possibilitou, por extensão, que se estabelecessem os objetivos específicos, definidos como: a) traçar um perfil etnohistórico, socioeconômico e cultural de trinta e três comunidades de colonização de base açoriana de Santa Catarina, onde se desenvolveu a pesquisa de campo; b) da mesma forma, analisar o potencial turístico de cada uma das comunidades estudadas que formam o mosaico cultural de base açoriana; c) analisar sob a ótica antropológica a vida da comunidade pesqueira da região da Enseada de Brito (Palhoça/SC), levando em consideração todo conhecimento local produzido; d) realizar um estudo etnohistórico da comunidade da Enseada de Brito, mostrando a sua evolução histórica e demográfica; e) traçar um comparativo dos traços que marcam a vida do homem açoriano e o homem litorâneo catarinense, descortinando as expressões culturais de cada um; f) contribuir para ampliação do resgate da cultura de base açoriana e analisar suas relações com a expansão do turismo e a transformação das comunidades pesqueiras da costa catarinense.

A amplitude geográfica do trabalho de campo, onde envolveu trinta e três municípios do litoral catarinense e tendo focado mais detalhadamente através de uma etnografia a comunidade de Enseada de Brito/Palhoça, frontal à capital do estado, Florianópolis, e somado a

grande quantidade de informações preliminares obtidas em campo, possibilitaram a formulação de hipóteses quanto as transformações da cultura de base açoriana catarinense através do desenvolvimento da pesca e do turismo.

A primeira hipótese da qual parti, neste trabalho, é a de que com o crescimento turístico da região litorânea do estado de Santa Catarina, a costa catarinense sofreu um grande impacto na forma de ocupação do espaço territorial, a exploração imobiliária e a ausência de um plano diretor de organização urbana dos balneários somado com o conseqüente aumento da população nessas regiões, provocou a expulsão dos nativos, pela oferta financeira da compra de suas propriedades à beira mar.

A segunda hipótese, diz respeito à realidade ambiental do litoral, que com a expansão do turismo de verão, com um elevado aumento da densidade populacional e a conseqüente ausência de infra-estrutura dos balneários, provocou um processo de poluição da orla marítima, como se constata durante todo o ano através dos gráficos de balneabilidade apresentados à comunidade pela Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA<sup>3</sup>, provocando uma transformação ambiental, levando ao desaparecimento de espécies e a uma extinção de muitos organismos da vida marinha com conseqüente prejuízo econômico para os pescadores artesanais. A presença de uma população sazonal, sem a preocupação com a manutenção da vida marinha, contribuiu para a pesca predatória e conseqüente desaparecimento das espécies que buscam a região para se reproduzirem.

A terceira hipótese é sobre os aspectos culturais de base açoriana, que vem sofrendo uma interferência na sua forma de se manifestar. Primeiramente pela diversidade étnica dos turistas que passam a ocupar o litoral, no período de veraneio, que vai de novembro a março, causando uma diversidade cultural muito grande, transformando muitas das manifestações locais. As mais atingidas são as festas religiosas e o folclore. Além, de também introduzirem aspectos culturais externos aos vividos pelos nativos, no que tange a organização social, econômica e cultural.

A última hipótese que pretendo apresentar está diretamente ligada ao turismo e a cultura de base açoriana. O incremento turístico do litoral catarinense teve sua sustentação não somente pelas belezas naturais, que marcam a costa, mas também pela riqueza cultural, produzida pelos nativos, principalmente nas comunidades pesqueiras, fazendo destes espaços

---

<sup>3</sup>FATMA é o órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina. A pesquisa de Balneabilidade é um trabalho realizado sistematicamente pela FATMA (Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina) desde 1976, seguindo as normas da Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Ele começa com a coleta de amostras da água do mar em mais de 180 pontos dos 500 quilômetros da costa catarinense. Dados de Balneabilidade podem ser conferidos na seguinte pagina: <http://www.fatma.sc.gov.br/servico/balneabilidade.htm>

naturais, um local de lazer, de entretenimento pelas manifestações da cultura, culinária, e que passam a ser usadas como marketing turístico.

### **1.3 Metodologia**

No plano de investigação exercitei a etnografia no sentido pleno do termo, principalmente no que concerne à vivência intensiva nos contextos, transformando a minha aproximação com os grupos pesquisados em experiências criadoras para um trabalho interpretativo. Além de entrevistas, utilizei-me de enorme gama de documentos produzidos e divulgados pelos ativistas durante as atividades de militância cultural.

A presente tese apresenta os resultados da minha pesquisa de campo – realizada entre 2005 e 2007 – com o movimento açorianista de Santa Catarina, com os pescadores de toda costa catarinense e principalmente da localidade da Enseada de Brito, distrito do município de Palhoça, além da interação com agentes produtores de cultura dos municípios de população de ascendência açoriana do litoral de Santa Catarina e com os responsáveis pela implementação de políticas públicas de turismo na esfera estadual e municipal.

O trabalho de campo teve início já no final de 2005, quando passei a conviver com os pescadores da comunidade da região da Enseada de Brito, estendendo-se até final de 2006. Neste período a minha estada na comunidade estudada foi prolongada, e destinou-se à observação etnográfica da vida dos pescadores e de toda comunidade. Este período de vivência na comunidade me possibilitou preencher um conjunto de lacunas informativas que foram sendo detectadas à medida em que fui sistematizando os dados do meu trabalho de campo. Com o transcorrer da investigação a minha familiaridade com as pessoas foi aumentando, pude participar em reuniões, acompanhar a vida diária dos pescadores, desde o colocar a rede no mar, antes do nascer do sol, até o momento do arrasto dos peixes, bem como acompanhar a vida diária da família dos pescadores.

Já em 2007, numa segunda etapa, realizei simultaneamente a investigação na comunidade da Enseada de Brito e o trabalho de campo nos 33 municípios de populações de ascendência açoriana e que apresentavam uma relação com os objetivos propostos pela tese. Este trabalho de investigação foi de fato em grande medida constituído pela observação, acompanhamento e registro etnográfico de dezenas de iniciativas: de festas a seminários e conferências, de cursos a desfiles, de exhibições de grupos folclóricos a lançamentos de livros, de apresentações de documentários televisivos a audiências públicas.

De muitas dessas iniciativas fui um mero – embora atento – espectador; noutras, porém, tive uma intervenção direta, que a antropologia chama de observação participante. Em todas elas, para além do registro da ação, aproveitei para falar com as pessoas, fazendo-lhes perguntas ocasionais ou encetando conversas mais prolongadas. A forma tradicional da observação participante, em que o antropólogo busca vivenciar determinada situação com os sujeitos de sua pesquisa<sup>4</sup>, me trouxe a compreensão que almejo aqui. Em outros momentos marquei presença mais como um observador que participante, ao percorrer esses lugares, talvez seguindo a idéia de “caminhada” de Magnani.

A caminhada - pelo efeito de estranhamento que induz - permite treinar e dirigir o olhar por uma realidade inicialmente tida como familiar e conhecida. Para tanto deve obedecer a um *timing* que a distinga do andar apressado e alheio do usuário habitual, assim como do passeante descomprometido<sup>5</sup>.

No entanto, não realizei uma simples “observação de pássaros”, mas é que muitos detalhes que pretendia interpretar exigiram de mim uma observação mais atenta, como nos momentos considerados chaves de manifestações da cultura de base açoriana. Também percorri os itinerários que fazem parte do cotidiano desses moradores da Enseada de Brito, na praia, nos quintais, nas ruas, nos estabelecimentos comerciais, na igreja. Para seguir tal itinerário não foi possível que eu me apoiasse apenas na existência de aparatos físicos, o que acabou por exigir uma observação mais apurada.

Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção - a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores<sup>6</sup>.

Minha tese foi construída a partir de um recorte teórico e da escolha de determinadas técnicas de campo que podem legitimar o fazer antropológico. Mas foi através de uma vivência que extrapola o sentido da observação participante que construí boa parte desta pesquisa. Um olhar que circula por vários lugares e participa na construção de sentidos.

<sup>4</sup> FOOT-WHITE, William. 1980. “Treinando a observação participante”. in ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.

<sup>5</sup> MAGNANI, José Guilherme Cantor. 1996. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. in MAGNANI, José Guilherme & TORRES, Lillian de Lucca (org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo, EDUSP/FAPESP. p.36.

<sup>6</sup> *Idem*, pp. 37-38.

Muitas também foram as entrevistas planejadas, com objetivos específicos, principalmente com a comunidade pesqueira da Enseada de Brito. Tive também a preocupação de reunir e examinar a produção escrita a respeito do objeto da tese, desde os *folders* de difusão até às notícias de jornais, passando por minutas de reuniões preparatórias e/ou relatórios. Além das atividades que assisti, tive também a preocupação de fazer o levantamento, necessariamente mais breve, de outras que não pude ver, recorrendo para isso aos arquivos das várias organizações e, ainda, a matérias de jornais.

A terceira instância de observação na minha pesquisa, por fim, foi constituída pelos produtores e defensores da cultura de base açoriana, que também podemos chamar de militantes do movimento açorianista de Santa Catarina. Eles são não só a face visível das diferentes organizações, tanto as governamentais ou não governamentais (ONGs), implicadas no movimento, como são os seus protagonistas e articuladores. Foram, nessa exata medida, os meus principais informantes. O meu trabalho com eles envolveu a realização de inúmeras entrevistas abertas. Mas, sobretudo, quando foi possível, o meu trabalho com os ativistas do açorianismo baseou-se em contatos mais informais, que tiveram lugar tanto no decurso das reuniões em que participei ou de iniciativas a que assisti, como durante inúmeras conversas sem gravador.

Além do registro etnográfico dos autores da defesa do açorianismo e dos nativos que vivem diariamente a realidade da cultura de base açoriana, minha pesquisa teve um direcionamento importante na observação das reações desses nativos ao processo de transformação da Enseada de Brito, tomada assim como comunidade referência para o estudo proposto pela tese.

### **1.3.1 A Etnografia como método**

Geertz vai defender no ensaio *Descrição Densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura*<sup>7</sup> a cultura como um conceito semiótico (símbolos, signos, sinais), apoiando-se em Max Weber para quem o homem é um animal amarrado em teias de significado. Para Geertz, a cultura seriam essas teias que devem ser analisadas não se buscando uma teoria, mas a interpretação e o significado dessas teias.

Foi daí que a antropologia tornou-se uma disciplina de caráter interpretativo da cultura e não como explicadora de realidades totais. Toma-se como premissa que viver em um dado

---

<sup>7</sup> GEERTZ, Clifford.. 1989. “Por uma teoria interpretativa da Cultura”. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC.



sistema cultural significa interpretá-lo. Sendo assim, o antropólogo pode buscar estas interpretações (de segunda mão, é claro) encontrando em seu próprio universo cultural de significados que possam interpretar a realidade estudada.

Geertz defende que a melhor maneira de compreender uma ciência não é buscando suas principais teorias, mas sim dando uma olhada naquilo que os cientistas fazem. No caso da antropologia, o que os antropólogos fazem é a *Etnografia*. Podemos pensar a etnografia como um texto em que os antropólogos ou outros pesquisadores que podem adotá-la, descrevem os fatos observados num determinado lugar (sociedade, tribo, bairro, país, etc.).

Mas não se trata de uma descrição qualquer que apresenta os fatos em superficialidade, mas sim uma descrição densa com o significado, a interpretação desses fatos. Ele cita como exemplo os dois garotos que piscam o olho direito: um pisca por se tratar de um tique nervoso involuntário; o outro como um sinal de conspiração. Os dois atos, se observados do ponto de vista fenomenológico, apresentariam nenhuma diferença. Para o behaviorista radical seria apenas a contração de um mesmo músculo. Mas sabemos que, entre um tique nervoso e uma piscadela conspiratória há muita diferença.

A etnografia não é, desta forma, apenas uma descrição de costumes e práticas culturais. Ela deve ser pensada em termos de uma “descrição densa”: uma hierarquia estratificada de estruturas significantes, por meio da quais os tiques nervosos, as piscadelas, as imitações destes atos são produzidos, percebidos e interpretados.

A cultura é entendida por Geertz como um documento público<sup>8</sup>. Não está na cabeça de ninguém mais é uma idéia compartilhada. Não é uma entidade oculta, mesmo que não seja física. São códigos compartilhados socialmente. É possível buscar a cultura, através das interpretações da ação social, da sua importância num determinado contexto, do que está sendo comunicado com sua agência; “seja esta ação social um ridículo, um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho”. A ação é simbólica, ou seja, ela pode ser entendida como um comentário da cultura.

É neste sentido que a nossa definição de cultura se transforma, uma vez que dizer que a cultura é um conjunto de hábitos, costumes, etc., nada explica. O mesmo costume pode estar presente em mais de um contexto cultural, dentro do qual ele terá significação própria e talvez diversa de outro contexto. Estar numa ou pertencer a uma cultura é estar situado entre as pessoas que fazem parte dela. Não basta dominar um código público, o que de fato a cultura é. É

---

<sup>8</sup> *Idem*, p. 22.

preciso compartilhar e se familiarizar com um “universo imaginativo” que dá sentido às ações.

A pesquisa etnográfica como experiência pessoal consiste em situar-se em determinado universo de significado, buscar a base imaginativa de tais ações. O antropólogo não tem a intenção de tornar-se um nativo, mas deve conseguir “conversar” com estes nativos. Ele não vai falar por alguém, mas falar a alguém.

### ***1.3.2 Uma Etnohistória da Enseada de Brito***

A etnografia que realizei foi também informada por uma visão histórica desde a gênese da colonização açoriana do litoral catarinense, até os dias de hoje, como também mergulhei através de fontes bibliográficas na formação histórica do arquipélago dos Açores, pois seria impossível falar da acorianidade catarinense, sem ter presente esse percurso histórico. Para reconstituí-lo, recorri ao exame metódico de todas as fontes primárias possíveis, em transcrições confiáveis realizadas pelos mais eminentes estudiosos da conquista da região e a análise aprofundada do contexto etnohistórico em que ocorreram os fatos. Quando secundária as fontes, apoiaram-se em consulta de vários artigos e obras publicadas (livros, jornais, etc.), de arquivos de organizações as mais diversas, desde as universidades catarinenses, passado pelo arquivo arqui-diocesano de Florianópolis, pelo arquivo histórico do Rio de Janeiro, Arquivo Ultramarinho de Portugal e dos Açores, com uma inserção mais profunda no Instituto Histórico de Santa Catarina, e no NEA - Núcleo de Estudos Açoriano de Florianópolis<sup>9</sup>. Beneficiei-me também do surgimento de diversos fóruns de debates sobre a cultura de base açoriana, como sobre o desenvolvimento turístico de Santa Catarina.

No capítulo específico sobre a comunidade da Enseada de Brito, com o objetivo de se estudar os dados paroquiais de forma clara, dentro da investigação demográfica utilizamos as técnicas de coleta e análise de dados da demografia histórica, construindo-se tabelas, gráficos estatísticos e listas nominais, que permitiram a identificação quantitativa e nominal da procedência dos imigrantes açorianos, por ilhas e freguesias. Estes gráficos e quadros comparativos me auxiliaram no trabalho de comparação entre o alistamento nas ilhas (Açores) com a população açoriana que se estabeleceu na Enseada.

---

<sup>9</sup> O Núcleo de Estudos Açorianos – NEA, da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado em 1984, e tem como propósito realizar pesquisas em prol do resgate da cultura açoriana. Hoje, além das pesquisas, trabalham com a preservação e divulgação da cultura de base açoriana no Estado de Santa Catarina.

Importante salientar o período de estada nos Açores, onde realizei uma etnografia, no que tange aos aspectos culturais, principalmente das manifestações religiosas, onde pude conhecer a arquitetura e a gastronomia do Ilhéu açoriano. Também, foi momento único para estabelecer contatos com novos informantes que propiciaram uma visão mais profunda do tema.

A pesquisa que realizei me proporcionou uma dupla vivência no campo antropológico. O primeiro quando apliquei os métodos da antropologia clássica, estudar um grupo social menor, neste caso a comunidade pesqueira da Enseada de Brito/Palhoça, por outro lado, quando percorri o caminho para a formatação do mosaico catarinense e busquei elementos teóricos e práticos sobre a cultura popular e mesmo quando investiguei todo o processo das políticas públicas de turismo, os meus interlocutores eram meus iguais, tanto do ponto de vista social, como do cultural: na sua maioria, eram pessoas da classe média, com instrução universitária. Mais do que isso: eram como eu próprio, especialistas em noções e conceitos relacionados com “cultura”. Alguns eram mesmo antropólogos. Mas mesmo os que não eram, trabalhavam com idéias sobre “cultura popular”, “tradição”, “identidade”, “folclore” e etc. Uma parte da sua militância açorianista passava também por fazer etnografia.

Além destas fontes, tratamos de consultar as obras fundamentais a uma abordagem aprofundada da Antropologia voltada ao tema em estudo, valendo-nos da tecnologia que veio facilitar a vida dos pesquisadores, a rede mundial de computadores – Internet – repertório do saber nas várias formas do conhecimento humano. A Internet nos proporcionou, além da pesquisa e localização de fontes, a aquisição no exterior de inúmeras obras, em especial em Portugal e nos Açores, verdadeiras raridades, esgotadas ou inexistentes em bibliotecas catarinenses e brasileiras.

#### **1.4 Plano da Tese**

A presente tese pode ser vista como um instrumento de apoio às políticas públicas voltadas primeiramente para direcionamento das atividades turísticas, no que tange ao litoral catarinense. Segundo, apresentar a realidade das comunidades pesqueiras, quanto à preservação da cultura popular de base açoriana como também servir de substrato teórico para embasar projetos de apoio a estas comunidades, principalmente diante das transformações que estão sofrendo frente ao desenvolvimento turístico predatório e sem planejamento, que atinge diretamente os nativos, levando-os ao êxodo para as regiões urbanas periféricas.



**Mapa 1** – Caminhos da tese, entre Brasil e Açores.

No primeiro capítulo, com o título “Retrato Geográfico, Ambiental e Histórico de Santa Catarina”, iniciei uma descrição e análise do desenho do espaço geográfico de Santa Catarina, ressaltando suas potencialidades no campo da hidrografia, do relevo, da vegetação, do clima e do solo, por entender que estes aspectos são fundamentais no desenvolvimento econômico e sociocultural do Estado. Focamos dentro deste capítulo a intervenção açoriana, desde o início da colonização em 1748. Também apresentamos uma análise da relação homem/terra, apontando o desenvolvimento ocorrido e seus impactos no meio ambiente.

Os aspectos históricos foram abordados dentro do contexto da ocupação do território catarinense, da sua colonização. Privilegiamos este aspecto por estar diretamente ligado ao tema proposto pela presente tese, que é formação do território catarinense.

No segundo capítulo, mergulhamos na história dos Açores. Percorremos a história desde o lugar primeiro, quando da ocupação do arquipélago pelo homem até os dias atuais. Analisamos, na tentativa de traçar um paralelo, o potencial geográfico de todo arquipélago, principalmente por ter uma característica vulcânica.

Através da etnohistória apresentamos a evolução histórico-administrativo dos Açores. Desde as capitanias hereditárias até criação da Região Autônoma dos Açores – 1976. Apresentamos o sistema local: vilas e freguesias e confrontamos com a divisão administrativa política de Santa Catarina. A economia açoriana ao longo dos séculos foi apresentada, desde o ciclo do trigo, passando pelo ciclo dos pastéis, da laranja, do ananás, baleeiro, chegando ao ciclo da pecuária leiteira.

A economia dos Açores hoje e suas perspectivas, também foi estudada neste capítulo. Descrevemos o seu desenvolvimento desde o setor primário até o terciário. Aproveitamos para analisar a contribuição açoriana à economia do litoral catarinense.

Ainda neste capítulo, nos debruçamos sobre os Açores hoje – aspectos socioculturais, realizando uma etnografia das manifestações culturais mais fortes do arquipélago. Desde as “Touradas à corda”, passando pelo “Ciclo do Divino Espírito Santo”, pela “Festa do Santo Cristo do Milagre”, e concluímos as descrições das festas com as “Festas de São João ou Joanninas”. A arquitetura nos Açores, recebeu uma análise mais rápida, mais foi focado o contributo desta arquitetura para o litoral catarinense e por fim apresentamos também de forma bastante resumida a “Música Popular Açoriana”.

Finalizando o capítulo, descrevemos todas as ilhas, dando ênfase nas suas potencialidades naturais-paisagísticas, naturais-culturais, histórico-arquitetônicas e museológicas e suas implicações no desenvolvimento turístico. Apresentamos com mais detalhes as Ilhas Terceira e Graciosa, por entendermos que as suas manifestações culturais contemplaria as demais.

No terceiro capítulo, “Cultura de Base Açoriana em Santa Catarina”, examinamos com muito cuidado a formação das comunidades do litoral catarinense que tiveram sua gênese na colonização açoriana. Examinamos este processo geohistórico de expansão. Ao longo dos 500 quilômetros do litoral catarinense, têm-se diversas microrregiões de base cultural açoriana, com especificidades culturais próprias. Caracterizado como um estado multiétnico além desta cultura de base açoriana encontramos outras culturas de origem européia e africana. São 33 municípios escolhidos para esta tarefa de pesquisa e de análise desde o extremo Norte até ao extremo Sul de Santa Catarina. Buscamos analisar o conceito “cultura lusófona catarinense de

base açoriana”, que tem sustentado muitos dos discursos como resposta as variáveis apresentadas por muitas das manifestações culturais do litoral.

Neste capítulo verificamos, no subtítulo “Os estereótipos dos ítalo-germânicos sobre o homem açoriano e seus descendentes”, a dimensão etnopolítica do movimento açorianista, integrando-o no quadro mais geral da competição interétnica no Estado de Santa Catarina.

Ainda neste capítulo após as análises anteriores, dedicamos a desenvolver uma descrição densa, sob a ótica da etnohistória dos 33 municípios que formam o mosaico cultural de base açoriana no litoral de Estado do Santa Catarina. Foram meses de muita pesquisa e de muito trabalho de campo. O resultado nos dá uma ampla visão de todo processo de formação desta comunidade (municípios). Podemos observar como os luso-açorianos assimilaram valores das diversas culturas presentes nestes espaços geográficos, resultado da miscigenação que ocorreu ao longo dos tempos, e as praticam no dia-a-dia, como parte de sua cultura, nas danças, gastronomia, habitação, na religiosidade e mesmo nas práticas diárias de seus afazeres, como na pesca e no artesanato.

Damos também destaque nesta investigação aos patrimônios naturais-paisagísticos, histórico-arquitetônicos, naturais-culturais e museológicos dos municípios do litoral catarinense estudados. Apresentamos as expressões da cultura de base açoriana no litoral catarinense, entre eles os folguedos, a literatura, a religiosidade, as danças, artesanatos, jogos e brinquedos, equipamentos de trabalho e arquitetura, além da medicina popular.

No quinto capítulo, exercitamos uma etnografia tradicional, com o título “Enseada de Brito/Palhoça - SC – Um estudo Etnográfico e Etnohistórico de uma comunidade de cultura de base açoriana”. Este capítulo demonstra na essência a vida dos descendentes dos açorianos no litoral catarinense. Mostra que muitas tradições e hábitos trazidos pelo colonizador continuam a formar o *ethos* e a visão de mundo desta comunidade. Desnuda parte das inúmeras indagações a respeito do processo de colonização, da vida diária destes novos brasileiros, sua cultura, suas atividades econômicas, religiosas, enfim, busca compreender, através dos métodos etnográficos, histórico e demográfico, a contribuição dos açorianos na vida do povo catarinense, especificamente na comunidade da Enseada.

A reflexão inicia a partir dos dados estatísticos sobre a emigração/imigração açoriana, derivando progressivamente para análises específicas, fundamentadas em séries estatísticas, elaboradas a partir dos eventos essenciais ocorridos nas respectivas paróquias. Estas por sua vez, têm como fonte de informação básica os registros da paróquia: batizados, casamentos e óbitos, que oferecem a vantagem de radiografar a dinâmica sócio-demográfica da população

estudada, quase impossível de ser registrada por estatísticas oficiais, tanto por serem raras para o Brasil no século XVIII, como por não conterem dados sobre a dinâmica das famílias como unidades sócio-reprodutoras. Nosso objetivo com esta investigação etno-histórica, da colonização açoriana na comunidade da Enseada de Brito é mergulhar no estudo da cultura deste povo, desta comunidade que se mantém ainda hoje, apesar de sofrer influência de outras vertentes culturais, além de verificar o reflexo dela no desenvolvimento sócio-econômico-cultural da região. Para isto se fez necessário investigar a procedência dos imigrantes por ilhas e freguesias, como a estrutura familiar dos chegados em terras catarinenses.

A análise dos dados estatísticos levantados e confrontados com as listas de embarcados, mostram que um grande número dos imigrantes açorianos, vindos para o litoral catarinense no século XVIII, localizou-se na freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito. Esta análise mostra o grau de importância desta comunidade para o estudo no contexto da colonização açoriana no Brasil meridional. Dentre as que pertencem ao núcleo original de ocupação é a que mais manteve os traços originais resultantes da colonização.

Realizo uma descrição densa da vida da comunidade, desde os aspectos geográficos e ambientais até os aspectos históricos de formação da comunidade. Busco destacar além da pesca artesanal, que é atividade econômica de maior destaque, os saberes locais produzidos e assimilados durante muitos anos, como também a divisão do trabalho e a cultura popular por eles praticada. Apresento as alterações do modo de vida, sofrido pela intervenção ao meio ambiente de forma predatória e pela exploração imobiliária e o turismo de verão.

No capítulo sexto, “A Pesca e o Turismo como Fatores de Transformações da Cultura de Base Açoriana”, analisamos as mudanças da cultura de base açoriana catarinense através do desenvolvimento da pesca e do turismo. Apresento todo um panorama do turismo em Santa Catarina, exponho as políticas públicas que norteiam este turismo e suas potencialidades através dos circuitos e corredores de turismo.

Produzo uma reflexão sobre a identidade sociocultural de base açoriana e seus reflexos no turismo. Apresentamos aspectos que tornam a cultura de base açoriana como mola propulsora do desenvolvimento turístico no litoral de Santa Catarina.

Ainda neste capítulo apresento os aspectos da pesca artesanal, seu desenvolvimento a nível mundial e contextualizo a pesca artesanal dentro do Brasil, resgatando seus aspectos históricos, e também dimensiono a pesca artesanal por região geográfica do Brasil. E por fim, focalizo as pesquisas na costa catarinense, fazendo uma descrição da sua realidade, desde números de pescadores até as embarcações utilizadas e montantes de peixes capturados. Apre-

sento relatos de histórias de vidas, de forma bastante resumida para aprofundar a visão da realidade vivida pelos pescadores artesanais do litoral. As transformações sofridas com o desenvolvimento turístico, com a pesca predatória e a poluição ambiental, fazendo com que tenham que buscar uma nova forma de se relacionar com o mar.

Em “Conclusões Finais” apresentamos nossas considerações sobre as hipóteses apresentadas, e proponho caminhos que podem ser utilizados para entender e intervir no desenvolvimento turístico e econômico do litoral Catarinense, preservando a riqueza da cultura popular de base açoriana.

E por fim nos anexos um “Dossiê Fotográfico” cuja a maioria das fotos foram produzidas pelo autor, as outras tiveram autorização para serem utilizadas.

A bibliografia fecha esta produção, incluindo todos os trabalhos consultados, as fontes documentais e os endereços dos *sites* da Internet de onde retirei informações ou imagens.

## **1.5 Substrato teórico: reflexões sobre o conceito de cultura**

Dos tantos conceitos que permeiam as ciências, talvez nenhum tenha tantas implicações quanto o de cultura. O tema que hoje é objeto central da Antropologia tem se desenvolvido ao mesmo tempo em que se esboçam conceitos como homem e natureza. A noção de cultura foi abraçada pela Antropologia, nas últimas décadas do século XIX<sup>10</sup> quando a disciplina se consolidava, diferenciando-se das ciências naturais. Mas até que tivéssemos a cultura tão intimamente ligada ao homem como um ser social, um árduo e duro caminho foi trilhado por pensadores que se debateram para formular uma teoria sobre o homem e responder a pergunta: se todos os homens são animais que têm em comum o mesmo aparato físico (corpo), o que faz com que a humanidade se caracterize por uma colcha de retalhos, tamanhas as diversidades encontradas nos diferentes pontos do planeta?

### ***1.5.1 Antecedentes históricos***

Foi o inglês Edward Tylor, em 1871, o primeiro a definir o conceito de cultura tal como foi abraçado pela Antropologia. Ao definir cultura como um “todo complexo que inclui conhecimentos, normas, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos

---

<sup>10</sup> VELHO, Gilberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1978. “O conceito de cultura e o estudo de Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica”. In *Artefato*, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro.



adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”<sup>11</sup>, Tylor abriu caminho para que o homem passasse a ser estudado como um animal que se transforma pela cultura, ao mesmo tempo em que ele a transforma. Antes de Tylor, o termo foi desenvolvido na Alemanha, onde designava os aspectos espirituais de uma comunidade. O termo civilização, também utilizado, referia-se às construções materiais e, por conta disso, identificado mais com o Ocidente, dando às grandes sociedades européias o status de civilizadas<sup>12</sup>. Aos povos americanos, asiáticos, africanos ou australianos era dada a característica de possuir cultura, mas não formavam civilização.

A força do conceito esboçado por Tylor, não mais distinguindo cultura de civilização, mas agregando os dois conceitos que passam a ser complementares, não foi suficiente para derrubar as bases sólidas em que se apoiavam os alemães e, ainda hoje, são recorrentes, principalmente, no senso comum: a íntima relação entre os conceitos de natureza e cultura. A noção de que, assim como a estrutura física humana, o comportamento do homem se pautaria por regras predeterminadas pelo ambiente, pela biologia e até mesmo por forças divinas seria ainda por muito tempo um entrave para o conceito atual de cultura que tem em Clifford Geertz um de seus maiores alicerces quando este diz que “o homem é um animal amarrado em teias de significado que ele mesmo teceu. Assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”<sup>13</sup>.

Ao defender o significado dessas teias como a noção de cultura, Geertz parece enterrear, pelo menos entre os teóricos, o que se convencionou chamar determinismo que, já na Antigüidade, tentava explicar as marcantes diferenças de comportamento entre as sociedades<sup>14</sup>. Algumas teorias, por exemplo, davam conta da ocorrência de povos mais inteligentes em áreas mais quentes, para citar algumas das idéias de determinismo geográfico. Já o determinismo biológico que, entre outras coisas, defendia capacidades inatas a determinadas raças, talvez tenha sido uma das teorias mais fortes e ainda pauta estudos não-antropológicos, principalmente no ramo das ciências biológicas. Basta ver a grande quantidade de pesquisadores que buscam no código genético as explicações para as mais variadas formas de comportamento.

Essas idéias foram sendo refutadas aos poucos, na formação da disciplina antropológi-

<sup>11</sup> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1986.

<sup>12</sup> VELHO e VIVEIROS DE CASTRO. Op cit.

<sup>13</sup> GEERTZ, C. Op. Cit.

<sup>14</sup> LARAIA, R. B. Op. Cit.

ca, por não explicarem a fundo a diversidade cultural entre as sociedades e dentro de uma mesma sociedade. Eles deixaram de caber dentro de uma ciência que começou a definir sua especificidade enquanto uma ciência social, distanciando-se das ciências naturais. Enquanto as ciências naturais têm como objeto de conhecimento eventos possíveis de serem estudados de forma isolada, que seguem leis físicas ou matemáticas, as ciências sociais vão buscar significado em sistemas complicados, onde os fenômenos em observação não obedecem a determinismos simples e podem mudar seu significado de acordo com os atores envolvidos na trama e com as relações exteriores que se estabelecem<sup>15</sup>.

### ***1.5.2 A expulsão do paraíso***

Foi do contato com sociedades marcadamente diferentes da do observador que teve origem a formulação dos conceitos de cultura e civilização, na Europa de 500 anos atrás. Era um período de grandes descobertas, do surgimento de novos mundos. Mas essas diferenças entre os homens não deixaram de permitir o estabelecimento de uma perspectiva iluminista, principalmente no século XVII, quando sob a influência dos postulados das ciências naturais, defendia-se a existência “de uma natureza humana tão regularmente organizada, tão perfeitamente invariante e tão maravilhosamente simples como o universo de Newton”<sup>16</sup>. Os cenários, as indumentárias e a aparência poderiam variar, mas internamente haveria uma lógica comum. Essa perspectiva se solidificaria em fins do século XIX.

Noção que podia ser entendida por seu lado positivo ao reconhecer na humanidade uma grande família, o conceito da unidade básica mostrou-se perigoso ao receber as luzes vindas da Teoria da Evolução de Charles Darwin, em meados do século passado. O darwinismo legitimou essa unidade básica do ponto de vista biológico e contribuiu para a formação da escola evolucionista, a primeira na Antropologia a esboçar causas da diferença cultural. Mas ao tentar explicar essas diferenças, os evolucionistas acabaram por criar conceitos como atraso e progresso entre as diferentes sociedades, resguardando, é claro, às civilizações ocidentais o ponto mais alto de uma provável hierarquia<sup>17</sup>.

Não há motivos para acreditar que as sociedades indígenas e aborígenes, da América, África ou Austrália, estariam vivenciando um certo atraso em relação aos ocidentais. Essas

<sup>15</sup> DAMATTA, Roberto. “A antropologia no quadro das ciências sociais”. In **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis, Vozes, 1983. pp. 17-57.

<sup>16</sup> GEERTZ, C. Op. Cit.

<sup>17</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e História”. In **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1974.

idéias receberam força nas escavações arqueológicas que mostraram semelhanças entre as artes e a produção material dos ancestrais do homem ocidental numa comparação com o que ainda é produzido pelos considerados não-civilizados. O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss acredita que formular teorias em cima dos achados arqueológicos e tender a compará-las com o viver dos povos primitivos é uma atitude, no mínimo, precipitada. Tudo que se descobriu nas escavações é muito pouco sobre o que realmente foram tais civilizações.

Clifford Geertz acredita que, por ser vago, esse conceito de unidade básica entre os homens foi perdendo força à medida que se percebeu que todos os seres humanos são modificados pela cultura, numa relação tão forte que se torna tarefa impossível distinguir o natural do cultural<sup>18</sup> (GEERTZ, 1978). Abandonando essa noção de uniformidade, se reconhece que a diversidade não é só uma questão de indumentária, cenários e aparências, passa-se a alimentar a idéia de que a humanidade é variadíssima também em sua essência. Assim, as diferenças não podem ser vistas como atraso, não há povos mais novos em relação a outros. “Todas as sociedades têm atrás de si um passado que é da mesma ordem de grandeza”<sup>19</sup>, mas o que pode explicar todas as diversidades são os diferentes caminhos trilhados por cada um deles.

Ao dar margens a essas comparações equivocadas, o evolucionismo na Antropologia teve como base uma verdadeira caçada aos costumes universais em todas as diferentes sociedades, para fundamentar, através de costumes parecidos, uma possível essência no homem, herança dos tempos iluministas e ainda fortemente influenciada pela biologia. Colocados lado a lado, esses costumes eram comparados, numa escala hierárquica, onde surgiam as noções de progresso e atraso. E foram esses mesmos evolucionistas - que atuaram vigorosamente até o início deste século - os responsáveis pela queda das teorias que eles mesmos elaboraram. Permitiram o surgimento do relativismo, ao considerar que tais manifestações universais poderiam ser modificadas de acordo com a experiência histórica particular. Defensor ferrenho da interpretação das diversidades, Geertz acredita que é na busca de uma sistemática entre valores diversos no interior de cada cultura que pode ser encontrada alguma substância, e não apenas na comparação das similaridades.

A cultura poderia ser entendida como mecanismos de controle de comportamento, espécies de programas culturais, sem os quais o homem não poderia ter se constituído da maneira como o conhecemos<sup>20</sup>. É como se, fisicamente, o homem tivesse nascido com a possibilidade de viver milhares de espécies de vida, mas acaba por viver apenas uma. Esta única vida

---

<sup>18</sup> GEERTZ, C. op. Cit.

<sup>19</sup> LEVI-STRAUSS, C. op.cit.

<sup>20</sup> GEERTZ, C. op. Cit.

seria o resultado de fenômenos simbólicos, conjuntos de informações recebidas individual e coletivamente, que orientam o homem na construção de si mesmo. Naturalmente, o corpo humano não vem com esse “manual do usuário”. O que é dado ao homem “de forma inata são capacidades de resposta extremamente gerais” que, se não for dirigido por padrões culturais, teria um comportamento ingovernável que o aproximaria, e muito, das formas mais primitivas de animais. A cultura, assim, não seria apenas um adendo da existência humana, mas uma premissa básica para a existência do homem e sua diferenciação entre os animais<sup>21</sup>.

A base desse pensamento que torna impraticável a dissolução entre homem e cultura são os estudos dos ancestrais do *homo sapiens*, que teriam seu desenvolvimento cultural fortemente ligado às mudanças na estrutura do sistema nervoso central, principalmente no cérebro<sup>22</sup>. As descobertas de fósseis humanos revelam que, em bilhões de anos, as maiores transformações na estrutura física dos ancestrais do homem atual se deram na região craniana, o que faz acreditar que, ao contrário do que se postulava, o homem não começou a produzir cultura depois que suas estruturas biológicas apresentaram-se finalizadas. Biologia e cultura trilharam o mesmo caminho e, provavelmente, moldaram uma à outra e, ainda quase imperceptivelmente, continuam se moldando, tornando impossível acreditar na existência de um homem, em qualquer sociedade, que não fosse moldado pela cultura. “Nós somos animais completos e inacabados que nos completamos através da cultura - não através da cultura em geral, mas de formas altamente particulares de cultura: dobuana e javanesa, Hopi e italiana”<sup>23</sup>.

### ***1.5.3 “A ignorância é vizinha da maldade”***

Tantas teorias, vertentes e formas de se entender o homem não apresentaram sua força conflituosa tanto quanto no campo das relações práticas entre culturas e sociedades diferentes. O etnocentrismo já citado na formação das noções de atraso e progresso entre diferentes sociedades é, segundo Claude Lévi-Strauss, quase que um fenômeno natural, tamanha a ocorrência do estranhamento em relação ao outro, em praticamente todas as culturas. Seria uma das atitudes mais antigas da humanidade o repúdio ao que não é comum na cultura de quem observa, classificando seu interlocutor, inevitavelmente, de bárbaro ou selvagem<sup>24</sup>. Um exemplo é o contato entre portugueses e índios, há mais de 500 anos, quando um classificou ao outro

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> LEAKEY, Richard. “O Nascimento da linguagem”. In **A Evolução da Humanidade**. São paulo, Melhoramentos/Círculo do Livro, 1981. pp. 127-142.

<sup>23</sup> GEERTZ, C. op.cit.

<sup>24</sup> LÉVI-STRAUSS, C. op.cit.

de sem alma.

O etnocentrismo foi por algum tempo uma marca da disciplina antropológica, principalmente no período de expansionismo colonial, quando as grandes potências mundiais mudaram suas relações com as colônias. Os colonizados passaram a ser entendidos não mais como ocupantes indesejáveis das terras a serem ocupadas, mas como participantes potenciais do mundo capitalista, já na condição de consumidores<sup>25</sup>. Precisava-se, assim, fazer com que adotassem valores do mundo ocidental. A Antropologia surge num esforço de tornar essas sociedades “amigas” e consumidoras. O etnocentrismo veio na forma do pensamento evolucionista - visto antes - que, ao defender a unidade básica entre os homens, dava aos ocidentais a possibilidade de imporem seu modo de viver aos nativos.

A antropologia se transformou com o tempo e passou a perceber a cultura como sistemas de significação, “conjunto de regras de interpretação da realidade que permitem a atribuição de sentido ao mundo natural e social (...) A Antropologia se levanta contra as tradicionais concepções de cultura como agregado histórico de traços”<sup>26</sup>. Tylor é a maior contribuição para essa mudança no paradigma da ciência, ocorrida há pouco mais de um século. Essa separação de cultura e natureza, no entanto, ainda “não foi suficientemente operacionalizada nas relações cotidianas, no senso comum. Um exemplo bem marcante dessa problemática é apresentado por Roberto Da Matta, ao citar a “fábula das três raças”, numa brilhante análise do racismo no Brasil, onde várias idéias prevalecem na esteira da “cultura = biologia”. No país onde a maioria da população acredita não ser racista, teorias foram lançadas, e algumas se sustentam no cotidiano, para explicar um possível atraso econômico-social, e creditaram, entre outras atribuições, a preguiça ao índio, a melancolia ao negro e a estupidez ao branco luso. Tal mistura de raças não poderia, senão, dar origem a um país com limitado progresso.

DaMatta acredita que o Brasil, desde a época da colônia, tinha uma estrutura hierárquica, de exclusão e privilégio, já prevista em lei. Com tal realidade dada, a vida prática já não dependia de tantos formalismos jurídicos. Nos EUA, por sua vez, desde sempre índios, negros e brancos são iguais perante a lei, dando a vida prática outros contornos que permitem o surgimento de indiferenças e intolerância. Enquanto nos EUA as três raças vivem num sistema paralelo, no Brasil elas vivem em forma triangular, o que é primordial para a compreensão do país pelos próprios brasileiros<sup>27</sup>.

Essa desigualdade legitimada em lei, no Brasil, toma-se frágil no período que vai da

---

<sup>25</sup> VELHO e VIVEIROS DE CASTRO. Op cit.

<sup>26</sup> VELHO e VIVEIROS DE CASTRO. Op cit.

<sup>27</sup> DAMATTA, R. op.cit.

Independência à Proclamação da República, quando o afastamento da Coroa Portuguesa coloca a necessidade de definição de valores nacionais. Os mecanismos de diferenciação entre as raças, antes dado por lei, necessitava de uma reorganização. Várias ideologias precisaram ser construídas para manter o que antes era mantido pela lei portuguesa. Na onda do evolucionismo de Darwin, foram construídas teorias que também reconheciam numa unidade básica entre os brasileiros, mas com a supremacia dos povos europeus em relação a negros e índios (atrasados e “sem cultura”). Uma das características dessas teorias foi a de considerar como fraco qualquer elemento surgido na miscigenação entre essas raças, uma forma de mantê-los separados. Gobineau, o racismo em pessoa, chegou a considerar a sociedade brasileira inviável por possuir um grande nível de mestiçagem<sup>28</sup>.

Assim surge o “racismo à brasileira”, um sistema em que “não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante”. Uma mudança radical, porém, se dá nas primeiras décadas do século XX, quando o que era visto como anômalo (o mestiço) passa a ser entendido como a expressão mais genuína do que é nacional. Nos anos 30, as teorias raciológicas tomam-se obsoletas na compreensão do Brasil. É a Era Vargas, onde o nacionalismo pretendido não pode correr o risco de ser manchado por conta de vertentes discriminatórias de raça<sup>29</sup>. O trabalho de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933), atende essa necessidade, transformando a negatividade do mestiço em positividade. Festas, valores, ritmos considerados menores por terem se originado em determinada etnia, como o samba e o carnaval, passam a ser entendidos como instituições nacionais. As três raças e seus conflitos são dissolvidos num mito, numa fábula de tolerância que, na verdade, mascara as desigualdades, encobre os conflitos raciais e permite a todos se reconhecerem como nacionais.

As desigualdades podem até ser mascaradas, mas surgem num olhar mais atento. Ao analisar o conteúdo de peças publicitárias dos mais diversos produtos veiculadas na tevê aberta brasileira, Carmen Rial dá um panorama das idéias racistas que ainda pautam as relações cotidianas. Um dos pontos defendidos pela antropóloga é a pouca aparição de negros e orientais, o que quando acontece é feito com base em estereótipos.

O trabalho de Rial foi realizado há pouco mais de dez anos, quando os negros geralmente apareciam em comerciais de televisão ligados a trabalhos domésticos ou ao futebol, como é comum em anos de Copa do Mundo. “O Brasil de todos os dias, se levamos em conta as i-

---

<sup>28</sup> DAMATTA, R. op.cit.

<sup>29</sup> ORTIZ, Renato. “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional”. in **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo, Brasiliense, 1985. pp. 36-44.

magens veiculadas pela nossa publicidade, é um país de brancos(as), jovens, ricos(as) e felizes”<sup>30</sup>. Os estereótipos também acontecem na aparição dos orientais, mostrados como um povo de alta inteligência, muito ao apego ao trabalho e forte domínio da tecnologia - propagandas de produtos eletrônicos. Nos dois casos ainda são recorrentes as idéias antiquadas de raça ligada à cultura, herança do determinismo biológico de séculos passados.

#### ***1.5.4 Raça e Cultura no Contexto Estadual e Nacional***

Falar de cultura açoriana é reverenciar aos portugueses insulares, do arquipélago dos Açores que, na solidão das ilhas e do prolongamento destas, nas várias partes do globo onde se estabeleceram, deixaram uma marca especial da cultura portuguesa. As semelhanças e diferenças entre as culturas existentes nos Açores e a de base açoriana do sul do Brasil, especialmente na comunidade da Enseada, são o resultado de séculos de transformações, em que valores culturais diversos foram incorporados e transformados, frente às novas realidades socio-culturais vivenciadas.

Alguns valores trazidos para as comunidades do litoral catarinense, pelos imigrantes açorianos, em meados do século XVIII, foram mantidos com grande força, outros de forma esporádica, ou melhor, como recordações, são encenadas por grupos de estudos e outros se diluíram com o passar do tempo. Mantiveram-se por muito tempo: na literatura popular o Pão-por-Deus, o pasquim, as quadras e trovas, as adivinhações e os ditados populares que continuam sendo reproduzidos de forma esporádica; na religiosidade o ciclo do Espírito Santo, o pagamento de promessas, a festa do Senhor dos Passos, a festa de Corpus Cristo, são manifestações que perduram e com muito vigor, a cobertura d’alma, somente no interior da comunidade, mas de forma muito tímida; nas crendices populares, permanece no imaginário das pessoas o lobisomem, a bruxa, assombração/alma penada; na medicina popular/beneduras, tem-se uma quantidade de ervas e chás, de benzeduras, algumas exclusivas do litoral catarinense, que continuam a serem usadas e aplicadas na rotina do dia-a-dia; no folclore as cantorias profano-religiosas do Divino Espírito Santo, de Reis, etc.; na produção artesanal ainda sobrevive a produção de cestarias, lanchas baleeiras, o carro de boi, teares manuais, cerâmica utilitária, estas já são raras os locais que se produz e os engenhos de farinha, e outro equipamento como os alambiques, somente como peças de museu ou de decoração. Na gastronomia

---

<sup>30</sup> RIAL, Carmen. “Japonês está para TV assim como mulato para cerveja: Imagens da publicidade no Brasil”. In **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, PPGAS/UFSC.

o caldo verde, cuscuz, o pirão, o peixe e os frutos do mar, etc., permanecem mostrando um continuar, sem ser uma prática corrente na comunidade.

Uma cultura também é marcada por ideologias. Uma destas ideologias que têm predominado no Brasil desde o século XX é a de que vivemos numa democracia racial, que obscurece a existência de preconceitos nas relações raciais. A ideologia da miscigenação democrática é recente na história brasileira.

Até a abolição, o negro inexistia enquanto cidadão na literatura das ciências humanas e sociais. Na última década do século XIX, Nina Rodrigues<sup>31</sup> é um dos primeiros a escrever sobre o negro, com base nas teorias raciológicas, em voga (Gobineau)<sup>32</sup>. A diversidade cultural era pensada em termos evolucionistas, o que permitia as teorias racistas.

Tais idéias foram fortes no Brasil até a década de 1920, quando acontece uma virada radical e o mestiço, entendido como um produto do cruzamento com uma raça inferior, torna-se a categoria de entendimento da identidade nacional (não existe raça pura no Brasil; verdadeiro brasileiro é aquele que não é nem branco, nem índio, nem negro, mas uma mistura de tudo isto). Para entender tal mudança, Ortiz<sup>33</sup> recorre a uma discussão sobre as relações entre Cultura e Estado no Brasil.

A idéia do mestiço surge no final do século XIX, em estudos como o de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, como síntese da preocupação da época. Desde o período romântico, logo após a independência, há uma verdadeira busca da identidade brasileira, revelada em primeira instância pela união do elemento branco, com o elemento índio (O

---

<sup>31</sup> RAIMUNDO, Nina Rodrigues (1862-1906). Em seus muitos textos (65 artigos na sua bibliografia, ainda incompleta, e seis livros), quatro são artigos que ele, ou seus herdeiros intelectuais, deixaram em francês – certamente não por acaso, todos dizem respeito à influência da *raça* na *degeneração* do povo brasileiro, o mesmo assunto que predomina nos seus dois livros póstumos - ou três, se contarmos que o *Animismo* só apareceu em francês durante sua vida. Os livros publicados de Nina Rodrigues são, pela ordem: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894). Salvador. Livraria Progresso, 1957; *O animismo fetichista dos negros baianos* (1900), com prefácio e notas de Arthur Ramos. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S.A., 1935; *O alienado no Direito Civil Brasileiro* (1901). Rio de Janeiro. Editora Guanabara, sdp (provavelmente 1933); *Manual de autópsia médico-legal*. Salvador. Reis & Comp., 1901; *Os africanos no Brasil* (1932). São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977; *Collectividades anormais*, coletânea de artigos, organização e prefácio de Arthur Ramos. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S. A., 1939.

<sup>32</sup> Joseph Arthur de Gobineau. foi um diplomata, escritor e filósofo francês. Um dos mais importantes teóricos do racismo no século XIX. Não conseguiu ver com bons olhos nenhum aspecto da sociedade brasileira, a não ser seus encontros com D. Pedro II. Para ele o Brasil não tinha futuro, país marcado pela presença de raças que julgava inferiores. A mistura racial daria origem a mestiços degenerados e estéreis. Esta característica já teria selado a sorte do país: a degeneração levaria ao desaparecimento da população. A única saída seria o incentivo à imigração de "raças" européias, consideradas superiores. Diz ele "*Mas se, em vez de se reproduzir entre si, a população brasileira estivesse em condições de subdividir ainda mais os elementos daninhos de sua atual constituição étnica, fortalecendo-se através de alianças de mais valor com as raças européias, o movimento de destruição observado em suas fileiras se encerraria, dando lugar a uma ação contrária.* *Brasiliana da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2001. p: 74.

<sup>33</sup> ORTIZ, R. op.cit.



Guarani)<sup>34</sup>. O negro era visto apenas como força de trabalho, mas não como cerne da nação, não como cidadão brasileiro. Os autores do final do século assistem à abolição da escravidão e a uma população cada vez maior de negros nas cidades brasileiras, tornando necessário incluí-lo, ainda que a partir de teorias racistas. Assim, o Brasil passa a ser entendido, pela primeira vez, como um país mestiço de três raças.

A ideologia do Brasil - cadinho<sup>35</sup> é o mito das três raças que se fundem nos laboratórios da selva brasileira. É difícil apreender o momento em que tal ideologia se funda, porque como um mito, ele se perpassa e se reproduz como eterno, dentro da cultura, assim como todos os mitos de origem das mais variadas sociedades humanas.

Mas no caso do Brasil, podemos datar o momento de surgimento do mito, pois ele está fundamentalmente ligado a uma transformação profunda na sociedade brasileira: passa de uma economia escravista para outra do tipo capitalista; de uma monarquia para uma república; com um problema de mão de obra, resolvido pela imigração européia. O mito, no entanto não se realiza, pois ele ainda é apenas uma linguagem e não uma celebração. Não existiam condições materiais para sua existência.

Através de romances da época como “O Cortiço”<sup>36</sup>, pode-se entender tal falta de condições. Personagens brancos que se relacionam com mestiços perdem as qualidades consideradas próprias da raça branca: a racionalidade do espírito capitalista. A partir do momento em que negam racionalidade ao mestiço, os intelectuais brasileiros negam a possibilidade de desenvolvimento capitalista ao país, pois a identidade brasileira possuiria pontos negativos e positivos das duas raças. Racionalidade/Irracionalidade dominam debate.

O início do século XX marca-se no Brasil por grandes transformações, como o surgimento de uma classe média e de um proletariado urbano. O desenvolvimento das metrópoles, os processos de urbanização e industrialização se aceleram, acompanhando uma tendência mundial, trazida pelo desenvolvimento tecnológico. A nova realidade social fazia das teorias raciológicas obsoletas e tem-se a necessidade de uma nova interpretação da realidade brasileira.

---

<sup>34</sup> *O Guarani*, de José de Alencar. Publicado este livro em 1857. Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística UFSC/PRPG/FUNPESQUISA.

<sup>35</sup> A diversidade cultural tem sido apontada, de longa data, como elemento caracterizador de nossa identidade, começando a se forjar, no final do século XIX, a ideologia do “Brasil - cadinho”. Brasil - cadinho; expressa que o Brasil é um lugar que se tem um “cadinho” de raças e ou da mestiçagem. Neste sentido, ver ORTIZ, Renato. “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional”. In *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, p. 36-44.

<sup>36</sup> *O Cortiço*, de Aluisio de Azevedo. Publicado em 1890. Retrato implacável da sordidez e dos vícios humanos na obra-prima do naturalismo.

Nos anos 30, época da fundação da Universidade de São Paulo, vários livros surgem com novas interpretações desse novo Brasil: *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre<sup>37</sup> e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda<sup>38</sup>. (Os dois representam duas tradições distintas: Freyre vem de fora das universidades, ápice do movimento iniciado no século XIX; Buarque marca a nova linhagem de acadêmicos.) Freyre é o único a manter-se na antiga linha de explicar o Brasil a partir da temática racial, enquanto os outros produzem seus textos a partir de métodos consagrados das ciências humanas, como a historiografia tradicional.

Gilberto Freyre volta-se para o que está em voga na ciência antropológica, de Franz Boas, de quem foi aluno. Freyre nega o conceito de raça e se apropria da idéia de cultura o que permite uma nova forma de se pensar o país, a partir da miscigenação. Se biologicamente a mistura de raças poderia ser entendida como problemática, antropologicamente a mistura de culturas não. Ele transforma a negatividade do mestiço em positividade, completando os contornos de uma identidade que vinha se formando há tempos. Havia condições no Brasil para tal entendimento, pois o período de transição já havia se passado: os rumos do desenvolvimento estavam claros e um novo Estado estava à frente neste caminho.

Se antes as teorias racistas impediam a concretização da idéia de Brasil - cadinho, a partir de Gilberto Freyre o mito das três raças se atualiza e pode então se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano e em eventos como o carnaval e o futebol. O que ele quer dizer com celebração ritual? Um discurso que se incorpora no cotidiano.

Nos anos 30, há uma tentativa por parte das autoridades brasileiras, de transformar o conceito de homem brasileiro. A raça mestiça sempre pensada como “preguiçosa” e “indolente”, passa a ser pensada a partir da ideologia trabalhista, que predominou na Era Vargas. Há uma perseguição sistemática à malandragem, à música dos malandros, pois o trabalho era o valor fundamental da sociedade brasileira.

Tal ideologia trabalhista está ausente na obra de Freyre, mas o sucesso de sua obra e das suas idéias não pode ser pensado como descolados daquele momento histórico da Era Vargas, com uma ideologia que possibilitou a popularização da obra de Freyre. O que era visto como negativo era tudo que se distanciava das idéias de trabalho e progresso. Manifes-

<sup>37</sup> CASA-GRANDE & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. **Ver ainda:** SOBRADOS e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936; ORDEM e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre, aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 2v.

<sup>38</sup> Interpretação original da decomposição da sociedade tradicional brasileira e da emergência de novas estruturas políticas e econômicas. Visão inovadora que introduziu os conceitos de patrimonialismo e burocracia, explicando os novos tempos.

tações de lazer (carnaval) e até de religiosidade (macumba) passam a ser num primeiro momento perseguidas e depois restritas a lugares específicos.

A sociedade vai se modernizando através de uma postura de trabalho enquanto nação, mas que não nega os seus costumes que passaram a ser incentivados desde que circunscritos no tempo (calendário) e no espaço (terreiro, sambódromo). Um novo Brasil que sustenta e é sustentado pela obra de Freyre, pois não havia motivo para incapacidade ou diferenças raciais. Todos poderiam construir a nação.

O mito das três raças permite a todos se interpretarem enquanto pertencentes à nação brasileira. Manifestações de grupos específicos são abocanhadas pela idéia do nacional, o que muitas vezes provoca a perda das origens de muitas tradições, a especificidade de algumas manifestações como o carnaval ou o samba. O samba ao ser promovido ao ritmo brasileiro por excelência, deixa de ser pensado como uma música negra. O que explica que muitos artistas negros terem se apropriado de ritmos como a soul music americana como protesto, o que de fato era nos Estados Unidos.

Perde-se, assim, no Brasil, o discernimento entre as fronteiras de cor, o que de certa forma prejudica a ação de movimentos como o da identidade negra. As manifestações que antes eram específicas já trazem o signo da brasilidade. Assim, o mito das três raças não só encobre os conflitos raciais como possibilita a todos se reconhecerem como nacionais.

### ***1.5.5 Sociedades complexas e relativismo cultural***

Ao abandonar as teorias deterministas, a Antropologia se abre para as imensas teias de significado defendidas por Geertz. Aos poucos, a diferença pura e simples deixou de pautar os estudos do comportamento humano, que começaram a ser focalizados na natureza simbólica da cultura. A noção de cultura vai sendo construída como um sistema de símbolos compartilhados por determinados grupos. Surgiam assim comparações entre formas diferenciadas de interpretação desses mesmos símbolos entre duas ou mais sociedades. Esse método se revelou eficaz por um bom espaço de tempo, já neste século XX, mas começou a mostrar quando a Antropologia se tornou mais urbana, mais voltada para o universo do próprio antropólogo. Enquanto nas sociedades tribais o foco da produção simbólica está nas relações de parentesco, nas sociedades complexas ele estaria nas relações de produção<sup>39</sup>, primordialmente, já que as cidades têm se constituído por conta das relações econômicas.

---

<sup>39</sup> VELHO, G. e VIVEIROS DE CASTRO, E. op.cit.

O melhor exemplo são as cidades globais, citadas por Octávio Ianni, que se tornam espécies de centros mundiais, na medida em que se tornam referência no mundo capitalista (Nova York, por exemplo). Elas atraíam tantas pessoas de várias outras cidades, que passam a constituir algo como um resumo do mundo<sup>40</sup>. Comportam tantas diversidades culturais, étnicas, religiosas, entre outras que passam a ser laboratórios de fértil estudo para as ciências humanas. Além do convívio entre povos de diferentes universos simbólicos, as sociedades complexas favorecem a proliferação de desigualdades que, por sua vez, dariam origem a sub-culturas, grupos marginais e outras fontes de problemáticas para as ciências sociais. A pesquisa antropológica nessas situações deixou de ser feita apenas pelo isolamento de determinado grupo e seu abstraído estudo. Há que se levar em conta à elaboração e reelaboração das formas simbólicas por determinado grupo e as relações estabelecidas com outras formas de interpretação dos mesmos ou diferentes símbolos.

Nas sociedades complexas, é tamanho o leque de possibilidades que um mesmo indivíduo pode fazer parte de mais de um universo simbólico, que os colocam em situações que chegam a ser contraditórias<sup>41</sup>. E é justamente na relação entre as várias partes dessa teia que se concentra a Antropologia das Sociedades Complexas. O estudo de realidades sociais tão próximas do antropólogo, provocou o questionamento de conceitos que pareciam cristalizados na Antropologia. Uma dessas mudanças foi a definição de grupos étnicos, sempre relacionados à raça, conceito que por sua vez entrava na relação “raça=cultura=linguagem”. Fredrik Barth mostra que o que define uma etnia são muito menos esses conceitos que entendem uma sociedade como um grupo fechado, com relações limitadas por uma fronteira, compartilhando uma única cultura. Barth defende que um grupo étnico seja definido por “um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo”<sup>42</sup>.

Os grupos étnicos se definiriam mais pela atribuição e auto-atribuição, pelo reconhecimento de seus integrantes, não apenas pelo compartilhamento de uma mesma raiz genética. A Antropologia rompe com a idéia de isolamento entre as sociedades e um olhar mais crítico se desloca para as fronteiras étnicas que não tratam de delimitar a ação de seus atores. Mais do que separar duas sociedades, essas fronteiras permitem trocas, reconstruções culturais, sem provocar (como também se acreditava) o processo de aculturação, quando uma cultura deixa

---

<sup>40</sup> IANNI, Octávio. “A cidade global”. In **Revista de Cultura Vozes**, n. 2, março-abril, 1994. pp. 25-39.

<sup>41</sup> VELHO, G. e VIVEIROS DE CASTRO, E. op.cit.

<sup>42</sup> BARTH, Fredrik. “Grupos Étnicos e suas fronteiras”. In POUTIGNAT e STREIFF-FENART. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo, Ed. Unesp, 1998. pp. 187-227.

de existir por assimilar costumes de uma outra sociedade. Esse processo de contato não seria recente como os mais modernos processos de globalização nem nascido das grandes navegações de 500 anos atrás. Ele vem desde o primeiro contato entre povos diferentes e depende deste contato, sem o qual os homens não se reconheceriam como pertencentes a um grupo étnico. Nas sociedades hipoteticamente isoladas, talvez seus integrantes não se reconheçam como integrantes de um determinado grupo étnico, porque talvez acreditem que são os únicos no mundo. Os grupos étnicos surgem da contraposição entre o “eu” e o “outro”.

É através desse contato, esse estranhamento, que um indivíduo vai definir o seu “eu”. Por conta dessa interação, os estudos sobre uma sociedade, ou uma cultura não podem ser feitos através de uma visão unidirecional que privilegie a perspectiva de apenas um dos grupos. Trabalhando com a idéia de formação de identidades, a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes quer mostrar que “a representação de si permite entender a atuação de um grupo de pessoas ou mesmo de uma sociedade em termos de seu comportamento concreto”<sup>43</sup>. Definir uma identidade não significa, portanto, isolar características do comportamento e da cultura, mas verificar como esta identidade é construída e em que contextos ela é evocada. Esse exercício que deve pautar a Antropologia pode ser feito quando está em jogo determinada etnia ou mesmo um grupo dentro desta etnia ou dentro de uma sociedade, como as minorias, por exemplo.

#### ***1.5.6 Possíveis interrelações entre os termos cultura - sociedade - natureza***

É impossível neste curto espaço dar conta de todas as relações historicamente realizadas entre os termos *cultura-natureza-sociedade*, nas ciências humanas e no pensamento ocidental, o que tornaria necessário retroceder alguns séculos. Coloco, no entanto, essa discussão na circunscrição na história da antropologia, do século XIX a períodos mais recentes, em que o pensamento científico oscila entre dicotomias como *cultura-natureza*, *sociedade-natureza*, *cultura-razão prática*, entre outras. Tais dualismos correm sempre o risco de defender a existência de um homem natural por baixo de camadas e camadas de cultura, como se o corpo fosse um simples depósito da história humana e não uma construção da mesma.

Os evolucionistas dos primórdios da antropologia moderna não tinham a dicotomia *cultura-natureza* no cerne do debate teórico. Por defenderem uma hierarquia entre os diversos povos - no topo da qual estavam os europeus de pele branca - os evolucionistas colocaram tudo aquilo que pode diferenciar uma sociedade da outra (cor da pele, estatura, produção ma-

<sup>43</sup> NOVAES, Sylvia C. **Jogo de Espelhos: imagens da representação de si através dos outros**. São Paulo, Edusp, 1993. pp. 21-60.

terial, vestuário, entre outros quesitos) como resultado de um estado evolutivo, ou seja, uma extensão da *natureza* humana. “A civilização não é um artefato, mas faz parte da natureza, do mesmo todo a que pertence o desenvolvimento do embrião ou o desabrochar de uma flor”<sup>44</sup>.

Foi com o desenvolvimento do pensamento antropológico do século XX, que as dicotomias *natureza-cultura* e *sociedade-natureza* passaram a ocupar lugar de destaque. Com Durkheim e seus companheiros da Escola Francesa de Sociologia, o desenvolvimento teórico de categorias de entendimento (causa, substância, pessoa, *mana*) defendia as mesmas como existentes numa consciência coletiva e não a partir das consciências individuais<sup>45</sup>. Os fatos sociais passaram a ser vistos como representações coletivas dotadas de propriedades coercitivas, o que dava à *sociedade* uma espécie de poder sobre os indivíduos ou sobre a própria natureza.

Tal dicotomia *sociedade-natureza* ficaria muito mais explícita com os estudos empreendidos na Inglaterra, na primeira metade do século XX, pela Antropologia Estrutural, Funcionalista que teve em nomes como o de Radcliffe-Brown uma forte influência durkheimiana. Radcliffe-Brown e seus seguidores mantiveram em seus estudos uma idéia de indivíduo natural básico, sobre o qual as regras sociais atuavam - como nos estudos sobre as relações jocosas entre o irmão da mãe e o filho desta. O problema, neste caso, não foi a relação entre *sociedade-natureza*, mas a concepção de natureza ou de indivíduo (que estaria à mercê das regras sociais) subjacente à teoria dos antropólogos britânicos: esse indivíduo era dotado dos mesmos atributos que o pensamento ocidental atribui a seus indivíduos e não "natural" como se defendia<sup>46</sup>.

O conceito de *cultura* e suas possíveis dicotomias ocupou lugar de destaque com a Antropologia Culturalista de Franz Boas, nos EUA, e na produção teórica (tardia) de Malinowski. Na dialética entre natureza e cultura, com sua teoria das necessidades que, em imaginação tanto diferiu de suas etnografias escritas sobre os trobriandeses, o polonês esvaziou o conteúdo cultural das realizações humanas, reduzindo-as a necessidades que poderiam ser básicas ou derivadas. Para ele, haveria um domínio primeiro, em que a interferência de uma elaboração cultural seria nula (necessidades básicas) e só apareceria como uma premissa para uma organização social (necessidades derivadas). “Malinowski dissolveu a ordem simbólica na verdade

<sup>44</sup> LEACH, Edmund. “Anthropos – Homem”. In **Enciclopédia Einaudi**. Volume 5, Lisboa, Casa da Moeda (s/d).

<sup>45</sup> DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1976.

<sup>46</sup> SEEGER, Anthony, DAMATTA, Roberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”. in Boletim do Museu Nacional n. 32, Rio de Janeiro, UFRJ, maio de 1979. pp.2-19.

ácida da razão instrumental”<sup>47</sup>.

Já para Boas e todos que viriam em sua tradição, nos Estados Unidos principalmente, incluindo aí até mesmo o nome de Clifford Geertz, a cultura não é vista como essa espécie de chantilly sobre o bolo, como Malinowski e Radcliffe-Brown parecem colocar. Para o alemão, pai da antropologia norte americana, a percepção da realidade sempre depende de uma tradição mental, tradição esta que seria mediadora, “um padrão dominante que ordena ao mesmo tempo a relação com a natureza, as instituições existentes e a sua interação”<sup>48</sup>. A divisão clara entre cultura e natureza para os britânicos tinham como premissa a tradição filosófica que começa a ganhar força com o pensamento quinhentista de Montaigne que defendia uma unidade humana básica entre todos os homens, como mais tarde se defenderia um pertencimento a uma única espécie animal, o *homo sapiens sapiens*.

A tendência em colocar de um lado entidades como cultura e sociedade em oposição à natureza, de outro lado, é resultado da herança do pensamento dualista, tão forte entre nós ocidentais: “somos criaturas constitucionalmente divididas, com uma parte imersa na condição física da animalidade, e a outra na condição moral da humanidade”<sup>49</sup>. Geertz<sup>50</sup> acredita que, por ser vago, esse conceito de unidade básica entre os homens foi perdendo força na medida em que se percebeu que todos os seres humanos são modificados pela cultura, numa relação tão forte que se toma tarefa impossível distinguir o que é natural do que cultural.

---

<sup>47</sup> SAHLINS, Marshall. “Cultura e Razão Prática: dois paradigmas da teoria antropológica”. In **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

<sup>48</sup> *Idem*, op.cit. p. 83.

<sup>49</sup> INGOLD, Tim. “Humanidade e Animalidade”. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 28, ano 10, junho de 1995.

<sup>50</sup> GEERTZ, C. 1989. op.cit.

## **2. RETRATO GEOGRÁFICO, AMBIENTAL E HISTÓRICO DE SANTA CATARINA**



## 2. RETRATO GEOGRÁFICO, AMBIENTAL E HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

### 2.1 Retrato Geográfico

Para se estabelecer a geografia catarinense se faz necessário situá-la dentro da geografia do Brasil, como também situar o Brasil dentro da geográfica Mundial. A República Federativa do Brasil está localizada na América do Sul e é cortada pelas linhas do Equador, no norte, e pelo trópico de Capricórnio, no sul. Como se observa no mapa da América do Sul (em anexo), o Brasil está situado quase que totalmente no hemisfério Sul, ocupando a parte centro-oriental do continente sul-americano.

Uma das unidades da República Federativa do Brasil, o Estado de Santa Catarina está localizado no sul do território brasileiro e juntamente com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul formam a Grande Região do Sul do Brasil. Santa Catarina é o menor estado dessa Região e, ainda assim tem extensão territorial quase equivalente à de países como a Áustria, Irlanda, Portugal e quase três vezes maior do que a da Holanda e da Bélgica.

Santa Catarina encontra-se entre os paralelos 25° 57'41" e 29°23'55" de latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37" e 53°50'00" de longitude Oeste e possui uma área oficial de 95.318,30 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>). Portanto, ocupa 1.11% da área territorial brasileira e 16,57% da área da Região Sul.

ESTADO	ÁREA	
	Km <sup>2</sup>	%
Rio Grande do Sul	280.674,00	48,79
Santa Catarina	95.318,30	16,57
Paraná	199.323,90	34,64
TOTAL	575.316,20	100,00

**Tabela 1** - Área Total e Participação Percentual, segundo os Estados da Região Sul<sup>51</sup>.

<sup>51</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fevereiro 2007.

### 2.1.1 O desenho do espaço geográfico catarinense

O desenho sugere, a rigor, a imagem de uma figura geométrica – um triângulo, cuja base se limita com o Oceano Atlântico e seus vértices apontam para o Oeste, mais bruscamente a partir da calha do rio do Peixe.

O desenho obedece as influências inspiradas em elementos naturais, quando estes se confundem como rígidas fronteiras iniciais, indicativas de forças imanes de distinção no espaço geográfico e de decisões políticas baseadas na expansão do povoamento.

Exemplificam-se o limite natural do Oceano Atlântico, a Leste, e as linhas fluviais (Mampituba, Pelotas, Uruguai) e trechos da cumeada da Serra Geral, ao Sul. A Oeste, o limite natural do rio Peperiguaçu é produto de conciliação entre o Brasil (Santa Catarina) e a Argentina.

Ao Norte, os limites com o Paraná foram influenciados pelo avanço de concessões sesmeiras de São Paulo para o Sul, condicionando a posse jurídica de terras também ao Sul da linha natural contínua do rio Iguaçu.

O Meio Oeste (bacia do Peixe) e as terras a Oeste, comprimidas pelos limites com os estados vizinhos do Norte e do Sul e mais distantes da faixa litorânea, são as mais recentes, em termos do processo de ocidentalização dos espaços.

<b>Posição em SC</b>	<b>divisas</b>	<b>LIMITES</b>
Norte	Paraná	-divisor de águas (serras da Capanema e da Fartura) -rio: Jangada -BR -153 -Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA -rios: Iguaçu, Negro, Cachoeira e Campo de Cimas. -marcos divisórios em linha geodésica -rio: Saí-Guaçu
Leste	Oceano Atlântico	- linha litorânea
Sul	Rio Grande do Sul	- rio: Mampituba - arroio Josafá - taibés da Serra Geral - rios: das Contas, Pelotas e Uruguai.
Oeste	República Argentina	- rio: Peperi-Guaçu

**Tabela 2** - Limites de Santa Catarina, segundo a Posição Geográfica e Confrontantes<sup>52</sup>.

<sup>52</sup> Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2007.



**Mapa 2 - Região Sul do Brasil**

## 2.2 Potencialidades geográficas

Nesta extensão espacial do Estado de Santa Catarina, definida em 1916, são expressivas as diferenciações naturais, que passaremos a descrever:

### 2.2.1 Vegetação

O Estado de Santa Catarina, apesar de possuir hoje a maior área de Floresta nativa da região Sul<sup>53</sup>, está com seu patrimônio vegetal<sup>54</sup> natural em adiantado estágio de extermínio. Os campos naturais, como as florestas, cedem espaço à agricultura. A expansão das áreas a-

<sup>53</sup> A região sul do Brasil, esta dividia em três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>54</sup> Faz necessário darmos uma definição mais técnica do entendimento do que é Vegetação: Vegetação é o conjunto de plantas ou vegetais que se estabelecem numa área. O desenvolvimento vegetal está intimamente vinculado às características do ambiente onde se encontram, depende dos índices de umidade, luminosidade, calor, fertilidade e de outros fatores do substrato. Em outras palavras, a cobertura vegetal é sempre o reflexo das condições ambientais (clima, solo, relevo, etc.). O processo natural de seleção/adaptação permite identificar espécies e formas de vida próprias de ambientes diversos: úmidos (higrófitas), alagados (hidrófitas), áridos ou semi-áridos (xerófitas), pobres em nutrientes (oligotróficas, xeromórficas), sujeitos à alternância de períodos climáticos úmidos e secos (tropófitas), salinos (halófitas), etc. Como consequência deste processo, ocorre o desenvolvimento de diversas formações vegetais arbóreas, arbustivas, herbáceas ou gramíneo-lenhosas, bem como densas, abertas, estacionais, ombrófilas e outras.

grícolas e pecuárias mudou a fisionomia geral das paisagens catarinense, devastando o patrimônio florestal do Estado. Somente na região costeira as reservas alcançam maior expressão, entretanto, a grande maioria do verde natural que se observa são formações secundárias pobres, reflexo da dinâmica de reconstituição da cobertura vegetal.

Santa Catarina, pela situação geográfica, formas de relevo, natureza de suas rochas e diversificação dos solos, apresenta ampla variedade ambiental, traduzida na multiplicidade das paisagens naturais e das formações vegetais, distribuídas pelas suas várias regiões fitogeográficas.

A Região da *Floresta Ambrófila Densa* (Mata Atlântica), compreende as planícies e serras da costa catarinense, com ambientes marcados intensamente pela influência oceânica, traduzida em elevado índice de umidade e baixa amplitude térmica.

As excepcionais condições ambientais da região permitiram o desenvolvimento de uma floresta com fisionomia e estrutura peculiares, grande variedade de formas de vida e elevado contingente de espécies endêmicas. As canelas, os guamirins, a bicuíba, a peroba-vermelha, o cedro, o pau-d'óleo, a figueira, o olandi, o palmitero e outras espécies de arvores, arvoretas, arbustos, palmeiras, ervas, epífitas e lianas compõem as suas comunidades vegetais.

A região da *Floresta Ombrófila Mista* (Mata de Araucária) atravessa as serras costeiras para o interior, penetra-se no planalto catarinense, de clima mais ameno, onde se observa a coexistência das floras tropical e temperada, compondo a floresta Ombrófila<sup>55</sup> Mista, cujo domínio desce aos 500/600 metros de altitude.

A araucária desempenha papel principal na fisionomia florestal do planalto. Seu valor paisagístico, porém foi descartado face ao valor econômico. Hoje, esta espécie, juntamente com outras andinas e principalmente a de origem tropical, está desaparecendo diante da expansão da fronteira agrícola e da exploração madeireira.

Nos ambientes ainda preservados é possível, observar a importante araucária sobre a copagem de outras espécies, onde se destacam principalmente as canelas e, em particular, a imbuia, ao lado dos camboatás, da sapopema, da erva-mate, da bracatinga e tantas outras arbóreas, arbustivas e herbáceas típicas do planalto.

A região da *Floresta Estacional Decidual* (Mata Caducifólia) tem seu início no oeste catarinense, descendo o planalto, penetra-se na bacia do rio Uruguai, por onde se estende o domínio da Floresta Estacional Decidual, dos 500/600 metros para baixo, em cujas formações já não se observam naturalmente a araucária.

---

<sup>55</sup> Floresta Ombrófila: floresta que tem seu habitat na sombra, na umidade.

Nesses ambientes, frequentemente marcados por forte dissecação<sup>56</sup> do relevo, vales encaixados e pendentes íngremes, o clima caracteriza-se por acentuada variação térmica e por temperaturas médias mais elevadas do que planalto. Esses e outros ingredientes ecológicos permitem o desenvolvimento de uma flora típica e de uma floresta particularmente interessante pelo seu dinâmico aspecto fitofisionômico<sup>57</sup>. A dinamicidade é refletida magnificamente no estrato superior da floresta que, anualmente, no inverno perde suas folhas, recuperando-as na primavera e permanecendo verdes durante o verão e o outono. Como exemplo deste tipo de vegetação, pode-se citar a grápia, o angico vermelho, o louro-pardo, a canafístula e a guajuvira.

A *Floresta Decidual* apresenta também um número de espécies perenifoliadas<sup>58</sup>, porém, de baixa representatividade fisionômica. Deste grupo faz parte o pau-marfim, as canelas, os camboatás, o tanheiro, etc., que junto com as espécies arbustivas e herbáceas dão conteúdo interior a floresta.

A região da *Savana* (Campos do Planalto) no planalto catarinense, face as suas características ambientais, encontra-se diversas formações campestres acompanhando geralmente as superfícies de relevo mais suave, em cuja fisionomia distingue-se, esparsamente, as florestas-de-galeria<sup>59</sup> e os capões-de-mata<sup>60</sup>, marcando o avanço das comunidades arbóreas sobre a Savana (Campos), fruto principalmente dos processos dinâmicos de expansão natural das florestas, acionados pela evolução climática.

O clima ameno do planalto vem, há milhares de anos, evoluindo de temperado para tropical, promovendo a natural ampliação das florestas sobre os campos.

As savanas (Campos) compõem-se de grande quantidade de espécies de gramíneas<sup>61</sup>, sobretudo o capim-caninha, o capim-colchão, o grama-forquilha, a grama-sempre-verde e a grama-missioneira, além de outras que se misturam a uma grande variedade de espécies de diversas famílias como ciperáceas, leguminosas<sup>62</sup>, verbenáceas<sup>63</sup> e compostas.

---

<sup>56</sup> Dissecação do relevo: diz-se da passagem trabalhada pelos agentes erosivos, devido à ruptura do equilíbrio morfoclimático.

<sup>57</sup> Fitofisionômico: aspectos da vegetação de um lugar específico.

<sup>58</sup> Perenifoliadas: vegetal cujas folhas não caem antes de as novas estarem já desenvolvidas.

<sup>59</sup> Florestas-de-galeria: Agrupamento de árvores e arbustos em meio ao campo ou savana.

<sup>60</sup> Capões-de-mata: Formações arbustivas e arbóreas isoladas em regiões de campo.

<sup>61</sup> Gramíneas: Família de plantas monocotiledônicas, da ordem das glumifloras, que engloba vegetais conhecidos vulgarmente como capins e bambus.

<sup>62</sup> Leguminosas: Família de plantas dicotiledôneas da ordem dos rosales, que engloba árvores, arbustos, ervas e trepadeiras.

<sup>63</sup> Verbenáceas: Família de plantas superiores, da ordem das tubifloras, composta de ervas até árvores com folhas opostas.

A expressão *Formação Pioneira* é usada para designar a vegetação constituída de espécies colonizadoras de ambientes instáveis ou em fase de estabelecimento, isto é, áreas subtraídas naturalmente a outros ecossistemas ou sugeridas em função da atuação recente ou atual dos agentes morfodinâmicos e pedogenéticos<sup>64</sup>.

As espécies pioneiras desempenham importante papel na preparação do meio à instalação subsequente de espécies mais exigentes ou menos adaptados às condições de instabilidade. Conforme o ambiente em que se desenvolvem, as formações pioneiras podem ser classificadas em: formações de influência marinha, flúvio marinha e fluvial.

As de influência marinha são chamadas restingas<sup>65</sup>. Cobrem as dunas, as depressões interdunares e outros ambientes sob influência do mar e, em geral têm porte arbustivo e herbáceo. Nestas formações encontra-se o feijão-da-praia, o mangue-da-praia e outras espécies.

A formação flúvio-marinha compreende a vegetação de mangue, que ocorre em contato com os ambientes salinos e lodosos. As espécies características são a siriúba, o mangue-vermelho e o mangue-branco. Também se observa nestes ambientes o capim-praturá, a guaxuma e outras espécies menos frequentes.

As formações de influência fluvial desenvolvem-se sobre planícies aluviais e Flúvio-lacustres, podendo ser de arbustivas e herbáceas, com ou sem agrupamentos significativos de palmeiras. Geralmente, são dominadas por ciperáceas e gramíneas altas, além de compostas e verbenáceas, estabelecidas em locais melhor drenados.

### 2.2.2 Hidrografia

A hidrografia do Estado de Santa Catarina é representada por dois sistemas independentes de drenagem: o sistema integrado da vertente do interior (bacia do Prata), comandado pelas bacias dos rios Paraná e Uruguai, e o sistema da vertente do Atlântico (litoral de Santa Catarina), formado por um conjunto de bacias isoladas.

A Serra Geral é o grande divisor das águas que drenam para os rios Uruguai e Iguaçu, e das que se dirigem para o litoral catarinense, no oceano Atlântico. No norte do Estado, a Serra do Mar também serve como divisor entre a bacia do rio Iguaçu e as bacias de vertente atlântica.

O sistema de drenagem da vertente do interior ocupa uma área aproximada de 60.185 km, equivalente a 63% do território catarinense. Neste sistema se destaca a bacia do rio Uru-

<sup>64</sup> Pedogenéticos: Diz-se dos processos que dão origem à formulação dos solos e sua evolução.

<sup>65</sup> Restinga: Faixa ou ilha arenosa resultante de depósitos trazidos pelo vento, pela maré e pelas correntes.

guai com 49.573 km, cujo curso do rio apresenta uma extensão de 2300 km, da cabeceira principal à foz do rio Peperi-guaçu. Esta bacia apresenta afluentes importantes como os rios Peperi-Guaçu, das Antas, Chapecó (com seu afluente Chapecozinho, formando o maior afluente do rio Uruguai), Irani, Jacutinga, do Peixe, Canoas e Pelotas. Outra bacia que faz parte do mesmo sistema é a do Rio Iguaçu, com uma área aproximada de 10.612 km, seus principais afluentes são os rios Jangada e Negro (limite com o Estado do Paraná), Timbó e Paciência.

O sistema de drenagem da vertente do Atlântico compreende uma área de aproximadamente 35.298 Km<sup>2</sup>, ou seja, 37% da área total do Estado, onde se destaca a bacia do rio Itajaí com 15.500Km<sup>2</sup> de área aproximada. Esta bacia tem como rio principal o Itajaí-Açu, que conta com dois grandes formadores: os rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste; e com dois grandes tributários: os rios Itajaí do Norte ou Hercílio e Itajaí - Mirim, formando, assim, a maior bacia inteiramente catarinense.

Ainda na vertente do Atlântico existem outras bacias como a do rio Tubarão, com 5.100 Km<sup>2</sup>; a do rio Araranguá, com 3.020 Km<sup>2</sup>; a do rio Itapocu, com 2.930 Km<sup>2</sup>; a do rio Tijucas, com 2.420 Km<sup>2</sup>; a do rio Mampituba (divisa com o Estado do Rio Grande do Sul), com 1.224 Km<sup>2</sup>; a do rio Urussanga, com 580 Km<sup>2</sup>; a do rio Cubatão (do norte), com 472Km<sup>2</sup>; a do rio Cubatão (do Sul), com 900 Km<sup>2</sup>; e a do rio d'Una, com 540Km<sup>2</sup>.

<b>Bacias Hidrográficas</b>	<b>ÁREA km<sup>2</sup></b>	<b>Comprimento dos Cursos (km<sup>2</sup>)</b>
Vertente do Interior (bacia do Prata)		
Bacia do Uruguai		
Sub-bacias Rio		
rioPeperi-Guaçu	1043	250
rio das Antas	2655	154
rio Chapecó	8180	12716
rio Irani	1227	209
rio Jacutinga	992	154
rio do Peixe	5216	8304
rio Canoas	15.016	24992
rio Pelotas	7268	12824
Bacia do rio Iguaçu	10612	19092
Sub-bacias		
rio Jangada	495	82
rio Paciência	2682	129
rio Negro	574	78
rio Canoinhas	5944	347

rio São João	1443	144
rio Preto	879	83
	1.032	99
Vertente do Atlântico (Litoral de Santa Catarina)		
Bacia do rio Itajaí-Açu	15500	24171
Bacia do rio Tubarão	5100	7172
Bacia do rio Araranguá	3020	5916
Bacia do rio Itapocu	2930	4684
Bacia do rio Tijucas	2420	4088
Bacia do rio Mampituba	1224	1864
Bacia do rio Urussanga	580	1064
Bacia do rio Cubatão (do norte)	472	792
Bacia do rio Cubatão (do Sul)	900	1284
Bacia do rio d'Una	540	10028
Bacia do rio Biguaçu	382	582
Bacia do rio Madre	305	608

**Tabela 3** - Área e Comprimento dos Cursos das Principais Bacias Hidrográficas de Santa Catarina<sup>66</sup>

Na vertente do interior, os rios apresentam, via de regra, um perfil longitudinal com longo percurso e ocorrência de inúmeras quedas d' água, representando importante riqueza em potencial hidrelétrico.

Os rios da vertente atlântica, apresentam um perfil longitudinal bastante acidentado no curso superior, onde a topografia é muito movimentada; no curso inferior, os rios geralmente formam meandros e os perfis longitudinais assinalam baixas declividades, caracterizando-se como rios de planície.

Os rios de Santa Catarina são normalmente comandados pelo regime pluviométrico, caracterizado pelas chuvas distribuídas o ano inteiro, garantindo, assim, o abastecimento normal dos mananciais.

Segundo a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente – FATMA<sup>67</sup>, cerca de 80% dos recursos hídricos do território catarinense estão comprometidos pelos metais pesados, agrotóxicos, efluentes urbanos e industriais e lixo urbano. Além da poluição das águas, há o desmatamento irracional (mais de 80% da cobertura vegetal nativa do Estado já foi destruída), as queimadas e o assoreamento dos rios, das lagoas e das lagoas.

O processo de degradação dos recursos hídricos no território catarinense vem se desenvolvendo de forma alarmante e, provavelmente, irreversível em três regiões consideradas críticas.

<sup>66</sup> Fonte: Secretaria de Estado de Coordenação Geral e planejamento – SEPLAN/SC Atlas de Santa Catarina 1986. 2007

<sup>67</sup> Dados colhidos junto FATMA, no mês de agosto de 2007.



O sul do Estado, devido a poluição das águas, provocada pela mineração de carvão, está entre as regiões mais poluídas do Brasil. As bacias hidrográficas dos rios Tubarão, Araranguá e Urussanga têm suas águas comprometidas em qualidade, ameaçando seriamente o abastecimento de água em diversas cidades.

O norte do Estado constitui a segunda área crítica estadual em termos de degradação ambiental. Somente em Joinville, importante centro industrial, dezenove indústrias de galvanoplásticos lançam diariamente grande quantidade de metais pesados, especialmente chumbo e mercúrio, no rio Cachoeira e seus afluentes, provocando elevado índice de poluição no referido rio e na lagoa de Saguacu talvez irreversível, além de comprometedor seriamente toda a área de mangues e a baía de Babitonga.

No Meio-Oeste do Estado, a bacia hidrográfica do rio do Peixe representa a terceira área seriamente ameaçada pela degradação ambiental, através das indústrias de celulose e papel, frigoríficos, curtumes, indústrias de pasta mecânica, de óleo vegetal e de vinho. Essa situação se agrava ainda mais com o lançamento de efluentes urbanos diretamente aos rios e com o uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Por outro lado, a área coberta pela vegetação nativa da bacia hidrográfica do rio Uruguai está resumida a aproximadamente 12%.

### 2.2.3 Relevô

Relevô é o conjunto de irregularidades da superfície terrestre, sendo constituído por muitas e variadas formas (modelados), agrupadas segundo sua semelhança em unidades.

Encontramos em Santa Catarina várias unidades de relevô. As *Planícies Costeiras* que correspondem a uma estreita faixa situada na porção mais oriental do Estado, junto ao oceano Atlântico, onde existem inúmeras praias arenosas e das dunas, aparecem com frequência, ao longo de todo o litoral catarinense, penínsulas, ilhas, pontas, pontais, enseadas, baías e lagoas. As altitudes médias registradas situam-se em torno de 10m, atingindo até 30m em alguns pontos mais afastados do mar, junto às serras e montanhas. O contato entre as planícies costeiras e estes relevos elevados ocasiona contrastes altimétricos<sup>68</sup> acentuados.

Já as *Planícies Fluviais* correspondem às áreas planas situadas junto aos rios, periodicamente inundadas e frequentemente utilizadas para lavouras. Por sua localização particular ocorrem, ao contrário das demais unidades, de forma descontínua e em pequenas extensões. As mais expressivas localizam-se na divisa com o Paraná (rios Iguaçu e Negro), no norte (ba-

---

<sup>68</sup> Altimetria é conjunto de detalhes do relevo representado por convenções cartográficas.

cia do Itapocu), na porção central do território (vários pontos da bacia do Itajaí), bem como na Unidade de Relevo Planalto de Lages (rios Canoas e João Paulo).

O *Planalto Dissecado Rio Iguaçu/ Rio Uruguai* tem sua principal característica na forte dissecação a que foi submetido o relevo, com vales profundos e encostas em patamares.

As maiores altitudes são registradas na borda leste e ultrapassam 1.000m; para oeste e noroeste as cotas altimétricas decaem para menos de 300m, sendo que este caimento topográfico caracteriza o relevo da área como um planalto monoclinal<sup>69</sup>.

Já o *Planalto dos Campos Gerais* apresenta-se distribuídos em blocos de relevos isolados pelo planalto Dissecado rio Iguaçu/ rio Uruguai. Os blocos que constituem esta unidade são conhecidos como planalto de Palmas, planalto de Capanema, planalto de Campos Novos e planalto de Chapecó. Estes blocos estão situados topograficamente acima das áreas circundantes. As cotas altimétricas mais elevadas ocorrem na porção leste da unidade, ultrapassando 1.200m, nas proximidades da “cuesta” da Serra Geral, enquanto as menores são encontradas no planalto de Chapecó, atingindo 600m.

Temos a *Serra Geral* que é formada pelas escarpas do planalto dos Campos Gerais, com desníveis de até 1.000m. A direção geral deste escarpamento é N-S, sendo, porém, a direção NNE-SSW<sup>70</sup> a mais freqüente e a que corresponde a serra do Rio do Rasto. As formas de relevo abruptas apresentam vales fluviais com aprofundamentos superiores a 500m em suas nascentes, formando verdadeiro “canyons”<sup>71</sup>.

Os *Patamares da Serra Geral* aparecem como uma faixa estreita e descontínua no extremo sul de Santa Catarina e representam testemunhos do recuo da linha de escarpa conhecida como Serra Geral. As formas de relevo alongadas e irregulares avançam sobre as planícies costeiras. A alta capacidade erosiva dos principais rios fragmenta a unidade, interrompendo-a em alguns trechos, como ocorre ao longo do vale do rio Mampituba e de seus afluentes da margem esquerda.

A *Depressão da Zona Carbonífera Catarinense* localizada no extremo sul de Santa Catarina configura-se como uma faixa alongada na direção N-S. As características de relevo são diversificadas e as vertentes íngremes; de Siderópolis para o sul, as formas de relevo são côncavo-convexas com vales abertos. Disseminados nesta área encontram-se relevos residuais de topo plano (mesas), mantidas por rochas mais resistentes e que fazem parte dos Patamares da Serra Geral.

<sup>69</sup> Monoclinal: Diz-se quando a estrutura das camadas é inclinada numa só direção.

<sup>70</sup> N-S = Norte /Sul; NNE-SSW= Noroeste/Sudoeste.

<sup>71</sup> Canyons: Nome dado aos vales profundos e encaixados, de paredes abruptas

Já os *Patamares do Alto Rio Itajaí*, apresenta-se em uma faixa de direção geral NW—SE que se estreita para o sul e é caracterizada pela intensa dissecação do relevo, com patamares e vales estruturais, cujo melhor exemplo é o vale do rio Itajaí do Norte ou Hercílio. A presença de extensos patamares, alcançando dezenas de quilômetros, e de relevos residuais de topo plano (mesas), limitados por escarpas, deve-se as rochas de diferentes resistências à erosão, como os arenitos mais resistentes e os folhetos menos resistentes.

O relevo apresenta grandes contrastes altimétricos, sendo que as maiores altitudes, que atingem 1.220m, são encontradas na serra da Boa Vista, localizada no sudeste da unidade. As menores altitudes estão nos vales dos rios, sendo grande a amplitude altimétrica entre os topos dos morros e os fundos dos vales.

O *Planalto de Lages* caracteriza-se, em toda a sua extensão, como um degrau entre os Patamares do alto rio Itajaí e o planalto dos Campos Gerais, com exceção da área da nascente do rio Canoas.

O relevo do planalto de Lages é composto basicamente por formas colinosas, sendo comum a presença de relevos residuais (morros testemunhos), com destaque para o morro do tributo que se eleva a 1.200m de altitude. Nas demais porções do planalto, as cotas altimétricas estão em torno de 850 a 900m. Além das colinas e dos relevos residuais, observa-se também a ocorrência de ressaltos topográficos, com a frente voltada geralmente para sudeste.

O *Patamar de Mafra* localiza-se no extremo norte de Santa Catarina, apresentando um relevo de colinas com pequena amplitude altimétrica, formando uma superfície regular, quase plana. A “cuesta”<sup>72</sup> da Serra Geral, que serve de limite em alguns setores entre o Patamar de Mafra e o planalto dos Campos Gerais, corresponde a um desnível de 300m em média. As altitudes médias desta unidade são de aproximadamente 750m, sendo que as menores cotas são registradas junto ao sopé da “cuesta” da Serra Geral e se situam em torno dos 650m.

Já a *Serra do Mar* constitui-se num prolongamento para o sul da escarpa do Planalto Paulistano, conhecida também pelo nome de Serra do Mar. No extremo norte de Santa Catarina, o relevo apresenta-se como uma serra propriamente dita, com vertentes voltadas para leste e para oeste; a vertente leste (atlântica) é a de maior declividade. Esta unidade se apresenta de cristais e picos, separados por vales profundos, com vertentes de forte declividade. A grande amplitude altimétrica deve-se à profundidade dos vales, podendo atingir 400m. Na serra do

---

<sup>72</sup> Cuesta: forma de relevo dissimétrico constituída por uma sucessão alternada das camadas com diferentes resistências ao desgaste, e que se inclinam numa direção, formando um declive suave no verso e um corte abrupto ou íngreme na chamada frente de cuesta.

Mar, registram-se as segundas maiores altitudes encontradas em Santa Catarina, atingindo 1.500m, em alguns picos.

A unidade do *Planalto de São Bento do Sul* localiza-se no extremo norte de Santa Catarina, entre as unidades Serra do Mar e o Patamar de Mafra, ocorrendo a sua maior extensão no Estado do Paraná, onde é mais bem caracterizado. O relevo apresenta formas colinosas, posicionando-se altimetricamente entre 850 e 950m.

Estendendo-se desde as proximidades de Joinville até Laguna, na direção N-S, temos as *Serras do Leste Catarinense*. A principal característica do relevo é dada pela seqüência de serras dispostas de forma subparalela. Estas serras se dispõem, predominantemente, no sentido NE-SW e se apresentam gradativamente mais baixas em direção ao litoral, terminando em pontais, penínsulas e ilhas. Nas proximidades da linha de costa, as altitudes situam-se em torno dos 100m, enquanto no limite ocidental da unidade, na área de contato com os Patamares do alto rio Itajaí, as mesmas atingem 900m. Nas serras do Tabuleiro e de Anitápolis, ocorrem as maiores elevações, ultrapassando 1.200m em alguns pontos.

#### 2.2.4 *Clima*

Os sistemas atmosféricos que atuam no sul do Brasil são controlados pela ação das massas de ar intertropicais (quentes) e polares (frias), sendo estas últimas pelo caráter mesotérmico do clima<sup>73</sup>.

Na região Sul do Brasil, as condições do tempo dependem da atuação da Massa Tropical Atlântica (MTA) e da Massa Polar Atlântica (MPA). A primeira atua o ano inteiro, destacando-se na primavera e no verão, enquanto que a Massa Polar Atlântica atua com maior frequência no outono e no inverno. A frente Polar Atlântica, resultado do contato entre a Massa Tropical Atlântica com a Massa Polar Atlântica, é a responsável pela boa distribuição das chuvas durante o ano.

Segundo a classificação climática de Thornthwaite, o estado de Santa Catarina é dotado de um clima mesotérmico, com precipitação distribuída durante todo ano.

A própria posição do Estado, o enquadra nas regiões temperadas úmidas, possuindo, assim, o tipo superúmido, que ocorre na região Oeste do Estado, na região próxima a São Joa-

---

<sup>73</sup> Entende-se por clima a sucessão habitual de tipos de tempos. Tempo é o estado da atmosfera de um lugar num dado momento. Para definir o clima de uma região é necessário considerar a atuação de seus fatores: radiação solar, latitude, continentalidade, massas de ar e correntes oceânicas. Tais fatores condicionam os elementos climáticos como: temperatura, precipitação, umidade do ar e pressão atmosférica, que por sua vez, definirão os tipos climáticos.

quim e em torno da cidade de Joinville, em direção a nordeste: e o tipo úmido, que predomina no restante do Estado.

Aplicando o sistema de Koppen, o território catarinense se enquadra nos climas do Grupo C-Mesotérmico, uma vez que as temperaturas médias do mês mais frio estão abaixo de 18°C e superior a 3°C. Pertence ao tipo úmido (f), sem estação seca definida, pois não há índices pluviométricos inferiores a 60 mm mensais. Dentro deste tipo é ainda possível distinguir, graças ao fator altitude, dois subtipos: de verão quente (a) encontrado no litoral e no oeste, onde as temperaturas médias de verão são mais elevadas: e de verão fresco (b), nas zonas mais elevadas do planalto. Portanto, segundo Koppen, predominam no Estado os climas Cfa – com verão quente e Cfb – com verão fresco.

A análise do mapa de temperaturas<sup>74</sup> médias anuais revela que as isotermas de 22°C aparecem na região Nordeste do Estado, compreendendo a área de Joinville, São Francisco do Sul, Garuva e Itapoá. Já as isotermas de 20°C aparecem no litoral centro-norte e no oeste catarinense; as de 19°C e 18°C aparecem no litoral centro-sul, acompanhando as bordas das Serras do Mar e Geral e áreas do oeste do Estado. As isomerias de menor valor aparecem nas regiões mais elevadas, que correspondem ao planalto, onde se destaca o morro da Boa Vista, na Serra da Anta Gorda, com o menor valor do Estado (7°C).

Nas temperaturas médias do mês mais quente, janeiro, as isotermas de maior valor (24°C e 25°C) aparecem no Nordeste do Estado. Na região Centro-Sul, o valor térmico é um pouco menor (23°C), decrescendo na borda oriental das Serras do Mar e Geral, cujas temperaturas médias variam de 22°C a 19°C. Nas áreas do planalto, as temperaturas médias são menores devido às cotas altimétricas serem maiores. No Oeste do Estado, as isotermas apresentam médias mais elevadas nos meses mais quentes.

Nos meses de inverno, quando as temperaturas são mais baixas, as médias mais elevadas aparecem no Nordeste do Estado, com temperaturas médias de 16°C. Do litoral norte até a ilha de Santa Catarina predominam temperaturas médias de 15°C. No litoral, em direção sul, as médias declinam, chegando a 12°C. Em direção ao interior do Estado, as temperaturas diminuem ainda mais, atingindo médias de 9°C. No oeste do Estado, as temperaturas médias aumentam novamente, atingindo 15°C. .

---

<sup>74</sup> A temperatura atmosférica é definida como o estado térmico do ar atmosférico, ou seja, o estado de frio ou calor da atmosfera.

### 2.2.5 Solos

Cobertos pelas formações florestais, os solos<sup>75</sup> foram os mais valorizados pelo homem, tanto pelo seu valor botânico, pelas massas lenhosas em seu significado de combustível, madeira, fibras, celulósicas quanto pelas riquezas de folhas, cascas e raízes, para bebidas infusória e de uso medicinal. Ademais, são as formações florestais indicadoras de maior aptidão para uso agrícola.

As grandes civilizações, quase sempre, dispuseram de bons solos como uma de suas principais fontes naturais de produção. As antigas dinastias do Nilo só existiram graças à capacidade de produção de alimentos nos férteis solos do vale e aos seus sistemas associados de irrigação. Igualmente, os solos do vale do Tigre e do Eufrates, na Mesopotâmia, e dos rios Indus, Yangtse e Huang-ho, na Índia e na China, foram berços de civilizações florescentes. Submetidos as freqüentes renovações na sua fertilidade por inundações naturais, esses solos asseguram abundantes e continuos suprimentos de alimentos.

De modo geral, o uso e a potencialidade agrícola dos solos estão estreitamente relacionados às suas características físicas e químicas, como também ao clima e ao relevo de cada região.

Aproximadamente 60% dos solos do Estado de Santa Catarina apresentam baixa fertilidade natural, necessitando de calagem e adubação para uma produção agrícola satisfatória.

Os solos de fertilidade natural elevada ocupam uma área de 21% da superfície do Estado, mas grande parte deles se situam em relevo muito acidentado, não recomendado sua utilização para a agricultura.

Apesar de o relevo ser um fator limitante para a utilização dos solos de boa parte do território catarinense, principalmente com culturas anuais, na maioria das vezes esta limitação não está sendo respeitada, acionando grandes perdas por erosão e reduzindo drasticamente o tempo de utilização do solo.

Isto faz com que haja uma tendência natural de compensar a perda de produtividade do solo aumentando a área cultivada. Com isso, ocorrem novos desmatamentos que alteram sensivelmente o regime hídrico dos córregos e rios.

---

<sup>75</sup> Solo é a camada superficial da crosta terrestre, contendo matéria viva e suportando ou sendo capaz de suportar as plantas. Essa tênue camada é composta por partículas de rochas em diferentes estágios de desagregação, água, substâncias químicas em dissolução, ar, organismos vivos e matéria orgânica em distintas fases de decomposição. É desta camada que se sustentam e se nutrem as plantas, sendo uma das maiores fontes de energia que atua na terra, geração após geração de homem, plantas e animais

### 2.3 O espaço geográfico a intervenção dos açorianos colonizadores

Na costa catarinense, de acordo com Piazza (1992) desde meados do século XVIII, iniciava-se a fase da colonização açoriana, com aporte de levadas de famílias, totalizando mais de 6 mil pessoas. As famílias tiveram um fraco apoio oficial, ficando sob a condição de pequenos proprietários sesmeiros, de quinhões de terras localizadas em vários lugares, principalmente em torno de Nossa Senhora do desterro, a futura Florianópolis.

A importância da colonização se associava à estratégia de defesa territorial e se destinava ao uso mais diversificado da terra.

Entre a colonização açoriana e as bandeiras colonizadoras vicentistas as diferenças quanto a percentagem tecnológicas não eram substanciais. Ambas, apesar de cerca de um século que as separavam, a partir da época de instalação, integravam-se nos limites paleotécnicos, do uso limitado de instrumentos e ferramentas de ferro e do abundante e necessário uso da madeira, inclusive como combustível.

Contudo, o *know-how* dos açorianos estava adiante nas técnicas de moagem de cereais e de processamento de outras matérias primas.

Não lhes foi fácil assimilarem e aperfeiçoarem técnicas de redução da mandioca, transformação da cana-de-açúcar, do cultivo de tubérculos e algumas hortaliças, mais tarde de café sombreado, de aproveitamento de duras madeiras da biodiversidade florística das encostas e baixadas para nascentes indústrias de construção náutica, de confecção de carroças, estábulos e, também, com argilas de cocção, para a construção de residências e edifícios, engenhos, e, até mesmo, exuberantes fortificações defensivas instaladas nas ilhas do litoral Central e os primeiros aquedutos.

A formação de uma rede de engenhos farinheiros de mandioca e de açúcar mascavo, mais de uma centena ao longo do litoral, dá bem a imagem de transformações que foram sendo imprimidas em espaços rurais litorâneos, além de pequenas olarias para suprimento de telhas e tijolos, pequenos forjas de materiais de ferro, enfim atividades dependentes de combustíveis lenhosos.

As relações com o mar foram se ampliando, da técnica de coleta e de rudimentares armadilhas para a captura de crustáceos e peixes, graças aos meios de locomoção como canoas e as mais resistentes baleeiras, as redes de fibras de algodão, anzóis e arpões inicialmente importados.

A caça de mamíferos aquáticos, baleias, que eram abundantes nestas latitudes, tornou-se o primeiro grande negócio relacionado aos recursos marinhos, acionado por empresas que apenas utilizaram o estoque açoriano e afro-brasileiro como mão-de-obra. O óleo, obtido em “armações”, teve importância na iluminação e como impermeabilizante em construções.

A pesca, todavia, de peixes de “curso”, firmou-se como economia, participando do abastecimento alimentar de peixe fresco, salgado e defumado, para tripulantes e passageiros de veleiros e vapores que atracavam nos portos de São Francisco, Itajaí, Florianópolis e Laguna, condicionando o surgimento de comunidades de agricultores-pescadores na faixa litorânea, que já desenvolvem operações maricultoras de moluscos.

Os primeiros sinais de solos erodidos já assinalaram resultados de interferências não ajustadas ao meio subtropical, quente e chuvoso, tendo em vista que usavam os solos de baixadas como campos agrícolas, com seu tênu horizonte superior de capital orgânico, acumulado como resíduo da cobertura vegetal sobre materiais sedimentares flúvio-eóleo-marinhos excessivamente arenosos e pobres em nutrientes.

Estes sinais de exaustão de solos explicam a extensão de áreas capeadas por restaurada vegetação de restinga, área abandonadas ao uso agrícola e o início de ocupação de encostas de solos argiloso cobertos pela mata original em declividade enérgica que os açorianos e descendentes relegavam ao máximo em função do mais exigente esforço de trabalho.

## **2.4 Meio Ambiente Catarinense: desenvolvimento e contradições**

Na construção da ocidentalização, após meados do Século XIX, as relações homem/terra se diversificaram e se ampliaram extraordinariamente, em razão da grandeza de investimentos na forma de recursos humanos imigrantes, da dispersão de “colônias” e de novas alíquotas tecnológicas.

Santa Catarina teve o seu espaço territorial rompido em sua tendência histórica, obediente ao instituto latifundiário das concessões de sesmeiras, que atingiram, sobretudo regiões campestres do Planalto e, também, espaços de baixadas e encostas litorâneas.

A economia agrícola policultora de subsistência evoluiu para uma economia agrária mercantil e industrial, tendendo esta a se concentrar geralmente em espaços de antigas sedes administrativas de colônias, que por algum tempo permaneceram atreladas às suas regiões de influência.



Nos ambientes latifundiários das baixadas litorâneas não se formaram notórios agrossistemas, como os que caracterizaram a economia colonial e imperial do Brasil do Nordeste e do Sudeste, a não ser posteriormente, com a concentração fundiária ocorrida no baixo Tijucas e no baixo Itajaí-Açu, onde surgiram duas usinas de cana-de-açúcar refinada, hoje desativadas.

Nas regiões de campos naturais, prevalecentes em solos rasos e pedregosos, de propriedades separadas por taipas de pedras soltas, arrumadas pela mão-de-obra escrava e de agregados nas estâncias, as relações exploratórias seguiram a norma da pecuária extensiva e seus desdobramentos, com mudanças sensíveis dos plantéis “crioulos”, para raças européias e também indianas, diversificando-se o uso do solo com lavouras cerealíferas, com a fruticultura e a silvicultura, essa principalmente para indústria celulósica-papeleira.

A maior concentração de imigrantes estrangeiros, nas bacias atlânticas do Itajaí-Açu e do Itapocu, influiu na gênese de cidades que se tornaram parques industriais não somente de íntimas relações com suas áreas produtivas rurais, especializando-se e se diversificando em ramos de produção industrial, em atividades comerciais e capacitadas, em função de acumulação de capitais empresariais, a iniciar densas relações de natureza turística com ambientes costeiros, que se estenderam mais tarde a outras latitudes litorâneas.

Em espaços de colonização do Planalto, sobretudo nos vales encaixados dos tributários do Uruguai, e sob o cerco da economia florestal extrativista e repovoadora, e de lavouras mecanizadas de grãos, desenvolveram-se os complexos agroindustriais alimentares, privados e cooperados, a eles ajustando-se o esforço de produção de parte do contexto de pequenas propriedades familiares.

A relação do homem com a terra, na estruturação agrária de significativa presença da pequena propriedade, se tornou mais íntima, estimulando investimentos em atividades que, a despeito de muitos malogros e, pois, a constatação de um processo não uniforme, continua marcando o importante papel do pequeno produtor rural.

A perda da produtividade de terras agrícolas, em virtude da erosão pluvial, acelerada por inadequadas técnicas de manejo, foi responsável pela evasão de muitas rurícolas das bacias atlânticas, que buscaram novos espaços de colonização no Oeste do Estado, no Norte e Sudoeste do Paraná e em centros urbanos, à vista da oferta de empregos industriais e de atividades terciárias, formais e informais.

Em bacias do Sudeste Catarinense, a proposta colonizadora, desde 1870, foi em parte perturbada pela opção do subsolo, com sua estratigrafia de sedimentos paleozóicos, que alojavam estratos de carboníferos mais expostos e ao alcance de técnicas de desmonte.

Extensões de terras foram demarcadas para explorações minerais que, iniciadas na segunda década do século atual, viabilizaram o meio ferroviário para transporte do minério aos “lavatórios”, usina termelétrica e o coque aos portos de Laguna e, depois, Imbituba.

A virtude energética do carvão catarinense, tipo metalúrgico foi objeto de protecionismo governamental, ativando-se a exploração que resultou, todavia, na formação desproporcional do carvão vapor.

O aproveitamento desse subproduto foi, porém, desvalorizado pela tecnologia do motor a explosão que, bem sucedido em veículos pequenos, consumidores de gasolina, seria igualmente eficiente em máquinas ferroviárias e em navios, utilizando o óleo diesel.

A “região carbonífera catarinense” se consolidaria, todavia, em dualidade com o uso da terra agrícola quando, na década de 50, se iniciou o uso do subproduto do beneficiamento do carvão bruto para obtenção do coque.

A utilização cresceu, alterando a modesta potência instalada para geração de energia hidrelétrica do Estado, erguendo-se o atual complexo termelétrico “Jorge Lacerda”, interligando depois num amplo sistema regional.

O potencial hidráulico de fluxos das vertentes, Atlântica e do Interior, e geradores diesel permitiram o ingresso do Estado na era da eletricidade. Mas, o aproveitamento hidráulico foi muito modesto até a década de 40, quando a potência instalada, com base em muitas pequenas usinas era pouco superior a 20 mil KW.

A partir dos anos 50 constituíam-se as Centrais Elétricas e se iniciou o aproveitamento da fonte térmica do carvão. Com a Sociedade Termoelétrica Capivari S.A. - SOTELCA<sup>76</sup>, a partir dos anos 60, incrementou-se o uso da fonte térmica do carvão, aumentando-se também o potencial de usinas hidrelétricas.

Em 1964, a potência total instalada beirava 150 mil KW. Em 1966, as doze usinas hidrelétricas, filiadas à CELESC<sup>77</sup>, totalizavam 69 mil KW de potência útil que, somadas às diesel-

---

<sup>76</sup> Criada por Lei 3119 DE 31/03/1957 - lei ordinária, autoriza a união a construir uma sociedade por ações, que se denominara sociedade termoelétrica de Capivari (sotelca), e de outras providências. Esta empresa tinha a responsabilidade de transformar carvão em energia. A presença de carvão vapor permitiu a criação de um dos maiores complexos termoelétricos do país, instalado em Capivari, junto à cidade de Tubarão, com suas 4 primeiras unidades de 27,4 mil quilowatts a entrarem em atividade em 1945 e 1951.

<sup>77</sup> Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. é a maior empresa de comercialização e distribuição de eletricidade de Santa Catarina, estado localizado na região sul do Brasil. Em 2004 a companhia possuía cerca de 1.8 milhão de consumidores e comercializava cerca de 12.9 TWh de eletricidade. A Celesc também gera energia, a partir de

elétricas de Florianópolis e Joinville e às unidades termelétricas do Complexo Jorge Lacerda da Eletrosul (GERASUL<sup>78</sup>), totalizavam 307 mil KW.

Em 1976, o consumo de energia elétrica no Estado era pouco superior a 307 mil MWh. Em 1976 cresceu para quase dois milhões de MWh e, atualmente, ultrapassou a 10 milhões de MWh.

Em contrapartida, nenhuma região catarinense sofreu tanto os custos ambientais das contradições do desenvolvimento das relações homem/subsolo, ainda que recentemente atenuados com a redução da extração e das operações de lavagem do carvão bruto, em torno de 5/6 milhões de toneladas.

A estocagem de carvão vapor, a libertação de sulfetos de ferro, o desmantelamento de superfícies de desmonte a céu aberto e processos lavatórios de minério suprimiram coberturas vegetais, danificaram solos agrícolas e intensificaram a determinação da qualidade da água.

Os custos ambientais também se agravaram nos espaços de maior densidade da economia agroindustrial alimentar. Menciona-se a magnitude de despejos fecais da criação em corpos aquáticos, o recuo excessivo da cobertura florestal devido à expansão agrícola, emergindo a tendência de dessecamento e erosão de solos. Ainda que se venha melhorando técnicas de manejo, a erosão do solo se coloca como grave problema para a manutenção da função de celeiro alimentar, que é de interesse nacional.

Nos espaços do domínio da Mata Atlântica, a supressão da cobertura original foi apenas atenuada pela não otimicidade do uso agrícola de encostas enérgicas e pela ausência de grandes empreendimentos monocultores.

Ainda correspondem, pelas manchas remanescentes e pela regeneração natural, como os espaços de mais evidente biodiversidade, em que pese a redução, também devida à caça, da avifauna, de mamíferos roedores, de carnívoros, de insetívoros e de herbívoros. A extensão da floresta original se reduziu, tanto em sua expressão fisionômica, como pelo conteúdo florístico, pois mesmo nos maciços remanescentes o extrativismo tendeu à seleção de espécies mais econômicas.

Redução importante, ao nível de desmatamento, se deveu, além de agrossistemas, ao extrativismo de massas lenhosas para fins, sobretudo, industriais, como as atividades cerâmi-

---

12 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de aproximadamente 83 MW. A companhia também possui 4.000 km de linhas de transmissão e 90.000 km de rede de distribuição. A sede da empresa é localizada na capital de Santa Catarina, Florianópolis, possuindo regionais nas principais cidades do estado.

<sup>78</sup> A GERASUL, uma empresa de capital aberto criada para produzir energia, atende hoje uma área de 25 milhões de habitantes, respondendo por 19% do PIB nacional. Fonte:GERASUL S.A. Agosto de 2007

cas, onde há áreas de concentração de olaria de fornos abertos, de uso nas estufas para secagem de fumo e o de massas lenhosas como carvão vegetal para estes e muitos interesses.

Não se poderá registrar sensíveis alterações no comportamento dos elementos do domínio climático, exceção aos ambientes urbanos mais densos, onde já se poderia falar em exemplos de microclimas.

Entretanto, importantes alterações estão associadas às relações da transformação produzida pelo homem sobre o comportamento do domínio hidrológico, sem se considerar as barragens hidrelétricas, de contenção de cheias e a disseminação de pequenos açudes para piscicultura, retificação de fluxos em baixos vales, supressão de mangues por aterro e captação de água, para abastecimento público e irrigação de espaços agrícolas.

Calhas de rios vêm sendo assoreadas, em virtude da perda da capacidade de retenção do escoamento superficial. Nas cidades, onde os fluxos tendem a sofrer obstruções e os espaços são impermeabilizados, já se poderá identificar, com maior recorrência e gravidade, as enchentes urbanas.

Finalmente, das relações das atividades homem/terra sobrevém a questão referente aos resultados comparativos, expressos por valores, alguns mais objetivos do que outros, segundo critérios econômicos, orgânicos e cultural/tecnológicos.

Ainda que falhem os critérios, sobretudo quando aplicados em épocas de impossibilidade de controle informativo, ou ainda que ocorram flutuações conjunturais, não se poderá negar que o processo das relações homem/terra logrou admirável alcance, cuja mais cabível designação é o desenvolvimento.

Pode-se afirmar, sem relutância ou temeridade, que as gerações mais recentes são, a despeito de exceções individualizadas, *mais ricas, mais eugênicas e culturalmente mais técnicas* do que as anteriores.

As condições de maior riqueza se manifestam em muitos aspectos, na habitação, no vestuário, na alimentação, no abastecimento de água e na posse de bens materiais de imensa variedade e valores.

As condições orgânicas das gerações atuais apontam maior expectativa de vida, menor taxas da mortalidade infantil, redução de causas obituárias relacionadas à condição de pobreza, como as doenças infecto-contagiosas e as carências nutricionais.

As condições culturais das gerações atuais indicam redução do analfabetismo e aumento de escolarização em todos os níveis escolares, além de outros fatos relacionados ao desenvolvimento cultural.

As condições tecnológicas, a partir de valores como o aumento do consumo/per capita de energia elétrica e de outros recursos energéticos que proporcionam substanciais mudanças na vida comum e média de cada habitante difere profundamente, e para mais, até mesmo de épocas recentes.

Tais e outros acervos tendem a desembocar num indicador síntese, o aumento da *qualidade de vida*.

Concordar com este resultado final das relações homem/terra, melhoria da qualidade de vida, é aceitar sua validade apenas relativa, pois há, também, indicações restritivas, ou perspectivas que apontam direção oposta.

Muitas situações caberão neste paradoxal das relações homem/terra, como o aumento do desgaste do solo arável, o aviltamento da qualidade da água de mananciais e do lençol freático, a supressão e alteração de ambientes de alta recirculação biológica, como os mangues, a redução da biodiversidade do domínio vegetal e da fauna selvagem.

Neste conjunto de contra-senso destacam-se, todavia, as situações que se referem ao aumento de populações de baixa renda, formando-se incrustações de “favelas” em muitos centros urbanos, refletindo o avanço da excludência social, enquanto se verificam, em espaços rurais, aumento de excedentes demográficos que recusam a buscar escassas oportunidades de atividades remuneradas em espaços urbanos.

Assim, à tendência de aumento de contingentes humanos em agrupamentos residenciais precários – ou a “favelização” de espaços urbanos -, se associa a tendência de “agricultores sem terra” nos espaços rurais.

## **2.5 Flash da história da ocupação do território catarinense**

Para se produzir um relato minucioso e fidedigno da ocupação do território catarinense, mesmo que seja de forma sintética, como induz o título desta seção – “Flash da história da ocupação do território catarinense”, precisamos garantir uma visualização ampla dos fatos, para que não se perca as riquezas dos dados e das ações que levaram a substituição dos índios que ocupavam o território catarinense pelos colonizadores luso-brasileiros.

Optamos por redigir um estudo de forma descritiva dos fatos que marcaram a colonização, sem a preocupação de relacionar no texto as datas de outros fatos históricos - também de grande importância, por entendermos que o objeto da pesquisa é a colonização do Estado. Claro, obedecendo uma cronologia que nos aponta a sucessão de imagens históricas que sec-

cionadas, nos indicam os vários ângulos de um grande painel que nos faz rever os mais de 500 anos de vida brasileira e catarinense.

### 2.5.1 Os Séculos XVI, XVII e XVIII

As primeiras tentativas de ocupação do território catarinense, por naufragos, desterrados das frotas que visualizaram ou navegaram pela costa do sul do Brasil, data do início do século XVI.

Como verdadeiros aventureiros, homens como Hans Staden<sup>79</sup> ou Ulrich Schmidel<sup>80</sup>, percorreram o mundo com o objetivo de conhecer novas terras e novas gentes, ou mesmo aqueles que procuravam, em nome da sua fé, conquistar novos adeptos como os missionários espanhóis Bernardo de Armenta<sup>81</sup> e Afonso Lebron<sup>82</sup>, com sua idealização da “Província de Jesus” ou, ainda, aqueles seguidores de Inácio de Loyola, os primeiros jesuítas, que vêm ao Brasil Meridional, a partir de 1553, dando seguimento aos trabalhos apostólicos de Leonardo Nunes<sup>83</sup>, reafirmando a organização da “Missão aos Carijós” ou “dos Patos”, cujos trabalhos são descritos nas “Cartas Ânuaas”<sup>84</sup>.

Por outro lado a primeira organização político-administrativa aconteceu com as “Capitanias Hereditárias”, cabendo o extremo meridional a Pedro Lopes de Souza, com a Capitania de Santo Amaro e Terras de Santana, que aprofunda as tensões luso-castelhanas a partir do Tratado de Tordesilhas e a sua inconclusa demarcação.

<sup>79</sup> O livro de Hans Staden, *Viagem ao Brasil*, foi publicado em Marburgo, Hessen, Alemanha, em 1557. Primeira edição em português, 1892; 2-a, 1930. Já a 3-a edição se fez em nova tradução. O texto de H. Staden foi traduzido para o alemão moderno por Carlos Fouquet, com a respectiva tradução portuguesa de Guiomar de Carvalho Franco (Publicação da Sociedade Hans Staden, São Paulo, S.P.).

<sup>80</sup> Viagem de Ulrich Schmidel e expedição de Pedro de Mendoza (Grande Chaco, Paraguai e La Plata), 1535-1555. 1599. Grandes Viagens. Vol. VII (constitui a primeira tentativa, no século XVI, de apresentar à Europa, em grande escala, uma imagem visual do Novo Mundo em seu conjunto: as “Grandes Viagens” da família De Bry, reeditada sob o título “América”, em 1992, pela Biblioteca Real de Madrid).

<sup>81</sup> Frei Bernardo de Armenta e Alonso Lebron, da expedição de Cabrera organizam missões na costa de Santa Catarina, especialmente em Laguna, havendo estado também na Ilha de Santa Catarina e no Porto Vera, ao tempo de Cabeza de Vaca em 1541. Atuam de 1538 a 1548 (quando morre Frei Bernardo). Alonso Lebron se retira com os índios levados pelos vicentistas.

<sup>82</sup> Ver: Juan Bautista Rivarola Paoli - *La Economia Colonial*. Asunción – Paraguay. Biblioteca Virtual Del Paraguay. Cap. IV. la expansion fundadora adelantado Juan Ortiz de Zarate. <http://www.bvp.org.py/biblio>. 2007.

<sup>83</sup> Padre Leonardo Nunes, esteve em 1552 em Laguna, quando veio na caravela de Pedro Rossel, que recolheu uns naufragos da expedição espanhola de Diego Sanabria, a período de Tomé de Sousa.

<sup>84</sup> Os jesuítas foram grandes produtores de documentos, motivados pela obrigação institucional de escreverem, periodicamente, cartas aos seus superiores. As chamadas “cartas ânuaas”, em geral de cunho edificante e favorável à Companhia de Jesus, ensejaram a escrita das crônicas e das narrativas de autoria de grandes nomes da Companhia, estampadas a partir do século XVI, em Portugal, como as dos Padres Simão de Vasconcelos, Fernando Cardim, José de Morais, Jacinto de Carvalho, entre outros. Toda essa produção – ainda hoje, uma das principais portas de entrada dos historiadores ao cotidiano do Brasil quinhentista – surgiu no intuito de consolidar a hegemonia dos jesuítas, muitas vezes em flagrante rivalidade com as demais Ordens Religiosas.

Com a sucessão de Pedro Lopes de Souza, muitos foram os problemas com a demanda entre Vimeiros e Monsatos, aprofundada com a falta de uma efetiva ação dos seus locotenentes e que só se encerrará em 1709 com a reversão daquelas terras à Coroa Portuguesa, período que nada se fez para o maior rendimento daquelas parcelas, no campo econômico-social.

É um período em que as ligações entre as precárias comunidades se efetuam a partir da utilização do mar ou da orla litorânea, ou se procuram usar os caminhos indígenas, os chamados “peabirus”.

Já o século XVII é o da fundação das vilas “vicentistas” de São Francisco, Desterro e laguna, com a ocupação de seus entornos. As ligações continuaram a ser pela orla litorânea. A penetração para o interior se fez pelos rios até os primeiros contrafortes da Serra Geral ou da do Mar<sup>85</sup>.

De São Francisco, pelo caminho das Três Barras se procura contato com a orla litorânea de Paranaguá ou escalando a escarpa para o Planalto de Curitiba.

De Laguna para o Sul são os caminhos praianos até as “vacarias”; em demanda à Colônia do Sacramento.

A póvoa da Nossa Senhora do Desterro, fundação de Francisco Dias Velho<sup>86</sup> (1651) após sua morte e abandono por sua família, terá segundos povoadores com gente de São Francisco e tais são Manoel Manso de Avelar e seus companheiros.

A Ilha de Santa Catarina, pela sua insularidade é porto de abrigo de navios e de esquadras de várias nacionalidades, mas está isolada de outras localidades instaladas no mesmo litoral. E, aqui, a História se escreve pelas penas dos viajantes, marinheiros e aventureiros.

Já o século XVIII é o da grande epopéia açórico-madeirense. A documentação existente quer nos arquivos portugueses de Lisboa ou das Ilhas, nos mostram como se formou a cultura da imigração.

<sup>85</sup> A Serra do Mar é um grande sistema montanhoso que corre pela costa brasileira, desde o Espírito Santo até o Sul de Santa Catarina. <http://www.cosmo.org.br/marumbi/aserradomar.htm>. 31 de Outubro de 2007

<sup>86</sup> Francisco Dias Velho foi um bandeirante paulista natural de São Vicente que viveu no século XVII. Foi o fundador e capitão-mor povoador da Ilha de Santa Catarina onde fez relevantes serviços à real coroa, porque em aumento dela conquistou os índios bravos daquele sertão, e fundou a vila em dita ilha. Nesta ilha faleceu o dito capitão-mor povoador dentro da mesma igreja matriz, que a sua custa tinha feito construir de pedra e cal, e armar com altar maior e colaterais e imagens, quando os belgas, saltando naquela ilha para a roubarem, como fizeram, pondo fogo a tudo, se passaram para a igreja para executarem o sacrílego atentado contra as sagradas imagens, que o dito capitão-mor com a resolução católica e brioso animo quis defender com a espada e broquel, até perder a vida dentro do mesmo sagrado tempo, como mártir pela fé de Jesus Cristo em 1692. História da Capitania de São Vicente. Pedro Taques de Almeida Pais Leme. Textos encontrado no Arquivo do Senado Federal do Brasil – Brasília.

A predisposição dos açorianos e madeirenses para imigrarem se formou com as dificuldades que enfrentaram nas suas Ilhas. A superpopulação, com pouca produção de trigo, aliada às desvantagens dos territórios agrícolas de pequena monta, em terrenos de difícil utilização, criaram, juntamente com o vulcanismo, aquele ambiente mental que favoreceu os desideratos da Coroa Portuguesa, onde, de um lado, havia necessidade de fixar habitantes que resguardassem e imprimissem de modo expressivo o seu direito de posse - o “*uti possidelis*” – e de outro, onde seria indiscutível a soberania lusitana, amparada no sistema de defesa do litoral, do Rio de Janeiro à Colônia do Sacramento.

A este movimento migratório das Ilhas para o Brasil - Meridional o que o historiador Walter Piazza (1992, p.17) denomina “epopéia açórico-madeirense”, ressalta a clarividência de quem o propôs e de quem o modelou junto à Corte de Lisboa, quer seja a investida de Frei Agostinho da Trindade, em 1727, quer sejam os pareceres e a elucidação dos diferentes aspectos junto ao Conselho Ultramarino<sup>87</sup>, mostrando a realidade brasileira, com a opinião dos Conselheiros, Alexandre de Gusmão e Rafael Pires Pardinho.

Procedida à imigração de mais de seis mil açorianos e pouco mais de meia centena de madeirenses houve a ocupação efetiva do litoral meridional do Brasil, desde o “Rio de São Francisco até o cerco de São Miguel”, onde se transformaram em agricultores de subsistência, pescadores artesanais e artesãos, dentro da área litorânea e criadores de gado *vacum* e cavalar na região de pastagens naturais.

Esta onda de imigração resultou em três etapas de expansão dos açorianos pela costa catarinense, que chamamos de núcleos de colonização.

---

<sup>87</sup> Em 1642, é criado o conselho Ultramarino, órgão nos moldes do extinto Conselho das Índias e Conquistas Ultramarinas, instituído pelo rei Filipe III em 1604 extinto em 1614. O novo órgão nasceu subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e estava encarregado exclusivamente da administração colonial. O Conselho Ultramarino os teve sua instalação efetiva em 2 de dezembro de 1643, sendo seu primeiro presidente o marquês de Montalvão. O conselho Ultramarino seria extinto por decreto de 30 de agosto de 1833. Dados Arquivo da fundação Biblioteca nacional.<http://catalogos.bn.br/redememoria/conultra.html>. 31 de outubro de 2007.





**Mapa 3** – Diáspora luso-açoriana no Mapa Múndi

#### 2.5.1.1 Os núcleos originais

Estes aglomerados humanos, denominados “Núcleos Originais de Colonização Açoriana em Santa Catarina no Século XVIII (1748-56)”, compreendiam as seguintes freguesias: de Lagoa da Conceição (1750), Enseada de Brito (1750), São Miguel (1752), Santo Antônio de Lisboa (1750), São José (1750), Vila Nova (1752), Desterro (1748-56) e Laguna (1748-56), como mostra a tabela abaixo.

Nº	Freguesia	Data da Criação
1	São Miguel da Terra Firme (Biguaçu)	08/12/1752 – Freguesia
2	N. Sra. Das Necessidades e S. Antônio	27/04/1750 - Freguesia
3	São José da Terra Firme	26/10/1750 – Distrito policial
4	N. Sra. Do Desterro (Florianópolis)	23/03/1726 - Vila
5	N. Sra. Da Conceição da Lagoa	20/06/1750 - Freguesia
6	N. Sra. Do Rosário de Enseada de Brito	13/05/1750 - Freguesia
7	Santana da Vila Nova	1755 - Freguesia
8	Santo Antônio dos Anjos da Laguna	1720 - Vila

**Tabela 4** - Núcleos originais (primários) de colonização açoriana no século XVIII (1748-56)

### 2.5.1.2 Os Núcleos Secundários

O segundo grupo, intitulado de “Núcleos Secundários” que surgiram no período de 1760-1880, mostra a expansão dos açorianos e de seus descendentes (tabela abaixo).

Nº	Freguesia	Data da Criação
1	Ribeirão da ilha (Florianópolis)	11/07/1809-Freguesia
2	Porto Belo	12/12/1824-Freguesia
3	Garopaba	09/12/1830-Freguesia
4	Mirim (Imbituba)	28/04/1856-Freguesia
5	Imaruí	23/03/1833-Freguesia
6	Rio Vermelho (Florianópolis)	11/08/1831-Freguesia
7	Canasvieiras (Florianópolis)	22/04/1833-Freguesia
8	São Pedro de Alcântara	13/09/1844-Freguesia
9	Itajaí**	12/08/1833-Freguesia
10	Tijucas	04/05/1848-Freguesia
11	Tubarão	23/03/1839-Freguesia
12	Jaguaruna	05/03/1880-Freguesia
13	Trindade (Florianópolis)	1853-Freguesia
14	Santo Amaro da Imperatriz	29/05/1854-Freguesia
15	Araranguá*	04/05/1848-Freguesia
16	Penha	23/03/1839-Freguesia
17	Camboriú	26/04/1849-Freguesia
18	Pescaria Brava (Laguna)	15/05/1857-Freguesia
19	Araquari	08/06/1854-Freguesia
20	São Francisco do Sul	18/12/1656-Freguesia
21	Barra Velha	03/12/1856-Freguesia
22	São João Batista*	19/04/1838-Freguesia

**Tabela 5** - Núcleos secundários de colonização açoriana surgidos de 1760 – 1880, em Santa Catarina, resultantes da expansão dos açorianos e seus descendentes<sup>88</sup>.

### 2.5.1.3 Núcleos Terciários

O terceiro grupo chamado de “Núcleos Terciários” de colonização, surgido a partir de 1880, resultado da expansão dos descendentes açorianos, mostra a grande abrangência territorial ocupada pelos açorianos e seus descendentes.

<sup>88</sup> \* Núcleo multi-cultural açoriano/italiano

\*\* Núcleo multi-cultural açoriano/alemão

Nº.	Freguesia <sup>89</sup>	Data criação
1	Sombrio	08/01/1916-Freguesia
2	Içara*	08/03/1933-Freguesia
3	Paulo Lopes	06/11/1910-Freguesia
4	Palhoça**	08/11/1882-Freguesia
5	Biguaçu**	17/01/1891-Freguesia
6	Governador Celso Ramos	03/03/1914-Freguesia
7	Bombinhas	12/05/1967-Freguesia
8	Itapema	30/12/1914-Dist. Policial
9	Balneário Camboriú	20/06/1964-Município
10	Navegantes	26/08/1962-Município
11	Piçarras	21/05/1958-Município
12	São Martinho**	02/08/1892-Município
13	Barra do Sul	09/01/1992-Município
14	Criciúma*	02/09/1892-Freguesia
15	Garuva	22/10/1921-Freguesia
16	Ilhota**	26/09/1931-Freguesia
17	Imbituba	01/12/1938-Freguesia
18	Luiz Alves	31/03/1880-Freguesia
19	Maracajá	09/07/1917-Freguesia
20	Pedra Grande*	31/12/1943-Freguesia
21	Passos de Torres	18/05/1984-Freguesia
22	Sangão	02/03/1934-Freguesia
23	Santa Rosa do Sul	26/07/1956-Município
24	São João do Itaperiú	15/12/1965-Freguesia
25	São João do Sul	03/02/1891-Freguesia
26	Jacinto Machado*	11/10/1930-Freguesia
27	Canelinhas*	26/01/1934-Freguesia
28	Gravatal*	02/10/1888-Freguesia
29	Morro da Fumaça*	23/04/1931-Freguesia
30	Antônio Carlos*	15/07/1919-Freguesia
31	Armazém*	10/01/1901-Freguesia
32	Águas Mornas**	06/09/1886-Freguesia

**Tabela 6** - Núcleos Terciários de Colonização Açoriana 1882 aos dias atuais<sup>90</sup>

Com esta distribuição, naturalmente, essa gente ampliou a sua ação, em novas ondas imigratórias para espaços dentro das raias castelhanas, por ações espontâneas ou por pressão militar.

Paralelamente, dentro dos interesses da Coroa Portuguesa unindo à necessidade econômica, pela fixação dos “caminhos das tropas”, desde as “vacarias del mar” e das “vacarias del piñar”, àquela de fixação da área de soberania, procedeu-se implantação de localidade e den-

<sup>89</sup> \*Núcleo multi-cultural açoriano/italiano; \*\*Núcleo multi-cultural açoriano/alemão.

<sup>90</sup> Quadro dos núcleos terciários de colonização Açoriana surgidos a partir do ano de 1882, em Santa Catarina, resultantes da expansão dos descendentes de Açoriano, até os dias atuais.

tre estas surgiu a vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, no planalto, que se tornou centro de pecuária extensiva, dando início à dinamização do planalto catarinense.

Tem-se, pois, no século XVIII no setor de comunicação entre as várias localidades, a utilização das vias fluviais e marítimas e dos caminhos de tropas.

### **2.5.2 Os Séculos XIX e XX**

O século XIX é o da maciça ocupação dos espaços geográficos, onde se defrontam, de um lado, o ingresso de expressivos contingentes colonizadores e, de outros, vários tipos de experimentos.

Até então o foco da economia brasileira estava centrado na mineração de ouro e na produção de açúcar, o que significava o pequeno desenvolvimento demográfico do Brasil - Meridional que só exportava, pelos caminhos-de-tropas, gado em pé e, na orla litorânea, produzia farinha de mandioca.

A política centralizadora do Império Português não sentiu a necessidade de ocupar o território brasileiro, a não ser com gente lusitana e é desse intuito a fundação da colônia “Nova Ericéira” em terras da Enseada de Garoupas, já preconizada por Manuel Gonçalves de Aguiar, em 1714, no Porto Belo de hoje e isto em 1817, sob aquele nome.

O Império Brasileiro após a consolidação da Independência tenta afirmar uma política de colonização, mas o fez de forma tímida, nas chamadas “bocas-de-sertão”<sup>91</sup>, como foi São Pedro de Alcântara, no caminho para o planalto, em 1829, com total falta de planejamento.

O próprio Governador Provincial de Santa Catarina, com seus poucos recursos, tentou substituir a ação do império.

Desenvolve, a partir de 1832, uma política de colonização pela própria Província, da qual resulta a fundação da Colônia “Nova Itália”, pela firma Demaria & Schutel, em 1836.

Das desilusões dos colonos de São Pedro de Alcântara surgem novos núcleos colonizadores como a Colônia Itajaí e Vargem Grande. E, da falta de continuidade administrativa na Colônia “Nova Itália” ver-se-á uma nova abertura de caminhos à procura de novas terras.

---

<sup>91</sup> No processo de interiorização da cultura e, conseqüente, da ocupação urbana, a ferrovia marca o aparecimento das conhecidas “Bocas de Sertão”, que nada mais eram do que pequenas aglomerações formadas na ponta de linha de uma estrada de ferro, e que se desenvolvia em torno das estações. Nas “Bocas de Sertão” as atenções do comércio e serviços estavam concentradas até que a estrada de ferro se prolongasse e nova “Boca de Sertão” surgisse, causando a decadência da aglomeração anterior, quando esta não desenvolvia uma atividade própria, independente da função ferroviária. Artigo apresentado no IICongresso Sul Americano de História. WICKERT, Ana Paula, GELPI Adriana.2004.

A partir de então o Governo Imperial e o Governo Provincial procuraram dar novos rumos à ocupação do vazio demográfico.

Têm-se, de um lado, alguns experimentos como a Colônia Industrial do Saí, a partir das idéias de Charles Fourier, com a adoção de regras de um “socialismo utópico”, ou então a concessão de terras a companhias de colonização que se organizam e se estruturam na Europa, com objetivos bem definidos – como a Cia. Belgo Brasileira de colonização de Charles van Lede, a Colônia criada pelo Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, a Cia. Colonizadora Hanseática, instalada nas terras dotais dos Príncipes de Joiville, e a Colônia Dona Francisca, além das colônias desenvolvidas sob a égide do Governo Imperial, que foram as Colônias Piedade, Santa Isabel, Leopoldina, Itajaí, Brusque, Jaraguá e militares de Santa Teresa e do Chapecó e, ainda, por sua especificidade deve ser salientada a Colônia Nacional de Angelina e, ainda a Colônia Grão Pará, esta em terras dotais do Conde d’Eu e da Princesa Isabel.

Neste movimento colonizador tem-se que ressaltar a “Grande Colonização Italiana” desenvolvida a partir de 1875, face ao Contrato do governo Imperial com o Comendador Joaquim Caetano Pinto Junior, para a introdução, em dez anos, de cem mil imigrantes no território brasileiro, que seria a complementação da ocupação dos vales litorâneos da Bacia do Itajaí e da Bacia do Tubarão, onde no ato de completar os números contratuais se introduziram poloneses e escravos, além de indivíduos de outras etnias em menos números.

Esta imigração italiana respondeu pela integração rápida, face à religião e à proximidade lingüística, com os elementos luso-brasileiros. Estes imigrantes, como todos os demais, face ao modelo de colonização, quer particular, quer oficial, têm propriedade de 25 a 30 hectares e, portanto, minifúndios, que, em pouco tempo, com a explosão demográfica desta gente, se tornaram pequenos e, ainda, aliados ao sistema de partilha existente no seu direito tradicional dentro das famílias, quanto à sustentação dos cabeças-de-casal, motivaram a procura de novas terras.

E, fechado o quadro não é de olvidar a ocupação do Extremo Oeste, a partir dos “Campos de Palmas”, com repercussões populacionais, sociais, econômicos e político-administrativos.

Nesse século XIX a ocupação dos vazios demográficos descritos produz benefícios de ordem econômica, como a melhoria dos caminhos que se tornam estradas carroçáveis, pelos esforços dos colonizadores europeus, e dentro dos termos contratuais das várias ações empreendidas, e tem-se, conjugada com a exploração do carvão mineral, a instalação das primeiras

ferrovias e, logo após, a formalização de concessões de outras vias férreas, sendo que algumas ainda hoje, nem saíram do papel.

Aproveitando as bacias hidrográficas, vê-se o surgimento da navegação fluvial, quer no Itajaí-açu, quer no Negro-Iguaçu.

Não se deve esquecer que, a partir da eclosão da Guerra do Paraguai, vão ser instalados outros meios de comunicação, como o telégrafo elétrico e o “cabo submarino”.

Estes suportes técnicos darão melhor qualidade e mais impulso à imprensa, quer da Capital, quer de outras cidades, com a maior agilidade da circulação do conhecimento.

Vista com os olhos a reflexão sobre o século XIX nos leva a compreender, que a colonização efetivada pelos governos imperial e provincial só surtiu efeito quando devidamente planejada e levada a efeito por administradores capazes e de grande iniciativa.

É o caso da Colônia “Blumenau”, onde o seu fundador e diretor por vinte anos, Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, cuidava de todos os passos da vida dos imigrantes, desde a sua seleção na Alemanha até sua fixação nos lotes coloniais, o que o leva a se insurgir no tocante a localização dos trentinos na “sua” Colônia e o leva a situá-los nas fronteiras com o indígena.

Outro exemplo é da Colônia Nacional “Angelina”, que teve no Engenheiro Carlos Othon Schlappell o seu organizador e primeiro diretor durante dez anos.

Dir-se-á o mesmo da Colônia “Brusque”, onde o Barão Maximiliano von Schneeberg, seu instalador e primeiro diretor, traçou os rumos do seu desenvolvimento.

No tocante à Colônia “Dona Francisca” não se deve só ressaltar a organização da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, com a visão empresarial do Senador Cristiano Mathias Schroeder, mas a fiscalização e ação comunitária dos seus primeiros habitantes, o que faz sobressair a organização da “Comuna”. Atenta aos problemas locais, bem como à estruturação da vida em sociedade.

O século XIX é um período rico de ensinamentos e, portanto, de exemplos, sobre a formação da sociedade catarinense, com a aculturação dos imigrantes, a miscigenação dos variados grupos de formação étnica e cultural diferenciada e as resultantes que nos legaram.



italo-brasileiro – estes em maioria teuto-brasileira, polono-brasileiro e todos já trazendo traços culturais advindos de tradição gauchesca.

No trabalho de colonização do Extremo-Oeste precisamos salientar as pequenas colonizadoras formadas no Rio Grande do Sul, que, primeiramente, se instalaram no longo da ferrovia São Paulo - Rio Grande e, posteriormente, avançaram em direção a fronteira com a República Argentina. Em particular deve evidenciar o papel de Ernesto Francisco Bertoso, cujo nome é de suma importância na História daquela região.

Preenchidos os vazios demográficos, houve, evidentemente, por força de diversos fatores, principalmente de ordem econômica, fuga de braços para outras regiões do País, notadamente para o Centro-Oeste e para a Região Amazônica.

Não se deve olvidar que, nos documentos tem-se a afirmação do elemento negro, escravo ou não, mesclado com o restante da população, em proporções variáveis, cujo ápice está em 1824 em 33% sobre o total populacional, quando se inicia o processo de decréscimo até a abolição total do escravismo.

#### ***2.5.4 Pensando o Século XXI***

Ao encarar o mapa do nosso Estado neste início de novo século, tem-se prioritariamente que marcar que as fusões de grupos humanos de diversas origens e de diferentes graus de cultura produzirão mentalidades diversas e até antagônicas, em aspectos específicos.

Numa primeira abordagem deve-se considerar os múltiplos traços culturais. De um lado, aquele de ascendência latina, quer da raiz luso-açoriana, dominante na área litorânea, quer de raiz itálica, dominante nos vales litorâneos, e que hoje alcançam todo o território catarinense, pelo vários caminhos de penetração que percorreram.

Estes traços têm como elo comum a religião católica, que nos embates pela sobrevivência gerou um conceito de solidariedade, da mesma forma que os grupos de ascendência germânica o tiveram, no luteranismo.

Não se deve esquecer a contribuição cultural dos escravos, que permeiam algumas áreas do nosso Estado, e, mais recentemente os grupos asiáticos, notadamente os japoneses.

Estas migrações continuadas, desde o século XVI até os nossos dias, têm, depauperado o ecossistema catarinense, com um desenfreado extrativismo vegetal, produzindo diminuição das reservas de biodiversidade e, simultaneamente, acelerando o processo de erosão dos solos, e diminuindo a vazão dos rios.



As florestas nativas foram paulatinamente substituídas pela agricultura de subsistência, dentro de minifúndios, que geraram continuadas migrações.

Em todo estado tem-se produzido agricultura de exportação em grande parte freada pelas dificuldades dos sistemas de circulação, notadamente pela orografia.

Algumas atividades artesanais transformaram-se em industriais manufatureiras e de incipiente cunho familiar. Estas, também, têm sofrido percalços no tocante ao seu gerenciamento na segunda e terceira gerações.

Este flash da realidade catarinense, no tocante a história, geografia e meio ambiente, apresenta de forma rápida a fragilidade dos ecossistemas do estado, mas aponta como saída o caminho da evolução tecnológica associado com o desenvolvimento sustentado.

### **3. UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE OS AÇORES**

### 3. UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE OS AÇORES

#### 3.1 Geografia, meio ambiente e a população do Arquipélago dos Açores

O arquipélago dos Açores<sup>92</sup> está situado no Oceano Atlântico Norte, numa posição estratégica entre a Europa, América e África. Distam aproximadamente 1.500 km de Lisboa (Portugal Continental), 3900 km da Costa Oriental da América do Norte e 8000 km de Florianópolis- Santa Catarina- Brasil. Situam-se nas coordenadas geográficas de 36°43' e 39°43' de latitude norte; 24°26' e 31° 16' de longitude oeste<sup>93</sup>.

São nove as ilhas que compõem o arquipélago dos Açores: **Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Faial, Pico, Graciosa, Flores e Corvo**. Somam a superfície total de 2344 km<sup>2</sup> dispostos ao longo de uma faixa NW-SE, com cerca de 600 km de comprimento, ocupando uma superfície de águas de 66.000Km<sup>2</sup><sup>94</sup>.

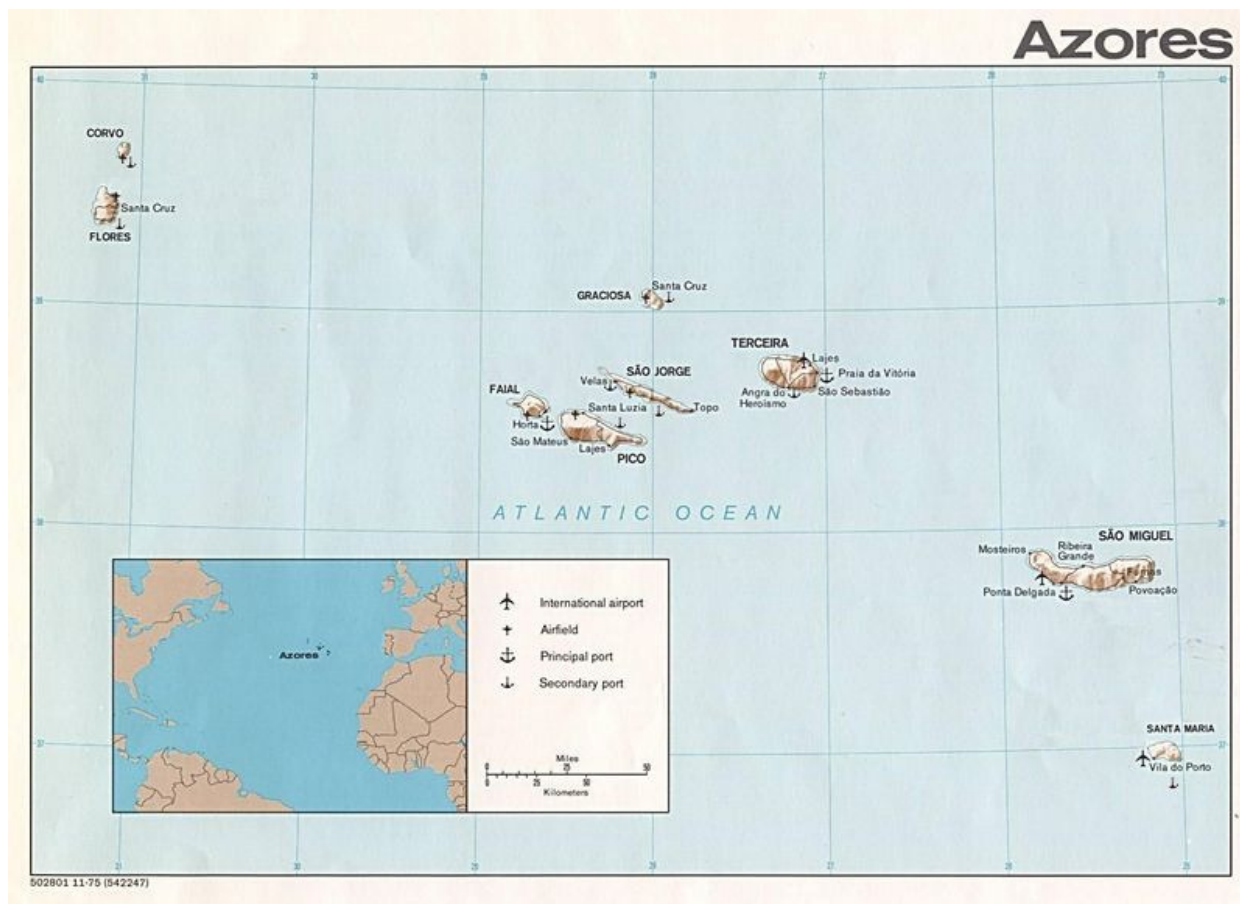
---

<sup>92</sup> A denominação Açores, dada ao arquipélago de nove ilhas, deriva de uma espécie de águia (gavião) conhecida por Açor, supostamente encontrada pelos primeiros marinheiros que visitaram as ilhas. Todavia, há quem diga que as aves encontradas eram búteos (Águia-de-asa-redonda). O artigo publicado no Diário Insular de Angra de Heroísmo, datado de 25/26 de fevereiro de 1995, indica que efetivamente o Açor, ave hoje extinta, na época dos descobrimentos povoava os Açores: “ (...) As aves presentes no arquipélago, aquando do seu descobrimento pelos portugueses, eram realmente açores. De fato, tendo em conta o peso que a altanaria tinha na época, cremos que fosse impossível aos descobridores confundir águias-de-asa-redonda com açores, mesmo tomando em linha de conta o menor tamanho das primeiras. Pelos vários testemunhos contemporâneos verificou-se que a população de açores foi alvo de perseguição por parte do homem, quer no intuito da erradicação, pelo fato dos açores lhes fazerem concorrência no abate de presas comuns. A perda do habitat de caça e nidificação, bem como a diminuição no número de presas pode ter acarretado uma regressão no efetivo populacional, que terá reduzido o Açor insular à extinção. O aparecimento em cena da águia-de-asa-redonda (buteo) poderá ter se processado de duas maneiras: a águia-de-asa-redonda coexistia com o açor, povoando as zonas arborizadas, ocupando posteriormente o nicho deixado vago pelo Açor; ou após um período de interregno, logo a seguir a extinção dos açores, houve uma movimentação de águia-de-asa-redonda a partir do Arquipélago da Madeira. Estas foram ocupando sucessivamente as ilhas, num processo que ainda hoje decorre”. Diário Insular de Angra de Heroísmo, datado de 25/26 de fevereiro de 1995, p.9,

<sup>93</sup> Extraído da publicação: Os Açores no mundo. Livro nº 1. Secretaria Regional da Educação e Cultura – Região Autónoma dos Açores, p.1.

<sup>94</sup> O arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas, tendo cada ilha a seguinte área geográfica, a saber: Grupo Oriental: S.ta Maria (97 Km<sup>2</sup>), S. Miguel (757 Km<sup>2</sup>); Grupo Central: Terceira (402 Km<sup>2</sup>), Graciosa (62 Km<sup>2</sup>), S. Jorge ( 246 Km<sup>2</sup> ), Pico ( 447 Km<sup>2</sup> ), Faial ( 173 Km<sup>2</sup>); Grupo Ocidental: Flores (143Km<sup>2</sup> ), Corvo (17Km<sup>2</sup>). Francisco dos Reis Maduro Dias. www.eurisles.com.br 14 de setembro de 2007

### 3.1.1 Potencial geográfico dos Açores



**Mapa 5** - Localização geográfica do Arquipélago dos Açores

Resultantes da ação dos vulcões gerados no fundo do oceano, as ilhas dos Açores apresentam um solo extremamente rico, mas de difícil cultivo, por ser pedregoso em sua maior parte<sup>95</sup>.

Os motivos sísmicos ao longo dos séculos criaram um relevo acidentado, aplainado em muitos pontos, com a marca de antigas crateras vulcânicas. “Destacam-se como ilhas de maiores elevações a do Pico, que apresenta as maiores elevações de Portugal (2.351 metros) e a de Santa Maria com 1.587 metros”<sup>96</sup>.

O clima dos Açores é temperado oceânico, influenciado pelas massas de ar polar e tropical. O oceano, em especial uma ramificação da corrente do golfo, é um grande regulador

<sup>95</sup> Veja-se em a “*Descrição das Ilhas do Atlântico*”, de Valentim Fernandes (Alemão), redigida em 1507. Ao procurar descrever as Furnas de São Miguel, o autor, que alias neste ponto repete o excerto narrativo-descritivo “*De inventione insularum de Açores*” de Diogo Gomes de Sintra (escrito quando governava o capitão Rui Gonçalves da Câmara [1474-1497/8], não consegue evitar o discurso hiperbólico: “*E a terra aqui queima como se estivesse fogo debaixo. E assi está nella hum monte cheo de fogo que no verão carvam vivo e no inverno cheo de fumo. E assi em hum campo está terra cinzenta que sempre ferve. E o que nella lançam logo he consumido*”.

<sup>96</sup> ANTUNES, João. Mapa hipodérmico dos Açores. Açores no Mundo. V.1, p.3, 1988.

térmico, possibilidade regularmente distribuída ao longo do ano. No entanto, nas vertentes voltadas ao sul das ilhas do grupo central e oriental, existem meses secos.

As temperaturas médias variam regularmente ao longo do ano, apresentando o mínimo em fevereiro (inverno) e o máximo em agosto (verão). A temperatura média anual é de 17°C.

Os meses mais chuvosos são os de outubro a março. Os valores médios anuais de precipitação são de 1136,6mm. Quanto à umidade relativa do ar, a região apresenta valores médios mensais máximos no inverno e mínimos no verão que podem variar entre 69% (verão) e 91% (inverno)<sup>97</sup>.

Portanto, os imigrantes açorianos desembarcados em Desterro no século XVIII (1748-56) já estavam acostumados com o tipo de clima que aqui encontraram. Marcados com duas estações definidas (verão e inverno), em que os regimes dos ventos tinham influência direta. A alteração neste sentido foi a época do ano em que ocorriam as estações e a direção dos ventos.

Quanto às estações do ano, o inverno (dezembro a março nos Açores) aqui passava a ser enfrentado de junho a setembro; o mesmo ocorria com o verão, aqui de dezembro a março, quando estavam acostumados a enfrentá-lo de junho a setembro.

O regime dos ventos<sup>98</sup> de influência maior na mudança do clima no Sul do Brasil é o vento sul, por estar perto do pólo sul. Nos Açores este vento é o norte, pela latitude do arquipélago.

### 3.1.2 A Gênese humana no arquipélago

A descoberta do arquipélago dos Açores insere-se na grande epopéia dos descobrimentos marítimos do fim da Idade Média e início da Moderna, promovidos pelas Coroas Ibéricas - Portugal e Espanha.

“A moderna historiografia apoiada em estudos cartográficos antigos, admite que o descobrimento dos Açores se verificou no ano de 1427, por Diogo de Silves, de nacionalidade portuguesa. Frei Gonsalo Velho teria depois, sido encarregado do respectivo povoamento na década de 1430, a partir do setor oriental do arquipélago (Santa Maria e São Miguel). Teria aportado na ilha de Santa Maria pela primeira vez em 15 de agosto de 1432. São Miguel só seria atingido em 1444. As ilhas do

<sup>97</sup> Idem *Op. cit.*

<sup>98</sup> A respeito dos ventos nos Açores, destacamos o que cita João Marinho dos Santos em sua obra “Os Açores nos Séculos XV e XVI”. Volume I.p.56: “...São, com efeito, os ventos um dos grandes factores da erosão, os *diabinhos* irrequietos que alteiam a ondulação, os portadores incansáveis da ‘ressalga’ que *queima* a vegetação, os provocadores impenitentes dos homens e dos animais”.

grupo ocidental (Flores e Corvo) só foram descobertas em 1452 por Diogo de Teive.

Até a morte do Infante D. Henrique em 1460, a colonização centra-se principalmente em São Miguel e Santa Maria. Nos decênios seguintes progride nas ilhas do grupo central.

A ocupação demográfica do Arquipélago resultou da junção de vários grupos étnico-culturais. Procedentes tanto do continente europeu como africano. Para Santa Maria e São Miguel foram no início gentes do continente português: Estremadura, Algarve e Alentejo, que povoaram o grupo oriental. Para as ilhas Terceiras e Graciosa foi o povo das províncias portuguesas montenhas, liderados por Jácome de Bruges. Para o Faial foram as famílias flamengas (holandeses) que capitaneados por Josse de Huertere ali desenvolveram as primeiras indústrias locais, dentre as quais a do pastel. Para São Jorge foram também muitos homens de Flandres que, acompanhando Guilherme Van Der Haggen, depois da Silveira, acabariam de fixar-se no Topo. Para o Pico foram, a primeiro, famílias terceirenses que se instalaram para a banda das Lages e, depois, flamengos do Faial. Para as Flores e para o Corvo, a mesma massa anônima do povo das várias províncias misturado a flamengos. A estes povoadores europeus listados, somaram-se franceses, italianos, mouros, negros, ingleses que originaram resultantes dos séculos de ações interétnicas ocorridas no semi-isolamento da maioria das ilhas<sup>99</sup>.

A ocupação humana da região dos Açores resultou da necessidade de Portugal controlar os pontos-chaves de abastecimento e aguada das Rotas de Navegações para o Oriente e América<sup>100</sup>.

Não obstante as inúmeras dificuldades que cercaram o povoamento dos Açores, desde as condições geoclimáticas e sísmicas, passando pelo isolamento oceânico, foi o arquipélago em poucos anos povoado, transformando-se num grande ponto de apoio às viagens portuguesas e espanholas<sup>101</sup>.

No final do século XVI (1590) o arquipélago dos Açores era povoado por 62.294 habitantes, como uma densidade demográfica de 26,5 hab/Km<sup>2</sup>. As ilhas com maior densidade demográfica eram a Terceira (53,1 hab/ Km<sup>2</sup>) e Graciosa (45,5 hab/Km<sup>2</sup>). No outro extremo, num quase vazio demográfico, estavam as ilhas do Corvo (5,0 hab/Km<sup>2</sup>), Flores (9,0 hab/Km<sup>2</sup>), Pico (7,0 hab/Km<sup>2</sup>) e São Jorge (11,0 hab/Km<sup>2</sup>)<sup>102</sup>.

<sup>99</sup> COSTA, Carreiro da. Esboço histórico dos Açores. Açores no Mundo, v.1, p.3. 1988.

<sup>100</sup> Sobre as dificuldades do povoamento insular, veja: Artur de Matos, "*Povoamento e colonização dos Açores*", in Portugal no Mundo (dir. Luis de Albuquerque), Lisboa, 1989, fascículo 11, p. 178; Rui Carita, História da Madeira (1420-1566), I. *Povoamento e produção açoriana*. Funchal, 1989, pp. 85-86.

<sup>101</sup> A literatura sobre os Açores, sua história, geografia e a ocupação humana é vasta. Apresentamos um breve resumo com objetivo de servir de substrato histórico para a tese, feita a partir das seguintes obras: MENESES, Avelino de Freitas. 1994. **Estudos de História dos Açores. Volume I – As ilhas no conhecimento do Mundo**. Ponta Delgada. São Miguel. Ed. Jornal de Cultura. 288p.; MARINHO, João. **Os Açores nos séculos XV e XVI, v II. Direção Regional de Assuntos Culturais**. Açores. Portugal. 1989. p.380-97; VIEIRA, Alberto. **A questão cerealífera nos Açores nos séculos XV – XVII**. Revista Arquipélago. Açores, nº I, p. 123 -202, jan./jun. 1985; COSTA, Carreiro da. **Esboço histórico dos Açores**. Açores no Mundo, v.1, p.3. 1988.

<sup>102</sup> Açores, 1747. Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal. Quadro Especial – Demográfico dos Açores, p.4.

Depois 157 anos, ou seja, no ano de 1747, o fluxo populacional no arquipélago dos Açores apresentava um crescimento de 87% em relação ao ano base de 1590.

A Ilha Terceira apresentou, no período acima citado, uma estagnação populacional, demonstrando já estar consolidada demograficamente, na qualidade de grande porto de abastecimento das rotas de navegações Índicas/ Américas.

Das chamadas ilhas-pólos açorianas (Faial/Terceira/S.Miguel), a que apresentou o crescimento demográfico mais acentuado neste período foi a ilha de Faial, com 219% em cujo entorno também cresceram S.Jorge (215%) e Pico (225%), mostrando o aumento da importância desta área do arquipélago, nas atividades econômicas em curso.

O conjunto das ilhas da parte ocidental do arquipélago, Flores e Corvo, foram as que apresentaram maior incremento demográfico. A primeira cresceu 258% enquanto que a segunda 396%. Em números brutos, a ilha de São Miguel, desde o censo de 1590, liderou demograficamente os Açores. Inicialmente, em equilíbrio populacional com a ilha Terceira (21.371 habitantes contra 24,024 de São Miguel), manifestou-se em progressivo adensamento demográfico. Favorecida pela maior extensão territorial tornou-se o grande pólo demográfico dos Açores já em meados do século XIX. Em 1930, detinha o percentual de 49,34% da população dos Açores, chegando este percentual, em 1991, a 52,25%. Portanto, mais da metade de toda a população do arquipélago reside atualmente na ilha de São Miguel, que representa apenas um terço (31,7%) da área geográfica dos Açores<sup>103</sup>.

Em meados do século XIX (1849), portanto um século após o censo de 1747, os Açores apresentaram um crescimento populacional de 99,8% em relação ao ano base de 1747. A população passou de 116.816 para 233.409 habitantes.

No entanto, o crescimento não foi uniforme em todas as ilhas. Enquanto a ilha de São Jorge estagnou demograficamente (5,4%), as ilhas do Pico (242,1%) e Graciosa (254,6%) sofreram um acelerado aumento demográfico em relação ao ano base de 1747. A ilha Terceira, centro da grande migração para o Sul do Brasil (1748-56), voltou a crescer demograficamente, quase duplicando a população em relação ao ano base de 1747, crescendo 84,9% no período<sup>104</sup>.

Com o fim da “União Ibérica” em 1640 reduzirá de forma substancial o papel de entreposto das ilhas dos Açores, papel que foi alterado em função da passagem do ouro do Brasil e da criação em 1766, da Capitania Geral dos Açores por determinação do Marquês de Pombal.

<sup>103</sup> SANTOS, João Marinho. **Os Açores nos séculos XV e XVI**. Açores, Ponte Delegada. Portugal, 1983.p.4.

<sup>104</sup> ROCHA, Gilberta Pavão Nunes e Vitor Luizão Nunes e Vitor Luiz Rodrigues. **A população dos Açores no ano de 1849**. Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1983.

É nesse tempo que a emigração açoriana para o Brasil ocupará os territórios pouco povoados pelos europeus no sul do Brasil, uma resultante dos acordos das linhas de fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas do Brasil, Argentina e Paraguai. Nesta mesma época, surgirá outra corrente migratória dirigida para os portos americanos da costa leste e apoiada na caça à baleia. Devemos lembrar que o aparecimento destas correntes migratórias não se deveu apenas a questões de geopolítica da coroa portuguesa, mas foi motivado por circunstâncias regionais como o vulcanismo, a fome, aliada a pressão demográfica<sup>105</sup>.

O início do século XX, em 1930, encontraram-se os Açores em nova transição demográfica.

A população do arquipélago sofreu um aumento demográfico de apenas 9,9%, ou seja, um acréscimo de apenas 15.304 habitantes em relação ao ano base de 1849, com variações significativas entre as diferentes ilhas. Apresentaram crescimento populacional positivo, ainda que reduzido, as ilhas de Santa Maria, com 23,6%; São Miguel, com 38,1%; Terceira, com 16,4%.

As demais ilhas tiveram decréscimo populacional, ou seja, apresentaram índices negativos de crescimento demográfico. As reduções populacionais foram mais acentuadas nas ilhas das Flores, Pico e Faial. Nas Flores, com 45,0%, passando a população de 10.840 em 1849 para 6993 em 1930; Pico cresceu negativamente em 45,0%, reduzindo-se de 31.246 para 20.158; na ilha do Faial este índice foi de 36,7%, diminuindo de 18.808 para 13.751<sup>106</sup>.

No final do século XX, em 1991, como resultado das mudanças nos hábitos demográficos da população (de malthusiano para pós-malthusiano), e das fortes emigrações ocorridas no período de 1930-1990, ocorre um crescimento demográfico negativo de 6,3% em relação ao ano base de 1930. A população que era de 256.668 em 1930, passou para 241.364 habitantes no ano de 1991.

O maior impacto reducional ocorreu na ilha da Graciosa, com 316,6%, passando a população de 21.383 para 5.132 habitantes; a ilha das Flores, com 58,7% e Pico com 33,3%, tiveram, também, fortes reduções populacionais, em relação ao ano base de 1849.

Se comparadas às populações das diferentes ilhas dos Açores para os anos de 1747 – quando teve início a grande emigração para o Sul do Brasil – com a população atual, têm-se alguns dados surpreendentes.

<sup>105</sup> MENEZES, Avelino de Freitas de. **A preponderância econômica de São Miguel e o engrandecimento de Ponta Delgada: a conjuntura de meados do século XVIII**. Ponta Delgada: Colóquio comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada. Actas, p. 105-140.1999.

<sup>106</sup> ROCHA, Gilberta. **Os Açores na viragem do século (1860-1930)**. Coleção Separatas, 53. Região Autónoma da Madeira, 1989.



O conjunto central do arquipélago compreendendo as ilhas do Faial, Pico, Terceira, Graciosa e São Jorge, de onde partiu a grande emigração para o Brasil meridional, ocorreu um aumento populacional de 43.595 indivíduos, portanto de 71.37%, já que em 1747 moravam na região 61.082; passando esta população para 104.677 indivíduos, em 1991<sup>107</sup>.

Na região Oriental temos São Miguel, Santa Maria, que praticamente não participou de emigração do século XVIII, tem-se em 1991, em relação ao ano base de 1747, era de 50.685 e em 1991 passou a 131.915.

No setor Ocidental dos Açores temos a Ilha das Flores e Ilha do Corvo, com pouca participação na emigração do século XVIII, mas cujas ilhas, como as demais, participaram das fortes emigrações do século XX, notadamente em direção aos Estados Unidos e Canadá, apresentando, em 1991, em relação ao ano base de 1747, uma redução de 277 indivíduos, ou seja, 5,48%, já que no ano base eram 5.049 habitantes, passando, em 1991, para 4772<sup>108</sup>.

Os Açores presentemente estão em fase de transição demográfica, com uma pirâmide etária bastante envelhecida, ainda que com perspectiva de revitalização. Tendo em vista os impeditivos à emigração, fazendo com que aumente significativamente o número de indivíduos com idade de procriação que permanecerão nos próximos anos no arquipélago, existe uma tendência de rejuvenescimento da população.

No aspecto demográfico, podemos observar que o arquipélago dos Açores apresenta atualmente hábitos demográficos pós-malthusianos, com um reduzido crescimento vegetativo (diferenciada entre nascimento e mortes), uma pirâmide etária diferenciada nas ilhas, embora com marcas comuns em sua estrutura por idades. É marcada num extremo pelo envelhecimento da população, no outro pelo rejuvenescimento, refletindo as consequências da emigração dos contingentes populacionais de média idade e por fim um aumento da imigração para o arquipélago, resultante do retorno de açorianos que vivem notadamente nos Estados Unidos.

### **3.2 Evolução histórico-administrativo dos Açores**

Como uma das áreas dos vastos domínios da coroa portuguesa, os Açores, sofreram os efeitos das políticas administrativas definidas pela metrópole para suas áreas coloniais.

Primeiramente, como no caso brasileiro, os Açores foram divididos em capitânias hereditárias, cujos Donatários exerciam seus poderes através dos Capitães Donatários.

<sup>107</sup> Fonte: Os Açores no Mundo. Secretaria Regional de Educação e Cultura. Região Autónoma dos Açores. 2000.

<sup>108</sup> Ibidem.

A norma foi aplicada desde o início da povoação dos Açores, em 1439, estendendo-se até o ano de 1766 quando foi criada a Capitania Geral dos Açores. O sistema de capitánias hereditárias durou, portanto, 327 anos.

<b>Capitanias</b>	<b>Capitães dos Donatários</b>
Santa Maria/ São Miguel	Gonsalo Velho/ João S. Albergaria
Santa Maria*	João Soares de Albergaria
São Miguel*	Rui Gonsalves da Câmara
Terceira	Jacome de Bruges
Angra e São Jorge*	João Vaz Cortez - Real
Praia*	Álvaro Martins Homem
Graciosa	Duarte Barreto
Faial e Pico	Jos de Huertere
Flores e Corvo	Diogo de Teive

**Tabela 7** - As primeiras capitánias hereditárias e seus donatários.  
(\*) Criadas em 1474.

### **3.2.1 Capitania Geral**

De acordo com Menezes (1995), a criação da Capitania Geral dos Açores quebra um longo período de ambigüidade entre os poderes régio senhorial e dos conselhos (municipais), que remonta ao termo do século XV.

“(...) o projeto pombalino de 1766 sustenta a primazia monárquica, que beneficia a supressão das capitánias e promove intendência dos municípios. O primeiro Capitão – General D. Antão de Almada exerce, pela primeira vez, uma efetiva autoridade à dimensão do arquipélago. (...) As antigas capitánias foram incorporadas, em conformidade com o decreto de 2 de agosto de 1766”<sup>109</sup>.

Iniciava-se, a partir de então, um sistema político centralizado que sobreviveu no arquipélago até fins do século XIX, ainda que com algumas regalias, a partir da subida ao trono de Dom Pedro IV (1832).

### **3.2.2 Sistema autónomo de 1895 a 1976**

Com decreto de 2 de março de 1895, que institucionalizou o regime autónomo para os Açores, estabeleceu a divisão do arquipélago em três distritos administrativos, com sedes respectivas nas cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, sem, no entanto, assegu-

<sup>109</sup> MENEZES, Avelino. **A administração dos Açores e as raízes da autonomia. Autonomia no Plano Histórico**, v.I, Jornal de Cultura, 1995. Ponta Delgada. Açores – Portugal.

rar ao povo Açoriano os direitos que desejava desfrutar. Alguns foram efetivamente conquistados em 1976; outros se encontram, ainda, em fase de conquista.

### **3.2.3 Criação da Região Autónoma dos Açores – 1976**

Os Açores, como unidade administrativa centralizada, constituída por uma estrutura executiva e legislativa, eleita pelos açorianos, com autoridade sobre as nove ilhas do arquipélago, criou em 30 de abril 1976, com o Decreto-Lei nº. 318-B/76, e com a aprovação pela Assembléia Portuguesa o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, ficando assim criada a Região Autónoma dos Açores.

Os três primeiros artigos encerram a essência do estatuto autónomo:

#### **Artigo 1**

- a) O arquipélago dos Açores, composto pelas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, e também pelos seus ilhéus, constitui uma região autónoma da Republica Portuguesa, dotada de personalidade jurídica de direito público.
- b) A Região Autónoma dos Açores abrange ainda o mar circundante e seus fundos, definidos como águas territoriais e zona económica exclusiva nos termos da lei.

#### **Artigo 2**

- a) A autonomia política, administrativa e financeira da Região Autónoma dos Açores não afeta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição e do presente Estatuto.
- b) A Autonomia da Região dos Açores visa à participação democrática dos cidadãos, ao desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago e à promoção e defesa dos valores e interesses do seu povo, bem como ao reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

#### **Artigo 3**

- a) São órgãos de governo próprio da Região a Assembléia Regional e o Governo Regional.
- b) As instituições autónomas regionais assentam na vontade dos cidadãos, democraticamente expressa, e participam no exercício do poder político nacional.

O açoriano Gustavo de Almeida, em artigo de 4 de março de 1995, no jornal Açoriano Oriental, coloca com lúcida objetividade as questões referentes à autonomia e seus desdobramentos nos dias atuais:

“A autonomia administrativa que pela primeira vez se conquistou a 2 de março de 1895 foi apenas um ensaio de solução administrativa que não servia de forma alguma os Açores, e foi preciso esperar pelo ano de 1976, para ver consagrado na Constituição da Republica Portu-

guesa um Estatuto Político e Administrativo, que permitiu o governo dos Açores pelos açorianos muito embora tivessem ficado por resolver questões importantes e fundamentais, das quais destaco a necessidade de uma LEI QUADRO DE FINANCIAMENTO DA AUTONOMIA, que assegura com tranquilidade e eficácia, a cobertura das necessidades financeiras da nossa região. Passados que são dezenove anos sobre a consagração constitucional do primeiro Estatuto de Autonomia dos Açores, em 1976, são bem diferentes as realidades nacional e regional, e muitos dos preceitos estatutários estão totalmente desajustados, e precisamos de uma revisão do Estatuto Político e Administrativo dos Açores, que tenha em conta o contexto atual da vida política, social, cultural e econômica dos Açores, de Portugal e da União Européia. (...) Penso que neste tempo de celebração do I Centenário da Autonomia, á também útil e estimulante fazer um balanço sobre os dezenove anos que levamos de regime autónomo consagrado na Constituição Portuguesa de 1976, para o conforto das realizações bem sucedidas, e na análise dos erros que sempre inevitavelmente se cometem, encontramos o encorajamento e os rumos para a nova caminhada que nos conduza a um futuro de integração digna no nosso país e na União Européia. Não é justo julgar a nossa Autonomia e aqueles que a protagonizaram, apenas pelo que foi menos bem resolvido, ou com menos bons resultados, esquecendo o progresso e modernidade que foi possível trazer aos Açores e ao nosso povo, tornando realidade muitas aspirações seculares que pareciam não sair nunca do mundo dos sonhos e da utopia.

(...) Criar riqueza e desenvolvimento nos Açores, não pode ser apenas responsabilidade dos políticos, sejam eles o Governo Regional, o Parlamento Regional, as Autarquias, ou os responsáveis pelos partidos políticos. Cabe a sociedade civil, e aos empresários e suas associações, um papel cada vez mais decisivo na criação de postos de trabalho, na melhoria da produtividade, no aumento das exportações, na diminuição da nossa dependência externa. (...) A nossa economia para propor e defender medidas de excepção, que permitam que a vida seja possível com dignidade nos Açores, sem que os caminhos da emigração tenham de ser de novo procurados como a única esperança possível àqueles que não encontram emprego e vida digna nos Açores”<sup>110</sup>.

Portanto, os Açorianos a par das conquistas nos planos políticos, econômicos e sociais, continuaram a busca pelo ideal de liberdade que concilie autonomia com desenvolvimento auto-sustentável, capaz de assegurar a sobrevivência de seu povo com a dignidade.

### ***3.2.4 O sistema local: vilas e freguesias***

Em face da dispersão territorial, fruto da insularidade, as autarquias locais – municípios e freguesias – desempenham papel fundamental na vida administrativa da Região Autónoma dos Açores, desde os primórdios da colonização.

No âmbito da Região Autónoma compete à Assembléia Regional a criação ou extinção de municípios e freguesias (distritos).

No período anterior à autonomia, cabia à coroa portuguesa tal atribuição.

No Brasil, tal atribuição era da coroa portuguesa quando pertencentes a Portugal e, posteriormente, do Presidente da Província. Na República, torna-se atribuição da Assembléia Legislativa a criação de municípios e das Câmaras Municipais, a criação de distritos (antigas freguesias).

<sup>110</sup> Artigo de Pacheco Almeida. **Autonomia dos Açores – I Centenário**. Jornal Açoriano oriental, de 4 de março de 1995, p. 3, Ponta Delgada. Portugal.

O espaço territorial, nos Açores, foi sofrendo mudanças administrativas fruto da dinâmica sócio-demográfica e econômica.

A área e a distribuição da população por cada ilha e concelho<sup>111</sup> são as seguintes:

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, ÁREA E POPULAÇÃO						
Ilha	Concelho	Área km <sup>2</sup>	População (1991)	Popula- ção (2001)	Variação 1991/2001 (%)	Dens.Pop. (2001) (hab/km <sup>2</sup> )
Santa Maria:		97,2	5 922	5 578	- 5,8	54,5
	Vila do Porto	97,2	5 922	5 578	- 5,8	54,5
São Miguel:		746,8	125 915	131 609	+ 4,5	176,2
	Lagoa	45,6	12 900	14 126	+ 9,5	311,8
	Nordeste	99,9	5 490	5 291	- 3,6	52,1
	Ponta Delgada	233,0	61 989	65 854	+ 6,2	277,3
	Povoação	108,0	7 323	6 726	- 8,2	61,3
	Ribeira Grande	180,2	27 163	28 462	+ 4,8	158,2
	Vila Franca do Campo	78,0	11 050	11 150	+ 0,9	140,9
Terceira:		402,2	55 706	55 833	+ 0,2	138,6
	Angra do Heroísmo	241,0	35 270	35 581	+ 0,9	146,2
	Praia da Vitória	161,3	20 436	20 252	- 0,9	124,4
Graciosa:		61,2	5 189	4 780	- 7,9	71,4
	Santa Cruz da Graciosa	61,2	5 189	4 780	- 7,9	71,4
São Jorge:		245,8	10 219	9 674	- 5,3	39,4
	Calheta	126,3	4 512	4 069	- 9,8	31,5
	Velas	117,4	5 707	5 605	- 1,8	47,2
Pico:		447,7	15 202	14 806	- 2,6	30,1
	Lajes do Pico	155,3	5 563	5 041	- 9,4	31,5
	Madalena	147,1	5 964	6 136	+ 2,9	41,3
	São Roque do Pico	142,4	3 675	3 629	- 1,3	25,3
Faial:		173,1	14 920	15 063	+ 1,0	87,0
	Horta	173,1	14 920	15 063	+ 1,0	87,0
Flores:		141,7	4 329	3 995	- 7,7	28,2
	Lajes das Flores	70,0	1 701	1 502	- 11,7	21,2
	Santa Cruz das Flores	70,9	2 628	2 493	- 5,1	34,8
Corvo:		17,1	393	425	+ 8,1	25,0
	Vila do Corvo	17,1	393	425	+ 8,1	25,0
<b>Açores</b>		<b>2 332,74</b>	<b>237 795</b>	<b>241 763</b>	<b>+ 1,7</b>	<b>103,6</b>

**Tabela 8 - Divisão Administrativa, Área e População dos Açores<sup>112</sup>**

<sup>111</sup> O município (do Latim: municipium, antiga designação Romana) ou concelho é a divisão administrativa de um estado ('divisão territorial de determinados países') distrito ou região, com autonomia administrativa, e que se constitui de certos órgãos político-administrativos. No caso do Brasil, o município é composto pela Prefeitura e pela Câmara Municipal; em Portugal, é composto pela Assembléia municipal, Câmara municipal e, facultativamente, pelo Conselho municipal. Já entre os antigos romanos, era a cidade que tinha o privilégio de governar-se segundo suas próprias leis, porém, nem todos os habitantes possuíam os mesmos direitos.

<sup>112</sup> Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

Enquanto em Santa Catarina as mudanças foram no sentido de ampliar cada vez mais o número de municípios (vilas), em face do constante aumento demográfico da região, nos Açores, o número de municípios, no mesmo período, que vai de 1849 a 1996, tendeu à redução.

### **3.3 Eventos Históricos Açorianos Relevantes.**

Na historiografia açoriana, alguns eventos marcam de forma profunda a vida e a história do povo do arquipélago. Dentre estes fatos pinçamos o que consideramos importantes ressaltar.

O primeiro é datado do mês de fevereiro de 1493, Cristóvão Colombo ao retornar de sua viagem em que descobriu a América (12 de outubro de 1492), desembarca na Ilha de Santa Maria para pagar promessa, devido a forte temporal enfrentado por sua esquadra junto ao arquipélago dos Açores.

Já em 1522, destacamos o grande terremoto que sacode as Ilhas açorianas, causando imensa destruição, notadamente na Ilha de São Miguel. A cidade de Vila Franca do Campo foi profundamente atingida, levando-a à decadência econômica e favorecendo o aparecimento de Ponta Delgada como principal cidade da Ilha de São Miguel.

De 1580 a 1582 a Ilha Terceira resiste e torna-se o último baluarte português de resistência ao Domínio Felipino. Felipe II, rei da Espanha, reúne sob seu domínio as coroas portuguesa e espanhola (1580 -1640).

Quanto a este período de resistência, o ano de 1581, ficou marcado pela batalha da Salga, em que 2.000 soldados leais a Felipe II, sob o comando de Pedro Valdez, foram destruídos junto ao Porto Judeu, pelos partidários de D. Antônio de Castro, pretendente ao trono português. Os terceirenses, em menor número, utilizaram uma manda de gado bravio para lançar os espanhóis nas ribanceiras.

Nova batalha, desta vez naval, foi no ano seguinte travada em frente à Vila Franca do Campo (Ilha de São Miguel), em que os espanhóis foram novamente derrotados. A rendição total dos Açores só aconteceu dois anos após Portugal continental e suas colônias já estarem sob domínio de Felipe II.

No ano de 1830, acontece a Revolução Restauradora, sob a liderança de D. Pedro IV (D. Pedro I, no Brasil). É formada na Ilha Terceira, um Conselho Regional (anti-miguelista)

para lutar contra D. Miguel que havia se apoderado do trono português de sua sobrinha, Dona Maria da Gloria.

A data de 1832, marca a transferência para os Açores de D. Pedro, que após assumir o governo provisório, inicia a conquista de Portugal, destronando seu irmão D. Miguel e assumindo a coroa portuguesa com o título de D. Pedro IV.

Já no dia 2 de março de 1895, teve início o processo de construção da Região autônoma dos Açores, que conforme descreve Pacheco de Almeida (1995, p.3), foi apenas um ensaio só consolidado em 1976, e que ainda esta em construção.

A autonomia administrativa, que pela primeira vez se conquistou a 2 de março de 1895, foi apenas um ensaio de solução administrativa que não servia de forma alguma aos açores, e foi preciso esperar pelos anos de 1976, para ver consagrado na constituição da Republica Portuguesa, um Estatuto Político e Administrativo que permitiu o Governo dos açores pelos Açorianos (...)<sup>113</sup>

Já no período de 1943 – 45, os Açores passam a ter papel importante na Segunda Guerra Mundial. Por indicação das Forças Aliadas, nomeadamente a Inglaterra, o Presidente Salazar, de Portugal, concede aos aliados facilidades de bases navais e aéreas. Desta facilidade oferecida e estratégica posição dos Açores houve um enfraquecimento da guerra submarina.

A Base das Lajes foi o principal pólo a contribuir para esta situação. Só num dia desceram 600 aviões, nos dois anos de guerra mais de 21.000 aparelhos baixaram nas lajes. A pista da Base chegou a ter, numa só ocasião, mais de meio milhar de aviões de diferentes tipos. (...) No dia 8 de outubro de 1943, após o acordo celebrado entre o Governo Português e Inglês, fizeram-se os primeiros desembarques.<sup>114</sup>

E finalizado os pontos interessantes sob a ótica da historiografia, está a data de 1976, quando as regiões autônomas foram consagradas na Constituição Portuguesa. Trata-se do Estatuto Político-Administrativo Especial, reservado aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, devido às suas condições geográficas e situações socioeconômicas especiais.

<sup>113</sup> Texto de Pacheco Almeida, extraído do Artigo: Autonomia dos Açores – I Centenário. Publicado no Jornal Açoriano Oriental, no dia 4 de março de 1995, p 3, Ponta Delgada, Portugal.

<sup>114</sup> FERREIRA, José Medeiros. **Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: A Procura do Plano Bilateral**. Universidade Nova de Lisboa. Comunicação apresentada na Conferência Internacional Portugal, a Europa e os Estados Unidos da América, Lisboa, Outubro de 2003

### 3.4 A economia açoriana ao longo dos séculos

Os Açores, pelas suas características de solo vulcânico, relevo acidentado, vegetação diversificada e vida marinha abundante, exigiram dos seus habitantes uma relação harmoniosa com a natureza.

Consciente das limitações impostas pelo meio ambiente, de relevo acidentado constantemente submetido a cataclismos naturais, tais como os terremotos, furacões, chuvas torrenciais, o açoriano aprendeu a explorar os recursos naturais de forma intensa.

A variedade de grupos étnico-culturais que povoaram os Açores correspondeu a uma diversidade de traços culturais que se refletiu no sistema produtivo regional. Paralelamente às atividades económicas cíclicas, que marcaram as exportações do arquipélago dos Açores, desenvolveu-se uma produção de gêneros agrícolas de subsistência e a pesca artesanal, que garantiram ao longo dos séculos a sobrevivência do povo açoriano, notadamente a das comunidades que ficaram afastadas dos portos comerciais de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

“Os vetores que conduziram os portugueses às ilhas (Açores) foram, com exceção do ouro, os mesmos que o açúcar, as cores para a tinturaria e os couros; e mais os vinhos e as madeiras.

(...) A exploração económica do arquipélago dos Açores iniciou-se com os primeiros trabalhos de povoamento. O denso arvoredo que existia nas diversas ilhas foi aproveitado não só para a exportação de madeiras, mas, sobretudo para a construção naval em diversos estaleiros como, por exemplo, o da Povoação em São Miguel. A proliferação do gado vacum e miúdo lançado nas ilhas garantiu a alimentação dos primeiros colonos que se dedicaram, em grande número à pecuária”<sup>115</sup>.

Na vertente dos ciclos económicos aparecem sequencialmente, ainda que com ênfase em certas áreas do arquipélago, os ciclos do trigo, do pastel da laranja do baleeiro, do ananás e da pecuária leiteira.

Nos Açores dos séculos XV e XVI, teve início o ciclo do trigo<sup>116</sup> (até a divulgação do milho). O trigo era o “pão nosso de cada dia”, depois, ficará a recordação do pão alvo só sa-

<sup>115</sup> MAGALHÃES, Godinho Vitorino. **A economia dos descobrimentos Henriquinos**. p. 66.

<sup>116</sup> Obras que ajudaram na composição do texto: BRANDÃO. João de Buarcos. **Tratado da Majestade, grandeza e Abastança da cidade de Lisboa, na segunda metade do século XVI**, texto de Anselmo Braamcamp Freire e notas de Gomes de Brito. Lisboa, 1923.



tisfeita em dias de festa: “*Pão de trigo é meu primo./ Pão de milho meu parente;/ Não se faz boda nenhuma/ em que o meu primo não entre*”<sup>117</sup>.

“Foi no início do processo de povoamento do arquipélago. As terras se cansaram e o milho começou a substituí-lo como base de alimentação. (...) Ainda no século XV iniciou-se a exportação de trigo para o continente e praças africanas, além de ser utilizado na confecção de biscoitos para provisão dos navios que passavam pelos portos açorianos”<sup>118</sup>.

As ilhas de São Miguel e Santa Maria, por terem inclusive recebido uma maior densidade demográfica nos primeiros anos de povoamento dos Açores e por apresentarem solo favorável ao cultivo de cereais, foram as que mais se desenvolveram nas atividades triticultoras.

“ Na ilha de São Miguel e Santa Maria, o ritmo acalorado das arroteias e as elevadas possibilidades de seu solo para a expansão da cultura cerealífera, conduzem à sua afirmação com principais produtores de trigo, relegando para posições secundárias às restantes. (...) A ilha Terceira, que teve uma ocupação inicial conturbada, desfrutava a partir de 1460, duma posição privilegiada na produção de cereais mantendo-se até meados do século XVI, como uma forte concorrente de São Miguel<sup>119</sup>. Para ajudar o processo de desenvolvimento econômico das ilhas, a coroa portuguesa concedeu, nos primeiros anos de colonização dos Açores, isenção de Taxas aos produtos insulares (trigo) descarregados em Portugal Continental”<sup>120</sup>.

Em fins do século XV introduziu-se o **pastel** (grifo nosso), que alcançou produção considerável nos séculos XVI e XVII. Seu desenvolvimento verificou-se basicamente na ilha do Faial, constando com tecnologia e mão-de-obra de origem flamenga, da região de Flandres (Bélgica). Consistia da produção de um corante azulado, obtido de uma planta introduzida pelos flamengos.

“Ainda no século XV é introduzido nos Açores o pastel que passa a constituir uma fonte de riqueza importante para o arquipélago. O pastel dava uma anilina (azul) para a indústria têxtil, que era exportada de preferência para Flandres. (...) Inicialmente cultivada no Faial, para onde os flamengos teriam levado sementes<sup>121</sup>. Pos-

<sup>117</sup> SANTOS, João Marinho. Op. cit p.287.

<sup>118</sup> Os Açores no mundo. Op. cit. v.8, p. 4.

<sup>119</sup> VIEIRA, Alberto. **A questão cerealífera nos Açores nos séculos XV – XVII**. Revista Arquipélago. Açores, nº I, p. 123 -202, jan./jun. 1985.

<sup>120</sup> MARINHO, João. Os Açores nos séculos XV e XVI, v II. Direção Regional de Assuntos Culturais. Açores. Portugal. 1989. p.380-97

<sup>121</sup> Quanto origem do “pastel” Nos Açores, citamos o que registrou Valetim Fernandes “ *E assi hum guylelmo Bermacher que vii e conheci trouxe primeiro há lavoyra do pastel e partio para outras Ylhas*” e repetida por

teriormente, o rei vendo o interesse econômico da cultura do pastel nas ilhas, fez um contrato com os moradores de outras ilhas, segundo o qual passaria a fornecer as sementes e os engenhos prontos a funcionar, em troca do pagamento pelos cultivadores do dízimo e da vintena de todo o pastel produzido<sup>122</sup>.

No século XVIII e XIX desenvolveu-se o ciclo da laranja, promovido por ingleses, basicamente na ilha de São Miguel, gerando grande desenvolvimento. Hoje os maiores pomares estão na ilha do Pico.

O ciclo Baleeiro tem sua expressão a partir de meados do século XIX, estendendo-se até o século XX, centrado no arquipélago central, nas ilhas do Pico e São Jorge; embora as atividades baleeiras já se realizassem nos Açores o século XVI.

Já o ciclo do Ananás tem sua expressão, em décadas recentes, na ilha de São Miguel. Foi uma atividade voltada à exportação.



**Foto 1** – Vacas, Lagoa – Ilha de São Miguel – Açores  
Foto do autor, julho 2007.

E por fim, citamos o ciclo da Pecuária Leiteira, que se constitui na força maior do setor econômico primário açoriano na atualidade, em todo o arquipélago; agrupa ainda, em torno de si, parte significativa das atividades industriais de transformações. Sua importância econômica está na própria origem do povoamento dos Açores no século XV; conforme nos informa João Marinho:

---

Furtuoso, convindo não esquecer no entanto que este admitiu outras hipóteses, nomeadamente de a semente ter vindo de França (Toulouse), a pedido de Rui Gonçalves da Câmara, terceiro capitão de São Miguel (1474-1497/8). Cf., por ex., *carta de sentença*, de 5 de janeiro de 1510 (Arquivo dos Açores, vol. XI, p. 6)

<sup>122</sup>MARINHO, João. Op. cit. p.395.

“Em relação à pecuária, aos primeiros moradores faltava a fome para tantos mantimentos, uma vez que o gado lançado na década de 1430 havia proliferado em grande quantidade (...) A carne não tinha preço e que as vezes mortas eram penduradas nas portas das casas para quem quisesse levasse a carne que pretendesse. Além do gado braviao, existiam lavouras com animais domesticados, que além da carne e do leite forneciam uma ajuda preciosa aos lavradores no cultivo das terras”<sup>123</sup>.

Por ser uma atividade perene pouco sujeita às tempestades e mudanças climáticas bruscas, exigindo pouco investimento no clima açoriano, manteve-se com papel de destaque na economia regional pelos cinco séculos seguintes. Esta atividade, como o trigo, não perdeu o papel de produto básico na economia das ilhas. O gado continuou a servir de força no trabalho e fornecedora de leite.

O trigo, mesmo saindo da função de primeiro ciclo econômico, manteve-se como principal gênero alimentício da gastronomia das ilhas, que o transformavam em pães, roscas, etc.

A plantação de couves, inhames, batatas, vagens, cevada, milho miúdo, frutas diversas como uva, laranja, figo, todas utilizadas na produção de sopas, pães, doces e bebidas, bem como a criação de pequenos animais e aves eram realizados nas pequenas propriedades em quantidades que mal atendiam as necessidades alimentares das famílias<sup>124</sup>. O pequeno excedente era utilizado comercialmente para adquirir sal, açúcar, tecidos, instrumentos agrícolas, óleo, etc.<sup>125</sup>. Os pescados completavam o quadro gastronômico de parte da população.

Quando ocorriam cataclismos naturais, registravam-se quadros de muita miséria e fome nos Açores.

A pesca nos Açores foi e é uma atividade de grande importância para parte da população<sup>126</sup>.

“A pesca se realiza ao longo das ilhas dos Açores, desde o século XVI, com uso de redes, tarrafas, tresmalhas<sup>127</sup> e outros de armações feitas de vimes e canas com uma ou mais bocas afuniladas (moluscos e crustáceos eram apanhados com estes instrumentos), tinha um importante papel na alimentação de grande parte dos Ilhéus. (...) Impõe-se como manifestação cultural e técnica reveladora de uma crescente procura dos frutos do mar<sup>128</sup>. (...) Ao redor de Santa Maria, nos inúmeros, mas pequeno pesqueiro pescava-se pescados de toda a sorte e abundancia. Ainda se pega-

<sup>123</sup> MARINHO, João. Op. cit. p. 380/97

<sup>124</sup> FRUTUOSO, Gaspar. **Saudades da Terra. Ponta Delgada**. 1993. Liv IV.vol.I,p.337.

<sup>125</sup> Vide: LINSCHOOTEN, Joan Hugues Van. **Navigatio et Itinerarium in Orientalem sive Lusitanorum Indiam**. Haia, 1599. (Em 1610 e 1619 foram feitas edições francesas e foi desta última que foram vertidos para português alguns fragmentos por José Agostinho, in “boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, vol. I. Angra do Heroísmo, 1943, pp. 145-168).

<sup>126</sup> FRUTUOSO, Gaspar. **Saudades da Terra**. Ponta Delgada. Op. cit. Liv.,p. 17.

<sup>127</sup> Tesmalho é uma rede pequena, adequada para apanhar o peixe que afluía a Costa, pelo os pescadores micaelenses.

<sup>128</sup> MARINHO, João. Op. cit. p. 209

va lagostas, lagostins, cracas, camarões, caranguejolas (poucos) e caranguejos (muitos). Junto ao litoral de São Miguel contava-se: o cherne, o peixe escolar, o peixe galo, a garoupa, a abrotea, o sargo, a tainha, o salmonete e a sardinha. Lagostas, Lagostins, cavacos, cracas, buzeos e caranguejos. (...)

Terceira, pescava-se o sargo, a salema, o salmonete, a cavala, o cherne, o pargo, o congro, o cação, o marracho ou anequim, a gata, o mero, o goraz, o roçar, a dourada, a tainha, o magé, e a sardinha. Os crustáceos as mesmas variedades das ilhas orientais. (...) No final, o escolar firmava-se pela quantidade, enquanto ao redor do Pico havia muito pescado e diversas sortes, o que se verificava também no mar da Graciosa. (...) À volta das ilhas das Flores e do Corvo, constata-se uma geral abundância de peixes, em particular de salema, pargo, escolar, sargo, palombeta, anchova, garoupa, cavala, chicharro, enxareu, tainha, bicuda, cherne, mero, congro, cação, abrotea e roçar. O camarão era numeroso além de outros crustáceos. (...) Algumas espécies maiores, como era numeroso além de outros crustáceos. (...) Algumas espécies maiores, como os lobos marinhos, baleias, peixe-mulo, botos, albarfars, mereciam a curiosidade dos Açorianos. Das baleias extraíam o óleo e o âmbar, das restantes óleos e por vezes os ossos. Do fígado do Albarfar extraía-se o óleo que era utilizado na iluminação e na calafetagem de embarcações. (...) A atividade dos baleeiros do Pico e São Jorge remonta seguramente ao século XVI”<sup>129</sup>.

### 3.5 A economia dos Açores hoje e perspectivas

Os fatores geoclimáticos, a dispersão das ilhas e o fraco mercado consumidor que exerceram influências na economia açoriana no passado continuaram apesar da dinâmica econômica regional. Tais fatores são, hoje, acrescidos de falta de mão-de-obra jovem para o setor primário (agropecuário e pesqueiro) que continua a ser, na economia regional, o mais forte emprego de mão-de-obra, mas que não é mais atrativo para os jovens.

A forte emigração dos últimos anos, a melhoria do grau de escolaridade, que induz o jovem a abandonar as atividades econômicas primárias (vistas como menos nobres), o esgotamento do solo, os subsídios da comunidade europeia à pecuária leiteira, a presença de novas tecnologias de comunicação, a influência da cultura americana-canadiana, introduzidas nos Açores pelos migrantes, tudo isso associado à perspectiva de novas atividades econômicas, resultantes da entrada do arquipélago no contexto da comunidade europeia<sup>130</sup>, tem gerado inquietações conjunturais, não respondida à altura das expectativas e necessidades.

<sup>129</sup> SANTOS, Marinho João. Op. cit. p. Vol. I. p.210.

<sup>130</sup> O Arquipélago dos Açores constitui desde 1976, uma Região Autónoma da República Portuguesa, criada a partir dos antigos Distritos Autônomos de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta. No quadro da União Europeia, (Portugal entrou a Comunidade Económica Europeia em 1986), os Açores são Classificados como “Região Ultra Periférica”. As regiões ultraperiféricas encontram-se num contexto natural marcado pela insularidade (seis das sete regiões são constituídas por ilhas, enquanto a Guiana é um enclave situado na floresta amazônica).

“A economia dos Açores tem as características de uma pequena economia aberta. O mercado interno, limitado pela fraca expressão do consumo potencial, fragmentado em nove parcelas desigualmente povoadas, dispersas ao longo de uma faixa de 600 km, resultando numa fraca e dispendiosa modalidade de fatores e mercadorias, não propícia à integração econômica do arquipélago. Tal fato conduz somente à viabilização de algumas produções não sujeitas à disponibilidade de recursos naturais. Deste modo, coexistem duas áreas de atividades econômicas; uma essencialmente virada à “exportação” para espaços exteriores à região, nomeadamente o restante do território nacional, e uma outra caracterizada pela fraca dimensão das unidades produtivas, viradas para a satisfação de necessidades locais. Na fronteira poder-se-á delimitar um terceiro conjunto de atividades, ligadas à prestação de serviços, as quais conhecem alguma expressão devido ao fator dispersão territorial que obriga a um certo desdobramento na oferta dos bens e serviços”<sup>131</sup>.

### 3.5.1 Setor Primário

O setor econômico primário nos Açores responde por aproximadamente 25,4% da produção regional, concentrada na agropecuária, especialmente bovinocultura leiteira, sua principal fonte de renda e emprego de mão-de-obra.

Mesmo que a economia açoriana esteja concentrada no setor terciário, a agricultura (setor primário) tomada em conjunto com o setor agro-industrial (8% do PIB) ao qual está intimamente ligada, continua a ter uma importância muito significativa no Arquipélago, onde é responsável por cerca 20 % do produto e ocupa cerca de um terço da população ativa (Só a população ativa agrícola, chega a representar mais de 30% na ilha Graciosa, São Jorge e Corvo).<sup>132</sup>

“Apesar do grande decréscimo de ativos na agricultura que tem verificado nas duas últimas décadas, o volume de trabalhadores neste setor é ainda considerável. A maioria destes têm, em geral, idade avançada e baixo nível de alfabetização. O elevado número de pequenas explorações e o grande parcelamento das terras dificultam o desenvolvimento econômico e tecnológico da agricultura – devido às suas excepcionais condições edafoclimáticas a região tem aptidões para uma agricultura diversificada. Contudo, o alargamento da área de pastagens tem sido constante. O que há vinte anos era campo de cereais, hortas ou mato, foi transformado em sua maioria em pastagens. É evidente o predomínio da atividade pecuária, com ênfase na bovinocultura, com todos os problemas decorrentes de uma quase monocultura. Esta situação de predominância da bovinocultura não ocorre nas ilhas de Santa Maria, Pico, Flores e Corvo, onde os produtos agrícolas têm maior expressão”<sup>133</sup>.

<sup>131</sup> Vide: Açores no mundo. Livro nº I. secretaria Regional da educação e cultura – Região Autónoma dos Açores.

<sup>132</sup> Fonte: Plano de Desenvolvimento Rural. 2000 -2006 – Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional da Agricultura e Pesca. Janeiro/2001.

<sup>133</sup> Os Açores no Mundo, op. cit. v. 4, p.2

Outra importante atividade do setor primário é a pesca. O setor tem se atualizado com uso de frotas pesqueiras modernas em detrimento da pesca artesanal. O volume pescado aumentou nos últimos anos; no entanto, o número de pessoas empregadas nesta atividade tem diminuído significativamente, notadamente entre os que se dedicam à pesca artesanal.

A atividade pesqueira, é outro modalidade importante do setor primário. Medida pelo pescado descarregado nos portos, traduz-se em volumes da ordem de 10 mil toneladas anuais, às quais correspondem valores brutos de produção na ordem de 26 milhões de euros.

O número de pescadores matriculados situa-se na ordem de 4 milhares e o das embarcações na de 1600 unidades. Procurando observar a atual tendência de evolução destes fatores produtivos, através de alguns dados, verifica-se uma tendência no sentido do aumento de dimensão medida pela tonelagem média por embarcação e por pescador matriculado <sup>134</sup>.



**Foto 2** - Pescadores no mar de Ponta Delgada - São Miguel – Açores  
Foto do Autor – Julho 2007

### **3.5.2 Setor Secundário**

O setor econômico secundário é representado nos Açores basicamente por indústrias de transformação de produtos agropecuários e pesqueiros. Não obstante ter sofrido incrementos nos últimos anos, ainda é o mais fraco setor econômico, respondendo por aproximadamente 24% das atividades econômicas da região.

---

<sup>134</sup> Fonte: Plano de Desenvolvimento Rural. Op. cit.

Embora hoje o setor secundário seja expresso através de grandes indústrias, é preciso, no entanto, considerar que toda atividade que gera a transformação de um produto primário em manufatura pertence ao setor secundário da economia. Neste sentido, pode-se considerar que atividades industriais nos Açores já ocorrem desde o século XV.

“Uma das primeiras atividades industriais nos Açores foi à construção naval. Árvores de diversas qualidades foram aproveitadas para diferentes tipos de embarcações: barcos, lanchas, canoas; nas diversas ilhas, onde as costas se encontravam animadas por estaleiros navais. Seus construtores, conhecidos por carpinteiros da Ribeira, tinham destacado papel nas outras atividades industriais importantes da época. Somadas às indústrias de couro, calçados, correames e tecelagem de panos grosseiros; tem-se um papel de uma economia bastante expressiva no setor secundário de transformação, ainda que de base familiar desde o século XV.

Em 1990 observaram-se níveis positivos de crescimento no setor industrial. Os indicadores simples considerados registraram variações positivas e de certa magnitude, confirmando e reforçando a tendência, com destaque para a produção de laticínios, com aumento em relação ao ano de 1989 da ordem de 13,0%. Já o setor de eletricidade, cresceu 8,2% e o consumo de cimento 9,4%”.<sup>135</sup>

A indústria de transformação de pescados da ilha do Pico, a mais importante do setor, tem significado papel na economia local e regional. Absorve a produção de pescados do porto da Madalena e ainda compra matéria-prima de outras regiões.

### **3.5.3 Setor Terciário**

O setor terciário da economia que engloba as diversas comercializações de bens e de serviços, emprega, nos Açores, em torno de 51% da mão de obra produtiva, tendendo a crescer em ritmo acelerado, em face do desenvolvimento das atividades turísticas.

A própria configuração geográfica descontínua do arquipélago exige um volume significativo de atividade-meio, tanto em serviços públicos, para gerar e operar a infra-estrutura de apoios diversos, quanto em serviços prestados pela iniciativa privada. Esta última inclui uma gama de atividades - comércio varejista e atacadista, transportes, escritórios, ensino, hotéis, restaurantes, informações, saúde, lazer – fundamentais à sobrevivência dos Ilhéus.

A autonomia administrativa regional, associada à entrada dos Açores nas últimas duas décadas ocuparam significativo volume de mão de obra, que precisa ser absorvido, mais do que nunca, pela emigração de açorianos em direção dos EUA e Canadá. Estes dois países re-

---

<sup>135</sup> Os Açores no Mundo, op. cit. v. 3, p.2

ceberam, nos últimos 30 anos, mais de 200.000 açorianos, portanto um volume quase idêntico à população atual dos Açores, desafogando-se assim, a pressão por novos postos de trabalho.

Considerando-se que o crescimento industrial e agropecuário apresenta restrições naturais de expansão, surge o setor de prestação de serviços como a âncora da economia que deverá gerar parte dos postos de trabalho, necessários à rejuvenescida população açoriana.

A própria realidade fisiológica dos Açores – marcada por uma vivência equilibrada entre o meio ambiente e o homem, permitindo um ecossistema despoluído, onde afloram belezas exóticas, águas sulfurosas medicinais – somadas aos valores socioculturais de seu povo, evidenciam as potencialidades da região para o turismo eco-cultural.

### **3.6 Os Açores hoje: aspectos sócio-culturais**

Após a rápida descrição do quadro econômico, através dos três setores da economia é importante também analisar as diferenças sociais e culturais que encontramos nas nove ilhas do arquipélago dos Açores, cada qual com características específicas, resultante tanto da formação sociocultural, quanto das atividades econômicas desenvolvidas.

As ilhas pólos – São Miguel, Terceira e Faial – com uma diversidade de atividades econômicas que englobam a pesca, agropecuária, comércio portuário, serviços terciários, atividades industriais, com predomínio das atividades administrativas e voltadas ao turismo, são as que oferecem um leque maior de opções de empregos. São ilhas que também sofrem, em maior grau, as influências externas que estão a alterar o seu perfil tradicional. Inegavelmente, apresentam melhor infra-estrutura, sejam portuárias, aeroportuárias, rodoviárias, hotéis, de restaurantes, comércios, equipamentos culturais e esportivos.

As demais ilhas apresentam características de um desenvolvimento menos acentuado, seja por não congregarem pólos administrativos regionais, reduzindo a massa de salários, seja por apresentarem volumes populacionais menos expressivos, que se refletem no quantitativo produzido e nas infra-estruturas básicas existentes.

A insularidade, marcada por pequenas ilhas, associada à fragmentação das comunidades, fruto do relevo acidentado, dificulta o estabelecimento de políticas de desenvolvimento, pelos altos custos dos investimentos em infra-estrutura, não compensáveis em termos de retorno financeiro. Isto, obriga o Governo Regional a responder pela massa dos recursos para investimentos em infra-estrutura, aumentando o custo da insularidade.



A iniciativa local, limitada em capitais, pouco pode fazer pelo desenvolvimento regional, estando seus empreendimentos centrados basicamente nas atividades terciárias e primárias.

Quanto ao capital internacional, opções existem para aplicações, notadamente em atividades voltadas à produção para a exportação, já que o mercado interno do arquipélago é limitado. A vinicultura e a agropecuária são opções viáveis, tendo em vista as condições favoráveis de produção, além é claro do turismo qualitativo, eco-cultural e termal que encontra no arquipélago condições excepcionais de desenvolvimento.

A estrutura social do arquipélago, com um potencial de mão-de-obra que pode ser capacitada e aproveitada em atividades terciárias ou secundárias, principalmente nos centros urbanos mais expressivos, indica as possibilidades de sucesso de alguns setores nos quais podem ser estimulados investimentos de longo prazo, com destaque para o turismo.

As restrições à imigração em direção aos Estados Unidos e Canadá afloram como um dos problemas sérios com que o arquipélago dos Açores terá que conviver nos próximos anos, cujos reflexos imediatos serão diversos.

O primeiro é o aumento do volume de mão-de-obra que entrará no mercado regional a cada ano, numa região em que a geração de empregos cresce em ritmo muito lento. Em face das limitações de investimentos, será praticamente impossível assimilar a demanda exigida, o que gerará o aumento do percentual progressivo de mão-de-obra produtiva fora do mercado de trabalho, ou seja, o volume de desempregados.

O segundo é o aumento progressivo do volume dos recursos regionais necessários à manutenção da estabilidade social, tanto na assistência social, como em investimentos no setor de prestação de serviços, com reflexos no equilíbrio das contas regionais.

Já o terceiro é a redução dos recursos remetidos aos açores, por parte dos emigrantes aos familiares que permanecem nas ilhas, com reflexos na qualidade de vida de muitas famílias do arquipélago.

Atualmente, nos Açores, convivem duas estruturas sociais antagônicas. Uma conservadora, detentora do poder econômico-cultural tradicional, disseminada por todo o arquipélago, com características locais. Outra, representada por uma massa de trabalhadores de baixa renda ou desempregados, associada às camadas jovens da população, centrada basicamente nos centros urbanos maiores, que refletem a crise da sociedade açoriana frente à dinâmica econômico-social da Comunidade Européia.

Neste contexto, o mercado consumidor açoriano apresenta um potencial de consumo reprimido, a ser desenvolvido mediante a geração de novos empregos, e, conseqüentemente, do

aumento da massa salarial distribuída nos Açores, único caminho capaz de evitar uma crise social de maior profundidade.

Culturalmente o arquipélago dos Açores passa por uma fase de transição em que convivem mentalidades e práticas culturais diversificadas, com valores culturais tradicionais confrontando-se com novos valores, notadamente frutos da mídia eletrônica e da influência cultural canadense-americana, entre as populações mais jovens.

Destacam-se como valores culturais tradicionais dos Açores: as touradas à corda, Ciclo do Divino Espírito Santo, Festa do Santo Cristo do Milagre, Festa de São João ou Joanina, Arquitetura e a música popular açoriana.

### ***3.6.1 Touradas à corda***

De acordo com os dados e documentos apresentados pela Secretaria Regional dos Açores, na publicação “Os Açores no Mundo” em seu livro nº7, página 25, a “tourada à corda” se desenvolve na ilha Terceira, sob certas condições:

“(…) dispor de um terreno ou largo, onde as sortes de guarda-sol e outras habilidades dos toureadores possam exhibir-se com mais segurança e vantagem; contar, ao longo da estrada, com balcões facilmente acessíveis e paredes relativamente baixas que possam fornecer adequados refúgios; haver, transversalmente à estrada, algumas canadas (caminhos) que dêem vazão ao povo nas correrias habituais; dispor de um pátio apropriado para a construção do touril (...) apresentando à frente um troço grande de estrada pela qual a rês possa correr livremente no primeiro arranco, a um e outro lado.; ficar situado numa estrada de pouca circulação no tráfego normal, de maneira a não sofrer constantes congelamentos de trânsito, que dificultem o regular andamento da diversão; dispor de balcões, varandas, palanques e outros locais apropriados à instalação de assistentes, dando maior animação.”

### ***3.6.2 Ciclo do Divino Espírito Santo***<sup>136</sup>

É o evento religioso de maior apelo popular nos Açores. Nas ilhas, particularmente do arquipélago central, realizam-se tais festas praticamente em todas as freguesias, centradas em torno do Triato ou Império do Divino, construídos especialmente para este fim.

<sup>136</sup> Sobre esta temática consultar: “O Espírito Santo nos Açores” A Ilustração Portuguesa, 2º ano, nº 73, Lisboa 17 de Maio de 1886, do escritor José Maria da Costa. Também: “As Festas dos Imperadores”, Revista Lusitana, vol. IV, Lisboa, 1895 de P. A. D’Azevedo; “As Festas do Espírito Santo no Açores”, Insulana, vol. XIII, Ponta Delgada, 1957 de Francisco Carreira da Costa; “Império do Espírito Santo nos Açores” O Ocidente, ano 15º, vol. XX, nº 435, Lisboa, 1892.

Muito parecido com a manifestação ocorrida no Brasil meridional, consegue envolver o povo no seu ritual profano-religioso.

De uma beleza toda especial, que envolve bandeiras, coroas, folias, novenas, festa do bodo, procissões, missas, coroações, ofertas e arremates, produz uma intensa interação na comunidade, e desta com os visitantes.



**Foto 3** - Desfile das Bandeiras do Divino Espírito Santo na Ilha de São Miguel  
Julho de 2007 – Foto do Autor

“Há de ilha para ilha certas diferenças de pormenor, sobrevivência de práticas noutras ilhas desaparecidas ou inovações locais, como os bodos da véspera e as alvoradas em São Jorge, as representações ao ar livre, os entre meses de Pico, a festa da pombinha, em São Miguel, mas o carácter geral do culto popular da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade é idêntico. Em todo o Açores as festas do Espírito Santo são as mais populares e características.”

Hoje as festas do Espírito Santo são bastante exploradas turisticamente, por ocorrerem no período de verão, quando se verifica o maior fluxo turístico para o arquipélago. A ilha Terceira concentra o maior volume de irmandades, teatros e Impérios do Espírito Santo.

### ***3.6.3 Festa do Santo Cristo do Milagre***

É outra grande manifestação religiosa dos Açores, que recebe a presença de milhares de pessoas. De grande apelo à fé e à devoção, semelhante à Procissão de Passos do litoral catariense, congrega pagadores de promessas, decoradores de ruas com tapetes de flores, serragem de madeira e outros produtos além da presença dos crentes e curiosos diversos. A principal festa está na ilha de São Miguel, onde tem suas origens de grande culto a partir de fins do século XVII. Atrai como o Ciclo do Espírito Santo, milhares de pessoas das ilhas e das comuni-

dades açorianas do exterior, principalmente do Canadá e Estados Unidos, por ocorrer o evento no período de alta temporada turística.<sup>137</sup>

### ***3.6.4 Festas de São João ou Joaninas***

Importantes, como as referidas anteriormente, com a diferença de que têm uma motivação totalmente profana.

Nestas festas ocorrem manifestações espontâneas do folclore (danças), musicalidade e competições esportivas diversas. Sua prática ocorre em todo o arquipélago dos Açores durante o mês de Junho.

No Brasil meridional tal evento é conhecido por festa junina, na qual uma gastronomia de produtos subtropicais, típicos da época de inverno – pinhão, aipim, batata-doce, amendoim e bebidas quentes (quentão) à base de cachaça e ervas aromáticas -, faz a alegria da população.

### ***3.6.5 Arquitetura nos Açores***



**Foto 4 -** Arquitetura presente na Ilha Terceira  
Foto do Autor - Julho de 2007

A arquitetura desenvolvida no arquipélago dos Açores refletiu os modelos construtivos existentes em Portugal continental em diferentes épocas.

---

<sup>137</sup> A Patria. Op. cit. v. 6, p.34-43.

Adaptando-se aos materiais de construção existentes nas ilhas, foram se sucedendo as formas arquitetônicas, tanto civil, quanto militar e religiosa, que, com o passar dos séculos, geraram uma variedade de modelos hoje observáveis, os quais refletem, diretamente, a dinâmica social, política e econômica das diferentes ilhas ao longo dos séculos XV a XX.

O pesquisador Francisco Ernesto em sua obra *Arquitetura nos Açores* (1983, p. 59) apresenta-nos cinco períodos distintos da evolução arquitetônica nos Açores:

“1º Período: Povoamento (1430-1582). A arquitetura está embutida na paisagem, é muito baixa, tem janelas pequenas e em número muito reduzido. Geralmente só com uma entrada. Tipo defensiva. As formas são triangulares e não deixam entrar a luz.

2º Período: Ocupação filipina (1582-1642). Edifícios geralmente com dois pisos, janelas já maiores e mais do que uma entrada. Aquelas colocadas simetricamente tendo como centro as entradas. Descoberta da luz e as formas são retangulares.

3º Período: Emigração para o Brasil (1642-1760). Arquitetura de linhas muito elaboradas, janelas grandes e em grande quantidade. Ornamentação abundante sobre a porta e janela principal. Poder absoluto da forma e indisciplina nas linhas arquitetônicas principais.

4º Período: Negócio da laranja (1760-1830). Formas arquitetônicas abertas, grandes janelas e muita luz.

5º Período: Emigração para os Estados Unidos da América (1830-1950). A forma arquitetural foge ao horizontal e regressa à verticalidade. Maior ligação ao mar e à emigração.”<sup>138</sup>

### 3.6.6 Música Popular Açoriana

Nos Açores, as canções diferem de ilha para ilha, mas apresentam traços básicos de uma origem comum, registra-se também uma interferência de melodias declaradamente portuguesas e afro-americanas. Percebe-se uma influencia das condições geoclimáticas e do isolamento.

O mesmo se observa com as danças que, mostrando possuir uma coreografia muito menos rica do que as danças do continente são caracterizadas por movimentos mais vagarosos. Há danças com marcas de grande simplicidade, raramente observando-se os homens e as mulheres darem-se as mãos.

A chamarrita, o pezinho, a tirana, a charamba, o manjericão, a Bela Aurora, os bailhos, são músicas açorianas de grande beleza que apresentam variações regionais. Normalmente, há dezenas de grupos folclóricos ligados às “Casas do Povo” existentes nas freguesias, os quais

<sup>138</sup> MARTINS, Francisco Ernesto Oliveira. *Arquitetura nos Açores. Os Açores no Mundo*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, 1983, v.7, p.59-80.

utilizam como instrumentos básicos, a viola de arame – ou da terra – e a rabeca, que propiciam melodiosos sons.

Nas manifestações das Folias do Divino Espírito Santo usa-se, além dos já citados instrumentos, o sistro e o tambor.<sup>139</sup>

### **3.7 A emigração açoriana e seus reflexos no arquipélago**

Finalizando este capítulo, não poderíamos deixar de analisar os reflexos da emigração no Açores. Principalmente porque no contexto das nações portuguesas, a Região Autónoma dos Açores, por fatores diversos, destaca-se como uma das regiões de maior tendência à emigração.

O reduzido tamanho das ilhas, que não permitiu uma natural expansão da dinâmica econômico-demográfica, associada as dificuldades resultantes dos fenômenos naturais como erupções vulcânicas, terremotos e tempestades, motivaram e continuam a motivar a saída em massa do arquipélago<sup>140</sup>.

Destacamos outros fatores que influenciam diretamente na emigração, como a falta de emprego. O isolamento sufocante, para os jovens, que convivem com uma mídia que apresenta um mundo rico e espetacular, que estimula os sonhos, pela busca de melhores condições de vida. Outro fator importante é a falta de perspectivas no Açores, frente às opções de trabalhos que se sabe, limitados diante dos avanços tecnológicos que lhes está sendo mostrado através do processo de ensino da mídia.<sup>141</sup>

A influência de parentes imigrados em outras regiões, é outro fator preponderante. Principalmente os emigrados para os Estados Unidos e Canadá, que funcionam como pólos gestores de colocação destes novos emigrantes no mercado de trabalho local. Também não podemos deixar de destacar a oportunidade do acesso ao ensino, que estimula a crença de que as atividades tradicionais são pouco compensatórias e não condizentes com a nova posição de conhecimentos, adquiridos pelos jovens.

<sup>139</sup> Informações obtidas através dos seguintes grupos folclóricos: O Bela Aurora, Grupo Folclórico da Casa do Povo da Madalena, Grupo Folclórico da Relva, Grupo de Danças e Cantares Regionais do Cabo da Praia, Rancho Folclórico de Zebreiros.

<sup>140</sup> Dados colhidos na II Jornadas "Emigração/Comunidades". Ocorrida durante o período de 4 a 8 de Janeiro de 2004, na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel. Promovida pela Direção Regional das Comunidades dos Açores.

<sup>141</sup> Documentos do III Encontro de jovens luso descendentes das Comunidades/ 2005 – “Ser é Influenciar”. Realizados durante os dias 14 a 22 de Julho, nas ilhas do Faial e Pico pela Direção Regional das Comunidades.

E por último a grande influência das políticas de investimentos da Comunidade Européia, que melhorou significativamente as condições de vida da população colocando ao seu dispor novas técnicas e meios só acessíveis anteriormente aos que possuíam um melhor padrão de vida, e que hoje pode ser conseguido nas áreas de emigração americana-canadiana.

Os números e informações sobre a emigração açoriana ao longo dos séculos são revelados de um sonho quase inconsciente pela saída do arquipélago. Desde o século XVII, que estes “Sonhadores Atlânticos” buscam novas oportunidade em diversas partes do globo. O próprio Gabinete de Emigração e Regressos (GER) e o Gabinete de Imigração e Interculturalidade (GII) mostram, em dados, a extensão do fenómeno emigratório açoriano, como segue:

Estimativa do total de açorianos residentes no estrangeiro (considerado a 1ª, 2ª e 3ª gerações)

**Nos Estados Unidos:** calcula-se em cerca de 1.2 milhões de pessoas de origem portuguesa ou que se identificam como tal, residente neste país. Desse total, cerca de 70% serão de origem açoriana, ou seja, cerca de 800 mil pessoas. Deste último número, encontramos duas grandes áreas de fixação: na Nova Inglaterra (60% nos Estados de Massachusetts e Rhode Island, principalmente) e Califórnia (40%). Assim na Nova Inglaterra, os cerca de 480 mil habitantes de origem açoriana, encontram-se estabelecidos principalmente nas cidades de Fall River, New Bedford, Cambridge, Somerville, Peabody, Lowell, Taunton, Hudson e Stoughton, no Estado de Massachusetts, e nas cidades de Providence, East Providence e Bristol, no Estado de Rhode Island. No Estado da Califórnia as cidades de maior concentração de Açorianos são: San José, Santa Clara, San Leandro, Oakland, Hayward, na área da Baía de San Francisco, e Sacramento. Na área do Vale de San Joaquim, nas cidades de Fresno, Turlock, Modesto e Tulare. Na zona de Los Angeles, nas cidades de Artesia e Chino; e em San Diego.

**No Canadá:** calcula-se em cerca de 200 mil açorianos ou seus descendentes residentes neste país. Destes, cerca de 82% estabeleceram-se na Província do Ontário, principalmente na área da grande Toronto, cerca de 110 mil açorianos. Na Província de Quebec, e na área da cidade de Montreal viverão (sic) cerca de 58 mil açorianos. Na Província da British Columbia, principalmente nas cidades de Vancouver e Victoria, viverão cerca de 12 mil açorianos. Em seguida, na Província de Manitoba, cerca de 10 mil açorianos residirão na cidade de Winnipeg. Na Província de Alberta, cerca de 10 mil açorianos, distribuídos pelas cidades de Edmonton 8 mil e Calgary 12 mil.

**Na Bermuda:** existe uma comunidade de cerca de 8 mil pessoas de descendência açoriana. Destes, 2,8 mil são trabalhadores contratados. Diga-se que a população da Bermuda se situa em cerca de 58 mil habitantes, constituídos, portanto, a comunidade açoriana, cerca de 14% dessa população.

**No Brasil:** não havendo emigração recente para este país, com origem dos Açores, existe, contudo, uma estimativa que aponta para cerca de 1 milhão e 500 mil pessoas de descendência açoriana, predominantemente no Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, resultante de uma importante corrente emigratória (colonos) registrados no século XVIII, e que ultimamente tem demonstrado grande interesse pela terra natal dos seus antepassados. Os núcleos de emigração mais recentes, situam-se nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e S. Salvador da Bahia. A emigração açoriana que na segunda metade da década de 60 e primeira da década de 70 atingiu recordes, com 13.125 saídas em 1969, começou a decrescer a partir de 1976. dos mais de 10.000 emigrantes/ano dos anos 60 passou para 1.181 em 1982, o número

mais baixo dos últimos trinta anos. São responsáveis por este decréscimo a crise econômica que se faz sentir nos países de destino tradicional dos emigrantes açorianos e o surto de desenvolvimento que se vem verificando nos Açores e que é uma consequência imediata da autonomia e da existência de órgãos de governo próprio no arquipélago.<sup>142</sup>

O fenómeno da emigração para os Açores, teve um reflexo de suma importância em toda sua história. Primeiramente para o equilíbrio demográfico no próprio arquipélago, pelas circunstâncias da extensão territorial, foi em vias de regra, obtido pela emigração de grandes contingentes, que assim reduziram as pressões sobre os meios de subsistência.

Num segundo ponto, o afluxo de recursos externos, enviados por parentes emigrados nas últimas décadas, melhorando as condições de vida de muitas famílias açorianas, que teriam dificuldades de sobreviver condignamente sem tal ajuda.

Um outro aspecto preocupante é a redução do processo emigratório em direção aos EUA/Canadá, com refluxo de imigrantes e seus descendentes em direção às ilhas, trazendo sérios problemas na área social e de segurança pública. Este quadro está a exigir a urgente criação de novos postos de trabalho e está trazendo para as ilhas novos padrões de comportamentos, como consumo de drogas e roubos, que estão desestabilizando o padrão de tranquilidade do açoriano.

E por fim, uma questão que está intimamente ligada a emigração é o envelhecimento da pirâmide etária, que ao mesmo tempo representa o estrangulamento de determinadas atividades econômicas por falta de mão-de-obra. O rejuvenescimento da população, em ritmo acelerado, também representa sérios riscos ao equilíbrio socioeconômico do arquipélago, em face da quase impossibilidade de gerar um volume de novos postos de trabalho compatíveis com os desejos da maioria dos açorianos que estarão ingressando nos próximos anos no mercado de trabalho.

Hoje, é um grande desafio consorciar o movimento emigratório e o próprio refluxo de imigrantes, pois isto implica compatibilizar as potencialidades com as possibilidades de geração de novas fontes econômicas e, conseqüentemente, novos postos de trabalhos que possam responder às necessidades desta demanda reprimida pela oferta de mercado de trabalho.

Uma perspectiva de mudança para a realidade econômica vivida, seria o aproveitamento turístico do arquipélago. Toda a história do arquipélago é um verdadeiro atrativo turístico, como veremos na descrição mais detalhada que faremos de cada Ilha, levando em conta sua

---

<sup>142</sup> Açores no Mundo, citando dados do Gabinete de Emigração, v. 8, p. 1 a 12.



trajetória histórica e cultural e sua importância tanto no aspectos econômicos e estratégicos, desde sua colonização até os dias de hoje.

### **3.8 As potencialidades naturais culturais, histórico-arquitetônicas e museológicas**

A origem vulcânica do arquipélago, somada às especificidades de cada ilha, torna esta região, um espaço turístico privilegiado levano um permanente desafio aos seus visitantes.

As condições geoclimáticas, o patrimônio histórico-arquitetônico edificado, as manifestações da cultura popular, com destaque para a religiosidade, o folclore e as touradas à corda, somado à diversidade natural-paisagística, tornaram cada ilha um local especial.

O progresso nas ilhas esteve ligado ao ciclo das grandes navegações portuguesas do Atlântico, tanto das Índias Ocidentais (América), como das Índias Orientais (rota das especiarias).

Os portos de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, Horta, na ilha do Faial e Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, destacaram-se como os grandes portos açorianos de abastecimento/aguada e transações comerciais das frotas das Índias.

Assim o progresso destas cidades e vilas próximas tiveram impulsos de desenvolvimento mais acentuados nos períodos em que seus portos foram mais aproveitados. Outras ilhas e pontos destas mesmas ilhas também serviam de portos alternativos a este intenso comércio.

As ilhas de São Miguel e Faial foram importantes na rota africana asiática (rota especiarias); a Terceira teve destaque nas rotas da América espanhola e do Brasil.

As fortalezas, os templos religiosos, os palácios e construções civis ainda existentes são amostras das riquezas que circularam nas ilhas nos séculos XV ao XIX.

#### **3.8.1 Ilha Terceira (Ilha Lilás)**

Com seu porto na cidade de Angra, centralizou a rota de comércio das Índias Ocidentais — América Portuguesa e Espanha, que utilizaram basicamente este porto até a introdução do navio a vapor, no século XIX.

A ilha Terceira apresenta um potencial histórico-arquitetônico fantástico, contando inclusive com uma cidade tombada como patrimônio da humanidade — Angra do Heroísmo.

O Palácio dos Governadores, a Sé de Angra e a Casa Museu Francisco Ernesto são exemplos de arquitetura a serem exploradas pelos turistas.

Por toda a ilha têm-se exemplares da arquitetura dos Impérios (Tríatos) do Divino Espírito Santo, que são marcas da religiosidade do terceirense. Também nesta ilha pratica-se, como em nenhuma outra, as festas do Espírito Santo e as touradas à corda.

Na Terceira fica a sede do poder eclesiástico nos Açores, ou seja, a sede do bispado.

Na Ilha Terceira temos a cidade da Praia da Vitória, que tem este nome por ter sido o local onde ocorreu o grande combate que marcou, em 1829, o início da reação portuguesa ao regime absolutista Liderado por D. Miguel. Em reconhecimento ao papel desempenhado pelos terceirenses nas lutas contra o absolutismo, D. Pedro IV (I do Brasil), concedeu à então vila da Praia o título de cidade da Praia da Vitória de acordo com Carta Régia de 12 de janeiro de 1837, como descreve Gervasio Lima, em *Patria Açoreana*:

“Muito Notável Vila da Praia da Vitória” como apreço pela extraordinária Vitória das tropas liberais (pelas quais tomou partido) contra a esquerda absolutista, em 11 de agosto de 1829. “Foi na baía grande e larga da muito notável vila da Praia da Vitória que se travou o ataque decisivo da campanha liberal, nesse célebre dia 11 de Agosto de 1829, derrotando nas suas águas a poderosa e arrogante esquadra miguelista, composta por 22 vasos de guerra”.<sup>143</sup>

O Concelho (município) da Praia da Vitória — um dos dois em que está dividida a ilha Terceira, a mais populosa das ilhas do grupo central do arquipélago dos Açores — situa-se na parte oriental da ilha e possui uma área total de 163km<sup>2</sup>, ocupando aproximadamente 40% da ilha Terceira. O concelho é formado por 10 freguesias: Agualva, Biscoitos, Cabo da Praia, Fonte do Bastardo, Fontinhas, Lajes, Quatro Ribeiras, Santa Cruz, São Brás, Vila Nova.<sup>144</sup>

Sede da capitania da Terceira nos primeiros anos de povoamento (nela se instalou Jácome de Bruges, primeiro Capitão Donatário da ilha e como tal sua primeira capital). O “lugar da praia” (como simplesmente era então conhecido) foi feito vila em 1480, ainda no tempo de Álvaro Martins Homem.

Por Carta Régia de 12 de janeiro de 1837, foi-lhe concedido o título de “Muito Notável Vila da Praia da Vitória” como apreço pela extraordinária vitória das tropas liberais (pelas quais tomou partido) contra a esquerda absolutista, em 11 de agosto de 1829<sup>145</sup>.

Na Praia da Vitória encontramos diversos monumentos históriocos-arquitetónicos de grande valor cultural, entre eles destacamos:

<sup>143</sup> LIMA, Gervasio. **A Patria Açoreana**. Angra do Heroísmo : Tip. Editora Açoreana de Manuel de Freitas Mariano, 1928.

<sup>144</sup> Fonte: [http://www.tiosam.com/enciclopedia/?q=Praia\\_da\\_Vit%C3%B3ria](http://www.tiosam.com/enciclopedia/?q=Praia_da_Vit%C3%B3ria). Setembro de 2007.

<sup>145</sup> Cf. Gervásio Lima, in *Patria Açoreana*, 1989, pág. 78.

Igreja matriz — cuja fundação, devido a Jácome de Bruges, data de 1456, ou seja, coeva da colonização. Foi sagrada a 24 de maio de 1517, pelo Bispo D. Duarte.

Igreja rica e nobre, da invocação de Santa Cruz, tem três naves e apreciável obra de talha dourada na capela-mor e na do Santíssimo Sacramento. São dignas de registro de abóbadas manuelinas das capelas Laterais, bem como as portas e pilares de mármore.

“Os portais em estilo manuelino, que se admiram na face oeste e na face sul, enviou-os para a Terceira, nos fins do séc. XVI, D. Manuel ou D. Sebastião.

A entrada principal deste templo tem uma aparência nitidamente gótica (...) semelhante às que, do séc. XIII à primeira metade do séc. XV resguardavam os portais nobres (...), evocando o conjunto dos portais célebres de S. Francisco de Santarém e o Mosteiro da Batalha”, (PEDRO DE MERELIM, 1983).<sup>146</sup>

Outro monumento é a *Igreja do Senhor Santo Cristo das Misericórdias* — é um templo do século XVI, da invocação do Senhor Santo Cristo, reedificado no nosso século após um incêndio que a destruiu quase completamente. É um edifício de duas naves, separadas por uma colunata, formando duas igrejas com as respectivas capelas-mor.

Nesta igreja existia uma imagem de grande devoção em toda a ilha e que, segundo a tradição, teria aparecido, um dia, dentro de um caixão que boiava no mar, não se sabendo de onde provinha.

Foi restaurado após o terremoto de 1980, altura em que foi descoberta a existência de duas sepulturas: a de Pedro de Barcelos e a de Dona Leonor Pacheco de Meio.

O *Senhor Santo Cristo* é festejado solenemente no dia 1º de janeiro de cada ano.

Outros monumentos que merecem destaque são o *Hospital da Misericórdia*, que tem a data de fundação no ano 1499, sendo por isto uma das mais antigas instituições do país. As diversas *Ermidas* que existem na cidade da Praia da Vitória as de: Nossa Senhora dos Remédios (fundada no Séc. XVII). de São Salvador (construída em 1560) e de São Lázaro (dos séculos XVI — XVII).

O *Paços do Concelho* um edifício de traça característica, relativamente amplo, com escadaria externa larga e bem lançada, com alpendre e torre sineira. E um exemplar arquitetónico dos princípios do século XVI que sobre a porta de entrada para a torre sineira tem gravada a data de 1596 — eventualmente o ano de sua construção.

Na base da torre está inscrita a legenda: “Esta é a Câmara de/ Diogo de Teive/ Alvº Martins Homem/ Pero de Barcelos? Q aqui povoaram/ e daqui abriram/ à Europa os mares/ do Oeste — 1964 Ano do Infante.”

<sup>146</sup> *Freguesias da Praia*, 2 volumes, 797 pp., Direcção Regional de Orientação Pedagógica, Angra do Heroísmo, 1983. Pedro de Merelim foi o pseudónimo do historiador e etnógrafo Joaquim Gomes da Cunha

Também se destacam o *Lar D. Pedro V*, criado por alvará de 1861. A *Casa da Alfândega*, que foi mandada reedificar em 1844 por José Silvestre Ribeiro, nela se instalou a Alfândega em 1632, ano da sua criação na Praia da Vitória. A *Casa onde nasceu Vitorino Nemésio* — edifício do século XVII, situado na Rua de São Paulo, com alterações do século XIX, molduras de cantaria e alvenarias rebocadas e caiadas — nela está instalado o “Lugar das Artes” onde funcionam diversos *ateliers* de artes plásticas.

### 3.8.1.1 Freguesias

As Freguesias da Praia da Vitória são outros atrativos turísticos, todas ligadas uma a outra pela continuidade do casario de um lado e outro da estrada periférica que as unem entre si, ficam a um ou dois quilômetros do mar e param normalmente a três ou quatro quilómetro de penetração para o interior.

Agualva — o seu nome deriva da limpidez das águas da sua ribeira. A igreja paroquial é dedicada a Nossa Senhora da Guadalupe, festejada a 15 de agosto, e conhecida pelos moinhos e pela sua ribeira. É zona de pomares e florestas e de grande abundância de águas.

Biscoitos — o nome Biscoitos designa os terrenos cobertos pelas lavas provenientes de antigas erupções vulcânicas. Lugar de extensas vinhas que produzem o famoso vinho verde, a freguesia dispõe de um Museu do Vinho, fundado em 1990, na Casa Agrícola Francisco Maria Brum, onde se pode admirar um vasto conjunto de instrumentos, fotografias e documentos referentes ao vinho e à vindima. É um excelente local de veraneio. Junto ao mar fica uma piscina natural, localizada entre formações rochosas. Foi elevada a freguesia em 1556, possui duas igrejas e várias ermidas.



**Foto 5** - Região dos Biscoitos Ilha de São Miguel  
Foto do Autor – Julho 2007

Cabo da Praia — em tempos foi uma freguesia “abundante de trigos, milho e linhos; porém falta de águas nativas. Os seus habitantes servem-se das águas de onze poços escavados junto ao mar...”, de acordo com os escritos de Pedro de Merelim na obra “Freguesias Da Praia” (1982).

Drumond referindo-se a esta freguesia diz:

“O lugar do Cabo da Praia, assaz aprazível, assentado ao nascente sobre as melhores e mais planas terras da ilha, em tanto que a vegetação dos cereais e plantas nela se ostenta mais vigorosa e rápida (...). Todavia, padece falta de água, porque a não tem senão longe, ou nos poços quase às Tronqueiras, por suas qualidades pessoais e nobreza...”<sup>147</sup>

É no Cabo da Praia que se encontra uma das mais conhecidas e aliciantes zonas de veraneio da ilha — o Porto Martins, que possui uma magnífica piscina natural, assim como

<sup>147</sup> Sobre o Cabo da Praia: *Anais da Ilha Terceira* — obra escrita segundo o critério cronológico típico dos Anais, cobrindo o período desde a descoberta e povoamento da ilha até 1850. Foi oferecida à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que a editou em 4 volumes, contendo 1420 páginas de texto e 510 de documentos. O volume I foi publicado em 1850; o vol. II em 1856; o III em 1859; e o IV, póstumo, em 1864. Reeditado, em fac-símile da edição original, pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981.

uma paisagem pitoresca coberta de vinhas estendidas por cima das pedras e de árvores frutíferas, dentre as quais se destaca a oliveira, cuja azeitona de cor negra ou verde e tamanho miúdo ou médio e de paladar saboroso, é absorvida pelo mercado local como complemento de pratos de mesa.

Fonte do Bastardo — um dos mais antigos povoados da ilha Terceira, cuja igreja paroquial é dedicada a Santa Bárbara. O seu nome advém de uma fonte que ali existiu.

Fontinhas — esta povoação deve seu nome ao grande número de pequenas fontes ali existentes. Fica junto à serra do cume e é conhecida pela fertilidade das suas terras. A sua população vive sobretudo da agropecuária.

Lajes – o seu nome deriva de várias pedreiras ali existentes. Na sua extensa planície, outrora celeiro da ilha, localiza-se o aeroporto das Lajes.

Embora a sua população tenha sofrido fortes influências do estilo de vida norte-americano, mercê da proximidade da base e também pela imigração, nesta freguesia a tradição da celebração das festas ao Divino Espírito Santo mantém-se muito arraigada. Nos domingos de bodo ainda se vêem os típicos carros de toldo, alegres e coloridos, no largo principal da freguesia.

O campo de aviação das Lajes é um vasto e grandioso aeródromo cuja construção foi iniciada pelos portugueses nos anos 40, sendo depois continuada pelas Forças Inglesas da Royal Air Force, que ali se instalaram e pelas Forças dos Estados Unidos da América, que também ali chegaram como aliados da Inglaterra, na luta contra o nazismo alemão.

Pouco ou nada resta das instalações desse tempo que foram substituídas por dispositivos modernos de maior eficiência técnica e de comando.

Segundo Maria Alice Borba Dias in *Ilha Terceira – Estudo de Linguagem e Etnografia* encontramos no campo de aviação das Lajes:

“instalações de radar, centrais elétricas, cantinas, escritórios, serviços de busca e salvamento e meteorológicos, emissores de rádio e televisão, ginásios, igrejas, bairros residenciais para militares portugueses e americanos (...) teatros, cinemas, campos de tênis e futebol, piscinas, hospitais (...) gigantescos hangares, bibliotecas (...)”.<sup>148</sup>

Quatro Ribeiras - primeira povoação da ilha Terceira. É atravessada por quatro ribeiras (daí o seu nome). Está situada sobre uma rocha, sobranceira ao mar;

<sup>148</sup> DIAS, Maria Alice Borba. **Ilha Terceira – Estudo de Linguagem e Etnografia**. Angra do Heroísmo. Secretaria Regional de Educação e Cultura. 1982.

São Brás - antigo lugar que ascendeu a freguesia em 1951. A igreja paroquial, dedicada a São Brás, é um tempo do século XV;

Vila Nova – inicialmente um dos primeiros povoados da ilha, aqui se instalaram muitas famílias abastadas. Região de abundância de águas (daí a existência dos moinhos da ribeira D´Aqualva); em 1891 contavam-se 14 chafarizes.

Foi também uma zona de grande produção de cereais e de grande beleza natural – dispondo de uma costa rochosa e alta e de uma vasta baía.

Freguesia famosa pelas festividades ao Divino Espírito Santo. Nos domingos de bodo ainda se vêem os carros de toldo no lugar da praça, alegres e coloridos, para cumprir a tradição.

Santa Cruz - a freguesia de Santa Cruz, principal freguesia do concelho, faz parte integrante da cidade da Praia da Vitória. Situada junto ao extremo areal da praia, nela podemos apreciar, além dos aspectos já referidos, os lugares de: Casa da Ribeira, Santa Rita, além da Arquitetura do Ramo Grande com construções dos séculos XVIII e XIX.

### *3.8.1.2 Paisagem*

O concelho da Praia da Vitória oferece uma paisagem variada. Nela encontramos montanhas, serras, crateras e lagos, bem como as planícies mais extensas da ilha — a do Ramo Grande e a do Cume, divididas em cerrados, separados uns dos outros pelo negro dos muros de pedra e pelo azul das hortênsias.

A linha da costa é acidentada, predominando as arribas e as zonas de calhau, com exceção para a baía da Praia da Vitória que abriga um extenso areal, único na ilha e o maior do arquipélago.

A paisagem da ilha está quase toda explorada pela mão do homem, tanto na agricultura como na pecuária. Contudo, merecem referência as “reservas integrais” que, dada a existência de vegetação endémica, são consideradas reservas naturais.

A ilha Terceira possui uma das maiores e mais ricas manchas de vegetação natural dos Açores. O planalto central da ilha é o que reúne as melhores condições para o seu desenvolvimento. O Morro Assombrado e o Biscoito da Ferraria (grande área de floresta endémica) são alguns dos exemplos. Os tipos de vegetação mais comuns são: o mato de vassoura (*Erica azorica*) que aparece sobretudo na Aqualva e Quatro Ribeiras; floresta laurifolia (*Laurus azorica* — *Frangula azorica*), nos Biscoitos; bosque de cedro (*Juniperus brevifolia* — *ilex perado*

ssp. Azorica) nas Quatro Ribeiras e Agualva; mato de vassoura — louro (*Erica azorica* — *Laurus azorica*) na Agualva, Fontinhas e Biscoitos. Quanto à vegetação costeira (*Festuca petrae* — *Spergularia azorica*) existe com abundância nos Biscoitos e Porto Martins. O Porto Martins é ainda o único local da ilha onde existe a *Azorirta vidali*.

Merece igualmente destaque a Alagoa das Quatro Ribeiras, zona encharcada, com penetração de água doce.

A maior concentração de picos, grutas e lagoas encontra-se no centro da ilha, nas freguesias da Agualva e Biscoitos, atingidas várias vezes por erupções vulcânicas. Uma das melhores panorâmicas do concelho localiza-se nos Pico Alto e Pico Agudo — Agualva. Os picos Vermelho, do Fogo, das Caldeirínhas (Biscoitos) do Boi, do Mau Olho (Agualva), a Caldeira das Lajes, as Lagoinhas na Agualva, o Pico do Capitão (Porto Mar-uns), são também pontos de referência.

Outro monumento natural é o Algar do Carvão - chaminé vulcânica com cerca de 100m de profundidade, situado no interior da ilha. Considerada reserva geológica, a sua investigação e exploração estão a cargo da Sociedade Espeleológica “Os Montanheiros”. As grutas que aqui se encontram são formadas por estalactites e estalagmites de grande beleza.

### *3.8.1.3 Manifestações religiosas profanas da Ilha Terceira*

As festividades religiosas e profanas marcam presença todos os anos, sendo um dos encantos das nossas gentes, dos seus usos e costumes.

A celebração do Divino Espírito Santo é a festa religiosa mais importante. De caráter profano-religioso terá chegado a esta região com os primeiros povoadores, tendo origem, segundo reportam os historiadores, na confraria instituída, em Alenquer, por D. Isabel de Aragão.

É o povo quem promove e faz a festa, reunindo-se em irmandades e cumprindo promessas. O objetivo da festa é praticar a caridade em nome do Divino. Nos domingos — a partir do Domingo da Trindade, tem lugar a coroação, cerimônia na qual a coroa é colocada na cabeça de uma criança ou de um adulto, seguindo depois em cortejo, até a casa do “Imperador”, onde se distribuem as esmolas (pão, carne e vinho) e é oferecido um jantar aos convidados.

As festas profanas de caráter popular que merecem destaque na ilha são:



- As touradas à corda que durante o verão enchem as ruas das freguesias. Tradição que remonta ao século XVI, chega à ilha com os primeiros povoadores, ganhando raízes com os castelhanos que ali se fixaram. É um dos divertimentos mais característicos dos terceirenses. Realizam-se na via pública, onde o touro, embolado, corre preso por uma corda atada ao pescoço, seguro e orientado por seis pastores. O foguete é o aviso de que vai sair o touro, ao qual se seguem os “passes”, de que se destaca o “passe do guarda-sol” por toureiros improvisados, os “capinhas”, aplaudidos por todos os que os observam atentamente, quer nas ruas, quer nas varandas e janelas.

- Carnaval, com as suas “danças” características (teatro popular), que conduzem ao envolvimento de toda a população. Encontramos danças: de Espada; de Pandeiro; Bailinho; Comédia.

- A Festa da Vinha e do Vinho dos Biscoitos, realizada no primeiro fim de semana de setembro e que recorda a tradição das vindimas.

- Festival Internacional do Ramo Grande, realizado no último fim de semana de outubro, reunindo os melhores nomes da música internacional.

- Desfile de Filarmônicas da Praia da Vitória, em novembro, em homenagem a Santa Cecília, padroeira da música.

Constituem já cartaz turístico as Festas da Praia, comemoradas de dois em dois anos, assinalando ao mesmo tempo uma data memorável - a Batalha de 11 d’Agosto de 1829, onde a praia, ao lado dos liberais, sai vitoriosa.

Concertos musicais, atividades desportivas, desfile de filarmônicas, exposições e animação noturna, constituem o cartaz destas festas cujo ponto alto é o Cortejo Etnográfico, mais rico, onde se revivem os usos e costumes das gentes do Ramo Grande. Uma indumentária a rigor com os utensílios apropriados fazem recordar o trabalho e as ocupações de outras épocas.

#### *3.8.1.4. Artesanato e folclore*

A praia procura manter a riqueza e a diversidade do artesanato que se manifesta, nas colchas de tear, com motivos geométricos e cores matizadas, nos trajes regionais, rios bordados à mão, nas rendas, nos trabalhos em vime, nos produtos de olaria e nos trabalhos em dente e osso de baleia.

O folclore variado, ora apresenta danças e cantares melancólicos como a “Saudade” e “Olhos Pretos”, ora apresenta cantares alegres e satíricos como os cantares ao desafio, onde os cantadores improvisam críticas à sociedade com sabor irônico e crítico - a “Cantoria” e as “Velhas”.

### 3.8.1.5 Gastronomia

Outra riqueza turística é a gastronomia do Ramo Grande, que apresenta uma grande variedade de Pratos Típicos. Os mais tradicionais são as “sopa do Espírito Santo” e “alcatra” (que ganhou o 1º prêmio nacional de pratos regionais) - carne de vaca, cortada, cozinhada, em forno de lenha, num “alguidar” de barro. A caldeirada de peixe, polvo guisado, morcela, sara-patel, pão de milho, papas grossas, queijo fresco de leite de cabra, e outro muito apetitoso. Os Mariscos - lapas, cracas, santola, cavaco, lagosta. Quanto aos doces tem-se a massa sovada, coscorões, alfenim, arroz doce, donas amélias. E como bebida tradicional tem os vinhos verde-lho dos Biscoitos (com fama internacional).

### 3.8.2 Ilha do Faial (Ilha Azul)

Situada no grupo central do arquipélago dos açores, a Ilha do Faial está separada da Ilha do Pico por uma faixa de mar de aproximadamente 8 mil metros de largura. Sua área geográfica é de 172,43 km² e uma população no ano de 2001 de 15.063 habitantes.

O nome de Ilha do Faial está ligado diretamente à abundância de árvores de faia-das-ilhas (lat. *Myrica faya*) quando do seu povoamento. Em 1460, a designação henriquina era “Ilha de São Luís de França”. Na cartografia do Século XIV, a ilha aparece pela primeira vez individualizada no Atlas Catalão de 1375 – 1377, como “Ilha da Ventura”. No ano de 1432, Gonçalo Velho Cabral terá achado as ilhas do Grupo Central. A sua designação de “Ilha Azul”, foi dada em 1924, por Raúl Brandão<sup>149</sup>, devido à grande quantidade de hortênsias (localmente chamados de novelos), que florescem ao longo das estradas, nos meses de verão.

---

<sup>149</sup> Raul Germano Brandão nasceu no dia 12 de março de 1867, na freguesia portuguesa de Foz do Ouro - Porto e morreu em Lisboa em 5 de dezembro de 1930. Militar, jornalista e escritor português, famoso pelo realismo das suas descrições e pelo lirismo da linguagem. Raul Brandão visitou os Açores no verão de 1924, no âmbito das *visitas dos intelectuais* então organizadas sob a égide dos autonomistas. Dessa viagem resultou a publicação da obra *As ilhas desconhecidas - Notas e paisagens* (Lisboa, 1926), uma das obras que mais influenciaram na formação

A cidade da Horta, a mais importante do Faial, situa-se na costa Sudeste da Ilha, com cerca de 6. 400 habitantes (em 2001), que com sua marina internacional e com uma arquitetura variada, resultado de vários séculos, atrai muitos turistas e navegantes.

As marcas do vulcão dos Capelinhos, que fez estragos em parte da ilha no ano de 1957, é uma amostra viva dos efeitos do vulcanismo e também um atrativo turístico. A ilha é sede da Assembleia Legislativa Regional.

### 3.8.2.1. *O Faial e sua Economia*

A Ilha do Faial possui um setor primário forte na área da agro-pecuária e em que a área agrícola ocupa 28% da área total da ilha. O cultivo é praticado em pequenas explorações, destacando-se as culturas forrageiras, a horta familiar, as culturas de citrinos, bananas, trigo e milho. Na pecuária, destaca-se a criação de gado suíno e bovino. A atividade piscatória, nomeadamente a pesca do atum, é outro pilar importante na sua subsistência. Em tempos passados, a indústria baleeira “caça à Baleia” foi a principal fonte económica

A Ilha do Faial apresenta uma baixa densidade florestal, de 14,1%, que corresponde a uma área florestal de 645 ha, salientando-se a faia-das-ilhas, para além de cedros-do-mato, zimbros e outros<sup>150</sup>. Quanto ao setor secundário, possui uma moderna indústria - de laticínios, de carnes de muita boa qualidade e de panificação. No sector terciário, o Turismo é a atividade económica de maior importância na ilha, que resulta fundamentalmente do movimento gerado pela passagem dos veleiros e cruzeiros que navegam no Atlântico Norte e do turismo sazonal às ilhas. Dispõe de várias e excelentes instalações hoteleiras com pessoal qualificado, e regista-se o grande interesse no desenvolvimento do Turismo Rural e do Ecoturismo.

### 3.8.2.2. *Manifestações religiosas profanas da Ilha do Faial*

As festas religiosas profanas<sup>151</sup>, marcam a vida cultural da Ilha do Faial. Dentre as mais importantes destacamos a Festa do Sr. Santo Cristo da Paia do Almoxarife celebrado no dia 1

---

da imagem interna e externa dos Açores. Basta dizer que é em *As ilhas desconhecidas* que se inspira o conhecido código de cores das ilhas açorianas

<sup>150</sup> Pesquisa realizada no site [http://www.tiosam.com/enciclopedia/?q=Ilha\\_do\\_Faial](http://www.tiosam.com/enciclopedia/?q=Ilha_do_Faial)

<sup>151</sup> Mais detalhes podem ser conferidos no site: <http://www.visitazores.org/>

de Fevereiro; Festa de São João Baptista, padroeiro da nobreza da ilha comemorado no dia 24 de Junho, Festas do Culto do Divino Espírito Santo, Festa de N. Sra. das Angústias, comemorada no dia 11 de outubro; Festa de N. Sra. da Graça, na Paia do Almoxarife, Festa de N. Sra. de Lurdes, na Feteira, Festa de Santa Cecília, celebrada na Matriz no dia 25 de novembro, padroeira dos músicos, Festa de Santa Catarina de Alexandria de Castelo Branco, Festa de N. Sra. da Conceição (8 de Dezembro).

Dentre as festividades profanas, temos a Festa da Semana do Mar, já comemorada há 30 anos na Horta, sempre na primeira quinzena de agosto. Tendo seu percurso interrompido apenas durante o Sismo de 9 de julho de 1998. É considerada a maior referência na animação de verão nos Açores e o maior festival náutico de Portugal.

### 3.8.2.3. *O Artesanato*

O artesanato da Ilha tem seu referencial nas miniaturas em míolo de figueira que retratam cenas do dia-a-dia, edifícios, flores, animais e pequenos navios, sendo Euclides Silveira da Rosa, o mestre mais conhecido desta arte. A arte popular também engloba esculturas em osso de cachalote, objetos em vime, os bordados de crivo, bordados em ponto de cruz, bordados a palha de trigo sobre tule; as flores de escama de peixe, as toalhas de papel recortado e chapéus e bolsas de palha<sup>152</sup>.

### 3.8.2.4. *Monumentos e Museus*

A Ilha do Faial tem na sua cidade principal, a Cidade da Horta o seu maior patrimônio arquitetónico que é essencialmente de natureza religiosa. O mais importante é o “Colégio dos Jesuítas”. Foi mandado construir por D. Francisco de Utra de Quadros, Capitão-mor do Faial, e sua mulher, D. Isabel da Silveira. Falecido a 1652 e sem descendentes, doa em testamento todos os seus bens (incluindo o Solar dos Utras) para fundação do Colégio. Lançamento da 1.<sup>a</sup> pedra da igreja, foi a 21 de Outubro de 1652, mas a sua construção só inicia-se em 1680. O edifício do Colégio dos Jesuítas só começou a se construir em 1719, e não chegaria a ser acabado, devido à expulsão dos padres jesuítas, a 1 de Agosto de 1760. A Igreja do Colégio tornou-se Igreja Matriz em 30 de outubro de 1825, por substituição da primitiva igreja devido ao seu andiamento estado de degradação.

<sup>152</sup> Ver: Baptista, Maria de Fátima Freitas. 1970. *A Ilha do Faial (Açores)*. Contribuição para o estudo da sua linguagem, etnografia e folclore. Dissertação de licenciatura, Coimbra. 1970.

A primitiva Matriz do SS.º Salvador da Horta é outro património que marca a arquitetura da Ilha. Foi aberta ao culto em 28 de Junho de 1514. Saqueada e incendiada pelos corsários ingleses em 1597. Inicia-se a sua reconstrução em 1607. É reaberto ao culto a 20 de Dezembro de 1615. Torre do Relógio, uma torre sineira foi adicionada à primitiva Igreja Matriz, com um relógio datado de 1700. Constitui um dos *ex-libris* da cidade. Junto fica o Jardim Florêncio Terra, local onde existiu o Convento de São João. No Antigo Hospital Walter Ben-saúde, que pertenceu à Santa Casa da Misericórdia, será as futuras instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas (sigla DOP) da Universidade dos Açores.

Destacamos, de acordo com relato da Direção Regional do Turismo de Faial<sup>153</sup> como de grande relevância ao património histórico arquitetónico da Ilha as seguintes construções:

“O Convento da Ordem de Santa Clara de advocação a São João Baptista, vulgo **Convento de São João**, terá sido fundado por volta de 1538, por Diogo de Roiz da Costa, "fronteiro de Arzila, onde casou, e tem 2 filhos clérigos e meteu ali as suas filhas freiras." D. Francisca Corte Real, filha do 2.º Capitão-donatário, em seu testamento datado de 20 de Dezembro de 1538, faz-lhe uma doação de 2 000 reis.

O **Império dos Nobres** (em memória da Erupção de 1672) é a primeira construção deste tipo em alvenaria a ser feita nos Açores. Por deliberação da Câmara de 5 de Janeiro de 1759, adquiriu-se um terreno para construção da ermida. No ano seguinte, estava concluído. O **Convento de N. Sra. da Glória**, é fundado por D. Catarina de Utra Corte Real, filha do 3.º Capitão-donatário. Em 9 de Janeiro de 1608, fez doação os terrenos para a sua construção. A direcção da construção foi feita por um seu parente, Estácio de Utra Machado. No seu lugar, existe actualmente o jardim da Praça da República.

A **Igreja de N. Sra. do Rosário**, que pertenceu ao Convento de São Francisco, construído em 1696, foi aberta ao culto em 12 de Novembro de 1700. O primitivo **Convento de São Francisco** foi fundado em 1522. Foi incendiado pelos corsários ingleses em 1597. Reconstruído em 1609, seria novamente destruído por um violento temporal, 60 anos depois. Em 1696, inicia-se a construção do convento e igreja no actual local. Após a extinção das Ordens Religiosas, em 1835, é doado a Santa Casa da Misericórdia. Nele é instalado o Hospital da Misericórdia e o Asilo da Mendicidade. Em 1899, o convento é destruído completamente num incêndio, salvando-se a muito custo a sua igreja.

A construção da **Igreja do Convento de N. Sra. do Carmo** teve início em 1698, sendo só concluído em 1797. O seu adro é um miradouro sobre da cidade. O Duque de Ávila e Bolama, por Portaria de 7 de Julho de 1835, consegue que o convento com sua igreja, seja doada à Ordem Terceira do Carmo, e que no Convento, fique instalado um aquartelamento tropas. Em resultado do Sismo de 1926, o convento acaba por ter que ser demolido.

A **Igreja de N. Sra. das Angústias**, no lugar onde se ergueu a **Ermida de Santa Cruz**, foi aberta ao culto em 28 de Novembro de 1684. A igreja tal como hoje a conhecemos, é construída em 1800, em estilo neoclássico, sendo as suas torres concluídas apenas em 1862. No tecto e nas telas laterais da Capela-mor, guarda-se representações homenageando as famílias nobres e os demais povoadores que vieram para ilha.

<sup>153</sup> Dados colhidos em material distribuídos pela Direção Regional de Turismo da Ilha do Faial, completados pelo portal da Secretaria Regional de Economia do Governo Regional do Açores. <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sre-drt/textoImagem/2FA.htm>. Dezembro de 2007. Dados colhidos junto a Prefeitura da Horta através do site: <http://www.cmhorta.pt/Municipio/Default.aspx>

A actual **Igreja de N. Sra. da Conceição** construída em 1933, veio substituir a anterior igreja construída em 1749, derrubada no Sismo de 1926. É de dimensões bem mais modestas e com uma traça moderna e de bom gosto.

Do sistema defensivo da **HORTA** contra os piratas e corsários, apenas restam o forte de Santa Cruz - MN, iniciado a sua construção em 1567, bem como o **Portão de Mar de Porto-Pim**, o Forte de São Sebastião, bem como os vestígios do Forte da Greta e do Forte da Guia. Da Segunda Guerra Mundial, encontramos os bunkers de Artilharia de Costa na Lomba da Espalamaca e no Monte da Guia, e no Monte Carneiro, se localizava as Baterias de Artilharia Anti-aérea.

No edifício da antiga sede da empresa de cabos submarinos alemães, actual sede da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, na *Colónia Alemã*, existe um notável painel de vitrais da autoria da famosa manufatura Schneiders & Schmolz, de Colónia, a mesma que montou e refez boa parte dos vitrais da catedral de Colónia e alguns dos melhores trabalhos em vidro da transição dos séculos XIX para XX na Alemanha. Os vitrais foram produzidos em 1912 e têm como tema a heráldica das diversas entidades políticas alemãs de então.

Existem igualmente solares e palacetes, exemplos de arquitectura civil típica da ilha, com arabescos de influência oriental”.

Os museus são outros atrativos da Ilha, e garantem aos faialenses espaços de estudos e compreensão histórica. Dentre os espaços museológicos da Ilha, destaca-se o **Museu Regional da Horta**, instalado em parte do antigo Colégio dos Jesuítas, o **Museu de Arte Sacra**, instalado junto da Igreja de N. Sra. do Carmo, o internacional Peter Café Sport<sup>154</sup> com o seu **Museu de Scrimshaw**<sup>155</sup>, o **Museu do Desporto**, a instalar na antiga Escola Leal da Silva e o **Centro do Mar**, na antiga Fabrica da Indústria Baleeira de Porto Pim.

Na Lomba da Espalamaca, situa-se os Moinhos Faialenses, o Monumento à Imaculada Conceição e os bunkers de Artilharia de Costa. No interior do Porto e nos pontões da Marina da Horta, figuram imensas pinturas que constituem um verdadeiro de museu ao ar livre, que se vai renovando ao sabor da imaginação dos navegadores que por ela escalam. Tem ainda um parque das âncoras, junto ao Forte de Santa Cruz MN.

Nos Flamengos, situa-se o Jardim Botânico do Faial, na Quinta de São Lourenço. Mediante marcação com uma antecedência de 8 dias, poderá visitar o Aeroporto da Horta, em Castelo Branco. Existe ainda o Museu Geológico do Vulcão, no Capelo, e o Museu Etnográfico dos Cedros.

<sup>154</sup> O **Café Peter Sport**, na cidade da Horta, é um marco na história dos Açores, e particularmente, da Ilha do Faial. Uma expressão consagrada entre os iatistas resume isso no seguinte: "Se velejares até a Horta e não visitares o Peter Café Sport, não vistes a Horta na realidade." Em 1986, a revista *Newsweek* considerou-o no lote dos melhores bares do mundo. Mas não é só um Bar-café, mas uma instituição de renome mundial. *Newsweek* 1986.

<sup>155</sup> **Scrimshaw** é uma palavra inglesa de etimologia ainda muito discutida que designa um tipo de arte onde os objectos gravados e pintados são feitos em marfim de cachalote. Normalmente, é utilizado dentes e o osso mandibular desse cetáceo. Também se encontra uma infinidade de peças utilitárias e decorativas, tais como caixas, talas para corpetes de vestidos de senhora, dedais, cabos de sinete, punhos de bengala, dados e até carretilhas para recorte da massa tenra.

### 3.8.3 Ilha do Pico (Ilha Negra)<sup>156</sup>

Frontal ao Faial, a Ilha do Pico, tem este nome devido à montanha vulcânica de 2.351m de altura, maior elevado de Portugal, que fica no centro da ilha<sup>157</sup>. É a segunda maior ilha do Arquipélago dos Açores, e dista da Ilha do Faial 8,3 km e da Ilha de São Jorge dista 15 km. Tem uma superfície de 447 km<sup>2</sup>; e conta com uma população residente de 14 806 habitantes (em 2001). Mede 50 km de comprimento e 20 km de largura.

#### 3.8.3.1 Um pouco de história

A designação henriquina da ilha era *Ilha de São Dinis*. Na cartografia do século XIV, a ilha foi chamada de "Ilha dos Pombos". O seu povoamento foi iniciado em 1460, na fajã lávica das Lajes, mas tornou-se definitivo em 1483, quando Joss van Hurtere<sup>158</sup> mandou fundar São Mateus. Em 29 de dezembro de 1482, a ilha é integrada na Capitania do Faial pela Infanta D. Beatriz, em virtude de Álvaro de Orlenas não ter tomado posse da ilha. Em 1501, Lajes do Pico, é elevada a Vila e sede de concelho pelo Rei D. Manuel I. Em 1542 é a vez de São Roque do Pico e em 1712, a de Madalena.

#### 3.8.3.2 A administração da Ilha

A administração da Ilha do Pico<sup>159</sup> é constituída por três concelhos: concelhos das Lajes do Pico com seis freguesias, Madalena e São Roque do Pico, ambas com cinco freguesias.

Dispõe em Santa Luzia, um moderno Aeroporto Regional com ligações aéreas directas com Lisboa (TAP/ SATA Internacional) e Terceira (Lajes) e Ponta Delgada (SATA Air Açor-

<sup>156</sup> Obras também consultadas sobre a Ilha do Pico: Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, dir. Artur Teodoro de Matos, Angra do Heroísmo - Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais- Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1989; Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978; "Anno de 1562. Erupção na ilha do Pico" in *Arquivo dos Açores*, Volume I. Carreiro da Costa, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978; Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago dos Açores no século XVII*, Castelo Branco, 1979.

<sup>157</sup> Curiosidade: É a terceira maior montanha que emerge do Atlântico.

<sup>158</sup> **Joss van Hurtere**, também conhecido por Joss van Hürter, Jobst van Hürter, Jobst van Huerter ou Joos van Huertere, ou pela sua forma aportuguesada José de Utra ou Job de Utra, foi um nobre flamengo que capitaneou um grupo de povoadores daquela nacionalidade que fundou a cidade da Horta, no Faial, Açores. Foi o primeiro capitão do donatário nas ilhas do Faial e do Pico. O topónimo da actual cidade da Horta deriva do seu nome de família (*Huertere*). in *Arquivo dos Açores*, Volume V.

<sup>159</sup> Dados: <http://www.municipio-lajes-do-pico.pt>.

res). Tem ligações marítimas diárias (Transmaçor) com a cidade da Horta e vilas das Velas e Calheta. Durante os meses de Verão usufrui de ligações marítimas com as restantes ilhas do arquipélago

### 3.8.3.3 A economia da Ilha do Pico

O ponto forte da economia<sup>160</sup> da Ilha está sustentada na agricultura na pesca e na criação de bovinos. A vinha, outrora uma das grandes riquezas da ilha que produzia o afamado vinho do Pico, exportado para a Inglaterra e para a América do Norte e que chegou a ser servido à mesa do próprio czar do Império Russo, foi gradualmente afectada pela praga do oídio na segunda metade doséculo XIX.

Atualmente, a produção é reduzida e as principais fontes de rendimento no campo da agricultura são os produtos hortícolas, as frutas e os cereais. A pecuária está muito desenvolvida, em especial no concelho de São Roque do Pico. A pesca é outra actividade importante. As indústrias da ilha estão, na sua quase totalidade, ligadas ao ramo alimentar: lacticínios, destilarias e moagens. No artesanato destaca-se a escultura em basalto e em osso de baleia, bem como rendas e bordados.

### 3.8.3.4 A cultura e o património da Ilha do Pico<sup>161</sup>

A UNESCO em julho de 2004 considerou a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico<sup>162</sup>, como Património da Humanidade. A área engloba os lajidos das freguesias da Criação Velha e da Santa Luzia.

A cultura da vinha domina a parte ocidental da ilha, sendo o famoso “Verdelho do Pico” cultivado em pequenas quadrículas de terreno onde crescem as vinhas, separados por muros de basalto negro feitos de pedra solta, chamados localmente de “currais”.

<sup>160</sup> ÁVILA, E., 1988. **A ilha do Pico: crises económicas**. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Actas do II Colóquio Internacional* 45 (2).

<sup>161</sup> Dados colhido junto ao Centro de Cultura das Lajes do Pico. Ilha do Pico. 2007

<sup>162</sup> A **Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico** é um sítio com uma área de 987 hectares sendo a segunda maior do arquipélago dos Açores. A zona classificada inclui um notável padrão de muros lineares paralelos e perpendiculares à linha de costa rochosa. Os muros foram construídos para protecção dos milhares de pequenos e contíguos lotes retangulares (designados currais) da água do mar e do vento. Registos desta vinicultura, cujas origens datam ao século X, manifestam-se na extraordinária colecção existente em casas particulares, solares do início do século XI, adegas, igrejas e portos. A belíssima paisagem construída pelo Homem neste local é remanescente de uma prática antiga muito mais vasta na região açoriana. Ver mais detalhes no site: <http://www.municipio-lajes-do-pico.pt>.



Outros patrimônios incluem: a Gruta das Torres, na Criação Velha; as Furnas de Frei Matias; Na Madalena, Museu do Vinho, instalado no antigo Convento das Carmelitas; o Museu da Indústria Baleeira, em São Roque do Pico; o Museu Regional dos Baleeiros, nas Lajes do Pico.

As festas profano/religiosas, marcam a cultura do ilheu na Ilha do Pico. Dentre as que se destacam temos a Festa e Procissão do Senhor Bom Jesus, no dia 6 agosto (São Mateus, Madalena), Semana dos Baleeiros que acontece no peiurodo de 20 a 26 de agosto, na comuniade de lajes (N. Sra. De Lurdes), Cais de Agosto<sup>163</sup>, que é festejado no último final de semana de julho (Cais do Pico – S.Roque), Festa de São Roque, Festas de Santa Maria Madalena, Semana das Vindimas, ocorre por toda ilha em setembro, e está relacionada a apanha das uvas, outra festa que possui uma grande significado é a Festa do Espírito Santo.

### **3.8.4 Ilha de São Jorge**

A Ilha de São Jorge<sup>164</sup>, situa-se no centro do Grupo Central do Arquipélago dos Açores, separada da Ilha do Pico por um estreito de 15 km - o Canal de São Jorge. A ilha tem 53 km de comprimento e 8 km de largura, sendo a sua superfície total de 237,59 km<sup>2</sup> com uma população de 10.500 habitantes (2001).

Administrativamente, a ilha é constituída pelos concelhos da Calheta, com 5 freguesias, e Velas, com 6 freguesias. Possui 3 vilas: das Velas, da Calheta e do Topo.

#### **3.8.4.1. São Jorge e sua História**

Na cartografia genoveza e catalã do Século XIV, é designada por Ilha de São Jorge. Designação que foi mantida pelo Infante D. Henrique. O seu povoamento terá começado por volta de 1460. Estudos recentes apontam para que o primeiro núcleo populacional se tenha localizado na enseada das **Velas** com irradiação para Rosais, Beira, Queimada, Urzelina, Manadas, Toledo (Velas), Santo António e Norte Grande. Outro núcleo teria se localizado na **Calheta**, com irradiação para os Biscoitos, Norte Pequeno e Ribeira Seca.

Certo é que a ilha já estava povoada quando João Vaz Corte Real, Capitão-donatário de Angra (Ilha Terceira), obteve a Capitania da Ilha de São Jorge, por carta de 4 de Maio de

<sup>163</sup> Decorre no último fim-de-semana de Julho, tendo como principal atração grupos musicais vindos do continente português, para além de durante o dia participarem de provas desportivas, exposição de artesanato e de atividades económicas.

<sup>164</sup> Revista de Estudos Açoreanos, Vol. X, Fasc. 1, página. 63, de Dezembro de 2003.

1483<sup>165</sup>. Em 1500, a povoação de Velas é elevada à vila e sede de concelho. Fracassado o povoamento da Ilha das Flores, o nobre flamengo Willem van der Hagen (Guilherme da Silveira)<sup>166</sup>, fixa-se no sítio do Topo fundando uma povoação, aí veio a morrer. Em 1510, o Topo é elevado a vila e sede de concelho. Calheta, é elevado a vila e sede de concelho, em 3 de Junho de 1534.

A ilha demonstrava a vitalidade de uma economia que, além da vinha, trigo, milho e inhames, tinha no cultivo do pastel e na colheita de urzela<sup>167</sup>, exportados para a Flandres<sup>168</sup> e outros países da Europa.

No decorrer da história, os jorgenses foram sujeitos a ataques de corsários (ingleses e franceses) e piratas (argelinos, turcos) durante os Séculos XVI e XVII. Desembarque das tropas liberais na ilha, 10 de Maio de 1831.

São Jorge sofreu outras calamidades. São as privações e crises de alimentos em anos de pouca colheita desde o séc. XVI a XIX, as crises sísmicas e erupções vulcânicas de 1580, 1757, 1808, 1964, e por fim, o sismo de 1980 e de 1998. São o lançamento de pesados impostos, que originam o Motim dos Inhames<sup>169</sup> na Calheta e no Norte Grande, em 1697.

São Jorge vive assim séculos de quase isolamento, interrompidas pelas raras visitas das autoridades, de barcos de comércio vindos das ilhas vizinhas e por nobres que aqui vinham contemplar as belas paisagens. O isolamento a que foi submetida a Ilha de São Jorge, foi quebrado com a modernização dos portos e a inauguração do Aeroporto, em 23 de abril de 1982. Isso abriu a ilha a novos horizontes de desenvolvimento e progresso; para o qual junta-se o aproveitamento dos seus recursos naturais, a expansão da pecuária e pesca, o fabrico do famoso Queijo da Ilha de São Jorge e ao turismo.

<sup>165</sup> *Arquivo dos Açores*, Vol. 3, pág. 13

<sup>166</sup> **Willem van der Hagen**, por vezes designado por Willelm van der Hagen ou Willelm van der Haagen, apor-tuguesado para Guilherme da Silveira, nobre flamengo que em 1470, desembarcou na Ilha do Faial a convite de Joss van Hurtere, seu 1.º capitão do donatário. Liderando uma segunda vaga de povoadores, leva consigo sua família e familiares, mestres de mais variados ofícios e rumo por último destino para São Jorge, onde se fixou definitivamente no sítio do Topo. Viveu com tanta abundância que somente de dízimo da seara que cultivava, segundo diz Gaspar Frutuoso, pagava cada ano 50 a 60 moios (medida de superfície). Livro 6.º das *Saudades da Terra* – Gaspar Frutuoso. 1923.

<sup>167</sup> A urzela produz um corante de cor púrpura (ou azul violáceo) que antes da invenção das anilinas sintéticas atingia grande valor para tingir têxteis. No período inicial da história dos Açores a urzela constituiu um dos mais importantes produtos de exportação das ilhas.

<sup>168</sup> **Flandres** (o termo se traduz como *Vlaanderen* em neerlandês, *Flandre(s)* em francês e *Flandern* em alemão) é toda a região norte da Bélgica, enquanto a região sul é chamada de Valônia (Wallonië em Neerlandes). Nesta parte do país é utilizado o Flamengo como língua, uma variante do Neerlandes. Seus habitantes são designados de "flamengos". Hoje, a palavra Flandres é usada para se referir à região Belga.

<sup>169</sup> **Revolta dos inhames**, ou **Motim dos inhames**, é a designação pela qual ficaram conhecidos os motins que em finais do século XVII ocorreram na Ilha de São Jorge, em especial na vila da Calheta e nas freguesias da Ribeira Seca e do Norte Pequeno, em protesto contra o pagamento do dízimo sobre a produção de inhame.

### 3.8.4.2 São Jorge e suas manifestações culturais<sup>170</sup>.

As festa do Divino Espírito Santo, considerada a festa religiosa mais características de toda a etnologia insular, também acontece na Ilha de São Jorge, como única com viés religioso. Sempre no período de maio a setembro, com especial ênfase no 7º domingo depois da Páscoa. Tendo como responsável a Irmandade dos Espírito Santo da Ilha.

Outra manifestação festiva ocorre no mês de julho, com o “Festival de Julho”, onde durante quatro dias a Calheta anima-se com desfiles etnográficos, concertos de música popular, provas desportivas, exposições, entre outras atividades.

No artesanato local, destaca-se trabalhos em lã da Fajã dos Vimes, madeira de cedro na Ribeira Seca, bem como a construção de barcos de pesca na Calheta e no Topo.

### 3.8.5 Ilha de São Miguel (Ilha Verde)

São Miguel<sup>171</sup> é a maior das ilhas do arquipélago dos Açores. Com uma superfície de 746,82 km², mede 90 quilómetros de comprimento e de 8-15 km de largura e conta com uma população de 131 609 habitantes (2001), mais 4,5% que uma década antes. É composta pelos concelhos de Lagoa, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Quando da sua descoberta por volta de 1426/1439, foi designada de “Ilha Verde”, devido às suas pastagens infinitas, quando começou a ser povoada (por cerca de 1440) portugueses, judeus, mouros e franceses.

A sede do Governo Regional dos Açores fica nesta cidade.

#### 3.8.5.1 Patrimônios Culturais de São Miguel<sup>172</sup>

É, ao lado da ilha Terceira, a que apresenta maior variedade de equipamentos de infraestrutura turística e diversidade de monumentos naturais-paisagísticos e histórico-arquitetônicos. A cidade de Ponta Delgada é o coração histórico-arquitetônico da ilha, concen-

<sup>170</sup> Ver também: Mendonça, Elsa Brunilde Lemos de. 1961-62. Ilha de São Jorge (subsídio para o estudo da etnografia, linguagem e folclore regionais). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo XIX-XX*.

<sup>171</sup> Dados colhidos junto a Direção Regional das comunidades – Governo Regional dos Açores. 2007.

<sup>172</sup> Dados colhidos junto ao Centro de Conhecimento dos Açores – Registro Regional de Bebs Culturais – Direção Regional de Cultura. São Miguel. 2007

trando um número significativo de construções arrojadas, Igrejas, palácios, casas, fortes e prédios residenciais/comerciais de vários séculos dão à cidade uma marca especial.

A ilha de São Miguel é a maior em extensão, com uma variedade de monumentos naturais-paisagísticos que a tornam singular. *A lagoa do Fogo, a lagoa das 7 Cidades, as Furnas*, são locais belíssimos que merecem ser vistos. *A usina geotérmica*, que gera energia elétrica a partir da pressão dos vapores quentes do centro da terra, é um equipamento especial, digno de ser visitado.

As demais cidades e vilas da ilha apresentam valores específicos da arquitetura e cultura popular.



**Foto 6** - Lagoa do Fogo – Ilha de São Miguel – Açores  
Foto do Autor - Julho2007

#### 3.8.5.2 Festas populares

A festa do Divino Espírito Santo é o carro chefe de todas as festas da Ilha de São Miguel, como ocorre nas demais ilhas do arquipélago dos Açores. Com seu cortejo etnográfico faz memória a fatos históricos e da vida cotidiana do ilhéu. A festa do “Senhor Santo Cristo dos Milagres”, acontece todos os anos na Ilha de São Miguel, no 5º Domingo da Páscoa, e tem a duração de três dias, nos quais a imagem do Senhor Santo Cristo é venerada, o que já acontece há mais de 400 anos, no convento da Esperança em Ponta Delgada. Além das manifestações religiosas que caracterizam estes dias de comemorações, há também manifestações culturais e desportivas.

Outra festividade que marca da vida do ilhéu de São Miguel é a “Cavalladas de São Pedro” que se realiza anualmente na Ribeira Grande no dia 29 de junho.. Um "Rei", ou "Maioral", Cavaleiros, Lanceiros, Despenseiros e Corneteiros vestidos de trajes coloridos, montados em luzidios cavalos, desfilam pelas ruas na manhã do dia de São Pedro.

### **3.8.6 Ilha de Santa Maria<sup>173</sup>**

De areias brancas, a ilha pertence ao grupo Oriental do Arquipélago dos Açores e tem superfície de cerca de 97 km<sup>2</sup>. Esta ilha tem um clima oceânico menos acentuado, sendo ameno e com muito sol, aproximando-se do clima mediterrânico. As temperaturas médias oscilam entre os 14 °C e os 22 °C. O relevo é integrado na ilha de Santa Maria, sendo caracterizado por basaltos, andesitos e tufos. É possível encontrar as seguintes formações geológicas: ilhéu de São Lourenço, ilhéu da Vila, ilhéu de Lagoainhas, Pico Alto (590 m), Cavacas (491 m), Caldeira (481 m), Ponta do Marvão, Ponta do Castelo e Ponta do Norte.

#### **3.8.6.1 Um pouco de história**

Santa Maria foi a primeira ilha a ser povoada em 1439, tendo tido como primeiro governador Gonçalo Velho Cabral. Os primeiros habitantes foram supostamente portugueses oriundos do Algarve, que se instalaram na costa norte da ilha, junto à baía dos Anjos. Vila do Porto foi a primeira vila a receber foral em 1470, tornando-se então no primeiro município dos Açores. A economia do concelho baseou-se na produção de pastel até o século XIX. Neste período o único fato histórico a marcar a Ilha, foi o da passagem de Cristóvão Colombo por estas terras, quando regressava da América, em 1493. A ilha esteve excluída das rotas comerciais, dedicando-se quase exclusivamente à agricultura e à criação de gado até aos dias de hoje. Com a construção do aeroporto internacional em 1944, assumiu um importante papel nas ligações aéreas através do Atlântico, sendo atualmente o centro de controlo de tráfego aéreo no Atlântico norte.

---

<sup>173</sup>Dados colhidos junto a Direção Regional das comunidades – Governo Regional dos Açores. 2007

### 3.8.6.2 A economia de Santa Maria

A economia esta baseada no setor primário, tendo a agropecuária como base desta economia. A área agrícola ocupa 47,6% da área do concelho. O cultivo é praticado em pequenas explorações, destacando-se as culturas forrageiras, as culturas permanentes de batata e vinha, as culturas temporárias de cereais e leguminosas secas para grão, prados e pastagens permanentes e prados temporários. No que diz respeito à pecuária, os bovinos, os suínos e as aves constituem as principais espécies de criação de gado. A região apresenta uma baixa densidade florestal, 22,4%, que corresponde a 19 ha de área, salientando-se as espécies cedros, zimbros e loureiros. Quanto ao setor secundário, a ilha apresenta a existência de madeireiras, fabrico de blocos e de telha artesanal e a indústria de lacticínios, esta última resultante da forte atividade agro-pecuária na ilha. No setor terciário, essencialmente dedicado ao turismo, as principais atividades e atrações turísticas que se podem encontrar por toda a ilha consistem na prática de desportos náuticos, nomeadamente windsurf, vela, esqui aquático, surf, pesca desportiva e mergulho.

### 3.8.6.3 Santa Maria e sua cultura<sup>174</sup>

Dentro dos aspectos culturais, iniciamos apresentando a arquitetura da Ilha, onde se destaca a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção (século XV-XVI), padroeira da vila. A igreja sofreu profundas alterações arquitectónicas no século XVIII, restando da estrutura inicial uma porta lateral gótica e um tecto manuelino da Capela de Santa Catarina. No seu interior existem colunas em pedra vermelha da ilha, que suportam as três naves da igreja. Possui também imagens em talha, de origem flamenga, que datam do século XV. Ainda de carácter religioso, citamos a Igreja da Misericórdia (anterior a 1536), o Convento de Santo António, a Igreja de Nossa Senhora da Purificação, com ornamentos em lava preta, e a Ermida dos Anjos (século XVI), local onde a tripulação de Colombo rezou uma missa como cumprimento de uma promessa. Outros pontos de interesse são as ruínas da casa de São João de Sousa (século XV), com as suas janelas góticas, os solares antigos, com portadas góticas, janelas manuelinas e telhados de quatro águas, e os paços do concelho, situados no antigo Convento de São Francisco. Este é um edifício do século XVII, que alberga atualmente a Câmara Municipal e outros organismos públicos, destacando-se o claustro com arabesco e um jardim interior.

<sup>174</sup> Dados colhidos junto ao Centro de Conhecimento dos Açores – Registro Regional de Bebs Culturais – Direção Regional de Cultura. Ilha de Santa Maria. 2007.

O Forte de São Brás constitui um exemplo de arquitectura militar, construído durante o domínio filipino para proteger a população. No seu interior encontra-se a Ermida de Nossa Senhora da Conceição da Rocha.

Quanto as festividades culturais temos a Festa do Divino Espírito Santo, que acontece em todo arquipélago, e a Festa de Nossa Senhora da Assunção, que acontece sempre no dia 15 de Agosto. E no último fim de semana de agosto a ilha celebra o festival de musicas, um dos mais concorridos do arquipélago.

O artesanto também está preente neta ilha, com destaque para louça em barro vermelho e outras peças de olaria, cuja tradição se procura reucperar; as camisolas de lãs feitas manualmente , a mantas de retalhos coloridas e os panos de linho, os chapéus depalha, os cestos de vime e vários objetos em ferro e madeira. Ainda no aspecto cultural, podemos ciatar o Museu Etnográfico do Espírito Santo, o santo mais venerado no arquipélago, onde também se podem ver utensílios, potes, talhas e outros objetos confeccionados com barro vermelho da ilha.

Algumas histórias e lendas circundam a vida do ilhéu de Santa Maria, a mais destacada, para o nativo da Vila do Porto, está relacionada com a passagem de Cristóvão Colombo pela ilha, quando regressava da viagem de descoberta do continente americano. Era o ano da graça de 1493 e deu-se uma terrível tempestade que levou a frota de Cristóvão Colombo a procurar refúgio em Anjos, lugar de Santa Maria. A tripulação desembarcou, com o intuito de se abastecer e rezar uma missa de agradecimento por ter sobrevivido à tempestade. A população, pensando tratar-se de mais um ataque de piratas, cercou-os e prendeu parte da tripulação. Após explicações e negociações, os marinheiros foram finalmente libertados e puderam cumprir a promessa na Ermida de Nossa Senhora dos Anjos.

### **3.8.7 Ilha do Corvo<sup>175</sup>**

É a menor dos Açores, com uma população de menos de 500 habitantes (senso 2001), que moram na Vila do Corvo.

No centro da ilha fica uma lagoa de origem vulcânica, que dá uma beleza toda especial ao local. A única povoação da ilha é constituída por um aglomerado de casas baixas com ruas estreitas e tortuosas que sobem as encostas, conhecidas localmente por "canadas".

---

<sup>175</sup> Dados colhidos junto a Web Site da Câmara Municipal da Vila do Corvo.

A Ilha do Corvo sofreu devido à emigração, principalmente para os Estados Unidos da América e para o Canadá. A superfície do seu concelho corresponde a toda a superfície da ilha.

### 3.8.7.1 *Corvo e sua história*

Foi Diogo de Teive<sup>176</sup> que descobriu as ilhas do grupo Ocidental dos Açores. Sua designação henriquiana é ilha de Santa Iria<sup>177</sup>. Foi também chamada de “Ilhéu das Flores”, e ainda de “Ilha do Marco”, pela razão do monte do Caldeirão servir como referência geográfica para os marinheiros. Em 12 de novembro de 1548, Gonçalo de Sousa, 2.º Capitão donatário das ilhas das Flores e do Corvo, é autorizado a mandar para ilha escravos (mulatos, provavelmente oriundos da Ilha de Santo Antão Santo, Arquipélago de Cabo Verde) de sua confiança como agricultores e criadores de gado. O povoamento inicial da ilha começou com o envio de uma expedição de 30 pessoas, chefiados pelo terceirense Antão Vaz de Azevedo. Por volta de 1580, colonos da Ilha das Flores se fixam na ilha. Os corvinos desde então levaram uma existência pacata em quase isolamento, dedicando-se à agricultura, à pastorícia e a pesca. Sofreu diversas incursões de corsário e piratas<sup>178</sup>, mas os corvinos souberam impor-se.

Foi o príncipe Regente D. Pedro IV, que em 21 de junho de 1832, elevou a povoação do Corvo a categoria de Vila e Sede de Concelho. Antes disso, esteve sob jurisdição de Santa Cruz das Flores.

O século XIX vê iniciar-se a emigração para os EUA e Canadá, com interregno entre 1925 e 1955, e que durou até ao início de 1980. Com a inauguração do tráfego aéreo comercial no Aeroporto da Ilha das Flores, em 27 de abril de 1972, os corvinos começaram a sentir-se menos isolados do resto do mundo.

<sup>176</sup> **Diogo de Teive** foi capitão de caravela e escudeiro do Casa do Infante D. Henrique. Realizou duas viagens de exploração para Ocidente do Mar dos Açores. Em 1452, no regresso de sua segunda viagem, descobriu as ilhas das Flores e do Corvo.

<sup>177</sup> **Santa Iria**, também conhecida como Santa Irene, embora este seja igualmente o nome de uma santa de origem grega é uma mártir lendária da cidade de Nabância (próxima da moderna Tomar). O seu culto foi muito popular durante a dominação visigótica, de tal forma que a velha Scallabis romana passou a ser chamada de *Santa Iria* (e daí derivou a moderna *Santarém*, através de *Sancta Irene*). O culto foi perpetuado através do rito moçárabe, mantendo-se ainda hoje como padroeira de algumas igrejas portuguesas, muito embora não seja considerada uma santa canónica pela Igreja Católica.

<sup>178</sup> No ano de 1632, a ilha sofreu duas tentativas de desembarque de piratas argelinos (território então parte do Império Otomano), no cais Porto da Casa. Duzentos corvinos usaram tudo ao seu dispor para repelir os atacantes que acabaram por desistir com baixas.



### 3.8.7.2 A economia da Ilha do Corvo

A economia do corvo esta sustentada no setor primário. A agricultura ocupa 17,5% da área do concelho. O cultivo é praticado em pequenas explorações, destacando-se as culturas forrageiras, as culturas permanentes de batatas e citrinos, as culturas temporárias de cereais para grão - especialmente milho, as culturas hortícolas intensivas, os prados, as pastagens permanentes e os prados temporários. A pecuária é a principal actividade económica do sector primário, em que os bovinos, os suínos e as aves constituem as principais espécies de criação. O queijo e os lacticínios são os principais produtos. A pesca é também importante.

No setor terciário o turismo é o que oferece melhores condições de impulsionar as atividades económica da ilha. Ao desenvolver toda uma estrutura que possibilite ao turista atividades relacionada ao mar, como mergulho, pesca submarina, passeios de barco ao redor da ilha, caminhadas ecológicas com destaque para a subida ao Caldeirão, o concelho abre novas oportunidade de negócios.

### 3.8.7.3 Festas e tradições do Corvo

As festividades da ilha são o Culto do Divino Espírito Santo, a Festa de São Pedro (24 a 26 de Junho), a Festa e Romaria de N. Sra. dos Milagres (15 de Agosto) na qual se integra o Festival de Verão dos Moinhos. Em 1938, é fundada a Banda Filarmónica Lira Corvina. Realizava-se no 1.º Domingo de Maio e no 1.º Domingo de Setembro, a Festa do Fio ou Tosquia das Ovelhas, cuja a tradição foi abandonada e ainda não foi recuperada. Gastronómicamente, são típicas as couves da Barca, o Feijão Assado à Corvo, os bolos de Erva do Calhau, a broa de milho e o queijo local. Do artesanato, destaca-se as barretas, mantas e as fechaduras de madeira

Durante séculos falou-se de uma misteriosa estátua de um cavaleiro apontando para Oeste, como prova da presença de antigos e ignorados navegadores que tinham deixado esse memorial na ilha. A estátua certamente nunca terá existido, mas a lenda foi citada por historiadores renascentistas como um fato verídico<sup>179</sup>.

---

<sup>179</sup> Veja: Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978.

### 3.8.8 *Ilha das Flores*<sup>180</sup>

Os dados geograficos definem a Ilha das Flores, como sendo de forma trapezoidal e tem uma superfície de 143,11 Km<sup>2</sup>, com o comprimento de 17 Km e 12,5 Km de largura máxima. A sua plataforma central, que se desenvolve entre os 500 e os 600 metros de altitude, tem no Morro Alto, com 914 metros a maior elevação. Está situada a 21° 59' de longitude oeste e a 39° 25' de latitude norte.

#### 3.8.8.1 *Aspectos históricos*

Quanto aos aspectos históricos os registos indicam a Ilha das Flores em 1452 era reconhecida por Diogo de Teive e seu filho. Inicialmente foi denominada ilha de São Tomás ou de Santa Iria, logo em seguida o seu nome é mudado para Flores, devido à abundância de flores amarelas (cubres) que revestiam toda a ilha.

O povoamento inicial da ilha é atribuído ao flamengo Wilhelm van der Haegen (Guilherme da Silveira) que, depois de alguns anos, a abandona, indo fixar-se na ilha de São Jorge, decisão que se deveu ao afastamento da ilha e inexistência de ligações regulares por barco que permitissem a exportação da planta tintureira chamada "pastel" para a Flandres. Seguem-se, já no séc. XVI, agricultores de várias regiões do Continente que começaram a arrotear os seus campos produzindo trigo, cevada, milho, legumes e a explorar a urzela, líquen utilizado na tinturaria, e o "pastel".

Durante séculos a ilha das Flores vive isolamento quase total, interrompido pelas raras visitas das autoridades régias, de barcos de comércio do Faial e Terceira que vinham buscar azeite de cachalote, mel, madeira de cedro, manteiga, limões e laranjas, carnes fumadas e, algumas vezes, louça das suas cerâmicas e, em troca, deixavam panos de lã e linho e outros artigos e de navios que ali faziam aguada e compravam víveres. Este isolamento não evita que em 1587, seja atacada por uma esquadra inglesa que saqueia a ilha e que outros navios corsários e piratas um dos quais, conta a tradição se refugiou na gruta dos Enxaréus, a ataquem e pilhem.

---

<sup>180</sup> Ver: <http://www.diarioinsular.com.> ; Governo dos Açores: <http://www.azores.gov.pt/Portal.>; Secretaria Regional de Economia: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sre-irae/>

### 3.8.8.2 *As Festividades da Ilha das Flores*<sup>181</sup>

As festas religiosas/profanas marcam a vida cultural da ilha. Como acontece em todas as ilhas do arquipélago, os festejos do Divino Espírito Santo aqui também marcam a vida do ilheu. A Festa do Emigrante, que tem um significado muito importante, que é homenagear os emigrantes que no Verão regressa à sua terra Natal. Uma oportunidade para muitos reverem os seus familiares e outros companheiros de aventura que após a chegada à terra de acolhimento separam-se pelos mais diversos motivos. Ocorre sempre na segunda quinzena de julho, na Lajes das Flores. Outro festejo que envolve a ilha em dias de muitas alegrias e a comemoração da Festa de São João, que também ocorre em outras ilhas como a Terceira e Faial. Tem sua data fixa no dia 24 de junho dia de São João.

### 3.8.9 *Santa Cruz da Graciosa (Ilha Branca)*

Situada ao norte do grupo central, a Graciosa foi batizada pelos descobridores com este nome, do qual se desconhece a origem e a razão, bem como o porquê de ter sido a única das nove ilhas que formam o arquipélago dos Açores a não homenagear um santo.

João de Melo (2000), escritor e poeta açoriano contemporâneo, a descreve:

“Adjetiva e feminina é a sua graça perante o olhar de quem chega, sendo uma ilha de formas tímidas e recatadas, um corpo de senhora sentada a ver o mar. ... Graciosa, não é, portanto, nome de apelo à devoção religiosa, nem de uma coisa que da terra tivesse brotado nesta ilha de ossos certinhos e bem modelados que se acomodaram ali, numa rota larga do mar. Foi sem dúvida um poeta quem assim a batizou. Porque decerto viu sobre ela pairar uma forma de presença que nunca esteve errada nem se perdeu da harmonia.”<sup>182</sup>

Graciosa também chamada de Ilha Branca — justificado pela aderência de formações geológicas claras ou por se isolar dos verdes das outras ilhas — a Graciosa mereceu também pela alvura do seu casario apostando no branco, quase exclusivamente.

O branco aparece como soberania da razão, talvez uma procura estética: a necessidade de se encontrar equilíbrio, trocando o luto da pedra pela leveza da cal com que se cobrem de-

<sup>181</sup> Ver também o Portal da Direção Regional do Turismo da Região Autónoma do Açores: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt>.

<sup>182</sup> Retirado da Obra de João de Melo. **Açores, o segredo das Ilhas**. Lisboa. Dom Quixote. 2000.

pois as edificações. E ressaltado também na toponímia: a Serra Branca, de onde se tem a visão do arquipélago, pois dela se avistam simultaneamente as outras quatro ilhas - Terceira, São Jorge, Pico e Faial —que formam com a Graciosa o quinteto do grupo central do arquipélago; Pedras Brancas, lugar de sementeiras agrícolas; Ponta Branca, de onde se imagina o alto e o abismo; Barro Branco, a fronteira entre duas povoações, sem divisões nem conflitos.

#### *3.8.9.1 Organização político-administrativa*

Na Graciosa há apenas um concelho, o de Santa Cruz da Graciosa, instalado na área norte da ilha, que concentra as atividades administrativas e de serviços. O presidente de sua Câmara Municipal, com mandato de quatro anos, é escolhido por eleições diretas, tal como nas demais regiões de Portugal.

São quatro as freguesias da Ilha: Santa Cruz da Graciosa, a mais populosa, seguida de acordo com mesmo critério pelas de Guadalupe, São Mateus e Luz.

A população da Graciosa não chega, entretanto, a cinco mil habitantes. A sangria da emigração e as alterações socioeconômicas culturais devido à queda da taxa de natalidade são apontadas como as responsáveis por este acentuado despovoamento, já que nas décadas de 50 e 60 a ilha contava com doze mil habitantes, segundo o censo.

#### *3.8.9.2 Aspectos da Economia de Graciosa*

Depois da proibição da caça à baleia nos mares dos Açores, a pesca artesanal em barcos a motor consiste em sustento para algumas famílias, sendo os homens que dela se ocupam exclusivamente.

O turismo é uma atividade em expansão, bastante sazonal, resultado da circulação de pessoas entre as ilhas — trazidas por barcos ou aviões - e das que vêm do Continente. Em números reduzidos são ainda os provenientes do exterior, devido às características limitadas da rede de hospedagem, servida por três residenciais (pousadas), e da oferta de restaurantes, cafés e bares.

### 3.8.9.3 *As manifestações Festivas da Ilha*

As manifestações festivas<sup>183</sup> ocorrem em três oportunidades. A primeira manifestação é a Semana do Carnaval. Graciosa possui uma tradição na organização do Carnaval. Acontecimento organizado pelas diversas colectividades locais, que consiste essencialmente no desfile de grupos vestidos a rigor com trajes carnavalescos a exibirem as suas danças. A segunda manifestação festiva é a o Divino Espírito Santo, com todos os seus ritos e simbolismo. Ocorrendo sempre de acordo com o calendário Cristão, mas não fugindo do período de Maio a Setembro, com especial ênfase no 7º domingo depois da Pasço. E a última expressão festiva da ilha acontece no dia 8 de agosto, quando se comemora a Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Esta manifestação congrega eventos puramente religiosos como manifestações de carácter popular, dos quais fazem parte espetáculos musicais, incluindo a atuação de ranchos folclóricos entre outros.

---

<sup>183</sup> Ver ainda: Direção Regional do Turismo – Governo Regional dos Açores. <http://www.azores.gov.pt>.

#### **4. CULTURA AÇORIANA EM SANTA CATARINA – UMA ANÁLISE ETNOCULTURAL**

## 4. CULTURA DE BASE AÇORIANA EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE ETNOCULTURAL

### 4.1 Santa Catarina: um estado multiétnico

O estado de Santa Catarina, com uma população estimada em cerca de 5,5 milhões de habitantes, apresenta um conjunto de valores culturais semelhantes ao registrado em outras partes do Brasil, formando um verdadeiro mosaico cultural.

A região marítima fluvial litorânea, com mais de 500 km de extensão e largura variada destacam-se por uma cultura lusófona, que incorpora traços das culturas lusitana, alemã, italiana, polonesa, negra, índia.

A multiétnicidade gerou marcas especiais nas diversas microrregiões do estado catarinense, tendo como essência os valores da cultura lusitana.

Além dos elementos índio e negro, a multiétnicidade do estado de Santa Catarina estende-se por fim à própria diversidade étnica das populações de origem européia<sup>184</sup> que entre o século XVII e o XX, sucessivamente povoaram e colonizaram o território catarinense.

O litoral catarinense, tem a marca básica da açorianidade, fruto da ocupação da região por portugueses insulares em meados do século XVIII, que incorporam imediatamente valores culturais dos nativos já existentes na região, sejam vicentistas ou índios, transformando-os e tornando-os parte de seu modo de ser e viver.

No século XIX, nos fundos dos vales desta ampla faixa litorânea catarinense se fixaram os imigrantes alemães, italianos, poloneses, proporcionando novos contatos culturais, gerando novos valores lusófonos, ainda hoje praticados.

### 4.2 Porque cultura lusófona catarinense de base açoriana

O processo de fixação e adaptação do homem açoriano e seus descendentes às condições locais do litoral catarinense, desde meados do século XVIII, provocou modificações na cultura transplantada pelos portugueses dos Açores para o sul do Brasil.

---

<sup>184</sup> Para uma compreensão mais profunda da colonização européia de Santa Catarina nos séculos XIX e XX., ver PIAZZA, Walter F. **O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional**, Florianópolis: Ed. UFSC- Ed. FURG, 1988. Para visões mais sintéticas do tópico, ver Piazza e Hübener (1989) e Santos (1995). Para uma análise das dimensões culturais dessa imigração, ver principalmente Seyferth (1990).

As condições geoclimáticas e tipo de solo existente impuseram, desde cedo, o desafio de adaptar-se a novos cultivos e, conseqüentemente, mudanças no padrão alimentar, com a incorporação de alimentos já utilizados pela população local.

Da mesma forma que adquiriam novos hábitos e modos de vida, também influenciaram os habitantes locais de origem vicentista, indígena (no sul do Estado), negros e, posteriormente, alemães, italianos e poloneses com sua vivência.

Ao longo dos 250 anos de colonização açoriana foi se consolidando no litoral catarinense uma identidade cultural única, cuja essência se fundamenta nos valores transplantados do arquipélago dos Açores. A estes valores foram somados os da cultura vicentista (paulista que já haviam se fixado no litoral catarinense nos séculos XVII e XVIII), bem como das culturas indígenas, negra e de outras minorias.

A esta cultura lusófona resultante, praticada ao longo do litoral catarinense pelos descendentes dos imigrantes açorianos (maioria da população regional) e por outras etnias aculturadas, chamamos de *Cultura de Base Açoriana Catarinense*. Este conceito de “cultura de base açoriana” teve sua gênese no NEA – Núcleo de Estudos Açorianos.

Portanto, temos em Santa Catarina uma cultura lusófona de base açoriana, sendo cultura açoriana a que se pratica nos Açores.

Para Vilson Farias<sup>185</sup>, as diferenças entre a cultura lusitana dos Açores e a lusófona de Santa Catarina são visíveis, tanto na gastronomia, quanto nas danças, folguedos religiosidade, tecnologias de produção e respectivos produtos econômicos.

Assim, faz-se necessário evidenciar estas diferenças para não se cometer o erro de querer tornar semelhante o que de fato é diferente. Não podemos esquecer que já se passaram 250 anos desde a fixação dos primeiros colonizadores açorianos no litoral catarinense.

Igualmente, não se pode esquecer que os habitantes do arquipélago dos Açores também operaram, ao longo do período, transformações em seu modo de ser e viver.

Assim, os valores morais e religiosos, essência do modo de ser do homem lusitano de aquém e além-mar, apresentam trações comuns, diferentes no modo de operar estes valores, face às condicionantes geohistóricas, sociais e econômicas regionais.

Os quadros sínteses das práticas culturais ontem e hoje ao longo do litoral catarinense, permitem algumas considerações acerca da dinâmica cultural implementada e as transformações que sofreu nos últimos anos.

---

<sup>185</sup> FARIAS, Vilson Francisco. 2000a:98.



As comunidades (municípios) onde ocorrem os povoamentos originais, por portugueses de São Paulo (vicentistas), e portugueses dos Açores, apresentam ainda hoje forte presença dos valores da cultura original, seja no folclore, na produção artesanal e artesanato, nos equipamentos de produção, na arquitetura, nas lendas, mitos, religiosidade, literatura popular e na gastronomia.

Nos municípios de povoamento secundário, seja ao norte, ao sul, nos caminhos do planalto, ou frontal à ilha de Santa Catarina, isolados por mais tempo da influência de outras culturas, estes valores continuam com marcas de forte originalidade.

Nos municípios que sofreram forte presença de outros valores culturais nos últimos anos houve transformações, esquecimentos intencionais de muitos valores básicos da cultura, tanto por vergonha, como por se tornarem tais práticas anti-econômicas (são exemplos: produção artesanal da farinha, açúcar, cachaça, tipiti, balaio de taquaras, esteiras, etc.).

Nos municípios que desde o início houve forte interculturalidade foram incorporados e mantidos alguns valores, enquanto outros foram totalmente abolidos, já no processo inicial de aculturação.

Confirmando a designação de cultura de Base Açorina, encontramos alguns estudiosos do NEA que contrariam o senso comum açorinista, de designar toda cultura popular da costa catarinense como açoriano:

“Nós temos plena consciência de que não é [assim]. É por isso que nós usamos muito o termo (...) “cultura de base açoriana”. Ou seja, a base cultural mais evidente na nossa cultura é açoriana, mas (...) não é só açoriana, ela é também indígena, e ela também é negra, ela é européia – até enquanto açoriana ela é européia, porque é também portuguesa, tem muitas das coisas que nós temos aqui que no arquipélago não existem”.<sup>186</sup>

Coelho (Peninha) afirma em entrevista para João Leal<sup>187</sup>, quando se referiu a importância do “boitatá” na cultura popular do litoral catarinense:

“Por isso é que a gente usa sempre essa expressão: manifestação cultural de base açoriana. Porque veio da Europa para os açores e aí, naquele caldeirão açoriano [adquiriu] uma nova forma cultural (...), mas aqui acrescentou ainda a presença indígena e a africana, com a presença de escravos aqui. Por isso é que a gente define

<sup>186</sup> PEREIRA, Francisco do Vale. 2001.

<sup>187</sup> LEAL, 2007:103.

a cultura daqui do litoral de Santa Catarina como de base açoriana: porque é muito mais do que só isso, ela também acrescenta o indígena e o africano.”

Ainda de acordo com Leal<sup>188</sup>, ao mesmo tempo em que autonomiza a cultura popular do litoral catarinense dos constrangimentos de uma etnogenealogia rigidamente açoriana que, no limite, a reduziria a um somatório de réplicas da cultura da terra de origem, o conceito de cultura de base açoriana possibilita também uma maior abertura para a diversidade dos acervos culturais abrangidos pelo paradigma açorianista.

### 4.3 Os estereótipos dos ítalo-germânicos sobre o homem açoriano

De acordo com Leal<sup>189</sup> é no quadro da multiethnicidade característica do estado de Santa Catarina que podem ser entendida a gênese, o desenvolvimento e a expressão contemporânea do movimento açorianista de Santa Catarina. De fato, como em muitos outros contextos, a presença destes vários grupos étnicos no mesmo espaço econômico, social, político e cultural, ao lado da coexistência e da cooperação, tem-se também ativamente articulado com conflitualidade e disputas.

O choque cultural verificado a partir da década de 1960, entre os descendentes de portugueses habitantes do litoral e os habitantes de origem alemã, polonesa e italiana habitantes dos fundos dos vales ou planalto sul brasileiro, bem mostra o quanto foi difícil a interação entre estes povos, até a referida época.

Ainda que mantendo relações comerciais, e possuindo a religião cristã como ponto comum, foi muito difícil esta interação, pois o longo período de isolamento a que se submeteram os ítalo-germânicos, somando a perseguição sofrida no período da Segunda Guerra Mundial, provocaram rancores que só o tempo está conseguindo superar.

Portanto, estes estereótipos gerados em relação ao homem litorâneo de origem portuguesa e cultura lusófona foi o resultado natural deste quadro de animosidade. E esta disputa teve uma forte ênfase nas comunidades de origem alemã, que contrapunha a capacidade de trabalho e realização dos “descendentes de alemão” à preguiça e incapacidade do “brasileiro”, do “caboclo”, do “pescador descendente de açoriano”.

Assim segundo Seyferth<sup>190</sup>, logo nos anos iniciais da colonização:

---

<sup>188</sup> LEAL, 2007:103.

<sup>189</sup> LEAL, 2002:147.

<sup>190</sup> SEYFERTH, 1982:127.

“(…) a aparente auto-suficiência dos imigrantes numa zona pioneira (...) fez crescer a idéia da superioridade do trabalho dos alemães. O “mundo brasileiro” era visualizado através do caboclo do litoral (...) [e] as comparações com o “caboclo atrasado” provavam, para os colonos de origem alemã, a sua superioridade de trabalho. A expressão usada até hoje, *Caboclerwirtschaft* era a forma mais comum de fazer referência às condições de vida do caboclo. Apesar do emprego da palavra *Wirtschaft* (economia), o sentido dessa expressão é “desorganização cabocla”. A oposição caboclo -colono foi, portanto, o primeiro indício das relações interétnicas [entre alemães e “brasileiros”](...). Ao caboclo, pobre, desorganizado, doente, se opunha o colono pioneiro cujo trabalho é visível<sup>191</sup>.

De acordo com Leal<sup>192</sup>, este contraste entre a capacidade de trabalho e realização alemã e a preguiça e desorganização do “brasileiro” manter-se-á como uma constante no modo como os imigrantes de origem alemã olham para as populações costeiras de origem açoriana.

Durante o período de investigação percebemos no campo de pesquisa (cidades catarinense), como estes estereótipos marcam a memória principalmente dos mais velhos, e já superado em relação as gerações mais jovens.

#### 4.4 As miopias culturais sobre o modo de viver do homem litorâneo

Os depoimentos recolhidos no decurso do trabalho de campo expressam os estereótipos<sup>193</sup>, que marcaram por muito tempo a relação do homem litorâneo com as demais comunidades catarinense.

Durante a investigação encontramos algumas expressões que marcaram esta diferença. Todos imbuídos de um preconceito e de uma visão negativa do “brasileiro”, como expressa um informante a Seyferth, quando do seu trabalho de campo:

“Brasileiro e caboclo é a mesma coisa. Caboclo é sujo, passa a vida comendo feijão com farinha de mandioca, por isso é amarelo, barrigudinho. Caboclos vivem doentes e não gostam de trabalhar. Quase sempre são mestiços com alguma coisa (índio, negro) e vivem em casa de barro, por isso são uns Schlambuger (desqualificados)”.<sup>194</sup>

<sup>191</sup> *idem*:127.

<sup>192</sup> LEAL, 2002:150.

<sup>193</sup> Para uma compreensão mais ampla do tema, ver Paiva Boléo. **O Congresso de Florianópolis, Comemorativo do bicentenário da Colonização Açoriana**. Coimbra, separata da revista Brasília, 1950.

<sup>194</sup> *Idem*: 159.

A primeira referência depreciativa produzida pelos ítalo-germânicos que encontramos, nas entrevista com os nativos das comunidades litorâneas foi “*O homem do litoral é malandro, preguiçoso, não quer trabalhar*”(grifo nosso). Esta assertiva é também explicada pelos descendentes açorianos com a seguinte justificativa:

“Os primeiros ítalo-germânicos que chegaram ao litoral defrontaram-se com pescadores-agricultores *que estavam na venda por volta de 4 a 5 horas da tarde tomando e contando Casos*. Ficaram chocados, pois eram acostumados a trabalhar todo período diurno, haja vista que vinham basicamente de centros urbanos, acostumados aos horários do comércio e da indústrias. Malandros, preguiçosos, foi a conclusão tirada.

No entanto, este grave erro não reflete a realidade de trabalho desses homens, que lutam duramente sem ir para casa desde o amanhecer do dia até meia tarde.

Por que o pescador-agricultor estava na venda no final da tarde?

Era que esta hora que conseguia fugir do seu ritmo de trabalho diário, pois não podia frequentar a venda no período noturno, já que dormia muito cedo (por volta das 8 horas da noite).

Os que viveram da pesca ou conviveram com os pescadores artesanais tradicionais, hoje em pequeno número no litoral catarinense, sabem que o dia de trabalho começa por volta das 05h00min da madrugada no inverno e 4:00 horas no verão, quando seguia para o rancho da pesca, pois antes do raiar do dia tinham que lançar e embarcações ao mar.

Acordava cedo, seguia neste ritmo de trabalho, sem interrupção para almoço em casa, até as 14h00min horas, dependendo das condições de pesca e da agricultura. Trabalhava, portanto, entre 10 a 12 horas seguidas comendo normalmente pão, água fria com farinha, algumas frutas, e quando era possível tomava café cabeludo (café fervido com água, que para baixar o pó se colocava brasa na lata). Muitos dias tinham que remar por horas seguidas, pois a calmaria não impulsionava as velas de pano, e não existiam praticamente embarcações a motor, quando estes primeiros veranistas chegaram a litoral.

Malandro, hein! Coitado! Com certeza, trabalhavam muito mais horas por dia que seus críticos linguarudos”<sup>195</sup>.

Outra assertiva discriminadora do povo litorâneo era que eles “*são uns pobres e malandros, vivem só comendo pirão com peixe, por isso as crianças são amarelas e barriguda*”(grifo nosso).

Para este juízo de valor expresso pelos ítalo-germânicos, encontramos a seguinte argumentação:

“O fato de se alimentarem basicamente da farinha de mandioca e peixe não os tornava tão fracos assim, pois completavam esta alimentação com açúcar, café, banana, frutas da estação, algumas vagens e verduras, feijão, obtendo uma alimentação

<sup>195</sup> Depoimento colhido de informantes e dos defensores da cultura de base açoriana durante o trabalho de pesquisa de campo. 2007

equilibrada e sadia, rica em fibras, amido, cálcio, fósforo, potássio, ferro, sacarose, cítricos e pobres em gorduras.

Quanto às crianças serem amarelas e barrigudas, era o resultado de andarem descalças, o que as lavava a contrair verminose, bem como de comerem muito amido (farinha). A medida que cresciam tais sinais desapareciam, resultando em homens de musculaturas compactas, com membros inferiores e superiores fortes, e corpo atarracado, com pouco volume de barriga e gordura, devido às lides diárias. Nas mulheres produziam corpos esguios, que dificilmente se tornavam gordos e flácidos na idade adulta, mantendo-se a maioria magra, mesmo na velhice”<sup>196</sup>.

Uma terceira expressão encontrada durante a investigação de campo e que estereotipa o povo de origem açoriana, é aquela que diz “*é um povo ignorante, atrasado, que não tem ambição, se conformando com o que tem por isso é que é pobre*” (grifo nosso).

Também esta afirmação tem uma origem, que é descrita pelo historiador Vilson Farias:

“Aqui está a grande diferença entre os descendentes de açorianos e os de origem ítalo-germânica- a mentalidade que impulsiona sua maneira de ser e viver?

Enquanto os descendentes de açorianos se guiam por uma mentalidade pré-capitalista, não-acumulativa, de base econômica de subsistência, os ítalo-germânicos, migrados nos século XIX, trouxeram já uma mentalidade capitalista, seja por virem de uma Europa em plena revolução industrial, seja porque vieram através de companhias de colonização, que cobravam pelas terras e transportes, forçando-os desde o início a desenvolverem uma mentalidade acumulativa, que foi passada aos seus descendentes.

Este contraste de mentalidade teria que gerar atritos face aos comentários maliciosos feitos pelos que não conheciam e não viviam esta bela forma de viver açoriana. Havia pobres, não miseráveis, no litoral, pois o povo se ajudava. A palavra nos negócios valia mais que papel passado, motivo de muitos descendentes de açorianos, por não saberem ler, serem logrados pelos desonestos da cidade. E estes, quando se viam logrados, eram capazes de matar, por terem sido enganados. Se viver com simplicidade, dignidade, sem ambicionar riquezas é errado, o que será certo?

Os reflexos destas mentalidades conflitantes e tão distintas perpassam pela saúde das pessoas.

Doenças cardiovasculares e estresse estão mais presentes entre os praticantes da mentalidade capitalista, permanentemente insatisfeitos, que entre aqueles que não têm a preocupação acumulativa.

Os descendentes de portugueses têm ensinado a muitos o sentido da vida, não com discursos, mas com seu exemplo de vida.

Estes contrastes de mentalidade levaram a atitudes concretas e extremas de muitas famílias tradicionais ítalo-germânicas, quando seus filhos resolviam casar com brasileiros (descendentes de portugueses)”<sup>197</sup>.

E por fim, não como último estereótipo legado aos açorianos, principalmente pelos alemães, aquela que proíbe casamento entre as etnias, alemã e os de origem portuguesa. Como

<sup>196</sup> Depoimento colhido de informantes e dos defensores da cultura de base açoriana durante o trabalho de pesquisa de campo. 2007

<sup>197</sup> FARIAS, 2001.

cita Farias (2001:138), “*Filho (a) meu (minha) não casa com brasileiro (a) descendente de luso-açoriano*”, “*senão não entra mais na minha casa, não é mais meu(minha) filho(a) e será deserdado(a)*”. (grifo nosso). Onde o próprio Farias<sup>198</sup> justifica:

“Muitos moços e moças receberam esta ameaça por parte de seus pais e avós. Isto ocorreu a partir da década de 60, quando ao frequentarem Universidade e trabalharem em empresas passaram a romper com o isolamento que havia entre estas culturas, buscando serem parceiros através do casamento, que bem sempre era bem visto pelos pais.

Alguns, inclusive, enfrentando tais preconceitos, ficando por muitos anos isolados dos seus familiares.

O medo e o rancor resultante das perseguições do período da II Guerra Mundial, feito pelo governo do Brasil aos imigrantes que mantinham hábitos, língua e relações com a noção-mãe, obrigando-os a falar e escrever em português, foram atribuídos aos que eles apelidavam de brasileiros, ou seja, os descendentes dos luso-açorianos. Assim, para estes perseguidos era inadmissível que seus descendentes se casassem com seus antigos perseguidores.

Dezenas de casos podem ser relatadas envolvendo pessoas que se casaram enfrentando tais preconceitos culturais.

Ainda hoje existem rancores, resistências culturais aos valores dos grupos culturais diferentes, e mesmo de culturas que têm a mesma matriz cultural. Um exemplo típico é a resistência dos descendentes portugueses catarinenses aos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) – tropeiros, que têm na cultura de origem portuguesa grande parte de suas tradições.

O caminho é lento e já foram vencidas, nos últimos 25 anos, importantes barreiras culturais; a ponto de na faixa litorânea catarinense já existir mais casamentos interétnicos que entre os da mesma etnia. Isto foi constatado com mais de 4.000 cursistas (professores que atuam nas redes municipais de ensino), nos municípios de Sombrio, Içara, Criciúma, Garopaba, Laguna, Imaruí, Imbituba, Palhoça, São José, Biguaçu, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Penha, Itajaí, Araquari, São Francisco do Sul.

A desinformação, o rancor étnico e a ignorância ainda estarão presentes por muitos anos, sempre que houver contatos interétnicos”.

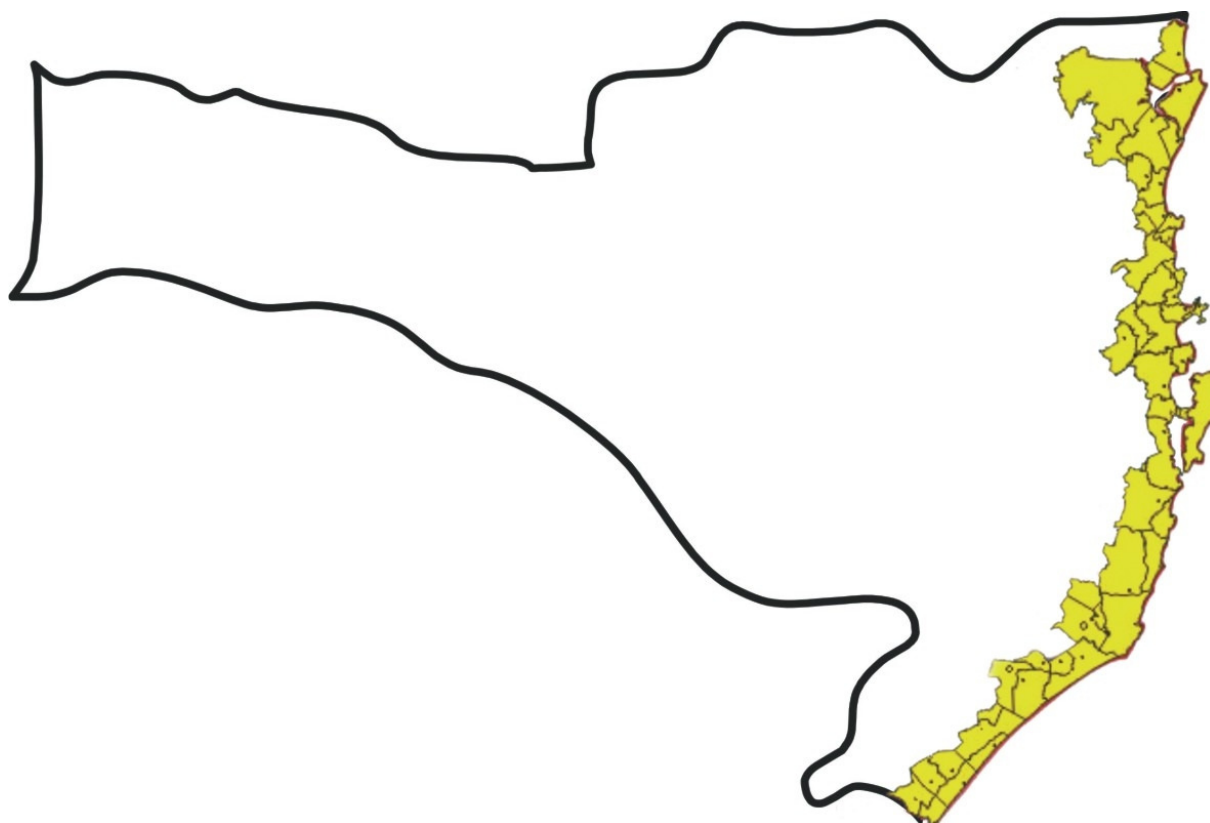
Estes estereótipos negativos da colonização açoriana ganham a partir do primeiro Congresso de 1948<sup>199</sup>, que tinha como objetivo discutir a cultura açoriana, uma reação muito forte, numa tentativa de reforçar o caráter luso-brasileiro do estado de Santa Catarina, contra

<sup>198</sup> FARIAS, 2001:107.

<sup>199</sup> Esta realidade começou a mudar a partir do 1º Congresso Catarinense de História, que teve lugar em Florianópolis, em outubro de 1948, e que visava preparar as comemorações dos 200 anos de colonização açoriana em Santa Catarina. O congresso foi organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e teve em Henrique Silva Fontes e Oswaldo Rodrigues Cabral as suas figuras centrais. Das atas do congresso só foi publicado um volume, correspondente às três primeiras sessões. Segundo Piazza os restantes volumes “em adiantada fase de composição e impressão na Imprensa oficial do estado de Santa Catarina se perderam em incêndio, ali ocorrido, que devorou, também, todo o papel destinado à impressão dos demais volumes” (Piazza, 1996: 43). Daí que os números e os dados referente as ações açorianista apresentadas, tenho utilizado os dados como são apresentados por Piazza (1996: 37-43).

aquilo que, em 1940, Gilberto Freyre havia classificado como “os perigos para a integridade luso-brasileira da cultura”.<sup>200</sup>

#### 4.5 Mosaico cultural de base açoriana no litoral do estado de Santa Catarina



**Mapa 6** – Faixa Litorânea de Santa Catarina e os municípios de cultura de base açoriana.

Descrever as feições de cada município de colonização de base açoriana do litoral e dos caminhos do planalto catarinense, não foi uma tarefa fácil, porém promoveu um conhecimento etnohistórico muito amplo da região. Mergulhar nas riquezas de cada povo, mesmo sem poder permanecer por muito tempo em cada cidade, permitiu sentir em cada unidade municipal a presença da cultura de base açoriana. Manifestações folclóricas, gastronomia, jogos e brinquedos, arquitetura, religiosidade, lendas e mitos, literatura popular, aspectos lingüísticos, que ligam estes povos aos colonizadores açorianos, estão presentes em maior ou menor inten-

<sup>200</sup> FALCÃO, 2000: 179. Com o objetivo de conhecer com mais profundidade da eventual influência de Gilberto Freyre e do seu livro de 1940 intitulado *Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira* no Congresso Catarinense de História cf. Falcão (2000: 178-180). A favor desta possibilidade, registre-se a citação deste texto de Gilberto Freyre por Paiva Boléo a propósito justamente da relação entre o congresso e idéias de brasilidade.

sidade, dependendo da microrregião cultural que estão inseridos dentro deste mosaico de culturas que é Santa Catarina.

Pesquisar os mais diversos aspectos destas comunidades/municípios, nos campos antropológico, sociocultural, econômico, político, natural-paisagístico, turístico, religioso, histórico, demográfico, buscando sempre uma linha que os liga aos traços da cultura de base açoriana, foi de uma importância muito grande para responder os questionamentos propostos pela tese.

Santa Catarina, com seu território de 95.346,181 km<sup>2</sup>, onde vivem hoje de acordo com os dados do IBGE<sup>201</sup> 5.866.568, de pessoas das mais diversas etnias espalhadas pelos 293 municípios, tem em sua maioria descendentes daqueles que formaram as três grandes correntes migratórias ocorridas entre 1748 e 1880 mais ou menos, ou sejam a luso-açoriana, a germânica e a italiana. Com bem menor expressão registram-se grupos de etnia eslava, árabe, grega e africana, além dos descendentes de paulistas e os mestiços.

As diversas regiões de Santa Catarina têm características peculiares devido as mais diferentes etnias, que acabam formando o quadro cultural Catarinense. Cada região tem elemento predominante que refletem a sua colonização.

No litoral catarinense, onde preponderam o elemento de ascendência luso-acoriana, encontramos mais de dois milhões de pessoas. A Enseada de Brito (Palhoça), comunidade escolhida para um estudo mais detalhado, ali está inserida. São comuns os Silva, os Vieira, os Pereira, os Fagundes, os Cunha, os Ferreira, os Cardoso, os Correia, os Silveira e tantos outros antropônimos que mantêm a linha onomástica que une seus portadores às raízes plantadas no Arquipélago dos Açores, nos idos do século XV.

Aqui se faz necessário definir, antes de continuarmos a descrever este mosaico cultural de base açoriana, o conceito que usaremos para cultura. Acreditamos que a melhor linha de pensamento para nortear este trabalho é aquela que coloca a cultura, como um processo dinâmico, ou seja, emprega o princípio de que o homem não só acumula e comunica modos de vida, técnicas, valores e conhecimentos, como também a partir de suas experiências sócias, é capaz de adaptações e invenções sempre que encontre estímulo e desafios do meio em que vive.

Ao olharmos mais atentamente e com olhos antropológicos, não podemos aceitar as observações que alguns estudiosos levantam quanto ao desenvolvimento da região litorânea ter sido um fracasso, tendo em vista a colonização ter sido de origem açoriana.

---

<sup>201</sup> Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>, dia 06 de março de 2007, as 9:41horas. População estimada para 2005.



Cabe ressaltar, que quando os açorianos aportaram nesta terra, tiveram que buscar meios de sobrevivência diferentes daqueles já conhecidos, como pastores, pescadores e agricultores. Numa ilha, com uma fauna selvagem, com terras inapropriadas ao cultivo do linho, do trigo e do algodão, por exemplo. O terreno arenoso, as várzeas os levaram a ter que buscar outros cultivos e aqui destacamos a mandioca, que para eles era totalmente desconhecida.

Sem os compromissos da coroa ter sido honrado, no que diz respeito aos aspectos de ajuda para aqueles que aqui se instalassem com as restrições que o governo português fazia à produção artesanal no Brasil - Colônia, a falta de solo apropriado para as culturas que já detinha conhecimento.

Logo que perceberam que precisariam buscar novos rumos para suas vidas, empenharam-se no desenvolvimento dos novos cultivos e, em menos de 30 anos, já tinham toda esta região, mais de trezentos engenhos de farinha de mandioca de açúcar. Outros buscaram na pesca a sua sobrevivência, apesar de também terem que aprender o comportamento das espécies comuns ao litoral sul brasileiro, época de safra, além de conhecer espécies florestais para construção de barcos e tipos de redes apropriadas para a pesca costeira. Os que não se adaptaram a esta nova vida, buscaram nos centros urbanos da época, nos vilarejos, a sua adaptação, tornando-se funcionários públicos, profissionais liberais ou participantes de outros ramos do setor terciário da economia local.

Com todos os problemas enfrentados desde sua chegada nesta terra, ainda sem a formação escolar, que poderia lhes proporcionar melhores condições, não podemos dizer que este povo fracassou, ou que não trabalhava por que era “malandro”. Na verdade eles são verdadeiros vencedores e a maior vitória foi a sobrevivência em meios às adversidades. Suas vitórias viriam com o tempo, através de sucessivas gerações. Basta, olharmos para o litoral catarinense e suas grandes cidades e veremos tudo que foi construído graças a luta sem medidas dos colonizadores açorianos.

Com tudo isto, dizemos que aquelas práticas e saberes medievais que ainda dominavam o quadro sociológico do Arquipélago na primeira metade do século XVIII, seriam levados para o Brasil. Lá também não haveria estímulos a rupturas e mudanças para o desenvolvimento, fenômenos que os sociólogos e antropólogos chamam de impulsões. O sistema cultural continuaria por algum tempo arcaico. Alguns estudiosos têm feito referenciais a esse sistema cultural fechado o qual teria sido responsável pelo forte individualismo que impediu a formação de uma economia baseada no trabalho solidário e por outro lado tem se mostrado, até o presente século, bastante resistente à modernização.

Este quadro apresentado por lado, promoveu dificuldades no desenvolvimento sócio-econômico das populações rurais, mas se olharmos com atenção veremos que possibilitou ali, fortes traços culturais revelados em seu folclore, suas manifestações religiosas, seus costumes e suas atividades artesanais, que fazem parte do patrimônio cultural de Santa Catarina contemporânea.

Hoje, ao fazermos uma radiografia do litoral catarinense, vamos encontrar manifestações culturais de base açoriana em todo litoral.

#### ***4.5.1 Aspectos etnohistóricos dos 33 municípios catarinenses de base açoriana***

Ao traçarmos o perfil dos municípios de Santa Catarina de cultura de base açoriana, queremos mostrar a influência desta cultura na formação e evolução do Estado, com ênfase aos aspectos culturais que ainda hoje sobrevivem em todo o litoral.

Estudos mostram que mais de 1 milhão de catarinenses descendem dos 6000 açorianos que, no século XVIII, povoaram a parte litorânea de Santa Catarina. Talvez seja esse o maior contingente humano de tronco açoriano existente no Planeta, razão pela qual consideramos que este estudo seja de interesse direto desta tese.

##### ***4.5.1.1 Itapoá***

O município de Itapoá está localizado na microrregião de base cultural açoriana do litoral norte de Santa Catarina; baía de Babitonga/rio Itapocu/parati/baía de Itapocorói, fazendo limite ao norte com o Estado do Paraná; a aproximadamente 220Km de Florianópolis.

A área territorial é de aproximadamente 256,1 km<sup>2</sup>, constituída das terras planas e ampla faixa de praia ideal para o turismo balneário. Neste território vivia em 2006 uma população de 12.410 habitantes<sup>202</sup>. Na alta temporada a população flutuante ultrapassa aos 200.000 habitantes<sup>203</sup>.

A sede do município encontra-se nas coordenadas geográficas de 26° 07' 01" de latitude sul e 48° 36' 58" de longitude oeste, com altitudes médias que oscilam entre 6 e 20 metros<sup>204</sup>.

---

<sup>202</sup> IBGE. Cidades. Op. cit.

<sup>203</sup> Dados: Prefeitura Municipal de Itapoá.

<sup>204</sup> Ibidem.

O município tem como limites ao norte o Estado do Paraná, ao sul com São Francisco do Sul, a oeste com Garuva e a leste com o oceano Atlântico. Face a proximidade da serra de Garuva apresenta elevada precipitação anual, chegando a 1.904mm, com uma umidade relativa do ar de 87,18% e temperatura média anual de 20 °C<sup>205</sup>.

O nome Itapoá ou Itapuã, em linguagem tupi-guarani, é interpretado como sendo “pedra que surge” ou “ponta de pedra” (ita = pedra/Poa = ponta)<sup>206</sup>.

Esta denominação deve-se a grandes pedras que emergem e/ou desaparecem sob as águas, conforme a altura da maré, em frente ao camping Itapoá, no Balneário Santa Clara no perímetro urbano.

A ocupação histórica da região do município tem ligação direta com a vida de São Francisco do Sul. Em seu território, em 1841, foi implantado por franceses “A Colônia Industrial do Saí e a primeira experiência socialista do Brasil”, sob a liderança do Dr. Joseph Boneit Mure, de acordo com os princípios da doutrina do filósofo francês Charles Fourier<sup>207</sup>. Nesta colônia seria implantada uma fábrica de máquinas a vapor para atender ao governo e as companhias particulares. Fracassou o empreendimento, a par do vultoso capital aplicado<sup>208</sup>.

Pelos anos seguintes manteve-se esparsamente povoada por caboclos, vindo a despertar interesses de empresários madeireiros no início do século XX, inclusive, responsáveis pela abertura da primeira estrada ligando Itapoá a Garuva, sob a liderança da Sociedade Imobiliária e Pastoril Ltda.

O processo de organização político-administrativa de Itapoá tem início em 01/03/1966, quando pela Lei nº. 08/66 foi elevado à categoria de distrito, pertencente ao município de Garuva, efetivamente instalado em 29 de setembro de 1968.

A descoberta da região como área de lazer balneária impulsionou a ocupação da ampla faixa de praia de 32 km de extensão, fazendo adensar a população local e a legalização imobiliária de milhares de propriedades.

A emancipação política de Itapoá deu-se em 26 de abril de 1989, pela Lei Estadual nº. 7.586.

O município apresentou nos últimos anos, por conta da melhoria do acesso rodoviário, excelentes praias e clima, com um crescimento urbano acelerado; ainda que grande parte destas construções só seja utilizada no período de verão ou feriados prolongados.

---

<sup>205</sup> Dados: Prefeitura Municipal de Itapoá. Op. cit.

<sup>206</sup> Dicionário Tupi-Português de Luiz Carlos Tibiriçá.

<sup>207</sup> A doutrina proposta era substituir o trabalho associado à exploração e a injustiça que provem do trabalho assalariado.

<sup>208</sup> Dados extraídos da Obra do historiador Vitorino Luiz Paese (no prelo)

A estrutura rural do município é formada pelas comunidades: Jaguaruna – a 4 km da sede; Saí Mirim – 10 km; Braço do Norte – 13 km. Quanto à estrutura urbana /balneária é formada pelas comunidades (bairros) Barra do Saí, Itapema, Centro, Pontal, Figueira.

A economia do município é centrada no setor terciário, com ênfase nos equipamentos voltados ao atendimento das atividades turístico-balneárias.

#### *4.5.1.2 São Francisco do Sul*

O município de São Francisco do Sul, está localizado na microrregião de base cultural luso-açoriana do litoral norte de Santa Catarina: baía da Babitonga/rio Itapocu / baía de Itapocorói, a 188 km de Florianópolis, distante 35 km da BR 101<sup>209</sup>.

A área territorial é de 540,8 km<sup>2</sup>, envolvendo a ilha de São Francisco e a parte continental do distrito do Sahi, onde vive uma população de 38.699 habitantes<sup>210</sup>. No entanto, na alta temporada, esta população triplica devido aos diversos balneários existentes: Capri, Paulas, Forte, Ubatuba, Enseada, Praia Grande e outros.

O município limita-se ao norte com Itapoá, ao sul com Barra do Sul, a oeste com Araquari e Barra do Sul e a leste com o oceano Atlântico.

O nome original da comunidade foi Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco, sendo assim conhecida ao longo do período colonial até meados do século XIX.

No ano de 1866 encontra-se documento que se refere ao município (vila) de São Francisco Xavier do Sul.

“Lei 566 de 15 de março de 1866(...)”.  
Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, Presidente da Província de Santa Catarina. (...).  
Art, 1. – Fica desmembrando do município de São Francisco Xavier do Sul o território que foi doado à Princesa D. Francisca, formando um município com a denominação de ‘Joinville’.  
(...) aos quinze dias do mês de março de mil oitocentos e sessenta e seis, quadragésimo quinto da independência e o Império “<sup>211</sup>.

<sup>209</sup> SANTUR. Secretaria de Turismo do Estado de Santa Catarina: <http://www.sc.gov.br/portalturismo>. Município = 107&Pág.

<sup>210</sup> IBGE. Cidades@. População de Santa Catarina. Projeção 2006.Op. cit.

<sup>211</sup> Leis e Decretos. Presidente da província de Santa Catarina. Lei 566, de 15 de março de 1866. Coleção das Leis da província de Santa Catarina. 1866.

Portanto, a transcrição do nome de Nossa Senhora das Graças para o de São Francisco do Sul tem início, pelo que tudo indica em meados do século XIX; pois São Francisco foi elevado à categoria de cidade em 15 de abril de 1847, quando ainda era chamada de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco.

“Lei 239 de 15 de abril de 1847

Artigo único – Ficão elevados a categoria de Cidade as vilas de Santo Antonio dos Anjos da Laguna e de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, conservando estas mesmas denominações”.<sup>212</sup>

A efetivação do nome de São Francisco do Sul foi oficializada em 18 de dezembro de 1938, através do Decreto Estadual nº. 238 <sup>213</sup>.

A presença humana indígena na região da baía da Babitonga/Ilha de São Francisco é atestada por diversos sambaquis, alguns enormes de grande significado étnico-cultural.

Quanto à presença do homem branco europeu de origem francesa na região é quase tão antiga quanto à do descobrimento do Brasil pelos Portugueses.

Pelo que se sabe, a ilha de São Francisco foi o primeiro ponto a ser tocado pelos franceses em território brasileiro no início de 1504. Este, sob o comando de Binot Paumier de Gonneville, a bordo da nau L’Espoir, permaneceram na região por quase 6 meses, recuperando a embarcação.

Os contatos entre os brancos franceses e índios carijós liderados pelo cacique Arosca foi tão amistoso que no retorno à França levou o filho do cacique conhecido como Iça Mirim<sup>214</sup>.

A cruz deixada com a inscrição “aqui Binot Paumier de Gonneville plantou este objeto sagrado, associando em paridade a tribo com a linhagem normando”<sup>215</sup> é o sinal de que os franceses foram os primeiros brancos europeus a visitar e explorar a costa catarinense; apenas 4 anos após o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral.

A ocupação efetiva da região de São Francisco do Sul pelos portugueses donos das terras brasileiras, só ocorreu no início do século XVII, quando os vicentistas<sup>216</sup>, iniciaram expedições de caça ao índio e investigações de riquezas da região.

A criação de uma povoação sólida foi obra de Manuel Lourenço de Andrade, que se fixou na região com “bens de raiz” – propriedades e escravos, em meados do século XVII.

<sup>212</sup> Leis e decretos. Presidente da província de Santa Catharina. 1847. Coleção de Leis. 1841/48; p. 273.

<sup>213</sup> Dados: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

<sup>214</sup> Dados gerais sobre o município de São Francisco do Sul. Op. cit.

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> Nome dado aos paulistas da capitania de São Vicente.

O sucesso do empreendimento resultou na criação da freguesia de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco, através de Alvará Régio, de 18 de dezembro de 1656; com subordinação à vila de Paranaguá<sup>217</sup>.

O progresso foi rápido, possibilitando que a freguesia de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco fosse, alguns anos mais tarde, 1 de janeiro de 1662, através de Alvará Régio, promovida à categoria de vila, vinculada a capitania de São Paulo<sup>218</sup>.

Pelos anos seguintes novos povoadores foram se fixando na região aumentando progressivamente a população.

No início do século XIX muitas terras ainda estavam devolutas. Foram estas requeridas e concedidas pelo governo da capitania.

Quando da instalação dos açorianos, em 1750, apresentava São Francisco uma população de pouco mais de 1.000 almas, configurando-se como uma próspera vila subordinada ainda à capitania de São Paulo.

Na mesma época, a sede da vila de Desterro, Capital da recém-criada capitania de Santa Catarina, tinha pouco mais de 285 indivíduos<sup>219</sup>.

Os primeiros dados detalhados sobre a vila de São Francisco são de 1796, contidos no relatório enviado pelo governador da capitania de Santa Catarina, Cel. João Alberto Ribeiro, ao Vice-Rei do Brasil, quais sejam:

“Dos engenhos e fabricas: 19 engenhos de aguardente, 14 engenhos de mandioca, (não possuía engenhos de açúcar, fabricas de açúcar, engenho de pilar arroz, ata fonas de moer trigo ou curtumes de couro)”.

Das embarcações existentes: 2 sumacas pertencentes respectivamente ao capitão Leandro José de Araújo e a Inácio José da Silveira – Mestre da Ribeira.

População: fogos (famílias) – 776. Total da população: 4.115 habitantes. Brancos livres: homens – 1.713, mulheres – 1.847, totalizando 3.560. Forros: homens – 63 mulheres – 63; total – 116. Escravos: homens – 426, mulheres 341, somando 767 indivíduos.

Produção econômica: 60.000 alqueires de farinha de mandioca, 800 alqueires de arroz, 100 alqueires de feijão, açúcar e cana – 4.140 medidas, 70 arrobas de grava-ta, 96 dúzias de betas (grandes) 1.000, jambe (pequenas) 800, peixe seco – 30 milheiros. Não há informação sobre a produção de milho. Confirmando a hipótese de que os açorianos não se fixaram inicialmente da região.

No ano de 1796 entraram no rio São Francisco 10 sumacas e 3 lanchas, totalizando 13 embarcações. No mesmo período Desterro recebeu: 2 navios de 3 mastros, 9 corvetas, 16 bergantins, 60 sumacas, 22 lanchas, 7 embarcações estrangeiras, totalizando 116 embarcações.

Existiam as seguintes lojas: de oficinas: alfaiates – 7 sapateiros – 3, ferreiros – 6, tanoeiros – 1, curtumes de couro – 1, (não havia lojas de barbeiros, marceneiros, serralheiros, funileiros, enlatadores, pintores, casa de pastos, óticas); casas de fazenda : 8 – pertencentes aos: Cap. Fco. Leite Mesquita, Francisco de Paula, José

<sup>217</sup> Relação dos municípios catarinenses e distritos, sua lei de criação de distrito e município com a datas de sua implantação. IBGE/Assembléia Legislativa de Santa Catarina. 2007.

<sup>218</sup> Ibidem.

<sup>219</sup> RIBEIRO, Alberto Miranda. Op. cit.

Moraes Garcez, Manoel Leite de Magalhães, Manoel de Oliveira Cercal, Manoel Pereira da Costa, José da Silva de Faria e Francisco dos Santos”.<sup>220</sup>

A população de pérolas e mariscos na região de São Francisco era uma atividade econômica que interessava à Coroa portuguesa conforme correspondência do Vice-Rei do Brasil, D, Luiz de Vasconcelos e Souza datada de 1787.

“...Tenho recebido as perolas e mariscos, que V.M. me tem dirigido com/avizos[sic]ao meo[sic] Ajudante das Ordens: o desejarei que este continuando no Rio S. Francisco, e mais lugares, onde se podem encontrar semelhante variedades, como devo sempre esperar suas recordações e da sua conhecida eficácia e diligencia.

Deos Guarde a V.M. Rio 3 de setembro de 1787  
Luiz de Vasconcelos e Souza”.<sup>221</sup>

Nos anos seguintes a 1796 registraram-se dados populacionais sobre o município de São Francisco que permitem acompanhar a dinâmica sócio demográfica da região. Em 1849 alcança a cifra de 8.176 habitantes. No ano de 1854 praticamente duplicou a população, atingindo 14.837 moradores. Doze anos após, ou seja, em 1866, apresentou 15.322 habitantes, refletindo o desmembramento territorial a que foi submetido.

No final do século XIX, em 1900, verifica-se a ocorrência de forte redução populacional, passando no referido ano a 7.937 indivíduos, em função de novos desmembramentos territoriais.

Estabilizada territorialmente, registra-se, em 1970, a população de 19.052 moradores, e no ano de 1996 o número de 27.734 habitantes. A projeção do IBGE para 2006 apontou o número de 38.699 habitantes<sup>222</sup>.

São Francisco do Sul tem sua economia centrada nas atividades portuárias. Até o século XX o município passou por várias fases de prosperidade, recesso e dependências políticas. Mas com a construção da Rede Ferroviária, a região teve impulso desenvolvimento, ainda hoje de suma importância para o transporte da produção até os navios graneleiros do porto.

O porto de São Francisco do Sul serviu de acesso aos imigrantes que colonizaram toda a região. Hoje é o quinto porto brasileiro em movimentação de containeres. Localizado de forma estratégica para os produtores da região, com destaque para os grãos, funciona com a agilidade e eficiência de um terminal privado. Por ele passam cerca de 60% de todas as cargas nos portos catarinenses. Sua história começou em 1912, porém, seu funcionamento teve início

<sup>220</sup> Ibidem.

<sup>221</sup> Ofícios do Vice-Rei ao governador da capitania de Santa Catharina. 1782-1789. *Ofício de 3 de setembro de 1787. APSC.*

<sup>222</sup> IBGE. Cidades. Op. cit. 2007.

em 1955, transformando-se no corredor de exportação da produção regional, responsável também por 80% da economia francisquense.

Em função da atividade portuária há um fluxo significativo de capital resultante da massa salarial e negócios diversos que movimenta a economia.

O turismo da cidade está focado na sua história, cultura e tradição dos imigrantes, ao lado de uma das mais belas baías do litoral catarinense – baía da Babitonga. São Francisco do Sul é um dos destinos turísticos mais procurados do norte catarinense. A Rua da Babitonga liga o mar ao Centro Histórico, onde se destaca o Mercado Público Municipal, inaugurado em 1900, ampliado em 1928 e restaurado em 1996. Em seu interior encontram-se lojas de produtos e serviços com predominância do artesanato local.

O centro histórico de São Francisco do Sul com mais de 150 prédios dos tempos coloniais é um dos maiores conjuntos arquitetônicos do Brasil tombado pelo Patrimônio Histórico.

A história religiosa da cidade se concentra na Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, edificada em argamassa feita com mistura de cal, conchas, areia e óleo de baleia. Descaracterizada em seu estilo arquitetônico veneziano por diversas modificações, guarda em seu interior preciosidades como o altar esculpido em madeira, estatuas barrocas de quase 500 anos, além de um acervo de peças sacras de valor inestimável. Está localizada na Praça Getúlio Vargas.

A antiga cadeia pública foi transformada em Museu Histórico de São Francisco do Sul. Sua estrutura foi mantida, como as grandes janelas de ferro, grades, portas e celas. Seu acervo se constitui de móveis e utensílios domésticos, equipamentos industriais, ferroviários, rodoviários que haviam pertencido à Marinha. Localiza-se na Rua Carvalho.

O Museu Nacional do Mar foi implantado nos antigos armazéns da firma de pesca Hopcke, na confluência das Ruas Babitonga e Manoel Lourenço de Andrade, construção em estilo germânico, com o pé direito alto e estrutura de madeira de lei. Abriga exemplar e réplicas regionais de embarcações do litoral brasileiro, entre essas a Parati I, do navegador Almir Klink, instrumentos e aparelhos de trabalho e orientação naval, documentos textuais, iconográficos e cartográficos, miniaturas e cenários especialmente criados para retratar a vida do homem do mar, formam o acervo.

Localizado no cabo João Dias, junto ao mar, o Forte Marechal Luz teve sua construção iniciada em 1909. Em 1915 foi implantada a 5ª Bateria Independente de Artilharia, substituída por várias vezes, até a criação da seção de Artilharia do Forte Marechal Luz, em 1994. Sua



maior atração é a Seção de Artilharia, todos os sábados, às 08:00h horas, com salva de tiros de canhões instalados no morro João Dias, com artilheiros vestindo trajes de gala, instituído em 1915.

As “Cariocas” - denominação indígena aplicada às bicas d’água, que eram utilizadas no abastecimento da antiga vila, das cinco existentes no passado foram conservadas três. A da Rua Benjamim Constant, recuperada em 1884, com azulejos portugueses. A da Rua Marcílio Dias é em estilo colonial e a da Rua Coronel Oliveira guarda sua construção original. Todas fornecem águas cristalinas ate hoje consumida pela população.

O “Morro do Pão de Açúcar” – com cerca de 150 metros de altitude, do seu topo, onde existe uma grande cruz de concreto armado, descortina-se vista panorâmica de toda a baia de São Francisco do Sul.

Durante o verão, São Francisco do Sul registra o seu maior movimento gerado pelos turistas em busca das praias e balneários. Na região centro encontram-se as praias dos Ingleses, da Figueira, do Paulas e do Calixto. As maiores são o do Balneário de Capri, as praias Enseada, Grande, Ubatuba, além das praias do Forte, Itaguaçu, Molhe e Saudade. Tranqüilas para banhos, de mar aberto para surfistas e algumas com areias monazíticas, atendem o gosto de diferentes públicos. Com opções de lazer destacam-se passeios com diversas embarcações pela baia da Babitonga, por entre belíssimas ilhas Alvarenga, do Ferreira, Mandogijos de Dentro, do Meio, de Fora, do Corisco, do Chico, o Pedro, das claras do balaçi, do Quiriri e da Rita.

O folclore e a gastronomia portuguesa são preciosidades históricas da ilha. Para preservá-las foi criada a Festilha – Festa de Tradições da Ilha, realizada anualmente no mês de abril, junto com as comemorações do aniversário do descobrimento da cidade.

O setor primário da economia, formado pela agropecuária e pesca, ainda envolve muitas famílias. Cultiva-se ainda mandioca (com diversas unidades de produção de farinha – engenhos), milho, banana, feijão, com uma área cultivada de 300 ha.

A pesca é forte nas comunidades ribeirinhas.

O município de São Francisco que chegou a ter como limites o extremo norte de Santa Catarina e ao sul até o rio Camboriú e a oeste indefinido pelo Sertão, foi sofrendo desmembramentos progressivos até se reduzir à área atual.

Presentemente é formado pelo distrito Sede que abrange a ilha de São Francisco e o de Nossa Senhora da Glória do Sahi, com terras do continente junto ao município de Itapoá.

São Chico, como o lugar é chamado pelos íntimos, é uma cidade portuária, com muitos atrativos naturais, que soube preservar o encanto histórico de uma pequena vila debruçada sobre o mar.

#### 4.5.1.3 Araquari

Localiza-se na microrregião cultural de base açoriana do norte de Santa Catarina, área da baía da Babitonga, na planície formada pelos rios Parati e Itapocu. A área geográfica do município é de 402 km<sup>2</sup>, tendo como limites: norte Joinville e Guaramirim e leste balneário Barra do Sul.

A sede do município está a distância de 10 quilômetros da BR 101 nas margens da Rodovia SC 280, que conduz ao porto de São Francisco do Sul.

O nome atual Araquari, dado em 1943, na língua tupi-guarani significa Rio de refugio dos pássaros<sup>223</sup>.

O nome foi dado em função do canal que serve de divisa entre os municípios de Araquari e de São Francisco do Sul, onde em seus banhados habitavam expressiva quantidade de aves aquáticas como biguás, garças, socos, gaivotas, e outros tipicamente terrestres como o araquã.

Araquari teve três outros nomes antes do atual. O primeiro foi Paranaguá- Mirim, denominação original indígena. O segundo foi Senhor Bom Jesus do Parati, denominação quando da criação da paróquia/freguesia em 1854. Por fim simplesmente Parati, quando da criação da vila (município) em 3/4/1880, tendo permanecido tal denominação oficial até 1943, embora muitas pessoas de idade ainda chamem a comunidade de Parati<sup>224</sup>.

Acredita-se que a primeira área do município a ser povoada no início do século XX foram as margens dos rios Parati e Cubatão, onde junto à sede do município, ainda hoje, existem ruínas de casarios antigos, próximos do local onde outrora funcionava um porto.

No livro nº. 1 de doação de sesmarias (1753-1806) do governo da capitania de Santa Catarina, encontramos a doação de “150 braças de terras a Manoel de Oliveira Cercal, no dia 30 de abril de 1806, no rio do Parati”<sup>225</sup>. Portanto, provavelmente é o primeiro morador da região de Araquari a se estabelecer com propriedade que se tem registro documental.

<sup>223</sup> Município de Araquari. Secretaria de Educação. Informação obtida em novembro de 2006. Pelo autor.

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> Doação das sesmarias. Governo da capitania de Santa Catarina. Livros nº 1 e 2. 1751-1823.

Outros moradores requereram terras nos anos seguintes na região, considerando os nomes antigos dados a comunidade.

Confirmando a denominação de Paranaguá-Mirim, no início do século XIX, tem-se no “ano de 1807, no dia 23 de julho, a doação de terras, no total de 150 braças, de frente a Jose Antonio de Miranda no rio Paranaguá, no termo da Vila de São Francisco”<sup>226</sup>.

Em 23 de junho de 1808 ocorre nova doação de terras junto ao rio Parati desta feita “200 braças de terras de frente, doadas a Sebastião Budal”<sup>227</sup>.

Em 6 de outubro de 1813 ocorreu a doação de uma grande área de terra de frente para o rio Cubatão, totalizando 1.500 braças e foi dada a Salvador Dias do Rosário<sup>228</sup>.

Estes dados indicam que as atuais terras do município de Araquari já estavam sendo ocupadas de forma sistemática no início do século XIX.

Seus fundadores foram luso-brasileiros que moravam em São Francisco do Sul, interessados em explorar os recursos naturais existentes. Posteriormente desenvolvendo atividades comerciais com a Colônia alemã Dona Francisca, de Joinville, face já possuir atividades econômicas estabilizadas em torno da agricultura, coleta e pesca, impulsionaram seu desenvolvimento, atraindo inclusive parte destes colonos para seu território.

O arraial de Parati pertencia à então vila de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco, quando foi elevada à categoria de freguesia (distrito) pela Lei Provincial nº. 375, de 8 de junho de 1854, assinada pelo presidente da província, com o nome de freguesia de São Sebastião de Parati, com os limites identificados na lei de sua criação.

“Lei nº. 375 de 8 de junho de 1854.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte;

Art. 1º. – O território compreendido entre os rios Cubatão e Itapocu no município de São Francisco, fica desmembrado da Paróquia de Nossa Senhora da Graças, para formar uma nova Freguesia, com a invocação do Senhor Bom Jesus do Parati.

(...) Art. 2º - Os moradores do território (...) construirão à sua custa a Igreja, que tem que servir de Matriz da Freguesia, em terrenos para este fim doados pelo Cidadão Manoel Pereira Lima e sua mulher, e também construirão a sua custa o Cemitério.

(...) Art. 3º - A Freguesia terá limites a Norte, a margem direita do rio Cubatão, e ao Sul, a margem esquerda do rio Itapocú, ficando o Presidente da Província autorizado a designar os limites do interior.

(...) Província de Santa Catarina, aos oito dias do mês de junho de mil oitocentos e cinquenta e quatro, triségimo terceiro da independência e do império.

João José Coutinho ”<sup>229</sup>.

<sup>226</sup> Doação das sesmarias. Op. cit.

<sup>227</sup> Ibidem.

<sup>228</sup> Ibidem.

<sup>229</sup> Leis e Decretos de Santa Catarina. Lei nº. 375, de 8 de junho de 1854. Do presidente da província João José Coutinho. 1854. AHSC.

O mapa da população da província de Santa Catarina, de 1866, apresentava dados sobre Araquari (Senhor Bom Jesus do Paraty) que permite visualizar aspectos demográficos e econômicos da comunidade em meados do século XIX, justificando sua elevação à condição de vila em 1880.

“ Em 1866 a população total era de 2536 habitantes, distribuídos por 451 famílias (fogos), o que dá uma média de 5,6 pessoas por família, mostrando que o número de filhos por família era em torno de 4 indivíduos. A população era formada por 2473 nacionais e 63 estrangeiros. Todos católicos. Havia 1167 adultos e 1369 menores. Desta população 1834 eram solteiros; 601 casados e 101 viúvos. Os homens somavam 1195 e as mulheres 1347. Na época eram classificados quanto à cor em brancos – 1885; pardos – 331 e pretos – 320. Havia escravidão. Em função disto a população era contada entre livres – 2050 e escravos – 486. Chama a atenção o fato de ter 166 escravos que eram pardos; portanto filhos de homens brancos com escravas, cujos filhos nasciam escravos.

Quanto ao aspecto econômico tem-se, no tocante à ocupação (profissão); 4 funcionários públicos; 20 comerciantes; 806 lavradores (agricultores); 25 artistas (alfaiares, sapateiros, pedreiros, seleiros, calefeteiros, etc.)

A renda era bastante expressiva, mostrando que havia alguns homens ricos, pelo menos 7 tinham renda anual superior a 1000 \$ contos de reis; 34 tinham renda entre 500 e 1000 contos de reis. Estes 41 mais ricos eram provavelmente os comerciantes e agricultores que possuíam muitos escravos. Os mais pobres que tinham renda entre 100 e 500 contos de reis somavam 332 indivíduos”<sup>230</sup>.

As transformações político-administrativas ocorridas em Santa Catarina em fins do século XIX, fruto do progresso alcançado por muitas comunidades, dentre elas Parati justificaram sua elevação à categoria de vila (município) através da Lei Provincial 901, de 5 de abril de 1876, sendo efetivamente instalado o município em 5 de janeiro de 1877<sup>231</sup>.

Em 14 de novembro de 1922, pelo Decreto Legislativo Estadual 959, foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Itapocú (Barra do Sul ou Barra Velha), pertencente à vila de Araquari, ainda pertencente ao município de Araquari na qualidade de distrito<sup>232</sup>.

Pela Lei Estadual nº. 1.451, de 30 de agosto de 1923, foi o município suprimido e incorporado a São Francisco do Sul.

Parati recuperou a condição de município em 1926 permanecendo nesta condição até hoje, com uma área territorial de 341 km<sup>2</sup><sup>233</sup>.

<sup>230</sup> Mapa da população da província de Santa Catarina no ano de 1866. Relatório à Assembléia Provincial de Santa Catarina, pelo presidente Adolfo de Barros Cavalcante, no ano de 1867 – APSC.

<sup>231</sup> Relação dos municípios e distritos catarinense. Op. cit.

<sup>232</sup> Leis e Decretos. Lei nº 959, de 14 de novembro de 1882, do presidente da província Antônio Gonçalves Chaves. 1882. AHSC.

<sup>233</sup> Ibidem.

Sobre a comunidade de Araquari (Parati) têm-se dados populacionais desde 1866, como segue: 1866 – 2536 almas; 1970 – 9374 moradores; 1996 – 12807 habitantes e 2006 - 21.974 habitantes<sup>234</sup>.

Quanto ao turismo o município possui inúmeros atrativos naturais-paisagísticos que podem ser explorados através do turismo ecocultural, os inúmeros rios e braços de rios facilmente navegáveis, os manguezais com sua exuberante flora e fauna.

É um dos municípios de base cultural luso-açoriana onde se percebe a influencia da cultura alemã, notadamente na arquitetura, mostrando que foi uma região de transição da colonização alemã, italiana, polonesa de Joinville e região e luso-açoriana de São Francisco do Sul.

A cultura popular de base açoriana registra valores bastante originais, em que traços da cultura de origem africana se fundem à religiosidade açoriana para produzir o belíssimo e original grupo folclórico de Cacumbi, expressão maior do folclore na comunidade de Itapocú.

Araquari é uma cidade impregnada de religiosidade e misticismo. Seus pontos turísticos e patrimônio histórico são cercados por lendas e histórias de devoção. Uma de suas atrações mais importantes é a Igreja-Matriz, construída por determinação da Coroa Portuguesa, com o esforço dos devotos do Senhor Bom Jesus, e concluída em 1858. Após um século, uma nova igreja foi construída no local. É famosa pela “sala dos milagres” em seu interior, recebendo milhares de romeiros e turistas, principalmente no período da festa ao Santo Padroeiro.

As ruínas centenárias, habitadas no passado por padres jesuítas e construídas pelos escravos, estimulam a imaginação dos moradores, que divertem os visitantes: os mais antigos garantem que ali se ouvem uivos, gemidos e silvos de flechas. Há ainda dezenas de escavações em busca de tesouros escondidos. Para chegar ao local, pelo Rio Parati, usa-se barco a motor. Por terra, o acesso é a estrada do Rio do Morro, com aproximadamente 12km.

Outras manifestações folclóricas são realizadas no município a cada ano em observância ao calendário cultural de base açoriana do litoral catarinense. Na época que vai do Natal ao início da quaresma organizam-se, ainda hoje, grupos de reisados (ternos de reis), boi-de-mamão. Interrompidas pela quaresma, estas manifestações retornam nos meses de junho/julho, através das festas juninas, quando se apresentam também grupos de danças da quadrilha, casamento na roça, pau-de-fita e ratoeira.

As principais manifestações culturais expressas em festas comunitárias de Araquari estão relacionadas no quadro abaixo.

---

<sup>234</sup> <sup>234</sup> Mapa da população da província de Santa Catarina no ano de 1866.op.cit.

<b>Data</b>	<b>Festa</b>	<b>Localidade</b>	<b>Responsável</b>
17/01	São Sebastião	Corveja	Igreja
17/01	São Sebastião	Morro Grande	Igreja
01 a 11/04	Aniversário do município	Centro e Bairros	Prefeitura
05 a 11/04	Do Maracujá	Sede <sup>235</sup>	Prefeitura
Maio	Espírito Santo	Sede	Igreja
Junho	São Luiz Gonzaga	Porto Grande	Igreja
Junho	Sagrado Coração de Jesus	Ipapocu	Igreja
28/07 a 06/08	Bom Jesus de Araquari	Sede	Igreja
Setembro	Nossa Senhora das Gra-	Rainha	Igreja
Setembro	São Miguel	Guaramiranga	Igreja
Setembro	Nossa Senhora das Dores	Morro do Jacu	Igreja
Outubro	Nossa Senhora do Rosá-	Sede	Igreja
Outubro	Nossa Senhora Aparecida	Ponto Alto	Igreja
Dezembro	Sagrada Família	Barra do Ipapocu	Igreja

**Tabela 9** - Eventos culturais comunitários de Araquari<sup>236</sup>

A economia do município é centrada nas atividades agropecuárias, embora parte significativa de sua mão de obra produtiva trabalhe no setor industrial em Joinville, tendo em vista a proximidade, caracterizando Araquari como cidade dormitório.

#### 4.5.1.4 Penha

O município de Penha do Itapocorói, ou simplesmente Penha, localiza-se na microrregião de cultura de base açoriana da baía de Itapocorói, rio Itapocu e baía da Babitonga, ao norte de Santa Catarina e a 120 quilômetros de Florianópolis<sup>237</sup>. A área territorial é de 59 km<sup>2</sup><sup>238</sup>, tendo como limites, ao norte Piçarras, ao sul Navegantes, a oeste Piçarras e a leste o oceano Atlântico.

A denominação Penha do Itapocorói advém do nome da padroeira da paróquia Nossa da Penha, cuja primeira capela, na comunidade da atual sede do município, ocorreu em 1825.

A história do atual território do município, no entanto, é muito mais antigo que esta data. Está ligado ao processo de ocupação vicentista-açoriana ocorrida na região ao longo dos séculos XVII e XIX.

<sup>235</sup> Sede: refere-se a sede do município, localidade central da cidade.

<sup>236</sup> Dados colhidos junto à Prefeitura municipal de Araquari.

<sup>237</sup> Santur. <http://www.sc.gov.br/portalturismo/Municipios>. Pesquisa realizada no dia 14 de agosto de 2007.

<sup>238</sup> IBGE. Cidades. Op. cit.

O ponto original de ocupação foi a Armação de Itapocorói, seis quilômetros da sede do município, cuja ocupação estava ligada às atividades agrícolas-pesqueira e de captura e aproveitamento industrial das baleias (óleo, esparmacete, barbatanas, carne).

O primeiro registro histórico conta que em 1715 desembarcou na praia de Itapocorói, hoje armação de Itapocorói (nome derivado do tupi-guarani que significa parecido com muro de pedra), o sargento-mor Manoel Gonçalves de Aguiar, com a missão de reconhecimento da costa catarinense, subordinada à vila do rio São Francisco, seguindo daí a pé até a dita vila para capturar criminosos foragidos na região <sup>239</sup>.

Desta época em diante é provável que tenham vindo de São Francisco algumas famílias esparsas que se fixaram na região, dedicando-se à agricultura e pesca, mas especificamente a produção de peixe seco. O fato de em 1759 ser autorizado pelo bispo do Rio de Janeiro a construção da capela de São João Batista - monumento arquitetônico ainda existente que, pelas dimensões, sugere a existência de uma população permanente significativa já no referido ano <sup>240</sup>.

A prosperidade da região se acelerou com a implantação da armação de baleias de Itapocorói, por volta de 1777, com a presença luso-açoriana entre seus habitantes, os lusos-açorianos se transferem da vila de Desterro, mas especificamente da armação da Piedade, sul da Ilha, para a região de Itapocorói durante a invasão espanhola à ilha de Santa Catarina (1777-78), levando tecnologia, equipamentos e mão de obra especializada, que lhes permitiu implantar a armação baleeira de Itapocorói. Pelos anos seguintes, esta armação prosperou mantendo uma produção anual de óleo significativo, resultante da matança na média de 110 baleias por ano <sup>241</sup>.

Por volta de 1819 começa a escassear o numero de baleias na costa catarinense, levando a falência o contrato Rela, que em 1825 é extinto. A partir de então as armações entram em decadência, passando a ceder lugar à captura feitas por grandes barcos baleeiros. Aos poucos vai desaparecendo, como aconteceu com a de Itapocorói, onde ainda existem sinais desta importante indústria, que era movida a mão de obra escrava. A primeira propriedade requerida e concedida pelo governador da capitania de Santa Catarina no município de Penha ocorreu em 1805, no dia 24 de junho, constituída de 200 braças de terra doadas a Antonio Francisco da Silva em Itapocorói <sup>242</sup>.

<sup>239</sup> ADRIANO, Vilmar e BERGAMASCHI.. Prefeitura Municipal de Penha. 1999.

<sup>240</sup> SOUZA, Cláudio Bersi. **Penha – História para todos**. Florianópolis: Editora: Paralelo 27. 1995.

<sup>241</sup> SOUZA, Cláudio Bersi. **Penha – História para todos**. *Op. cit.*

<sup>242</sup> Doação de sesmarias. Governo da capitania de Santa Catarina. Livros nº 1 e 2, 1751-1823.

A decadência do ciclo baleeiro e o aumento do afluxo populacional na região oportunizaram o desenvolvimento de novas atividades agrícolas, pesqueiras e comerciais na baía de Itapocorói, e com elas o arraial de Penha, a seis quilômetros da Armação, cuja capela surgiu em 1825.

Em 1834 o arraial de Penha foi elevado à condição de distrito policial de São Francisco do Sul. Em 23 de março de 1839, através da Lei Provincial 109, passa à condição de freguesia com o nome de freguesia de Nossa Senhora da Penha do Itapocorói, subordinado à vila de São Francisco.

Em 4 de abril de 1859, através da Resolução Provincial nº 464, que criou o município de Itajaí, foi a freguesia de Penha desvinculada de S. Francisco e incorporada a Itajaí.

No dia 21 de junho de 1958, pela Lei Estadual nº. 348, foi desmembrado de Itajaí e elevado à categoria de município, efetivamente instalado em 19 de julho do mesmo ano.

Em 19 de novembro de 1963, pela Lei nº. 937, foi desmembrado de Penha o município de Piçarras.

Têm-se dados populacionais sobre Penha desde 1840 quando tinha a população de 1.640 habitantes. Em 1866 sua população era de 1873 pessoas. No século atual, em 1920 apresentava 4830 habitantes, em 1970 com 7502, atingindo em 1998, com projeções do IBGE o total de 16557 habitantes sendo 16,6% de população rural e 83,4% de população urbana<sup>243</sup>.

O município tem no turismo, pesca e agropecuária suas principais atividades econômicas.

A pesca artesanal na comunidade envolve dezenas de embarcações e centenas de pescadores que se dedicam à captura de camarão, corvina, anchova, cação, lula, pescadinha, sardinha, além de outros tantos que pescam em barcos de alto mar, na captura de sardinha e peixes diversos. Atualmente muitos se dedicam à maricultura, organizados em torno da cooperativa dos maricultores de penha.

A agricultura envolve uma área de plantio de 500 ha, onde se destaca a banana, mandioca, milho e o plantio de eucalipto.

As atividades turísticas representam a principal fonte de renda do município. A infraestrutura de hospedagem totaliza 22 unidades hoteleiras com mais de 1200 leitos<sup>244</sup>. Dezenas

---

<sup>243</sup> Núcleos secundários. Op. cit

<sup>244</sup> VILMAR, Adriano. Texto sobre Penha. Op. Cit.



de restaurantes, mini-mercados, lojas de serviços diversos formam uma boa infra-estrutura de apoio ao turismo, cujo maior equipamento é o parque temático Beto Carrero World<sup>245</sup>.

O potencial turístico do município é muito forte nos aspectos natural-paisagístico e cultural, evidenciando grandes possibilidades futuras. As possibilidades turísticas de Penha pode ser classificado da seguinte forma: Natural-paisagísticos – Com uma beleza singular, as praias de Penha são muito procuradas pelos turistas. Dentre as mais destacadas e visitadas durante o período de pesquisa e de trabalho de campo, citamos:

“ Praia Alegre – Localizada no centro do município, possui águas calmas, sendo ideal para banhos de crianças e idosos.

Praia da Saudade – Reúne três praias. Ao norte a bacia da Vovó, ao centro a praia do Meio e ao Sul praia da Lola. A praia da Saudade também é conhecida como Praia de Penha. Próximo do centro, esta localizada na Ponta da Penha, sendo o ponto mais próximo da ilha Feia.

Praia do Quilombo – Também se localiza no centro do município ideal para a prática do surfe. Seu nome deve-se a um grupo de escravos que, fugidos de seus senhores, fundaram um pequeno quilombo nas proximidades.

Praia de Armação de Itapocorói – Conhecida também como praia dos pescadores ou praia do trapiche. Belíssimo visual. Ancoradouro de lanchas baleeiras e grandes barcos de pesca. Foi nesta praia que chegaram os primeiros açorianos e instalaram a armação baleeira, que em meados do século XVIII foi considerada uma das maiores do sul do Brasil.

Ilha Feia – De feia apenas o nome. Sua beleza natural é esplendida. A vinte minutos de barco a ilha é ótima para pesca de artesanato. Abriga a Caverna do Diabo, que ainda não foi explorada ”<sup>246</sup>.

No que tange as construções de valor histórico podemos destacar a capela São João Batista – Localizada no bairro de praia da Armação de Itapocorói é um marco histórico do município. Construída em 1759, mantém sua estrutura original em estilo barroco.

As festas dão ao município de Penha além do atrativo turístico, um momento único de resgate de sua cultura de base açoriana. As mais importantes manifestações culturais são percebidas através das seguintes festas:

<sup>245</sup> O BCW é um parque temático dentro dos conceitos e padrões apresentados pelo complexo Disney. É um centro de lazer e entretenimento que se subdivide em 7 zonas temática - Avenida das nações, Mundo Animal, Vila Germânica, Velho Oeste, Ilha dos Piratas, Aventura Radical e Terra da Fantasia – que proporcionam aos visitantes desde a convivência com a cultura dos imigrantes que chegaram a Santa Catarina no século passado. O BCW gera trabalho direto para aproximadamente 1000 pessoas, que trabalham no interior do parque, em áreas que vão desde a construção, manutenção e operação do parque, até atendimento ao público, administração, lojas e restaurantes. Só na área de shows são 200 funcionários, artistas, construindo um dos maiores mercados de trabalho artístico do Brasil.

O parque temático emprega ainda, de forma indireta, cerca de 6000 pessoas, grande parte desta mão de obra é de pessoas residentes em Penha.

<sup>246</sup> Dados levantados pelo autor durante trabalho de campo no município de Penha. Verão de 2007.

Festa do marisco – É realizada no início da temporada de verão. Em quase duas semanas de festa, o evento atrai um grande número de visitantes, com gastronomia à base de mariscos, que é a atração principal. A festa também mostra um pouco da cultura penhense, herança da colonização açoriana, com apresentações folclóricas dos grupos de boi de mamão, dança de São Gonçalo, terno de reis, pau de fita e outros.

Festa do Divino Espírito Santo – De origem açoriana, a festa no município de Penha é realizada há 164 anos. Sua originalidade está sendo mantida ao longo do tempo reunindo cerca de 30 mil pessoas. Os municípios vizinhos como Navegantes, Itajaí e Piçarras participam ativamente da festa, que acontece de acordo com a data de Pentecostes (maio ou junho), na igreja matriz de Nossa Senhora da Penha, no centro da cidade.

Festa de São João e São Pedro – Acontece entre os dias 24 de maio e 19 de junho. De tradição açoriana, é realizada a mais de 250 anos. Queima de fogueiras, apresentações folclóricas, sendo que o destaque fica por parte da procissão por mar com a imagem de São Pedro (padroeiro dos pescadores).

Açorpem – Festa da cultura Açoriana de Penha acontece durante as festividades de comemoração da emancipação política do município (19 de julho). Em pouco tempo de vida a festa já é considerada uma das maiores mostra da cultura açoriana do Estado. Apresentações folclóricas: cantorias, do divino, terno de reis, quadrilha, pau de fitas, boi de mamão. Além da gastronomia de base açoriana: sopas de frutos do mar, peixes fritos, assados, pirão de farinha de mandioca beiju, exposição de fotos antigas e objetos do século XVIII e XIX. A festa acontece na capela de São João Batista, em Armação do Itapocorói, marco histórico do município.

Também, encontramos no município grupos folclóricos organizados, que atuam com o objetivo não somente da apresentação de danças folclóricas, mas também como espaço de reflexão das transformações sofridas com o desenvolvimento econômico provocado pelo turismo.

Dentre estes grupos citamos os mais atuantes:

\*Grupos de Danças “primeiras sementes”: de oito e doze pares.

\*Dança de São Gonçalo: oito pares e três repentistas (viola, violão e pandeiro)

\*Mastro de São Sebastião: dançantes, repentistas (viola violão, pandeiro e tambores).

\*Cantoria do Divino: são três foliões (viola, rabeca e tambor).

\*Grupo folclórico Boi de Mamão “Antonio João dos Santos”: boi, tigres, vovó e vovô, barão, cavalinho, medico, vaqueiro, e o mestre da brincadeira. Conjunto (viola, violão, gaita, pandeiro, batuque, chocalho).

A gastronomia das festas é a de base açoriana: frutos do mar, sopas, caldos, pirão de farinha de mandioca, peixes assados, como tainha na folha de banana, anchova, camarão e marisco ao bafo, sopa de siri, peixe seco, cuscuz, beiju, carne de sol, bebidas, cachaça, concentradas e licores, são atrativos turísticos.

#### 4.5.1.5 *Navegantes*

O município de Navegantes está localizado na microrregião de base cultural açoriana da foz do rio Itajaí/Camboriú, distante 92 km de Florianópolis<sup>247</sup>.

O município apresenta uma área territorial total de 111 km<sup>2</sup><sup>248</sup>, limita-se ao norte com os municípios de Penha e Piçarras, ao sul com o município de Itajaí, a oeste com os municípios de Luiz Alves e Ilhota, a leste com o oceano Atlântico.

O nome “Navegantes” foi dado somente no século atual, em 17 de dezembro de 1912, em homenagem à padroeira dos pescadores, Nossa Senhora dos Navegantes. Já que a comunidade, por ser pesqueira, tinha muitos devotos da Santa, pois até então se chamava o povoado de Santo Amaro<sup>249</sup>.

“O município de Navegantes foi criado em conformidade com a Lei nº. 02/62 da Câmara Municipal de Itajaí, de 14 de maio de 1962. Nesta data, o município foi desmembrado do município de Itajaí, ficando, entretanto pertencente à comarca de origem, conforme consta na Lei Estadual nº. 828 de 30 de maio de 1962. O Município foi instalado solenemente pelo Senhor Governador Celso Ramos no dia 26 de agosto de 1962”<sup>250</sup>.

A população do município sofre um grande aumento durante o período de verão, quando é tomado pelos turistas de praias, devido às amplas áreas balneárias localizadas junto à praia de Navegantes, praia de Gravatá, praia do Miraguaia e praia do Pontal.

Economicamente é um município bastante diversificado, envolvendo de forma equilibrada os três setores da economia. A agropecuária e a pesca (setor primário) é extremamente ativo. O rebanho ultrapassa 30.000 cabeças, incluindo bovinos, suínos e aves. A agricultura é concentrada na produção de arroz, cana de açúcar, mandioca, milho e feijão. A captura de pescados também faz parte deste setor, empregando um contingente significativo de mão de obra. Em 1991 o setor primário empregava 17,80% da mão de obra do município. No mesmo

<sup>247</sup> SANTUR. Op. cit.

<sup>248</sup> IBGE. Cidades. Op. cit.

<sup>249</sup> Dados gerais sobre Navegantes. Prefeitura Municipal de Navegantes; Secretaria de Turismo. 20007.

<sup>250</sup> Ibidem.

período o setor secundário (indústrias) envolvia 39,69% dos trabalhadores e o setor terciário (comércio e prestação de serviços diversos) 42,51% da mão de obra<sup>251</sup>.

As indústrias de pescados, de construção e recuperação de embarcações (estaleiros) são importantes na economia local.

A proximidade de Itajaí não inibiu o aparecimento de um viçoso centro comercial e de serviços que cresceu em ritmo acelerado, absorvendo parte da mão de obra local.

Navegantes possui o segundo maior aeroporto de Santa Catarina, com vôos regulares diários, atendendo a demanda aérea do vale do Itajaí e também norte do Estado catarinense.

Das atrações turísticas do município destacam-se os seguintes pontos. No Folclore a cidade ainda preserva algumas tradições portuguesas, como o Boi-de-Mamão, o Pau-de-Fita, a Quadrilha e o Terno de Reis. No turismo religioso o ponto alto é a festa da Padroeira. A festa atrai milhares de pessoas de todo o Estado, com procissão fluvial no Rio Itajaí-Açú, e centenas de fieis que acompanham a romaria dentro de embarcações. Outras atrações ficam por conta das festas promovidas pela Secretaria de Turismo. Dentre as mais destacadas, citamos: Festa de Iemanjá; Festival de esculturas na areia; Festival de pandorga; Festa de Nossa Senhora dos Navegantes; Corrida rústica de praia; Corrida do siri maluco; Concurso Miss Navegantes; Gincana navegantina de pesca ao arremesso<sup>252</sup>.

#### 4.5.1.6 *Itajaí*

O município de Itajaí está localizado na microrregião de base cultural açoriana do vale do Itajaí-Camboriú, distante 91 km de Florianópolis<sup>253</sup>.

A sede do município fica à margem direita do rio Itajaí, junto à foz, local onde se estabeleceu o porto de comércio, de onde se expandiu a ocupação de toda aquela região, e para onde convergiu, ao longo de mais de um século, a produção destinada ao comércio com Deserto e outras comunidades litorâneas, inclusive o Rio de Janeiro, e posteriormente com o mundo.

<sup>251</sup> Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico - Econômico. Secretaria de Estado do Desenvolvimento urbano e Meio Ambiente. Março 2006. p.47.

<sup>252</sup> Dados Secretaria de Turismo de Navegantes. 2007.

<sup>253</sup> SANTUR – Municípios de Santa Catarina.

A área territorial de Itajaí é de 289 km<sup>2</sup>, tendo como limites ao norte Navegantes, ao sul Camboriú, Balneário Camboriú e Brusque, a leste oceano Atlântico e a oeste Ilhota, Gaspar e Brusque.

O nome da cidade advém do rio Itajaí que em tupi-guarani significa rio das Pedras ou rio dos Taiás. Às vezes formas grafadas do nome levaram às diferentes traduções para o português Taá-hy; Tajaug; Itajahy; Itajaí <sup>254</sup>.

As primeiras informações sobre a presença do homem branco às margens do rio Itajaí, remontam ao ano de 1658 quando João Dias de Arzão requereu ao capitão mor da vila de São Francisco, uma sesmária no local <sup>255</sup>.

No início do século XIX foram distribuídas várias sesmarias em Itajaí, junto as suas praias e margens do rio, completando a ocupação das melhores terras da região.

A história político administrativa da comunidade tem início em 31 de março de 1824 quando a comunidade é elevada à condição de curato.

“O progresso crescente da comunidade contribuiu para sua elevação à condição de freguesia em 12 de agosto de 1833, com o nome de Santíssimo Sacramento d’Itajahy, subordinada à Vila da Porto Belo.

Em 1840, a freguesia de Itajaí, com 1541 pessoas, com a média de 4,4 indivíduos por família assim distribuída; livres 1417, escravos 137, homens 783, mulheres 768.

Em 4 de abril de 1859, através da Resolução Provincial nº 464, foi criado o município de Itajaí, efetivamente instalado em 13 de junho de 1860.” <sup>256</sup>.

Hoje, o município de Itajaí possui uma população de mais 170.000 habitantes, calculados com base na projeção populacional do IBGE para 2006 <sup>257</sup>.

O município de Itajaí, até o ano de 1880, quando tem início o desmembramento de seu território para formar novos municípios, possuía uma área superior a 1.638,8km.

Com suas dimensões atuais é um município que apresenta um excelente quadro econômico, destacando-se em 2006 como o 5º município de Santa Catarina em retorno de ICMS.

“A economia de Itajaí está sustentada pelo tripé comércio atacadista de combustíveis, porto e pesca. Paralelamente a estes três, o gênero industrial de produção de

<sup>254</sup> Dados fornecidos pela Fundação Genésio de Miranda Lins. Arquivo Histórico de Itajaí. 2007.

<sup>255</sup> Doação de sesmarias. Governo da capitania de Santa Catarina. Livros nº. 1 e 2, 1751-1823.

<sup>256</sup> Fontes: Quadro da Divisão Civil, Judiciária e Eclesiástica da Província de Santa Catarina, 1840. D’AVILA, Edson. Itajaí. O começo da história; Fundação Genésio de Oliveira Lins, Itajaí. 1996. p.5

<sup>257</sup> IBGE. Cidades. Op.cit.

minerais não metálicos, a indústria de alimentos e o comércio atacadista de alimentos também cumprem importante papel no contexto da economia do município.

O comércio atacadista de combustível é o setor de maior peso na economia de Itajaí, representa 1/3 do total do valor adicionado. Em seguida com o gênero industrial de produção de minerais não metálicos com 9,9% de participação. O atacado de alimentação também tem boa participação com 6% do total. No setor industrial a indústria de alimentos também é bastante significativa, participa com 8,9% do total do valor adicionado, e aparecem desmembrada em duas, indústria de produtos alimentares e preparação, resfriamento e congelamento de pescados. A atividade pesqueira, seja de embarcações ou de setores de apoio e transformação dos pescados, gera milhares de empregos em Itajaí. A frota sediada em Itajaí e arredores atingem 323 embarcações que empregam 3393 pessoas.

De acordo com a modalidade da pesca, estavam licenciados em Itajaí no ano de 1996: traineiras- 84; Arrasto de camarão- 75; Arrasto de peixes demersais – 28; Atuneiros – 19; Malha – 18; Baleeira – 14; Combinada (linha, cerco e malha) – 14; Espinhel (long-line) (de fundo e superfície) – 5. O complexo portuário de Itajaí é um dos mais modernos e eficientes do Brasil.

Constitui-se no maior porto catarinense de exportação. Da exportação brasileira de frangos congelados, cerca de 90% é embarcado no porto de Itajaí<sup>258</sup>.

Atividades econômicas tão diversificadas e especializadas exigiram conseqüentemente um número cada vez maior de mão de obra especializada, exigindo do município um maior compromisso com a educação.

O potencial natural paisagístico e cultural do município de Itajaí é um dos mais ricos de Santa Catarina, pela variedade de equipamentos num espaço bastante reduzido. Ressalva-se que a estrutura de apoio do município às atividades artístico-culturais a torna uma das mais dinâmicas neste campo de eventos em Santa Catarina.

O conjunto natural-paisagístico é representado pelas praias e outros locais, quais sejam:

“Praia de Cabeçudas:

Uma das praias mais elegantes do litoral brasileiro é a praia de Cabeçudas. A urbanização não quebrou o bucolismo de Cabeçudas com suas alamedas envolvendo suntuosas mansões. O iate clube, um hotel três estrelas, os restaurantes de padrão internacional formam uma completa infra-estrutura turística.

Praia do Atalaia:

Suas ondas são consideradas as mais regulares do Brasil. A juventude toma conta do local desde cedo, mesmo no inverno, aproveitando as ondas propícias ao surfe.

Praia Brava:

Águas límpidas, quase sempre azuladas, se junta à areia branca no 3 km de praia. Apesar do grande fluxo de banhistas, a praia continua com característica extremamente agreste e deve permanecer desta forma, em virtude do projeto de desenvolvimento planejado pela Prefeitura Municipal, para aquela região.

Praia dos amores:

De natureza ainda virgem, oferecendo todo o sossego para um perfeito relax. Ali o morro do careca dispõe de uma plataforma de 160m de altura, pronto para os aficionados do vôo livre.

<sup>258</sup> Perfil de Itajaí. Prefeitura Municipal de Itajaí. Estes dados são resultados da conjunção de informações obtidas junto ao IBGE e levantamentos realizados pela EPAGRI e Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento de Itajaí.

**Farol de Cabeçudas:**

Inaugurado em 15/11/1902, o farol consiste em uma coluna de ferro em escada e balaustrada exterior próximo à casa do faroleiro, de um aparelho de 5ª ordem, exibindo luz branca variada para lampejos de 30 em 30 segundos, elevada a 56m acima da preamar e 10m do solo, numa visibilidade de 12 milhas em tempo claro. Para chegar ao local o visitante percorrerá um pitoresco trajeto em estrada sinuosa sobre o morro rochedos e mar.

**Caverna do Morcego:**

Localizada no morro do Farol, a 7 km do centro, cercada de mitos e lendas, possui uma caverna natural, construída pelo próprio mar. Têm 4 a 5 metros de largura e 50 metros de profundidade. Além disso, o acesso constitui-se num trajeto pitoresco em estrada sinuosa sobre o morro, rochedo e mar.

**Morro da Cruz:**

Este conhecido acidente geográfico, situado praticamente no centro da cidade, tem 180 metros de altitude e do seu topo permite uma belíssima visão da cidade de Itajaí do encontro das águas do rio Itajaí-Açu com o mar, da cidade de Navegantes e da estrada da Barra. Anteriormente chamado de “morro do Rodi”, nome da família que morava a seu sopé, desde 1920 passou a se chamar “morro da Cruz”, pois que se fincou neste ano a Cruz comemorativa do 1º centenário de Itajaí.

**Molhes de Entrada da Barra:**

Molhes de Entrada da Barra do rio Itajaí-Açu construídos a partir do início deste século e concluídos nos anos 30 com pedras retiradas do morro da Cruz e com o desmante do morro do Atalaia (os molhes do Sul) e com material do morro das Pedreiras, em Navegantes, os molhes do Norte, foram os molhes que fixaram o canal de acesso ao porto, tornando-o seguro à navegação e viabilizando o crescimento das nossas atividades portuárias<sup>259</sup>.

As atividades de visitação histórico-cultural estão concentradas em monumentos que foram protegidos por lei e recuperadas para uso cultural pela comunidade. Um dos mais destacados é o museu Histórico de Itajaí, que oferece um acervo muito interessante e aberto ao público. Vestígios deixados pelos primitivos habitantes da região, datando aproximadamente 5.000 anos, foram encontrados recentemente, no sambaqui do bairro Itaipava. Mantido pela Fundação Genésio Miranda Lins, encontra-se instalado no prédio do Palácio Marcos Konder, edificado em 1925 para sede da prefeitura municipal, que ali funcionou até 1972. O edifício é a principal peça do museu, sua arquitetura de linhas “art-nouveau” e sua conservação encantam pela beleza da construção. Conta a história de Itajaí através de seções que levam o visitante à descoberta, ao encontro com as origens da cidade.

Ainda como atração turística encontramos o relógio do sol, que foi construído pelo professor uruguaio Félix Carbajal na década de 1960. O relógio utiliza-se dos pontos magnéticos e do sol para funcionar.

O antigo prédio do Mercado Público foi totalmente restaurado a fim de preservar sua originalidade e sua beleza arquitetônica, da construção original de 1917, foi mantida. Na época a comunidade reclamava um local apropriado à comercialização de produtos da pesca e

<sup>259</sup> Secretaria Municipal de Cultura, Memória e Turismo. Prefeitura de Itajaí/SC. 2007

agricultura. Entre outros, merecem destaque as armações do telhado e beirados do edifício e chafariz do pátio interno. Hoje, funciona como centro de cultura popular.

O porto de Itajaí com 5 berços de atracação, capazes de atender navios de grande porte, divide a atenção dos turistas, com centenas de barcos pesqueiros atracados ao longo das margens do rio Itajaí-Açu, que mantêm viva a indústria pesqueira, uma das bases da economia do município.

O maior monumento artístico e cultural da cidade, a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento é verdadeiramente o cartão postal da cidade. A pedra fundamental foi lançada em 1940 pelo vigário, Padre José Locks, segundo o projeto do arquiteto alemão Simão Gramlich, o construtor de inúmeras igrejas catarinenses. Sua arquitetura soma elementos românticos. Seu interior tem as mais belas pinturas dos artistas italianos Emilio Cessa e Aldo Locatelli. Apresentam em seus vitrais desenhos sobre motivos eucarísticos e bíblicos, destacando o imenso painel da imaculada concepção da Virgem Maria no teto, e a imponente estatua de Moises, que desce do Sinai, obra do escultor Teichmann, colocada sobre o dossel do púlpito. A igreja matriz foi inaugurada em 15 de novembro de 1955 e sua conclusão é devida ao trabalho e dedicação do então vigário monsenhor Vandelino Hobbold.

Itajaí ainda preserva a Igreja Imaculada Conceição, considerada como um dos monumentos mais significativos da história da cidade. A atual construção é resultado da ampliação da antiga matriz edificada em pedras e tijolos a partir de 1834, pelo escravo Simão, pertencente ao coronel Agostinho Alves Ramos e que substituiu a antiga capela de pau-a-pique começada em 1823. Nela se encontra belos exemplos da arte sacra e é decorada com painéis e pinturas do artista itajaiense Dide Brandão.

O evento cultural mais expressivo do município é conhecido como Marejada. Evento que reúne a principal riqueza econômica, a Pesca, com a peculiaridade de seu povo hospitaleiro e os encantos naturais da região. A Marejada – Festa Portuguesa e do Pescado, traduz-se principalmente na diferença das demais festas do Estado de Santa Catarina, pelos traços culturais, como também por divulgar as qualidades dos produtos do mar, através da culinária, das exposições e de seu folclore, constituindo-se na maior festa portuguesa do Brasil. Marejada é o nome pelo qual os pescadores identificam o sobe e desce das marés.



#### 4.5.1.7 Balneário Camboriú

O município de Balneário Camboriú está localizado na microrregião de base cultural açoriana do vale do Itajaí - Camboriú, distante 90 km de Florianópolis.

A sede do município fica à margem da BR 101, constituindo-se no maior conjunto de edificações de Santa Catarina. A área territorial é de 50km<sup>2</sup>, onde vivia em 2000 uma população permanente de 73.266 habitantes<sup>260</sup>. Isto dá uma densidade demográfica de 1.465,3 hab./km<sup>2</sup> (habitantes por quilômetro quadrado), tornando-se o município de maior densidade demográfica de Santa Catarina<sup>261</sup>.

No entanto, esta população chega a alcançar na alta temporada (dezembro/março), mais de 1.000.000 de habitantes<sup>262</sup>, quando a densidade demográfica passa a ser de 14.000 hab./km<sup>2</sup>, provavelmente, a maior do Brasil.

O município limita-se ao norte com Itajaí e oceano Atlântico, ao sul com Itapema, a oeste com Camboriú e Itajaí e a leste com o oceano Atlântico<sup>263</sup>.

O nome Camboriú (originalmente Cambriassu) é de origem tupi-guarani, com varias interpretações à grafia. No entanto, a versão apresentada por Tiodoro Sampaio definindo-o como Rio do Robalo Grande, parece ser lógico e consistente. “Cambori ou camori” = Robalo/Assu = Grande Cambriassu = Rio do Robalo Grande<sup>264</sup>. O nome do Rio Camboriú, que se enquadra ao descrito, deu origem ao nome da cidade.

As primeiras informações sobre a presença humana na região estão ligadas à ocupação indígena que remonta há mais de mil anos, cujos registros foram encontrados no Sítio Arqueológico da praia das Laranjeiras. Parte destes objetos estão expostos no museu do Parque Ciro Gevaerd, da CITUR, em Balneário Camboriú. Além deste documento arqueológico, também existem relatos sobre a presença de índios quando da ocupação por colonos. Ataques de ambos os lados foram registrados na primeira metade do século XIX, na região, inclusive com mortes.

As primeiras informações sobre a presença do homem branco na região remonta ao século XVII, quando os bandeirantes paulistas percorreram a área em busca de metais preciosos e captura de índios.

---

<sup>260</sup> Projeção IBGE-2000.

<sup>261</sup> Ibidem.

<sup>262</sup> Dado colhido as **Secretaria Municipal de Turismo** da cidade de Camboriú.

<sup>263</sup> Município de Balneário de Camboriú. Secretaria de Educação e Cultura. Informações sobre o município, 2000.

<sup>264</sup> Tal peixe pode atingir até 2 metros e é comum em rios com presença de água salgada e local bastante profundo (poços).

A ocupação efetiva da área do rio Cambriassu deu-se a partir do século XIX, quando foram concedidas oito sesmarias a seis proprietários, com destaque para o senhor Baltazar Pinto Corrêa, que recebeu três lotes<sup>265</sup>.

<b>Proprietários</b>	<b>Localização</b>	<b>Data</b>	<b>N.º de braças<sup>266</sup></b>
José Inácio Borges	Rio Camboriú	7/8/1822	700 (1.120m)
José Inácio Borges	Rio Camboriú	10/10/1822	400 (640m)
Baltazar Pinto Corrêa	Rio Camboriú	10/10/1822	300 (480m)
Manoel de Oliveira Gomes	Rio Camboriú	8/1/1823	750 (1.200m)
Bernardo Dias da Costa	Rio Camboriú	16/10/1822	750 (1.200m)
Felix José da Silva	Rio Camboriú	27/2/1822	400 (640m)
Baltazar Pinto Corrêa	Cambriassú	8/6/1823	400 (640m)
Aurélio Coelho da Rocha	Camboriú	8/6/1823	600 (960m)

**Tabela 10** - Sesmarias doadas pelo governador da capitania de Santa Catarina no rio Camboriú e região, no início do século XIX.

Portanto, os senhores José Inácio Borges (1822), Baltazar Pinto Corrêa (1822), Manoel de Oliveira Gomes (1823), Bernardo Dias da Costa (1822), Felix José da Silva (1823), Aurélio Coelho da Rocha (1823), são os primeiros moradores a se estabelecer na região de Camboriú/Balneário Camboriú, com “bens de raiz”, ou seja, propriedades sesmarias.

Até a década de 1950 não se tem como separar a história da cidade de Camboriú e do Balneário, já que as duas comunidades eram vistas globalmente.

- As transformações ocorridas no litoral catarinense, a partir da década de 1940, resultante do uso balneário das praias, terá em Balneário Camboriú o pólo difusor deste processo.

“ Em 1928 Jacó Alexandre Schmidt instalou o primeiro hotel nesta praia e chamava-se Strand Hotel (...). Ainda na década de 40, apareceram mais três hotéis de proprietários alemães: o Praia Hotel, de Inês Schmidt Harting; a hospedaria da Alice Schreper e hotel do Batorité, de Florentino Baturité Campos.

Foi notável a presença de famílias tradicionais de Blumenau, de Brusque, de Rio do Sul, e outras. Algumas das famílias: Gossvriller, Tietzmenn, Pelzmann, Paul, Boetcher e Moelmann. (...)

Pessoas de razoável poder aquisitivo construíram suas finas residências no Balneário Camboriú, trazendo sensíveis benefícios à economia do município de Camboriú. (...) A vinda destes moradores foi bastante marcante e suas presenças responsáveis pelo rápido crescimento que se verificou até primeiramente 1950, aproximadamente”.<sup>267</sup>

<sup>265</sup> Fonte: Livro de doações de sesmarias do governador da capitania de Santa Catarina, 1753 a 1823. APSC.

<sup>266</sup> As braças correspondem à frente do terreno para um acidente geográfico: mar, rio, lagoa, etc. cada braça mede 1,60m.

<sup>267</sup> Município de Balneário Camboriú. Op. cit.

As condições favoreceram para que em 20 de outubro de 1954, através da Lei nº18, sancionada pelo prefeito Francisco Barreto, fosse criado o distrito da Praia de Camboriú. Porém, não foi implantado na oportunidade.

Em 1959, portanto 5 anos após, novo projeto foi apresentado à Câmara Municipal de vereadores de Camboriú pelo vereador Gilberto Aurélio Meirinho, propondo a criação do distrito.

Através do Projeto de Resolução nº 2/59, aprovado pela Câmara e consolidado pelo prefeito Acasio Bernardes, através do Decreto nº 5, de 4 de novembro de 1959, a cidade transformou-se com nome de Praia de Camboriú.

A instalação do distrito da Praia de Camboriú ocorreu em 19 de novembro de 1959, quando foi empossado no cargo de 1º atendente distrital da Praia de Camboriú o senhor Olávio Mafra Cardoso.

O distrito da Praia de Camboriú tornou-se ao longo da década de 1950-60 o pólo balneário mais importante de Santa Catarina, aumentando, conseqüentemente, sua participação na geração de receitas para o município de Camboriú.

O sentido de emancipação foi crescendo na mesma velocidade da importância econômica, fazendo com que nas eleições para vereadores, no ano de 1961, conseguisse a comunidade balneária eleger 3 vereadores: Aldo Novaes, Urbano Afra Vieira e José Linhares.<sup>268</sup>

O vereador Aldo Novaes apresentou, em 25 de fevereiro de 1964, um projeto de Resolução, que recebeu o número 2/64, propondo a Criação do Município de Balneário de Camboriú. Após três sessões, por escrutínio secreto, foi aprovado pela Câmara Municipal de Camboriú, por 5 votos a 2, a criação do novo município.

O projeto 2/64 da Câmara foi aprovado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, sob o número 960, de 8 de abril de 1964.<sup>269</sup>

“ No dia 20 de julho de 1964, às 11 horas da manhã, no Salão de Festas do restaurante Mariluz, sob a presidência do Dr. David Amaral Camargo, Juiz de Direito da Comarca de Itajaí, foi instalado o município de Balneário de Camboriú e dado posse ao novo Prefeito, Senhor Ewaldo Schefer.

(...) No dia 3 de outubro de 1965 processou-se o primeiro pleito em Balneário Camboriú, sendo eleito prefeito Higiano João Pio. Simultaneamente, foram eleitos os primeiros vereadores de Balneário Camboriú: Domingos Fonseca, Aquilos da Costa, Eloi Reinert, Álvaro Antônio da Silva, Antônio Bernardes Passos, Joaquim Albino Gatto e Walter Eillers.

<sup>268</sup> Município de Balneário Camboriú. Op. cit.

<sup>269</sup> IBDEM

No dia 15 de novembro de 1965 tomaram posse e fizeram o juramento de posse os vereadores eleitos em 3 de outubro, sendo na oportunidade eleitos como primeiro Presidente da Câmara, o Senhor Domingos Fonseca. No mesmo dia, às 17 horas, em solenidade realizada nas dependências do Camboriú Country Club, fez juramento e foi empossado como primeiro Prefeito eleito de Balneário Camboriú, o senhor Higiano João Pio”.<sup>270</sup>

Passados 35 anos, o município de Balneário Camboriú em nada lembra a pequena comunidade pesqueira-balneária, que se originou no atual bairro da Barra.

É uma comunidade que respira e vive do turismo como atividade econômica básica. Possui a maior rede hoteleira de Santa Catarina e uma das maiores do Brasil, com mais de 100 hotéis e 103 pousadas, que totalizam 18.000 leitos, além de 06 *campings* e centenas de casas de aluguel, possibilitando abrigar na alta temporada uma população flutuante superior a 700.000 pessoas.

O setor terciário, que inclui o comércio e prestação de serviços diversos ligados ao turismo, responde por 99,21% da receita do município.

O município de Balneário Camboriú tem consciência de suas potencialidades turísticas, procurando explorar seu potencial natural-paisagístico e cultural, através de um forte marketing e organização empresarial.

Os seus principais atrativos natural-paisagísticos podem ser descritos a partir das suas belas praias:

**Praia Central** – É na praia Central que tudo acontece. Shows, esportes e muita gente jovem e bonita. Com uma completa infra-estrutura, é ali que estão os principais hotéis, bares, restaurantes e casas noturnas, além do variado parque comercial. Ela é margeada pela Avenida Atlântico, cujo charme está no calçadão que acompanha toda a orla. Em *petit-pavê* e arborizado, é um belo projeto paisagístico, com dezenas de quiosques que garantem lanches e bebidas e pequenos recantos para descanso e leitura. Com 6,8km de extensão e águas tranquilas, é a praia mais urbanizada da cidade. Um dos grandes momentos é a festa de Ano-Novo, quando milhares de pessoas formam um imenso tapete branco à meia-noite, iluminado por um belíssimo show de fogos de artifício, em toda a praia.

**Laranjeiras** – A 6 km do centro, a praia fica em uma pequena baía, com as águas mais tranquilas da cidade, próprias para velejar. Em apenas 750 metros de extensão concentra bares e restaurantes e tem trapiche para atracação de embarcações. O acesso pode ser pela BR 101,

---

<sup>270</sup> Município de Balneário Camboriú. Op. cit .

seguido pela Via Interpraias, ou pela Barra Sul, com travessia pelo Bonde Aéreo. O caminho oferece um cenário exuberante: o contraste da Mata Atlântica com o azul do mar.

**Taquarinhas** – Distante 8 km do centro é uma praia de águas límpidas e cristalinas, porém agitadas, propícias à pesca de arremesso. Tem 600 metros de extensão, com areias grossas e paisagem com características totalmente agrestes. O acesso é pela Via Interpraias da Costa Brava, depois da praia de Laranjeiras.

**Taquaras** – Quem procura paz e tranquilidade não pode deixar de conhecer esta praia. O acesso é pela Via Interpraias, após Taquarinhas. De águas tranquilas, bastante limpas, mas profundas. Tem 1.150 metros de extensão e fica a 8,5km do centro. Possui um pequeno núcleo urbanizado, com colônia de pescadores.

**Pinho** – Na seqüência da Via Interpraias, está a praia do Pinho. Conhecida internacionalmente, é a primeira de naturismo do Brasil, prática conduzida por um rígido código de postura. A 9 km da área central, cercada por costões, possui camping, restaurante e bares.

**Estaleiro** – A 11 km do centro, permanece agreste e é próprio para a pesca de arremesso. Com 1.450 metros de águas cristalinas e areia grossa, possui núcleo urbanizado, com pousada e restaurantes. Praticamente transformada em um recanto de europeus, com alto poder aquisitivo, que optaram viver com toda a tranquilidade que o local proporciona. Acesso pela Via Interpraias, após a praia do Pinho.

**Estaleirinho** – Conserva seus costões e vegetação intocada, e é uma opção imperdível para passar um dia sossegado, num local onde o céu se mistura ao mar num azul turquesa. Tem 700 metros de extensão, com águas limpinhas e pequena infra-estrutura, com hotel e pousadas. Está a 12 km da praia Central, e o acesso pode ser pela Via Interpraias, após a praia do Estaleiro, ou pela BR 101, alto do morro do Boi.

**Buraco** – De mar agitado, próprio para a prática do surfe, a praia é ocupada em mais da metade por uma colônia de férias particular. Fica a 3,5km ao norte do centro, e o acesso é pela entrada da colônia de férias ou por trilha.

**Canto** – Da pequena praia pode-se contemplar a praia Central em sua totalidade. Distante a apenas 200 metros do pontal Norte, com 50 metros de extensão. O acesso é por uma trilha.

**Dos Amores** – O mar é agitado, propício para o surfe. Possui pousada, resorts e vários bares na beira da praia. Localizada na divisa dos municípios de Balneário Camboriú e Itajaí, está a 3,5km do centro, indo pela rodovia Osvaldo Reis.

Outra riqueza natural-paisagística são as ilhas que possuem uma beleza indescritível. A **Ilha das Cabras** – É um dos cartões postais do município. Para ir até ela, que está a apenas 600 metros da praia Central, é só alugar um pedalinho ou caiaque, na praia, ou optar por um passeio de escuna. As **Ilhas dos pescadores, Serafim e Balaio** – recebem no inverno a visita de aves migratórias. Elas podem ser observadas da margem do rio, que é bastante próxima, na Barra Sul. Também como riqueza natural a Gruta de Santo Antonio ( Estrada Geral para praia de Laranjeiras ), e as elevações: pico do Seio, morro da Cruz, morro do Gavião, morro da Aguada, morro do Boi, cordilheira do Ariribá, morro do Careca.

Como centro catalisador de visitantes o balneário de Camboriú possui o **Parque Unipraias**. Inaugurado em 26 de agosto de 1999, é um dos maiores investimentos em infraestrutura turística de todo o Brasil. De fácil acesso, localiza-se junto a BR 101, ao sul da área central, e possui ampla área de estacionamento.

Ele compreende um complexo de lazer e diversão com mais de 85 mil metros quadrados. Tendo como destaques o Bonde Aéreo, totalmente informatizado, com 47 unidades, com capacidade para seis pessoas cada uma, que passam por três estações: Barra Sul, Mata Atlântica e praia de Laranjeiras. A estação Barra Sul tem um centro de lazer, compras e diversão, com lojas, bares, restaurantes e estacionamento coberto. A segunda estação, a da Mata Atlântica, no centro do morro da Costa Brava, é um parque ambiental com 60 mil metros quadrados, com trilhas pela mata, mirantes, quiosques, bares, anfiteatro e auditório panorâmico. O destino final dos bondes aéreos é a praia de Laranjeiras, ideal para esporte náutico, e que conta com serviços de bares, restaurantes e trapiche para embarcações.

No aspecto cultural destaca-se o Complexo da Citur ( Parque Cyro Gevaerd ), que inclui, além do parque zoológico, um amplo museu com diversas coleções especializadas, como por exemplo a arqueologia, a oceanografia, artesanato, folclore, e o museu do pescador, além de amostra arquitetônica.

O parque reúne várias atrações para toda a família. Lagos, museus, aquático, mini-fazenda e zoológico que expõem espécies nativas da fauna e da flora catarinense, em seu habitat natural. A cultura e a civilização também estão presentes com casas típicas de alemães, belgas, italianos e açorianos, sendo esses os principais colonizadores do estado de Santa Catarina, com restaurantes, lanchonetes, café colonial e lojas com produtos tradicionais e artesanais. Para as crianças existe ainda o trenzinho, que dá a volta grande no lago principal, onde se podem alugar os pedalinhos, e um grande playground.

Ainda faz parte das opções turísticas do município o monumento do Cristo Luz, onde é possível ter uma vista deslumbrante de todo o centro da cidade. O Cristo Luz tem origem na década de 40, quando um pescador diz ter presenciado um espetáculo de luzes no alto do morro da Cruz, o que ele acreditou ser uma manifestação divina. A lenda transportou-se para a realidade em 1997, quando foi construído no alto do morro o Cristo Luz e inaugurado em 4 de outubro do mesmo ano. Além de ponto turístico é um ponto de manifestação de fé pública no acontecido, pelos nativos da região. O monumento tem 33 metros de altura, apenas 5 metros a menos que o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Na mão esquerda ele segura um canhão de luz de 6,6 mil watts, simbolizando o sol, que gira num ângulo de 180°, derramando sobre a cidade, em forma de benção, a luz do caminho da fé. As luzes que iluminam o Cristo ficam acesas durante a noite, formando um belo espetáculo. Elas permitem 86 combinações de cores, que mudam de acordo com a estação do ano. No local há restaurante, bar, lanchonete, lojas de souvenir, estúdio fotográfico e uma gruta em homenagem a Nossa Senhora Aparecida.

No centro da cidade encontramos uma outra opção cultural o “Centro Cultural” que concentra as artes e a história do município. Ali estão localizadas a biblioteca municipal e o arquivo histórico, com um belo acervo de fotografias e jornais antigos. O primeiro andar abriga uma exposição de obras com artistas locais. Localiza-se na Terceira Avenida, esquina com a Rua 2.500.

<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Entidades Responsáveis</b>
Agasalhe com Arte	Maio	Pref. Municipal
UNIART	Julho	Pref. Municipal
Congresso Sul-Brasileiro de Corais e Mostras Catarinense de Corais	Julho	Pref. Municipal/UNIVALI
Arraial	Julho	Pref. Municipal
Festival do Folclore	Agosto	APAE/ Pref. Municipal
Praça da Cultura	Outubro	Pref. Municipal
MERCOROK	Dezembro	Pref. Municipal/Entidades de Artesãos

**Tabela 11** - Eventos culturais anuais de Balneário Camboriú<sup>271</sup>.

<sup>271</sup> Fonte: Eventos de Sucesso. Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Cultura. Prefeitura de Balneário Camboriú, 1999.

O Balneário de Camboriú é sem dúvida o grande centro turístico de Santa Catarina, e que busca preservar a cultura de base açoriana, tendo nela a sua principal expressão cultural.

#### 4.5.1.8 Camboriú

O município de Camboriú está localizado na microrregião de base cultural açoriana da foz do Itajaí-Camboriú, distante 85km ao norte de Florianópolis.

Situado às margens do rio Camboriú, que corta o município, a 5 km da BR 101, nas coordenadas geográficas de 27°01'31" de latitude sul e 48°39'16" de longitude oeste. Ocupa uma área geográfica de 211,60 km<sup>2</sup>.

Seus limites intermunicipais são: ao norte com Itajaí e Balneário Camboriú; ao sul com Canelinha, Tijucas e Porto Belo; a leste com Balneário Camboriú e Itapema; a oeste com Itajaí e Brusque.

Seu clima é subtropical atlântico, com temperatura média anual de 20°C e com estações bem definidas. A precipitação média anual é de 1.500 milímetros.

As chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, que somado à boa rede hidrográfica possibilita as atividades agropecuárias, ainda bastante significativas no município, onde se destaca o arroz irrigado e a horticultura.

O nome Camboriú é de origem tupi-guarani, e tem relação com o rio, em cujas margens se estabeleceram os primeiros povoadores brancos da região. Significa: Cambriassu (grafia mais antiga) = Rio do Robalo Grande.

Outra versão sugere significar “Pedra de seios grandes” ou “seios grandes”, atribuído pelos índios a partir da visão do relevo da Pedra Branca, que lembra um seio.

A ocupação original da região foi feita pelos índios, que viviam ao longo do litoral catarinense e em seus vales fluviais. Os primeiros homens brancos a povoar a região chegaram a partir de 1822, conforme explanação já realizada acerca de Balneário Camboriú. A “freguesia” de Camboriú foi criada através da Lei Provincial nº 292, de 7 de maio de 1849, com o nome de freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú. Já no ano de 1866 têm-se ótimas informações sobre a freguesia de Camboriú, que atestam seu progresso.

O relatório do presidente da província, Adolfo Barros Cavalcante, apresenta os dados que seguem:

“População:

Nacionais - 2.782, estrangeiros - 58, católicos - (todos) 2.826, adultos - 1.131, menores - 1.689, solteiros - 1.952, casados - 786, viúvas - 82. Ocupação: empregados



públicos - 4, comerciantes - 19, lavradores - 429, artistas - 21. Renda (anual em mil réis); 100\$ a 500\$ - 329, 500\$ a 1.000\$ - 10, de 1.000\$ a 2.000\$ - 2. Sexo: homens - 1.412, mulheres - 1.378. Cor: brancos - 2.438, pardos - 118, pretos - 264. Condições: livres - 252, escravos - 293. Total - 2.820; casas - 477, fogos (famílias) - 507”.

Observando-se os dados constata-se que viviam na região 507 famílias e 2.820 habitantes. Portanto tinha-se na época o tamanho médio da família de 5,5 pessoas: pai, mãe e mais +- 4 filhos. Outro dado que chama a atenção é o da existência de estrangeiros na comunidade de Camboirú, mas sendo todos católicos. Deduz-se, pelos dados, que o padrão econômico da comunidade era razoável.

Os limites da freguesia de Camboriú foram confirmados em 12 de março de 1880, permitindo que se tenha idéia de extensão da comunidade no século XIX.

“Lei nº 882 de 12 de março de 1880

Art. 1º.- Os limites da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú, são a leste o oceano; a norte as vertentes denominadas do Pilões, Macacos e Tapeira; ao norte, a margem do sul do ribeirão da Praia Brava, rumo sudeste; desde até encontrar com os limites das colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro, ficando compreendidos na várzea do Ranchinho os últimos moradores Sarmento, Quirino e Pedro Werner, ao sul a ilha, vertente do morro do mesmo nome, vertentes da Tapeira, seguindo em rumo de oeste; desde até as cabeceiras do rio dos Bôbos, limites das freguesias de Tijucas e Porto Belo.

(...) foi sellada e publicada a presente resolução. Aos 12 dias do mês de março de 1880”.

Em 1884, através da Lei Provincial 1.076, de 25 de abril de 1884, foi criada a vila (município) de Camboriú, com sede na localidade da Barra, efetivamente instalada em 15 de janeiro de 1885.

O progresso da comunidade conhecida por Garcia (onde hoje se situa a sede do município), associado a divergência políticas locais, fez com que em 4 de fevereiro de 1890, através de Resolução assinada pelo governador Lauro Muller, fosse a sede da vila transferida para Garcia.

“O governador do Estado atendendo aos interesses públicos e aos habitantes da vila de Camboriú, resolve mudar a sede da mesma vila, para o lugar denominado Garcia. Palácio do Governador do Estado de Santa Catarina, 4 de fevereiro de 1890 – Lauro Severino Muller”.

O progresso da área balneária, somado a interesses políticos, fez com que em 8 de abril de 1964 fosse aprovado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina a Lei número 960, criando o município de Balneário de Camboriú, efetivamente instalado em 20 de julho de 1964.

Desde então as duas comunidade seguiram lado a lado, cada qual explorando seu potencial econômico.

Hoje o município de Camboriú possui a população de 34.078 habitantes, distribuída ao longo do seus 211,60km<sup>2</sup>. Suas principais comunidades com as respectivas distâncias do centro são: Cedro – 2.935 hab. – 2 km; Areias – 2.338 hab. – 1km.; Rio Pequeno – 3.356 hab. – 3km; São Francisco de Assis – 1.541 hab.- km; Monte Alegre (distrito) – 11.514 hab. – 3km. Na chamada zona rural tem-se as comunidades de : Varzas do Ranchinho – 7km; Tabuleiro – 5km; Rio do Meio – 12km; Braço de Camboriú – 16km; Macacos – 16km.

Turismo rural é a marca deste município, que possui uma forte presença da cultura de base açoriana.

#### *4.5.1.9 Itapema*

O município de Itapema esta localizado na microrregião de base cultural açoriana no vale do Rio Tijucas/Costa Esmeralda, a 55 km ao norte de Florianópolis, tendo como limites: ao norte com Camboriú e Balneário Camboriú e a leste com o Oceano Atlântico<sup>272</sup>.

O nome Itapema significa em tupi-guarani “gaviões ou aves das pedras ou da pedra”. Segundo os mais velhos, havia grande quantidade de aves marinhas pretas, com pés de pato, que em certas épocas do ano passavam em bando pelos costões e arvoredos que margeavam o caminho que ia do canto da praia à Praia do Mar Grosso.

O nome Itapema não é o nome Original do lugar. Foi instituído por Lei da Câmara de Porto Belo, de 1912, para atender a sugestões de moradores da Tapera.

A excelente rede hidrográfica, formada por pequenos rios, córregos e cachoeiras que deságuam diretamente na baía de Porto Belo foi fundamental na ocupação da Região a partir do início do século XIX, com atividades agrícolas de subsistência: farinha, feijão, milho, cana-de-açúcar, amendoim, etc.

---

<sup>272</sup> Dados gerais do município de Itapema. Secretaria de Educação de Itapema. 2004

Os primeiros povoadores da região foram os índios, cujos vestígios estão presentes nos restos de sambaqui. Os brancos, luso-açorianos, ocuparam a região a parti do início do século XIX.

“A dinâmica demográfica dos descendentes de açorianos e portugueses continentais permitiu o crescimento lento mas seguro da população da baía de Porto Belo.

Em 1852, pressupõe-se já morar na área do atual município de Itapema aproximadamente 980 descendentes de portugueses açorianos. Como se chegou a este número?

Isso se deduz ao fato de existirem 51 engenhos de farinha de mandioca e de açúcar naquele ano, na área do atual município de Itapema. Era comum para muitas famílias possuírem do os dois tipos de engenho. Portanto, aproximadamente quarenta famílias possuíam engenhos. Considerando que, no litoral catarinense, a cada 3,5 famílias correspondia um engenho, e que cada família era formada por uma média de sete pessoas, pode-se afirmar que a população de Itapema (Tapera, Sertão, Mata de Camboriú) chegava perto deste número.

Em fins do século XIX (1899), na comunidade de Itapema (Tapera, Perequê-Açu, Perequê-Mirim) predominavam os troncos familiares de origem luso-açoriana.

Das 95 famílias existentes, que tinham direito a votar, apenas três tinham sobrenomes italiano (Rossi, Nolasco, Fasques), três tinham sobrenome alemão (Stein, Hainokem, Schaidler) e uma tinha descendência luso-açoriana, representando mais de 90% dos habitantes”.<sup>273</sup>

“Itapema que no censo de 1970 apresentava uma população de 3.492 habitantes, sofreu um espantoso crescimento urbano a partir da década de 1980, resultante da forte imigração interna para a área, devido às perspectivas tanto de empregos como de investimentos.

Homens de negócio, interessados no mercado imobiliário, de hotelaria e de prestação de serviços, somaram-se à mão-de-obra semi-especializada ligada à construção civil e à prestação de serviços.

De origens étnico-culturais e procedências diversas, de Santa Catarina e de outros estados da federação, estes novos moradores vieram basicamente do oeste e norte catarinense, conforme se verifica ns fichas de procura e emprego do SINE – Itapema 1997.

Os bairros Leopoldo Zarling e Sertãozinho concentram a maior parte destes migrantes de baixa renda”<sup>274</sup>

A evolução político-administrativo de Itapema tem início em 30/12/1914 quando foi criado o distrito policial de Itapema. O distrito de paz foi criado em 2 de janeiro de 1915, ocorrendo a eleição dos juízes em 14 de março de 1915.

Foi elevado à condição de município pela Lei nº 1/1962, de 13 de janeiro de 1962, efetivamente instalado em 31 de janeiro de 1963.

Itapema possui uma área geográfica de 59 Km<sup>2</sup>, onde vive uma população permanente de 25.869 de acordo com a amostra do IBGE de 2001 e uma projeção para 2006 de

<sup>273</sup> Farias, Vilson Francisco de. Itapema: natureza, história e cultura. Edição do autor. Florianópolis. 1999. p. 64 e 65.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 68 e 69

35.990(IBGE)<sup>275</sup>, que dá uma densidade demográfica de 610 hab/Km<sup>2</sup>. No entanto na alta temporada, a população flutuante ultrapassa a 150.000 habitantes.

A estrutura urbano-balneária é dividida em bairros: Centro, Canto da Praia, Ilhota, Sertãozinho, Alto São Bento, Casa Branca, Várzea, Taboleiro das Oliveiras, Morretes, Meia Praia, Andorinha, Castelo Branco, Sertão do Trombudo, e Leopoldo Zarling, conforme a Lei de Zoneamento Urbano de numero 20/1981.

As riquezas naturais do município proporcionam um grande atrativo turístico para região como afirma o historiador Vilson F. Farias (1999):

“As áreas balneárias como Itapema são exemplos de cidades criadas para proporcionar ao homem moderno o contato com a natureza. Respirar ar puro trazido pelas correntes marítimas, tomar um banho de sol e de mar, enfim, descansar da correria do dia-a-dia”.

Sim, Itapema é cartão-postal na medida certa. Praias belíssimas, águas calmas, quentes, pouco profundas, ampla faixa de areia, onde suaves brisas confortam seus frequentadores. Suas praias são distribuídas por toda a orla litorânea, intercaladas por costões. A maior delas, com 16 quilômetros de extensão, recebe diversas denominações: Canto da Praia, da Vila, Centro, Meia Praia, Perequê. Ao longo de toda a extensão surgiram construções que vão de casas térreas a edifícios com mais de dez pavimentos.

A Meia Praia se tornou o ponto de maior interesse dos veranistas. O crescimento urbano nesta área do município é surpreendente. Dezenas de novas construções estão surgindo a cada ano. Lentamente se constrói uma barreira de concreto junto ao mar.

As demais praias existentes no município, ainda pouco exploradas e de grande beleza, apresentam dificuldades de balneabilidade. São elas a Praia do Mar Grosso, da Ilhota, da Mata de Camboriú”.<sup>276</sup>

Ao terminar esta pequena descrição do município de Itapema, podemos afirmar que realmente o dito popular que define o município de “a pérola do sul do Brasil” por possuir uma riqueza ambiental fantástica realmente é verdadeira.

#### 4.5.1.10 Porto Belo

O município de Porto Belo, um dos mais antigos de Santa Catarina, está localizado na microrregião de base cultural açoriana do vale do rio Tijucas/Costa Esmeralda, a 55 km ao norte de Florianópolis.

Possui o município a extensão de 93 km<sup>2</sup>, onde vivia em 2006 uma população de 13.465 habitantes, resultando numa densidade demográfica de 144,7 hab/km<sup>2</sup> (habitantes por quilô-

<sup>275</sup> População estimada 2006 em 01.07.2006

<sup>276</sup> FARIAS, op. cit. P. 34 e 35.

metro quadrado)<sup>277</sup>. No entanto esta população, na alta temporada, atinge aproximadamente 140.000 habitantes, caracterizando-se como um dos balneários catarinenses de maior procura.

A sede do município está situada nas coordenadas geográficas de 27° 09' 12" de latitude sul e 48° 33' 18" de longitude oeste, tendo como limites: norte: Itapema, Camboriú e Oceano Atlântico; oeste: Tijucas; sul: Tijucas, Oceano Atlântico e Bombinhas; leste: Bombinhas.

Clima caracteriza-se como Mesotérmico tropical atlântico semi-úmido, sem estações de secas e verões muito quentes. A temperatura média anual de 18° C, com máxima de 36° C e mínima de 10° C.

A hidrografia da região é totalmente orientada para o Oceano Atlântico. Os rios mais importantes são o Perequê e Perequezinho, que abastecem o município de água potável e fazem divisas com o município de Itapema. Os rios Santa Luzia e dos Bobos situam-se na divisa com Tijucas e na sede do município estão os rios Rebelo e da Vina, ambos de menor porte.

278

“O município de Porto Belo é um núcleo secundário de colonização açoriana. Foi, ainda, a única comunidade do litoral de Santa Catarina que recebeu dezenas de famílias portuguesas continentais no início do século XIX (1819). Estes vieram para participar de um empreendimento pesqueiro, conhecido por Colônia Nova Ericeira.<sup>279</sup> Reforçaram a população de origem açoriana já existente no local, que havia para aí se deslocado, das comunidades de São Miguel da Terra Firme (Biguaçu) e Santo Antônio de Lisboa (Ilha de Santa Catarina), nos anos anteriores.

As notícias mais antigas sobre Porto Belo resultam de relatos de navegadores que se referiam à baía de Porto Belo Como local excepcional para “a aguada e abrigo das esquadras navais”.

Quando da invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina, em 1777, a esquadra portuguesa constituída por 12 navios de guerra, comandada por Mac Duol, refugiou-se nesta baía para fugir ao confronto com os espanhóis, numericamente superiores.

Em 18 de dezembro de 1824, por Alvará Régio, foi elevado à categoria de freguesia (paróquia) e, por ser uma região próspera, foi em 13 de outubro de 1832 elevada à categoria de vila (município), cuja instalação ocorreu em 07 de julho de 1837.

Em 1860, pela Lei Eleitoral nº 15 de 1º de outubro, foi extinto o município de Porto Belo e incorporado à Vila de São Sebastião das Tijucas, que havia sido desmembrada de Porto Belo em 04 de outubro de 1858.

Em 29 de agosto de 1895, através da lei nº 140, foi recriado o município de Porto Belo e extinto logo depois. Mas, em 1º de setembro de 1925, pela Lei nº 1496, foi restabelecido o município, mantendo-se até a presente data,

Em 1852, Porto Belo possuía uma vida econômica ativa, onde se incluíam diversas atividades típicas com seus equipamentos, conforme consulta no documento “Lista de Fábricas, engenhos de moer cana e de fazer farinha, e de fazer louça de barro, e de fazer telhas que se acham neste Distrito de Porto Bello” nos quais se identificam as comunidades integrantes de Porto Belo, com os respectivos equipamentos de transformação existentes: Bombas: engenhos de fazer farinha – 15, de moer cana – 05;

Zimbros: engenhos de fazer farinha – 35, de moer cana – 16, de arroz – 1;

<sup>277</sup> IBGE. População estimada 2006.

<sup>278</sup> Dados gerais de Porto Belo. Secretaria de Turismo do Município. 2006.

<sup>279</sup> Colônia Nova Ericeira, que foi criado por Decreto Real de 13 de março de 1818, sob a liderança de Justino José da Silva. O nome da colônia foi homenagem à origem destes portugueses procedentes de Ericeira – Portugal Continental.

Tapera e Matto: engenhos de fazer farinha – 51, de moer cana – 28, fábrica de fazer telha – 2; Vila: de fazer louça de barro – 2, engenho de fazer farinha – 2. Totalidade: engenhos de fazer farinha – 103, de moer cana – 49, fábrica de fazer louça – 2, engenho de fazer telhas – 2, engenho de arroz – 1.

No final do século XIX, apresentou o seguinte quadro de profissões entre sua população-economicamente ativa: “Lavrador – 222, agência – 41, negociante – 20, industrial – 12, ofício – 7, professor – 2, empregado público – 10, marítimo – 4, totalizando 318 trabalhadores.

No referido ano, moravam nos limites do município de Porto Belo os seguintes troncos familiares: Amorim (1), Farques (1), Saragoça (2), Hainoken (1), Cruz (1), Fagundes (1), Schnaider (1), Prado (1), Nascimento (1), Assis (2), Novaes (3), Conceição (1), Gerreiro (2), Stelin (1), Cleásio (1), Martins (2), Sá (2), Pereira (2), Linhares (1), Costa (1), Simas (1), Paula (1), Souza (12), Silva (12), Campos (1), Vieira (3), Santos (4), Jesus (1), Luz (1), Vaz (1), Garcia (4), Oliveira (3), Bernardes (2), Aguiar (1), Rabelo (2), Baptista (2), Airoso (10), Rocha (3), Nolasco (1), Trindade (1), totalizando 95 troncos familiares”<sup>280</sup>.

Ao longo dos 178 anos de história tem-se os seguintes dados da evolução populacional de Porto Belo: ano 1840 – 6.553 habitantes; 1866 – 3.180; 1905 – 4.728; 1970 – 4.363; 1996 – 7.601 e 2006 – 13.475 habitantes.

É um belo local, que continua com parte significativa de sua história e cultura bastante preservada.

A Base econômica se apóia nas atividades do extrativismo animal, particularmente a pesca e a captura de sardinhas, corvinas, cações, anchovas, tainhas, camarões, lulas e outros. Hoje, existem aproximadamente, 3.000 pescadores registrados na colônia de pescadores Z-8 de Porto Belo. Como se vê, a pesca que foi fundamental para a fundação do município, continua sendo essencial para a vida de muitos moradores de Porto Belo.

Recentemente outra atividade de cultivo surgiu e vem apresentando ótimos resultados: o cultivo de mariscos e ostras.

A agricultura caracteriza-se como de subsistência e existem 03 comunidades que possuem maior expressão agrícola no município: Valongo, Sertão de Santa Luzia e Alto Perequê, sendo que os produtos cultivados mais comuns são a banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, batata-inglesa, etc. A industrialização está concentrada na sua maioria nas indústrias da pesca, que efetuam o beneficiamento de produtos do mar, existindo ainda atividades isoladas como instalações de reciclagem e confecções de roupas de borracha para mergulho.

O setor terciário apresenta um crescimento anual com média superior a 10 novas empresas nas áreas comerciais e de prestação de serviços, que juntas empregam 35% a mais de mão-de-obra ocupada pelo setor industrial. A vocação para o turismo determina as atividades mais

---

<sup>280</sup> Idem.

exploradas: hotelaria, restaurantes, lanchonetes, imobiliários, lojas de artesanato e presentes, bares, etc.

A forte cultura açoriana torna a cidade ainda mais elegante, refletindo seus traços na arquitetura, artesanato e religiosidade. Outro destaque no município são as danças açorianas como o Boi-de-Mamão e Pau de Fitas.

Porto Belo apresenta um cenário de rara beleza onde se destacam diversas praia, a ilha João da Cunha, banhado por águas calmas e cristalinas. Dentre os sítios natural-paisagísticos e arquitetônicos têm-se:

“Pedra da Cruz: Laje de granito (ponto mais elevado da ilha João Cunha) contendo inscrições rupestres feitas milhares de anos atrás (cerca de 4.000 anos). Estas inscrições foram provavelmente feitas por tribos de caçadores coletores e ocupam uma área de 11 m.

Oficinas Líticas: No centro da Praia de Porto Belo encontra-se uma formação rochosa junto a qual ocorrem as chamadas “bacias de polimentação” ou “panelas de bugre”. Estes locais foram outrora utilizados pelos índios primitivos para a preparação de suas armas e ferramentas. As bacias de polimentação são depressões polidas na rocha originadas do friccionamento da pedra sobre a própria pedra.

(texto de Antônio Carlos Lopes). (5)

Praia de Perequê: O nome vem do tupi-guarani “Pira-Iquê” (local de entrada de peixes para comer e desovar). A maior praia do município, arborizada, própria para banho, esporte de areia e náuticos.

Costão das Vieiras: a origem do nome refere-se às vieiras que se criavam neste local, um comestível marinho de uma concha bivalve. Costão de pedras encravadas em uma bela montanha entre Perequê e a baía de Porto Belo.

**Praia de Porto Belo:** A praia de Porto Belo está situada na sede do município tendo suas águas tranqüilas protegidas pela ilha de Porto Belo. No meio da Praia encontramos as “panelas de bugre”, vestígios dos índios carijós, da tribo tupi-guarani que habitavam esta região e formavam estas superfícies polidas nas rochas através da preparação de suas armas e ferramentas.

Praça dos Pescadores: Local com fortes traços açorianos, é onde ficam concentrados os pescadores nativos, conhecedores de muitas histórias e que conduzem os visitantes em suas embarcações artesanais pela calma baía, até a ilha de Porto Belo.

Ilha de Porto Belo: localizada na sede do município a belíssima ilha de Porto Belo (ou ilha João da Cunha) distante apenas 900 metros do continente, e ainda hoje conserva suas características naturais. A flora nativa surpreende qualquer paisagista e fotógrafo que são brindados com raras espécies de bromélias, e a luz do sol através das copas de antigas árvores nativas. Atualmente, a ilha conta com infraestrutura como ancoradouro, quiosques na praia, restaurante de comidas típicas, trilha ecológica, e a interessante Adventure House, a base da aventureira família Schurman. (“6)

Praia do Baixio: A Praia do Baixio está localizada defronte à Ilha de Porto Belo e este detalhe a torna especial. Também possui tranqüilidade marcante e condições para a prática de esportes de areia (futebol, vôlei e outros) e náuticos (vela, jet sky e outros). Um belíssimo pôr-do-sol pode ser observado aqui.

Morro da TV: localiza-se no centro do município, imponente e receptivos a adeptos das caminhadas, que são brindados lá no alto, com uma maravilhosa vista panorâmica de quase todo o litoral de Porto Belo.

Praia do Araçá: Verdadeira vila de pescadores, a localidade do Araçá (nome derivado de uma pequena fruta característica da região) e seu povo conserva os costumes dos primeiros colonizadores em suas manifestações populares (boi-de-mamão, terno-de-reis, pau-de-fita) e suas condições de maior porto pesqueiro da região faz com que seus habitantes, na maioria, vivam exclusivamente da pesca.

Enseada da Caixa D'áço: Porto natural conhecido internacionalmente, sua denominação foi atribuída em 1777, pelo almirante português Robert MacDouall, por considera-lo seguro como caixa forte.

Praia do Estaleiro: Praia agreste, de águas incrivelmente transparentes próprias para banhos e excelentes para mergulho. A vegetação exuberante e os costões também contribuem com o visual desta belíssima praia.

Igreja Matriz Bom Jesus dos Aflitos: cuja capela foi erguida em 1814 (sendo a segunda construção em alvenaria mais antiga de Porto Belo) com trabalho escravo e argamassa à base de óleo de baleia, constituindo um dos principais atrativos culturais do município<sup>281</sup>.

Ao caminhar pelas ruas da cidade e sentir o calor da população podemos nos consorciar ao que diz o panfleto entregue na entrada da cidade “Assim é Porto Belo, um porto de cantos e encantos que enche os olhos de quem a visita e aquece o coração de quem procura paz de espírito. Conheça Porto Belo e sinta de perto a magia desta cidade que deixa saudades e lindas recordações no coração de quem parte”<sup>282</sup>.

#### 4.5.1.11 Bombinhas

O município de Bombinas está localizado na microrregião de base cultural luso-açoriana do vale do Tijucas/Costa Esmeralda, distante mais ou menos 100 km ao norte de Florianópolis.

A área territorial é de 34 km onde vive uma população permanente de 11.211 habitantes<sup>283</sup>, isto dá uma densidade demográfica de 329.7 hab/km<sup>2</sup>.

No entanto, na alta temporada esta população salta para 70.000 pessoas. Reforçando esta afirmação tem o município registrado 25.000 imóveis e uma capacidade de hospedagem de 6.604 leitos.

O município tem como limites:

“... com o oceano Atlântico -Início na Ponta de Porto Belo ou na Enseada, Marco de Divisa (M.D.) nº. 110, na Baía de Tijucas. Com o município de Porto Belo. Inicia na Ponta Grande, Marco de Divisa nº 110, na baía de Tijucas, seguindo pelo divisor de água entre os rios que deságuam na baía de Tijucas e enseada de Porto Belo de um lado e enseada dos Zimbros ou de Canto Grande, do Marisca e de Bombas, do outro, passando pelos morros de Santa Luzia, de Porto Belo ou da Enseada. Marco da Divisa nº. 109 ”.<sup>284</sup>

<sup>281</sup> Fonte: <http://www.portobelo.sc.gov.br/PONTOSTUR.htm>. pesquisa realizada em nove de agosto de 2007.

<sup>282</sup> Texto retirado de um panfleto de divulgação da cidade. 2007.

<sup>283</sup> Estimativa populacional de Santa Catarina para o município de Bombinha para 2006. IBGE - 2000

<sup>284</sup> Dados gerais do município de bombinhas. Secretaria Municipal de Educação. 2006.



O nome de Bombinhas advém do barulho provocado pelo bater das ondas na praia, que lembra o estampido de uma pequena bomba (bombinha)<sup>285</sup>.

As primeiras informações sobre a presença humana na região, está ligada à cultura indígena, que dominou a península até a chegada do homem branco a partir do século XVII.

O primeiro registro oficial que se encontra sobre a fixação do homem branco no atual município de Bombinhas é de 11 de janeiro de 1807, quando recebeu sesmaria na região de zimbros, doada pelo governador da capitania de Santa Catarina, Ignácio Rodrigues de Oliveira. Em 21 de novembro de 1810 outra sesmaria foi doada, na mesma região, a Florentina Maria de Jesus e herdeiros (filhos) de Roque de Oliveira.<sup>286</sup>

Portanto, o tronco familiar Oliveira, constituído por Ignácio Rodrigues de Oliveira, Roque de Oliveira e sua mulher Florentina Maria de Jesus, consolidam os primeiros moradores de origem européia que se sabe ter se fixado na área do atual município de Bombinhas, no início do século XIX.

Proprietário	Data	Nº de braços metros	Localização
Ignácio Rodrigues D'Oliveira	11/01/1806	100 b. (160m)	Zimbros
Florentina Maria de Jesus <sup>287</sup>	21/11/1810	100 b. (160 m)	Zimbros

**Tabela 12** - Sesmarias doadas pelo governador da capitania de Santa Catarina de 1753-1823<sup>288</sup>.

Alguns anos depois, por volta de 1817, chegam de Portugal continental, da atual freguesia de Ericeira, Vila de Mafra, próximo a Lisboa, casais para fundar um empreendimento pesqueiro na enseada de Porto Belo. Não ocorreu e pelo que se sabe esses colonos foram espalhados por toda a região, desde Zimbros a Itapema, sendo difícil determinar quais deles povoaram o atual município de Bombinhas. Localizou-se em 1821/22 a doação de 54 sesmarias, que foram doadas respectivamente a:

Antônio José de Mattos, Antônio Moutinho, Manoel da Silva Caldas, Antonio Lopes da Costa Paxeco, José Manoel, Luiz da Costa Dias, Antônio Martins, Domingos José Ferreira, Manoel Pereira, Antônio Fernandes, Manoel da Costa Pinheiros, Anna da Costa, Pedro da Costa, Joaquim Mathias, José Mathiaz, Lourenço Pereira, José Pereira, Manoel Nunes, Manoel Mendes, José Henriques, Balthazar Luis, Domingos Manoel, Francisco Antônio, Antônio da Costa Pinheiro, João Henriques, Domingos Ramos, Sebastião Guereiro, José Lopes Mattos, João Félix, José Bote-

<sup>285</sup> Dados gerais do município de bombinhas. Op. cit.

<sup>286</sup> Doação das sesmarias. Governo da capitania de Santa Catarina. Livros n. 1 e 2, 1751-1823.

<sup>287</sup> Viúva de Roque de Oliveira

<sup>288</sup> Fonte: governador da Capitania de Santa Catarina. Livro de sesmarias. 1753-1823. APSC.

lho, Euzelino Aguiar, Francisco Ferreira, José Lemos, José Ricardo Quaresma, Manoel de Seixas, Félix Simoens, José Jacintho, Joaquim José, Antônio Jose da Cunha, Alexandre José Texeira, Manoel Fernandes, João Antonio Braga, Antônio Januário, João de Souza Silva, Manoel Ferreira, João Pereira da Silva.<sup>289</sup>

Alguns destes portugueses foram com certeza, moradores do atual município de Bombinhas, onde provavelmente moram descendentes.

No ano de 1852, surge uma interessante informação sobre o atual município de bombinhas, indicando ser a área um importante produtor agrícola.

“Lista de fábricas, engenhos de moer canna e de fazer farinha, e de fazer louça de barro, e de fazer telha, que se achão neste Districto de Porto Bello. Bombas: Engenhos de fazer farinha, 35-Ditos de moer canna, 05. Zimbros: Ditos de fazer farinha, 16- Engenhos de sucar (socar) arroz, 01. (...) Villa de Porto Bello, 19 de janeiro de 1852. Sub. Delegado Bernardo Dias da Costa”<sup>290</sup>

A comunidade de Bombinhas, sustentada no turismo balneário, teve um rápido crescimento urbano a partir da década de 1980. O progresso oportunizou a elevação de bombinhas à condição de município, através da Lei Estadual 8.558, de 30 de março de 1992; efetivamente instalado em 1º de junho. Hoje no entorno de suas praias erguem-se edifícios de vários pisos e casas de diferentes estilos construtivos.

As praias constituem-se no principal atrativo natural-paisagístico do município. As que possuem um maior volume de visitantes, turistas são:

Praia de Bombinhas: como centro do município é a mais movimentada, águas quentes, esverdeadas, calmas, claras, areia com cristais de quartzo, muito fina, branca e macia. Nos seus 900 metros, tem como principais atrativos o mergulho ecológico e o banho<sup>291</sup>.

Praia de 4 Ilhas: possui mar aberto, com sua faixa de areia muito larga e as ondas arrebatando longe da praia. Sua fama é internacional devido à frequência de suas ondas para a prática de surfe. Nos seus 800 metros avistam-se as ilhas que compõem e definem o nome da praia: Galés, Deserta, Macuco e Arvoredo, que compõem a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo<sup>292</sup>.

Praia do Canto Grande: possui águas calmas e frias, areias monoaziáticas e piscinas naturais. Sua faixa de areia possui uma extensão de 1 km no mar de dentro e 1,5 km de fora.

<sup>289</sup> Doação sesmaria. Op. cit.

<sup>290</sup> Subdelegado de policia. Correspondência do presidente da província. Porto Belo, 1852.

<sup>291</sup> Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Ecomônico do Município de Bombinhas. 2006

<sup>292</sup> Ibidem

Antiga Vila de Pescadores guarda ainda lembranças de quando a lida do mar era a principal atividade do local. As tradições são passadas de gerações para gerações. É possível, degustar vários frutos do mar, retirados na hora, como o saboroso marisco, ou ainda se deliciar com a variedade de peixes originários da região<sup>293</sup>.

O município possui outras praias, não menos belas, porém de menor extensão e pouco visitadas, são elas: Praia do Cardoso, praia Vermelha, praia Triste, Praia da Lagoa, Praia do Retiro, Praia do Ribeiro, Praia da Galheta, Praia do Caeté, Praia da Sepultura, Praia da Tainha, Praia da Conceição e Praia dos Morrinhos<sup>294</sup>.

Além das praias, o município de bombinhas tem como atrativo natural-paisagístico:

Parque Municipal da Galheta: criado pela Lei Municipal nº. 097/94<sup>295</sup>, abrange uma área remanescente de Mata Atlântica, localizada no Limite do município de Bombinhas com o município de Porto Belo, incluindo a Praia de Porto Belo. É, sem dúvida, uma das praias mais agrestes da região, formada de areia, pedras e conchas. Para se chegar lá a pé, é necessário ir até o canto esquerdo da praia de Bombas e pegar uma trilha com pouco mais de um quilômetro.

Parque Municipal do morro do Macaco: criado através da Lei Municipal nº. 113/94<sup>296</sup>, abrange um área costeira no Canto Grande, além da ilha do Macuco (Amendoim).

Reserva Biológica Marinha do Arvoredo: criado pelo Decreto Federal nº. 99.142, de 12/03/90, localiza-se imediatamente ao norte da ilha de Santa Catarina, distante 11 quilômetros e afastada 7 quilômetros do continente. Engloba as ilhas do Arvoredo, Galés, Deserta, o Calhau de São Pedro e toda a faixa que as circunda, totalizando 17.800 há. O município de Bombinhas está na área de entorno da reserva<sup>297</sup>.

Podemos perceber durante a pesquisa de campo que as marcas da colonização açoriana estão presentes na cidade até hoje. Os segredos dos artesanatos das rendeiras e dos oleiros foram transmitidos através de gerações.

O sotaque ilhéu do Arquipélago dos Açores e Ilha de Madeira manteve-se vivo no jeito cantado de falar e nas expressões típicas dos nativos que encantam o visitante. Mais que o sotaque e o artesanato, os descendentes dos açorianos mantiveram vivas as tradições que preservam a alma da sua cultura.

---

<sup>293</sup> Ibidem

<sup>294</sup> Ibidem.

<sup>295</sup> Fonte: Câmara Municipal de Bombinhas

<sup>296</sup> Fonte: Câmara Municipal de Bombinhas.

<sup>297</sup> Dados gerais. Op. cit.

A cultura popular açoriana é expressa através da religiosidade que tem suas manifestações nas festas do Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora dos Navegantes, Ternos-de-Reis, o Boi-de-Mamão, na gastronomia litorânea - as farinhadas, nas infusões curativas, nas simpatias das benzedadeiras contra o mal olhado, nas histórias de pescadores, ainda é possível ouvir ecos de tempos atrás.

Porém, a cultura de Bombinhas, assim como na maioria das cidades brasileiras, é rica pelo seu caráter multidimensional. A cidade é de influências e legados e várias embarcações culturais como: populações pré-coloniais, negros, luso-açorianos, além de novos moradores com suas características étnicas e culturais. Hoje, Bombinhas se compõe exatamente da pluralidade que pigmenta seu território, pois podemos experimentar essa diversidade na gastronomia, no sotaque, nas etnias, na moda, na espiritualidade, enfim, as possibilidades culturais vão além de teatros e museus.

#### *4.5.1.12 São João Batista*

O município de São João Batista está localizado na microrregião de base cultural açoriana do vale do Rio Tijucas/Costa Esmeralda, distante 70 km de Florianópolis<sup>298</sup>.

A sede do município é cortado pelo rio Tijucas e pela SC 411, que liga Tijucas a Brusque pelo Vale do Tijucas.

A área geográfica é de 221 km<sup>2</sup>, tendo como limites ao norte Canelinha e Nova Trento, ao sul Antônio Carlos e Major Gercino, a oeste Nova Trento e Major Gercino e a leste Canelinha e Biguaçu<sup>299</sup>.

O nome de São João Batista advém do Santo do mesmo nome, que serviu de padroeiro a capela, depois paróquia fundada no local da sede do município em 1838<sup>300</sup>.

Os primeiros povoadores da região chegaram às margens do rio Tijucas Grandes no início do século XIX (1805-1812) e se fixaram em terras doadas pelo governador da capitania de Santa Catarina. João Teixeira da Costa, Jacinto Jorge dos Anjos, Domingos José do Conde, José Caetano Corrêa, Antônio Francisco da Silva, Domingos Coelho D'Avila, José de Souza da Silva, estão incluídos entre os fundadores de São João Batista, pois fazem parte destes colonos que receberam terras, para fixarem com as famílias<sup>301</sup>.

---

<sup>298</sup> Fonte: Santur. 2007

<sup>299</sup> Fonte: IBGE – Cidades. 2007.

<sup>300</sup> Santa Catarina. Leis e Decretos da presidência da província. 1838.

<sup>301</sup> Doação de sesmarias. Governo da capitania de Santa Catarina. Livros nº. 1 e 2, 1751 – 1823. APSC.

Em 1838, quando da criação da freguesia (São João Batista), subordinada à vila (município) de São Miguel (Biguaçu) foi localizada com o nome de São João Batista das Tijucas Grandes Nome este que se mantém em 1840, no documento intitulado Quadro da Divisão Civil, Judiciária e Eclesiástica da província de Santa Catarina relativo ao ano de 1840. Segundo este documento:

“A freguesia de São João Batista das Tijucas Grandes, pertencente à vila de São Miguel, tem uma população de 1489 habitantes, distribuídos por 282 famílias. O que dá uma média de 6,2 habitantes por famílias, ou seja, menos de 5 filhos por casal. Na época a população era contada pela soma dos livres (não escravos) e dos escravos: livres: solteiros- homens – 617; mulheres – 382; casados – homens- 226; mulheres 212; viúvos – homens – 20; mulheres – 32; somando a população livre – 1.489 pessoas, escravos solteiros – homens – 192; mulheres – 69; casados – homens – 0; mulheres – 3; totalizando 264 escravos. A soma dos escravos e livres dá 1.753 habitantes<sup>302</sup>.”

Na freguesia de São João Batista se estabeleceu a primeira leva de imigrantes italianos vindos para Santa Catarina no Século XIX; constitui-se esta leva de 186 colonos provenientes da região italiana de Sardenha.

É possível que os italianos não tenham se naturalizado até 1856, por isso estavam excluídos do processo político. É o que se pode deduzir tomando por base a eleição de juízes de paz de 1856, que serviria no quadriênio 1854 a 1860, em cujo documento não se encontram sobrenomes italianos entre lideranças políticas da comunidade, que receberam votos para o referido cargo.

“ Acta do recebimento das cédulas apuradas de votos para vereadores da Câmara Municipal e Juízes de Paz desta Freguesia. Para servirem no quadriênio de 1857 a 1860, com abaixo se declara:

Aos 8 dias do mês de setembro do ano (...) de 1856 (...), desta freguesia de São João Batista, do termo da Vila de São Miguel, comarca da Capital da Província de Santa Catarina, onde se achavam reunida a Mesa da Assembléia Paroquial desta Freguesia organizada da forma da acta antecedente, presidida pelo cidadão João de Amorim Pereira, Juiz de Paz mais votado desta mesma Freguesia, composta pelos membros cidadãos: Manoel Teixeira Brasil, servindo de secretário; Feliciano de Souza Rosa, José Antônio de Simas e Policarpo Dias da Costa (...) apuração de votos para Juízes de Paz desta Freguesia e se verificou que obtiveram votos os cidadãos seguintes: José (?) Martins, 50 votos; Manoel Teixeira Brasil, 49 ; Feliciano de Souza Rosa, 47; José Antonio de Simas, 44; João de Amorim Pereira, 39; José Francisco de Vargas, 39; Luis da Silva França, 39; João José da Rosa, 39; Manoel Teixeira Brasil Junior, 8; Antonio Marques (?), 1 (...).<sup>303</sup>”

<sup>302</sup> Quadro de divisão civil, judiciária e eclesiástica da província de Santa Catarina relativo ao ano de 1840. Presidente Autero de Brito. Mensagem à Assembléia provincial. 1841.

<sup>303</sup> Juizes de paz. Correspondência presidente da província. São Miguel. 1856.

Mesmo não aparecendo na ata de eleição de juizes de paz, tem-se a confirmação da presença de estrangeiros na freguesia de São João Batista, às margens do rio Tijucas, em meados do século XIX. Pode ser comprovado através de documento do delegado de polícia de São Miguel, datada de 1852, que indica existirem diversos engenhos de serrar madeiras movidos por água, junto dos proprietários <sup>304</sup>.

Acredita-se ser esta uma tecnologia introduzida pelos italianos que foi absorvida pelos luso-brasileiros moradores da região, com capital suficiente para implementar o negócio.

Em 1866, quando já havia sido criada a vila de São Sebastião de Tijucas (1859), que incorporou São João Batista, têm-se dados sobre aspectos populacionais e econômicos da comunidade do referido ano.

“Para a freguesia de São João Batista:

“População: nacionais – 1.450, estrangeiros – 128.

Quanto a religião: católicos – 1568, outros cultos – 7.

População adulta – 926, menores- 619.

Quanto ao estado civil: solteiros – 1.178, casados – 454, viúvos – 48.

Ocupação da mão-de-obra: empregados públicos – 3, comerciantes – 17, proprietários – 1, lavradores – 311, artistas – 15.

Quanto à renda anual em mil réis: de 100\$ a 500\$ - 86, de 500\$ a 1.000\$ - 61, de 1.000\$ a 2.000\$ - 87.

Qualidade ou cor: brancos - 1.478, pardos – 19, pretos – 78.

Condição: livres – 1.484, escravos – 91.

Casas – 290; famílias – 291.

População total da freguesia – 1.575”.<sup>305</sup>

O tamanho médio das famílias passou a ser de 5,4 pessoas; portanto, menor que 1940. No entanto, apresentou em 2006, (projeção IBGE) uma população de 16.410 habitantes.

A evolução administrativa da comunidade de São João Batista manteve relação direta com a ocupação do vale do rio Tijucas. Como pólo inicial da ocupação da região, por ser mais propício seu solo e rios às atividades agrícolas e a instalação de serrarias, obteve antes das demais comunidades que surgiam a condição de freguesia; criado através da Lei Provincial nº 90, de 19 e abril de 1938.

<sup>304</sup> Engenhos de serrar madeiras movidos por águas na região: De João Dousen, Bernardino Antonio da Costa, Viúva de Pedro Bôo, Salvador D’ Amorim, Marcelino José da Rosa, Antônio Francisco de Vargas, Joze Coelho Machado, Manoel José Ferreira e Justino Francisco Garcia. Delegados e subdelegados de policia. Correspondência com o presidente da província. São Miguel. 1852.

<sup>305</sup> Mapa da população da província de Santa Catarina no ano de 1866. Relatório à Assembléia legislativa Provincial de Santa Catarina pelo presidente Adolfo de Barros Cavalcante no ano de 1867.

No entanto, o aparecimento de vários núcleos no vale do Tijucas que passaram a comerciar com Desterro e outras praças (vilas e freguesias) faz surgir São Sebastião das Tijucas em 1948, como grande pólo comercial da região. O desenvolvimento foi tal que em 13 de junho de 1860 foi elevado à categoria de vila, com abrangência territorial sobre todo vale do Tijucas e Porto Belo, incluindo freguesia de São João Batista.

Somente em meados do século XX, em 26 de Junho de 1958 através da Lei estadual 348 é que São João Batista passou a ser um município efetivamente instalado, em 17 de julho de 1958.<sup>306</sup>

São João Batista nos fins do século XX apresenta-se como um município progressista, maior pólo calçadista de Santa Catarina, sem, no entanto, abandonar a tradicional atividade agropecuária. Hoje, de acordo com resultado da pesquisa realizada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte o município possui:

“O parque industrial que é formado por indústrias de calçados, vestuário e artefatos de tecido, que apresentam mais de 50% da arrecadação do município; a agropecuária envolvendo o cultivo de 920 hectares, onde destacam-se como os principais produtos cultivados: o fumo – 70%; milho – 25%; feijão – 2,5; mandioca – 2,5%. Soma-se a criação da pecuária bovina com 5.592 cabeças. Este setor contribui com 15% da receita do município.”<sup>307</sup>

São João Batista apresenta um excelente nível de escolaridade, com 24% da população freqüentando os bancos escolares.

Administrativamente o município é formado pelo distrito Sede e o Tigipió, este ultimo com 1.800 habitantes. As Principais comunidades rurais são: Arataca, Colônia, Ribanceira do Sul, Domingas correia, Fernandes, Rio do Braço, Krecker.

No Centro urbano temos os seguintes bairros: Cardoso, Ribanceiras do norte, Ribanceiras do Sul, Centro, Carmelo, Rio do Braço, Tajuba I, Tajuba II, Jardim São Paulo, Fernandes, Centro de Fernandes, Vargem Pequena, Domingas Correia, Colônia, Tigipió, Arataca.

O potencial natural-paisagístico e cultural do município é significativo. As cachoeiras Fernandes e Arataca, as comunidades rurais, a igreja matriz e a multiculturalidade origem ítalo-açoriana, gerou uma variada gastronomia que vale a pena conhecer.

<sup>306</sup> Fonte: Relação dos municípios catarinenses, sua Lei de criação de distritos e municípios, com datas de sua instalação. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Relação dos municípios de Santa Catarina. Assembléia Legislativa. Março de 1996.

<sup>307</sup> Fonte: secretaria de educação, Cultura e Esporte do município de São João Batista. 2006

Não podemos deixar de destacar que o ponto forte do turismo é o “turismo Comercial”, pelo grande parque industrial calçadista, que leva milhares de turistas aos pavilhões de venda de calçados.

#### 4.5.1.13 Canelinha

O município de Canelinha está localizado ao norte de Florianópolis na microrregião de base cultural açoriana do vale do rio Tijucas/Costa Esmeralda, a 67 km de distância da capital catarinense.

A área territorial do município é de 151km<sup>2</sup>, onde vivia em 2006 uma população de 9.624 habitantes<sup>308</sup>, o que dá uma densidade demográfica de 63,7 hab./km<sup>2</sup>. Limita-se ao norte com Brusque, São João Batista, e Tijucas, a sul com Biguaçu, a oeste com São João Batista e a noroeste com Nova Trento. A sede do município encontra-se nas coordenadas geográficas de 27° 15' 54" de latitude sul e 48° 46' 04" de longitude oeste<sup>309</sup>.

No aspecto geográfico, situa-se no médio vale do Tijucas, com terras em sua maioria planas, cortadas pelo rio Tijucas, com solos de excelente textura para a produção de cerâmica.

A origem do nome está associada a uma árvore do bioma da mata atlântica, que por um acidente natural passou a preocupar os usuários da balsa que faziam a travessia do rio Tijucas, como está informado pela secretaria do município:

“ Nas margens do rio Tijucas na altura atual Rua João Vicente de Souza havia uma robusta árvore denominada Canelinha.

Com o passar dos anos, sentindo os efeitos da erosão provocada pelas enchentes a árvore tombou no leito do rio.

Nesta época, quase toda produção do vale do rio Tijucas era transportada através de balsas com destino ao porto de Tijucas e todos temiam a velha Canelinha debruçada sobre as águas, dificultando a passagem.

A bordo das balsas a recomendação tornou-se constante: ‘Cuidado ao passar pela Canelinha’.

Daí a denominação de Canelinha a esta terra maravilhosa, para a maioria o lugar de origem, para os imigrantes um lugar promissor e de futuro próximo”.<sup>310</sup>

Canelinha do Tijucas Grande, como era chamada, teve seu início de colonização geograficamente localizado em Ribeirão Moura no ano de 1843. O desbravador Manoel Floriano

<sup>308</sup> Estrutura da população de Santa Catarina para o ano 2006. IBGE, 2007.

<sup>309</sup> Dados gerais do município de Canelinha. Prefeitura Municipal. Secretaria da Educação. 2006.

<sup>310</sup> Dados gerais do município de Canelinha. Op. cit.



da Silva, foi o principal responsável por essa colonização que, instalando-se com uma numerosa família, iniciou o povoamento local.

Já em 1852, a colônia contava com um total de 40 famílias, que juntas somavam 212 pessoas, sendo 5 escravos. Na década seguinte, em 1861 estes colonizadores já haviam conseguido montar 7 engenhos de açúcar, 12 engenhos de farinha de mandioca, uma serraria e já contavam com 150 cabeças de gado. Até então tinham sido exportados 7000 Alqueires de farinha, açúcar, arroz, aguardente, feijão e milho.

Em meados do século XIX, Manoel Floriano da Silva, para atender a necessidade de expansão da colonização, abriu uma estrada da colônia até a foz do Moura, no rio Tijucas, construindo também um porto.

Este último dinamizou a economia local atraindo vários comerciantes e, como consequência, foram construídas hospedarias, armazéns e um empório comercial. O porto de Moura foi, nessa época, o maior pólo comercial do município de Tijucas, pois ali circulou muita mercadoria e dinheiro. Fato interessante é que após os comerciantes terem enriquecido, retornaram aos seus lugares de origem. A produção cerâmica, que hoje representa a principal atividade econômica do município, teve seu início datado em 1900.

Nos anos subseqüentes continuou a crescer, mas foi nas décadas de 60 e 70 que se verificou a maior expansão, pois aproximadamente 70% delas foram fundadas nessas duas décadas.

A comunidade foi levada à categoria de distrito, através do Decreto nº. 467, de 26 de janeiro de 1934, desmembrando do distrito Sede de Tijucas, continuando a pertencer ao município de Tijucas<sup>311</sup>.

Posteriormente foi elevado à categoria de município, desmembrando de Tijucas, através da lei nº 855, de 3 de dezembro de 1962. Foi efetivamente instalado em 23 de dezembro de 1962<sup>312</sup>.

A produção econômica do município de maior expressão, no âmbito estadual, é a indústria de materiais de construção, cerâmica, contando com 83 estabelecimentos. O que lhe confere o Título de Capital da Cerâmica do vale do rio Tijucas.

A plantação de cana-de-açúcar, fumo, mandioca e milho são as atividades agrícolas expressivas, com mais de 300 estabelecimentos. O município tem uma boa rede de escoamento da produção, pois é cortado pela rodovia SC 411, pavimentada, ligada à BR 101 e a Brusque.

---

<sup>311</sup> Relação dos municípios catarinenses. Op. cit.

<sup>312</sup> Ibidem

Canelinha além de ser conhecida por ser a Terra da Cerâmica é também muito procurada por sediar campeonatos nacionais e internacionais de motocross. A pista fica na localidade de Areião e, junto com o Morro da Pipa, onde acontecem torneios de vôo livre, o que projeta o município no Brasil inteiro, elevando a busca por um turismo esportivo.

Canelinha é uma comunidade multicultural onde vivem lado a lado descendentes luso-açorianos e italianos que fundiram valores culturais e geraram um povo de fibra e de luta, que se encontram distribuído tanto no centro urbano quanto na área rural.

#### *4.5.1.14 Tijucas*

O município de Tijucas está localizado a 50 km<sup>313</sup> ao norte de Florianópolis, na microrregião de base cultural do vale do rio Tijucas/Costa Esmeralda. É o município “porta do vale”, por onde transitou e transita o escoamento da produção/transporte regional.

A sede do município é cortada pela BR 101, onde existe uma das maiores pontes da rodovia no trecho catarinense.

A área territorial é de 278 Km<sup>2</sup>, onde vivia em 2006 uma população de 26.344 habitantes, o que dá uma densidade demográfica de 94,7 hab./ Km<sup>2</sup>.

O município limita-se ao norte com Porto Belo e Camboriú; ao sul com Governador Celso Ramos e Biguaçu, a oeste com Canelinha e a leste com Bombinhas e Oceano Atlântico.

O nome Tijucas é de Origem tupi-guarani, "Tiyuco" = lama, brejo, charco. Portanto, significativa região de lama, brejo, associado, com certeza, à área de desembocadura do rio, onde está presente este tipo de ambiente natural.

A ocupação da região do vale do rio Tijucas deu-se a partir do início do século XIX, quando foram distribuídas pelo governador da capitania diversas sesmarias na região<sup>314</sup>.

O fortalecimento dos estabelecimentos agrícolas instalados rio acima despertou a vocação comercial da comunidade da foz do rio Tijucas, que rapidamente prosperou como entreposto comercial do vale do Tijucas.

Pela lei Provincial 271, de 4 de abril de 1848, foi a comunidade de São Sebastião das Tijucas elevada à categoria de freguesia, Tal era o progresso alcançado que em 13 de junho de

<sup>313</sup> Site oficial do município de Tijucas - <http://www.tijucas.sc.gov.br/municipio.htm>.

<sup>314</sup> Dados sobre as sesmarias de Tijucas: livro de doação de sesmarias de nº1 e nº2. Governo da capitania de Santa Catarina. 1753-1823

1860 foi elevada à categoria de vila (município), incorporando o então município de Porto Belo<sup>315</sup>.

“ O povoamento do atual município iniciou no bairro da Praça pelo espanhol Sebastião Cazas, que era uma pessoa muito religiosa e possuía uma imagem de São Sebastião ( padroeiro de Tijucas) o ano de 1830.”<sup>316</sup>

Alguns dados demográficos indicam um crescimento rápido até o final do século XIX, depois a uma redução populacional em função dos constantes desmembramentos e redução de sua importância comercial com a abertura da BR 101.

“Em 1840 tinha 3.427 habitantes, este número passou a 10.101 em 1866; em 1920 a população era de 10.971, (já havia sofrido o desmembramento de Nova Trento), em 1970, após diversos desmembramentos, foi de 12.774, para atingir, em 1999, o número de 20.588.”<sup>317</sup>

Portanto, levou 134 anos para duplicar população.Os desmembramentos territoriais ocorreram a partir de 1892, como segue:

“ Nova Trento em 26/12/1892 através da lei nº36; Porto Belo – 10/01/1926; São João Batista – 21/06/1958, Lei 348; Major Gercino - 03/10/1961, Lei 756; Canelinha – Lei 855, de 03/12/1962; Leoberto Leal em 12/12/1962, Lei 856”<sup>318</sup>.

Atualmente o município apresenta-se dividido em área urbana e rural, em que se destacam como principais comunidades na zona urbana: Areias, Centro, Joaia, Pernambuco, Praça, Santa Luzia, Sul do Rio, Universitário e XV de Novembro e na zona rural temos: Campo Novo, Honórios, Itinga, Morretes, Nova Descoberta, Oliveira, Terra Nova, Timbé.

As atividades econômicas do município são diversificadas. Na agropecuária predomina o cultivo de fumo, cítricos, milho, feijão e banana, além de um rebanho considerável. Nas atividades industriais destacam-se a produção de cerâmicas branca e vermelha, sendo a principal Porto Belo, além de indústrias de pescados e mosaicos cerâmicos. O setor de comércio e prestações de serviços é bastante desenvolvido, atendendo à demanda regional.

<sup>315</sup> Relação dos municípios e distritos catarinense. Op. cit.

<sup>316</sup> Dados gerais do município de Tijucas. Prefeitura Municipal. Departamento de Cultura e Turismo de Tijucas. 2006.

<sup>317</sup> Relação dos municípios do Estado de Santa Catarina. Assembléia Legislativa. Agosto de 2007

<sup>318</sup> Relação dos municípios e distritos catarinense, sua lei de criação de distrito e município, com data de sua instalação. Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente. Departamento Estadual de Estatística.

No aspecto turístico tem-se a destacar o potencial representado pelas cachoeiras de Itin-  
ga e Campo Novo; pela arquitetura, com destaque para o Cine Teatro (1926), mansão da famí-  
lia Galotti (1898), Casarão da família Bayer e igreja Nossa Senhora dos Navegantes.

No aspecto cultural podemos destacar as tradições açorianas. Tijucas conserva as tra-  
dições dos açorianos desde o início de sua colonização. Dos portugueses resgatam a as dan-  
ças e cantigas. Dos africanos, comidas típicas, músicas e danças. Muitos usos e costumes  
atuais são heranças dos antepassados, os açorianos.

As tradições são marcas características na vida do tijucano. Para cultivar o que os an-  
tepassados deixaram por herança, pequenos grupos culturais e alguns estudiosos no assunto,  
relembrem em determinadas datas algumas tradições, como o folclore, o Pão por Deus, os  
Pasquim, o Cacumbi, etc.

A festa religiosa de maior expressão é a do Divino Espírito Santo, como esta descrita  
em documento do município:

“ Aqui em Tijucas, as manifestações populares que cercam a Festa do Divino,  
como a peregrinação das bandeirinhas, cantorias, foliões e Império do Divino, são  
muito fortes, ricas de expressão religiosa, que para os cépticos nada mais é do que  
folclore.

A historia registra que a primeira festa do Divino Espírito Santo em Tijucas foi  
realizada em junho de 1.890, na antiga matriz de São Sebastião no tradicional  
Bairro da Praça.

Essa tradição foi trazida pelo padre Manoel Miranda da Cruz, vindo de Portugal.

A festa do divino é considera a maior comemoração religiosa do Vale do Rio Ti-  
jucas. Esta celebração envolve toda a comunidade.

Padre Davi Coelho é grande incentivador da fé e da religiosidade, presente na fes-  
ta e ao mesmo revitalizando toda a parte folclórica e social dos rituais pertencen-  
tes a festa , como a peregrinação das bandeiras do divino, as novenas nas casas  
dos fieis e os donativos angariados e distribuídos entre necessitados.

A festa a cada ano vem aumentando devido ao numero de participantes e nos  
mostra, as bandeiras ricas, bordadas em veludo vermelho, as lembrancinhas da  
festa, as rosetas, biscoitos feitos especialmente para o fim de semana da festa.  
Descreve cada detalhe, dos preparativos a decoração do Imperador no Domingos  
de Pentecostes”.<sup>319</sup>

Outras festas acontecem no calendário religioso do município. Também devemos desta-  
car a preocupação com o resgate das raízes açoriana pelo poder público local. Isto fica de-  
monstrado na preocupação com o patrimônio arquitetônico histórico, como percebemos no  
site da secretaria de cultura do município<sup>320</sup>.

<sup>319</sup> FUNCULTRATI: Fundação Cultural tradição de Tijucas. 2007.

<sup>320</sup> Site da secretaria do municipio. <http://www.tijucas.sc.gov.br/cultura/> Pesquisa realizada em 2 de 11 de 2007.

#### 4.5.1.15 Governador Celso Ramos

O Município de Governador Celso Ramos está localizado a 50 km, ao norte de Florianópolis, em frente à ilha de Santa Catarina, na microrregião de base cultural açoriana do vale do rio Tijucas/Costa Esmeralda.

O território do município tem na sua totalidade 93 km<sup>2</sup><sup>321</sup>, onde vive uma população de 11.606 habitantes<sup>322</sup>. Na alta temporada a população da cidade ultrapassa aos 50 mil habitantes<sup>323</sup>.

O município tem como limites, ao norte a cidade de Tijucas e o oceano Atlântico, a oeste com Biguaçu, a leste e ao sul o oceano Atlântico.

O ano 1742 marca o início da história deste município, com a construção da armação baleeira da Piedade, que deu o nome à comunidade.

“Inicia-se então um processo de transformação do espaço natural de Piedade que, a partir de 1742 esteve macacado pela edificação de diversos estabelecimentos. Uma casa grande destinada ao administrador da armação, medindo 118 palmos de gente por 110 de fundos. (...); Uma Capela denominada Nossa Senhora da Piedade, com 39 palmos de frente por 90 de fundos; Uma fábrica onde funcionaria o engenho de frigar baleias<sup>324</sup> (...). além destas edificações (...) instalaram uma grande produção em território cedido pela coroa, que tinha a extensão de uma légua em sesmária, para agricultura e subsistência ”<sup>325</sup>.

“Ganchos”, como é denominado a região, foi elevada à condição de distrito, pela Lei Municipal nº. 98 da Câmara de Biguaçu, datada de 30 de março de 1914; sendo instalado em 22 de abril de 1914. Foi suprimido pela Lei Municipal nº. 114, de 4 de janeiro de 1917 e restaurado pela Lei Municipal nº. 01/09, de 28 de outubro de 1918.

Como distrito permaneceu até 6 de novembro de 1963, quando, através da Lei nº. 929, foi transformado em município de Ganchos, efetivamente instalado em 20 de dezembro de 1963. Por ingerências políticas teve o município seu nome mudado para Governador Celso

<sup>321</sup> IBGE. Cidades. Op. cit. Setembro de 2007.

<sup>322</sup> Ibidem.

<sup>323</sup> Dados gerais do município de Governador Celso Ramos. Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos. 2007.

<sup>324</sup> Foi à primeira instalação pra fritar a carne/gordura da baleias para transformá-la em óleo de Santa Catarina. Este empreendimento foi feito por portugueses continentais, sendo a primeira armação baleeira no sul do Brasil. Com certeza, no entorno desta instalação se fixaram outros moradores, inclusive muitos açorianos chegados a partir de 1748.

<sup>325</sup> SILVIA, Célia Maria. Ganchos/SC, ascensão e decadência da pequena produção pesqueira. Editora da USFC. 1992, p. 34 a 36.

Ramos, através da Lei nº. 1.065, de 12 de maio de 1967<sup>326</sup>, em homenagem ao governador do Estado de Santa Catarina.

Cabe ressaltar o orgulho que os moradores têm, em serem chamados de “gancheiros”, pois os primeiros núcleos populacionais da costa norte do município são “Gancho de Fora”, do “Meio” e de “Dentro”, e não mudaram o nome, até os dias de hoje.

Atualmente, o município desponta como um grande produtor pesqueiro, com diversas parselhas e indústrias de pescados. Destacam-se como empresas da área de pesca: Pescados Chicos, Rocha - indústria e Comércio de Pescados, Friomar, Gancheira. A agricultura ainda é presente no município, mas com pouca expressão econômica.

O turismo hoje é a grande mola propulsora da economia local, face às belezas naturais de seu meio ambiente, onde se destacam 23 praias, algumas urbanizadas, com toda a infraestrutura necessária e outras desertas.

As praias que compõem este quadro de belezas naturais podem ser assim divididas em urbanizadas e desertas. As praias urbanizadas são:

“A **Praia de Palmas** com 2500m de extensão, coberta de areias finas e brancas e um mar calmo, ora encapelado, proporcionando aos olhos um encanto raro. Nesta praia sendo implantado o empreendimento Palmas do Arvoredo, sendo que existe por parte dos administradores uma preocupação constante em relação ao meio ambiente e como deve ser corretamente construído, pois é um espaço onde serão asentadas 12 mil pessoas. Possui uma infra-estrutura correta, procurando resgatar a cultura açoriana de traços arquitetônicos na sua construção.

A **Praia Grande na Fazenda da Armação** merece também um destaque especial por sua atração aos jovens amadores do surfe.

**Calheiro** é também uma praia de boa opção, especialmente aos moradores da redondeza, pelo fácil acesso. Mar calmo, águas tranqüilas e uma encantadora paisagem natural.

**Fazenda da Armação** tem uma das mais belas paisagens naturais do nosso litoral. E ainda temos Costeira da Armação, das Cordas, do Antenor, da Caieira, do Tinguá, do Calheiros, Canto dos Ganchos, Ganchos do meio e Ganchos de Fora”<sup>327</sup>.

Praias que ainda conservam a sua beleza nativa, não havendo empreendimentos turísticos, parcialmente desabitados, freqüentados por nativos e aventureiros com locais que ainda não foram explorados turisticamente. Ainda é difícil o acesso às mesmas, são elas: praia do Simão, praia de Fora, Baleote, Ilhéus, Sissal, Bananeiras, Figueira, Antônio Corrêa, Zé André, dos Magalhães, do Porto, do Sinal e Chico Serafim<sup>328</sup>.

<sup>326</sup> Relação dos municípios e distritos catarinense, sua de criação de distrito e município, com a data de sua instalação. Departamento estadual de Geografia e Cartografia. Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente – SC, p.15.

<sup>327</sup> Dados gerais do município de Governador Celso Ramos. Op. cit.

<sup>328</sup> Ibidem.

Além das praias o município possui duas baías de real valor turístico. A antiga Ponta da Armação foi rebatizada como Baía dos Golfinhos. Ali é o hábitat de uma colônia de golfinhos composta por aproximadamente 80 espécimes diferentes. É uma atração turística, deste pedaço de mar e favorece principalmente o estudo biologia marinha da região. A Baía de Palmas - localizada na praia de Palmas, possui uma infra-estrutura turística de hospedagem que compreende 7 hotéis e 1 camping com capacidade para 800 pessoas.

A cultura popular em Governador Celso Ramos tem o tempero da cultura de base açoriana e perpassa pelas atividades artesanais onde se destacam as criveiras. O folclore tem ênfase no Boi-de-mamão, farra do boi, terno de reis, cantorias do divino e ratoeira; na literatura popular do Pão-por-Deus; e na excelente gastronomia tradicional.

A comunidade apresenta como calendário de eventos turístico-culturais o que segue:

<b>Evento</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Triatlon	Janeiro	Palmas
Mar E Festas	Janeiro/Fevereiro	Sede Município
Ternos de Reis/Boi-de-mamão	Dezembro/Janeiro	Município
Nossa Senhora dos Navegantes	Fevereiro	Ganchos do Meio
Festa Espírito Santo	Julho/agosto	Sede município

**Tabela 13** - Calendário de eventos de Governador Celso Ramos<sup>329</sup>

#### 4.5.1.16 Biguaçu

Biguaçu possui uma área territorial de 325Km<sup>2</sup><sup>330</sup>, localiza-se na microrregião de cultura de base açoriana da ilha de Santa Catarina - continente frontal, tendo como limites municipais: ao norte Canelinha e Tijucas; ao sul Antônio Carlos e São João Batista e a leste Governador Celso Ramos e as águas da baía da ilha de Santa Catarina (Oceano Atlântico)<sup>331</sup>.

A sede do município está localizada nas coordenadas geográficas de 27° 29'38" de latitude sul e 48° 39'18" de longitude oeste de Greenwich numa altitude média de 2,76m ao nível do mar; embora no território do município existem diversos morros com mais de 100 metros de altura. No tocante ao relevo e flora é importante destacar "(...)Seu relevo apresenta

<sup>329</sup> Dados gerais de Governador Celso Ramos. Op, cit.

<sup>330</sup> IBGE. Cidades. Op.cit.

<sup>331</sup> Santa Catarina, Leis e Decretos. Lei Estadual nº. 1.261, de 17 de dezembro de 1998.

áreas planas e onduladas, cortado por rios e cachoeiras, vales e montanhas-serras de embasamento cristalino, cujo solo possui fertilidade variável”<sup>332</sup>.

Como o município de Biguaçu, até 17 de novembro de 1910, era chamado de São Miguel da terra Firme, é importante se conhecer a origem, tanto o primeiro como o segundo nome. Quanto à origem do nome São Miguel da Terra Firme, buscando a historiografia catariense, nada foi encontrado oficialmente a respeito da origem do nome “*São Miguel da Terra firme*”. No entanto, a tradição oral possui duas versões a respeito: a primeira ter sido escolhida em homenagem à ilha de São Miguel do Arquipélago dos Açores, versão a nosso ver equivocada, pois o nome é anterior à chegada dos açorianos nessas terras, fato mencionado em documento quando houve a solicitação para a construção da igreja. A segunda e a mais provável é atribuída à importância da religiosidade e devoção à imagem do Arcanjo São Miguel, que foi escolhido como padroeiro. Na época era hábito acrescentar da “terra firme” quando se tratava de terra continental, em frente à ilha de Santa Catarina.

Quanto à origem do nome Biguaçu (Biguassu) a historiografia aponta três hipóteses: a primeira delas é a versão popular passada de geração a geração, bastante difundida e aceita pela população, entre muitos pesquisadores, historiadores e investigadores, que o nome deriva do nome Biguá-Assu, que em tupi significa pássaro grande. Biguá significa ave que habita as margens do rio e assu grande. Essa versão popular investigada está publicada em vários artigos sobre o município e também serviu de suporte para a realização do seu brasão. A segunda interpretação do nome foi levantada pelo pesquisador e botânico Raulino Reitz<sup>333</sup>, que estudou com seriedade a questão, sugerindo aos biguaçuenses uma segunda versão:

*“... devemos buscar a origem do nome Biguaçu na arvoreta denominada biguaçu ou baguaçu, da família das mirtáceas, cientificamente denominada Eugênia umbelliflora berg, muito comum na navegação litorânea da foz do rio Biguaçu”*<sup>334</sup>.

A terceira versão, publicada recentemente por um jornalista da comunidade, menciona que a origem do nome vem da palavra “Guam Bygoassu” que significa na linguagem indígena “cerca grande” ou “grande cerca de paus”<sup>335</sup>.

<sup>332</sup> in: Aspectos Físicos e geográficos, do PIDSE, 1990, p. 08.

<sup>333</sup> REITZ, Raulino. Alto Biguaçu-Narrativa cultural tetrarracional. Lunardelli/UFSC, 1988.

<sup>334</sup> in: Iaponan Soares, História do município de Biguaçu, p.50 e 51.

<sup>335</sup> Biguaçu 251 anos de História – Notas para a sua História 1748-1999 – Separata do Jornal Biguaçu em Foco, p.30. 1999.



O município está localizado entre as serras do leste catarinense (vertentes do Atlântico) e o mar (baía Norte da ilha de Santa Catarina). Mata Atlântica com suas espécies preservadas e com mananciais ainda inexplorados

Salientamos que manguezais, às margens do rio Biguaçu e seio leito, estão sendo ocupados de forma irreparável, destruindo o hábitat natural de muitas espécies que compõem esse universo. Essa ocupação urbana desordenada é fruto da falta de planejamento do uso do solo, da migração rural e do expurgo dos centros maiores do seu entorno. Esse crescimento é responsável por um cinturão de ocupação na área marinha e nas encostas, formando um corredor prejudicial ao desenvolvimento e à expansão com qualidade na área central do município.

O território municipal é cortado pelo rio Biguaçu, que nasce na serra do Pai João, município de Antônio Carlos e sua extensão é de 46.800 metros, sendo o maior do município.

Face à extensão territorial de 303Km<sup>2</sup>, apresenta inúmeras comunidades rurais, destacando-se: Três Riachos – 21Km da sede; Santa Catarina – 17Km; Tijuquinhas – 9Km; Alto Biguaçu – 18; Estiva – 12Km e São Miguel – 7Km.

Biguaçu possui a sua fundação na antiga vila de “São Miguel da terra firme”, com a chegada dos primeiros povoadores oriundos do arquipélago dos Açores, em 1748<sup>336</sup>. O sítio já preestabelecido recebe as famílias destinadas pelo governador da capitania de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, que inicia o processo de assentamento das famílias, parte do plano estratégico militar para garantir a posse definitiva do território ao governo português, juntamente com a criação de outros sítios ao longo do litoral catarinense.

Lugar de fácil acesso e abrigo constante das embarcações. Possui uma “retaguarda protegida por morros e peraus, vantajosa cachoeira, água de excelente qualidade, espaçosa praia com porto de fácil acesso, além de estar defronte à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim”<sup>337</sup>.

Por seus predicados, o lugar sediou o núcleo. Foi ponto de parada para os navios estrangeiros que rumavam para o rio da Prata. Ali esses navegadores, exploradores e conquistadores abasteciam suas embarcações de água potável, dos frutos fornecidos pela mata pródiga e de madeira, que também servia para eventuais reparos. Contudo, a rotina para desenvolvimento em torno da adaptação dos casais povoadores e também nos preparativos para a inauguração de igreja eram permanentes. Nesse continuar das atividades, a igreja de pau-a-pique barreada a mão foi inaugurada em 23 de janeiro de 1751, sob a invocação e proteção do

<sup>336</sup> PIAZZA, Walter F. São Miguel e o seu patrimônio. IOESC, SC, 1970.

<sup>337</sup> PIAZZA, Walter F. São Miguel e o seu patrimônio. Op. cit.

Arcanjo São Miguel. Em 08 de fevereiro de 1752, o poder português Domingos Pereira Machado chega ao lugar para assumir os trabalhos<sup>338</sup>.

Na busca de mais terras, os colonos avançavam para o interior da mata, buscando novas paragens. Localizaram-se às margens do rio Serraria, Barra de Biguaçu, Amâncio, Alto Biguaçu, Palmas, Ganchos, Tijuquinhas, Caieira, Armação da Piedade, Sorocaba, Três Riachos e Estiva do Inferninho. Com a expansão territorial e já fixada, os açorianos desenvolveram a agricultura, engenhos de farinha, açúcar, café, arroz, cervejaria, a pesca no litoral, e participaram, junto com os negros, da caça à baleia, instituída na localidade de Armação da Piedade, segundo a historiadora Myrian Ellis, em 1741, quando foi firmado o assento por oito anos com Tomé Gomes Moreira, o primeiro contratador da pesca em Santa Catarina.

São Miguel tornou-se freguesia em 1752, e em 1º de março de 1833, em sessão do Conselho Administrativo do Termo da cidade do Desterro, transformou-se de freguesia em vila (município). Mas somente em 17 de maio do mesmo ano é que foi realizada a sua instalação, na presença do presidente da Câmara Municipal da cidade do Desterro, Marcos Antônio da Silva Mafra. A vila de São Miguel foi marco de referência na cidade de Desterro<sup>339</sup>.

No século XVIII abrigou a sede da capitania de Santa Catarina, quando da invasão espanhola (1777/1778). No século XIX, através da comercialização de seus produtos agrícolas e de engenho, extração da madeira, comércio de peixe seco e aguardente, transportados pelo mar em baleeiras até Desterro e outras vilas e freguesias litorâneas, se torna um importante referencial econômico do litoral catarinense, ao lado de Desterro, São Francisco, São José e Laguna<sup>340</sup>.

No campo social-religioso, as festas de padroeiros e do Divino Espírito Santo arrebanhavam gente de todos os lugares da redondeza, São José, Santo Amaro, Desterro, Porto Belo, (antiga colônia Nova Ericeira), Zimbros e Tijucas. Marco dessa prosperidade pode ser preenchido na atualidade, através de heranças existentes como as festas religiosas e manifestações populares, alguns engenhos, casas e igrejas e o conjunto arquitetônico de São Miguel<sup>341</sup>.

A vila declinou progressivamente após o estabelecimento de famílias fixadas nas cabeceiras do rio Biguaçu, desenvolvendo ali um forte comércio agrícola e extração de madeira, realizada com a comunidade de Alto Biguaçu e todo o seu interior. Esse desenvolvimento

<sup>338</sup> SOARES, Iaponan. Op.cit.

<sup>339</sup> Leis Provinciais de Santa Catarina, in: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>340</sup> COUTINHO, Ana Lúcia (org.). São Miguel da "Terra Firme": 250 anos – 1747-1997. Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu. Edeme Ind. Gráfica e Comunicação S/A, 1997.

<sup>341</sup> PASQUIER, Carlos George Du. Notas folclóricas sobre o município de Biguaçu. Comissão Catarinense do Folclore. 1958.

levou João Nicolau Born, liderança local, a lutar pela transferência da sede da vila de São Miguel para a Barra do rio Biguaçu. Nessa luta de poder entre liberais e conservadores, João Nicolau Born atinge o seu objetivo, definitivamente, em 1894.

A ocupação do vasto município de Biguaçu foi feito de forma progressiva, com a doação de muitas sesmarias ao longo do século XVIII e XIX.

Foram doadas ao todo 40 sesmarias (lotes de terra), totalizando 39.037 braços de terra<sup>342</sup>, que correspondia à frente da propriedade para os acidentes geográficos listados – rios ou mar. Têm-se informações de doação de terras nas comunidades de Biguaçu, Inferninho, Tijucas Pequena, São Miguel e Tijuquinhas<sup>343</sup>. As principais sesmarias doadas foram:

<b>Nome do Proprietário</b>	<b>Data</b>	<b>Nº. de braças metros</b>	<b>Local</b>
João Bernardo Galvão	18/09/1753	1500 (2400 m)	Biguaçu
João Pereira Alle	02/07/1774	200 (320 m)	São Miguel
Agostinho Fernandes de Carvalho	02/07/1774	200 (320 m)	São Miguel
Antônio José Dias	23/11/1787	275 (440m)	Inferninho
Antônio Silveira Duarte	07/02/1791	1500 (2400m)	Rio Biguaçu
Anna Zuzarte Ozoria de Freitas	05/06/1791	3000 (4800m)	Rio Biguaçu
Manoel Antônio Mancebo	17/01/1792	1500 (2400m)	Rio Inferninho
Trajano José Lisboa	17/01/1792	750 (1100m)	Rio Biguaçu
João Zuzarte Pinto	05/06/1792	1500(2400m)	Rio Biguaçu
Vicente Pinto	28/08/1792	2000(3200m)	Rio Biguaçu
Padre Antônio José Martins	15/04/1791	3000(4800m)	Rio Inferninho
José Coelho Machado	01/07/1794	1500(2400m)	Tijucas Pequena
Francisco da Silva Mafra	06/05/1799	1500(2400m)	Rio Inferninho
José Luiz de Livramento	12/11/1800	750(1100m)	Rio Biguaçu
Miguel Francisco Silva	21/07/1808	3000(4800m)	São Miguel
José Manoel da Cunha	31/01/1811	7500(11100m)	Rio Biguaçu
José Antunes da Cunha	31/01/1811	3000(4800m)	Rio Biguaçu

**Tabela 14** - Sesmarias Doadas de 1753 a 1823, Biguaçu

O município de Biguaçu surgiu gradativamente a partir do século XVIII. Inicialmente tendo, como podemos observar através de estudos, como eixo a vila de São Miguel, posteriormente a foz do rio Biguaçu.

Alguns fatores importantes contribuíram para o seu desenvolvimento, um deles foi à evolução do comércio litorâneo dos municípios catarinenses na área de exportação e o segundo a atuação dos imigrantes desenvolvendo as cidades.

<sup>342</sup> Braça de terra equivale a 62.459 metros, ou seja, 52,45Km.

<sup>343</sup> Doação de sesmarias. Governo da capitania de Santa Catarina. Livros nº. 1 e 2, de 2/7/1753 a 5/12/1823.

Com uma população de 58.435 habitantes<sup>344</sup>, a cidade possui seu charme e mostra ao visitante a sua maior herança: remanescentes de sua cultura e a paisagem.

Formada por descendentes de açorianos e madeirenses – século XVIII -, se espalharam pelo litoral e por todo o seu interior, desenvolveram a agricultura, a pesca e o comércio. Os negros escravos e alguns libertos – século XVIII e XIX, trabalharam nos sítios dos portugueses-açorianos, participaram nos sítios dos portugueses-açorianos, participaram do intenso trabalho realizado na armação de baleias, denominada

“armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade”. Esses negros vieram do Rio de Janeiro, Congo, Benguela, Mina e Angola<sup>345</sup>.

Os alemães – século XIX – oriundos da colônia de São Pedro de Alcântara, primeira colônia alemã instalada no Estado de Santa Catarina, eram agricultores que se embrenharam na mata, desceram pelo rio Biguaçu e se localizaram nas regiões de Alto Biguaçu, Rachadel, Santa Maria e Três Riachos. Eram naturais de Bremen, Alemanha<sup>346</sup>.

Os italianos estabeleceram-se em Sorocaba, São Miguel e Cachoeiras. Os sírio-libaneses estabelecidos em Alto Biguaçu e na Sede, no início do século XX, trabalharam com comércio.

As primeiras famílias holandesas chegaram em 1950, e as demais em 1959, que inicialmente vieram da colônia Holandesa I, de São Paulo, e foram para comunidade de Tijuquinhas, antiga colônia denominada Núcleo Colonial Aderbal Ramos da Silva, criado pela Lei nº. 122, de 20 de setembro de 1948, “(...) destinada à localização de colonos nacionais e imigrantes holandeses, especializados na produção de laticínios e horticultura”.<sup>347</sup>

É importante observar que, na mistura de raças, predominaram no município os valores da cultura açoriana por ser a maior delas, e resquícios da negra. As demais etnias incorporaram muitos dos valores culturais, restando apenas o cultuar de sua língua, alguns hábitos alimentares, rezas e a organização agrícola.

Nessa composição de raças, Biguaçu teve apenas organizadamente duas correntes migratórias específicas para o seu território, o açoriano-madeirense, no séc. XVIII e os holandeses, na metade do século XX. Os alemães e italianos são provenientes de outras colônias instaladas em Santa Catarina e os sírio-libaneses chegaram por vontade própria.

O rio Biguaçu da origem e sustentação a vila com o mesmo. Vários fatores importantes contribuíram para o seu desenvolvimento: um deles foi a evolução do comércio litorâneo dos

<sup>344</sup> IBGE. Cidades. População estimada 2006 em 01.07.2006. 2007

<sup>345</sup> Fonte: Laboratório Demográfico da Universidade Federal de Santa Catarina. 2007

<sup>346</sup> REITZ, Raulino. Op. cit

<sup>347</sup> Leis Provinciais de Santa Catarina, in: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

municípios catarinenses na área de exportação e o segundo a atuação dos imigrantes desenvolvendo as cidades.

A estrutura econômica da antiga vila de São Miguel “da terra firme” estava centrada na pesca, principalmente na comercialização de pescados e peixe seco. A caça à baleia está inserida nesse processo, porém a atividade não trazia lucro para a região. Outra atividade importante era a agricultura, onde predominava o plantio da cana-de-açúcar, mandioca, milho e café. A farinha de mandioca era comercializada desde o rio da Prata até o nordeste brasileiro por ser um produto de excelente qualidade, característica que mantém até os dias atuais, só que em escala menor e mais a nível interno. Além dessas atividades a extração da madeira e sua conseqüente comercialização figuravam também como importantes.

O progresso chega em Biguaçu no início do século XX. Em 1910 foi concluída a rodovia para Tijucas, permitindo um maior intercâmbio entre as cidades; nesse mesmo ano é concluída a ponte férrea Gustavo Richard, sobre o rio Biguaçu. Em 1926 a área central da cidade recebe a energia elétrica. Na década de 20 e 30 o município possuía 10 serrarias, 321 engenhos de farinha, 336 de açúcar e 10 beneficentes de café e arroz, que trabalhavam a todo vapor.

No início dos anos 40 o município passa a sofrer drasticamente com as restrições impostas pela Lei Federal, que fecha pequenos postos de comercialização, engenhos e proíbe a produção local de café. Na década de 50, com o desenvolvimento dos municípios maiores, pequenas empresas foram desaparecendo.

Nos anos 80/90 novas indústrias instalam-se no município, principalmente na área de plástico: PLASC – Plásticos Santa Catarina Ltda. (1990), a TERMOPLAK (1996) – Indústria de Copos Plásticos Ltda., e a LUPLAST (1993) – Indústria de Plástico Ltda. Temos ainda o desenvolvimento de outros setores: Marmorarias, CEQUIPEL – Indústria de móveis Escolares Ltda. No setor da construção civil encontram-se microempresas. Nesta década, o setor primário perde força, vindo a ter uma maior concentração de investimentos no setor da indústria e do comércio<sup>348</sup>.

Biguaçu como município faz parte do aglomerado urbano da Grande Florianópolis, concentra diversos bolsões de pobreza ao lado de uma sociedade melhor estabilizada socialmente.

O desenvolvimento turístico do município está centrado no seu patrimônio arquitetônico-cultural e natural-paisagístico.

---

<sup>348</sup> COUTINHO, Carlos Alberto. Estudo socioeconômico do município de Biguaçu 1970 -1990. Monografia do Curso de Economia da UNIVALI, 1992.

No tocante ao Patrimônio arquitetônico podemos destacar a antiga Vila de São Miguel “da terra firme” que deixou um legado arquitetônico significativo, para o estudo do mundo colonial e imperial, no sul do Brasil.

Está situado às margens da BR 101, distante da capital catarinense a 23 km<sup>349</sup>. É banhado pela baía Norte, tendo a sua frente às ilhas de Anhatomirim e Santa Catarina. Tem como seu padroeiro, o “Arcanjo São Miguel”<sup>350</sup>.

É testemunho rico e bem sucedido de uma época importante da história de Santa Catarina. O conjunto possui a antiga matriz do Arcanjo São Miguel, inaugurada em 1751, como descreve o guia de bens tombados de Santa Catarina:

“(...) construção de grande porte e, em termos de volumetria, incomum para os padrões catarinenses, com sacristia lateral, frontão reto, de acordo com a tipologia colonial desenvolvida no sul do País (...)”<sup>351</sup>.

O cemitério, fonte de escravos, carioca (1738), as cacimbas, a cachoeira com suas oficinas líticas, presença do homem pré-histórico, aqueduto de influencia romana construído em “alvenaria” de pedra e argamassa, com seis vãos em arco pleno, que servia como captador de água da cachoeira e tocava um grande engenho com roda d’ água, aparecendo sua construção em madeira. O sobrado construído por Ramalho Pereira, hoje Casa dos Açores – Museu Etnográfico -, está situado numa chácara com área de 154.704m<sup>2</sup> e contém muitas espécies botânicas da Mata Atlântica, todas catalogadas e algumas raras<sup>352</sup>.

Este patrimônio foi tombado a 14 de novembro de 1969, através do Processo nº 810-T-68, pelo serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>353</sup>, e que não foi totalmente destruído graças à posição do prefeito Jorge Fernandes de Alcântara que, juntamente com outras autoridades do município, tomaram a iniciativa de propor uma Lei declarando de utilidade pública, sancionada em 15/10/68. Esta Lei, de nº 12, autorizava:

“...poder público municipal a adquiri-lo por doação, compra ou desapropriação e destiná-lo à implantação de um Museu de Técnicas de Artes Populares, com função de preservar os vestígios da colonização açoriana em Santa Catarina”<sup>354</sup>.

<sup>349</sup> Prefeitura Municipal de Biguaçu.2007

<sup>350</sup> PIAZZA, Walter F. Op. cit.

<sup>351</sup> SOUZA, Alcídio Mafra de. Guias dos Bens Tombados de Santa Catarina. 1993

<sup>352</sup> VIEIRA, F. Dalmo, Notas para estudo da arquitetura religiosa tradicional brasileira. 1983

<sup>353</sup> Fonte: Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>354</sup> SOUZA, Op. cit.

Em 1979, após obras de restauro, foi inaugurado pelo governador Antonio Carlos Konder Reis a Casa dos Açores – Museu Etnográfico. Na atualidade possui uma biblioteca especializada sobre os Açores, trajes folclóricos, artesanato de referência cultural e acervo da história do município. Está sob a responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura do Estado, com parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>355</sup>.

O município não conseguiu segurar a fúria da expansão imobiliária, tendo seu patrimônio aos pouco tomado pela demanda habitacional que destruiu parte de seu acervo arquitetônico. As unidades no entorno da Praça Nereu Ramos (centro da cidade de Biguaçu) desapareceram uma a uma. Apenas resiste ao tempo o sobrado da família Born, construído em 1891, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 348/83 e tombado pelo governo do Estado/Fundação Catarinense de cultura em 1998.

O turismo é uma vertente econômica muito rica no município. O turismo rural tem um potencial muito grande. Quem percorre as estradas de chão batido do nosso interior pode verificar a vocação do município na área do turismo rural e ecológico, onde podemos presenciar os chiados de carro de boi, charretes e carroças que servem, ainda, como meio de transporte. Algumas unidades de engenhos de açúcar e de farinha e uma bela paisagem envolvendo cachoeiras e rios que cortam esse interior, além da beleza singela da igreja de três Riachos e Santa Catarina. Essa é uma agradável surpresa para quem valoriza, preserva e busca diariamente o contato com a história e a natureza. As estradas de chão batido levam às cachoeiras do Amâncio, a mais apreciada de todas, ao Caldeirão, na região de Cachoeiras, a 3,5km da BR 101, ao Salto, com seus 30 metros na localidade de Sorocaba de Dentro.

O município possui também potencialidade para a prática de esportes náuticos como vela e canoagem, na baía de São Miguel e rio Biguaçu. A pesca, através da instalação de pesque-pague, está sendo difundida nos arredores. Todo o interior do município apresenta potencial para a prática de trilhas ecológicas. Desperta-se nesse final do século a vontade de investir e desenvolver o turismo rural como alternativa de renda.

Biguaçu possui remanescentes da sua cultura de base açoriana e influência negra cultuada pelos seus habitantes: a festa do Divino Espírito Santo em São Miguel, em determinados aspectos, continua fiel às suas tradições. As festas de Navegantes e dos padroeiros são mantidas nas comunicações, bem como o terno de reis, terno de anunciação de Natal, terno de São Sebastião, festas juninas, boi-de-mamão, pau-de-fita, pão-por-Deus, procissões, novenas,

---

<sup>355</sup> Ibidem.

Corpus Christi e a arte de tramar o crivo, de fazer as redes, a cestaria, os licores, doces caseiros e os produtos do engenho, a arte de construir embarcações e redes de pescar.

Na literatura popular, as histórias de bruxas ainda hoje são repassadas pelas famílias, possuindo um respeito considerável.

Existe hoje uma preocupação em preservar estas riquezas; as escolas vêm trabalhando a cultura, o folclore e o artesanato de referência cultural, procurando estimular o fortalecimento de sua identidade cultural.

#### *4.5.1.17 São José*

O município de São José, fundado por açorianos em 26/10/1750, está localizado na microrregião de base cultural açoriana, nas coordenadas geográficas 27° 36' 52" de latitude sul e 48° 38' 19" de longitude oeste, e possui uma área geográfica de 116Km<sup>2</sup> e população, em 1996, de 201.103 habitantes<sup>356</sup>.

Tem como limites a leste as águas da baía Sul da ilha de Santa Catarina, a oeste São Pedro de Alcântara e Antonio Carlos, ao norte Biguaçu e Florianópolis, e ao sul Palhoça. É um dos grandes pólos de desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

A pequena extensão territorial e o elevado número de habitantes permanentes torna o município de São José o de maior densidade demográfica de Santa Catarina, com 1.733hab./Km<sup>2</sup>. O Estado de Santa Catarina tem a média de 50 hab./Km<sup>2</sup>.

O desenvolvimento do município nos últimos anos foi bastante significativo, ajudado pela existência de grandes áreas de terras pouco valorizadas, que puderam ser urbanizadas e adquiridas pela população de menos renda, face ao seu reduzido valor se comparado com Florianópolis, bem como pela política de incentivos fiscais adotadas pela administração municipal.

São José é um dos seis municípios mais antigos de Santa Catarina, com uma história que inicia em 1750, quando foi criada a freguesia de São José da Terra Firme.

No dia 26 de outubro de 1750, por Alvará Régio do Rei de Portugal, foi criada a freguesia e por Provisão Régia, da mesma data, a paróquia de São José da Terra Firme, subordinada, respectivamente, à villa de Nossa Senhora do Desterro e ao bispo do Rio de Janeiro.

O crescimento econômico e demográfico apresentado pela freguesia de São José foi constante. Nos anos seguintes São José foi adensado populacionalmente e aumenta seu poder

---

<sup>356</sup> IBGE. Cidades, Op.cit.



econômico, justificando a elevação à categoria de município, na época chamado de vila, em 1º de março de 1833. Foi um momento de grande prestígio para São José. Além das terras enormes que já possuía, passaram a fazer parte do município às terras da freguesia de Enseada de Brito, mais extensas que as da freguesia de São José.

Neste período, de 1833 a 1894, São José se tornou a mais importante vila de Santa Catarina, congregando as principais atividades culturais da província catarinense.

Mas a República foi mortal para o progresso josefenses e iniciou-se um período de estagnação e mesmo de retrocesso. Os principais líderes josefenses, adeptos da Monarquia, foram relegados a segundo plano pelos donos do poder.

Palhoça foi elevada à categoria de município em 24/4/1894, engolindo, além da freguesia de Palhoça, as de Santo Amaro do Cubatão, Águas Mornas, Enseada de Brito e Garopaba.

Em 1944 sofreu novo golpe, perdendo a rica região do distrito de João Pessoa - parte continental do atual município de Florianópolis, onde se localizava a principal área comercial do município de São José e os abatedouros de gado da região. Ganhou como compensação as distantes terras do distrito de Bom Retiro.

A década de 60 representou mais um golpe territorial e administrativo para a municipalidade josefense. Os distritos de Angelina e Garcia são desmembrados de São José em 7/12/1961 para formar o município de Angelina.

No entanto, também na década de 60, tem início o processo de mudança de uso do solo josefense, com a conseqüente urbanização e retomada do desenvolvimento econômico.

A evolução econômica de São José foi semelhante aos demais municípios catarinense, de base agrícola até meados do século XX, basicamente concentrado na economia de subsistência.

No século XIX São José era um poderoso município, competindo com Desterro pela liderança de Santa Catarina. Mergulhou no marasmo a partir da emancipação do município de Palhoça, em 1894, perdendo progressivamente sua área territorial e influência econômica.

Ressurge a partir da década de 1970, como pólo receptivo de migrantes e progressivamente monta seu parque industrial.

O crescimento sociodemográfico e econômico atraiu gente de toda parte e origem cultural, inicialmente morando em São José e trabalhando em Florianópolis.

Portanto, em 1990 as atividades secundárias e terciárias empregavam 24.148 indivíduos.

Hoje um volume muito grande de pessoas trabalha no próprio município, que se transformou num grande pólo industrial, comercial e de prestação de serviços. Numa verdadeira

explosão de crescimento em seu território, encontravam-se instaladas legalmente, em 1998, 2.020 indústrias, 3.500 casas comerciais, 1770 empresas prestadoras de serviços, gerando cerca de 50.000 empregos<sup>357</sup>.

O potencial turístico do município é bastante significativo. No tocante ao poder natural-paisagístico é bastante limitado, face à pequena extensão territorial e forte urbanização. Envolvem o morro da Pedra Branca, as praias da Ponta de Baixo, Serraria e Barreiros, bonitas, mas comprometidas pela poluição.

No entanto, seu potencial histórico-arquitetônico é de fazer inveja.

Possui um centro histórico-arquitetônico que agrupa num reduzido espaço uma amostra da arquitetura luso-brasileira, com exemplares de construções dos séculos XVIII, XIX e XX, tanto civil como religiosas.

Ainda completa este conjunto histórico a casa e escola de oleiros, onde funciona a única escola de oleiros do Brasil, que mostra a origem açoriana da arte do barro.

Em termos educacionais o município de São José é um dos mais bem estruturados de Santa Catarina.

#### *4.5.1.18 Florianópolis (Nossa Senhora do Desterro)*

A cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina e sede do município do mesmo nome, possui uma área geográfica de 433 Km<sup>2</sup> e de acordo com estimativa do IBGE, para 1 de julho de 2006 uma população de 406.564 habitantes. A densidade demográfica do município de Florianópolis é de 938.9 habitantes por quilometro quadrado<sup>358</sup>.

A área geográfica do município compreende toda a ilha de Santa Catarina diminuta parte continental conhecida por Estreito, densamente povoada.

Historicamente, Florianópolis constitui-se num dos três pólos mais antigos de ocupação luso-brasileira no território catarinense, ao lado de São Francisco do Sul e Laguna.

“Seu povoamento tem início ainda no século XVII, em pleno ciclo do bandeirantismo de apresamento de índios, por iniciativa de Francisco Dias Velho que em 1662 se estabelece na ilha de Santa Catarina com ‘bens de raiz’. Fez-se ‘acompanhar da mulher, dois filhos, duas outras filhas, quinhentos índios domesticados, um branco de nome José Tinoco, com sua mulher e três filhos, e dois padres jesuítas (...) Em 1675 voltou Francisco Dias Velho para sua povoação, onde permaneceu três anos. Nesta ocasião ergueu uma cruz (1678), deu início a constru-

<sup>357</sup> Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São José/SC. Março de 2007.

<sup>358</sup> IBGE. Op. cit.

ção da Capela de Nossa Senhora do Desterro, que é tomada como data básica da fundação de Florianópolis. Foi assassinado por corsários entre 1679 e 1680”<sup>359</sup>.

A povoação entrou em decadência, só se reerguendo no início da década de vinte do século XVIII, sendo elevada à vila em 23 de março de 1726; até então pertencia à Laguna.

Em 11 de agosto de 1838, foi criada a capitania da ilha de Santa Catarina, com sede em Desterro, que incorporou em seu território as vilas de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco (São Francisco do Sul) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (Laguna). Desde esta época, até hoje, Florianópolis (Desterro) é capital do Estado de Santa Catarina.

No ano de 1750, a vila de Desterro (sede) apresentava uma população total de 619 habitantes, sendo destes 258 paisanos (que já moravam no país), ou seja, tradicionais moradores de Desterro, que aqui já viviam antes da introdução dos açorianos na ilha.

A partir do adensamento populacional e da sua elevação à sede da capitania, Desterro torna-se a principal vila e centro econômico do litoral catarinense, conforme se verifica em documento de 1796.

No referido ano, no conjunto dos distritos sede das vilas existentes em Santa Catarina, Florianópolis (Desterro) destacava-se como o mais ativo economicamente, conforme os dados que segue:

“Dos engenhos e fábricas de toda a qualidade: Desterro – fábrica de açúcar – 12, engenhocas de aguardente – 23, engenhos de mandioca – 87, atafonas de moer trigo – 17, cortumes de couro – 9. Laguna – engenhocas de aguardente – 13, engenhos de mandioca – 62, atafonas de moer trigo – 8, cortumes de couro – 1. Vila do Rio de São Francisco – engenhos de mandioca – 14, engenhocas de açúcar – 19. (...) Embarcações: Desterro – bergantins – 2, sumacas – 3, lancha de coberta – 2. Laguna – pequenos – 1, sumacas – 4, lancha de coberta – 4. Vila do Rio de São Francisco – sumacas – 2”.

“(...)Embarcações que entraram nos portos das vilas no ano de 1796: Desterro – navios de 3 mastros – 2, corvetas – 9, bergantins – 16, sumacas – 60, lanchas – 22, embarcações estrangeiras arribadas – 7, total de 116. Laguna – bergantins – 1, pequenos – 1, sumacas – 14, lanchas – 20, total – 36. Vila do Rio de São Francisco – sumacas – 10, lanchas – 3, total – 13. (...) No tocante a lojas de ofícios, tem-se no referido ano: Desterro – alfaiates – 8, sapateiros – 19, barqueiros – 4, marceneiros – 2, serralheiros – 1, tanoeiros – 1, funileiros – 1, pintores – 1, casas de pasto – 2, cortumes de couro – 6, boticas – 2. Laguna – alfaiates – 4, sapateiros – 3, barbeiros – 2, ferreiros – 3, marceneiros – 5, serralheiro – 1, tanoeiros – 2, cortumes de couro – 1, boticas – 1. Vila do Rio São Francisco – alfaiates – 7, sapateiros – 3, ferreiros – 6, tanoeiros – 1, cortumes de couro – 1”<sup>360</sup>.

<sup>359</sup> VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis – Memória Urbana, Fundação Flanklin Cascaes, Florianópolis, 1993, p. 27.

<sup>360</sup> RIBEIRO, João Alberto. **Coreografia de Santa Catarina de Dante Laytano**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 245, 1959.

Desta data em diante os dados indicam uma superioridade de Desterro, demográfica e economicamente em relação à Laguna (vila de Santo Antonio dos Anjos da Laguna) e São Francisco do Sul (vila de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco).

No final do século XVIII, 1796, Florianópolis (Desterro) apresentava em sua sede e no município que incluía as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (atual Lagoa da Conceição), Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio (atual Santo Antônio de Lisboa), distrito do Ribeirão da Ilha, São Miguel da Terra Firme/ hoje município de Biguaçu), São José da Terra Firme (hoje município de São José), Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito (hoje distrito do município de Palhoça), os dados populacionais que seguem: na sede – 3.757, no município – 15.090 habitantes.

Com a criação, em 1833, das vilas (município) de São José e São Miguel, a vila de Desterro ficou reduzida territorialmente à ilha de Santa Catarina.

No município de Desterro foram também criadas novas freguesias: Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (Alvará de 11/07/1809), São João Batista do Rio Vermelho (Decreto de 11/08/1831), São Francisco de Paula de Canasvieiras (Lei Provincial 08 de 15/04/1835), Santíssima Trindade de trás do Morro (Lei Provincial de 1853).

Em 1840, a sede do município (cidade de Desterro) apresentava 1.256 famílias, com 7.178 habitantes, e na soma do município havia 2.930 famílias e 19.368 habitantes.

No censo populacional de 1866, têm-se os seguintes dados sobre o município de Desterro: na cidade: população – 5.607 nacionais e 867 estrangeiros, totalizando 6.474 habitantes, distribuídos por 1.350 famílias. Destes, 1.263 eram escravos.

Para o município de Florianópolis (ilha de Santa Catarina) tem-se: população nacional – 19.931, estrangeiros – 1.168, totalizando 21.099 habitantes, agrupados em 4.416 escravos.

Em relação à ocupação profissional da população, o município de Florianópolis (Desterro) apresentou os dados que seguem “empregados públicos – 108, comerciantes – 207, lavradores – 2.633, artistas – 334”<sup>361</sup>.

No ano de 1894, o nome *Desterro* foi mudado para *Florianópolis*, até hoje contestado por muitos, por ser uma homenagem a Floriano Peixoto, que havia ordenado a matança, na fortaleza de Anhatomirim, de ilustres desterreenses participantes da Revolução Federalista.

Em 1920 a cidade (município) de Florianópolis tinha 41.276 habitantes. Sendo 1.024 estrangeiros.

---

<sup>361</sup> Relatório do Presidente da Província, 1866. Op cit.

No ano de 1944, por acordo com o município de São José, foi o então distrito João Pessoa desmembrado de São José e incorporado a Florianópolis. Em 1949 este distrito voltou a se chamar *Estreito*, nome original pelo qual era conhecido desde sua criação em 1900. Com esta decisão, os limites entre São José e Florianópolis passaram a ser no rio Araújo ao sul, garantindo à capital as terras do continente onde hoje se localizaram os bairros de Capoeiras, Coqueiros, Estreito, Jardim Atlântico, Vila São João, MONTE Cristo e moram atualmente aproximadamente 100.000 habitantes.

No ano de 2001 o município de Florianópolis apresenta administrativamente a divisão que segue:

<b>Distrito</b>	<b>Data de criação</b>	<b>Área em km</b>	<b>Principais comunidades integrantes</b>
Sede	23/03/1726	74.54	Bairros: na ilha: Agronômica, Centro, Córrego Grande, Pantanal, Costeira do Pirajubaé, Itacorubi, João Paulo, Monte Verde, Saco Grande, Santa Mônica Trindade, continente-balneário, Canto, Capoeiras, Coloninha, Estreito, Itaguaçu, Coqueiros, Bom Abrigo, Abraão, Jardim Atlântico e Monte Cristo.
Canasvieiras	15/04/1835	29.30	Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Grossa e Comin
Cachoeira do Bom Jesus	19/02/1916	30.37	Cachoeira do Bom Jesus, Lagoinha, Ponta das Canas, Vargem Grande e Vargem do Bom Jesus.
Ingleseiros do Rio Vermelho	-	20.47	Praia dos Ingleses, Sítio do Capivari, e Aranhas dos Ingleses.
São João do Rio Vermelho	11/08/1831	31.68	Moçambique, Parque Florestal, Muquém, e Sede
Ratones	21/06/1934	33.12	Ratones
Santo Antonio de Lisboa	26/10/1751	22.45	Santo Antônio, Cacupé, Saco Grande e Sambaqui
Lagoa da Conceição	20/06/1750	55.28	Galheta, Praia da Joaquina, Retiro, Lagoa, Praia Mole, Costa, Canto da Lagoa
Ribeirão da Ilha	11/07/1809	51.54	Alto Ribeirão, Caeira, Caiacanga, Carianos, Barra Sul, Costeira do Ribeirão, Tapeira, Sertão do Peri
Pântano do Sul	12/08/1966	47,68	Praia da Armação, Lagoinha do Leste, Matadeiro, Pântano do Sul, Lagoa do Peri, Costa de Dentro
Campeche	21/12/1995	35.32	Praia do Campeche, Campeche, Morro das Pedras, Rio Tavares.
Barra da Lagoa	21/12/1995	4.75	Barra da Lagoa e Fortaleza

**Tabela 15** - Divisão político-administrativa do município de Florianópolis – 2001<sup>362</sup>.

<sup>362</sup> Fonte: Gabinete da Prefeitura Municipal. Prefeitura de Florianópolis, 2001.

Em 1996, a cidade de Florianópolis apresentou uma população residente de 268.551 habitantes. No entanto, na temporada de dezembro a março, este número é superior a 1 milhão de indivíduos.

Pelo censo demográfico de 2000, o município de Florianópolis apresentou uma população fixa de 331.784 habitantes, com predomínio do sexo feminino. No entanto, já apresentava uma infra-estrutura dimensionada para alta temporada de verão (dezembro a março) onde sua população triplica e suas áreas balneárias ganham vida própria e se transformam em grandes aglomerados humanos.

ORIGEM	2002	2003	2004	2005	2006	2007
NACIONAIS	295.464	233.425	492.114	453.516	487.960	637.488
ESTRANGEIROS	75.163	74.769	89.328	120.582	100.799	143.095
TOTAL	370.627	308.194	581.442	574.098	588.759	780.583

**Tabela 16** - Movimento Estimado de Turistas em Florianópolis<sup>363</sup>

O município de Florianópolis, e sua Ilha de Santa Catarina, é o grande depositário da cultura de base açoriana do estado catarinense. Pode-se observar uma riqueza fantástica dos valores culturais lusófonos que perpassam pela arquitetura, religiosidade, folclore, gastronomia, artesanato, medicina popular, lendas e mitos, artesanato, processo de produção de embarcações, linguajar, literatura popular. Em cada ponto da ilha se encontra uma nova e rica imagem da lusitanidade que caracteriza esta parte do sul do Brasil. Esta cultura, que envolve até mesmo suas raízes indígenas estão à disposição dos visitantes nos vários museus existentes: Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, Museu do Homem do Sambaqui Padre Alfredo Rohr no Colégio Catarinense, Museu Palácio Cruz e Souza e outros. Nos bairros mais antigos pode-se encontrar verdadeiros ícones do folclore açoriano, como Boi-de-Mamão, Pau-de-Fita, Cacumbi ou Ticumbi, Ratoeira, Terno de Reis e Pão-por-Deus. Também são comuns as benzeduras, as crendices e superstições. No imaginário ilhéu, bruxas, fadas, gnomos e duendes misturam o sobrenatural às coisas da terra.

A originalidade cultural é completada com um magnífico cenário natural-paisagístico, em que se sucedem dezenas de praias de diferentes extensões, temperaturas da água, mais calmas ou agitadas, localizadas num ambiente em que dezenas de trilhas, costões, cachoeiras, ilhas, costeiras lhes completam como opção de lazer. No conjunto das praias existentes na ilha

<sup>363</sup> Fonte: SANTUR/GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO e Secretaria Municipal de Turismo da Prefeitura Municipal de Florianópolis – 2007.

de Santa Catarina são mais conhecidas e freqüentadas: Joaquina, Canasvieiras, Ponta das Canas, Ingleses, Mole, Jurerê, Armação, Pântano do Sul, Campeche, Barra da Lagoa e complexo lagunar da Lagoa da Conceição. Segundo o professor Nereu do Vale Pereira, são ao todo mais de 100 praias.

No tocante ao patrimônio histórico-arquitetônico, é, sem dúvida, o município catarinense e sul-brasileiro que apresenta o maior volume de sítios histórico-arquitetônicos dos séculos XVIII, XIX, e início do XX, com marcas da arquitetura luso-brasileira, além dos vários conjuntos arquitetônicos e construções isoladas existentes na sede do município (conjunto Praça XV de novembro, conjunto Conselheiro Mara, conjunto Rua Menino Deus, Conjunto Rita Maria e outros). Entre as construções que individualmente se destacam por fatores diversos se incluem: Palácio Cruz e Souza, Catedral Metropolitana, Câmara Municipal, Prédio da Alfândega, Mercado Público Municipal, Hospital de Caridade, igreja do Rosário. Outros tantos conjuntos e construções isoladas se fazem presentes nas comunidades de Ribeirão da Ilha, Santo Antonio de Lisboa, Lagoa da Conceição e em inúmeros locais, cujos dados sobre os principais monumentos e conjuntos estão no quadro Monumentos Histórico-arquitetônicos de Santa Catarina, que veremos mais afrente

A isto tudo se soma uma ótima infra-estrutura turística empresarial de hospedagem, dezenas de restaurantes, equipamentos de compras, lazer-entretenimento e outros.

Para conhecer um pouco mais do potencial natural-paisagístico, histórico-arquitetônico, natural-cultural e museológico de Florianópolis, Ilha de Santa Catarina, veja os quadros especializados de Santa Catarina, sobre estas potencialidades existentes em diversos municípios, neste mesmo capítulo.

#### *4.5.1.19 Palhoça*

O município de Palhoça está localizado na microrregião de base cultural açoriana da ilha de Santa Catarina e seu continente frontal a 16 km ao sul de Florianópolis, nas coordenadas geográficas de 27° 40' de latitude sul e 48° 38' de longitude oeste.

Palhoça é um dos mais extensos municípios do litoral catarinense, com 395Km<sup>2</sup><sup>364</sup>, tendo como limites: ao norte São José; ao sul com Paulo Lopez; a oeste com Santo Amaro e a

---

<sup>364</sup> IBGE. Cidades.

Leste com o oceano Atlântico e baía da ilha de Santa Catarina. Neste território vive uma população permanente de 128.102 - projeção IBGE 2006<sup>365</sup>.

Na alta temporada há um acréscimo significativo da população nas áreas balneárias localizadas no distrito de Enseada de Brito, onde ficam as praias da Guarda do Embaú, Pinheira, Papagaio, do Sonho (Pontal), Pedras Altas, Enseada de Brito, Praia de Fora, do Tomé, da Barra<sup>366</sup>.

O nome Palhoça deriva de Casa ou Choça de Palha, típicas construções dos primeiros povoadores da região; ou também pode ser lugar de poucos habitantes, e casas rústicas<sup>367</sup>.

As primeiras informações sobre a ocupação humana na região advêm dos sítios arqueológicos que indicam ter sido o município ocupado por diversos povos indígenas há milhares de anos.

O povoamento por parte do homem branco ocorreu em seu território, inicialmente na área da freguesia de Enseada de Brito a partir de meados do século XVII (+- 1653), quando esteve habitando a área Domingos de Brito Peixoto, que a abandonou por problemas, indo se fixar em Laguna.

Documentalmente, nesta mesma área, em 13 de maio de 1750, é fundada a freguesia de Enseada de Brito, por casais vindos do arquipélago dos Açores, mas que encontraram morando na região aproximadamente 125 pessoas<sup>368</sup>. Portanto, a data mais antiga relativa ao município de Palhoça é o da fundação de Enseada de Brito, que comemorou 257 anos de fundação em 13 de maio de 2007.

A ocupação do vasto município foi feito a partir das freguesias de Enseada de Brito e São José da Terra Firme. Muitas foram as sesmarias doadas na região no século XVII, nenhuma delas no lugar Palhoça, mostrando que o nome sede do município é bem mais recente, de meados do século XIX.

O local da sede do município, por ser uma área de banhados e manguesais, dificultou a sua ocupação pelas atividades agrícolas. Os primeiros povoadores se localizam nas áreas mais secas, propícias à agricultura: Passavinte, Aririú, Barra, Mirim.

---

<sup>365</sup> Ibidem.

<sup>366</sup> Prefeitura Municipal de Palhoça.. Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo.

<sup>367</sup> Existe uma indefinição da origem do nome do município, o que fica claro no site oficial da prefeitura que apresenta o município.

<sup>368</sup> SOUZA, Coronel Manoel Escudeiro Ferreira Governador. Mapa de tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catarina no ano de 1750. Doc. Catalogado, Rio de Janeiro, caixa 31, doc. 15.200 -11, Arquivo Histórico Ultramarino Português.



Proprietário	Data	Localização	Nº. de braças
José Luiz Marinho	2/6/1753	Cubatão	1400 b.(2400m)
Manoel de Miranda Bitancourt	11/6/1772	Cubatão	750 b.(1200m)
José Luiz Marinho	20/8/1774	Oririu	750 b. (1200m)
Pedro da Silva Barros	15/3/1781	Massambú	400 b.(640m)
Matheus Caetano de Souza	2/12/1786	Aririú	750 b.(1200m)
Manoel Garcia Pires Machado	19/8/1788	Enseada de Brito	750 b.(1200m)
João de Souza Bitencourt	19/2/1789	Cubatão	400 b. (640m)
Manoel Vieira Fernandes	30/9/1790	Cubatão	950 b. (1520m)
Manoel Soares Ferrão	30/5/1791	Passavinte	360 b. (576m)
Aleixo L. de Andrade	30/9/1791	Passavinte	190 b. (304m)
José Rodrigues da Costa	17/1/1794	Cubatão	350 b. (560m)
Miguel Gonsalves Leão	22/6/1759	Embaú	4500 b.(6200m)

**Tabela 17** - Sesmarias doadas pelo governador da capitania no atual município de Palhoça no século XVIII, de 1753 a 1800<sup>369</sup>.

A primeira referência ao arraial de Palhoça, ou seja, o núcleo básico da comunidade, só ocorreu em 3 de maio de 1870, quando é criada a escola de primeiras letras para o sexo masculino, na comunidade<sup>370</sup>.

A freguesia foi criada pela Lei Provincial de 8 de novembro de 1882, portanto já no final do século XIX.

O município (vila) foi criado em 24 de abril de 1894 pelo Decreto Estadual nº. 184, do governador Antonio Moreira César, tendo sido instalado em 23 de maio de 1894, como segue:

“Artigo 1º. É elevada à categoria de Vila a Freguesia da Palhoça, que fica desmembrada do município de São José, para formar com as freguesias de S. Amaro de Cubatão; Enseada de Brito e os districtos de Theresopolis, de S. Isabel da Capivary e Colônia militar de S. Thereza, um município com a denominação de município da Palhoça, tendo por sede a vila deste nome e por limites ao norte, o rio Imaruihy e a actual divisa dos districtos de Santa Izabel com a ex-Colônia Angelina; ao sul e ao oeste os actuaes limites do município de S. José.

Artigo 2º. Revogam-se as disposições em contrário

Dado no Palácio do Governo do Estado de Santa Catharina, em 24 de abril de 1894, 6º da Republica.

Antonio Moreira César”<sup>371</sup>.

Atualmente toda sede do município é cidade, no entanto, até 1938, isto não era assim. A vila de Palhoça foi elevada à categoria de cidade através da Lei Estadual nº. 1.245, de 22 de agosto de 1919:

<sup>369</sup> Governo da Capitania. *Op. cit.*

<sup>370</sup> Lei 629 de 3 de maio de 1870. Manoel Vieira Tosta, Vice-Presidente da Província de Santa Catarina. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou e eu sanciono a Lei seguinte: Artigo 1º. – Fica criada uma escola de primeiras letras para o sexo masculino, no Arraial da Palhoça, município de São José, vencendo o respectivo Professor o ordenado e gratificação marcada por Lei.

<sup>371</sup> Governo do Estado. Leis, Decretos e Resoluções de 1894. Decreto 184. de 24 de abril de 1894, p.244.

“ Lei n.º. 1245 de 22 de agosto  
 Elevado à cidade a atual vila de Palhoça  
 O Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz Vice-Governador, no exercício  
 do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.  
 Faço saber a todos os habitantes deste Estado que o Congresso Representati-  
 vo decretou e eu sanciono a Lei seguinte  
 Art. 1.º. – Fica elevada à categoria de cidade a atual vila da Palhoça.  
 Art. 2.º. – Revogam-se as disposições em contrario.  
 O Secretário do Interior de Justiça assim faça executar.  
 Palácio do Governo, em Florianópolis, 22 de Agosto de 1919.  
 Hercílio Pedro da Luz ”<sup>372</sup>.

O motivo do crescimento da atual sede do município de Palhoça foi sem dúvida o comércio com o planalto, ao longo da segunda metade do século XIX, que atraiu muitos descendentes de alemães e alguns italianos.

A elevação à categoria de município, em 1894, incorporando as freguesias de Palhoça, Santo Amaro do Cubatão e Enseada de Brito o transformam num populoso e próspero município.

Hoje o município cresce em ritmo acelerado, marcado pelo forte crescimento demográfico.

As atividades econômicas são diversificadas. O setor primário é quase insignificante face ao abandono das atividades agrícolas, bem como as leis de proteção ao Parque do Tabuleiro, que limita o uso do solo para plantios.

A pesca ainda é praticada em alguma comunidade: Bairro do Aririú, Enseada de Brito, Pinheiras. Igualmente vem sendo praticada nestas comunidades as atividades de criação/engorda de mariscos e ostras.

O setor secundário da economia (indústrias) só agora vem crescendo de forma rápida. O pólo industrial, junto ao rio Mirim, apresenta indústrias de sofisticada tecnologia, ligado à química fina.

O setor terciário (comércio e representação de serviços) é o que mais se desenvolve e absorve mão-de-obra, estando espalhado por todo o município.

Os recursos natural-paisagísticos e histórico-culturais do município são ricos em variedade e beleza.

O principal conjunto arquitetônico-urbanístico do município é a sede do distrito da Enseada de Brito, que apresenta a única praça com traçado original da época da fixação dos açor-

---

<sup>372</sup> Governo do Estado. Leis, Decretos e Resoluções. Lei n. 1.245, de 22 de agosto de 1919, p.15.

rianos, em 1750, em cujo entorno ainda existem diversas construções do século XIX. Na sede do município também existem diversas construções quase centenárias, com destaque para o prédio da Prefeitura Municipal.

No aspecto natural-paisagístico, o potencial é muito grande, como o Parque do Tabuleiro<sup>373</sup>, com seus rios e cachoeiras, mata nativa e fauna diversificada. As praias de areias brancas, tanto de mar manso como mar aberto atraem milhares de turistas na alta temporada. Guarda do Embaú, Pinheira, do Sonho, Papagaio (de mar aberto); Pedras Altas (de nudismo), Enseada, Praia de Fora, do Tomé (de mar manso). É o único Distrito do município onde predomina a cultura açoriana através de seus casarios centenários e a maricultura como grande atrativo gastronômico. Sendo uma das três mais antigas comunidades de origem açoriana no litoral catarinense. Foi fundada em 1750 pelo navegador português Domingos de Brito Peixoto, na mesma época em que surgiram as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e São Miguel da Terra Firme.

Os aspectos turísticos e culturais, do município de Palhoça, serão mais bem apresentados no capítulo referente ao estudo pontual da comunidade da Enseada do Brito, objeto do estudo etnográfico desta tese.

#### 4.5.1.20 *Santo Amaro da Imperatriz*

O município de Santo Amaro da Imperatriz, localizado na microrregião de base cultural açoriana dos caminhos do planalto catarinense, tem limites ao norte com Palhoça e São Pedro de Alcântara, ao sul com Paulo Lopes e São Bonifácio, a oeste com Águas Mornas e São Bonifácio e a leste com Paulo Lopes e Palhoça.

Suas terras fazem parte do vale do rio Cubatão/Serra do Tabuleiro, com uma área geográfica de 311Km<sup>2</sup><sup>374</sup>, onde vivia em 1998 uma população de 18.246 habitantes, o que dá uma densidade demográfica de 58,6 hab./Km<sup>2</sup>.

O povoamento da região do rio Cubatão se deu em meados do século XVIII, quando foram distribuídos diversas sesmarias aos casais açorianos que se fixaram na área, provavelmente os primeiros moradores fixados com “bens de raiz”. São eles os senhores: José Luiz

<sup>373</sup> É a maior Unidade de Conservação do Sul do Brasil. Com quase 90.000 hectares, abrange nove municípios e algumas ilhas costeiras, estas constituem importantes refúgios de aves marinhas migratórias e fauna local. O parque possui cinco tipos de paisagens: a Restinga, com seus ricos campos litorâneos, a exuberante Floresta Atlântica, a peculiar Matinha Nebular com curiosos representantes andinos e antárticos, o Campo de Altitude e a Floresta Araucária. Decreto de criação – nº. 1.260 de 01/1/75, publicado no Diário Oficial nº. 10.359 de 07/11/75.

<sup>374</sup> IBGE. Cidades, *Op.cit*

Marinho, Manoel de Miranda Bitancourt, Matheus Caetano de Souza, João de Souza Bitancourt, José Rodrigues da Costa, Francisco Silveira de Mattos, Antônio José de Mattos, Bernardino José de Bitancourt, que receberam sesmarias no local conforme quadro abaixo:

<b>Proprietário</b>	<b>Data doação</b>	<b>Localização</b>	<b>Nº. de braças</b>
José Luiz Marinho	2/6/1753	Cubatão	1.400 b.
Manoel de Miranda Bitancourt	11/6/1772	Rio Cubatão	750 b.
Matheus Caetano de Souza	2/12/1786	Aririú	750 b.
João de Souza Bitancourt	19/2/1789	Cubatão	400 b.
José Rodrigues da Costa	17/1/1794	Rio Cubatão	350 b.
Francisco Silveira de Mattos e seu irmão Antonio José de Mattos	30/11/1820	Rio Cubatão fundos	1500 b.
Bernardino José de Bitancourt	30/11/1820	Rio Cubatão	1500 b.

**Tabela 18** - Sesmarias doadas no Cubatão, de 1753 a 1823, pelo governador de Santa Catarina<sup>375</sup>

A consolidação do povoamento foi oficializada em 29 de maio de 1854 quando o arraial de Santana do Cubatão foi elevado à freguesia com o nome de Santo Amaro do Cubatão, através da Lei Provincial nº. 371.

Aos 29 de outubro de 1845, quando ainda era arraial, foi a comunidade de Santo Amaro do Cubatão visitada pelo casal imperial Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina e família, que mandou construir um prédio com quartos e banheiras para os visitantes em busca de alívio para suas dores. Em homenagem à Imperatriz, a localidade, nos arredores da cidade – que se chamava Caldas do Cubatão –, foi rebatizada como Caldas da Imperatriz<sup>376</sup>.

Doze anos após a criação da freguesia têm-se informações sobre aspectos sócio-demográficos da comunidade:

“Quanto à população: nacionais – 2.614; estrangeiros – 166. Religião: 2.751 católicos; diversos cultos – 29. Idade: adultos – 1577; menores – 1.203. Estado Civil: solteiros – 1.942; casados – 711; viúvos – 94. Trabalho (profissão): empregados

<sup>375</sup> Fonte: doações de sesmarias. *Op. cit.*

<sup>376</sup> A colonização de Santo Amaro da Imperatriz está ligada à descoberta da fonte de águas termais, por caçadores, em 1813. O Governo Imperial destacou então um contingente policial para guarda do local, já que a região era habitada por índios hostis. Em 18 de março de 1818, o rei Dom João VI determinou a construção de um hospital – foi a primeira lei de criação de uma estância termal no Brasil

públicos – 4; comerciantes – 19; artistas – 35. Renda anual (em contatos de Réis): de 100 a 500 \$ - 510; de 500 a 1000 \$ - 2; de 1000 \$ a 2000 \$ - 1. População por sexo: homens – 1.417; mulheres – 1.363. Cor: brancos: 2.457; escravos – 323. Total da freguesia – 2.780 habitantes; 460 casas e 487 famílias (fogos)”<sup>377</sup>.

Nesta época (1854) a comunidade começou a receber fluxo de migrantes alemães, aonde seus dependentes, procedente tanto de São Pedro de Alcântara, quanto de novos fluxos vindos da Europa, igualmente, novos luso-açorianos estão se deslocando para a região.

No ano de 1892 têm-se informações bastante expressivas sobre os troncos familiares que habitavam a referida freguesia. Com base na lista eleitoral do referido ano têm-se dados sobre 338 famílias, das quais 148 são luso-açorianas; 183 alemães e 7 outras etnias.

Apareceu na referida lista os sobrenomes luso-açorianos: Souza, Santos, Silva, Rosa, Macedo, Oliveira, Cunha, Aguiar, Espíndola, Faria, Mattos, Campos, Tavares, Cardoso, Salazar, Martins, Silveira, Costa, Pereira, Nascimento, Vieira, Medeiros, Garcia, Porto, Xavier, Andrade, Venâncio, Coelho, Barbosa, Fernandes, Quadros, Novais, Rachadel, Castro, Lisboa, Inácio, Neves.

Na mesma lista têm-se os sobrenomes alemães: Muller, Fortz, Hang, Stperfeld, Schutz, Mormmoch, Possig, Osterliach, Bruggeman, Turnês, Broing, Goedert, Kloppe, Sell, Foges, Schuram, Hinkel, Pack, Fellippe, Steinbach, Prim, Bring, Lehmkul, Longrins, Bruch, Sone, Solm, Preiz, Steff, Kerick, Reinert, Pretz, Eller, Clesius, Becker, Lohn, Freberger, Martendal, Sommer, Groz.

Têm-se alguns sobrenomes italianos: Bernardi, Ganarini, Passi.

Tais dados indicam ser uma comunidade multicultural, que pelos anos seqüentes professou valores culturais assemelhados, tendo a Igreja como o ponto articulador da comunidade.

As festas do Espírito Santo, realizadas desde meados do século XIX, através de sua lista de imperadores, apresentam sinais desta integração cultural-religiosa, onde se verifica a existência do imperador de diferentes etnias, realizando a festa.

Santo Amaro do Cubatão foi elevado à condição de município em 6 de junho de 1958 com o nome de Santo Amaro da Imperatriz, festivamente instalado em 10 de julho de 1958.

No ano 2006, tem-se uma realidade em Santo Amaro ainda marcada pela multiculturalidade.

As atividades econômicas são ainda em grande parte agropecuárias. O setor secundário registra algumas indústrias de pequeno porte, como acontece com o setor terciário.

<sup>377</sup> Mapa da população da província de Santa Catarina no ano de 1866. in: Relatório à Assembléia do presidente Adolfo de Barros, 1867.

As principais comunidades do município são: Caldas da Imperatriz, Sul do Rio, Aririú.

O município tem se empenhado no desenvolvimento do turismo rural, com a instalação de hotéis-fazendas. No entanto a principal atração turística é a secular estação hidromineral de Caldas da Imperatriz<sup>378</sup>, importante cartão de visita do município.

E no tocante ao patrimônio arquitetônico e histórico, o município possui o Casario dos Galotti, de 1915, construído em estilo açoriano, onde estão preservadas a mobília, as louças e vários objetos de decoração dos Galotti, tradicional família do município. Também tem o Conventinho do Espírito Santo, antigo convento de freiras, em estilo barroco, construído em 1904.

#### *4.5.1.21 Paulo Lopes*

O município de Paulo Lopes está localizado na microrregião de base cultural açoriana da ilha de Santa Catarina em seu continente frontal, distante 50 km ao sul de Florianópolis<sup>379</sup>, com uma população de 6.761 habitantes<sup>380</sup>. A área geográfica do município é de 450 Km<sup>2</sup>, tendo como limites: ao norte o município de Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, ao sul com Imbituba, Imaruí e São Martinho, a oeste com São Bonifácio, a leste com Garopaba e o oceano Atlântico.

O nome Paulo Lopes é uma homenagem a Paulo Lopes Falcão, médico-cirurgião do hospital de Caridade que, segundo consta, teria sido um dos primeiros proprietários das terras onde hoje se sita a sede do município e que, na qualidade de vice-presidente da província autorizou a abertura da estrada ligando Enseada de Brito a Paulo Lopes.

O arraial de Paulo Lopes surgiu ao longo do século XIX, tendo alcançado, em 1874, o número de moradores que justificou a criação das duas escolas de instrução primária na comunidade.

“Lei 717 de 22 de abril de 1874

O Dr. João Thomé da Silva (...) Presidente da Província de Santa Catarina.

(...) Artigo Único – Ficam criadas no arraial denominado Paulo Lopes, distrito de Garopaba, duas escolas de instrução primária, sendo uma do sexo masculino e outra do feminino: revogadas as disposições em contrário.

<sup>378</sup> As águas termais jorram da terra a uma temperatura de 41,5°C, e suas propriedades terapêuticas têm fama internacional, atraindo visitantes de todo o mundo para tratamentos de saúde, descanso e rejuvenescimento.

<sup>379</sup> SANTUR. Municípios. Op. cit.

<sup>380</sup> IBGE. Cidades. Op. cit. Setembro de 2007.

(...) Província de Santa Catarina, 22 de abril de 1874. O 1º oficial Joaquim Firmo de Oliveira”<sup>381</sup>.

Portanto, o nome Paulo Lopes já era dado à comunidade muitos anos antes de sua elevação a distrito (1910).

Quanto à importância e preocupação com o arraial de Paulo Lopes, fica demonstrado, alguns anos mais tarde, em 1880, quando a Assembléia Provincial autoriza o presidente da província a mandar construir uma estrada que, partindo da praia do Canto, na freguesia de Enseada de Brito, vá terminar no lugar denominado Paulo Lopes.

“Lei nº. 879 de 8 de março de 1880.

(...) Artigo 1º. – Fica o Presidente da Província autorizado, depois dos indispensáveis estudos e designado o respectivo traçado, a mandar construir uma estrada que partindo do canto da freguesia da Enseada de Brito e passando pela maior depressão do morro dos cavalos, vá terminar com a menor distancia possível no lugar denominado Paulo Lopes.

(...) Presidência da Província de Santa Catarina, aos oito dias do mês de março de 1880”<sup>382</sup>.

Se Paulo Lopes se chamou Olaria, foi de forma espontânea, e não oficialmente, a menos que tenha sido antes de 1870, pois posteriormente em todos os documentos oficiais há referências ao arraial de Paulo Lopes.

Oficialmente, Paulo Lopes passa a existir com a criação do subdistrito policial a partir de 1890.

Através da Resolução de 8 de abril de 1890, do governador Lauro Muller, “divide em dois o então distrito policial de Garopaba, com os mesmos limites da freguesia (...) o segundo, com a denominação de Paulo Lopes, ao qual pertenciam os mercadores do Oeste”<sup>383</sup>.

Em 18 de fevereiro de 1902 saiu autorização para a construção da capela no arraial de Paulo Lopes<sup>384</sup>, cuja benção da Pedra Fundamental ocorreu em 4 de abril de 1902.

Em 6 de novembro de 1910, através de Lei Estadual, foi criado o distrito de paz de Paulo Lopes, desmembrado do distrito Sede de Garopaba, ao qual continuou a pertencer na qualidade de distrito até 1923, quando é dissolvido o município de Garopaba. A partir de então é incorporado ao município de Palhoça, do qual se emancipa em 1961.

A criação do município de Paulo Lopes foi concretizada através da Lei 798, de 20 de dezembro de 1961, e efetivamente instalado em 30 de dezembro do mesmo ano<sup>385</sup>.

<sup>381</sup> Coleção de Leis, Decretos e Resoluções. Província de Santa Catarina. 1874, p.40

<sup>382</sup> Coleção das leis Provinciais de Santa Catarina promulgadas em 1880, p.44.

<sup>383</sup> Coleção das Leis, Decretos e Resoluções. Governador de Santa Catarina. Resoluções 1890, p.250.

<sup>384</sup> BESEN, José Artulino. 1980 – São Joaquim de Garopaba, 1980, p. 76.

O município é composto por uma grande área rural, quase toda incluída no Parque Florestal da Serra do Tabuleiro, que tem trazido graves problemas socioeconômicos ao município<sup>386</sup>. As principais comunidades rurais são: Bom Retiro, Barrinha, Sanga, Espraiado, Santa Rita, Águas Férreas, Santa Cruz, Tijela, Morro do Freitas, Laranjal, Gamboinha, Sertão do Campo.

O perímetro urbano é formado pela sede do município e bairros de Penha, Sorocaba, Areias e Freitas.

A economia é marcada pela presença da agropecuária, algumas indústrias e comércio de pequeno porte.

O potencial turístico do município está assentado na cultura e no natural-paisagismo, com destaque para: cachoeira Zanela – Bom Retiro, 8 Km da sede do município; cascata Encantada – Tijela, 15Km; engenho lanches – Penha, 13 Km; piscicultura Panamá – Águas Férreas, 11Km. Ainda destacam-se trilhas ecológicas, lagoa do Ribeirão, Mirante morro Aguda, Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (entorno).

O calendário de festas inclui: festa do Espírito Santo (agosto ou setembro); Balaiada – conjunto de festas: da terceira idade, mandioca, rodeio crioulo, mostra de dança, mostra de hortaliza (julho)<sup>387</sup>.

#### 4.5.1.22 Garopaba

O município de Garopaba está localizado na microrregião de base cultural açoriana do sistema lagunar de Santo Antônio dos Anjos/ Mirim/ bacia do Tubarão a 75 Km<sup>388</sup> ao sul de Florianópolis, nas coordenadas geográficas de 27° 58' 15" de latitude sul e 48° 39' 36" de longitude oeste.

A sede do município está a 15 km da BR 101, junto à enseada de Garopaba. Sua área territorial é formada por 115 Km<sup>2</sup>, onde vive uma população de 16.388 habitantes, dando uma densidade demográfica de 142.5 hab/Km<sup>2</sup><sup>389</sup>.

<sup>385</sup> Relação dos municípios do Estado de Santa Catarina. Op. cit.

<sup>386</sup> Os problemas estão relacionados aos impedimentos legais, as leis ambientais, impede qualquer ação empresarial em área de parque. Isto inibe os investimentos. Por outro lado falta ao município planejamento para poder propor políticas que consorciadas com atividades do parque possam render tributos a cidade.

<sup>387</sup> Dados da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Secretaria Municipal de Educação. Ano 2007.

<sup>388</sup> SANTUR. Municípios. Op. cit. 2007

<sup>389</sup> IBGE. Cidades. Op. cit. Setembro de 2007



Limita-se ao norte com Paulo Lopes; ao sul com Imbituba; a oeste com Paulo Lopes e a leste com o oceano Atlântico.

É da língua indígena que vem o nome Garopaba. O significado em guarani, língua que já foi falada pelos índios do local quer dizer: YGA, YGARA, YGARATA, significa barco, embarcação, canoa; MPABA, PABA, é estância, paradeiro, lugar, enseada, Garopaba, então, significa “Enseada das Canoas”, Enseada dos Barcos. O nome condiz com a primeira utilidade da enseada, recanto seguro para ancoradouro de embarcações<sup>390</sup>.

Os homens brancos de origem européia circularam pela região desde as primeiras expedições que foram feitas a partir do século XVI. A profundidade de suas águas, abrigadas dos fortes ventos do sul, transformou-a em excelente ponto de abrigos e aguada das embarcações. Provavelmente, a presença dos barcos em sua bacia originou o nome – Garopaba.

As primeiras informações sobre a presença de população fixa de origem européia são do final do século XVIII, resultante dos registros eclesiásticos que indica já residirem em Garopaba diversas famílias de origem açoriana com bens de raiz, ou seja, propriedades: terras e escravos. O morador mais antigo nos registros é o ajudante Manoel Miranda de Bitancurt (1784)<sup>391</sup>.

Como núcleo básico, surgiu em torno da armação baleeira de Garopaba, e é considerado seu fundador o português de Monte Caravelas, sargento-mor Manoel Guimarães, primeiro administrador da armação, instalada em 1795<sup>392</sup>.

O empreendimento baleeiro entrou em decadência e foi desativado a partir de 1829.

Em 9 de dezembro de 1830, por Lei Provincial, foi criada a freguesia e paróquia de São Joaquim da Garopaba, efetivamente instalada em 1846, pelo filho do fundador de igual nome, capitão Manoel Marques Guimarães<sup>393</sup>.

Em 30 de abril de 1877, através da Lei nº. 835, foi criada a vila (município) de Garopaba, com terras desmembradas de São José e Laguna<sup>394</sup>.

Não se efetivou a instalação, retornando as freguesias de Mirim ao termo de Laguna e a de Garopaba ao de São José.

Em 1890, no dia 7 de março, através do Decreto nº6, foi novamente criado a vila de Garopaba.

<sup>390</sup> Dados da Prefeitura Municipal de Garopaba. 2007.

<sup>391</sup> FARIAS, Vilson Francisco de. Personagens históricas de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX, de laguna a Desterro. No prelo.

<sup>392</sup> Ibidem.

<sup>393</sup> BESEN, José Artulino. 1980 – S. Joaquim de Garopaba, gráfica Mercúrio, Brusque, 1980, p. 78-9.

<sup>394</sup> Província de Santa Catarina. Coleção de Leis e Decretos. Ano de 1777. Lei 835, de 30 abril de 1877, p. 38. APSC.

“Art. 1º. – Fica desmembrada a freguesia de São Joaquim de Garopaba do termo de São José, para formar um novo município com a denominação de município de Garopaba e elevada a freguesia de São Joaquim de Garopaba do termo de São José, para formar um novo município com a denominação de município de Garopaba e elevada a dita freguesia à categoria de Vila.

Art. 2º - Os limites do novo município serão os atualmente existentes da referida Freguesia”<sup>395</sup>.

Em 8 de abril de 1890, através da Resolução número 8, foi subdividido o distrito Sede de Garopaba em dois: distrito de Garopaba e o novo distrito de Paulo Lopes.

O município criado em 1890 foi extinto através da Lei nº. 1.451, de 30 de agosto de 1923, passando a fazer parte do então criado município de Imbituba<sup>396</sup>.

Com a supressão do município de Imbituba, em 1930, Garopaba passa à condição de distrito de Palhoça.

Em 19 de dezembro de 1961, através da Lei 798, é criado pela terceira vez o município de Garopaba, efetivamente instalado em 30 de dezembro daquele ano, com área de 78 km.

Populacionalmente, o crescimento de Garopaba foi lento, quase estagnado a partir de 1960, com a abertura da BR 101.

Em 1866 tinha 2.983 habitantes; em 1920 este número subiu para 4.997; já em 1970 alcançou a população de 7.458 moradores<sup>397</sup>.

A projeção do IBGE para 2007 apresenta 16.388 habitantes<sup>398</sup>.

Garopaba é um município que apresenta forte concentração de atividades primárias. A pesca e a agropecuária são importantes atividades econômicas. O setor secundário (indústrias) apresenta algumas empresas de expressão, com destaque para a Mormaii<sup>399</sup>.

O setor terciário (comércio e prestação de serviços) vem crescendo muito nos últimos anos, face as atividades turístico-balneárias..

Acompanhando o desenvolvimento econômico, Garopaba continua seguindo o seu padrão cultural, oferecendo ao morador e visitantes suas belezas naturais, mostrando que desenvolvimento sustentável pode caminhar lado a lado com a cultura. A cidade preocupa-se em mostrar suas tradições, tornando-as um atrativo diferenciado. Suas principais praias são: do Ouvidor; da Barra; da ferrugem; do Silveira; de Garopaba; do Siriú; da Gamboa.

<sup>395</sup> Governo do Estado. Decretos e Resoluções de 1889-90. Decretos nº 6 e 7 de março de 1890, p.50.

<sup>396</sup> Ibidem.

<sup>397</sup> Dados sobre o município. Op. cit.

<sup>398</sup> IBGE. Cidades. Op.cit.

<sup>399</sup> Mormaii. Empresa destaque nacional e internacional no setor de produtos esportivos para o surfe.

#### 4.5.1.23 Imbituba

A cidade de Imbituba está localizado a 87 km ao sul de Florianópolis, na microrregião de base cultural açoriana do complexo lagunar Santo Antonio dos Anjos/Mirim/vale do Tubarão, nas coordenadas geográficas de 28° 12'24" de latitude sul e 48° 40'13" de longitude oeste, com altitudes médias de 3 metros ao nível do mar.

A imediação do mar e seu posicionamento geográfico na região subtropical tornam o clima local tipicamente subtropical atlântico, com duas estações bem definidas: inverno e verão; sem, no entanto, atingir grandes variações de temperaturas. A média do inverno é de 17° e a do verão 25°, com uma média anual de 21 graus.

O município apresenta a área de 185 Km<sup>2</sup>, tendo como limites intermunicipais: Norte: município de Garopaba e Paulo Lopes; Sul: município de Laguna; Leste: Oceano Atlântico; Oeste: Município de Imaruí<sup>400</sup>.

De acordo com os dados da prefeitura municipal o nome Imbituba, tem o seguinte significado no dialeto indígena:

“O nome ‘IMBITUBA’ é formado por duas palavras de origem indígena: ‘IMBÉ’ que é o nome de uma planta com folhas largas; ‘TUBA’ que significa abundancia. Desta forma, ‘IMBITUBA’ significa local de grande quantidade de Imbé”<sup>401</sup>.

A freguesia da Vila de Sant’Ana (atual distrito do município de Imbituba), fundada em 1755, é um dos núcleos originais de fixação dos açorianos no litoral catarinense. Foi o ponto irradiador do povoamento de Mirim, da sede do município de Imbituba e Imaruí. Portanto, o núcleo original do município foi Vila Nova.

As primeiras informações sobre a freguesia de Vila Nova aparecem em 1796. No referido ano apresenta uma população de 1.109 indivíduos, sendo 915 livres e 194 escravos, distribuídos por 242 famílias.

No mesmo ano existia nos limites da freguesia, que compreendia as terras do atual município de Imbituba, Imaruí e São Martinho, engenho de açúcar; 7 engenhos de aguardente, 39 engenhos de farinha, 39 atafonas de moer trigo.

<sup>400</sup> Dados extraídos do documento “Dados gerais sobre o município de Imbituba. Secretaria Municipal de Educação, de Turismo e de Planejamento. Ano 2000.

<sup>401</sup> GARCIA, Adriane Laurentino. De Imbé a Imbituba. PMI/DEMECE/DE, 1996, p.15.

O governador da capitania de Santa Catarina concedeu várias pequenas sesmarias no termos da freguesia de Sant`Ana (Imbituba), o que indica que as terras já estavam ocupadas, mas que torna estes proprietários efetivos moradores de Imbituba, do início do século XIX, conforme quadro a seguir:

<b>Proprietário</b>	<b>Data</b>	<b>Localização</b>	<b>Nº. de braças</b>
Francisco Vidal da Silva	9/9/1758	Paragens chamadas Barranceiras	300 b.
João Francisco da Luz	18/3/1805	Lugar Biraquera	100 b. (160m)
Capriano José de Matos	23/8/1805	Lugar Biraquera	95 b. (92m)
Joaquim José Soares	23/8/1805	Paragens das Barranceiras	250 b. (400m)
José Silveira da Rosa	18/6/1806	No lugar denominado Mirim	40 b. (80m)
Joaquim Fernandes de Souza	7/7/1806	Sant Anna	50 b. (80m)
Jerônimo Luiz	9/10/1806	Ponta Grossa da Praia Vermelha	100 b. (160m)
Vicente José Rachadel	8/1/1807	Local Saco Grande	150 b. (240m)
José Pereira de Souza Mattos	6/1/1807	Local praia Vermelha	172 b.
Francisco de Souza Ferreira	10/9/1807	Sant Anna	358 b.
Manoel Pereira Maciel	3/12/1808	Local Praia Vermelha	40 b.
Silvestre Soares da Rosa	5/1/1811	Rancho do Ouvidor	100 b. (160m)
José Silveira Borges	23/5/1812	Lugar Sapiruba	316 b.
José Silveira Borges	9/3/1812	Uma/Distrito de Vila Nova	200 b. (360m)
Patrício José de Bittan-court	9/1/1913	Sant Anna	300 b. (460m)

**Tabela 19** - Sesmarias doadas pelo governador da Capitania em Imbituba<sup>402</sup>

Em 28 de abril de 1856, pela Lei 41, foi criada, na área do atual município de Imbituba, uma nova freguesia, com o nome de Santana do Mirim, desmembrada de Vila Nova.

O desenvolvimento das atividades de caça à baleia e surgimento do porto Henrique Lage, ligado via ferrovia com a região carbonífera de Criciúma, estimulou o crescimento de um vilarejo de pescadores e estivadores que rapidamente se expandiu, tornando-se o pólo centra-

<sup>402</sup> Livro de doação de sesmarias. Op. cit.

lizador da área. No ano de 1912, através da Lei 238, foi transferida a sede do distrito de Vila Nova para Imbituba. Em 1949 foi alterado o nome de Imbituba para Henrique Lage<sup>403</sup>.

O município foi criado pela Lei nº. 1.451, de 30 de agosto de 1923. A instalação do município ocorreu em 1º de janeiro de 1924, sendo eleito primeiro prefeito o engenheiro Álvaro Catão e vice-prefeito, Ugero Pittigliani<sup>404</sup>.

Em 1930, pelo Decreto nº 35, de 11 de novembro, foi extinto o município de Imbituba, que voltou a se chamar distrito de Vila Nova, e incorporado à Laguna<sup>405</sup>.

O progresso de Imbituba era notável, gerando novamente a sua elevação a município em 21 de junho de 1958, através da Lei 348. A instalação oficial aconteceu em 5 de agosto do mesmo ano.

O porto tornou-se o centro dinâmico do município, na qualidade de 1º porto brasileiro de escoamento de carvão. Em consequência, a sua população, no ano de 1970, passa a ser de 20.498.

No ano de 2007, segundo projeção do IBGE, a população do município de Imbituba era de 35.486<sup>406</sup>.

Administrativamente o município divide-se em 3 distritos: Vila Nova, Mirim e distrito Sede de Imbituba.

As atividades agropecuárias e pesquisas no município foram sempre fortes. Ainda que bastante transformado na sua base econômica, pela presença do porto, das indústrias e da ZPE (Zona de Processamento de Exportação), o setor primário ainda envolve muitas famílias.

Os setores secundários (indústrias) e terciários (comércio, transportes e prestação de serviços) representam a força motriz do município. A atividade industrial principal é a indústria cerâmica, representada pela Cerâmica Imbituba e Cerâmica Gisele.

Outras indústrias também merecem destaques: indústria de plásticos; indústria de artefatos de cimento; Imbilux – equipamentos elétricos; confecção de malhas. Assim como, merecem destaque as resultantes das atividades do porto de Imbituba e da Zona de Processamento de Exportação – ZPE.

O setor que mais vem assumindo papel de destaque no município é o das atividades turístico-balneárias, impulsionado pelas belezas natural-paisagísticas da região, com destaque para as praias e lagoas e pela infra-estrutura de apoio a esta atividade.

---

<sup>403</sup> RIBEIRO, Alberto Miranda, op.cit.

<sup>404</sup> Dados gerais. Op. cit.

<sup>405</sup> Governo de Santa Catarina. Leis, Decretos e Resoluções de 1930. decreto nº. 35 de 1930, p. 106.

<sup>406</sup> IBGE. Cidades. Op. cit. Agosto/ 2007.

Os principais atrativos turísticos do município são:

**Praia da Vila:** o surfe catarinense teve início nas águas da praia da Vila, expandindo-se para outras praias como Garopaba e Laguna.

O canto da praia da Vila transforma-se numa paisagem deslumbrante pelo visual definido pelo costão e pelas ilhas de Santana de Dentro e Santana de Fora, que devido ao posicionamento viabilizam a formação de ondas perfeitas, chegando a atingir de 12 a 15 pés (4 a 5 metros).

Por ocasião da baixa maré é possível atravessar do continente à ilha Santana de Dentro e banhar-se em sua piscina natural. Esta praia é conhecida internacionalmente, através das mais renomadas publicações do surfe, pelo potencial na prática do esporte.

**Praia do Porto:** a praia do Porto e a praia da Vila se completam na prática do surfe. Localizada entre a praia da Vila e a praia da Ribanceira, a praia do Porto permite a formação de ondas ao lado dos destroços de um navio encalhado já cerca de 20 anos, oferecendo aos visitantes um colorido especial a sua paisagem.

Há de se ressaltar a representatividade histórica daquela praia para o município de Imbituba. No século XVIII amparou a instalação da IV armação da pesca da baleia do Brasil. Os mamíferos eram caçados em alto-mar e rebocados até a praia do Porto, onde o toucinho era cortado e derretido para a produção do óleo, utilizado na iluminação pública das grandes cidades do Brasil e na composição de argamassa para construção civil.

**Praia do Rosa**<sup>407</sup>: localizada em Imbituba, a praia do Rosa é conhecida internacionalmente pelo seu acervo geográfico, formando um belíssimo conjunto: planalto, planície e mar. É, sem sombra de dúvidas, um dos mais belos recantos do município. Ideal para o descanso, o lazer e a prática de esportes radicais.

Uma completa infra-estrutura, na área de hotéis e de lazer, para receber o turista faz da praia do Rosa uma das mais procuradas do litoral sul.

As trilhas ecológicas são algumas das maravilhas oferecidas aos que procuram aquele manancial.

**Lagoa de Ibiraquera:** local de águas tranqüilas, a lagoa de Ibiraquera é própria para a prática de Windsurfe, jet-ski, mergulho, canoagem, pesca e outros esportes náuticos. O camarão-rosa, espécie de crustáceo mais apreciado no mundo, é encontrado em abundância na lagoa de Ibiraquera, contribuindo para enriquecimento da gastronomia local, juntamente com outras espécies capturados ao longo da faixa litorânea que banha o município de Imbituba.

---

<sup>407</sup> A praia do Rosa é um ponto privilegiado para a observação da baleia Franca, que no período de maio a outubro vem ter seus filhotes e amamentá-los no litoral catarinense.

Porto da Vila<sup>408</sup>: o porto da Vila completa parte importante da história econômica e social do município de Imbituba. Museu do porto e da cidade de Imbituba: o museu do porto e da cidade de Imbituba está instalado no prédio de uma antiga usina que fornecia energia elétrica para a cidade. O acervo permanente do museu é constituído, além do maquinário destinado à geração de energia elétrica, de uma vasta variedade de documentos, fotografias e peças relacionadas com a construção do porto Henrique Lage.

O museólogo do Museu Nacional, Anaildo Baração, afirmou, em visita ao Estado de Santa Catarina, em 1993, que o museu de Imbituba é, arquitetonicamente, um dos mais portentosos do Brasil.

Ainda devemos descrever pela sua riqueza histórica as Igrejas do município, como segue:

Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição: a paróquia de Imbituba foi inaugurada em 1951, tendo como construtor o operoso padre Paulo Hobold. Em estilo português, a matriz de Imbituba está localizada à Praça Henrique Lage, voltada para o mar. Suas paredes internas são revestidas com uma faixa de um metro e sessenta de legítimo mármore Carrara. Este revestimento foi executado pelo padre Dr. Itamar Luiz da Costa, sucessor do padre Hobold. O altar-mor, estilo moderno, também é todo de mármore. O templo é bastante amplo, com nave central e duas naves laterais<sup>409</sup>.

Igreja Sant'Anna de vila Nova: em 1749 chegaram as primeiras famílias e construíram uma capela de palha. Em 1753 teve início a construção da atual igreja onde se encontra o altar. Em 1913 foi construída a primeira torre e a fachada, sendo que, em 1965, foi construída a segunda torre.

Igreja de Sant'Anna do Mirim: a igreja Sant Anna do Mirim foi criada em 1850 e elevada à categoria de paróquia em 28 de abril de 1851. Em 18 de julho de 1895 passava por aqui, o então bispo de Curitiba, que foi recebido com grande festa. Em 1929 o padre César Rossi, viário da época, deu novo rumo às finanças da igreja e consegue fazer a remodelação da parte já edificada.

Capela de São Pedro: conhecida como Capelinha da Praia, foi a primeira capela da sede do município, construída em 1866.

<sup>408</sup> Oriundos do Rio de Janeiro, os hidroaviões de Henrique Lage, fundador da cidade, amerissavam nas águas calmas da lagoa do Mirim e aportava no cais em forma de cruz.

<sup>409</sup> Esta igreja foi toda construída com recursos da comunidade. Pedra fundamental é do ano de 1942; a sua construção teve início no ano de 1946, e durou até 1954. O Projeto de construção foi de responsabilidade do Engenheiro Mauro Vieira e o responsável técnico do Dr. Otávio Ribeiro de Castro. Neste período o responsável pela Igreja era do Cônego Paulo Hobold.

Imbituba como um dos mais promissores municipais nas atividades turísticas, tem procurado criar um calendário de eventos culturais para dinamizar estas atividades.

Época	Evento	Comunidade
Janeiro	Festa da Praia	Centro
Janeiro	Festa do Camarão	Centro
Junho	Semana do Município	Centro
Junho	Rodeio Crioulo Nacional 13 Guapos	Sambaqui
Julho	Festa de São Camilo e Madre Paulina	
Julho	Festa de Sant`Anna do Divino Espírito Santo	Vila Nova
Setembro	Semana Nacional da Baleia Franca	Centro
Outubro	Campeonato de Windsurfe Wave	Ibiraquera
Novembro	Festa de Sant`Anna do Divino Espírito Santo	Mirim
Dezembro	Circuito de Surfe Amador	Centro
Dezembro	Festa da Imaculada Conceição	Centro

**Tabela 20** - Calendário de eventos turístico-culturais de Imbituba 410

#### 4.5.1.24 Imaruí

O município de Imaruí está localizado na microrregião de base cultural açoriana do sistema lagunar e Santo Antônio dos Anjos/Mirim e bacia do rio Tubarão, distante 128 km de Florianópolis.

A área territorial é de 542 Km<sup>2</sup>, onde vive uma população de 11.558 habitantes<sup>411</sup>. Com a densidade demográfica de 31,6 hab./Km<sup>2</sup> (habitantes por quilômetros quadrado).

O município tem como limites: ao norte com Paulo Lopes; ao sul com Laguna; a oeste com Gravatal, Armazém e São Martinho e a leste com Imbituba, Laguna e sistema Lagunar de Imaruí/Mirim.

Quanto a origem do nome podemos relatar a seguinte informação colhida na comunidade:

“O nome é derivado de `maruim`, mosquito muito comum na região. Inicialmente a grafia usada era `Imaruyh`, fato que leva muita gente a acreditar que a denominação tenha sido dada por uma tribo de índios que habitavam neste local”<sup>412</sup>.

<sup>410</sup> Dados fornecidos pela Secretaria de Turismo de Imbituba, 2007.

<sup>411</sup> IBGE. Cidades, Op.cit. 2007

<sup>412</sup> Dados da Secretaria de Educação. Prefeitura Municipal de Imaruí. 2007



Os sítios arqueológicos existentes no município são os indicativos da presença de tribos indígenas na região, há milhares de anos.

As primeiras informações sobre a fixação do homem branco na região do atual município remonta ao início do século XIX, quando são concedidas pelo governador da capitania de Santa Catarina diversas sesmarias no sistema lagunar.

<b>Proprietários</b>	<b>Data</b>	<b>Nº. Braças (metros)</b>	<b>Localização</b>
Rodrigo Antonio Espíndola	18/8/1805	250 b.	Rio d'Una
Jerônimo Luiz	9/10/1806	100 b.	Ponta Gr. Da Praia Vermelha
Francisco Pereira da Cunha	15/10/1806	200 b.	Rio d'Una
Mathias Pereira da Cunha	15/10/1806	200 b.	Rio d'Una
João José de Deus	15/10/1806	150 b.	Rio d'Una
Vicente José Rachadel	8/1/1807	150 b.	Saco Grande
Antonio de Souza de Siqueira	9/9/1807	40 b.	Praia Vermelha
Manoel Pereira Maciel	7/12/1808	40 b.	Rio de Guaratinganha
Leandro da Costa	14/1/1809	250 b.	Aratinganha
Manoel José da Silva Cascaes	26/1/1810	120 b.	Mirim
José Silveira Borges	27/4/1814	46 b.	Rio d'Una
Sebastião Alves	2/11/1811	3.000 b.	Rio d'Una
José Silveira Borges	9/3/1823	316 b.	Rio d'Una
José Teixeira Bernardes	16/9/1823	130 b.	Rio d'Una

**Tabela 21** - Sesmarias doadas no atual território de Imaruí, pelo governador da capitania de SC<sup>413</sup>

Imaruí tornou-se freguesia no ano de 1833, tornando-se logo distrito policial pelo Decreto Estadual nº. 29, de 23 de março do mesmo ano.

Pelo Decreto nº. 22, de 27 de agosto de 1890, é criada a vila (município) de Imaruí, ocorrendo sua instalação no dia 22 de setembro do mesmo ano:

“Decreto nº. 22 de 27 de agosto de 1890

Raulino Julio Adolpho Horn (...) 1º Vice- Governador do Estado Federal de Santa Catarina (...)

Decreta:

Art. 1º. – Fica desmembrada do município de Laguna a freguesia de Imaruhy para formar um novo Município com a denominação de Imaruhy, o qual ficará pertencendo à Comarca de Laguna.

Artigo 2º. – Os limites do novo município serão os atuais da referida freguesia, que fica elevado à categoria de vila”<sup>414</sup>.

<sup>413</sup> Fonte: doação de sesmarias Governador da capitania de Santa Catarina. Livro de sesmarias. Op. cit.

O município de Imaruí, passados 117 anos de sua criação. A população é composta por 11.528 habitantes<sup>415</sup>. Administrativamente o município é dividido em distrito Sede e distrito do Rio D`Una. As comunidades rurais são em número de 37 e a zona urbana do município é formada pelo Centro e pelos bairros Taquaraçutuba, Prainha, Vila Thiesen, Vila Paraíso, Floresta e Praia do Lessa.

A pesca é a principal fonte de economia do município, seguida da agricultura, onde se destacam o arroz, a farinha de mandioca e outros. O município também está investindo no turismo rural, tendo ótimas pousadas. A cidade, às margens da lagoa de Imaruí, preserva a cultura açoriana, presente nas brincadeiras da Ratoeira, Ternos de Reis, Pau de Fitas, Quadri-lhas e Boi-de-Mamão. No Interior, encontram-se contadores de “causos” que refletem a religiosidade através das crenças e mitos como o do lobisomem, o da mula-sem-cabeça e o do boitatá.

Além dos aspectos culturais as riquezas ambientais favorecem o turismo. A lagoa de Imaruí, com suas ilhas, é uma das mais belas atrações turísticas, própria para a prática de esportes náuticos, pesca e passeios de barco. As cachoeiras são de uma beleza incomparável, algumas possuem corredeiras e quedas que encantam os praticantes de canoagem. Junto a muitas dessas cachoeiras temos matas nativas, onde trilhas, ainda não exploradas, deixariam deslumbrados os amantes da natureza, pois flores e pássaros completam de forma mágica a paisagem natural, com características selvagens e de uma beleza sem par.

As festas religiosas e comunitárias movimentam Imaruí ao longo do ano. Em março temos a Festa Religiosa da cidade a do Senhor Jesus dos Passos, que contam com mais de 40.000 devotos; em junho a festa do padroeiro da cidade São João Batista, com queima de fogos e festejos; agosto a festa de emancipação da cidade com atrações variadas, MotoCross, festa náutica e shows.

Imaruí, berço da colonização açoriana, cultura está presente no folclore, na gastronomia e na arquitetura espalhadas por diversas comunidades, mantendo os traços da colonização inicial e da cultura que aflora, principalmente, nas festas tradicionais e na culinária.

---

<sup>414</sup> Assumindo a Superintendência Municipal (funcionando como Câmara Municipal) o Cel. Serafim José da Silva Matos. Na época não existia a figura do prefeito, sendo o município administrado pelo superintendente municipal, e também foram empossados os Conselheiros Municipais: capitão Jerônimo Luiz de Bittencourt, Manoel Vicente da Rocha, José Teixeira da Silva Candemil e Elias de Souza Siqueira.

<sup>415</sup> IBGE. Cidades, Op. cit. 01 de setembro de 2007

#### 4.5.1.25 *Laguna*

O município de Laguna, com 441Km<sup>2</sup><sup>416</sup>, localiza-se na microrregião cultural de base açoriana do sistema lagunar de Santo Antonio dos Anjos, que inclui as lagoas do Mirim, Imaruí, Santo Antonio, Manteiga, Ribeirão, Camacha, Garopaba do sul, Santa Maria e bacia do Tubarão. Está localizada às margens da lagoa de Santo Antonio dos Anjos, a 6 km da BR 101, sendo que esta rodovia corta todo o território de Laguna, no sentido norte/sul. Situa-se a 28° 46' 54" de latitude sul e 48° 46' 56" de longitude oeste, a 118 km de Florianópolis<sup>417</sup>. Tem como limites municipais ao norte Imbituba e Imaruí; ao sul com Jaguaruna; a oeste com Tubarão e Gravatal e a leste com o oceano Atlântico.

Localizado abaixo do Trópico de Capricórnio, na zona marítima, o município de Laguna apresenta um clima subtropical marítimo úmido, com verão e inverno relativamente ameno, sendo o índice pluviométrico de 1.200mm anualmente, com chuvas bem distribuídas em todas as estações. A temperatura média anual é de 19,5°, e a umidade relativa do ar de 80%<sup>418</sup>.

A população de Laguna, em 2007, é de 50,179 habitantes<sup>419</sup>. No entanto, na alta temporada de turismo (dezembro a março), esse número ultrapassa a 100.000 habitantes<sup>420</sup>.

“A origem da denominação “Laguna” cuja fundação se deve a Domingos de Brito Peixoto, (que a pedido do Rei de Portugal vem com a família fundar a povoação de Laguna), provém da Lagoa da Barragem que se abre em frente a cidade. Com efeito, muito antes da chegada a estas paragens, dos povoadores vicentistas, já a lagoa, era conhecida pela denominação “Laguna dos Patos”, conferida possivelmente pelos espanhóis que povoaram a costa catarinense. Domingos de Brito Peixoto, depois de sustentar luta com naturais, lança os alicerces da nova colônia e levanta a pequena capela em cujo altar a imagem de Santo Antônio dos Anjos, que será padroeiro da povoação fundada. Daí surgiu a denominação “Santo Antônio dos Anjos de Laguna” dada a povoação pelo seu fundador, mais tarde sendo uma península situada entre 2 lagoas, seu nome foi simplificado para Laguna que lembrava a palavra lagoa. O objetivo de estabelecer um ponto de apoio à conquista dos campos do Rio Grande estão possessão espanhola”<sup>421</sup>.

O município de Laguna chamava-se quando de sua fundação, Vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Tem sua história associada ao povoamento das vastas terras ao sul da ilha de Santa Catarina, incluindo parte do Rio Grande do Sul. Desde o século XVII, em pleno ci-

<sup>416</sup> IBGE. Cidades, op. cit. Setembro de 2007.

<sup>417</sup> SANTUR. Governo do Estado de Santa Catarina. 2007

<sup>418</sup> Dados da Prefeitura Municipal de Laguna. 2007

<sup>419</sup> Dados: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

<sup>420</sup> Secretaria Municipal de Turismo. 2007.

<sup>421</sup> Prefeitura Municipal. Relatório de informações sobre Laguna, 1999.

clo do bandeirantismo de apresamento de índios, Laguna se envolve no processo de desbravamento de terras sulinas.

O vicentista Domingos de Brito Peixoto, seus filhos e genros, foram responsáveis pelo aparecimento e consolidação da povoação de Laguna, na segunda metade do século XVII. Em 1783 requer as terras de Laguna à Coroa portuguesa, depois de ali se estruturar e consolidar seu empreendimento agrocomercial, que havia fracassado alguns anos antes na Enseada de Brito.

A elevação à categoria de vila deu-se em 1720, incluindo em seu termo judicial a ilha de Santa Catarina.

Passagem natural para aqueles que se dirigiam para as terras do sul, teve a sua população envolvida nesse movimento de ocupação das terras litorâneas e dos caminhos das tropas que do litoral subiam em direção ao planalto, para demandarem aos mercados paulistas.

Quando da introdução dos açorianos (1748-56), recebeu números significativos de I-lhéus, que se localizaram tanto na sede da vila, como fundaram a freguesia de vila Nova de Sant Ana (1755), hoje pertencente ao município de Imbituba.

Na época da introdução os açorianos, a vila de Laguna tinha população superior à vila de Desterro, só perdendo para a vila do Rio São Francisco.

A expansão em direção ao sistema lagunar do Mirim e vale do Tubarão – Araranguá e litoral Sul, foi um dos fatores de Laguna ter se mantido com um contingente populacional sem grande expressão, pois a emigração era constante.

Laguna faz parte da história ocidental dos grandes descobrimentos da Idade Moderna, antes mesmo do descobrimento do Brasil.

O meridiano de 360 léguas a oeste de Cabo Verde, que definia os limites atlânticos entre Portugal e Espanha, base do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 entre Portugal e Espanha, passava por Laguna, em Santa Catarina e Belém, no Pará. Foi a existência da Linha de Tordesilhas que ensejou constantes conflitos entre espanhóis e portugueses pelo controle da América meridional entre a ilha de Santa Catarina e o rio do Prata, tendo Laguna como ponto geodésico dos conflitos.

O marco do Tratado de Tordesilhas, pelo seu significado histórico, é o monumento mais importante de Laguna, entretanto só agora começa a ser valorizado no contexto da história, cultura e turismo municipal.

Em fins do século XVIII, muitas terras no espaço atual do município de Laguna estavam devolutas, sendo requeridas por interessados junto ao governo da capitania de Santa Catarina.

No período de 1786 a 1814 foram dadas 34 sesmarias a 32 proprietários, que, portanto, foram moradores nas respectivas áreas requeridas, conforme estabelecia a legislação<sup>422</sup>.

No ano de 1839, Laguna sediou a República Juliana, que teve a duração de 3 meses. Foi criada para protelar o ataque das tropas imperiais ao coração da República Farroupilha, já que Laguna tinha o último porto capaz de abastecer as tropas em luta no sul. Foi dirigido por catarinenses, sob a presidência do padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, que dirigia um Conselho de Estado aos moldes do império brasileiro, sob tutela direta de David Canabarro. Figuras presentes no movimento foram: David Canabarro, padre Rossete, padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, Joseph Garibaldi, Anita Garibaldi, José dos Reis, Manoel Claudinho e outros.

A soldadesca gaúcha desocupada deixou como herança um número elevado de filhos naturais e pobreza generalizada, pelo confisco de bens e gêneros alimentícios, que levou o povo lagunense a aclamar as tropas imperiais, que até então detestavam, quando estes tomaram Laguna.

São datas marcantes do município de Laguna:

“1683 – Domingos de Brito Peixoto organiza arraial de Laguna;  
Em 20 de janeiro de 1720 – é instalado a Vila de Laguna;  
Em 1º de fevereiro de 1721 – Brito Peixoto retorna à Vila, nomeado que fora Capitão-Mor de Laguna;  
Em 1725 Brito Peixoto despachou uma frota com seu genro João de Magalhães, para a conquista do Rio Grande. A expedição do foi vitoriosa;  
29 de Julho de 1839 foi proclamada em Laguna a República Juliana; quando surgiu a figura de Anita Garibaldi”<sup>423</sup>.

Administrativamente o município é dividido em três distritos; distrito Sede, Pescaria Brava e Ribeirão Pequeno. Por ser um município extenso, apresenta inúmeras comunidades afastadas da sede: Sigana, Santa Marta Pequena, Passagem da Barra, Sambaqui, Cortical, Ribeirão Pequeno (sede do distrito), Parobé, Ribeirão da Maricota, Ponta do Daniel, Figueira, Morro Grande, Santiago, Sertão da Estiva, Barreiros, Indaial, Caruru, Ribeirão da Pescaria Brava, Prainha, Carreiros, Ciqueiro, Pescaria Brava (sede do distrito), Cabeçadas, Bananal, Laranjeiras, Barranceira, Barbacena Paulista, Bentos, Caputera, Perrexil e Estreito.

<sup>422</sup> Dados colhidos do quadro das sesmarias doadas pelo governo da capitania de Santa Catarina nas terras do atual município de Laguna. Livro de sesmarias do governo da capitania de Santa Catarina – 1753 a 1814 (vol. 1 e 2) APSC.

<sup>423</sup> Prefeitura Municipal. Op. cit.

As principais atividades econômicas do município concentram-se no setor primário e terciário, destacando-se a agricultura, pesca e pecuária. A pesca do camarão a noite é famosa e conhecida em todo o país. Laguna, pelas suas lagoas, é o maior celeiro de camarões do sul do Brasil, exportando para os maiores centros consumidores nacionais e internacionais.

A pesca tem papel fundamental na economia do município de Laguna, tendo como principais produtos a anchova e o camarão. No canal da barra e na área conhecida como Pontal, a pesca é feita com tarrafa auxiliada pelos botos.

Tal auxílio resulta da perseguição que os botos movem aos peixes (principalmente a tainha) para devorá-los, fazendo com que estes, ao tentarem escapar dos perseguidores, aproximem-se da parte mais baixa, onde os botos não possam alcançá-los. Este é o momento em que as tarrafas são lançadas para a captura do pescado. Os botos são reconhecidos e possuem nomes dados, logicamente, pelos pescadores: chinelo, galha, torta, etc.

Por ser um município extenso e de terras aproveitáveis às atividades agropecuárias, tem forte tradição no setor. As principais culturas desenvolvidas no município são de arroz, milho e mandioca. Segundo dados emitidos pela EPAGRI, estima-se a produção destas culturas em 13 toneladas para o ano em curso, das quais, a produção da mandioca deverá contribuir com cerca de 80% deste total.

O setor pecuário representa, em 2005, um rebanho efetivo de 23.794 animais, distribuídos em bovinos, eqüinos, suínos. Bubalinos, caprinos e galináceos<sup>424</sup>.

Quanto ao setor terciário, representado pelo comércio (1300 empresas) e prestação de serviços (1312, empresas), tem seu destaque no comércio de alimento (36,69%) e no comércio de tecidos/vestuários/calçados, com 11,39%, das empresas.

Ao observarmos através dos resultados econômicos o crescimento do município, constatamos o potencial turístico, como o maior gerador número de empregos e receita ao município nos próximos anos. Laguna é a cidade catarinense que possui o melhor conjunto arquitetônico de Santa Catarina, composta por 600 casas e diversos monumentos históricos, que contam um pedaço da história do Brasil. Casas geminadas e sobradadas de estilo colonial se associam no conjunto a casas do estilo eclético, mostrando a dinâmica do desenvolvimento da cidade<sup>425</sup>.

<sup>424</sup> Dados da Secretaria da Pesca do desenvolvimento Rural e Aquicultura do município de Laguna.2007.

<sup>425</sup> Dados da Secretaria de Turismo e lazer. 2007

Por Lei Municipal, em 4 de outubro de 1978 foram tombadas as construções de reconhecido valor histórico-arquitetônico. Passo importante que fez de Laguna, em novembro de 1984, cidade patrimônio histórico-arquitetônico nacional<sup>426</sup>.

Ao lado desta riqueza arquitetônica variada, evidenciam-se alguns lugares como cartões de visita da cidade.

**“Marco de Tordesilhas:** a 7 de julho de 1494, foi assinado entre Portugal e Espanha o Tratado de Tordesilhas, que fixava como linha divisória o meridiano de 360 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, no Atlântico, ao norte e ao sul de Laguna. Este tratado expedido em maio de 1493 assinado pelo Papa Alexandre VI, dava as terras a leste para Portugal e a oeste para a Espanha.

**Carioca:** também chamada fonte dos namorados, foi construída em 1863, por escravos. Desta fonte, ainda hoje a população se abastece de água. Em 1903 foi ampliada.

**Casa Pinto Ulysséa:** Construída na Praça Lauro Muller, na encosta do morro da Carioca, foi edificada pelo tenente-coronel Joaquim Pinto D’Ulysséa, em 1866. Seu proprietário para ela mudou-se em março de 1867.

É uma casa em estilo português, cópia de uma Quinta de Portugal, revestida pelo lado externo de azulejos importados de Portugal, pátria do proprietário, foi a primeira casa em Laguna construída com platibanda, pois todas as outras eram de beirado. Essa platibanda era adornada com vasos de cerâmica branca e, nas extremidades dela, duas estatuetas representando deusas mitológicas.

Era uma casa luxuosa para a época. Tinha um jardim e uma chácara cuidados por um jardineiro português, especialista no assunto de jardinagem, cujos canteiros contornados de beiras de cimento, eram de variadas formas e sempre floridos. É mais conhecida como a casa dos azulejos.

Restaurada pela IPHAN conserva ainda hoje seus traços de início de construção, com um belíssimo jardim conservado para que os visitantes conheçam as atividades desenvolvidas pelos escravos naquela casa.

**Museu Anita Garibaldi:** na Praça Republica Juliana, prédio histórico construído em 1747 e que serviu como Câmara na parte superior e Cadeia Publica na parte inferior. Nesse foi proclamada a Republica Juliana desmembrando Santa Catarina do regime monárquico regente no Brasil em 1839. Conserva muitas peças de alto valor arqueológico encontradas nos sambaquis da região e possui um acervo riquíssimo com relação aos fatos que culminaram com a instalação da Republica Juliana, destacando-se, entre outros, o prédio onde o lagunense Jerônimo Francisco Coelho, fundador da imprensa catarinense, imprimiu o primeiro jornal “O CATARINENSE” e o dinheiro de papel impresso para circular na República.

**Casa de Anita:** construída em 1711, é a casa onde a heroína Anita Garibaldi se vestiu de noiva para o seu primeiro casamento. A edificação foi tombada e transformada em museu com diversas peças que pertencem à Anita Garibaldi, como móveis, retratos, moedas e medalhas utilizadas na época que desenrolaram os históricos acontecimentos.

O mastro do navio Seival construído pelo italiano Giussepe Garibaldi para libertar Laguna das forças imperialistas, ainda se encontra preservado no museu.

**Igreja matriz Santo Antonio dos Anjos:** em estilo toscano, com portalatas de gnaise e duas torres pelo interior é ornada: à frente com altar-mor, em estilo barroco florentino; aos lados, altares em estilo barroco turtulião; ao norte a capela em honra ao Santíssimo Sacramento com altar em estilo barroco mineiro esculpido em 1789. Destaca-se nele o grande tabernáculo, feito de um só tronco de madeira.

<sup>426</sup> Prefeitura Municipal. Relatório de informações sobre laguna. 1999.

Em 1974, foi este altar de alto a baixo, inteiramente folheado a ouro. A entrada da igreja e o batistério, cuja pia batismal, em forma de esfera truncada é feita de um bloco de gnaise.

Uma parede lateral é enriquecida por uma tela de Victor Meireles pintada em Roma em 1856. Possui a igreja antigas imagens de madeiras esculpidas e decoradas a ouro<sup>427</sup>.

Outros locais de valor histórico-cultural e natural-paisagístico também fazem parte de um roteiro de visitas que agradam pela beleza e originalidade:

**Docas:** localiza-se no centro da cidade, local onde as pequenas embarcações e iates ancoram. Um lindo lugar onde pode-se apreciar o pôr-do-sol e durante a noite, a lagoa de Santo Antônio. A mesma é totalmente iluminada por lâmpadas de fotocélula.

**Morro da Gloria:** com 126 metros de altura, é o ponto mais alto da região, proporcionando uma vista de todas as praias, cidade e das duas lagoas com os respectivos molhos.

A imagem de Nossa Senhora da Glória possui 12 metros de altura.

**Farol de Santa Marta:** considerando o maior das Américas e o terceiro do mundo. Distante 15 km do centro, no Cabo de Santa Marta.

Localizado numa área de 16900 m<sup>2</sup>, é o ponto de referência marítima dispondo de um aparelho lenticular formado por um globo de cristal giratório. Eletrificado em 7 de fevereiro de 1941. A luz projetada é através de lentes, por lâmpadas de 115 x 1000.

**Pedra do Frade:** bloco de pedra vertical de quase nove metros de altura e cinco de diâmetro instiga pescadores, nativos e cientistas a levantarem hipóteses sobre o seu surgimento. Localizada no morro do Gil, deu origem a grandes histórias, incontáveis lendas e alguns estudos.

Curiosamente equilibrada em três pontos, sobre uma rocha à beira-mar, possuindo aproximadamente 30 toneladas e em cima por uma pedra triangular, não parece ter surgido ali do nada<sup>428</sup>.

Laguna possui aproximadamente 12 praias, sendo algumas em estado virgem, somente procuradas por pessoas que praticam esportes náuticos. As mais conhecidas e freqüentadas, por suas belezas naturais são:

**Praia do Mar Grosso:** a mais procurada na alta temporada pelos turistas, devido sua infra-estrutura com ótimos bares e restaurantes.

**Praia do Iró:** divide o balneário Mar Grosso da praia do Gil. Conhecida pela beleza de suas pedras vermelhas que adentram o mar.

**Praia do Gil:** localiza-se logo após a praia do Iró, é a praia mais freqüentada pela população lagunense. Sua beleza maior é a Pedra do Frade, que localiza-se no final de sua extensão, juntamente com a belíssima arquitetura do Laguna Turist Hotel.

**Praia do Sol:** localizada logo após a praia do Gil, é uma praia calma, com uma pequena população de turistas e pescadores.

**Praia de Itapirubá:** em seguida da praia do Sol, conhecida pela beleza de seus recantos e a arquitetura do magnífico hotel Itapirubá.

<sup>427</sup> Fonte: Prefeitura Municipal. Secretaria do Turismo e do lazer. 2007.

<sup>428</sup> Fonte: Prefeitura Municipal. Secretaria do Turismo e do lazer. Op. cit. 2007



Temos também: praia do Farol; praia da Teresa; praia do Gravatá; praia da Galheta; Prainha; Praia de Ipuã; Praia do Siri (localizada entre a Galheta e Gravatão).

Laguna é um belo lugar a ser conhecido pelo seu valor histórico e belezas natural-paisagísticas. Hoje, já apresenta um calendário de eventos que convida a ser visitado:

Nome	Data	Local	Responsável
Reveillon	31/12 a 01/01	Principais praias	Prefeitura Municipal
Pré-carnaval	15/01 a 02/03	Centro histórico	Pref. Munic. e Esporte de samba
Festa Nossa Sra. Dos Navegantes	Fevereiro	Magalhães	Paróquia
Carnaval	04/03 a 08/03	Centro histórico Mar Grosso	Pref. Munic. e Escolas de Samba
Festa Nossa Sra. Auxiliadora	15/05 a 24/05	Bairro Progresso	Paróquia
Festa Santo Antonio	Junho	Centro histórico	Paróquia
XIV Semana Cult. De Laguna	23 a 29/ 07	Centro histórico	Fundação Lagunense de Cultura
Festa do Espírito Santo	Outubro	Magalhães	Paróquia
III Semana Turismo	Novembro	Centro histórico	UNISUL
III Encontro de Cavaleiros do Sul	Novembro	Praia Mar Grosso	Castelmar
III Moto Laguna Abertura do verão	Dezembro	Praia Mar Grosso	Pref. Municipal e Moto Clube

**Tabela 22** - Calendário de eventos de Laguna. Ano 2006.<sup>429</sup>

#### 4.5.1.26 Capivari de Baixo

O município de Capivari de Baixo encontra-se localizado às margens da BR 101 na microrregião de cultura de base açoriana do sistema lagunar do Mirim-Bacia do Tubarão, na planície formada pelos rios Tubarão/Capivari.

A área territorial do município é de 53 Km<sup>2</sup><sup>430</sup>, com altitude média de 10 metros ao nível do mar. Seus limites foram definidos pela Lei 8556, de 30 de março de 1992, como segue:

“(…) Art. 2º Os limites do município de Capivari de Baixo são os abaixo especificados, conforme mapa anexo:

Ao norte com o município de Gravatal, iniciando no rio Capivari, marco de divisa n. 87, coordenada geográfica aproximada da latitude 28° 25’ 17” S, longitude 48° 58’ 4” W, daí segue por linha seca e reta até a nascente do rio Estiva dos Pregos, marco de divisa n. 88, coordenada geográfica aproximada da latitude 28° 23’ 04” S,

<sup>429</sup> Fonte : Calendário de Eventos 2000. Laguna, SC. Prefeitura Municipal de Laguna.

<sup>430</sup> IBGE. Cidades. Op. Cit.

longitude 48° 56' 19" W. A leste com o município de Laguna, descendo o rio Estiva dos Pregos até o canal dos Gaúchos, coordenada geográfica aproximada da latitude 28° 29' 92" S, longitude 48° 55' 45" W, desce por este até o rio Tubarão das Conchas, coordenada geográfica aproximada da latitude 28° 30' 15" S, longitude 48° 56' 27" W, a sul e oeste com o município de Tubarão, subindo por este até o ponto de partida.”<sup>431</sup>

A denominação Capivari de Baixo tem duas versões sobre seu significado. A primeira versão diz:

“(…) Em épocas remotas, existia um capim denominado Capim-Vara que na língua tupi-guarani significa Capim (mato) e Vara (bicho) dando origem a Capivari, posteriormente transformada em Capivari. O acréscimo do nome ‘de Baixo’ ao nome Capivari ocorreu em função de ficar a nascente do rio na localidade de Alto Capivari de São Bonifácio e a parte baixa do rio em Capivari (…)”<sup>432</sup>.

A segunda versão diz que:

“(…) Capivari é de origem indígena. De acordo com o dicionário tupi-guarani, de Silveira Bueno, Capivary = Rio das Capivaras, vocábulo composto de capibara, Capivary e Y, rio.

Poe sua vez, capivara é a composição de Capi, erva, capim eurara, comedor.

Ao rio, os índios denominaram de Capivary e deste originou-se o nome do município.

Capivari de Baixo é assim denominado, porque, o atual município de Armazém/SC, tinha, desde o primeiro quartel do século XIX, o nome de São Pedro de Capivary e, quando em 1901 foi levado a distrito, recebeu a denominação de Alto Capivary.

A pequena localidade que hoje é a sede do município sempre foi referida por Capivari ou Capivari de Baixo. Além do mais, era necessário distinguir-se da idêntica denominação de um município do Estado de São Paulo, bairros e distritos de outros da Federação (“…)”<sup>433</sup>.

O município não possui distritos, sendo quase toda a área perímetro urbano, uma vez que até 1986 era legalmente um bairro da cidade de Tubarão.

Hoje, de acordo com os dados do IBGE, projeção para 2006 o município possui uma população de 20.539<sup>434</sup>.

O povoamento da região da bacia do rio Tubarão/Capivari teve início na segunda metade do século XVIII, a partir da então vila de Laguna, com descendentes de vicentistas e açorianos. A primeira data (lote) de terra concedida pelo governador da capitania foi em 27 de se-

<sup>431</sup> Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Leis e Decretos. Lei nº 8.556, de 30/03/92. Florianópolis. 2007.

<sup>432</sup> WENDHAUSEN, Odair. História de Capivari de Baixo. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo. 1999.

<sup>433</sup> Ibidem.

<sup>434</sup> IBGE. Cidades. Op. cit

tembro de 1773 a Manoel de Moraes Pedroso, totalizando 3000 braças de terras de frente para o rio Tubarão <sup>435</sup>.

As primeiras terras requeridas junto ao rio Capivary, provavelmente na área territorial do município de Capivari de Baixo, ocorreram em 10 de janeiro de 1810, totalizando 2000 braças de terra (aproximadamente 3800 metros) de frente para o rio e foi doada pelo governador da capitania de Santa Catarina à Dona Maria Joaquina <sup>436</sup>.

Em 1812, no dia 13 de outubro, foi concedida a Carlos José da Cunha 2125 braças de terra (3825 metros) de frente, ao morro do Capivari no rio Tubarão. Portanto, Carlos José da Cunha foi, provavelmente, o primeiro morador do município de Capivari, por volta de 1812.

Em 15 de março de 1814 também ganhou terras, junto ao rio Capivary, Manoel Correa de Souza, que recebeu um lote de terra de 2250 braças (4300 metros) de frente para o rio <sup>437</sup>.

Dona Maria Joaquina (1810), Carlos José da Cunha (1812) e Manoel Correa de Souza (1814) foram os primeiros homens brancos a receberem terras junto ao rio Capivary e, provavelmente, foram os primeiros homens brancos a se estabelecerem com propriedades na área do município de Capivari. Dedicaram-se à pecuária bovina e agricultura de subsistência típica da época: mandioca, milho, feijão, amendoim, etc., cuja característica econômica se manteve até meados do século XX.

O arraial de Capivari foi surgido em torno da capela de São João Batista, fundada pelos padres da congregação do Sagrado Coração de Jesus da paróquia de Tubarão, por volta de 1912.

Capivari de Baixo era uma área rural até meados do século XX, quando em 1945 teve início a construção do complexo termelétrico Jorge Lacerda, que transformou por completo a região, pelos anos seguintes.

A partir de 1960 teve início tentativas de criar o distrito de Capivari de Baixo, sistematicamente rejeitadas por mais de 20 anos. Torna-se realidade em 13 de outubro de 1986, através da Lei nº 6888, sancionada pelo governador de Santa Catarina, por iniciativa do então vereador e atual prefeito de Capivari de Baixo Luiz Carlos Brunel Alves.

A emancipação política do distrito de Capivari de Baixo, do município de Tubarão, teve início em 10 de julho de 1991, quando o projeto de lei, de iniciativa do então vereador Luiz

---

<sup>435</sup> Doação de sesmarias. Op. cit.

<sup>436</sup> Ibidem.

<sup>437</sup> Doação de sesmarias. Op. cit.

Brunel Alves, foi aprovado pela Câmara de Tubarão, concedendo autorização para iniciar o movimento de emancipação <sup>438</sup>.

Através da Lei 8556, de 30 de março de 1992, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, foi criado o município de Capivari de Baixo, oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1993, sendo os primeiros mandatários: prefeito, vice-prefeito e vereadores, que foram eleitos em 3 de outubro de 1992<sup>439</sup>.

“(…) Art. 1º - Fica criado o município de Capivari de Baixo, desmembrado do município de Tubarão, constituído pela área territorial do Distrito do mesmo nome. Florianópolis, 30 de março de 1992 ”<sup>440</sup>.

No dia 1º de janeiro de 1993, quando da instalação do município, foi dado posse aos primeiros eleitos para administrar o município.

A pequena extensão territorial do município, somado ao relevo de planície sem contato direto com o mar, reduz em muito seus atrativos natural-paisagísticos, com destaque para o rio Capivari.

Em seu território localiza-se o antigo Lavador de carvão de Capivari, responsável pela degradação de parte do ecossistema local, hoje em processo de recuperação.

A economia do município é marcada pela atividade industrial, representando 79% da produção econômica do município, com 55 empresas. Destaques para o setor de geração de energia, estando localizado em Capivari de Baixo a Usina Termelétrica Jorge Lacerda, a maior do gênero na América Latina <sup>441</sup>.

O setor de comércio representa 9%, englobando 111 empresas, já o setor de prestação de serviços contribuem com 4% da renda gerada no município.

No município estão localizados alguns equipamentos em atividades ou desativados, que representam um potencial turístico considerável, por serem quase que exclusivos no setor de mineração e geração de energia.

---

<sup>438</sup> Transcrição do Decreto Legislativo n. 1/91 – Dispõe sobre a emancipação do Distrito de Capivari de Baixo. O prefeito da Câmara de Vereadores de Tubarão no uso de suas atribuições e com aquiescência do Plenário. Decreta: Art. 1º - De acordo com a decisão do Plenário da Câmara de Vereadores de Tubarão, fica aprovado o Movimento Emancipacionista do Distrito de Capivari de Baixo.(...) Sala das Sessões, 10 de julho de 1991.Vereador Celso Meneghel: Presidente. Câmara Municipal de Tubarão, Leis e Decretos. Decreto.

<sup>439</sup> WENDHAUSEN, op. cit.

<sup>440</sup> Transcrição da Lei estadual 8556, de 30 de março de 1992, que criou o Município de Capivari de Baixo.

<sup>441</sup> Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo. Diagnóstico do Município. Secretaria de Educação e Cultura. 2006

O lavrador de Capivari, com seus enormes depósitos de carvão, a rede ferroviária intacta, inclusive no tocante à estação, a Usina Termelétrica Jorge Lacerda, a maior da América Latina neste setor e a Gruta Nossa Senhora da Saúde são importantes equipamentos no desenvolvimento do turismo local.

A arquitetura mais importante do município está ligada às atividades da Companhia Siderúrgica Nacional representada por galpões, instalações administrativas e estação ferroviária do período áureo da extração de carvão.

O folclore existente no município é potencial, pois as pessoas conhecem sua prática e não estão praticando. Se estimulados, com certeza voltarão a cultivá-lo, podendo dinamizar as atividades socioculturais locais.

#### 4.5.1.27 Tubarão

O município de Tubarão está situado a 133 km<sup>442</sup> de Florianópolis, na microrregião de base cultural açoriana do sistema lagunar de Santo Antônio dos Anjos/Mirim/Imaruí/vale do rio Tubarão.

A sede do município é cortada pela BR 101, constituindo-se no mais importante pólo universitário do sul de Santa Catarina.

A área territorial é de 300 Km<sup>2</sup> <sup>443</sup>, onde vivia em 1998 uma população de 95.339 habitantes. Isto dá a densidade demográfica de 317.7 hab./Km<sup>2</sup><sup>444</sup> (habitantes por quilômetro quadrado).

O município limita-se ao norte com Capivari de Baixo; ao sul com Jaguaruna e 13 de Maio; a leste com Laguna e a oeste com Pedras Grandes, São Ludgero e Orleans <sup>445</sup>.

O nome Tubarão advém do nome que era dado aos chefes indígenas que habitavam a região, que aprisionavam outros índios para vendê-los aos vicentistas (bandeirantes paulistas)<sup>446</sup>.

As primeiras informações sobre a região são da época das bandeiras, a partir de 1600 em diante, as quais tinham um próspero comércio de escravos índios capturados na região, pelos chefes rivais, cognominados de Tubarões <sup>447</sup>.

---

<sup>442</sup> SANTUR, Municípios. 2007

<sup>443</sup> IBGE, Cidades. Op. cit.

<sup>444</sup> Ibidem.

<sup>445</sup> Mapa de Santa Catarina. IBGE. 2007.

<sup>446</sup> FARIAS, Vilson Francisco de. **Sombrio: 85 anos-Natureza, história e cultura**. Edição do autor. Sombrio. 2000. p.92 a 1001

No entanto limitava-se a um escambo feito através do porto de Laguna.

A fixação do homem branco na região indica que se deu a partir da segunda metade do século XVIII, quando se obteve os primeiros registros de doações de sesmarias na região, como segue:

Nome do Proprietário	Data de doação	Local	Nº. de Braças (1,60m)
Manoel de Moraes Pedroso	27/9/1772	Tubarão	3000 b. (4800m)
Jacinto Jacques Nicos	5/8/1774	Tubarão	750 b. (1200m)
José Gonçalves da Rosa	30/6/1806	Tubarão	50 b. (80m)
Thomé F. de Souza Coutinho	19/12/1807	Tubarão	670 b. (1172m)
Thomaz Silveira Pinheiro	24/5/1811	Tubarão	500 b. (800m)
Francisco Xavier de Mello	20/10/1813	Tubarão	800 b. (1280m)
José Gomes de Carvalho	30/8/1814	Tubarão	250 b. (400m)

**Tabela 23** - Doações de sesmarias feitas pelo governador da capitania de Santa Catarina na região de Tubarão, de 1772 a 1814<sup>448</sup>.

Portanto, pelos estudos apresentados, estes são os primeiros moradores com “bens de raiz” na região, o que indica que Tubarão tem o início de sua ocupação ainda no século XVIII<sup>449</sup>.

O progresso da região fez com que o arraial de Nossa Senhora da Piedade de Tubarão fosse elevada à categoria de freguesia (distrito) através da Lei Provincial nº. 32, de 7 de maio de 1886<sup>450</sup>.

No ano de 1837, através da Lei Provincial nº. 54, de 17 de março de 1837, sendo criado provavelmente a 1ª escola de Tubarão, como segue:

“Lei nº. 54 de 17 de março de 1837 – Art. Único – Fica criado uma Escola de primeiras letras na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (Tubarão), Termo da Villa de Laguna...”<sup>451</sup>.

No ano de 1870, no dia 27 de maio, através da Lei nº. 635, Tubarão foi elevado à categoria de vila (município) desmembrado da vila (município) de Laguna. Foi efetivamente instalado a vila no dia 7 de junho de 1871.

<sup>447</sup> FARIAS, Vilson Francisco de. Sombrio: 85 anos-Natureza, história e cultura. *Op. cit.*

<sup>448</sup> Fonte: doação de sesmarias Governador da capitania de Santa Catarina. Livro de sesmarias. 1753-1823-APSC.

<sup>449</sup> Doação de sesmarias Governador da capitania de Santa Catarina. *Op. cit.*

<sup>450</sup> Lei provincial nº 32.de 07/05/1836. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. 2006.

<sup>451</sup> Ibidem.

No dia 19 de abril de 1875, pela Lei nº. 745, foi criado a comarca de Tubarão<sup>452</sup>. O progresso contribuiu para que Tubarão fosse elevado à categoria de cidade em 7 de novembro de 1890, através do Decreto nº. 33.

“Decreto nº. 33 de 7 de novembro de 1890  
 (...) Artigo Único – A villa de Tubarão fica elevado a Categoria de Cidade com a mesma denominação; revogam-se as disposições em contrário.  
 Palácio do Governo do Estado Federal de Santa Catarina. 7 de novembro de 1890.  
 Lauro Severiano Muller ”<sup>453</sup>.

Tubarão no ano de 2007 é uma próspera cidade cuja economia em quase nada lembra o passado. O setor primário da economia é insignificante se comparado ao setor secundário (indústria) e terciário (comércio e prestação de serviços diversos), que impulsionam o desenvolvimento do centro urbano.

No que tange ao turismo tem uma excelente infra-estrutura urbana e hoteleira. O seu potencial turístico concentra-se nas águas termais, canalizadas para confortáveis complexos hoteleiros. Pólo de integração da região, oferece passeios turísticos semanais nas locomotivas Maria-Fumaça pela ferrovia Thereza Christina, ligando as cidades de Imbituba, Laguna, Criciúma e Urussanga. O percurso liga estas cidades às praias, à subida da Serra do Rio do Rastro, aos monumentos históricos e as tradições das etnias que ajudaram a povoar a região. Toda esta estrutura deste roteiro turístico ferroviário é mantida pela Rede Ferroviária Federal.<sup>454</sup>

A ferrovia, situada entre a serra e o mar, às margens do rio Tubarão, tem como um dos seus atrativos as inúmeras pontes.

Outro atrativo turístico é a Praça Dona Thereza Christina, inaugurada em 1884, por ocasião do Centenário da Ferrovia do mesmo nome.

A cidade é rica em belezas naturais. Há várias lagoas na cidade, entre elas a da Manteiga, da Garopaba, do Sul, do Camacho, da Gamboa Grande, do Lino e dos Paus.

Outro ponto turístico são as termas de Tubarão. Nas Termas do Rio do Pouso, a alguns minutos do centro da cidade, um hotel-fazenda oferece muitas opções de lazer e de práticas esportivas, além de piscinas de água mineral. Nas Termas da Guarda, entre a Serra do Mar e o Litoral, a água termal jorra à temperatura de 36°C, canalizada em piscinas e banheiras. Já no

<sup>452</sup> Leis e Decretos Provinciais. Lei n 745, de 19/4/1875. Coleção

<sup>453</sup> Decretos e Resoluções de 17 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890, p. 170.

<sup>454</sup> Dados: Prefeitura Municipal de Tubarão. Secretaria de Educação. 2006

aspecto cultural o município concentra suas atividades na Casa da Cidade - Centro de cultura e local de permanentes exposições de arte, artesanato, literatura, música, dança, teatro e canto coral.

As igrejas são patrimônios de grande valor turístico, a Catedral Diocesana, a Igreja Matriz São José Operário, além do Mausoléu de João Teixeira Nunes, o Monumento a Anita Garibaldi e o Museu Ferroviário - o primeiro do gênero em Santa Catarina. No museu, o turista encontra 23 peças, entre vagões e locomotivas, vindos da França, Japão, Bélgica, Inglaterra, Polônia, Alemanha, Estados Unidos e Tchecoslováquia. O acervo tem ainda relógios, pinturas, ferramentas, telefones, telégrafos, máquinas de escrever, placas, sinos, fotografias e esculturas<sup>455</sup>.

A preservação dos sambaquis é um aspecto importante no resgate da cultura do município de Tubarão.

#### 4.5.1.28 Içara

O Município de Içara está localizado a 182 km ao sul de Florianópolis, na microrregião de base cultural açoriana de Jaguaruna/rio Urussanga, com uma área geográfica de 293 Km<sup>2</sup>, onde vivia em 2006 uma população de 46.423 habitantes<sup>456</sup>, resultando numa densidade demográfica de 158 hab/Km<sup>2</sup>.

A sede do município está localizada nas coordenadas geográficas de 28° 42' 12" de latitude sul e 49° 16' 54" de longitude oeste, tendo como limites municipais:

“... ao norte com os municípios de Criciúma, e Morro da Fumaça, ao sul com o oceano Atlântico e Araranguá; a leste com o oceano Atlântico e Jaguaruna e a oeste com Criciúma. O município apresenta uma altitude média de 15 metros, estando o centro de Içara a 27 metros acima do nível do mar”.<sup>457</sup>

O nome atual de Içara vem de uma palmeira abundante na região chamada de palmeira Juçara ou Içaroba, da qual extraíam diversos produtos que utilizavam como palha para cobrir as casas, ripas para construir as paredes de estuque, palmitos para a alimentação.

<sup>455</sup> Prefeitura de Tubarão. Op. cit.

<sup>456</sup> IBGE. Cidades. Projeção para 2006. 2007

<sup>457</sup> Fonte: FERNANDES, Elza de Mello. Içara – Nossa terra, nossa gente. Edição da autora. Içara. 1998. p.14.



O povoamento, no entanto, não começou pela sede do município, mas sim pela comunidade conhecida por Urussanga Velha (Uru = ave com este nome; Sanga = córrego/rio = rio dos urus). Portanto, este foi o primeiro nome da região.

A ocupação da vasta região do vale de Urussanga/Araranguá foi lenta. Inicialmente obedecendo à linha da costa e margens dos rios e lagoas, posteriormente abrindo picadas a golpes de machado e facão.

A escritora Elza de Mello Fernandes em sua obra *“Içara – nossa terra, nossa gente”*, faz um minucioso relato do evoluir histórico da região de onde tiramos alguns extratos:

“A localidade de Urussanga Velha, ponto inicial da ocupação do município de Içara, teve sua ocupação inicial pelo homem branco na segunda metade do século XVIII, quando fixa-se com bens de raiz na região. João da Costa, que recebeu uma sesmaria doada pelo Governador da capitania de Santa Catarina, em 23 de julho de 1770, medindo 6000 braças de frente (9600) metros, ou seja, 9,6 Km) indo do rio Orussanga até a Barra Velha.”<sup>458</sup>

A população continuou rarefeita pelos anos seguintes. Os moradores das poucas propriedades existentes se uniam em torno da fé.

“A vida social na localidade de Urussanga Velha até o ano de 1825 era a base de terços e novenas nas residências dos poucos moradores. No ano de 1825 foi a época da primeira capelinha, construída com achas (Axás) de coqueiro e cobertas de palhas, virada para o mar, com cemitério aos fundos; localizada próxima a casa dos Ferraz, na elevação acima da Sanga que corria para a lagoa (1850). Outras capelas sucederam-se acompanhando a dinâmica social e populacional da região, sendo a última iniciada em 1932”<sup>459</sup>.

Em 1939, de acordo com Fernandes (1998) o atual município de Içara (sede) era um modesto vilarejo de Criciúma. Na época não existiam mais de 40 residências, todas localizadas na arca central.

Em 23 de maio de 1933 Içara é elevada a distrito, com o nome de Urussanga Velha, através do Decreto 334. O nome é alterado posteriormente para Aliatar Martins, por ser homônimo a São Sebastião de Gravataí<sup>460</sup>.

Em 1944 a sede do distrito foi transferida do litoral para a comunidade de Içara.

<sup>458</sup> FERNANDES, Elza de Mello. *Içara – Nossa terra, nossa gente*. Edição da autora. Içara. 1998 p.33 a 37

<sup>459</sup> FERNANDES, Elza de Mello. *Içara – Nossa terra, nossa gente*. Edição da autora. Içara. 1998 p. 40

<sup>460</sup> Leis e Decretos Estaduais, 1953. Arquivos da Assembléia legislativa do Estado de Santa Catarina.

A emancipação política de Içara, do município de Criciúma, deu-se em 20 de dezembro de 1961, através da Lei Estadual nº. 796, sendo efetivamente instalado o município em 26 de dezembro de 1961 <sup>461</sup>.

A economia do município é diversificada. O setor agropecuário envolve centenas de famílias que se dedicam ao plantio de feijão (5650 há), fumo (4500 há); milho (1400 há), arroz irrigado (1800 há) e mandioca (400 há), a pecuária apresenta um rebanho de mais de 10.500 cabeças de bovinos, 5500 cabeças de suínos, 400 eqüinos, 100.000 aves, 22.000 colméias, que resultam na produção de 450 toneladas/ano, tornando o município o primeiro produtor nacional, dando ao município o título de Capital Nacional do Mel <sup>462</sup>.

O setor industrial cresce rapidamente com a instalação de inúmeras indústrias, principalmente do setor cerâmico. Em consequência, amplia-se o comércio e demais setores de prestação de serviços, gerando empregos e riquezas.

O turismo de Içara tem sua grande alavanca no período de verão, onde aproveita a maior parte do território de Içara que está no litoral e é responsável pela multiplicação da população da cidade durante os meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. São 20km de praias, entre as quais destaca-se a Praia do Rincão, com 7 km de extensão.

Além de muito limpa, a praia tem duas plataformas de pesca que entram mar adentro Privilegiada pela natureza, Içara tem 7 lagoas, sendo uma de água salgada e as outras 6 de água doce - a maioria própria para a pesca. Destaque para a Lagoa dos Esteves, a maior lagoa do sul do Estado.

#### *4.5.1.29 Araranguá*

O município de Araranguá está localizado no sul de Santa Catarina, a 210 km de Florianópolis, na planície costeira, banhado pelo oceano Atlântico e cortado pela rede hidrográfica de Araranguá e sistema lagunar de Sombrio.

Suas coordenadas geográficas são: 28° 56' 05" de latitude sul e 49° 29' 09" de longitude oeste. Tem como limites: norte – Criciúma; nordeste – Içara; noroeste – Maracajá; sul – Sombrio; sudoeste – Ermo; oeste – Turvo e Meleiro; leste – balneário Arroio do Silva e oceano Atlântico.

---

<sup>461</sup> Ibidem.

<sup>462</sup> Dados gerais do município de Içara. Prefeitura Municipal de Içara. 2006.

Com características de clima subtropical atlântico, apresenta uma temperatura média anual de 18,9°, com estações bem definidas: verão e inverno. A altitude média ao nível do mar é de 12,30 metros.

Quanto ao nome Araranguá, existem algumas versões:

“A definição que caiu no uso popular foi a que sugere ser, o nome oriundo de ‘ararã’ (papagaio grande, ararã) e ‘guá’ (vale, baixada) – significando vale das araras ou vale dos papagaios. Provavelmente esta defesa se deve ao que apresenta a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada pelo IBGE em 1959, definindo como possibilidade a criação do termo por onomatopéia, e, virtude da grande quantidade de pássaros psitacídeos, como a arara e outros semelhantes, e seu som estridente. Ainda segundo a enciclopédia, Vieira da Rosa defendeu ter sido abundante na região, o ‘araçari’, também conhecido como ‘tucano feliz’.

(...) Estes termos que sugerem a ligação com as aves psitacíformes (araras, papagaios, periquitos, etc.) não são defendidos ou bem aceitos pelo pesquisador Paulo Hobsbold. Alega ele não serem espécies com habitat preferenciais em climas subtropicais como os do Brasil. E defende, como maior possibilidade, a referência que atribui a origem do nome da cidade aos golfinhos. Registro feito em seu livro, considerando também a onomatopéia e as corruptelas (alterações, transformações, atualizações e modos de pronúncia que altera os termos atendendo ao uso popular) (...). O rio que atravessava a região era um habitat privilegiado dos golfinhos, cujo murmúrio emitido, sons estridentes e ouvidos em longa distância, “iririn, iririn”, seria pronunciado pelos aborígenes que passaram a chamar o rio de iriringuá – bacia ou baixada dos golfinhos”<sup>463</sup>.

O primeiro nome dados a uma povoação no município de Araranguá se chamou Capão da Espera, nas proximidades do morro do Centenário, ainda no século XVIII.

“(…) em 1816, era criada a primeira capela, junto ao pequeno povoamento, identificado em documentos como sendo o bairro Araranguá – de Laguna – onde hoje temos o Distrito de Hercílio Luz.

Em 1816, no dia 04 de maio, após trinta e dois anos, a capela era elevada à Paróquia, com criação da freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá e o povoado à categoria de distrito, pertencente a Laguna, no dia 09 de maio. Quando foi criada a freguesia, seu território abrangia as terras compreendidas entre os rios Manpituba e Urussanga. Nesta época o distrito criado passou a ser chamado de Campinas, depois substituído por Araranguá, nome que já era aplicado ao antigo bairro de Laguna, e que foi predominado, com o crescimento, até abranger a sede escolhida para o distrito”<sup>464</sup>.

Araranguá é o município pólo, irradiador do povoamento, de toda a região do extremo sul catarinense, fazendo parte de seu território até o ano de 1925, quando se inicia o desmembramento, para formar os atuais municípios de Criciúma, Içara, Forquilha, Nova Veneza, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Passo de Torres, Balneário Gaivota, Turvo, Meleiro, Morro

<sup>463</sup> Fonte: ROCHA, Alexandre. Araranguá. Fundação Cultural de Araranguá, 1999.

<sup>464</sup> Ibidem.

Grande, Timbé do Sul Ermo, Jacinto Machado, Praia Grande, Maracajá e Balneário Arroio Silva <sup>465</sup>.

Atualmente possui uma área territorial de 304 Km<sup>2</sup>, com uma população de 62.442 habitantes. Sua densidade demográfica (número de habitantes por quilômetro quadrado) é de 205,4 hab./Km<sup>2</sup><sup>466</sup>.

A história do povoamento do vale do Araranguá tem início ainda no século XVIII.

O dia 11 de fevereiro de 1728 traduz-se no grande marco histórico, quando se registrou o princípio da ocupação do território, data em que a equipe comandada pelo sargento-mor Francisco de Souza Faria, procedeu à abertura do Caminho dos Conventos, que dois anos depois chegou à vila de Curitiba. Araranguá era grifada nos roteiros das expedições ao sul e frequentemente atravessada pelos tropeiros numa rota consagrada, que formou o denominado tripé Viamão-Araranguá-Lages, tido e citado em muitas publicações como sendo grande referência histórica do tropeirismo no sul do Brasil. Surgiram assim as primeiras casinhas, feitas de madeira tosca e cobertas de palhas, umas até instaladas como ponto de pousada ou pequeno comércio de gêneros que pudessem suprir necessidades imediatas dos viajantes. Aquela movimentação fez nascer o primeiro núcleo de moradores da região do extremo sul catarinense, por vezes citado como a denominação de Capão da Espera.

Na origem deste povoamento, estão os vicentistas que haviam fundado Laguna.

As primeiras datas de terras (propriedades) que se tem informações de serem requeridas e concedidas pelo governador da capitania de Santa Catarina, no atual município de Araranguá, datam respectivamente de 1772 e 1774. No dia 27 de fevereiro de 1772 foi concedido a Manoel Gonsalves Leite de Barros, 3.000 braças de terra (+ ou – 4800 metros) de frente no Araranguá e no ano de 1774, no dia 5 de abril, foi concedido a João da Costa Silveira 9.000 braças de terra (16.200 metros de frente) no Araranguá, provavelmente nas margens do rio Araranguá. Portanto, seriam estes os primeiros proprietários de terras na região<sup>467</sup>.

Quem sabe sejam estes os moradores que iniciaram a povoação conhecida por bairro Araranguá (distrito Hercílio Luz), no ano de 1816.

Os açorianos e seus descendentes em trânsito para o Rio Grande do Sul, procedentes da região de Desterro e Laguna, desde 1750, com certeza, foram também se fixando ao longo da costa e vales fluviais desta extensa região, cuja marca cultural está ainda presente nos hábitos,

---

<sup>465</sup> ROCHA. Op. cit.

<sup>466</sup> IBGE. Op. cit.

<sup>467</sup> Doação de sesmarias. Governo da capitania de Santa Catarina. Livro nº. 1 e 2, 1751-1823.

costumes, folclore, gastronomia. Enfim, no saber fazer e ser regional, lado a lado com outras culturas.

“Em 1815 é autorizada a criação da primeira capela, inaugurada em 1916<sup>468</sup>.

Em 4 de maio de 1848, pela Lei Provincial nº. 27, foi elevada à categoria de freguesia com o nome de Nossa Senhora da Mãe dos Homens do Araranguá<sup>469</sup>.

Em 1866 já apresentava os seguintes dados:

População: 3.683 habitantes, sendo 15 estrangeiros. Destes, 3.376 eram livres e 907 escravos; distribuídos em 614 casas;

Profissões: empregados públicos – 2, comerciantes – 16, lavradores – 600 artistas – 5; Renda referida: de 100\$ a 500\$ réis – 490, de 1.000, réis-8<sup>470</sup>.

O processo lento, mas, seguro, criou as condições à sua elevação à condição de vila (município), em 03 de abril de 1880, através da Lei Provincial nº. 901. Foi efetivamente instalado em 28 de fevereiro de 1883<sup>471</sup>. No ano de 1900 apresentava uma população de 16.291 habitantes, sendo 8.242 homens e 8.049 mulheres<sup>472</sup>. Em 1.920 a população total de 21.303 habitantes, com 19.458 nacionais e 1.845 estrangeiros, era distribuída pelos distritos de Passo do Sertão, Criciúma, Nova Veneza, Sombrio e Cangicas. No distrito Sede, moravam 13.161 nacionais e 795 estrangeiros<sup>473</sup>. No ano de 1.970, após sofrer inúmeros desmembramentos, apresentou a população de 20.211 habitantes. Pelo censo de 1.998, a população é de 54.216 habitantes”<sup>474</sup>.

O município possui uma riqueza muito grande, no que tange aos recursos naturais e meio ambiente. Isto por possuir uma rede hidrográfica e lagunar nas praias e no Morro dos conventos, o seu grande potencial natural-paisagístico.

Araranguá apresenta, além da orla marítima, a bacia do rio Araranguá, que é formada pelo próprio rio e seus afluentes, tendo 2.016 Km<sup>2</sup> de área.

O rio Araranguá nasce da união dos rios Mãe Luiz e Itoupaba, que são formados por águas oriundas do costão da serra. O único afluente direto do Araranguá é o rio dos Porcos, que tem seu maior percurso no município de Içara. Todos, os outros rios, como o Amola Faca, o Jundiá e o Engenho Velho (considerado o primeiro contribuinte para a formação do Araranguá), são formadores dos rios Mãe Luiza e Itoupaba, que a poucos quilômetros da cidade, no local denominado Forquilha Grande se unem, recebendo o nome de rio Araranguá, rasgando a cidade no meio, ao encontro das águas do oceano Atlântico.

Araranguá possui algumas lagoas dotadas de privilegiada beleza e localização. Atualmente assoreadas, não mais se permitiria imaginar que nelas fosse possível fazer operar uma

<sup>468</sup> Município de Araranguá. Fundação Cultural de Araranguá – documento com informações do município. P. sn.

<sup>469</sup> Núcleos Secundários, *Op. cit.*

<sup>470</sup> Mapa da População da Província no ano de 1866, *Op. cit.*

<sup>471</sup> Núcleos Secundários. *Op.cit.*

<sup>472</sup> Sinopse do Recenseamento. IBGE, 1905, *Op. cit.*

<sup>473</sup> Sinopse do Recenseamento de 1 de setembro de 1920. *Op.cit.*

<sup>474</sup> Censo do IBGE para os anos de 1970 e 1998.

hidrovia, como cogitou-se fazer no passado, interligando-as com os canais e com as lagoas que se estendem de Sombrio a Osório.

Atualmente as margens das lagoas estão cercadas, sendo bastante restrito o acesso do público, prejudicando também o turismo, que poderia ser fomentado pela beleza de suas lagoas.

Uma destas é a “Lagoa da Serra”, onde se encontra a Estação de Tratamento de água – ETA – do SAMAE, que abastece Araranguá e Arroio do Silva e possui 5 km de comprimento, dividindo-se entre Araranguá e Balneário Arroio do Silva. Na comunidade do distrito de Hercílio Luz, observam-se forte característica da cultura de base açoriana, expressada no cotidiano da comunidade através do trabalho, agricultura, pesca, artesanato, vida doméstica, diversão e religiosidade como também pela diversidade de seu folclore.

Pela posição geográfica, com localização próxima à foz do rio Araranguá, a pequena vila é um convite ao sossego, onde reina a tranquilidade que une a beleza natural e cultura popular.

Para os que buscam fazer memória da cultura açoriana, não podem deixar de visitar o trapiche das pequenas embarcações que aguardam para a saída diária dos pescadores para a pesca de variadas espécies de peixe, com destaque para a tainha e o bagre.

Outro aspecto cultural muito preservado é a figura do artesão. A produção do artesanato é bastante antiga, desde o início da povoação, com a fabricação de canoas, tarradas, remos, pilões, e diversos outros utensílios domésticos e para o trabalho nas atividades da vila. Pela tradição no artesanato a comunidade encontrou uma nova opção, o artesanato de fibras vegetais. As peças artesanais como bolsas, chapéus e estrelas, inicialmente confeccionadas para atender às necessidades domiciliares e para serem vendidas aos primeiros turistas interessados que visitavam a região, foram aos poucos recebendo tratamento mais artístico, acrescidas de uma temática voltada à realidade regional, manifestada nos quadros, com paisagens típicas do nosso litoral. São também bastante apreciadas as famosas bonecas, bruxinhas, anjos, palhaços, vassourinhas, etc.

No que tange a eventos, observamos no calendário municipal as seguintes festa que marcam a vida da comunidade:

- *Tradicional festa de São Gonçalo* (10 de Janeiro) - Uma das poucas ainda existentes, mantida com traços originais. Acontece sempre próximo ao dia dez de cada ano.

- *Comemorações Semana do Município* - Emancipação: 03/04/1880 – Acontece na primeira semana de abril.

- *Festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens* – Festa com quase um século de existência. Paróquia/freguesia/distrito criados em 04/05/84 - Acontecem todo dia 04 de maio.

- *Festa da Tradição Junina* – Evento com dez edições. Enaltece a cultura e o folclore típicos do período – Acontece todo mês de julho.

- *Mostra Municipal de Folclore* – Evento que acontece no Jardim Alcebíades, Praça Hercílio Luz, reunindo grupos folclóricos, artistas, escolas, entidades e todos os que preservam no seu dia-a-dia nossas raízes culturais. Acontecem por ocasião do Dia internacional do Folclore, 22 de agosto, ou data próxima.

- *Rodeio Crioulo do CTG Galpão da Estância* - Acontece todo mês de outubro, em Araranguá.

- *Semana da Criança* - Evento que homenageia as crianças e propõe o resgate do folclore infantil.

- *Natal Verão* - Evento que, com variada programação cultural, pelas características próprias, anuncia o espírito natalino e a alegria da chegada do verão.

Portanto, Araranguá é um pólo regional capaz de estimular o turismo a partir de seu potencial natural - paisagístico e infra-estrutura de cidade capital regional do extremo sul do estado de Santa Catarina.

#### 4.5.1.30 Sombrio

. O município de Sombrio, cujo nome desperta curiosidade, é uma bela comunidade no extremo sul do Estado de Santa Catarina, distante apenas 30 km da fronteira do vizinho Rio Grande do Sul e 244 km de Florianópolis, na microrregião de base cultural açoriana do Araranguá/Mampituba

“Pertence à microrregião de Araranguá, na mesorregião do sul catarinense, situando-se entre as coordenadas geográficas de 29° 00' e 29° 15' de latitude sul e 49° 30' e 49° 40' de longitude oeste.. Possui uma área de 142,7Km<sup>2</sup> (...) limita-se ao norte com os municípios de Araranguá e Ermo, ao sul com o município de Santa Rosa do Sul, a oeste com o município de Jacinto Machado e a leste com Balneário Gaivota (antes oceano Atlântico).

Pelo Censo Populacional do IBGE, projeção para 1998, o município de Sombrio tinha a população de 22.657 habitantes, sendo 11.348 do sexo masculino, 11.309 do sexo feminino, com uma densidade demográfica de 158,7 habitantes por Km<sup>2</sup>. No ano de 1998 estavam inscritos no município de Sombrio 15.254 eleitores, representando 0,34% do eleitorado catarinense e colocando Sombrio na posição de 44° município com maior número de eleitores. Os dados indicam que 67,3% da população do município estava apta a votar.

Isso caracteriza uma população bastante politizada e com forte participação de jovens entre os eleitores”<sup>475</sup>.

Sua história ao longo dos séculos XVII a XIX está envolta em mistérios, ligados à ação dos jesuítas e bandeirantes na região, que viam nos índios a razão de seus esforços. Os primeiros a organizá-los em missões para cristianizá-los; os segundos procurando aprisioná-los para torná-los mão-de-obra escrava. Em ambos os casos, as ações destes estranhos destruíram o modo de vida dos tradicionais moradores da região.

Os relatos existentes são sugestivos da presença intermitente do homem branco na região, sem, no entanto evidenciar a existência de um processo de povoamento regional.

Especula-se, a partir da tradição oral, que o nome Sombrio tenha sido dado pelos primeiros povoadores da região de Torres, conforme segue:

“A história já tem mais de dois séculos (...) passando pelo litoral, pela altura do Morro dos Conventos, pés civilizados chegam pela primeira vez às praias de Sombrio (hoje Balneário Gaivota) em viagem para o Sul. (...) alguns destes desbravadores, provavelmente oriundos de Laguna, ali chegando deram ao lugar o nome de Torres. (...) após a construção de suas choças, para ali residirem, apreciavam do alto dos outeiros o leste imenso, o Atlântico e, ao norte o grande sertão que se estendia até os aparados da serra descortinando mais do norte ainda, vislumbraram um morro escuro, sombrio, e cujo sapé formando como que um espaço vazio, desfraldava-se um lago ou lagoa. Em expedição até o local (...) voltam os olhos para as margens: avistam a faixa sombria, que naquela zona escurecia pelas sombras do monte, junto à encosta (...) contataram as acolhedoras sombras das grandes figueiras, que se erguem nas margens da lagoa, tornando ainda mais escuras as águas, deixando ver o reflexo brilhante na parte não sombreada. O morro ainda distante da expedição mostrava-se sombrio, principalmente pela distância. (...) junto às margens da lagoa avistam as grandes furnas. (...) o morro fica conhecido a partir de então pelo nome de Sombrio.”<sup>476</sup>

Outra hipótese levantada, e aceita pelo autor, é a de que os tropeiros, ao tangerem o gado pela região, alimentavam suas boiadas junto à lagoa, antes de se aventurarem na subida da serra, utilizando a sombra das figueiras para repousarem. Face ao movimento das águas do rio da Lage, associavam toda massa de água da região do rio, identificando a área de repouso como sendo “sombra do rio”, que evoluiu para Sombrio. Tal hipótese parece ser a mais lógica, pois o nome Sombrio não é mencionado em documentos antigos dos primeiros desbravadores, o que indica que foi colocado por pessoas que usavam a região como caminho de pas-

<sup>475</sup> FARIAS, Vilson Francisco de. *Sombrio: 85 anos – natureza, história e cultura*. Edição do autor. Sombrio. 2000, p.29 a 31.

<sup>476</sup> FARIAS, Op. cit. P. 131



sagem. Os tropeiros eram estes viajantes rotineiros da região, tangendo o gado dos campos gaúchos para São Paulo, utilizando esta trilha em sua caminhada.

Sombrio, como outras povoações do sul catarinense, resultou da fusão de diversas culturas: índios, luso-açorianos, italianos, alemães, poloneses e outros povos que, mais recentemente, ajudaram na construção da comunidade sombriense, que apresenta alguns valores culturais bastante originais, verdadeira sobrevivência de culturas seculares.

No território do atual município de Sombrio, seus primeiros moradores permanentes se estabeleceram por volta de 1833, com propriedades dedicadas à exploração de pecuária extensiva e da agricultura de subsistência. As famílias Rodrigues e Guimarães foram as pioneiras.

Os índios que há séculos vinham sendo perseguidos por expedições bandeirantes de caça aos índios, tinham acumulado ódio e desconfiança do homem branco. Transformaram-se em adversários persistentes à fixação do homem branco em seu território, travando constantes escaramuças com os brancos. Pilharam, por diversos momentos, a produção agrícola e outros bens materiais, até mesmo matando e raptando os habitantes das propriedades. Os brancos, por seu lado, não deixavam por menos, organizavam expedições para perseguir e matar os índios, obrigando-os a se refugiar nos aparados da serra, quando não eram exterminados. Os bugreiros foram os braços armados dos homens brancos com a missão de afugentar, perseguir e matar os bugres (índios).

A produção econômica se baseava na plantação e transformação da mandioca, cana-de-açúcar, do milho, amendoim; da pecuária de corte, tanto para a venda do gado vivo, como os subprodutos resultantes de seu abate: charque, lingüiça, couro, etc.

A produção agrícola excedente era transportada através de canoas, pelo sistema hidroviário existente, até Torres e de lá para o melhor mercado consumidor o de Porto Alegre, de onde era trazido armas de fogo, ferramentas, objetos de uso doméstico e pessoal, tecidos, pólvora, sal etc. Outra parte era transportada até Laguna, com igual destino comercial. O dinheiro circulante, neste período, que vai até o início do século XX, era mínimo, fazendo com que as atividades comerciais fossem basicamente de troca de produtos, mesmo que avaliados seus preços, segundo o padrão monetário (dinheiro) da época. Assim, a riqueza dos indivíduos era medida em quantidade de terras, escravos, gado e outros bens de valor como carros, carroções, canoas, engenhos, moradas e compadrio (número de afilhados). As descrições apresentadas já no século XX, em 1947, no livro de Reitz, são testemunhos do estágio de desenvolvimento econômico da região até então.

“A paróquia de Sombrio é essencialmente agrícola. Suas grandes planícies favorecem diversas culturas. Os terrenos são férteis, com exceção das escarpas mais acidentadas da Serra Geral. Divide-se o território, entre terra arenosa, denominada areia e terra de barro. Esta é mais fértil, principalmente nas nascentes do Mampituba, e se presta para o cultivo do milho, cana-de-açúcar, alfafa, etc. As areias possuem terra arenosa, de cor bastante alva, especialmente indicada ao plantio da mandioca. Nela o rendimento dessa euforbiácea é espantoso. A lavoura da mandioca leva a dianteira a todas as demais culturas. Neste chão cultivam-se também intensamente o milho, e menos o feijão, amendoim e algumas outras plantas. Nos morros (Sombrio, Retiro da União, Peroba, Sanga da Areia, etc.) cultivam-se intensamente a cana-de-açúcar, a bananeira, e menos o trigo, o milho, o arroz, o feijão, etc. Nas planícies inundáveis toma incremento o plantio do arroz. Nas nascentes de Mampituba (Praia Grande, Pintada, etc.) é grande o cultivo da alfafa, chegando, chegando, na safra, ao baixo preço de R\$5.00 a arroba. O fumo, café, batata-doce, batatinha, bem como laranja, abóboras, melancias, abacates, anonas, frutas-de-conde, ananás, abacaxis, uvas, etc., é tudo bastante cultivado. A floricultura, horticulturas também não são olvidadas. Os repolhos, aipins, batatas, chuchus, cenouras, couves, batata-aipo, espargo, etc. apresentam belos espécimes”<sup>477</sup>.

O potencial econômico do município desabrochou a partir da inauguração da BR101. Aos poucos foram sendo instaladas indústrias de calçados, móveis, cerâmicas, moinhos, alimentícias, etc. No início do ano de 1990, Sombrio se transformou em um dos grandes pólos industriais do sul de Santa Catarina, com especialidade na produção de calçados.

“... Contemporaneamente a este processo de abertura a consolidação das rodovias, notadamente a BR 101, as antigas manufaturas transformaram-se em indústrias: farinha de mandioca, polvilho, cerâmica, fumo, arroz e calçados. Em 1993 totalizavam 20 indústrias cerâmicas (telhas e tijolos), 43 calçadistas e 89 entre couro, madeira, arroz, etc. (Plano Decenal, 1993:10), que passaram a desenvolver suas atividades através do trabalho assalariado. Atualmente, a expressão do modo capitalista de produção em Sombrio, encontra-se na indústria de calçados. Terre, que na sua origem era uma pequena unidade de produção independente, baseada no trabalho familiar, produzindo arreios para cavalos e tamancos, destinados ao mercado local. A pequena unidade de produção transformou-se em indústrias no ano de 1979, época em que possuía uma área construída de 600m<sup>2</sup>, fabricava 500 pares de calçados por dia, operava com 60 funcionários e comercializava no mercado nacional. Hoje (1994) opera numa área de 20.000m<sup>2</sup>, produz 120.000 pares de calçados por mês, possui mil funcionários e, além de abastecer o mercado nacional, destina 20% de sua produção para exportações, notadamente para os EUA e Europa. Cabe sublinhar, ainda que além de possuir uma produção com marca própria atua como facção das empresas Topper e Regazzoni e, igualmente, como componente de um forte grupo empresarial ao lado da Geloko. Esta produz sorvetes e picolés, subordinado, para tanto, o trabalho de alguns pequenos produtores da região, que lhes fornecem leite e frutas em geral”<sup>478</sup>.

<sup>477</sup> REITZ, Raulino. **A paróquia de Sóbrio**. p. 154-156.

<sup>478</sup> SCHEIBE, Luiz Fernando. **Qualidade ambiental de municípios de Santa Catarina: o município de Sóbrio**. FEPEMA, Florianópolis, 1997, p. 23 e 24.

No final da década de 1990, têm-se informações sobre o comportamento da economia de Sombrio, que está no setor agrícola centrada no fumo, arroz, maracujá e apicultura.

No setor secundário observa-se uma transição:

“Mesmo verificando-se que a emancipação política do Balneário Gaivota gerou a redução do número de estabelecimentos nos diversos setores econômicos no ano de 1997, apenas o setor secundário ( industrial ) continuou em queda no ano de 1998, havendo uma redução de 61 estabelecimentos industriais, que somados aos 51 perdidos, no ano de 1997, representou a redução de 112 indústrias, ou seja, mais ou menos 32% do parque industrial existente em 1996. Quanto isto representou em termos de fechamento de vagas de trabalho? Difícil responder pois não se teve dados disponíveis. No mesmo relatório aponta indicadores de uma diversificação e fortalecimento de novas atividades industriais, típicas de micro empresas: confecções de peças íntimas, fabricação de artigos de alumínio, extração de pedras para construções, confecções de roupas de malhas. Sinal de um novo arranque industrial? Só o tempo poderá responder”<sup>479</sup>.

Politicamente Sombrio tem uma história ligada ao século XX. Foi elevado à categoria de distrito de paz em 2 de janeiro de 1914, pela Lei Municipal 141, da câmara de Araranguá, que o desmembrou do distrito de passo do Sertão, tendo como limites:

“Ao norte confinado com a picada da sesmaria Raupp, ao sul tem por limites a picada da sesmaria de Manoel José Machado, costeando a lagoa de Sombrio até a Sanga da Madeira e barra do rio Mampituba, a leste limita-lhe a praia do mar e a oeste serve-lhe de limites o rio Cachoeira, seguindo em resumo norte a Pedra d’ahi até o morro Louro, partindo desse travessão até a sesmaria Raupp”<sup>480</sup>.

No dia 30 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual 133, foi criado o município de Sombrio, efetivamente instalado em 2 de abril de 1954.

O novo município, desmembrado de Araranguá, foi formado pela junção dos distritos de: Passo do Sertão e Sombrio, tendo como sede da municipalidade a vila de Sombrio. Com a elevação à categoria de município, Sombrio passou a ter os seguintes limites:

“A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Lei nº 133. Altera a organização administrativa do Estado de Santa Catarina na conformidade do pronunciamento das Câmaras Municipais, cria os municípios e dá outras providências. (...) Faço saber a todos deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei. Art. 1.º- Ficam de conformidade com os atos das câmaras Municipais (...) criados os seguintes municípios, com os limites constantes do anexo. (...) II- de Sombrio, com sede na vila de mesmo nome desmembrado de Araranguá. (...) Anexo a Lei nº 133- Limites II - Município de Sombrio. a)Com o município de

<sup>479</sup> FARIAS, Vilson Francisco de. **Sombrio: 85 anos – Natureza, história e cultura**. Edição do autor. Sombrio, 2000, p. 146 e 147.

<sup>480</sup> FARIAS, Vilson Francisco de. **Sombrio: 85 anos – Natureza, história e cultura**. Edição do autor. Sombrio, 2000, p. 171.

Turvo: - Começa na bifurcação do rio Canoa, com o rio Mampituba, desce pelo primeiro até a foz do rio Leão; sobe por este até a barra da Sanga do Vinagre; por esta acima até sua nascente; daí segue uma linha seca, passando pelos pontos mais altos dos morros Taimbé, Vista Alegre e Soares; b) Com o município de Araranguá: - Parte do Ponto mais alto do morro do Soares, segue em linha seca, até desembocadura da Sanga do Bernardinho, na lagoa Caverá e daí se prolonga até o oceano Atlântico; c) Com o Estado do Rio Grande do Sul... Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 30 de dezembro de 1953<sup>481</sup>.

A estrutura político-administrativo do município envolve dois distritos: a Sede e da Guareta. Quando à malha urbana têm-se os seguintes bairros: Furnas, Raizeira, São José, Nova Brasília, Centro, Parque das Avenidas, São Luiz, Januária, São Pedro, São Francisco, Rússia.

No tocante à área rural, destacam-se as comunidades de: Rastro da União, Garuva, Maracanã, Vista Alegre, Sanga Negra, Garapuvu do Sul, Vila Boa Esperança, Linha Floresta, São Camilo, Costa da Lagoa do Caverá e Campo d' Água.

Ao longo dos 45 anos de emancipação política foi o município de Sombrio administrativo por 13 prefeitos, sendo que a origem deles mostra a multiplicidade étnico-cultural do município: 8 de origem luso-açoriana; 1 de origem italiana, 2 de origem alemã; e 2 de origem polonesa.

O poder legislativo, desde que foi instalado, no ano 1954, , foi exercido por 98 vereadores. Destes, 71 de origem luso-açoriana, 17 italianos, 10 alemães. Curiosamente nenhum vereador de origem polonesa, apesar de um dos prefeitos do município ser de origem polonesa.

As belezas natural-paisagísticas de Sombrio que merecem destaque são as Furnas de Sombrio e lagoas do Caverá e Sombrio.

As Furnas de Sombrio é um conjunto de cavernas, às margens da BR 101, tendo a maior delas 74 metros de profundidade, 17m de largura na entrada, 7 metros de altura máxima, com 1.118m<sup>2</sup> de superfície.

O sistema lagunar hoje está resumido às lagoas do caverá e de Sombrio, como segue a descrição:

*Lagoa do Caverá* - *Cáa-berá* significa, na língua indígena, “folha brilhante” ou “luzidia”, é interposta entre a lagoa da Serra e de Sombrio, com a mesma importância viatória das outras. Suas dimensões são de 9 km de comprimento, com 4m no máximo, de largura. As margens são de grande beleza e ricas em caça. Comunica-se com a lagoa da Serra pelo sangrador do Fundo Grande e com a de Sombrio pelo rio ou sangrador do caverá.

<sup>481</sup>Prefeitura de Santa Rosa do sul. **Arquivo da Câmara Municipal, 1989**. Dados fornecidos pela Prefeitura em 2006.

*Lagoa de Sombrio* - Sua extensão sobrepuja todas as demais lagoas do Estado. Situada no distrito do mesmo nome, mede 16.368 km de comprimento com cerca de 5 km, no máximo, de largura. Seu perímetro é de 54Km<sup>2</sup> e a máxima profundidade é de 3 metros. É muito piscosa, majestosa e bela. Oferece recantos da rara beleza, nas localidades em que é margeada pelos morros areníticos de Sombrio, de 250 metros de altitude. A ponta norte, os arredores da ponta da Furna de Sombrio são encantadores. Suas matas marginais são habitadas por grande variedade de orquidáceas.

Em Sombrio encontramos nas suas manifestações culturais populares traços das mais variadas manifestações da cultura de base açoriana de todo litoral. Desde a religiosidade, o folclore, as lendas e mitos, a gastronomia, o artesanato até a literatura popular.

Hoje o mais belo monumento artístico-cultural de Sombrio é sem dúvida o Calçadão Museu Étnico ao ar livre, no centro da cidade, inaugurado em 08/04/2000, cujo projeto foi elaborado pelo artista plástico Jone César de Araújo.

#### 4.5.1.31 *Balneário Gaivota*

O município de Balneário Gaivota está localizado na microrregião de base cultural açoriana do extremo sul catarinense, distante 244Km<sup>482</sup> de Florianópolis.

A área geográfica é de 150.8Km<sup>2</sup><sup>483</sup>, tendo limites: ao norte com o Balneário Arroio do Silva; ao sul com Passo de Torres; a oeste com Sombrio e Santa Rosa do Sul; e a leste com o oceano Atlântico.

O nome inicial Gaivota foi dado à praia, por existir muitas dessas aves marinhas-Gaivota (*Larus dominicanus*) na região. Quando da criação do distrito, em 30 de agosto de 1990, foi criado com o nome de distrito da Praia da Gaivota. Já em 1995, quando da emancipação política de Sombrio, adotou o novo município o nome de Balneário Gaivota<sup>484</sup>.

No entanto, a história da comunidade é anterior à utilização da praia como área balneária. Foi caminho obrigatório de passagem dos que demandavam via terrestre, pelo litoral, de Laguna para o Rio Grande do Sul e vice-versa, ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

---

<sup>482</sup> Santur. Cidades. Op. cit.

<sup>483</sup> Santur. Cidades. Op. cit.

<sup>484</sup> Dados da Prefeitura Municipal do Balneário Gaivota. Secretaria de Educação. 2006.

Uma das comunidades mais antigas do município de Balneário Gaivota é a de Palmeiras, distante 9Km da sede, cuja capela foi construída em 22 de dezembro de 1945, em evocação a Nossa Senhora do Bom Jesus.

Eram mercadores desta, no referido ano, Vital Machado, Inácio Sabini, Inácio Nunes, José Jesuíno Godinho, Avelino Fontinel, Luiz Francisco da Silva, Gonsalo José Gonsálves, Júlio Jesuíno Godinho. Portanto, estão entre os primeiros mercadores do município de Balneário Gaivota<sup>485</sup>.

A área da atual sede do município era originalmente conhecida por Arroio do Gildo, em homenagem ao pescador Gildo Coelho, um dos primeiros pescadores a construir rancho de pesca na região da praia<sup>486</sup>.

Como pode se observar na lista de nomes, tanto os descendentes de nomes, tanto os descendentes de luso-açorianos, como de italianos, participaram do povoamento inicial da comunidade.

Inclusive, na comunidade da Estiva do Rodrigues existe uma casa de mais de 100 anos, que atesta o processo de ocupação da região já no século XIX.

O município é formado pelo distrito Sede e o da Lagoa de Fora, a 4 km da sede, com aproximadamente 700 pessoas.

A população do município é de 6.671 habitantes, projeção IBGE, 2006<sup>487</sup>. Na alta temporada este número ultrapassa a 60.000 pessoas. Os turistas - na maioria do Rio Grande do Sul e das cidades do sul de Santa Catarina – são atraídos por seus 23km de litoral com praias de águas e areias muito limpas.

O município possui uma área balneária com uma boa infra-estrutura turística composta por 5 hotéis, 3 pousadas e 4 campings, que em conjunto disponibilizam 425 hospedagens, e além de uma rede de restaurante e demais serviços. Ainda é um município com forte participação econômica do setor primário, representado pela agropecuária e extrativismo do mel. Apresenta 450 ha de área cultivada com arroz, fumo, feijão, milho, maracujá e melancia, que contribuem com 45% da arrecadação do município<sup>488</sup>.

O setor secundário – indústrias contribuem com 30% da receita, superando, portanto, o setor terciário, que inclui as atividades turísticas, com 25% da receita.

---

<sup>485</sup> REITZ, Raulino. Sombrio. Op. cit.

<sup>486</sup> Dados da prefeitura Municipal de Balneário da Gaivota. Op.cit.

<sup>487</sup> IBGE. Cidades. Projeção para o ano de 2006.

<sup>488</sup> Dados da prefeitura Municipal de Balneário da Gaivota. Op.cit.

Balneário Gaivota possui ótima faixa de areia e belas lagoas. As praias mais famosas são Turimar, Village, Dunas, Areias Claras, Lagoinha e Ouro Verde, que são também as que oferecem a melhor infra-estrutura de turismo. Outro atrativo na cidade são as lagoas: Sombrio, Cortada, de Fora, Caverá, Terneira e do Rodeio, junto às quais é possível encontrar espaços para camping.

#### 4.5.1.32 Santa Rosa do Sul

O município de Santa Rosa do Sul está situado no extremo sul catarinense, na microrregião de base cultural açoriana do vale do Araranguá- lagoa de Sombrio – Mampituba.

Tem como coordenadas geográficas 29° 08'10 latitude sul e 49° 42' 00 longitude oeste de Greenwich. Apresenta uma variação de altitude de 7,5 metros em relação ao nível do mar, embora com morros salientes, como o da Moça<sup>489</sup>.

A área territorial é de 164,4km, tendo como limites territoriais, ao norte, os municípios de Jacinto Machado e Sombrio; ao sul, o município de São João do Sul; a Leste, o município de Sombrio e a oeste, os municípios de Jacinto Machado e Praia Grande.

O município é cortado pela BR 101 e fica a 25 km da divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que o torna um município bastante influenciado pela cultura gaúcha campeira.

O clima do município, segundo Koppen, classifica-se como subtropical úmido, sem estação seca, com verões quentes, apresentando uma temperatura média anual de 19,1°C e uma precipitação total anual entre 1.300 a 1.400mm, umidade relativa do ar 82,1% ( média de 1.928 a 1.980 e índice pluviométrico 1.217mm o que oferece os cultivos agrícolas ao longo de todo o ano<sup>490</sup>.

A comunidade de Santa Rosa do Sul surgiu de empreendimentos agrícolas ocorridos a partir de fins do século XVIII, que resultaram na ocupação do vale do Araranguá – Mampituba.

A área do atual município, segundo consta, fez parte das terras (sesmarias) de Manoel Rodrigues, que se estendia do rio Mampituba ao Arroio Grande, com a extensão de fundos que chegava aos aparos da serra. Terras estas comparadas do governo da província de Santa Catarina, em 1832.

<sup>489</sup> Dados sobre o município de Santa Rosa do Sul. Prefeitura Municipal. Janeiro de 2006.

<sup>490</sup> Dados sobre o município de Santa Rosa do Sul. *Op. cit.*

Os luso-açorianos já se achavam dispersos na região quando diversas famílias italianas, provenientes do Rio Grande do Sul, se estabeleceram na área, em fins do século XIX.

A região da sede do município ficou conhecida a partir de 1894 (quando da Revolução Federalista<sup>491</sup>) pelo apelido de Morro das Mortes, face a possíveis assassinatos políticos na área.

Tempos depois recebeu outro nome curioso, Três Alfredos, resultado de morarem no local três chefes de família com nome de Alfredo.

Em 1932, com a construção de uma capela em devoção a Santa Rosa de lima, se consolidou o nome da comunidade, hoje sede do município cujo nome é Santa Rosa do Sul, para distinguir de outro município com nome de Santa Rosa<sup>492</sup>.

O município de Santa Rosa do Sul não possui distritos, sendo dividido em área urbana e rural. De acordo com os dados do IBGE, para 2007, a população é de 7.949 habitantes. É um dos municípios de maior percentual de população rural de Santa Catarina, chega à casa de 75, 4% da população.

Com características básicas de município agrícola, a história político-administrativo começou a ser escrita somente em 1955, quando através da Resolução nº 01/55, de 24 de novembro de 1955, da Câmara Municipal de Sombrio, foi elevada à categoria de distrito com o nome de Santa Rosa.

Com as prerrogativas de distrito, abriu-se a perspectiva de se transformar em município, em futuro próximo, desde que se efetivassem as condições mínimas exigidas e vontade política para tal iniciativa.

Sob a liderança de José Aquino Isoppo, organizou-se a base para emancipação política, concretizada através da Lei nº 1.109, de 4 de janeiro de 1988, que criou o município com o nome de Santa Rosa do Sul, desmembrando-se do município de Sombrio.

A população de Santa Rosa do Sul, no ano de 2006, segundo projeção do IBGE, era de 8.241 habitantes<sup>493</sup>.

---

<sup>491</sup> No Brasil, qualquer revolta contra o poder sendo econômica, social, cultural, jurídico ou político é denominada revolução. Esta revolta chamada de “Revolução Federalista” ocorreu no sul do Brasil logo após a Proclamação da República, e teve como causa a instabilidade política gerada pelos federalistas, que pretendiam “libertar o Rio Grande do Sul da tirania de Júlio Prates de Castilhos”, então presidente do Estado. Empenharam-se em disputas sangrentas que acabaram por desencadear uma guerra civil, que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, e que foi vencida pelos pica-paus, seguidores de Júlio de Castilhos. A divergência teve início com atritos ocorridos entre aqueles que procuravam a autonomia estadual, frente ao poder federal e seus opositores. A luta armada atingiu as regiões compreendidas entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Fonte: <http://www.brasilecola.com>. 30 de novembro de 2007.

<sup>492</sup> Dados Gerais de Santa Rosa do Sul., Op. cit.

<sup>493</sup> IBGE. Cidades. Op. cit



Destaca-se no contexto do ensino profissionalizante regional a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, sediada em Santa Rosa do Sul, no bairro Vila Nova, numa área de 204 ha.

“Fundada em 5 de abril de 1993 com o objetivo de formar técnicos agrícolas com habilitação em Agropecuária em nível de 2º grau. (...) Cursos oferecidos em 1999 – Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária; Curso Técnico Pós-Médio com Habilitação em Agropecuária; Curso Técnico Pós-Médio com Habilitação em Agroindústria; Curso Técnico em Processamento de Dados – Pós-Médio; Curso Técnico Pós-Médio em Turismo – Modalidade Rural”<sup>494</sup>.

O curso de Turismo Rural, associado ao grande potencial natural-paisagístico, cultural e proteção tradicional, tem tudo para viabilizar uma excelente estrutura de turismo rural no município, a partir do aproveitamento desta mão-de-obra capacitada e da racionalização dos recursos.

As atividades econômicas são típicas de municípios de estrutura agropecuária de produção.

O setor terciário da economia é representado por 137 estabelecimentos comerciais e 77 de prestação de serviços, representando 20% da receita do município.

O setor secundário é representado por pequenas indústrias de cunho familiar, ou com número reduzido de empregados: 13 empresas de fecularia especializadas na produção de polvilho azedo; 2 indústrias de móveis; 6 madeireiras e outras indústrias parcialmente com 15% da receita.

O setor agropecuário é representado por 538 propriedades que ocupam 12.105 ha. (hectares), com área média por propriedades de 18 ha. A criação de animais é representada por um rebanho de 4.694 bovinos; 84.000 aves de corte; 182 cabritos; 263 bufalinos; 259 suínos e 171 eqüinos. A piscicultura também participa na economia com 40.000 peixes.

O setor primário da economia (agropecuária) responde por 60% da receita do município, isto demonstra a força da população rural. O setor de turismo, que começa a dar os primeiros passos, conta com uma pousada, com 10 leitos.

Entre os atrativos naturais-paisagísticos e culturais disponíveis em Santa Rosa do Sul, pode-se destacar:

*Patrimônio natural:* O morro da Moca, para trilhas ecológicas, a cachoeira da Peroba, a lagoa de Sombrio;

---

<sup>494</sup> Informativo sobre a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio. 1999.

*Patrimônio natural-produtivo:* A estrutura rural de produção da Escola Técnica Rural de Sombrio; os engenhos de farinha na vila Bitencourt e Novo Horizonte; os engenhos de açúcar e cachaça em Novo Horizonte, Peroba e Pontão .

*Artesanatos típicos:* Móveis de vime – Peroba – Criolo; tapetes e mantas (tear), em Bela Vista, Vila São Cristóvão.

Estes são os eventos culturais do município mais divulgado e podem contribuir na contextualização do turismo regional.

Nome	Data	Responsável Evento
Festa do Produtor	Maio	Pref. Municipal
Festa Sta. Rosa de Lima	23 de agosto	Comissão Igreja
Festa de Aniversario do Município	1º de junho	Pref. Municipal
Festa Municipal da Canção	Julho	Pref. Municipal
Prêmio Recriar	Setembro	Pref. Municipal
Semana Cultural	Outubro	Pref. Municipal
Festa Municipal de Danças	Outubro	Pref. Municipal
Natal das Luzes	Setembro	Pref. Municipal

**Tabela 24** - Eventos Culturais em Santa Rosa do Sul<sup>495</sup>

Santa Rosa do Sul tem muito a oferecer aos que desejam apreciar a simplicidade da cultura de base luso-açoriana e italiana, que se mantém bastante originais em suas comunidades rurais, tanto na gastronomia, na produção artesanal, quando nos hábitos e costumes.

#### 4.5.1.33 *Passo de Torres*

O município de passo de Torres está localizado na microrregião de base cultural açoriana do extremo sul catarinense, distante 270 km de Florianópolis, às margens do rio Mampituba (rio dos Bagres), que serve de divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Portanto, é o último município litorâneo catarinense ao sul de Santa Catarina<sup>496</sup>.

A área geográfica é de 95 km², tendo como limites: ao norte com Balneário Gaivota, ao sul com Torres (RS), a oeste com São João do Sul e a leste com o oceano Atlântico<sup>497</sup>.

<sup>495</sup> Calendário apresentado pela prefeitura de Santa Rosa do Sul, através da Agricultura, Indústria e Comércio e Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. 2006

<sup>496</sup> Dados: Governo de Santa Catarina: Secretaria de Turismo do Estado de Santa Catarina, , através da Santur. 2007.

<sup>497</sup> IBGE. Cidades, Op. cit.

O nome “Passos de Torres” é mais antigo que se possa imaginar, pois pela praia passava todo o trânsito de pessoas e mercadorias que demandavam de Laguna ao território de São Pedro do Rio Grande. Como o rio era caudaloso e fundo, impedindo a passagem do barco, havia um posto de controle de travessia, onde eram cobrados as taxas do governo, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Estes locais, à margem dos rios, eram conhecidos por passos<sup>498</sup>.

Passo de Torres foi provavelmente o nome original da região que envolvia as duas margens do rio Mampituba, em sua foz.

A região fora ocupada inicialmente pelo “homem de Sambaqui” que vivia da caça e da pesca. Os indícios arqueológicos e referências documentais apontam que posteriormente ao Homem de Sambaqui a área fora habitada pelos Bugres ou Guainás, de raça Jê, que já utilizavam a agricultura rudimentar. Os bugres foram expulsos para a encosta da serra e para o planalto por um povo mais agressivo e de melhor tecnologia, os Carijós ou Cariós, da nação Guarani. Eram os Carijós que aqui habitavam quando da chegada dos imigrantes de origem portuguesa, espanhola, italiana e alemã<sup>499</sup>.

A ocupação sistemática pelo homem branco, da atual área do município, ocorreu já em fins do século XIX. Quando da criação do distrito de Passo do Sertão (São João do Sul), em 1891, é mencionado o arraial de Mampituba, habitado por algumas famílias<sup>500</sup>.

A estrutura da comunidade foi consolidada com a fundação da capela, em 22 de março de 1944<sup>501</sup>, que pode ser considerado o marco original da cidade de Passo de Torres.

Entre os moradores mais antigos têm-se: Manoel Maciel, Manoel Neto, José Ignácio, José Gonçalves dos Santos, Osório Hespanhol, Antônio Lira e Manoel Laurentino. Portanto, basicamente de origem luso-açoriana.

Desde 1920, Passo de Torres é ligado ao Rio Grande do Sul, mais precisamente com a cidade de Torres, através de uma balsa e de uma ponte pênsil.

A primeira balsa, construída em madeira e movida a remo, por volta de 1920, pretendia facilitar a travessia do rio Mampituba, que era feita com pequenos barcos. Alguns anos mais tarde esta balsa fora substituída por uma a pega-mão, movimentada manualmente pelos balseiros de uma margem à outra.

No dia 22 de janeiro de 1985 a balsa manual e de madeira foi trocada por outra mais moderna, de ferro e movida a motor, com capacidade para doze carros ou cinquenta toneladas.

<sup>498</sup> Dados sobre o município de Passo de Torres. Secretaria de Educação, Turismo e Cultura. Fevereiro de 2006.

<sup>499</sup> Fonte de pesquisa: <http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/passotorres.html>. 30 de Novembro de 2007.

<sup>500</sup> REITZ, Raulino. Sombrio.Op. cit.

<sup>501</sup> Ibidem.

A primeira ponte pênsil para pedestres, inaugurada em 24 de outubro de 1964, foi construída durante o mandato do Sr. Luviano Maciel, na época prefeito do município de São João do Sul. Em 1985, por meio de uma ação conjunta das prefeituras de Torres e de São João do Sul, esta ponte foi substituída por outra, que apesar de mais resistente, ruiu por excesso de peso no dia da inauguração.

Em 18 de maio de 1964, através da Lei nº 964<sup>502</sup>, foi criado o distrito de Passo de Torres, desmembrando do distrito Sede de São João do Sul, ao qual continuou a pertencer até a emancipação político-administrativo, para formar um novo município.

Através da Lei Estadual 8.350, de 26 de setembro de 1991, foi elevado à categoria de município com o mesmo nome – Passo de Torres; sendo efetivamente instalado em 1º de janeiro de 1993<sup>503</sup>.

Hoje, o município é formado pela área urbana que inclui, além do Centro, os bairros Passárgada e Progresso; e pelas comunidades rurais e balneárias: Curralinhos, Barra Velha, Rosa do Mar, Bella Torres, Espigão do Piritu, Costa do rio Mampituba, São Francisco e Ararial. Atualmente conta com uma população de 5.629 habitantes<sup>504</sup>.

A principal atividade econômica do município é o turismo (em franca expansão), seguida pela pesca-industrializada de pescados e pela agropecuária. O quadro das profissões reforça esta afirmativa, conforme segue: agricultor – 209, pescador – 118, empregada doméstica – 118, pedreiro – 116, auxiliar de restaurante – 103, comerciante – 103, comerciário – 92, funcionário público – 76, professor – 41, policial militar – 37, operário – 33, outros – 393, totalizando 1.467 trabalhadores, que representam 44% da população de Passo de Torres<sup>505</sup>.

A tranquilidade e estabilidade socioeconômica da comunidade é refletida em dois dados: 70,7% da população reside no município há mais de 5 anos; das crianças em idade escolar, apenas 19 estão fora da escola.

Tem como principais eventos turístico-culturais:

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Local</b>
01/01	Show de abertura da temporada	Praia dos Molhes
08/01	Início das competições esportivas Futebol Sete de Amigos – infantil, juvenil, livre e veterano Vôlei de Praia Masculino e Feminino	Centro Centro Praia Dos Molhes Rio Mampituba

<sup>502</sup> Relação dos municípios catarinenses, sua Lei de Criação, Op. cit.

<sup>503</sup> Relação dos municípios do Estado de Santa Catarina, Assembléia Legislativa, Op. cit.

<sup>504</sup> IBGE. Cidades, Op. cit.

<sup>505</sup> Dados sobre o município de Passo de Torres. Op. cit. p. 51.

	Competição – Corrida de Barcos Pesqueiros	
09/01	Calvagada de Santos Reis	Balneário Gaivota e Passo de Torres
30/01	Competição de Caiaque	Lagoa da Tapera
02/02	Festa Nossa Senhora dos Navegantes	Matriz – Rio Mampituba
20/02	Competição da pesca da Sardinha ao lado da ponte pênsil	
04/03	Carnaval pela vida	Beira rio
29/06	Festa de São Paulo	Matriz

**Tabela 25** - Principais eventos turísticos de Passo de Torres<sup>506</sup>.

Hoje, numa mudança de foco o potencial turístico começa a ser explorado no município, que até então teve na pesca a base de sua economia.

#### 4.6 Roteiro das manifestações culturais de base açoriana

A cultura de um povo pode ser observada através do conjunto das manifestações expressas ao longo do ano, nos vários campos das ações humanas. Surge da combinação espontânea de diversos elementos, os quais representam, para o povo, fundamentos do seu saber ser e saber fazer.

Neste conjunto heterogêneo reúnem-se a religiosidade, o imaginário, o saber fazer, as relações com a natureza, os sentimentos. Enfim, a síntese das relações socioeconômicas e culturais do dia-a-dia do grupo humano.

No sul do Brasil, principalmente entre os descendentes dos açorianos aqui fixados em meados do século XVIII (1748-56), desenvolveu-se um conjunto de valores culturais, possibilitando a convivência harmoniosa entre a Igreja e o povo, ainda que para isto tivesse que haver tolerância recíproca, ao longo do ano.

Contribuiu, sobremaneira, neste esquema de favores, a pródiga natureza, dando o necessário para a sobrevivência da população, sem fazer para isto esforços sobre-humanos.

A cultura popular fluía, ao longo dos meses do ano, em parceria estreita com os valores religiosos e, em ciclos alterados, com as atividades econômicas.

<sup>506</sup> Dados repassados pelo órgão municipal responsável pelo turismo no município de Passos de Torres. 2007.

Na verdade, o ano cultural lusófono do Sul do Brasil tinha seu ciclo expressivo de dezembro a julho, em cujo período um conjunto de atividades sociocultural e religioso se manifestava de forma vigorosa, dando vida às comunidades.

O ciclo natalino dava início às manifestações culturais que se sucediam até julho. Neste período, que vai de 6 de dezembro a 6 de janeiro, ofertava-se o “Pão-Por-Deus”, montavam-se os presépios e as lapinhas, saíam os ternos de natal, bem como se realizavam as festas natalinas, com destaque para o dia de Natal.

Quanto ao “Pão-Por-Deus”, cuja oferta já havia iniciado no mês de outubro, quando da floração do ipê, continuava a se manifestar em dezembro.

O mês de janeiro continuava com o chamamento religioso nas manifestações culturais. Os ternos de Ano-Novo, de Reis, São Sebastião e Santo Amaro tornavam as quentes noites de verão alegres e agradáveis.

Aumentava em janeiro a presença de manifestações profanas, com a participação do boi-de-mamão, pau-de-fita (danças dos cadarços, nos Açores), brincadeiras de mascarados, entru-dos, que se prolongavam até o início da Quaresma, data móvel, com início após a Quarta-feira de Cinzas.

As eiras das casas mais abastadas, os terreiros frontais às casas, as ruas e praças eram locais escolhidos para a apresentação destas manifestações.

Março e abril eram meses de resguardo e respeito aos mandamentos da Igreja, portando-se as comunidades luso-brasileiras com a dignidade imposta pelos sentimentos religiosos. Esta época, chamada de Quaresma, era tão levada a sério pelo povo, podendo, inclusive, ser constatada a redução no volume de concepções, em relação aos demais meses do ano, ao longo de 150 anos (1778-1907), na comunidade de base cultural lusófona de Enseada de Brito. (FARIAS. 1980)<sup>507</sup>.

Durante este importante período do calendário religioso, desenvolviam-se e continuam ainda a ocorrer as festas do Senhor Jesus dos Passos, de grande apelo popular e forte religiosidade, cujo santo possui forte devoção em Portugal continental, onde constatamos a existência de diversas imagens sacras semelhantes às encontradas no sul do Brasil.

Nos Açores, festa muito parecida ocorre ainda nas ilhas Terceira e de São Miguel; nesta última, desde dezembro de 1713, em homenagem ao Senhor Santo Cristo dos Milagres (Francisco Ernesto Oliveira Martins, Festas Populares dos Açores, 1985).

---

<sup>507</sup> Veja: Vilson Farias: Enseada de Brito, Evolução Histórica e Demográfica, 1778-1907. Dissertação. Mestrado em História, UFSC, 1980.

A bucólica Desterro, hoje Florianópolis, na década de 60 do século XVIII, torna-se, no Brasil meridional, a primeira comunidade a cultivar a imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, símbolo maior da Quaresma, no litoral catarinense.

Coincidência ou não, o fato é que esta prática religiosa passou a ocorrer em Santa Catarina a partir da introdução dos açorianos. Teria relação com as festividades do Santo Cristo, praticadas nos Açores desde o início do século XVIII?

É difícil responder. No entanto, a figura mais entusiasta e lutadora pela construção da capela do Senhor dos Passos e consolidação da Irmandade foi o açoriano Antônio da Costa, natural da ilha do Faial.

O culto do Senhor dos Passos em Desterro teve início a partir de 1765, quando a imagem, até hoje existente, aportou em Desterro, com destino ao Porto dos Casais, hoje Porto Alegre. Esta imagem policromada foi esculpida na Bahia pelo preto forro Antônio das Chagas, o Cabra.

Segundo a tradição oral, toda vez que o barco tentava zarpar do porto de Desterro formava-se forte tempestade, impedindo-o de seguir viagem. A população interpretou como sendo um sinal de que o Santo aqui desejava permanecer. Diante do acontecimento, os maiores da vila se reuniram criando a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos (Projeto Hospital de Caridade – Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural – 1978).

Tradições semelhantes são contadas sobre as imagens de Passos existentes em Imaruí e Laguna, de culto posterior.

O fundamento desta relação do Senhor dos Passos com o mar é, com certeza, uma grande contribuição do imaginário açoriano, já que o mar, segundo a crença açoriana, era forte de temor e esperança.

Hoje são dezenas de comunidades sul brasileiras que realizam o culto ao Senhor dos Passos: Florianópolis, Biguaçu, São José, Palhoça, Santo Amaro, Imaruí, Laguna, Itajaí, Criciúma, e outras. A fé do povo sul brasileiro de origem lusitana é de uma singeleza que torna suas manifestações religiosas belas e originais, como poucas no Brasil.

No mês de abril, terminada a Quaresma, retomavam-se os folguedos.

No sábado de Aleluia realizava-se a “malhação do Judas”, representando figuras humanas caçadas ou criticadas. Normalmente, os bonecos resultavam de trajes cheios de capim-colchão, leves e fácil de serem arrastados pelas crianças.

Os bonecos, após ficarem prontos, eram amarrados ou pendurados em lugares altos e visíveis, até a hora de serem malhados. Depois de arrastados e espancados eram queimados.

A “farra do boi na vara” era outra importante expressão do profano, praticada no Sábado de Aleluia, com ritual todo próprio. Iniciava-se com a aquisição do boi bravo, seguindo-se da brincadeira ou farra, em que os participantes incitavam o animal a persegui-los terminando com o abate do mesmo, cuja carne era dividida entre os participantes, compradores do animal.

É importante registrar que durante a quaresma havia total abstinência de carne, por parte do povo, e o consumo de “carne verde”, só ocorria em datas especiais, pois não havia refrigeradores para conservar o produto.

Para as comunidades litorâneas, o mês de abril significava o início do período de fartura, estendendo-se até agosto. Era igualmente o período em que se trabalhava noite adentro, fazendo os famosos “serões nos engenhos”.

Neste período do ano as atividades econômicas geravam uma dinâmica toda especial nas pequenas comunidades, e no seio das famílias.

As farinhadas, nos meses de maio a agosto, levavam aos engenhos a grande família e convidados (trabalhadores avulsos), e para passar o tempo, enquanto tiravam o “capote” da mandioca (raspas), cantavam e tiravam versos.

Na atividade pesqueira, complementar às atividades agrícolas dos descendentes portugueses do litoral, tinham início, em maio, os diversos ciclos do “peixe do corso”, ou seja, de peixes que vinham ou passavam para desovar nas baías ou rios de águas mais quentes. Iniciava com a cocoroca ou sororoca, (maio a agosto), tainha (maio a julho), bagre (setembro-outubro), corvina, garoupa, badejo, cação, arraia, viola (outubro-fevereiro) e camarão (dezembro-fevereiro).

Considerando que o descendente lusitano do litoral era mais agricultor do que pescador, ele procurava, nos períodos de pesca farta, fazer estoques de “peixe-seco”, também conhecido por “escalado”, para garantir o “conduto” que acompanharia a farinha, como alimentação básica ao longo dos meses de plantio (agosto/novembro).

Assim, nos meses de maio a julho, grande parte dos agricultores deixava parte das atividades de engenho com os familiares, para participar das “parelhas de pesca de tainha”, junto às praias do litoral. Era comum a captura de milhares de tainhas, que era escalada, garantindo a reserva alimentar necessária. Por ser um peixe com bastante gordura, sua conservação era facilitada.

No embalo deste ciclo de fartura, processavam-se os festejos do ciclo do Divino Espírito Santo nas comunidades de origens portuguesas, principalmente açorianas, do sul do Brasil, tanto do litoral, quanto dos campos gerais, do qual faziam parte: a visita das bandeiras, as no-



venas, as cantorias do Divino. Ao contrário dos Açores, onde estes festejos ocorriam com desvinculação da Igreja, aqui se vinculavam profundamente à estrutura das paróquias.

O ciclo se iniciava após o Domingo de Pentecostes, quando as Bandeiras Pedintes, normalmente duas, tomavam as direções opostas da paróquia, visitando as residências encontradas no caminho, independentemente da condição socioeconômica dos indivíduos. Nesta caminhada, ocorriam doações e ofertas de promessas que seriam pagas durante as novenas ou dia da festa, cujos recursos angariados seriam utilizados para a realização da mesma.

Os pernoites das bandeiras nas casas particulares ou capelas ensejavam, notadamente nos sábados, novenas cantadas com o acompanhamento dos grupos de cantoria do Divino, que culminavam com o arremate de massas, galinhas, novilhos, porcos, etc., vivos ou assados.

Este percurso festivo das bandeiras, de casa em casa, era enriquecido com as cantorias do Divino, cujos cantores tinham a rebeca, o tambor e o violão como seus instrumentos musicais, dando grande beleza e devoção ao evento.

Quando da realização da festa do Divino Espírito Santo, a mais importante nas comunidades açorianas, sucedia-se um complexo ritual profano-religioso, durando três dias (sábado, domingo e segunda). Na oportunidade, os fiéis entregavam suas oferendas ao Divino, havendo leilões para transformar as doações em dinheiro.

O cortejo imperial, a missa festiva, a coroação, as bandas de música, os leilões e as queimas de fogos de artifício davam tom solene e festivo ao evento.

Intercalando o ciclo do Divino, ocorriam, em junho, dois outros importantes eventos: a procissão de Corpus Christi e as festas juninas (joaninas, nos Açores).

A procissão de Corpus Christi era de grande beleza cênica e devoção. Os adornos que cobriam o chão, sob a forma de tapetes, feitos de flores, serragem, areia e outros materiais, bem como os enfeites nas janelas, sob a forma de colchas, tapetes de tecidos e toalhas bordadas davam um tom alegre ao evento. Esta era a única festa cuja lei portuguesa punia os faltosos, principalmente as autoridades. Os faltosos tinham que se explicar.

As festas juninas (joaninas) ocorriam de 13 de julho, dia de Santo Antônio, passando por São João, no dia 24, tinham seu término no dia de São Pedro, 29 de junho. Realizavam-se nas eiras, em volta das fogueiras, quando se dançava cantorias de roda, incluindo a ratoeira, além de se realizar os tradicionais casamentos na roça.

Posteriormente, passaram a se realizar nas ruas e praças públicas.

Só há pouco tempo se generalizou na rede de ensino, avançando para outros meses do ano.

Por ser uma época fria, consumia-se uma gastronomia à base de bata-doce, aipim, pinhão, quentão, licores, roscas, rapaduras, amendoim, abundantes nesta época do ano.

Encerrava-se, com os festejos do Divino Espírito Santo, o grande ciclo das manifestações culturais lusófonas, retornando a partir de dezembro.

A partir de agosto tinha início o plantio, retendo o homem na lavoura até finais de novembro.

No calendário religioso, ocorriam de agosto a dezembro, as festas dos Santos cultuados pelas comunidades, variando de paróquia para paróquia. Neste período tinha maior significado a troca de Pão-De-Deus, iniciada a partir da época da floração do “ipê”, na primavera, a partir do mês de outubro até dezembro.

Outra manifestação importante nas comunidades de origem portuguesa era a devoção/respeito aos mortos. Finados era época de referenciar os mortos, quando se ofertavam grinaldas de papel crepom, lírios e margaridas naturais. Inúmeras são as lendas e mitos sobre o período de finados.

Assim viviam os descendentes dos portugueses no litoral sul brasileiro, intercalando as manifestações religiosas e profanas com as atividades econômicas, em harmonia com o dádivo meio ambiente.

Quanto aos que viviam nos campos gerais, tinham um ciclo cultural-econômico vinculado às atividades pecuárias e de transporte de tropas de animais, portanto, bem mais descontraído e flexível que no litoral, pois, raramente tinham os olhos do padre para controlar as suas manifestações.

As transformações socioeconômicas forçaram o rompimento deste calendário tradicional, tanto para fugir da concorrência com outras festas simultâneas, como para atender as novas demandas, resultantes das atividades turísticas. Em consequência deste quadro, realiza-se, atualmente, a festa do Divino Espírito Santo até no mês de novembro. Os folguedos e danças igualmente se anualizaram. É fundamental entender estas transformações. No entanto, corre-se grande risco da descaracterização destas sobrevivências culturais, notadamente no aspecto do sentimento que movia estas manifestações. É preciso ficar atento para evitar a ocorrência de manifestações sem a alma açoriana, tornando-as rituais vazios, sem significado.

#### **4.7 Patrimônios natural-paisagísticos, histórico-arquitetônicos, natural -culturais e museológicos dos municípios do litoral catarinense**

As potencialidades natural-paisagísticas, natural-culturais, histórico arquitetônicos e museológicos de alguns municípios do litoral catarinense encontram-se destacados em quadros específicos de acordo com monumento.

Durante a coleta de informações, nem todos os municípios puderam ser incluídos por falta de dados, pois os órgãos competentes não tiveram como repassar as informações técnicas especializadas, impedindo que o autor desse o destaque que desejava. Isto aconteceu principalmente com os equipamentos natural-culturais, tanto pela pouca valorização e conhecimento das municipalidades sobre estes, quanto pela falta de dados técnicos, que pudessem identificar àquele município a cultura de base açoriana.

Mesmo com algumas limitações, registram-se dados básicos de um potencial fundamental ao desenvolvimento do turismo ecocultural e histórico-cultural, pouco valorizado e explorado no contexto do turismo do litoral de Santa Catarina.

No entanto, para o litoral do Estado de Santa Catarina esta amostragem é extremamente significativa, envolvendo os maiores pólos turísticos da região, permitindo, pois, uma visualização global do potencial da região no tocante aos monumentos natural-paisagísticos, natural-culturais, histórico-arquitetônicos e museológicos, podendo ser explorados pelos que desejarem desenvolver outros estudos principalmente no tocante ao turismo regional.

Abordagem do potencial histórico-cultural e natural-paisagístico encontra-se agrupada em 4 blocos: monumentos/equipamento histórico-arquitetônicos; monumentos natural-paisagísticos; equipamentos museológicos; e monumentos natural-culturais.

##### **4.7.1 Espaços museológicos**

Os espaços museológicos, pela variedade de coleções e quantidades existentes, constituem-se num dos grandes potenciais culturais que precisa ser explorado com mais profissionalismo, condição mínima para que possa ser ofertado como uma opção ao visitante.

No decorrer da pesquisa formatamos uma ficha especializada de registro dos equipamentos museológicos, onde contém elementos referentes ao nome do monumento, localização e dados específicos no tocante às instalações do museu: área, climatização, auditório, catálogo, serviço de guia, principais coleções e endereço.

Este mapeamento dá uma noção da riqueza do patrimônio cultural, em sua maioria resultado da colonização de base açoriana, a ser trabalhado tanto para exploração turística, quanto para estudos e o resgate da cultura local.

**Tabela 26** - Equipamentos museológicos de interesse turístico no Litoral de Santa Catarina - Ano 2007<sup>508</sup>.

Localização			Museu	Coleções/Serviço		Especialidade do Acervo						Endereço
Município (Conselho)	Distrito (comunidade) Freguesia	Distância da Capital do Estado	Nome	Principal Coleção	Horário de visitação	Arte Sacra	Armas	Arqueologia/História natural	Embarcações	Mobiliário/Utilitários domésticos	Indústria Tecnológica	
São José	Centro	12	1-Museu Histórico Municipal de São José	Arquitetura	08h às 18h	X	X			X	X	R: Gaspar Neves, 3175
Florianópolis	Centro		2-Museu histórico de Santa Catarina	Arquitetura	10h às 18h		X			X		Praça XV de Novembro, 227
Florianópolis	Centro		3-Museu Victor Meirelles	Art. Plástica	13h às 18h					X		R: Victor Meirelles, 59
Florianópolis	Centro		4-Museu Bicaca	Art. Metálica	14h às 18h							João Pinto, 41
Florianópolis	Centro		5-Museu do Saneamento	Alfaías Industrial							X	R: Antonio Luz
Florianópolis	Centro		6-Museu do Forte Santana	Armas	14h às 18h		X			X		Av. Beira Mar Norte
Florianópolis	Centro		7-Museu do Colégio Coração de Jesus	Arquivo documental						X		R: Emir Rosa, 120
Florianópolis	Centro		8-Museu do Homem do Sambaqui	Arqueologia	09h às 17h	X		X				R: Esteves Junior, 711
Florianópolis	Agronômica		9-Museu de Arte de Santa Catarina	Obras de Arte	09h às 21h							Av. Governador Irineu Bornhausen
Florianópolis	Agronômica		10-Museu da Imagem e do Som	Arquivo documental musicais	09h às 21h							Av. Governador Irineu Bornhausen
Florianópolis	Trindade		11-Museu Universitário Osvaldo Rodrigues Cabral	Arqueologia Cultura Popular	09h às 17h			X		X		UFSC
Florianópolis	Cacupé		12-Museu Mundo Ovo	Esculturas	15h às 19h							SC401, 70-79
Florianópolis	Ribeirão da Ilha		13-Ecomuseu do Ribeirão	Alfaías agrícolas	09h às 18h					X		Rodovia Baldicero Filomeno, 10.106
Balneário	Parque	90	14-Museu Arqueológico –	Arqueologia	09h às 18h			X				BR101, Km137

<sup>508</sup> Fonte: Informações repassadas pelos municípios envolvidos na pesquisa, além dos dados recolhidos no trabalho de campo. 2006/2007.

Camboriú	Santur		Parque Ciro Gevaerd.									
Balneário Camboriú	Parque Santur	90	15-Museu do artesanato Catari-nense-Parque Ciro Gevaerd	Cultura Popular	09h às 18h				X	X		BR101, Km137
Balneário Camboriú	Parque Santur	90	16- Museu Oceanográfico	Biologia Aquática	09h às 18h			X				BR101, Km137
Içara	Centro	180	17- Museu fotográfico da Terra	Arquivo fotográfico	08h às 17h	X						Praça da Matriz, Casa da Cultura, Centro
Içara	Centro	180	18- Museu Histórico	Temporária Arquitetura				X		X	X	Casa da Cultura
Içara		140	19- Museu Arqueológico Nossa Senhora dos Navegantes	Arqueologia		X		X	X			Centro do Balneário do Rincão
São Francisco do Sul		200	20- Museu Nacional do Mar	Naval Cultura Popular	09h as 18h				X			Rua Manoel Lourenço de Andrade, 133, centro Histórico, 89240-000
São Francisco do Sul	Centro	200	21- Museu Histórico	Arquivo Fot.Cultura popular	09h às 18h	X	X			X		R: Coronel Carvalho, s/nº, Centro
Paraná	Witmarsum	60/30	22- Casa sede da Antiga Fazenda Canela	Alfaías Domésticas	09h às 18h					X		Colônia Witmarsum, Centro
Paraná	Centro	78	23- Museu Histórico de Palmeira	Armas	Combinar		X			X		Praça Raul Braz de Oliveira
Laguna	Centro	110	24- Casa de Anita	Alfaías Domésticas arquitetura	08h às 11h 30 13h às 17h					X		Centro de Laguna
Laguna	Centro	110	25- Museu Anita Garibaldi	Arquivo Documental/ fotográfico	08h às 18h		X	X		X	X	Praça Anita Garibaldi
Imbituba	Centro	85	26- Museu do Porto da Cidade de Imbituba	Máquinas Industriais	-			X			X	Centro de Imbituba
Biguaçu	São Miguel	20	27- Museu Etnográfico Casa de S. Miguel	Alfaías domésticas Arquitetura	08h às 18h	X						Junto à BR 101, S. Miguel, município de Biguaçu
Itajaí	Centro	110	28- Museu Histórico de Itajaí	Arquivo fotográfico e Documental	08h às 18h		X	X		X		Centro de Itajaí

#### ***4.7.2 Patrimônio natural-paisagístico***

As belezas e riquezas do patrimônio natural ecológico e ambiental do litoral catarinense e pela ação do homem que ocupou esta terra são, do ponto de vista turístico, verdadeira mola propulsora do um turismo de verão e de eventos, que associada a riqueza cultural da região, de colonização de base açoriana, fazem deste pedaço de terra um atrativo espaço de desenvolvimento econômico e cultural.

A partir do trabalho de campo, catalogamos e registrarmos dados referentes à localização, nome e tipo de monumento, além de registramos dados concernente as características quanto a extensão e altura, também elementos sobre o estado de conservação do monumento. Outro aspecto analisado foi sobre a existência de estrutura no entorno dos monumentos.

Pela rica diversidade e geografia da costa catarinense, as praias compreendem o melhor conjunto de monumentos naturais, e também apresentam o maior volume de informações.

**Tabela 27 - Patrimônio natural-paisagísticos de interesse turístico – Ano 2006**

Localização			Monumento	Características						Infra-estrutura			
Município (conselho)	Comunidade (freguesia)	Dist. da Capital /sede município (km)		Extensão/ altura metros	Área Virgem	Humanizada	Requer/ guia	Acesso Livre	Acesso Limitado	Gastronomia	Hospedagem.	Exige/ guia	Banho
Palhoça	Praia de Fora	25/ 10	Pontal/Praia	1000			X		X				
Palhoça	Barra do Aririú	22/ 7	Tomé/Praia	400		X	X		X		X	X	
Palhoça	Praia de Fora	28/ 13	João Vieira/Praia	1000			X		X				
Palhoça	Praia de Fora	29/ 14	Marivone/Praia	300		X	X		X		X	X	
Palhoça	Enseada de Brito	31/ 16	Enseada de Brito/Praia	1000		X	X		X		X	X	
Palhoça	Praia do Sonho	39/ 24	Praia do Sonho/Praia	3000		X	X		X		X	X	
Palhoça	Ponta do Papagaio	41/ 26	Ponta do Papagaio/Praia	3000		X	X		X		X	X	
Palhoça	Pinheira	45/ 30	Pinheira/Praia	8000		X	X		X		X	X	
Palhoça	Guarda do Embaú	44/ 29	Guarda do Embaú/Praia	3000		X	X		X		X	X	
Palhoça	Enseada de Brito	33/ 18	Pedras Altas/Praia	200		X	X	X		X	X	X	X
Águas Mornas	Rio Engano	45/ 20	Salto da cachoeira do Engano/Cachoeira	50	X	X				X	X	X	
Águas Mornas		50/ 25	Rio Salto/Cachoeira	60	X	X			X				
Águas Mornas	Vargam Grande	30/ 5	Gruta N. S. Lourdes/Gruta	10		X	X		X		X	X	
Águas Mornas	Rio Salto	50/ 25	Gruta São Francisco de Assis	10		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Saco dos Limões	0/ 2	Saco dos Limões/Praia	1.350		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Ribeirão da Ilha	0/ 25	Ribeirão da Ilha/Praia	750		X	X		X		X		
Florianópolis	Ribeirão da Ilha	0/ 27	Costeira do ribeirão/Praia	1.350		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Tapera	0/ 30	Tapera do sul/Praia	1.500		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Tapera	0/ 20	Tapera Grande/Praia	1.000		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Tapera	0/ 20	Caieira da Barra do Sul/Praia	860		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Tapera	0/ 20	Naufragados/Praia	1450	X	X			X		X	X	
Florianópolis	Pântano do Sul	0/ 30	Pântano do Sul/Praia.	3000		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Pântano do Sul	0/ 30	Lagoinha do Leste/Praia	600	X	X			X		X	X	
Florianópolis	Armação	0/ 20	Saco do Matadouro/Praia	650		X	X		X				
Florianópolis	Armação	0/ 20	Armação/Praia	3200		X	X		X				
Florianópolis	Armação	0/ 25	Morro das Pedras/Praia	2450		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Campeche	0/ 20	Campeche/Praia	3800		X	X		X		X	X	
Florianópolis	Lagoa da Conceição	0/ 15	Joaquina?Praia	3000		X	X		X		X	X	X
Florianópolis	Barra da Lagoa	0/ 18	Mole/Praia	960		X	X		X		X	X	X
Florianópolis	Barra da lagoa	0/19	Galheta/Praia	800	X			X					
Florianópolis	Barra da lagoa	0/20	Barra da lagoa/Praia	650		X		X		X	X		
Florianópolis	Rio Vermelho	0/ 28	Moçambique/Praia	7500	X			X					
Florianópolis	Ingleses	0/30	Santinho/Praia	2200		X		X		X	X		
Florianópolis	Ingleses	0/32	Ingleses/Praia	4830		X		X		X	X		



Florianópolis	Ingleses	0/28	Brava/Praia	920		X		X		X	X		
Florianópolis	Ponta das Canas	0/25	Lagoinhas da Ponta das Canas/Praia	760		X		X		X	X		
Florianópolis	Ponta das Canas	0/23	Ponta das Canas/Praia	950		X		X		X	X		
Florianópolis	Cachoeira do Bom Jesus	0/22	Cachoeira do Bom Jesus/Praia	2800		X		X		X	X		
Florianópolis	Canavieiras	0/20	Canavieiras/Praia	2200		X		X		X	X		
Florianópolis	Jurerê	0/18	Jurerê/Praia	3200		X		X		X	X		
Florianópolis	Jurerê	0/17	Pontal/Praia	2200		X		X					
Florianópolis	Sambaqui	0/16	Sambaqui/Praia	1150		X		X		X	X		
Florianópolis	Santo Antonio de Lisboa	0/15	Santo Antoniode Lisboa/Praia	750		X		X		X	X		
Florianópolis	S. Antônio de Lisboa	14	Comprida/Praia	1100		X		X		X	X		
Florianópolis	Armação	0/26	Lagoa do Peri /Lagoa	500		X		X		X	X		
Florianópolis	Lagoa da Conceição	0/15	Centro da Lagoa/Praia	900		X		X		X	X		
Florianópolis	Lagoa da Conceição	0/15	Rendeiras/Praia	900		X		X		X	X		
Florianópolis	Estreito	0/3	Balneário/Praia	1800		X		X		X	X		
Florianópolis	Coqueiros	0/3	Saudade/Praia	650		X		X		X	X		
Florianópolis	Itaguaçu	0/3, 5	Iguaçu/Praia	670		X		X		X	X		
Florianópolis	Bom Abrigo	0/4	Bom Abrigo/Praia	300		X		X		X	X		
Balneário Camboriú	Coqueiros	80/3, 5	Dos Amores/Praia			X		X		X	X		X
Balneário Camboriú	Estreito	80	Praia do CantoPraia	50	X	X		X					
Balneário Camboriú		80/3, 5	Praia do Buraco/Praia		X	X		X					
Balneário Camboriú	Estaleiro	80/11	Praia do Estaleiro/Praia	1450		X		X		X	X		
Balneário Camboriú	Estaleirinho	80/12	Praia do Estaleirinho	1450		X		X		X	X		
Balneário Camboriú	Praia Pinho	80/9	Praia do Pinho/Praia	1000		X	X			X	X	X	X
Balneário Camboriú	Taquaras	80/8	Praia Taquaras/Praia	1150		X		X		X	X		
Balneário Camboriú	Taquarinhas	80/8	Praia Taquarinhas/Praia	8	X	X		X					
Balneário Camboriú	Praia Laranjeiras	80/6	Praia Laranjeiras/ Praia	750		X		X		X	X	X	
Balneário Camboriú	Cidade	80	Praia Central	6800		X		X		X	X		
Balneário Camboriú	Cidade	80/0, 8	Ilha das Cabras	600	X	X	X	X				X	
Balneário Camboriú	Praia Camboriú	80/2	Ilha dos Pescadores		X	X	X	X				X	
Balneário Camboriú	Praia Camboriú	80	Parque Ecológico	17000		X	X	X				X	
Gravatal	São Roque	164/4	36-Salto São Roque	10	X	X		X		X			
Gravatal	São Miguel	169/9	Gruta N.S. da Saúde	11		X		X					
Gravatal	Termas de Gravatal	163/3	Aquático/águas Termais	1Km²		X			X	X	X		X
Gravatal	Baixadinha	169/9	N. S. do Perpétuo Socorro/gruta	15		X		X					
Capivari de Baixo	Santa Lúcia	136/13	Morro da Luz/monumento natural			X	X	X					
Capivari de Baixo	3 de maio	136/ 3	Lagoa do Barreiro	200				X					
Capivari de Baixo	Santa Lucia	136/1, 2	Gruta Nossa Senhora da Saúde	7x4, 5		X		X					
Capivari de Baixo	Santo André	136/5	Rio Capivari	3500		X		X					
Capivari de Baixo	Santo André	136/5	Rio Tubarão	3500		X		X					
Içara	Rincão	200/20	Balneário do Rincão/praias	600		X		X		X	X		X
Içara	Barra Velha	235/33	Praia de Barra Velha	500		X		X		X			
Içara	Lagoa dos Esteves	200/20	Lagoa Esteves	3000		X			X	X	X	X	X

Içara	Lagoa Faxinal	198/18	Lagoa Faxinal	1500	X			X	X	X	X		X
Içara	Rincão	200/20	Lagoa Jacaré	300	X			X					
Içara	Rincão	197/17	Lagoa Freitas	300		X		X		X			X
Içara	Urussanga Velha	105/25	Lagoa Urussanga Velha	5000	X		X						
São Francisco do Sul		100/18	Praia do Molhe			X		X				X	X
São Francisco do Sul		200/12	Praia de Ubatuba			X		X		X	X	X	X
São Francisco do Sul		200/20	Praia Grande		X	X		X		X	X	X	X
São Francisco do Sul		200/19	Praia de Enseada	3000		X		X		X	X	X	X
São Francisco do Sul	Itaguaçu	200/13	Praia do Itaguaçu			X		X		X	X	X	X
São Francisco do Sul	Paulas	200/1.5	Balneário de Paulas			X		X		X	X	X	X
São Francisco do Sul	Centro	200/0	Morro do Pão-de-açúcar	150		X			X			X	
São Francisco do Sul	Vila da Glória	200/30	Vila da Glória			X	X	X	X	X	X	X	X
São Francisco do Sul	Centro	200/20	Praia ou Praia da Saudade			X		X		X	X	X	X
São Francisco do Sul	Estuário da Babitonga		Baía da Babitonga 26 ilhas		X	X	X	X	X	X	X	X	X
São Francisco do Sul	-		Ilha da Paz			X			X			X	X
São Francisco do Sul	-		Praia Bonita		X		X		X	X	X	X	
São Francisco do Sul	-		Ilha da Rita			X			X				
São Francisco do Sul	Capri	200/4	Balneário de Capri			X		X		X	X		X
São Francisco do Sul	Praia do Forte	200/15	Praia do Forte				X	X		X		X	
Itajaí	Praia Brava	112/5	Praia Brava	3000									
Itajaí	Atalaia	112/3	Praia do Italaia										
Itajaí	Centro	112/5	Praia dos Amores	160	X			X					
Itajaí	Cabeçudas	112/3	Praia de Cabeçudas	500				X		X	X		
Itajaí	-	112/2	Bico do Papagaio/reserva		X			X		X	X		
Itajaí	Fazenda	112/0	Saco da Fazenda/Reserva				X						
Itajaí	Centro	110/ 0	Morro da Cruz	180		X		X		X			
Itajaí	Centro	112/3	Praia dos Geremias										X
Itajaí	-		Praia do Morcego										
Araquari	Itapocu	140/15	Rio Itapocu			X				X	X		
Araquari	Guamiranga	200/60	Salto do Itapocu	30	X		X		X				
Araquari	Baia da Babitonga	160/2	Ilha do Mel		X	X	X				X		
Araquari	Barra do Itapocu	145/15	Praia da Barra do Itapocu	15000	X		X	X		X	X		X
Araquari	Baia da Babitonga	160/2	Ilhas de Araquari		X	X	X	X				X	
Araquari	Sede	160/0	Rio Parati			X		X		X		X	
Araquari	Barra do Itapocu	170/18	Lagoa da Cruz		X			x					

### ***4.7.3 Patrimônio histórico-arquitetônico***

Consideramos muito importantes para o estudo em tela, a descrição detalhada do equipamento histórico-arquitetônico dos municípios do litoral catarinense de base açoriana, onde percebermos a presença marcante desta cultura, materializada nas edificações.

Centros históricos, casas, fortificações, aquedutos e monumentos do litoral de Santa Catarina, foram descrito de acordo com o material disponível e pelo resultado da visita em loco a cada marco histórico. As informações aqui apresentadas permitem uma visão ampla, através dos dados coletados, do patrimônio arquitetônico dos municípios. Este catalogo contém dados atinente à localização, tipo de monumento e dados técnicos referente: ao estilo arquitetônico, ano, século, uso equipamento ao longo de sua história e atualmente.

**Tabela 28 - Monumentos/Equipamentos histórico-arquitetônico de interesse Turístico – 2006**

Localização			Monumento	Características/ Funcionalidade										Usos da construção ao longo do tempo
Município Conselho	Distrito/ Comunidade Freguesia	Distância da capital	Nome	Arquitetura do século	Ano	Estilo	Museu	Residência	Prédio	Comércio e Indústria	Militar	Religioso	Comunitário	
Águas Mornas	Fazenda Sacramento	32	Engenho de farinha/açúcar movido a água	XX	1970	Arquitetura de produção				x				Produção farinha/cachaça
	Fazenda Ressurreição	31	Engenho de farinha/açúcar movido a água de Lindolf long	XX	1900	Arquitetura de produção				x				Produção farinha/cachaça
	Canto	28	Engenho de farinha/açúcar movido a água de Pedro Kirchen	XX	1964					x				Produção cachaça/farina, movido a água
	Centro	28	Família Evaldo Carlos Lemmkühl	XX	1920	Luso-alemão				x				Comércio
	Centro	25	Família Evaldo Carlos Lenkmann	XX	1916	Eclético		X						Moradia
	Centro	25	Residência família José Adão Lennkuhl	XX	1900	Luso-alemão		X						Residência, prefeitura, delegacia, cartório
	Santa Isabel	40	Nivaldo Paulo Prim	XX	1930	Luso-alemão		X						Moradia
	Fazenda Sacramento II	32	Pedro Thesges	XX	1950	Luso-alemão		X						Moradia
	Fazenda do sacramento II	32	João Fritz	XX	1939	Alemão		X						Moradia
	Rio Novo	20	Werna Hineken	XX	1920	Luso-alemão		x						Moradia e comércio
	Santa Isabel	40	Nelson Muller	XX	1940	Luso-alemão		x						Moradia

São José	<b>Santa Isabel</b>	<b>40</b>	Primeiro Centro Evangélico da Grande Florianópolis	<b>XX</b>	<b>1932</b>	Eclético						<b>X</b>		Casa Paroquial
	<b>Loellscheitte</b>	<b>40</b>	Alberto Loffi	<b>XX</b>	<b>1957</b>	Alemão		<b>x</b>						Moradia
		<b>40</b>	Pousada Dona Plinda	<b>XX</b>	<b>1927</b>	Alemão		<b>X</b>						Moradia, Hospedagem
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Casa térrea de alvenaria de pedra e tijolos	<b>XX</b>	<b>1915</b>	Luso-brasileiro		<b>x</b>						Moradia
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Solar do início do século XIX	<b>XIX</b>	<b>1833</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Moradia
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Casa alvenaria-tijolos e pedra	<b>XIX</b>	<b>1840</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Moradia
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Casa (vila Malvina)	<b>XX</b>	<b>1915</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Moradia
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Casa – Vila Adelaide	<b>XX</b>	<b>1915</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Moradia, atualmente registro de imóveis de São José
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Casa térrea de porão alto, urbana com características de época colonial.	<b>XX</b>	<b>1910</b>	Neoclássico		<b>X</b>						Moradia
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Casa	<b>XIX</b>	<b>1873</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Moradia
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Igreja Católica (matriz)	<b>XIX</b>	<b>1760-1860</b>	Luso-brasileiro						<b>X</b>		Serviu, em 1894, à artilharia durante a Revolução
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Beco da Carioca (Bica d'Água)	<b>XIX</b>	<b>1840</b>	Eclética			<b>x</b>					Coleta de água, utilizado por lavadeiras
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Monumento a colonização açoriana	<b>XX</b>	<b>2000</b>	Moderna			<b>x</b>					
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Sobrado de esquina c/ características coloniais	<b>XIX</b>	<b>1833</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Antigo quartel da guarda nacional, moradia, atualmente biblioteca e museu.
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Sobrado de esquina	<b>XX</b>	<b>1915</b>	Neocolonial		<b>X</b>						Moradia, biblioteca, sede do clube 1º de junho, comércio e arquivo municipal.
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Sobrado de esquina c/ fachada	<b>XIX</b>	<b>1859</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Casa de câmara

			da principal voltada p/ praça											e cadeia, secretaria de finanças e administração do município e será casa da cultura.
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Teatro Municipal Adolfo Mello	<b>XIX</b>	<b>1854</b>	Neoclássico							<b>X</b>	Teatro
	<b>Centro</b>	<b>10</b>	Casa	<b>XIX</b>	<b>1830</b>	Luso-brasileiro			<b>X</b>					Senzala, sede colégio catarinense, artilharia na revolução, moradia e câmara municipal.
<b>Florianópolis</b>	<b>Centro</b>		Ponte Hercílio Luz	<b>XX</b>	<b>1926</b>	Ferro								Monumento Histórico
	<b>Ilha Anhatomirim</b>		Fortaleza de Santa Cruz	<b>XVIII</b>	<b>1738</b>	Militar					<b>X</b>			Turismo
	<b>Ilha de Ratonés</b>		Fortaleza de Santo Antônio	<b>XVIII</b>	<b>1740</b>	Militar					<b>X</b>			Turismo
	<b>Praia de Jurerê</b>		Fortaleza de São José da Ponta Grossa	<b>XVIII</b>	<b>1740</b>	Militar					<b>X</b>			Turismo
	<b>Ilha de Araçatuba</b>		Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra Sul	<b>XVIII</b>	<b>1740</b>	Militar					<b>X</b>			Abandonado (ruínas)
	<b>Centro</b>		Forte de Santana		<b>1765</b>	Militar	<b>X</b>				<b>X</b>			Museu Armas
	<b>Centro</b>		Forte de Santa Bárbara		<b>1786</b>	Militar			<b>X</b>		<b>X</b>			Atual sede da fundação Franklin Cascaes
	<b>Centro</b>		Palácio Cruz e Souza	<b>XVIII</b>		Eclético	<b>X</b>		<b>X</b>					Atual Museu Cruz e Souza/ Inst. Histórico Geográfico de SC.
	<b>Centro</b>		Antiga Casa de Câmara e Cadeia	<b>XVIII</b>	<b>1771</b>	Luso-brasileiro			<b>X</b>					Atual sede da câmara Municipal de Vereadores
	<b>Centro</b>		Casa Natal de Victor Meirelles	<b>XIX</b>		Luso-brasileiro	<b>X</b>		<b>X</b>					Atual Museu Victor Meirelles
	<b>Centro</b>		Catedral Metropolitana (antiga igreja Matriz)	<b>XVIII</b>	<b>1753</b>	Eclético						<b>X</b>		Religioso



	<b>Centro</b>		Antigo Cine Roxy	<b>XX</b>	<b>1929</b>	Arte-nouveau							<b>X</b>	Atual Salão arquiocesano Dom Joaquim
	<b>Centro</b>		Antigo Cine Ritz	<b>XX</b>		Eclético							<b>X</b>	Atual Templo da Igreja Renascer em Cristo
	<b>Centro</b>		Colégio Coração de Jesus	<b>XIX</b>	<b>1907</b>	Eclético							<b>X</b>	
	<b>Centro</b>		Antiga Escola Alemã	<b>XX</b>	<b>1907</b>	Eclético							<b>X</b>	Atual secretaria da igreja Evangélica Luterana
	<b>Centro</b>		Escola Demonstração Lauro Muller	<b>XX</b>	<b>1912</b>	Eclético							<b>X</b>	Educacional
	<b>Centro</b>		Grupo Escolar Silveira de Souza	<b>XX</b>	<b>1913</b>	Eclético							<b>X</b>	Educacional
	<b>Centro</b>		Antiga Escola de Aprendizes Artífices	<b>XX</b>	<b>1917</b>	Eclético			<b>X</b>					Atual do BADESC
	<b>Centro</b>		Artigo Grupo Escolar Arqui-diocesano	<b>XX</b>	<b>1920</b>	Eclético							<b>X</b>	Atual Universidade do Sul de Santa Catarina
	<b>Centro</b>		Antigo Ginásio Catarinense	<b>XX</b>	<b>1924</b>	Eclético							<b>X</b>	Colégio Catarinense
	<b>Centro</b>		Antigo Instituto Politécnico	<b>XX</b>	<b>1921</b>	Eclético							<b>X</b>	Atual Academia do Comércio de Santa Catarina
	<b>Centro</b>		Antiga Escola Normal	<b>XX</b>	<b>1922</b>	Eclética							<b>X</b>	Atual Faculdade de Educação
	<b>Saco dos Limões</b>		Antigo Armazém Vieira	<b>XX</b>		Eclética				<b>x</b>				Bar `` Armazém Vieira``
	<b>Agrônômica</b>	<b>03</b>	Antigo Santa Catarina Country club	<b>XIX</b>		Eclética							<b>X</b>	Antiga Chácara da Pedra Grande. Atual salão de festas edifício residencial
	<b>Córrego Grande</b>	<b>10</b>	Igreja Puríssimo Coração De Maria	<b>XX</b>		Eclética						<b>X</b>		Religioso
	<b>Lagoa</b>	<b>12</b>	Igreja Nossa Senhora da Conceição	<b>XVIII</b>	<b>1751</b>	Luso-brasileiro						<b>X</b>		Religioso
	<b>Lagoa</b>	<b>12</b>	Conj. Da Rua João Pacheco da Costa	<b>XX</b>		Eclética				<b>X</b>				Residência/ Comércio



	<b>Lagoa</b>	<b>12</b>	Antiga Estação Rádio Telegráfica	<b>XX</b>	<b>1912</b>	Eclética			<b>X</b>				<b>X</b>	Atual Centro Cultural Bento Silvério
	<b>Lagoa</b>	<b>12</b>	Área de preservação Cultural (APC-1)	<b>XIX e XX</b>		Diversas épocas		<b>X</b>		<b>X</b>				10 Edificações preservadas de vários estilos
	<b>Campeche</b>	<b>20</b>	Capela de São Sebastião	<b>XIX</b>	<b>1826</b>	Religiosa						<b>X</b>		Religioso
	<b>Sto. Ant. Lisboa</b>	<b>13</b>	Igreja Nossa Senhora das Necessidades		<b>1756</b>	Luso-brasileiro						<b>X</b>		Religioso
	<b>Sto. Ant. Lisboa</b>	<b>13</b>	Casarão e engenho dos Andrade	<b>XIX</b>	<b>XIX</b>	Luso-brasileiro-e de produção		<b>X</b>		<b>X</b>				Comercial
	<b>Sto. Ant. Lisboa</b>	<b>13</b>	Área de preservação Cultural (APC-1)	<b>XVIII, XIX e XX</b>		Diversas épocas		<b>X</b>		<b>X</b>				10 Edificações preservadas de vários estilos
	<b>Sambaqui</b>	<b>17</b>	Antiga Alfândega de Sambaqui	<b>XIX</b>	<b>1850</b>	Luso-brasileiro							<b>X</b>	Atual sede da Associação de Moradores de Sambaqui
	<b>Canasvieiras</b>	<b>27</b>	Igreja São Francisco de Paula	<b>XIX</b>	<b>1830</b>	Luso-brasileiro						<b>X</b>		Religioso
	<b>Rio Vermelho</b>	<b>29</b>	Capela de São João Batista	<b>XIX</b>	<b>1838</b>	Luso-brasileiro						<b>X</b>		Religioso
	<b>Ribeirão da Ilha</b>	<b>27</b>	Igreja Nossa Senhora da Lapa	<b>XIX</b>	<b>1806</b>	Luso-brasileiro						<b>X</b>		Religioso
	<b>Ribeirão da Ilha</b>	<b>27</b>	Área de preservação Cultural (APC-1)	<b>XVIII, XIX e XX</b>		Diversas épocas		<b>X</b>		<b>X</b>				50 edificações preservadas de vários estilos residência/comércio
	<b>Caieira B. do Sul</b>	<b>39</b>	Engenho	<b>XIX</b>		Arquitetura de produção		<b>X</b>						Indústria Artesanal
	<b>Armação</b>	<b>25</b>	Capela de Sant Ana	<b>XIX</b>	<b>1772</b>	Descaracterizada						<b>X</b>		Religioso
	<b>Inglezes</b>	<b>36</b>	Capela Sagrado Coração de Jesus	<b>XIX</b>	<b>1881</b>	Descaracterizada						<b>X</b>		Religioso
<b>Balneário Camboriú</b>	<b>Centro</b>	<b>90</b>	Arquivo Histórico Municipal	<b>XX</b>	<b>1996</b>	Moderna			<b>X</b>					Arquivar e proteger os documentos históricos
	<b>Centro</b>	<b>90</b>	Igreja E.C. Luterana Brasil	<b>XX</b>	<b>1960</b>	Contemporâneo						<b>X</b>		Proteger fiéis e assistência comunitária
	<b>Centro</b>	<b>90</b>	Igreja Nossa Senhora Bonsucesso	<b>XIX</b>	<b>1810</b>	Luso-brasileiro						<b>X</b>		Proteger fiéis e assistência comunitária
		<b>90</b>	Cristo Rei	<b>XX</b>		Contemporâneo							<b>X</b>	Monumento e

																	vista panorâmica de Balneário Camboriú
Palhoça	<b>Centro</b>	<b>12</b>	Prédio da Prefeitura Municipal	<b>XIX</b>	<b>1894</b>	Eclético			<b>X</b>								Abriga a Prefeitura Municipal desde sua construção
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	<b>XVIII</b>	<b>1750</b>	Religioso							<b>x</b>				Religioso. Sofreu diversas interferências. A torre frontal é de 1911
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Igreja	<b>XVIII</b>		Luso-brasileiro							<b>X</b>				
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XIX</b>				<b>x</b>									Moradia, está sendo reformada
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XVIII</b>	<b>1702</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>									Moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa			Luso-brasileiro		<b>X</b>									Moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XIX</b>	<b>1850</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>									Moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XIX</b>	<b>1856</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>									Moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XIX</b>	<b>1857</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>									Moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XIX</b>	<b>1910</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>									Moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XIX</b>		Luso-brasileiro		<b>X</b>									Padaria, armazém, moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Mini-mercado do Seu Hélio	<b>XIX</b>		Descaracterizada				<b>X</b>							Armazém
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa			Luso-brasileiro		<b>X</b>									Moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XIX</b>	<b>1855</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>									Moradia
	<b>Enseada de Brito</b>	<b>27</b>	Casa	<b>XIX</b>				<b>X</b>									Moradia
Garopaba	<b>Centro</b>	<b>65</b>	Centro Histórico – várias construções	<b>XIX e XX</b>		Diversas épocas		<b>X</b>		<b>X</b>			<b>X</b>				Residência/ Comércio
	<b>Centro</b>	<b>65</b>	Igreja matriz de São Joaquim da Garopaba	<b>XIX</b>	<b>1856</b>	Religioso							<b>X</b>				Uso religioso através do tempo

	<b>Centro</b>	<b>65</b>	Casa residencial próximo ao mar	<b>XX</b>	<b>1910</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Residência
	<b>Centro</b>	<b>65</b>	Império do Divino Espírito Santo	<b>XIX</b>	<b>1856</b>	Religioso						<b>X</b>		Uso para festas do Divino, posteriormente capela mortuária e capela de culto
	<b>Centro</b>		Residência paroquial	<b>XIX</b>	<b>1846</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Residência
	<b>Encantada</b>	<b>63</b>	Engenho de mandioca	<b>XX</b>	<b>1920</b>	Arquitetura de produção				<b>X</b>				Produção da farinha de mandioca
	<b>Centro</b>	<b>65</b>	Casa do administrador da armação baleeira	<b>XIX</b>	<b>1805</b>	Residência				<b>X</b>				Residência do administrador da armação baleeira de Garopaba até 1829, residência.
<b>Imbituba</b>	<b>Centro</b>	<b>70</b>	Prédio da antiga Usina Elétrica de Imbituba	<b>XX</b>	-	Arquitetura de produção	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>				Antiga usina de produção de energia elétrica de Imbituba, Atualmente abriga o Museu de cidade
	<b>Centro</b>	<b>70</b>	Instalação do antigo porto Henrique Lages	<b>XX</b>	-	Arquitetura de produção				<b>X</b>				Maior porto brasileiro de embarque de carvão mineral até a década de 1980
	<b>Centro</b>	<b>70</b>	Igreja matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição	<b>XX</b>	<b>1946</b>	Religioso						<b>X</b>		Religioso
	<b>Mirim</b>	<b>68</b>	Conjunto arquitetônico	<b>XIX e XX</b>		Diversas épocas		<b>X</b>		<b>X</b>		<b>X</b>		O conjunto está no entorno da praça do distrito, construindo-se uma dezena de construções
	<b>Mirim</b>	<b>68</b>	Igreja de Sant`Ana do Mirim	<b>XIX</b>	<b>1851</b>	Religioso						<b>X</b>		Religioso
	<b>Vila Nova</b>	<b>71</b>	Conjunto Arquitetônico	<b>XVIII e XX</b>		Diversas épocas		<b>X</b>				<b>X</b>		No entorno da praça e ruas próximas,

													que originaram a freguesia de Vila Nova em 1755.
	Vila Nova	71	Igreja de Sant`Ana de Vila Nova	XVIII	1755	Religioso						X	Sofreu interferências, com a construção de torres frontais e aladrihamento das paredes
	Centro	70	Ruínas da armação baleeira de Imbituba do Início do séc. XIX	XIX	1802	Arquitetura de produção			X	X			Alguns equipamentos da estrutura original da armação baleeira de Imbituba, que funcionou até o século XX.
Laguna	Centro	110	Centro Histórico	XVII a XX		Diversas épocas	X	X	X	X		X	Concentra o maior conjunto de construções luso-brasileiras de Santa Catarina, com mais de 200 construções dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, Tombando como Patrimônio Nacional.
	Centro	110	Prédio da Câmara/Cadeia	XVIII	1747	Colonial	X		X				Sede do poder executivo, legislativo e judiciário de Laguna de Laguna ao longo dos séculos XVIII A XX. Local da Proclamação da República catarinense em 1839. Abriga

														atualmente o Museu Anita Garibaldi
<b>Centro</b>	<b>110</b>	Casa de Anita Garibaldi	<b>XVIII</b>	<b>1711</b>	Colonial	<b>X</b>		<b>X</b>						Local onde viveu Anita Garibaldi, cognominada heroína de dois mundos.
<b>Centro</b>	<b>110</b>	Igreja de Santo Antônio dos Anjos	<b>XVIII</b>		Barroco						<b>X</b>			Construção do início do século XVIII, com altares do final do referido século. Religioso.
<b>Centro</b>	<b>110</b>	Casa Pinto Ulisséia	<b>XIX</b>	<b>1865</b>	Luso-brasileiro			<b>X</b>						Residência da família Ulisséia desde 1866. Atualmente prédio público.
<b>Centro</b>	<b>110</b>	Carioca	<b>XIX</b>	<b>1863</b>	Fonte de abastecimento				<b>X</b>					Importante no abastecimento de água da Vila, pois não havia água encanada, sendo esta transportada em potes ou baldes.
<b>Centro</b>	<b>135</b>	Farol de Santa Marta	<b>XIX-</b>	<b>-</b>	Militar			<b>X</b>		<b>X</b>				Farol implantado no final do século XIX, considerado o maior das Américas e o terceiro do mundo, fundamental à navegação marítima.

	<b>Centro</b>	<b>110</b>	Marco de Tordesilhas	<b>XX</b>	-	Monumento público							<b>X</b>	Morro do Tratado de Tordesilhas, firmando entre Portugal e Espanha em 1494, que dividia as terras descobertas e por serem descobertas entre as duas nações, passando em Laguna o limite sul desta linha geodésica
<b>Gravatal</b>	<b>Tiradentes</b>	<b>160</b>	Igreja São Sebastião	<b>XIX</b>	<b>1880</b>	Influencia Italiana						<b>X</b>	<b>X</b>	Igreja
	<b>Centro</b>	<b>160</b>	Igreja Sagrado Coração de Jesus			Moderna						<b>X</b>	<b>X</b>	Igreja
<b>Capivari de Baixo</b>	<b>Ilhotinha</b>	<b>136</b>	Engenho movido a boi	<b>XIX</b>	<b>1870</b>	Arquitetura de produção				<b>X</b>				Indústria e comércio
	<b>Ilhotinha</b>	<b>136</b>	Igreja	<b>XIX</b>	<b>1856</b>	Contemporâneo						<b>X</b>		Culto religioso
	<b>Centro</b>	<b>136</b>	Praça Tancredo Neves	<b>XX</b>		Contemporâneo							<b>X</b>	Monumento em espaço público
	<b>Centro</b>	<b>136</b>	Locomotiva Maria-Fumaça	<b>XIX</b>	<b>1840</b>	Equipamento Técnico							<b>X</b>	Monumento público
	<b>Centro</b>	<b>136</b>	Casa da Cidadania	<b>XX</b>	<b>1946</b>	Contemporâneo			<b>X</b>					Cinema, biblioteca, eventos, Casa da Cultura
	<b>Centro</b>	<b>136</b>	Local instalação do município	<b>XIX</b>	<b>1886</b>	Moderna							<b>X</b>	Monumento Público
	<b>Centro</b>	<b>136</b>	500 anos do Brasil	<b>XX</b>	<b>2000</b>	Monumento Público							<b>X</b>	Monumento Público
	<b>Centro</b>	<b>136</b>	Getúlio Vargas	<b>XX</b>	<b>1940</b>	Monumento Público							<b>X</b>	Monumento Público

	<b>Santa Lúcia</b>	<b>136</b>	Morro da Cruz	<b>XX</b>		Contemporâneo								Mirante
	<b>Santa Lúcia</b>	<b>136</b>	Gruta Nossa Senhora da Saúde	<b>XX</b>	<b>1959</b>	Contemporâneo							<b>X</b>	Monumento Religioso
	<b>Centro</b>	<b>136</b>	Maximiliano C. Pessoa	<b>XX</b>	<b>1998</b>	Monumento Público							<b>X</b>	Praça pública
	<b>Centro</b>	<b>136</b>	Igreja Matriz	<b>XX</b>	<b>1965</b>	Contemporâneo						<b>X</b>		Cultos religiosos
<b>Içara</b>	<b>Centro</b>	<b>180</b>	Casa da Cultura	<b>XX</b>	<b>1945</b>	Eclético	<b>X</b>		<b>X</b>					Igreja matriz até 1973, Casa da cultura a partir de 1986
	<b>Balneário do Rincão</b>	<b>180</b>	Capela Nossa Senhora dos Navegantes	<b>XX</b>	<b>1943</b>	Eclético	<b>X</b>						<b>X</b>	Capela religiosa até 1999, atualmente museu arqueológico.
	<b>Linha Anta</b>	<b>195</b>	Capela de Santo Antônio	<b>XX</b>	<b>1928</b>	Italiano						<b>X</b>		Linha Anta, bairro
	<b>Lagoa dos Esteves</b>	<b>210</b>	Engenho de farinha mandioca	<b>XX</b>	<b>1950</b>	Arquitetura de produção				<b>X</b>				Lagoa dos Esteves, camping Viana
	<b>Urussanga Velha</b>	<b>200</b>	Casa do Joca	<b>XX</b>	<b>1930</b>	Luso-brasileiro		<b>X</b>						Terra firme, Urussanga
	<b>Centro</b>	<b>180</b>	Casa do agente ferroviário	<b>XX</b>	<b>1920</b>	Inglês		<b>X</b>						Casa do agente ferroviário da estrada de ferro Tereza Cristina
<b>São Francisco do Sul</b>	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Centro Histórico	<b>XVII a XX</b>		Diversas épocas	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>		Conjunto de 150 casas tombadas pelo IPHAN, como Patrimônio Nacional, oferecem ao turista um resgate da história do Brasil, com muitas construções dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX

	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Forte Marechal Luz	<b>XX</b>	<b>1909</b>	Militar	<b>X</b>		<b>X</b>		<b>X</b>			A 15 km do centro, foi fundado para proteger a costa de invasões e constituiu-se um passeio pela história da marinha, foi reformada para visitação pública
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça	<b>XVII</b>	<b>1699</b>	Veneziano			<b>X</b>			<b>X</b>		Cal de concha de areia e óleo de baleia
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Museu do Mar	<b>XX</b>		Eclético	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>			Conjunto Dep. Da Empresa de Navegação Carlos Hoepcke
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Museu Histórico	<b>XVIII</b>		Luso-brasileiro	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>			Foi cadeia pública e câmara até 1968
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Mercado municipal	<b>XIX</b>	<b>1900</b>	Eclético	<b>X</b>							Restaurado em 1976
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Casarão da família Rhinow	<b>XIX</b>	<b>1805</b>	Alemão		<b>X</b>						No início serviu como chácara, nos anos 20 pertenceu à igreja Luterana, que transformou em escola de línguas, foi tombada em 1986.
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Casarão da família Marcan-toni	<b>XVIII</b>		Luso-brasileiro		<b>X</b>						Serviu de sede para Tipografia Paulo Krelle, Transformada em Imprensa São Francisco em 50, foi tombado em 1986.



	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Casarão da família Gorrenseen	<b>XIX</b>	<b>1873</b>	Eclético		<b>X</b>		<b>X</b>				Construída por Faber marcos Jon hso Gorressen, este imigrante n orueguês fez sua casa comercial na parte inferior e moradia na superior, seus descendentes conservam esta imponente construção tombada
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Carioca da Rua Benjamim Constant	<b>XIX</b>	<b>1884</b>	Luso-brasileiro							<b>X</b>	Cariocas: denominação indígena para bicas d' água das vilas e freguesias
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Carioca da Rua Marcílio Dias	<b>XIX</b>		Colonial							<b>X</b>	Recuperada recentemente
	<b>Centro</b>	<b>200</b>	Porto	<b>XX</b>	<b>1920</b>	Arquitetura de produção								O quinto maior porto brasileiro em movimentação de contêineres, o melhor porto natural do país, possui canal de acesso com 10m d e profundidade e 4 berços de atração entre 8 e 10m de profundidade
<b>Araquari</b>	<b>Centro</b>	<b>160</b>	Carioca	<b>XVIII</b>	<b>1786</b>	Luso-brasileiro			<b>X</b>				<b>X</b>	Fonte de água natural
	<b>Centro</b>	<b>160</b>	Casa	<b>XX</b>	<b>1928</b>	Eclético		<b>X</b>	<b>X</b>					Moradia do prefeito Antenor Sprotte, sede da Casa da Cultura
	<b>Itapocu</b>	<b>140</b>	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Catumbi	<b>XX</b>		Moderna						<b>X</b>		Igreja dos pretos

	<b>Centro</b>	<b>160</b>	Matriz Senhor Bom Jesus de Araquari	<b>XX</b>	<b>1920</b>	Eclético						<b>X</b>	<b>X</b>	Igreja Matriz
<b>Itajaí</b>	<b>Centro</b>		Restaurante Pier	<b>XIX</b>		Luso-brasileiro		<b>X</b>		<b>X</b>				Moradia, bar, restaurante, salão, cabeleireiro
	<b>Centro</b>		Almeida e Voigt	<b>XX</b>		Neoclássico			<b>X</b>	<b>X</b>				Banco, ETC, Seguradora
	<b>Centro</b>		Casa Asseburg	<b>XIX</b>		Alemão		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>				Moradia, escritório, depósito, consultado, armazém, bar
	<b>Centro</b>		Casa Bauer	<b>XX</b>		Luso-brasileiro				<b>X</b>				Comercio, ginásio, hotel, empresa de gelo
	<b>Centro</b>		Casa Burghardt	<b>XX</b>		Eclético		<b>X</b>		<b>X</b>				Moradia loja, fundação cultural de Itajaí, geleira de arte.
	<b>Centro</b>		Casa dos Anjos	<b>XIX</b>				<b>X</b>						Moradia
	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Casa konder	<b>XX</b>		Neoclássico		<b>x</b>	<b>x</b>				<b>x</b>	Moradia, comitê civilista, biblioteca, banco, arquivo histórico, espaço cultural
	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Casa Malburg	<b>XX</b>		Eclético		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>				Moradia, comércio, hotel/pensão, receita federal
	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Capitania dos Portos	<b>XX</b>		Eclético			<b>X</b>					Capitania dos Portos
	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Grupo Escolar Victor Meirelles	<b>XX</b>		Eclético			<b>X</b>				<b>X</b>	Escola Casa da Cultura Dide Brandão
	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Hotel Brasil	<b>XIX</b>		Neoclássico				<b>X</b>				Hotel e Bar
	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição	<b>XIX</b>		Luso-brasileiro			<b>X</b>			<b>X</b>		Capela, Igreja
	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	<b>XX</b>		Neogótico			<b>X</b>			<b>X</b>		Igreja
	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Mercado Público	<b>XX</b>	<b>1916</b>	Eclético			<b>x</b>	<b>x</b>			<b>x</b>	Mercado, lojas, restaurante, centro de cultura popular

	<b>Centro</b>	<b>100</b>	Palácio Marcos Konder	<b>XX</b>		Art-nouveau			<b>X</b>				<b>X</b>	Prefeitura Municipal de Itajaí fórum, posto cultural, escola, arquivo histórico, câmara vereadores, museu histórico.
--	---------------	------------	-----------------------	-----------	--	-------------	--	--	----------	--	--	--	----------	--

#### ***4.7.4 Patrimônio Natural-culturais***

No decorrer da pesquisa de campo, e na interação com a realidade cultural da região, observamos que os monumentos natural-culturais, que revelam aspectos da cultura e do saber fazer dos habitantes pré-colombianos da América, a par de sua importância, como referencial de um povo, em face das suas características e localização, principalmente a dos sambaquis, foram pouco valorizados e praticamente destruídos pelos descendentes de europeus, que ocuparam estes locais.

Muitos desses ambientes catalogados, outros ainda desconhecidos, formam um conjunto de sítios arqueológicos considerável, que precisa ser preservado e ter um aproveitamento adequado.

A pesquisa de campo foi executada de forma muito difícil pela ausência de conhecimento e de pessoal tecnicamente preparado para estes estudos por parte dos órgãos municipais onde estes espaços arqueológicos se encontram. Percebemos que quase na totalidade dos municípios estudados temos vestígios ou mesmo sítios. Apresentamos aqui os monumentos que conseguimos destacar e buscar informações mais consistentes, tanto quanto ao aspecto histórico e científico.

**Tabela 29 - Monumentos naturais-culturais que revelam aspectos da cultura e saber fazer dos índios pré-colombianos: Sambaqui, oficina lítica e inscrições rupestres no sul do Brasil. 2007.**

Localização			Monumento	Sítio Arqueológico/Proteção						Serviços		
Município (conselho)	Comunidade (freguesia)	Dist. da Capital /sede município (km)	Nome - Tipo	Extensão/ do Sítio em km ou m²	Estado de Conservação	Protegido por Lei	Visita Dirigida	Particular	Vigilância	sinalização	Roteiro de Visita	Requer guia especializado
Içara	Barra Vela	213/33	Sítio Zanetti - Sambaqui	600	Bom	X		X	X			Controlada
Içara	Barra Vela	213/33	Sambaqui da Barra Velha - Sambaqui	300	Mal	X						livre
Içara	Lagoa do Faixanal	200/20	Sítio Guarani – Sambaqui	1000				X				Controlada
Araquari	Baía da Babitonga	160/02	Sítio do Casqueiro – Sambaqui	200	Bom	X	X	X		X	X	Controlada
Capivari de Baixo	Centro	136/00	Sambaqui Gerasul – Sambaqui	0,50	Mal	X	X	X		X		Controlada
Capivari de Baixo	Centro	00/25	Sambaqui Rua Cl. Penna - Sambaqui	1000	Mal	X	X	X		X		Controlada
Florianópolis	Ingleses	00/25	Sítio									Controlada
Florianópolis	Ingleses		Sítio									Controlada
Florianópolis	Santinho		Sítio	273x60	Ruim			X	X	X		livre
Florianópolis	Santinho		Sítio	54x40	Ruim			X	X	X		livre
Florianópolis	Santinho		Sítio	23x39	Bom			X	X	X		livre
Florianópolis	Santinho		Sítio	160x40	Bom			X	X	X		livre
Florianópolis	Barra da Lagoa		Sítio	152x111	Ruim					X		livre
Florianópolis	Barra da Lagoa		Sítio	40x27	Ruim					X		livre
Florianópolis	Barra da Lagoa		Sítio	180x39	Ruim					X		livre
Florianópolis	Galheta		Sítio	57x38	Ruim							livre
Florianópolis	Galheta		Sítio									livre
Florianópolis	Joaquina		Sítio		Péssimo					X		livre
Florianópolis	Armação		Sítio		Péssimo							livre
Florianópolis	Pântano do Sul		Sítio									livre
Florianópolis	Ponta das cans		Sítio	60x30	Vestígio					X		livre
Florianópolis	Naufregados		Sítio									livre
Florianópolis	Ilha do arvoredos		Sítio	550x140	Ruim					X		livre
Florianópolis	Ilha do arvoredos		Sítio	165x65	Ruim					X		livre
Florianópolis	Ilhas das Aranhas		Sítio	76x69	Ruim					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	86x80	Bom					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	168x142	Ruim					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	5,76x1,80	Ruim					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	50x88	Ruim					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	54x75	Ruim					X		Controlada

Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	80x51	Ruim					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	20x45	Ruim					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	85x180	Ruim					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Campeche		Sítio	71x59	Ruim					X		Controlada
Florianópolis	Ilha do Coral		Sítio									Controlada
Florianópolis	Ilha do Coral		Sítio									Controlada
Palhoça	Ilha dos papagaios		Inscrições rupestre		Bom		X	X	X			Controlada

#### **4.8 Expressões da cultura de base açoriana no litoral Catarinense.**

Com objetivo etnográfico de traçarmos um paralelo das manifestações da cultura de base açoriana nos municípios apresentados neste estudo e também nos municípios que mesmo não tendo sua base cultural na colonização açoriana delineamos diversos quadros onde apresentamos as manifestações culturais identificadas em cada município permitindo uma análise das transformações sofridas nos últimos anos pelo desenvolvimento do turismo em cada cidade.

No primeiro quadro apresentamos os folguedos de base cultural açoriana ao longo da costa catarinense, descrevendo as seguintes manifestações: Boi-de-mamão, malhação de Judas, farra do boi, São Gonçalo, mastro de São Sebastião, Terno de Reis, Cacumbi, Cantoria do divino e dança do vilão.

No segundo quadro tratamos da literatura popular de base açoriana, onde destacamos: Pão-por-Deus, pasquim, cantos e trovas.

No terceiro quadro apontamos os municípios que tem na sua identidade cultural os aspectos da religiosidade e credences populares de base cultural açoriana. Destacamos nestes aspectos as seguintes manifestações: Festa do Divino Espírito Santo, cantorias do Divino, festa de Passos, cobertura d'alma, história de bruxas, histórias de lobisomem e histórias de boitatá.

Já no quarto quadro apresentamos as danças de base cultural açoriana, que geralmente estão associadas a grupos organizados (Grupos de Danças) que buscam manter a tradição cultura da cidade e da região. Percebemos uma grande participação da comunidade nestes grupos. As danças com maiores destaques, são: Ratoeira, pastorinha, fandango, quadrilha, pau-de-fita e arco-de-flores.

Registramos nos municípios outra identidade cultural litorânea: produção artesanal – artesanato. Descrevemos este artesanato no quinto quadro, e damos destaques aqueles que possuem uma incidência nos municípios investigados. Encontramos os seguintes tipos de artesanato durante a pesquisa de campo: renda de bilro e crivo, olaria de louça de barro, olaria de telhas e tijolos, produção em teares manuais, artesanato de palha e taquara, artesanato em couro/curtumes, artesanato em conchas/moluscos e artesanato em madeira.

Outro aspecto importante, e que tem um valor na pesquisa etnográfica de uma cultura, são os jogos e brinquedos. E por toda costa catarinense encontramos uma série de brinquedos e jogos da cultura de base açoriana. Destacamos no sexto quadro como os mais praticados e utilizados: Peão, batizados de bonecas, ferrinho ou pique, tampinha de garrafa, cinco Maria ou

amarelinha, bola de meia, pandorga ou pipa, bilboquê, peteca, taco, cozinhado e bolina de vidro.

Relatamos no próximo quadro, o de número sete, as riquezas deixadas configuradas nos equipamentos de construção da economia de subsistência da época. Dentre os equipamentos mas utilizados para tanto para transformação de matérias prima em produto comercial quanto os instrumento utilizados como meios na busca do produto, destacamos: Engenho de farinha, engenho de açúcar, alambique de aguardente, lancha baleeira, canoa bordada e o tear manual.

O quadro final, o de número oito, apresentamos a riqueza arquitetônica, e aqui na região da costa catarinenses a arquitetura luso-brasileira, encontrada, mesmo que em pequeno número em todos os município do cultura de base açoriana. Alguns ainda resistem a exploração imobiliária, outros sobrevivem graças a leis de tombamento existente em algumas cidade do litoral.



**Tabela 30** - Folguedos de base cultural açoriana ao longo do litoral de Santa Catarina

Município	Boi de Mamão	Malhação de Judas	Farra do Boi	São Gonçalo	Mastro de São Sebastião	Terno de Reis e outros	Cacumbi	Cantoria do Divino	Dança do Vilão
Araquari	x			x		x	x	x	
Araranguá	x	X		x		x		x	
Balneário Camboriú	x								
Balneário Gaivota	x								
Biguaçu	x	X	x			x		x	
Bombinhas	x	X	x			x		x	
Camboriú	x	X	x			x		x	
Canelinha	x					x			
Capivari de Baixo		X							
Florianópolis	x	X	x			x		x	
Garopaba	x	X				x		x	
Governador Celso Ramos	x	X	x			x		x	
Gravatal	x								
Içara	x					x		x	
Imarú	x	X				x		x	
Imbituba	x	X				x	x	x	
Itajaí	x	X				x		x	
Itapema	x	X	x						
Itapoá	x					x			
Laguna	x	X				x		x	
Navegantes	x		x	x		x		x	
Palhoça	x	X				x		x	
Passo de Torres	x								
Paulo Lopes	x	X				x			
Penha	x	X	x	x	x	x		x	
Porto Belo	x	X	x			x			
Santa Rosa do Sul						x			
Santo Amaro da Imperatriz	x	X				x		x	
São Francisco do Sul	x	X		x		x		x	x
São João Batista	x	X				x			
São José	x	X	x			x			
Sombrio	x					x		x	
Tijucas	x	X	x			x		x	
Tubarão	x	X				x		x	

**Tabela 31** - Literatura popular de base cultural açoriana ao longo do litoral de Santa Catarina

Município	pão por deus	pasquim	cantos	trovas
Araquari				
Araranguá		x	x	x
Balneário Camboriú				
Balneário Gaivota	x		x	x
Biguaçu	x	x	x	x
Bombinhas	x			
Camboriú		x	x	x
Canelinha			x	x
Capivari de Baixo				
Florianópolis	x	x	x	x
Garopaba	x	x	x	x
Governador Celso Ramos	x	x	x	x
Içara	x	x	x	x
Ilhota				
Imaruí	x	x	x	x
Imbituba	x	x	x	x
Itajaí	x	x	x	x
Itapema	x	x	x	x
Itapoá				
Jaguaruna	x		x	
Laguna	x	x	x	
Navegantes				
Palhoça	x	x	x	x
Passo de Torres			x	x
Paulo Lopes	x	x	x	x
Penha	x	x	x	x
Porto Belo	x	x	x	x
Santa Rosa do Sul			x	x
Santo Amaro	x	x	x	x
São Francisco do Sul	x	x	x	x
São João do Sul			x	x
São José	x	x	x	x
São Pedro de Alcântara				
Sombrio	x	x	x	x
Tijucas			x	x
Tubarão	x	x	x	x

**Tabela 32 - Religiosidade e práticas populares de base cultural açoriana ao longo do litoral de Santa Catarina**

<b>Município</b>	<b>Festa do Espírito Santo</b>	<b>Cantoria do Divino</b>	<b>Festa de Passos</b>	<b>Coberta d'Alma</b>	<b>Histórias de Bruxas</b>	<b>Histórias de Lobisomem</b>	<b>Histórias de Boitatá</b>
São José	x		x		x	x	x
Palhoça	x	x		x	x	x	x
Florianópolis	x	x	x	x	x	x	x
Biguaçu	x	x	x	x	x	x	x
Santo Amaro	x	x	x		x	x	x
Paulo Lopes	x			x	x	x	x
Garopaba	x	x		x	x	x	x
Imbituba	x	x		x	x	x	x
Laguna	x	x	x	x	x	x	x
Imaruí	x	x	x	x	x	x	x
Capivari de Baixo							
Tubarão	x	x	x		x	x	x
Gravatal				x			
Armazém							
Tijucas	x	x	x	x	x	x	x
Canelinha					x	x	x
São João Batista					x	x	x
Bombinhas					x	x	x
Porto Belo	x		x	x	x	x	x
Itapema				x	x	x	x
Governador Celso Ramos	x	x		x	x	x	x
Balneário Camboriú					x	x	x
Camboriú	x	x	x	x	x	x	x
Itajaí	x	x	x		x	x	x
Navegantes	x	x			x	x	x
Jaguaruna	x	x		x	x	x	x
Içara		x			x	x	x
Itapoá					x	x	x
São Francisco do Sul	x	x	x	x	x	x	x
Araquari	x	x		x	x	x	x
Piçarras							
Penha	x	x		x	x	x	x
Araranguá	x	x	x	x	x	x	x
Sombrio					x	x	x
Balneário Gaivota							
Santa Rosa do Sul				x	x	x	x
Passo de Torres							

**Tabela 33** - Danças de base cultural açoriana ao longo do litoral de Santa Catarina

Município	Ratoeira	Pastorinha	Fandango	Quadrilha	Pau.de.fita	Arco de Flores
São José				x	x	
Palhoça				x		
Florianópolis	x			x	x	x
Biguaçu	x			x	x	
Santo Amaro						
Paulo Lopes	x			x	x	
Garopaba	x			x	x	
Imbituba	x			x	x	
Laguna	x			x	x	x
Imaruí	x			x	x	
Capivari de Baixo				x	x	
Tubarão						
Gravatal			x	x	x	
Armazém						
Tijucas	x			x	x	
Canelinha				x	x	
São João Batista				x	x	
Bombinhas	x			x	x	
Porto Belo	x			x	x	
Itapema					x	
Governador Celso Ramos	x			x	x	
Balneário Camboriú				x	x	
Camboriú	x			x	x	
Itajaí				x	x	
Navegantes				x	x	
Içara				x	x	
Itapoá		x	x	x	x	
São Francisco do Sul			x	x	x	
Araquari			x	x	x	
Piçarras						
Penha	x		x	x	x	
Araranguá				x	x	
Sombrio				x	x	
Balneário Gaivota						
Santa Rosa do Sul						
Passo de Torres						

**Tabela 34 - Artesanato de base cultural açoriana ao longo do litoral de Santa Catarina**

<b>Município</b>	<b>Renda de Bilro e Crivo</b>	<b>Olarias de Louças e Barro</b>	<b>Olarias de Telhas e Tijolos</b>	<b>Produção em Teares manuais</b>	<b>Artesanato de palha e taquara</b>	<b>Artesanato em couro/curtumes</b>	<b>Artesanato em conchas/moluscos</b>	<b>Artesanato em madeira</b>
São José		x						
Palhoça			x		x			
Florianópolis	x			x	x		x	
Biguaçu	x				x			x
Santo Amaro								
Paulo Lopes					x			
Garopaba				x	x		x	
Imbituba					x			
Laguna	x				x			
Imaruí				x	x			x
Capivari de Baixo								
Tubarão								
Tijucas		x	x		x			x
Canelinha			x					
São João Batista			x					
Bombinhas							x	x
Porto Belo							x	
Itapema								
Governador Celso Ramos	x			x	x		x	
Balneário Camboriú								
Camboriú			x					
Itajaí								
Navegantes								
Içara			x	x				
Itapoá								
São Francisco do Sul					x			x
Araquari			x					
Penha			x		x		x	
Araranguá	x	x		x	x	x	x	x
Sombrio			x	x	x	x		x
Balneário Gaivota								
Santa Rosa do Sul			x	x	x			
Passo de Torres								



**Tabela 36** - Equipamentos técnicos de base cultural açoriana em uso no litoral de Santa Catarina

<b>Município</b>	<b>Engenho de Farinha</b>	<b>Engenho de Açúcar</b>	<b>Alambique de A-guardente</b>	<b>Lancha/Baleeira</b>	<b>Canoa bordada</b>	<b>Tear manual</b>
São José	x			x	x	
Palhoça	x			x	x	
Florianópolis	x	x	x	x	x	x
Biguaçu	x	x	x	x	x	
Paulo Lopes	x	x	x			
Garopaba	x	x		x	x	x
Imbituba	x			x	x	
Laguna	x			x	x	
Imarúf	x	x		x	x	
Capivari de Baixo						
Tubarão	x	x				
Gravatal	x	x	x			x
Armazém						
Tijucas	x			x	x	
Canelinha	x					
São João Batista	x	x	x			
Bombinhas	x	x	x	x	x	
Porto Belo	x			x	x	
Itapema	x	x			x	
Governador Celso Ramos				x	x	
Balneário Camboriú				x	x	
Camboriú	x					
Itajaí	x	x	x	x	x	
Navegantes						
Içara	x			x	x	
Itapoá					x	
São Francisco do Sul	x	x	x	x	x	
Araquari	x				x	
Piçarras				x	x	
Penha	x	x		x	x	
Araranguá	x	x	x	x	x	x
Sombrio	x	x	x			x
Balneário Gaivota	x				x	x
Santa Rosa do Sul	x	x	x		x	x
Passo de Torres					x	

**Tabela 37 - Arquitetura luso-brasileira dos séculos XVIII ao início do XX ao longo do litoral de Santa Catarina**

<b>Município</b>	<b>Casas geminadas</b>	<b>Sobrados</b>	<b>Casa térrea urbana</b>	<b>Igreja</b>	<b>Império do Divino Espírito Santo</b>	<b>Santa Cruz</b>	<b>Casa rural</b>
São José	x	x	x	x		x	x
Palhoça	x		x	x		x	x
Florianópolis	x	x	x	x	x	x	x
Biguaçu		x	x	x		x	x
Santo Amaro	x	x	x	x		x	x
Paulo Lopes			x			x	x
Garopaba	x	x	x	x	x	x	x
Imbituba	x		x	x		x	x
Laguna	x	x	x	x			x
Imaruí	x	x	x	x			x
Capivari de Baixo							
Tubarão			x				x
Tijucas	x	x	x			x	x
Canelinha	x	x	x				x
São João Batista		x	x				x
Bombinhas							x
Porto Belo	x		x	x		x	x
Itapema		x		x			x
Governador Celso Ramos	x		x	x		x	x
Balneário Camboriú			x	x			
Camboriú	x	x	x	x			x
Itajaí	x	x	x	x			x
Navegantes			x				x
Içara				x		x	x
Itapoá							
São Francisco do Sul							
Araquari		x	x			x	x
Piçarras							
Penha			x	x		x	x
Araranguá	x	x	x	x	x	x	x
Sombrio		x	x			x	x
Balneário Gaivota						x	x
Santa Rosa do Sul			x			x	x
Passo de Torres							



#### 4.8.1 Folclore

Em Santa Catarina, a presença do erupoeu marcou sua cultura. Primeiro vieram de Portugal para o litoral, no século XVI., “onde encontraram um povo de cultura recuada, mas possuidor de tradição e de hospitalidade” como diz Soares (1984). A eles se juntaram no século XVII os açorianos e os madeirenses, no litoral, e paulistas, no planalto<sup>509</sup>. O povoador açoriano foi o elemento básico da sociedade catarinense. Segundo Cabral (1970), em 1828, chegaram a Santa Catarina os primeiros colonos alemães. Em 1860, aportaram aqui as grandes levadas de alemães e italianos, embora no litoral central, a colonização italiana tivesse início em 1836 na bacia do rio Tijucas.<sup>510</sup> Devidos às várias raças que colonizaram o estado catarinense, e depois também, as próprias migrações internas, com a presença de paulistas e gaúchos, que Santa Catarina tem costumes tão diferentes. Segundo Soares (1984)<sup>511</sup>, “não é preciso aprofundar para se ver a urdidura das conotações culturais interdependentes, na qual sobressaem diferenciações harmônicas entre si, porém variadas se avaliadas com as da faixa litorânea ou doutras fisiográficas nas dominâncias do rio do peixe e do Rio Uruguai. E acresce, para maior complexidade, que a criatura humana colonizou os vazios em grupos portadores de heranças culturais diversificadas. Assim, as manifestações folclóricas catarinenses enredam-se como não é comum em outras regiões brasileiras”.

De acordo com Soares (1979, p.29) o folclore é a manifestação de cultura popular, a sua maneira de sentir, pensar e agir. Dentro deste princípio se manifesta a dinâmica do folclore, com o espírito da criatividade do povo sempre em são que envolvem as danças e os folguedos.

##### 4.8.1.1 As Danças

A dança<sup>512</sup> folclórica na visão de Quint (1990, p. 15) exprime o caráter particular de um povo e representa a vida da comunidade, através dos tempos, envolvendo seus traços cul-

---

<sup>509</sup> PIAZZA, 1983.

<sup>510</sup> CABRAL, Osvaldo. História de Santa Catarina. Curitiba, Grafipar, 1970, v.4.

<sup>511</sup> Transcrito de artigo publicado no jornal o Estado, com o título “imigrações deram a Santa Catarina folclore mais rico do país”. Florianópolis. 19/08/84.

<sup>512</sup> Os grupos de danças folclóricas pesquisados para esta tese, são: grupo folclórico Cacumbi de Itapocu do município de Araquari; grupo folclórico do Vilão de São Francisco do Sul; grupo folclórico S. Gonçalo /Mastro S. Sebastião do município de Penha; grupo folclórico da 3ª idade do município de Porto Belo; grupo folclórico Núcleo de 3ª Idade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; grupo folclórico São Luiz Gonzaga do município de Garopaba; grupo folclórico da 3ª Idade Dança do Balaio do município de Paulo Lopes; grupo folclórico Unidos de São Camilo do município de Imbituba; grupo da 3ª Idade de Ratoeira do município de Imarú;

turais, localização geográfica, religião e história. Ela é passada de geração a geração como atividade recreativa, festiva e educacional e encontra entre os seus adeptos, adolescentes e adultos.

São inúmeras e variadas as danças de base cultural açoriana existente ao longo do litoral, que refletem influências culturais diversas: luso-açoriana, africana, italiana, cigana, etc. A influência africana está presente nas danças do fandango, cacumbi, ou ticumbi, São Gonçalo, mastro de São Sebastião, sarrabalho.

As danças que marcam a costa catarinense apresentam coreografias bem marcadas, exigindo muito ensaio e aprendizagem correta dos movimentos. São exemplos de danças tradicionais das comunidades litorâneas: a ratoeira, o sarrabalho, a chamarrita, o pau-de-fita, o fandango, a quadrilha.

### ***Fandango: Dança de salão***

Segundo escreveu o brasileiro A. Maynard Araújo, “o fandango já era conhecido na península Ibérica antes da invasão árabe”<sup>513</sup>. O fandango é uma dança rápida e sapateada, fortemente ritmada. Tem origem espanhola<sup>514</sup>. Também, aparece no meio rural português, sem canto. Na verdade é um baile popular apresentado ao som da viola ou da sanfona, e no qual executam várias danças de roda e sapateadas, alternadas com estrofes cantadas durante as quais a dança para.

Aparece no litoral de Santa Catarina, na memória das pessoas mais antigas que ao serem entrevistados lembra-se de quadros e timidamente ensaiam alguns passos que procuram lembrar com exatidão. Hoje, compor a dança nas comunidades, que tem esta memória histórica das danças, como o município de Ganchos, Biguaçu e Florianópolis têm sido difícil, devido à falta detalhada dos passos e dos ritmos, exigindo dos professores e dançarinos uma pesquisa muito cuidadosa e uma investigação minuciosa para separar os ritmos e quadras sem prejudicar a peculiaridade da região.

Uma bastante completa e com características de fandango português encontramos na região pesqueira do município de Itapoá ao norte de Santa Catarina. Lá a dança é bastante cultuada e hoje é apresentada em festivais, festas religiosas, encontros para mostrar riqueza cultural ao som do acordeom, do pandeiro e da rebeca.

---

Grupo folclórico de Magalhães do município de Laguna e o grupo folclórico de Ratoeira do município de tubarão.

<sup>513</sup> MARTINS, Bertino Coelho. O fandango: raízes, disseminação e diversidade. Portugal. 1999.

<sup>514</sup> Dicionário Aurélio, Brasil. 2000.

Na barra da Lagoa, município de Florianópolis, durante as investigações encontramos alguns moradores que citam quadras de um fandango bailado da década de 40, embalado pelos tocadores de gaita de mão, violão, oricongo e cavaquinho, com a seguinte estrofe, declamada pela Dona Nilza de O. Rodrigues da comunidade da Barra da Lagoa:

“Meu Senhor me dá licença  
Para um fandango dançar  
Viemos nos divertir  
E também lhe visitar”

### *São Gonçalo*

A dança de São Gonçalo também é conhecida por fandango de São Gonçalo. O “Fandango” de São Gonçalo, hoje só é encontrado no município de Penha, litoral norte da costa catarinense. É uma dança religiosa que teve origem em Portugal e foi trazida pelos emigrantes. De acordo com informante da região o “fandango é dançado sempre aos pares, que envolve promesseiros e dançantes conhecedores do ritual. O violeiro faz os versos de improviso; o ritmo é sempre igual, numa bater de pés, que não se pode ‘pipocar’ ”<sup>515</sup>.

De acordo com Santos (1999) a dança do fandango de Penha, colhida através de depoimentos tem o seguinte rito:

“... Representando por seis pares de cantores, acompanhado de viola e tambor. Os foliões tiveram versos ritmados pelos cantores que tocavam: inclusive usavam (em tempos mais antigos) um cajado para dar o ritmo.  
Prepara-se um altar com a imagem do santo. Os dançarinos, em pares, seguem no ritmo dos veleiros, indo e voltando sem dar as costas ao santo. Ajoelham e beijam a imagem.  
Deixa-se as fotos nos pés do santo, que depois é oferecido à alguma pessoa necessitada.  
Conhecido também por ser um santo ‘casamento’, patrono de fecundidade humana e ainda padroeiro dos violeiros.  
A promessa é paga com bastante seriedade, mas a dança continua com muito mais cantorias e ‘farras’, pois era assim conhecido o santo, um alegre violeiro que se dedicava, inclusive, a salvar prostitutas, isentas de pecado, pelo menos no domingo, com suas rodas e ‘farras’.  
A imagem de São Gonçalo no Brasil tem chapéu (em Portugal não) e substituíram o cajado por uma viola. Há uma imagem que o santo veste batina e outro em que é visto com jaqueta e bota, para caracterizar o (fossista).  
Apesar de tudo isto o catarinense acredita muito em São Gonçalo como curandeiro, daí o porquê de tantos idosos procurarem o santo para amenizar dores reumáticas, inchaço e outros males que atacam os mais velhos.  
Hoje o São Gonçalo, na Penha, é tocado pelos mesmos foliões e tocadores de tambor e viola de folia do Divino Espírito Santo e mastro de São Sebastião. São eles:  
Seu João (do Chico) – tamborista (2ºvoz);  
Seu Jorge – violado e cantado;

<sup>515</sup> Pipocar: dançar fora do ritmo.

Seu Alécio - violado e cantado.

Apesar de que seu Franquilin também é outro grande admirador do santo e praticamente desta folia, mesmo sem as pernas. O seu Picucho, mestre folião já falecido. Também praticamente desta arte em uma poesia, grande (identidade) da nossa cultura local”.<sup>516</sup>.

### ***Mastro de São Sebastião***

A festa do mastro consiste na procissão de um tronco de árvore, onde o promesseiro o escolheu e ornamentou com muitas folhas e flores. É fincado o tronco uma semana da data marcada para os festejos (próximo ao dia 21/01, dia do santo). O sino da capela toca nesta hora e, com o auxílio de bambus cruzados, levantam o mastro, que leva erguida a bandeira do santo.

A “folia” do mastro de São Sebastião na verdade é recente no município de Penha, pois estes ganham destaque por ocasião do término da festa de Nossa Senhora do Rosário, ou seja, “Natal dos Pretos”. Esta, por sua vez, tem muitas afinidades com a folia do Divino Espírito Santo na Penha.

A festa a Nossa Senhora do Rosário acontecia na capela Nossa Senhora da Penha. A santa tinha o dia 7 de outubro como data comemorativa, porém, tem a sua comemoração pelos negros transferida para o 1º dia após o natal, considerado o único dia de folga dos negros. Os negros adotam a santa, segundo pode-se constatar, por orientação dos próprios párocos, pois os mesmos teriam que coroar irmãos de irmandade, tal quais os brancos faziam na folia do Divino.

Hoje, esta folia é realizada ainda em janeiro, porém homenageia São Sebastião. Não tenho preciso a data do início destes festejos, porém, a mesma tem ganho muito destaque nos dez últimos anos. É importante ressaltar que em 1984 as novenas já não aconteciam, devido a divergência entre paroquianos e membros da irmandade. Os paroquianos queriam a transformação dos festejos para janeiro, ‘pois atrapalhava o Natal dos Brancos’.

A folia consiste em uma homenagem a São Sebastião, que aos olhos da comunidade e dos crentes é um Santo milagroso, curandeiro de pestes e doenças no corpo, inclusive de animais. Durante os festejos, São Sebastião é saudado pelos foliões com a cantoria/refrão que se sucede a cada verso tirado de improviso.

---

<sup>516</sup> SANTOS, Sarita. Depoimentos sobre danças e folguedos de Penha, 1999.

No trajeto, a procissão é acompanhada apenas de um tambor tocado pelo ‘tamboreiro’ ou ‘tamborista’. Há uma cantoria em especial, usada pelos negros, na década de quarenta, na festa de Nossa Senhora do Rosário, e hoje cultuada nos festejos de São Sebastião, mais por brancos do que por negros: o “Minera-dô”.

“Olha o pau do santo no mastro,  
Minera-dô, Minera-dô,  
Pra alegrar nossa devoção,  
Minera-dô, minera-dô,  
Óia aqui nós junto de novo,  
Minera-dô, minera-dô  
Pra alegrar São Sebastião,  
Minera-dô, minera-dô”.

Quando da chegada no lugar dos festejos acontecem a “chamada” dos santos ao levantar o mastro: Santa Maria, São Benedito, São João, São Sebastião, todos “ajudam” e “zelam” pelos religiosos presentes, já que levantar o mastro é muito perigoso.

Os cantares (dançantes) usam saia ou avental e capacetes de pano simples, para lembrar o nascimento de Jesus (tradição dos negros).

O pano usado na cabeça como capacete, é também usado como receptáculo de oferendas, que é doado aos necessitados ou pagamento de despesas dos foliões, que por sua vez também precisam.

Durante os festejos, acontecem os votos, que são materializados em forma de massa de pão modelada em diferentes figuras: mãos, pés, braços, cabeças, corpo inteiro; que expressam a fé, a promessa que estão pagando por terem recebido alguma troca referente à cura de determinada parte do corpo. Tais votos são arrematados no dia da festa, em missa (leilão) ao santo.

### ***Sarrabalho ou serra-balhe***

Dança antiga que de acordo com a tradição oral, era praticada entre a população mais pobre, que trabalhava na lavoura, provavelmente entre os descendentes de escravos; pois em 1881, em Santo Amaro do Cubatão, a dança está associada aos negros de acordo com o relato do estudioso no tema o professor Araújo (1999), que assim expressa:

“Em data de junho de 1861, no morro Queimado, em casa do senhor João Antônio Serafim Fernandes; se celebrava a festa de São João uma das primeiras tradições do

morro com fogueira, quentão, batata, melado e a tradicional dança do serra-balhe. Que os cavalheiros iam para o centro da sala, e pegavam o lenço, e iam tirar as damas, para as danças. Na entrada do serra-balhe como era de costume no morro Queimado”.<sup>517</sup>

Em Florianópolis é citada por antigos moradores da Lagoa da Conceição que bailavam na época da farinhada. Dançavam e atiravam quadras uns aos outros:

“Era um baile que às vezes terminavam em sérias brigas, porque muitos rapazes ou até mesmo as raparigas apresentavam quadras de xingamento e sacanagem. Geralmente as moças ‘direitas’ da sociedade local não se misturavam e, também, não frequentavam esses lugares para não ficarem expostas às más línguas da comunidade”.

A cada levantamento realizado, sempre aparece uma ou outra pessoa que muito timidamente se dispõe a falar de sarrabalho e, à medida que os dados coletados são comparados, chega-se à conclusão que as características das quadras são sempre as mesmas – expor alguém em roda. Assim acontece no município de Biguaçu, Ganchos e Florianópolis.

Citamos quadras resgatadas na Lagoa da Conceição:

**“Provocação da rapariga:**

*Agora vou cantar  
Pra não ficar por derradeira  
Que é pra chamar um boi  
Que ta amarrado no terreiro*

**Resposta do rapaz:**

*Eu agora vou cantar  
Que é o fim da minha vida  
A vaca procura o boi  
Com certeza na saída”.*<sup>518</sup>

### ***Cacumbi ou Ticumbi***

O reisado africano nos deu, além dos grupos de Congo e Moçambique, os Quincumbis, cacumbi ou Ticumbi. São nomes atribuídos ao folguedo brasileiro de origem africana, praticados em geral pelos negros como parte do rico folclore “Afro-brasileiro”.

<sup>517</sup> ARAUJO, Braz Campos. Dados coletados sobre o folclore de Santo amaro. Cedido pelo pesquisador ao autor. Texto datado de 24 de 06 de 1881. Santo Amaro do Cubatão.

<sup>518</sup> Informante: Sr. Edmundo F. dos Santos – 82 anos, ( In memória) Lagoa da Conceição – Florianópolis/SC

Registramos em Santa Catarina a existência de Cacumbis de brancos, sendo o mais recente no município de Governador Celso Ramos, e também um grupo no distrito de Cachoeiras no município de Biguaçu, ambos estão localizados no perímetro da Grande Florianópolis. Conforme relatos, em governador Celso Ramos (conhecido como Ganchos) os ensinamentos foram transmitidos por um negro ex-escravo da região.

Tratando-se de um folguedo que perdeu o seu aspecto principal da presença do rei, rainha, príncipes, princesas, vassalos e pagens, os grupos ainda existem em Santa Catarina, e são constituídos de apenas duas “embaixadas” guerreiras, representando os Reis do Congo e reis Bamba.

O nome Cacumbi figura como um instrumento musical africano. Se analisarmos bem os grupos de Cacumbis, Catumbis e Quincumbis verificaremos que aparecem em vários estados do Brasil, principalmente no Nordeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais, paralelamente com os Grupos de Congos. Os Moçambiques encontram-se numa escala evolutiva do Reisado Africano, todos reverenciando São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças.

Esta reverencia é confirmada pela declaração dos membros do grupo de dança “Capitão Francisco Amaro”, da comunidade da Caixa D’Água do Bairro Estreito, Florianópolis:

“... é uma dança afro-brasileira, chamada de Baile dos Congos, representa simbolicamente uma dança guerreira, entre duas “nações negras”, a de Reis de congo e a de Reis Bamba, do reisado africano, a dança é em homenagem a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário, acontecendo a dança numa cerimônia com ritual e cânticos na véspera ou no dia em homenagem aos Santos, no interior de uma igreja”<sup>519</sup>.

Em Santa Catarina, os grupos de Cacumbis, Ticumbis ou Quincumbis, existentes permanecem atuantes, destacando-se os Grupos Folclóricos do distrito de Itapocu no município de Araquari e também o grupo “Capitão Francisco Amaro” do município de Florianópolis. O grupo de Araquari é um dos mais antigos do estado, sendo fundado em 1920 pelo escravo Antônio Bengala, visando preservar, valorizar e difundir a participação da etnia Afro na formação daquele município.

A busca das informações ao longo do litoral catarinense permitiu a construção de um quadro bastante diversificado desta manifestação profano-religiosa, em que datas e enredos

<sup>519</sup> O Grupo folclórico Cacumbi “Capitão Francisco Amaro”, teve atuação destacada com varias apresentações na Semana “Afro-catarinense” realizada novembro de 2006. Boletim da Comissão Catarinense do Folclore.

apresentavam visões microrregionais. No município de São José colheram-se as informações que segue:

“É uma dança folclórica apresentada no mês de junho, cuja formação é uma meia-lua formada por soldados e um capitão”. É de origem afro-brasileira e conta-se que sua origem deu-se aparecimento de Nossa Senhora e três negros. Os mesmos encontravam-se no mato e assim pegaram três pedaços de pau, criando com eles um som e após dançando e cantando três palavras africanas que fazem parte dos versos do cacumbi: omatumba, ó querenga e órungada. Desde então essa dança homenageia Nossa Senhora, convencionado deste modo uma forma coreográfica. Entravam dançando até o altar, coroavam e saíam de costas da igreja. Essa dança também tinha coroação dos reis negros, como o fizeram na Lagoa da Conceição, em 1855”.

**Cantiga cacumbi I:**

“Senhor, senhor, senhor capitão  
Cadê o dinheiro da nossa nação  
Capitão: Eu não tenho dinheiro,  
Eu não tenho mais nada,  
Só tenho o boné e a minha espada  
não fica ninguém  
ano que vem”<sup>520</sup>

**Cantiga Cacumbi II:**

“Meia-lua dentro  
Meia-lua fora  
Na fé da bandeira  
Vamos nós embora  
Vamos nós embora,  
Tornaremos nós no

Segundo a pesquisadora tijucana Célia Bayer, no município de Tijucas, o evento era comemorativo à libertação dos escravos e acontecimentos no dia 13 de maio.

“Há mais de um século as pessoas de cor criaram em quase todo o Brasil uma homenagem à data em que foi extinta a terrível escravidão no Brasil – 13 de maio de 1888. Em muitas cidades, era um desfile em que a primeira ela era uma demonstração de fé; seguida de muitas outras que, ao som de muitos instrumentos musicais de percussão, cantavam e dançavam o “cacumbi” - graciosa dança do folclore afro-brasileiro. Veio daí a denominação para todo o evento: “festa do cacumbi”. Embora em algumas cidades – até mesmo vizinhas –, apresentavam alguns detalhes diferentes, mas o objetivo era o mesmo: comemorar a data da Abolição da Escravatura, homenagem em que os nossos tijuquenses de cor, inclusive do interior, não ficaram atrás, pois por mais de meio século, ao cair da tarde, sob os céus de Tijucas, no dia 13 de maio, havia o mesmo desfile, sob os olhares de uma multidão extasiada.

De longe ainda se ouvia o rufar de muitos tambores e grande era a correria entre os brancos, pois ninguém queria perder o espetáculo: era a valiosa raça negra comemorando o seu mais nobre sentimento: a liberdade.

Liderados por uma comissão da qual fazia parte a inesquecível senhora Paula Joana da Conceição – Dona Paula. Este desfile partia da Praça de São Pedro, na Joáia, percorria toda a cidade, passando pela Beira-Rio, com destino à extinta matriz de 1888, do nosso histórico bairro da Praça, próxima à Beira-Mar Norte. E, uma vez ali, adentravam à igreja para mais uma vez agradecerem a Deus pela grande alcançada: a liberdade!

À frente deste grande cortejo e de mãos enluvadas, o saudoso Francisco Mena – Chico Mina – homem de fé, de cor e de grande estatura, conduzia uma imponente bandeira com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, protetora dos homens de cor bordada a mão e de rara beleza.

Ao seu lado, um jovem também conduzia um mastro de quase três metros de altura, do qual pendiam centenas de longas fitas multicores, oferecidas em promessas e que, devido às sucessivas graças alcançadas, aumentavam de número a cada ano.

<sup>520</sup> Costa, 46 anos; Ademar de Paula, 48 anos – Bairro Dona Adélia – São José



Logo após as bandeiras, vinha a princesa Isabel, representada por uma bonita moça de cor que, além de seu rico vestido, ostentava uma linda coroa. Quase ao lado da mesma, caminhava uma elegante dama de companhia, trazendo nos braços uma suntuosa almofada. Em seguida, vinha uma ala com dezenas de músicos, cujos instrumentos musicais eram somente de percussão: tambores e tamborins, chocalhos, surdos, pandeiros, cuícas, reco-recos, maracás, berimbaus, atabaques e bongôs. E era ao som destes instrumentos musicais que “centenas” de pessoas de cor, divididas em alas e vestidos exclusivamente de branco, inclusive os calçados e os clássicos turbantes masculinos cantavam e dançavam em movimentos coreográficos. Segundo a lembrança de algumas pessoas de cor e mais idosas, a letra do estribilho de um dos versos afro-brasileiros que cantavam no desfile é o seguinte: Ó matumba, ó querenga,

Orunganda  
Orungada, ó matumba,  
Ó querenga  
Ó querenga, ó matumba,  
Orunganda

Á medida em que o desfile passava, um silencio de respeito e de pesar pelo grave erro do passado percorria a multidão.

Com a mesma ordem e imponência, o desfile regressava ao ponto de partida, próximo também ao extinto Clube 13 de maio – Clube da Dona Paula -, onde uma grande festa com baile os aguardava. O local era decorado com muitas palmeiras, bandeirolas, lanternas, etc. Havia queima de fogos, bebidas e muitos doces e salgadinhos feitos pela saudosa Dona Paula. A festa se prolongava até o amanhecer. À certa altura do evento, tanto havia dança dentro do clube como ao ar livre, e isto com a presença de muitos espectadores.

Embora o ‘cacumbi’ fosse um acontecimento histórico-religioso digno de louvor e com mais de meio século de existência em Tijucas, em 1944 o novo padre resolveu ‘proibir’ a sua entrada na missa, alegando que ‘o cacumbi nada tinha a ver com a religião’. E foi assim que Tijucas perdeu mais um dos seus bonitos eventos folclórico-religiosos<sup>521</sup>.

O município de Araquari é sem dúvida o que mantém o mais original grupo de dança de cacumbi, ou ticumbi, de Santa Catarina. As melhores informações e descrições foram colhidas junto a Secretaria de Educação do município de Araquari e com os responsáveis pelo grupo de dança do Cacumbi da região.

A dança é realizada em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e o ritual é feito sempre nas vésperas do dia da santa. No distrito de Itapocu é feita dentro da igreja, com muitos cânticos e danças.

O grupo é composto por 23 homens e duas mulheres (todos os componentes são de origem negra), sendo que as mulheres não participam da dança, pois esta só é dançada por homens, o papel das mulheres é o de guardar as bandeiras em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Desses 23 homens, 2 são tamborileiros, 1 é o capitão e os outros vinte efetuam os passos da dança.

<sup>521</sup> Dados colhidos da obra da pesquisadora Clélia Bayer, intitulada “O Fantástico cacumbi” fornecidos pela prefeitura do município de Tijucas. 1999.

Todos os elementos vestem calças verdes (com uma espécie de saia curta de cor branca sobre a calça) e camisa de cores variadas, sempre com uma tendência aos tons florais, utilizam também em todas as suas apresentações uma espécie de cocar ou coroa muito colorida e formada por flores artificiais.

Como é uma dança de guerreiros, todos os elementos trazem consigo uma espada de madeira, que também faz parte dos passos da dança.

São feitas cantorias em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, em todo o desenrolar de cerimônia.

Os rituais do catumbi podem ser divididos em rituais preparatórios, e os rituais de Natal. Os primeiros iniciam-se em setembro e se estendem até dezembro. Os rituais do Natal incluem a véspera do dia 24 e o dia do Natal propriamente dito.

Os rituais anteriores ao dia da festa constituem-se no seguinte:

**Dia 29 de setembro** – Salvação de São Miguel. O grupo de catumbi juntamente com o rei e a rainha escolhidos para aquele ano, iniciam as visitas às casas dos fiéis de Nossa Senhora do Rosário, com a finalidade de convidá-los e angariar prendas para a festa do final do ano.

**1º domingo de dezembro** – é nesta data que tem início a novena, e a partir daí são realizadas duas em cada noite de domingo. As novenas se completam no dia 24 de dezembro. Elas são festivas e se realizam nas casas oferecidas por familiares da comunidade. Os fiéis participam trazendo doações em dinheiro, velas e fogos. Cada novena se constitui dos quinze mistérios do terço e da ladainha, conforme as realizadas pela Igreja Católica Apostólica Romana

**No dia 23 de dezembro** – após a realização das novenas desta noite, o grupo de catumbi juntamente com os fiéis faz o traslado das coroas que permanecem na igreja durante todo o ano, para a casa do império, localizada em frente à igreja.

**Dia 24 de dezembro** – à noite, antes da novena, é realizada uma procissão que parte do império para a igreja, seguindo à frente o grupo de catumbi, o rei e a rainha já coroados, juízes e fiéis. É a novena que tem a maior duração, sendo a única toda cantada.

Após a realização da novena esta procissão segue de volta para a casa do império levando as bandeiras e coroas. A imagem de Nossa Senhora do Rosário é levada também em procissão para a casa do rei e rainha, e ali permanece até o dia 25 de dezembro pela manhã.

Durante a procissão são utilizados como instrumentos musicais apenas dois tambores, que foram confeccionados pelos antepassados do grupo e se conservam até hoje.

De acordo com senhor Osvaldo M. Eufrásio (membro do grupo folclórico), estes tambores são feitos de “olandim”, que é uma madeira da região. A parte superior do tambor é feita do couro do cachorro-do-mato (graxaim) e a parte inferior é de couro de cabrito.

“Os tambores – eu ajudei a fazer um – são feitos de olandim. É uma madeira que tem muito na região, e se procura, dá. Dificuldade porque é uma maneira que já está oca no mato. Nós temos um ali que eu ajudei meu tio a fazer. Ele pegava aquela madeira, já seca e oca lá no mato e daí ele ia trabalhando dentro dela. Um pouco queimando”. (EUFRÁSIO, Osvaldo, M. Informação verbal)

Na cabeça é usada uma coroa de flores coloridas, de plástico, sobre-posta a um véu de cetim cor-de-rosa. Eles possuem dois uniformes: um constituído de calça verde e blusa branca, e outro, de calça branca e camisa azul-marinho. Por cima da calça é um saiote curto de cetim azul, ou cor-de-rosa, franzida na cintura. O sapato é preto, comum. O capitão usa um colete preto por cima da camisa, diferenciado dos demais, ou às vezes uma camisa de cor diferente. Utilizam ainda uma espada feita de madeira rústica (canela). Para eles, a espada não tem nenhum significado especial. Porém, sem ela, eles não conseguem dançar. Esta espada é bastante simples, sendo trabalhada em uma peça única, que vai de ponta a ponta sem nenhuma divisão. Constitui exceção a do capitão, que é um pouco maior, e apresenta um complemento de madeira que separa o cabo do fio.

São utilizadas duas bandeiras que se diferenciam apenas pela cor do pompom que adorna a ponta superior do mastro: um azul e outro branco.

A bandeira, retangular, é confeccionada em cetim cor-de-rosa debruado com renda branca.

No topo do mastro é fixado um arranjo: um pompom esférico de papel crepom sobre o qual se assenta uma coroa de flores azuis, limitando rosas, com prateado nas bordas das pétalas. Sobre a coroa de flores pousa uma pomba dourada. Ao redor dessa coroa penduram-se rosários: do pompom azul pende um rosário branco, e do pompom branco pendem dois rosários azuis.

Desse arranjo do topo do mastro pendem inúmeras fitas de cetim que dá um especial colorido à bandeira.

A bandeira representa a imagem de Nossa Senhora do Rosário. O significado da pomba dourada é desconhecido, alegando-se que talvez tenha sido copiado da bandeira do Divino Espírito Santo.

Conservada na sacristia da igreja Nossa Senhora do Rosário, a imagem, conforme declaração do senhor Osvaldo Eufrazio, seria a mesma trazida pelo escravo Manoel Bangala, em 1854<sup>522</sup>.

A santa é feita em terracota e madeira. A base é de madeira, o corpo e o rosto em terracota, e os encaixes da cabeça, das mãos, dos pés e dos vários anjos que tem no pedestal, em pequenos pinos de madeira.

A imagem permanece protegida por uma capa de veludo azul-marinho, dentro de uma redoma de vidro. Possui, ainda, uma coroa de metal pintado na cor dourada.

As coroas que o rei e a rainha utilizaram no dia da festa são confeccionadas em metal pintado de dourado, e são colocados no mesmo altar da Nossa Senhora do Rosário, sobre bandejas de papelão forradas com toalhinhas de cetim, debruadas com rendas brancas e cor-de-rosa.

O capitão inicia os cantos determinando o que deverá ser cantado à ocasião. Por exemplo: chegada a uma casa, agradecimento a uma oferta, saudação a alguém especial, (como festeiro ou autoridade), etc.

Os cantos geralmente prestam homenagem a Nossa Senhora do Rosário, sendo muitas vezes seus versos improvisados pelo capitão.

Para determinar o término da música, o capitão levanta a espada. A festa de Nossa Senhora do Rosário, que conta com a participação do grupo de catumbi, tem início na noite do dia 24 de dezembro.

No dia seguinte, dia de Natal, o grupo de catumbi se prepara para a festa.

Após envergarem os trajes usados nos rituais, iniciam as cantorias, dançando ao som das batidas dos tambores. Esse encontro de preparação dá-se na casa de uma das integrantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Depois o grupo de catumbi dirige-se cantando sempre e acompanhado por algumas pessoas, à casa do Império, localizada em frente à igreja. Ali aguardam a chegada do rei, da rainha e dos demais componentes do cortejo real. E então seguem todos, em procissão, até a casa dos festeiros, a fim de pegar o andor onde estava Nossa Senhora do Rosário e que fora levado para lá na noite anterior.

Dali a procissão segue para a igreja. Na frente estavam as porta-bandeiras, que são seguidas por um grupo de mulheres trajadas com blusas brancas e saias azul-turquesa, membros

---

<sup>522</sup>BAYER, Clélia. "O Fantástico cacumbi". Secretaria de Educação. Tijucas 1999.

da Associação de Nossa Senhora do Rosário, cuja criação foi formalizada no Natal de 1987. O grupo de mulheres segurava uma fita azul, formando um quadrado.

Depois seguiam o rei e a rainha, segurando as coroas, o capelão e o grupo de catumbi dispostos em duas filas e sempre seguindo as ordens de seu capitão. As demais pessoas seguiam, desordenadamente, atrás do grupo de catumbi.

Durante todo o trajeto que vai da casa do império até a igreja, onde será celebrada a missa – são cantadas músicas religiosas tradicionais, intercaladas com cantorias do catumbi, puxadas pelo capitão que também faz algumas improvisações. Quando são cantadas as músicas do catumbi os demais seguidores da procissão permanecem calados. Na procissão o grupo de catumbi não dança, comportando-se como todos os fiéis, isto é, só caminhando.

Quando chegaram à igreja, com os sinos tocando, são recepcionados pelo padre que já reza algumas orações na entrada e os convida a ingressar para assistirem à celebração da missa.

A imagem de Nossa Senhora do Rosário é colocada ao lado do altar, em lugar festivamente enfeitado.

O rei e a rainha ficam sentados em frente ao altar e o grupo de catumbi fica em pé, disposto em duas fileiras, atrás do rei e da rainha, ao longo dos corredores da igreja.

As mulheres que integram a Associação e as crianças vestidas de anjo se destacam formando um semicírculo, ao redor do altar.

O rito da missa é o oficial. Mas o grupo de catumbi canta algumas músicas em louvor a Nossa Senhora do Rosário e em saudação ao rei e à rainha. Na parte final da missa é realizada uma cerimônia especial para a colocação dos véus nas mulheres da Associação de Nossa Senhora do Rosário.

Após a realização da missa todos se dirigem para o salão de festas, localizado ao lado da igreja.

Ali o grupo catumbi canta e dança várias músicas invocando Nossa Senhora do Rosário, e também prestando homenagem aos festeiros e aos populares presentes. São executadas várias danças, destacando-se a dança das espadas, que são carregadas permanentemente pelos membros do grupo. Durante a evolução da dança o manejo das espadas provoca um som quase que “guerreiro”.

Também faz parte do cerimonial a arrecadação de donativos. E o capitão canta versos dirigidos ao público, a fim de conseguir suas benesses. Na última dança o capitão convida, sempre cantando, para que os convidados se sentem à mesa encabeçada pelo rei e pela rainha. O almoço feito em ambiente informal e bastante cordial, tem a presença do rei e da rainha,

além de alguns amigos, parentes, juízes, o grupo de catumbi, as mulheres da associação e do padre.

Mas, além dos convidados especiais, também são vendidos tíquetes de almoço para os demais participantes da festa. E todos ficam no mesmo salão.

É nesse momento que se dá o conagraçamento entre parentes e amigos: conversam, relembram os outros encontros, etc.

Os festeiros são os responsáveis pela realização do almoço. Mas todos colaboram desde a preparação, iniciada na noite anterior, até a hora de servir.

Há um breve descanso após o almoço, mas depois se reiniciam as atividades festivas. O grupo de catumbi executa mais algumas danças e depois se organiza novamente em procissão para retornar à igreja. Por fim, as coroas são carregadas pelos festeiros do próximo ano, seguidos pelo rei a rainha, o juiz e juíza, e pelo grupo de catumbi. Na igreja as coroas são transferidas para o rei e para a rainha do ano vindouro<sup>523</sup>.

### ***Ratoeira***

Dança típica de roda que embalava as comunidades litorâneas, ao som das cantorias e versos de improviso. Davam-se as mãos e em movimentos suaves iam dançando e girando, enquanto os versos e estribilhos se sucediam. Duravam horas a fio, com a participação sucessiva de seus integrantes, que iam para o interior da roda tirar seus versos, sejam espontâneos ou em resposta a versos provocativos a eles dirigidos. Hoje, encontramos a Ratoeira nos grupos folclóricos de todo litoral, sempre apresentadas nas festas comunitárias numa verdadeira busca pelo espaço desta manifestação.

“A ratoeira antigamente também tinha homens na roda, não era só de mulheres, como se apresenta hoje. Era brincada geralmente nos feriados, aos domingos à tarde, nas festas, nas reuniões das famílias. (...) Era uma forma da gente expressar o que se sentia (namoro, amor, saudade, amizade, tristeza, raiva...). Para iniciar a cantoria fazia-se uma roda, e os homens que não eram acanhados, também brincavam e jogavam suas quadras. Havia gente que jogava quadras bem feita, e quando se percebia a tarde já havia avançado e tínhamos que retornar pra casa (...)”<sup>524</sup>.

### **Letras de ratoeira<sup>525</sup>**

<sup>523</sup> Dados colhidos junto ao Grupo Folclórico Cacumbi de Araquari. Secretaria Municipal de Educação de Araquari. 2006.

<sup>524</sup> Depoimento coletado junto a informantes no município de Tijuquinhas, no ano 2006 pelo autor.

<sup>525</sup> Estas letras de ratoeira foram colhidas pelo pesquisador durante a realização do trabalho de campo e junto a produtores da cultura de base açoriana.

Ratoeira não me prenda  
Que eu não tenho quem me solte  
A prisão da ratoeira  
É como a prisão da morte

Homem apaixonado:  
Meu amor, meu amorzinho  
Beijo de café maduro  
Pode rir pode brincar  
Que o nosso amor está seguro

**De paixão:**

A laranja era verde  
Com o tempo amadurou  
Meu coração era firme  
Veio o teu e me cativou

**De tristeza:**

Quem pudesse estar agora  
Onde está o meu amor  
Naquele campo sereno  
Naquele jardim sem flor

Fonte: Letras colhidas pelo autor.

**De casamento:**

“Cortinado na janela  
é sinal de casamento  
a moça pra casar  
tem de ter calma,  
pois não falta tempo”.

Fonte: Isaura Verônica da Costa, 63 anos.  
Palhoça - Letras colhidas pelo autor

**De conquista:**

“Lá atrás daquela casa  
Passa boi, passa boiada  
Só não passa mulher bonita  
Para eu dar uma olhada”.

Vanilda Maria Amaral- Bairro Forquilha.  
São José. Letras colhidas pelo autor

**De convite:**

“Senhora D. Maria  
Faz o favor de entrar  
Dentro desta roda bem agora  
Diga em verso bem bonito  
Diga adeus e vá embora”.

Dalva Merize, 63 anos – Bairro Bela Vista I -  
Letras colhidas pelo autor.

Ratoeira bem cantada  
Faz chorar, faz padecer  
Também faz um triste amante  
Do seu amor esquecer

Meu cravo de rosa

Eu entrei na ratoeira  
Mas não foi para cantar  
Quem o meu coração queria  
Na ratoeira não está

Ratoeira bem cantada  
Faz chorar, faz padecer  
Também faz um triste amante  
Apartar em bem querer

**De conquista:**

Oh! Que coqueiro tão alto  
Com dois cocos na ponta  
Os olhos dessa menina  
Já correm por minha conta

**De lembranças:**

A folha de bananeira  
Tem direito e tem avesso  
Eu te conheço menina  
Desde pequena do berço

Fonte: Letras colhidas pelo autor.

**De tristeza:**

“Bananeira chora, chora  
Tantos filhos ela tem,  
Corta o cacho morre a mãe,  
Fica filhos sem ninguém”.

“Alecrim de beira d’água  
Não se corta com machado  
Corta com canivete  
Que tem cabo dourado.  
Caiu no peito do meu carro encarnado  
A folha da bananeira tem 25 recortes,  
Eu quero te amar menina até a hora da minha  
morte”

**Estrilho:**

“Meu galho de rosa, meu manjeriço,  
dá três pancadinha no meu coração”.

Fonte: Alcina Júlia da Conceição, 88 anos –  
São José- Letras colhidas pelo autor.

**Vovô**

“Sei que não olhas para mim  
Com bons olhos como antes  
Mas sei que gostas de mim  
Pois nós somos dois amantes”

**Vovó**

“Deixasse de mim deixaste  
Fosse amar a boniteza  
Quando não tiver o que comer  
Bota a bonita na mesa”.

**Estrilho:**

Meu cravo de rosa

Meu manjeriço  
Dá três pancadinha  
No meu coração

Lá fora naquele mar  
Vai um barco a vapor  
Vai cheirinho de lembranças  
Que eu mandei pro meu amor

Fonte: Letras de ratoeira colhidas em Sombrio pela pesquisadora Maria Aparecida Batisttela.

Meu manjeriço  
Dá três pancadinha  
No meu coração

Fonte: Letras colhidas pela pesquisadora de Imbituba Silésia Inácio – 1999.

### ***Pau-de-fita***

De acordo com a pesquisadora de cultura popular Coutinho (1997) o Pau-de-fita é uma dança em homenagem à fertilidade da natureza, formada por uma roda de dançarinos, tendo ao centro um pau-de-fita colorida, que representam a árvore e seus frutos.

A dança do pau-de-fita é tradicionalmente apresentada na ilha de Santa Catarina, assim como em outras regiões do Estado. Ela chegou trazida pelos colonizadores luso-açorianos que aqui se localizarem.

Não se pode, entretanto, dizer que esta é de origem portuguesa e nem tentar localizar seu ponto de origem geográfica. Secularmente é tradicional em vários países europeus como Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Portugal. Também é conhecida em nações da América como Peru, Venezuela, Argentina e Brasil.

Os antigos maias ainda entoam suas cantigas tradicionais na região do Yacatan, trançando fitas e seguindo um costume imemorial, de agradecimento a seus deuses, fazendo crer, segundo os historiadores, que afirmam ter sido essa dança popular na América antes mesmo de sua descoberta.

Segundo Soares (1972), a dança da fertilidade nas tribos pagãs, onde erguiam um “totem” em forma de um membro viril, sendo que as mulheres estéreis realizavam um culto, fazendo evolução dançante, em volta do mesmo, invocando a proteção dos deuses para que se tornassem férteis, visto que a infertilidade da mulher na tribo era considerada um castigo dos deuses.

Destaca ainda o autor, que este ritual tenha sido transferido para as colheitas, para isso se usava grandes mastros de árvores abatidas, de onde pendiam ramagens até alcançarem a terra, que eram alcançadas pelos homens e mulheres da tribo. Ritualisticamente, procediam a uma cerimônia invocando aos seus deuses uma colheita farta. E assim o pau-de-fita está liga-



do pela coreografia e conteúdo a Arbol de Maya, May Pole, May Etranger, bem como a outras representações do gênero, nas diferentes regiões na Europa.

Soares (2006, p.87) relata que certos países europeus, como Espanha e Inglaterra – onde tem o nome de Maypole – a dança é registrada como recreação entre as crianças.

No Brasil, encontra-se a dança de pau-de-fita em vários estados, fazendo parte do repertório de grupos folclóricos de várias etnias, com os nomes de dança de tranças, dança das fitas, dança do mastro ou mastro de fitas. Nos países de origem portuguesa, ela está associada à Dança dos arcos de flores e à Jardineira.

Em Santa Catarina o pau-de-fita é geralmente em festas natalinas ou festividades do Divino Espírito Santo e Reis. Na ilha a tradição de dançar nestas datas religiosas está se perdendo e a dança é apresentada quando os grupos ainda existentes são convidados a fazê-lo, por ocasião de festas populares. Encontramos nos municípios de laguna, Imaruí, tubarão, Itajaí, navegantes, Biguaçu, Tijucas, Santo Amaro da Imperatriz, Brusque, Araquari, e também nos município de colonização alemã, como Blumenau, Pomerode e Joinville e de outras etnias, como Concórdia, Lages e Treze Tílias<sup>526</sup>.

Ao analisar os grupos de dança do litoral catarinense observamos que a dança consiste em trançar as fitas e depois desfazer o trançado, ao ritmo da cantoria.

Como explica um informante, manezinho do interior da Ilha de Santa Catarina:

“Segundo a tradição é dançando em quatro trançados: simples, duplo, trezininho e a rede de pescador, que serão descritos nas anotações coreográficas. É dançada em pares soltos, independentes ou coletivos e em número de pares múltiplos de quatro (4, 8, 12, 16...). Há um mestre sala que carrega o pau-de-fita até o centro do salão e fica ali sustentando-o durante toda a dança. O mestre da dança entrega as fitas aos homens e estes as suas damas, dando com versos que indicam os movimentos a serem executados. Uma bandinha composta de sanfona, violão, pandeiro, chocalho e surdo acompanha o cantador e os movimentos, tocando uma alegre rancheira”<sup>527</sup>.

As roupas e toda a indumentária do grupo registram a simplicidade do povo açoriano, principalmente do pescador, com pano simples e colorido.

As mulheres vestem saia rodada, de tecido liso com enfeites em renda, blusa de tecido floreado com babados e, na cabeça, um lenço pequeno da cor da saia, amarrado na nuca. U-

<sup>526</sup> Inúmeros são os grupos folclóricos que conservam a dança do pau-de-fita, inclusive os ligados aos CTGs – Centros de Tradição Gaúcha. Em Blumenau, temos o Grupo Folclórico Alpino Germânico, cujo repertório destaca o pau-de-fita. Em Joinville, temos o Grupo Folclórico Silberfliss em que é destaque seu número “As frutas e as flores”. Em laguna, registramos um grupo folclórico fazendo o trançamento “Feiticeira”, que consiste na separação do grupo de doze em grupos de três, com o trancamento das fitas pendentes fora do mastro.

<sup>527</sup> Depoimento recolhido na comunidade do Ribeirão da Ilha, interior da Ilha de Santa Catarina - Florianópolis. Comunidade que mantém as tradições açorianas.

sam brinco e colares e pintam o rosto. Os homens vestem calças e camisas floreadas, combinando com a blusa das mulheres. Na cabeça um chapéu de palha. Homens e mulheres calçam sapatos pretos e meias soquete brancas.

Todos os integrantes, com exceção do mestre-sala, carregam enlaçados no tronco o arco-de-flores, com o qual dançam após as tramas com as fitas.

O arco-de-flores é confeccionado atualmente com um pedaço de cano plástico maleável, cujas extremidades recebem uma argola e um gancho, respectivamente, para um encaixe seguro no próprio arco e deste no mastro. É revestido de pano verde e sendo enfeitado por flores coloridas feitas de papel, tecido ou plástico.

O mastro é feito com um pau roliço de madeira, ou cano plástico, sendo este mais usado devido à sua leveza, medindo aproximadamente 1,80m. É revestido por um papel colorido e brilhante, tendo preso no alto um catuto, que representa o fruto e se abre no momento em que é finalizado o trançado da rede de pescador, surgindo um buquê de flores e luzes que iluminam este momento. Na base do catuto são presas as fitas coloridas para a dança e o gancho onde serão fixados os arcos de flores.

Igualmente ao que encontramos em Portugal, aqui na Ilha de Santa Catarina, a dança do pau-de-fita é seguida pela dança no arco de flores ou jardineira.

A dança do arco de flores ou da jardineira constituem parte integrante da dança do pau-de-fita, e tem início imediatamente após o último movimento com as fitas, sem intervalo, caracteriza-se pela utilização do “arco-de-flores”, com os quais realizam todos os movimentos. Uma vez entregue as fitas ao mestre-sala, cada dançarino desenlaça o arco, continuando a dança que é igualmente executada ao redor do mastro. As flores que enfeitam os arcos dão um colorido à dança; estas são confeccionadas em tecidos, imitam as típicas da região, encontradas nos campos e nas matas.

Os versos e a rancheira, da mesma forma que no pau-de-fita, orientam os movimentos com arcos. As indumentárias utilizadas pelas mulheres é composta de saia de tecido liso e blusa de tecido floreado, na cabeça um lenço. Como acessórios brincos, pingentes e colares. Usam sapatos pretos e meias soquete brancas.

A coreografia que embala o “pau-de-fita” é composta de gestos e cumprimentos. Os passos são arrastadinhos, com movimentos trançados simples e duplos, de trezinho e rede de pescador. O número de dançarino é sempre múltiplos de 4 (4 - 8 - 12- 16), que formam pares. Um cantador orienta os dançarinos com versos, no ritmo da rancheira, que são acompanhados pela sanfona, violão e instrumentos de percussão como pandeiro, surdo, chocalho e ganzá.

### Canções e versos que orientam a dança:

Meus senhores e senhoras

Vimos apresentar  
O nosso pau-de-fita  
O nosso pau-de-fita  
Com ele vamos dançar  
Com ele vamos dançar

Olé, lê, olá, lá  
Olé, lê, olé, olé, olá

O senhor mestre da dança  
O senhor mestre da dança  
Faz favor de entregar  
Faz Favor de entregar  
As fitas para dançar  
As fitas para dançar

Olé, lê, olá, lá  
Olé, lê, olé, olé, olá

E todos em ziguezague  
E todos em ziguezague  
Ao mastro a destrançar  
Ao mastro pra destrançar

Olé, lê, olá, lá  
Olé, lê, olé, olé, olá

Quando chegar ao seu lugar  
Quando chegar ao seu lugar  
Faz favor de parar  
Faz favor de parar

Olé, lê, olá, lá  
Olé, lê, olé, olé, olá

I

E todos em ziguezague  
E todos em ziguezague  
Ao mastro a destrançar  
Ao mastro pra destrançar

II

Vamos fazer trança dupla  
Vamos fazer trança dupla

Olé, lê, olá, lá  
Olé, lê, olé, olé, olá

E todos em ziguezague  
E todos em ziguezague  
Ao mastro a trançar  
Ao mastro pra trançar

Olé, lê, olá, lá  
Olé, lê, olé, olé, olá

(BIS)

Lá, lá, lá, lá, lá  
Lá, lá, lá, lá, lá  
Lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá

Quando chegar ao seu lugar  
Quando chegar ao seu lugar  
Faz favor de parar  
Faz favor de parar

Olé, lê, olá, lá  
Olé, lê, olé, olé, olá

E todos em ziguezague  
E todos em ziguezague  
Ao mastro a destrançar  
Ao mastro pra destrançar

Olé, lê, olá, lá  
Olé, lê, olé, olé, olá  
Lá, lá, lá, lá, lá  
Lá, lá, lá, lá, lá

Quando chegar ao seu lugar  
Quando chegar ao seu lugar  
Faz favor de parar  
Faz favor de parar

#### 4.8.1.2 Folgedos

São manifestações folclóricas marcadas por coreografias livres, em que os movimentos dos praticantes, a musicalidade e as cantorias, quando existem, refletem a criatividade e a improvisação. Por não exigirem maior disciplina coreográfica, tiveram maior aceitação entre o povo.

Ao contrário das danças, a quase totalidade dos folguedos litorâneos, de fundo profano e religioso, é de origem açoriana ou resultaram de práticas dos descendentes de açorianos no litoral; malhação de Judas, boi-de-mamão, terno de reis, cantoria do divino, farra do boi, entrudo, festa junina/ quadrilha/casamento na roça.

### ***Malhação de Judas***

A malhação do “Judas” está ligada a figura de Judas Iscariotes, discípulo de Jesus Cristo, que o traiu, e tem sido execrada ao longo de sucessivas gerações de cristãos. O Judas significa no imaginário popular o ser desprezível, em quem recaem as culpas dos males do povo.

Num sentido mais largo, Judas pode ser qualquer pessoa da comunidade incompatibilizada com os demais membros: o vizinho mau, o comerciante inescrupuloso ou o político sem ética.

A “malhação de Judas” é uma brincadeira popular de raízes portuguesas e envolve crianças e adultos. Tem início com a confecção do Judas. Para tanto são usadas roupas velhas, geralmente trajes masculinos, que são cheias de velhos panos, palhas ou papel. A cabeça, as mãos e os pés são confeccionados do mesmo. Conforme decisão do grupo envolvido na confecção, o Judas pode receber um nome, inclusive com direito a um pasquim que explicará em quadrinhas sarcásticas a escolha do nome e as razões da crítica que se faz ao escolhido.

Na madrugada do Sábado de aleluia, o Judas é dependurado numa árvore ou poste da praça ou rua central da comunidade. Cedo, toda rapaziada da redondeza se prepara para a malhação. Sarrafos e varapaus são caprichosamente preparados, buscando cada um ter o mais resistente. Enquanto a rapaziada se ocupa em preparar seus porretes e aguarda ansiosamente pela hora da malhação, os adultos apreciam o Judas e se divertem com as tiradas jocosas e satíricas dos pasquins que lhe estão pregados.

Enfim, ao soar dos sinos das 9 horas da manhã, anunciando o romper da Aleluia, o garoto mais forte e saliente amarra longa corda ao pescoço do Judas, desce-o e sobre ele derrama querosene ou gasolina, aplicando-lhe fogo. Ato contínuo, puxando pela corda o Judas, sai em desabalada carreira, seguido por dezenas de guris que com varas e porretes, aplicam raivosos e destruidores golpes no corpo do Judas. Em poucos minutos, o Judas é dilacerado, espalhando-se pela rua pedaços do desprezível traidor de Cristo, mais uma vez justificado pela fúria santa da rapaziada excitada e feliz.

“No Sábado de Aleluia, era muito comum fazer a malhação de Judas. Fazia-se um boneco representando Judas, amarrava-se num poste, pegava-se um pau, malhava-se o Judas e depois se queimava. Todos participavam adultos e crianças, malhavam quem vinha na cabeça; pessoas da comunidade ou políticos. Vestia-se o Judas com trajes de pessoas, sapato velho, às vezes chapéu de palha ou de pano.” (Zulmira Maria Ouriques, 74 anos – Bairro Campinas)

### ***Boi-de-mamão***

O boi-de-mamão é um folguedo popularizado em todo o litoral catarinense, apresentando variações microrregionais, tanto na coreografia, quanto nas peças que fazem parte da brincadeira. Tais variações refletem a influência de outras culturas e atividades econômicas locais. Conhecida também como boi-de-pano, existe no folclore brasileiro com os nomes mais diversos: bumba-meu-boi, boi-bumbá, boi-pintado, boi-de-reis, boizinho, boi-de-cara-preta, boi-calembra. Em Santa Catarina, a história oral, e alguns escritos, apontam tal folguedo com o nome de bumba-meu-boi, depois passou a boi-de-panos. Mas também a tradição oral frisa que devido a pressa de se fazer uma cabeça para tal folguedo, foi utilizado um mamão verde, o que levou a denominar-se boi-de-mamão. O nome se manteve até hoje, embora veja boi com cabeça de todos os tipos, até mesmo de boi, menos de mamão.

Durante o período de investigação participante, encontramos folcloristas que discordam desta versão. João Constâncio Vieira, conhecido na região da Ilha de Santa Catarina como João do Boi, diz que o nome do boi de mamão vem de boi que mama. Com certeza, João Constâncio Vieira, desconhecia que José Boiteux já havia assinalado a presença do boi-de-mamão em 1871.

As versões variam, mas o tema é sempre o mesmo: morte e ressurreição do boi. A brincadeira encanta principalmente as crianças, a despeito do medo pela investidas do boi e da fantasmagórica figura da bernúncia, que procura “engolir” a platéia. O folguedo tem seu ápice com os avanços do boi, a sensação da morte, o seu ressurgimento curado pela benzedura, depois que o doutor veterinário o dá como morto, terminando com o cavaleiro laçando o boi.

Algumas figuras foram acrescentadas no folguedo como a “Maricota”, a mulher gigante, nem existia a bernúncia, que surgiu como uma réplica do grande dragão celeste chinês. Estas novas figuras vieram enriquecer o folguedo e demonstrar a dinâmica do folclore dentro da atividade cultural.

Apesar de toda descrição já realizada até o momento é importante dizer que ainda paira dúvida sobre o surgimento da primeira brincadeira de boi na ilha e no litoral de Santa Catarina. Câmara Cascudo (1954) registra no seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*:

“Houve também em Espanha e Portugal os touros tingidos, feitos de vime ou bambu, um arcabouço de madeira frágil e leve, recoberto de pano, animado por um homem no seu bojo, dançando e pulando para afastar o povo e mesmo desfilando diante dos Reis”.<sup>528</sup>

José Boiteux registra, em 1871, a existência do boi-de-mamão na ilha de Santa Catarina. Este é o primeiro registro que se tem. É possível que houvesse apresentações anteriores, sem registros. Mas encontramos em Pernambuco, um registro do padre Lopes Gama (1791-1852) que escreveu num periódico da cidade chamado de “O Carapuceiro”, um protesto contra “certo folguedo”, mostrando-se atingido pela sátira, que incluía um padre na brincadeira:

“De quantos recreios, folganças e desenfadados populares há neste nosso Pernambuco, eu não conheço um tão tolo, tão estúpido e destituído de graça como o , aliás, bem conhecido *Bumba-meu-boi*. Em tal brinco não se encontra um enredo, nem verossimilhança, nem ligação: é um agregado de disparates. Um negro metido debaixo de uma baieta é o boi; um capadócio, enfiado pelo fundo de um pancu velho, chama-se o cavalo-marinho”.<sup>529</sup>

Com uma diferença de 31 anos entre o registro de Boiteux (1871) e o realizado no Nordeste do Brasil pelo então Lopes Gama, e levando em consideração a precariedade da comunicação da época e falta de interesse por este tipo de informação, nos levam a pensar que Câmara Cascudo tinha razão ao remeter aos portugueses o mérito de introduzir na ilha e litoral de Santa Catarina o *bumba-meu-boi*.

Independente o nome que designou este folguedo, é claro que no litoral catarinense o que mais marcou foi o de boi-de-mamão, nome já citado por Boiteux em 1871.

De acordo com Soares (1970)<sup>530</sup> diz que a brincadeira do boi existe no folclore brasileiro em mais de uma forma. No Norte e Nordeste, é conhecida como *bumba-meu-boi* e *boi-bumbá*, e em Santa Catarina, *boi-de-mamão*. No Nordeste, o *bumba-meu-boi* tem apresenta-

<sup>528</sup> *Dicionário do Folclore Brasileiro* – INL, Rio, 1954 – 3ª edição, 1972.

<sup>529</sup> O documento mais antigo de que se tem notícia a respeito do *Bumba Meu Boi* é datado de 1791, e foi escrito pelo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, num jornal de Recife, chamado de “O Carapuceiro” de 11 de Janeiro de 1840.

<sup>530</sup> Mais informações sobre este folguedo: SOARES, Doralécio. *Rodeio Crioulo – Aspectos do Folclore Catarinense*, 1970 – Edição do autor. HENRIQUES, Maria de Lourdes. 1950. *Boi-de-mamão*. *Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore*, Florianópolis, 2 (5) 51:55, set.

ção mais dramática. O habitante do Sul, menos místico, apresenta uma brincadeira de boi mais graciosa, com coreográfica mais alegre e descontraída.

As coreografias de todos eles são semelhantes, com a mesma base rítmica e o mesmo espírito criativo na introdução de novas figuras. Essas são as mais diversas, procurando os criadores embelezar o auto das apresentações.

Na grande Florianópolis o boi adoece e é salvo pelo Mateus (feiticeiro curandeiro e ou médico). No sul do Estado o boi é toureado e morto pela espada, sem ressuscitar. Esta coreografia diferenciada nos levou a buscar os motivos juntos ao folcloristas da região.

A explicação encontrada na pesquisa de campo foi que na grande Florianópolis o gado bovino era raro, criado para servir de força de trabalho. Portanto a sua morte seria um desastre para o lavrador.

No sul do Estado a pecuária de corte era atividade econômica básica – ser transformando em charque.

Outro aspecto observado foi a variedade de bichos e personagens em função do imaginário e utilidade ao homem local, sendo elemento comum todos os grupos de dança no litoral o boi, o cavalinho, o urso, a cabra.

Nas brincadeiras de boi-de-mamão da Grande Florianópolis aparecem via de regra: o boi, a cabra, o cavalinho, a bernúncia, a Maricota, o anão, o urubu, o cachorro, o urso, o Mateus, os mascarados, o médico. Para cada figura apresentada encontramos uma explicação:

**O boi-de-mamão** é a figura central de toda a brincadeira por ser o animal de maior valor regional. É fundamental nas lides diárias, no transporte e na movimentação do engenho.

**A cabra** – animal de grande utilidade na comunidade litorânea, por ser facilmente criado em qualquer terreno. Fornecia leite e carne à população.

**O cavalinho** – é a homenagem ao bom laçador, o vaqueiro, que percorria as paragens litorâneas conduzindo tropas (manadas) de gado.

**O urubu** – importante na higienização das comunidades, estando sempre presente para devorar os restos dos peixes e animais que eram abatidos ou que morriam. Na brincadeira, ao se aproximar do boi, indica o perigo de morte do animal.

**O cachorro** – animal amigo e de guarda que procura velar pela defesa da propriedade. Na brincadeira ele procura afastar o urubu, até que o curandeiro faça sua parte, pois o boi é propriedade de seu dono.

**A bernúncia** - animal com corpo de dragão chinês, de boca grande e móvel, que representa a figura do bicho-papão. Assim procura na brincadeira engolir as criancinhas que ficam assustadas. No norte do Estado recebe a denominação de barão.

**O urso** – animal estranho ao meio açoriano, representando exatamente a figura do indivíduo desleal, que nunca é bem-vindo.

Outros animais e figuras têm sido acrescentados, mostrando as transformações locais e de época: galinha, peru, jaguatirica, etc.

O boi-de-mamão, além dos bichos, personagens e motivadores (dançadores), exige o grupo de tocadores (gaita, pandeiro, tambor e às vezes violão) e cantores.

Encontramos ao longo do litoral catarinense centenas de pessoas que fizeram ou fazem parte de grupos de boi-de-mamão. Em alguns municípios, notadamente na época das festas juninas e semana do folclore, época de final de ano, surge muitos grupos de boi-de-mamão infantil, na rede de ensino, quase sempre treinados por antigos praticantes da brincadeira.

De acordo com os responsáveis pelos grupos folclóricos do município de Araquari, o município possui uma grandeza muito grande e uma variedade de grupos, pois existe uma motivação muito grande para a preservação da cultura local. O período de maior formação de grupos de mamão é a época do natal.

Embora sejam formados de maneira muito espontânea, os grupos mantêm as cantorias e as figuras, que são marcas registradas desta manifestação, figuras como: bernúncia, boi-de-mamão, Maricota, barão, cavalo marinho, onça, urubu e a velha e o velho. Ainda de acordo com a secretaria de educação e cultura de Araquari, temos mais um diferencial, o do local de apresentação:

“As cantorias são feitas nas casas dos moradores, no início da noite e só terminam quando tenham percorrido o percurso combinado na hora da saída. Os moradores oferecem aos participantes bebidas e comidas enquanto o grupo apresenta-se. Os passos da dança são muitos variados, a única sequência que existe é o desenrolar da estória que cita a passagem da vida no boi-de-mamão que enfrenta todas as tragédias boladas por alguns de seus inimigos como bernúncia, o urubu, barão, onça, e o cavalo marinho. Em alguns casos aparecem os que tentam salvar o boi-de-mamão como o médico e a Maricota. O casal de velhos tem a função de arrecadar donativos em meio aos espectadores, durante a apresentação do grupo”.<sup>531</sup>

Já no município de Penha, até pouco tempo, a brincadeira do boi-de-mamão era feita por componentes mascarados, de acordo com informantes. Os personagens eram semelhantes aos encontrados em Araquari.

A letra que acompanha a brincadeira do boi-de-mamão, salvo algumas variações provocadas pela realidade local, possuem a mesma estrutura de composição, letra e ritmo. As letras que seguem são utilizadas por boi-de-mamão da ilha de Santa Catarina e municípios da costa catarinense:

<sup>531</sup> Dados e informações obtidas junto a secretaria de Educação e Cultura do município de Araquari. 2007.



**Cantiga do boi<sup>532</sup>**

Te levanta boi malhado  
 Te levanta devagar  
 (coro) Vem cá meu boi, vem cá

Te levanta devagar  
 Que é pra não escorregar  
 (coro) Vem cá meu boi, vem cá

O meu boi é de mamão  
 Da cabeça até o chão  
 (coro) Vem cá meu boi, vem cá

Olha volta que ele deu  
 Olha volta que ele dá  
 (coro) Vem cá meu boi, vem cá

Esse boi é de mamão  
 Faz a tua obrigação  
 (coro) Vem cá meu boi, vem cá

Esse boi é de folia  
 Dá galhada na guria  
 (coro) Vem cá meu boi, vem cá

Apresenta-te seu Mateus  
 Bota este boi no chão  
 (coro) Vem cá meu boi, vem cá

**A morte do boi**

Nosso boi morreu  
 Que será de mim  
 Manda buscar outro, ó maninha  
 Lá no Piauí  
 Um minuto de silêncio  
 Pro boizinho que morreu  
 Vou chamar o seu doutor  
 Pra ver o que aconteceu

***Terno de Reis***

O “Terno-de-Reis”<sup>533</sup> é uma manifestação folclórica e cultural, através da qual um grupo de pessoas, tocando viola, rebeca, pandeiro, sanfona e tambores, saem às vésperas do Natal e Ano-novo e no dia de Reis, nas portas das casas, cantando e anunciando o nascimento do Menino Jesus, exaltando sua Divindade.

Segundo vários historiadores e entre eles Osvaldo Cabral (1949, p: 26), o terno-de-reis, vindo das ilhas da península portuguesa, foi introduzido no Brasil pelos colonizadores e pelos jesuítas, popularizando-se em várias regiões do Brasil, a exemplo do que ocorreu com tantos outros costumes e festas populares.

<sup>532</sup> Letra recolhida pelo folclorista Doralécio Soares, na comunidade de Aririu, no município de Palhoça/SC.

<sup>533</sup> Tudo no terno-de-reis lembra e deve lembrar ‘três’ - três foram os Reis que visitaram o Menino, três os presentes oferecidos: ouro, incenso e mirra; três os principais cantadores de Reis, o tripla ou tripa ( que canta de fino), o repentista que tira os versos, e o cantador solo; três são as partes do terno: a chegada, o anúncio e a despedida.

Para Farias (2001, p: 385) as cantorias conhecidas por terno-de-reis, tradicionais nas comunidades litorâneas, tem motivações de fundo religioso-profano. O próprio nome “terno” advém da existência de três vozes: repentista, tripa e coro. Estas vozes é que caracterizam o terno.

Observamos nos trabalhos de campo, que os ternos apresentam variações de letras de acordo com a data cantada; mantendo a mesma melodia e forma de apresentação.

Cantam-se ternos na época do Natal (Terno de Natal); passagem do ano (Terno de Ano-Bom ou Ano-Novo); no dia dos Santos Reis (Terno de Reis); no dia de Santo Amaro (Terno de Santo Amaro) e no dia de São Sebastião (Terno de São Sebastião).

De acordo com a informante Vanilda Maria Amaral, 59 anos, moradora do bairro forquilha do município de São José:

“Um grupo saía de casa em casa cantando e pedindo oferendas. Quando o chefe da casa aceitava cantoria, deixava o grupo entrar e lhes oferecia café com bolo, bebidas, além da oferta.

Dia 6 de janeiro era o principal dia de Reis. Se representava também terno de Natal, na véspera de Natal; terno de São Sebastião, dia 20 de janeiro; terno de Ano-Novo, em 31 de dezembro.

Os ternos começaram às 10 horas da noite e só terminavam pela madrugada”.<sup>534</sup>

Encontramos terno-de-reis de forma mais organizadas nos municípios de Laguna, Imaruí, São Francisco, Itajaí, São José, Santo Amaro da Imperatriz, mas é uma manifestação existente na maioria dos municípios da costa catarinense. É importante ressaltar que encontramos terno-de-reis de crianças, nos municípios de São José, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. Estes ternos compostos por criança, não tem o mesmo caráter religioso, é muito mais uma forma de ganhar um dinheiro pela apresentação.

Nas cantorias dos “Terno-de-Reis”<sup>535</sup>, os versos são mais variados, mas se assemelham. Apresentamos a seguir uma gama de terno-de-reis recolhidos durante o trabalho de campo nos municípios do litoral.

<sup>534</sup> Entrevista realizada pelo autor no ano de 2006.

<sup>535</sup> Explicação: quando se chega numa casa canta-se um verso, dependendo a época, e todos cantam juntos um refrão.. Aí são diversos os versos que cantam. Os versos são de improviso

### **Cantoria de Terno-de-Reis**

“Aqui estou na sua casa  
Na beira de seu telhado  
Se da chuva estou enxuto  
Do sereno estou molhado.

Os Reis magos viajavam  
Muitas noites, muitos dias,  
Com presentes pra Jesus  
Seguiam a estrela guia.

O senhor dono da casa  
Abre sua porta  
E dê sua oferta  
Que nós queremos cantar”.

Rosalina Ana Roldão  
Bairro Ipiranga

### **Hino Santos Reis**

Agora mesmo chegamos aí  
Na frente de seu terreiro  
Andamos cantando Reis aí  
Pelo tempo verdadeiro

Para cantar o nosso Reis  
Licença eu peço primeiro  
Meu senhor dono da casa  
E um belo cavalheiro

Botei o pé no portão  
De baixo de seu telhado  
Te acorda se está dormindo  
Lavanta se está acordado

Levanta de sua cama  
Deixe de sua cama  
Deixe seu lençol dobrado  
Vem atender seus companheiros  
Que já estão quase cansados

A noite está serenando  
Já estão quase molhados  
Ó de casa, ó de casa,  
Menina vem ver quem é

É o filho de Deus Pai  
O Jesus de Nazaré  
Santos Reis no seu portão  
Veio para lhe ajuda

Santos Reis na sua porta  
Para na sua casa entrar  
Graças a Deus que eu já vi  
Nesta casa a luz luzi

### **Terno de Ano-Novo**

“Feliz ano-velho  
Que estás a terminar  
Vem trazer o ano-novo  
Que acaba de chegar.

Feliz ano-novo  
Que eu desejo primeiro  
Que Deus lhe dê para o ano  
Paz, saúde e dinheiro”.

Aldo Duarte, 58 anos  
Bairro Areias

### **Terno-de-Reis**

É meia-noite  
Lá no céu parece dia  
Sereno cai  
Nos cabelos de Maria!

Acordai se estás dormindo  
Levanta os filhos teus...!  
Reúna tua família  
Nasceu o Menino Deus!

Venha nos abrir a porta  
Filhos da Virgem Maria  
Receberam o boa-noite  
Do grupo Estrela Guia.

Pela nossa amizade  
Viemos lhe visitar  
Santos Reis foi quem mandou  
Que eu viesse aqui cantar.

Refrão  
Santos Reis, Santos Reis  
Viemos em sua casa  
Para visitar vocês!

O Grupo Folclórico Estrela Guia

### **ÉPOCA DE SANTO AMARO**

#### **1º REFRÃO:**

Santo Amaro é que mandou  
Que eu viesse aqui cantar  
Vai chegar o dia dele  
Nós temos que festejar

### **Terno de Santo Amaro**

“ Santo Amaro é bom santo,  
Também é boa pessoa  
Nós estamos aqui cantando  
Pois a noite está tão boa.

Se tiver um cafezinho  
Nos serve que vamos bebendo  
A senhora me dá licença  
Pois temos que nos retirar  
A estrada é muito longe  
E temos que caminhar”.

Maurino Costa, 46 anos  
Bairro Dona Adélia

### **ÉPOCA DE NATAL**

#### **1º REFRÃO**

Que noite linda  
Lá no céu parece um dia  
Em Belém nasceu Jesus  
Filho da Virem Maria  
Em Belém nasceu Jesus  
Filho da Virgem Maria

#### **2º REFRÃO**

25 DE Dezembro, aí, aí  
Dia de Nosso Senhor  
Lá no alto do além  
Uma estrela brilhou  
E assim para Deus cantou,  
Ave-Maria

#### **3º REFRÃO**

Nesta data consagrada  
Uma estrela apareceu  
Numa pobre manjedoura  
Menino Jesus nasceu  
Era filho de Maria  
Que foi mandado por Deus  
Era filho de Maria  
Que foi mandado por Deus

Terno de Reis – Luz Divina  
Da família Espíndola, de Imbi-  
tuba – desde 1965

### **Terno de Reis**

I- Porta aberta, luz acesa, aí, aí,  
aí, aí.  
É sinal de alegria, aí, aí:

Porta aberta e luz acesa Até parece um resplendor Até parece um céu aberto Onde está Nosso Senhor.	<b>ÉPOCA DE SÃO SEBASTIÃO</b>	Mande entrar o Santos Reis, ai, ai
	<b>1º REFRAÃO</b>	<b>Refrão</b> Olé, olé, olé, olá Santos Reis aqui chegou, ai, ai; Pra visitar o grande Rei, ai, ai, Ai, ai! ...
Terno de Reis da família Martins Imbituba	Acordai se estás dormindo Esse nobre cidadão Venha nos abrir a porta Escutai nossa canção No céu clarão Faço uma prece para São Sebastião	II- Ó de casa nobre gente, ai, ai, ai, ai, Escutai que ouvireis, ai, ai; A partir do Oriente, ai, ai A chegada dos Três Reis, ai, ai, ai, ai...
<b>ÉPOCA DE SANTOS REIS</b>		III- Ó de casa nobre gente, ai, ai, ai, ai, Escutai que ouvireis, ai, ai; A partir do Oriente, ai, ai A chegada dos Três Reis, ai, ai, ai, ai...
<b>1º REFRAÃO:</b>		IV- Os três magos recebiam, ai, ai, ai, ai.. As mensagens do além, ai, ai; E partiram de viagens, ai, ai, Do Judá está o Rei Menino, ai, ai,
Santos Reis desceu do céu Com as duas alegrias Ele anda anunciando Porque já chegou seu dia Santos Reis, Santos Reis, Santos Reis, Santos Reis, Viemos na sua casa Para visitar vocês	Terno de Reis – Luz Divina Da família Espíndola, de Imbituba – desde 1965	Família Machado Santo Amaro da Imperatriz.
<b>2º REFRAÃO</b>		
Levantai da tua cama Fazei o sinal da cruz Venha ver a estrela D'Alva Mas o menino Jesus É o guia dos três Reis É o guia dos três Reis Para visitar Jesus		
Terno de Reis – Luz Divina Da família Espíndola, de Imbituba – desde 1965		

### *A farra-do-boi e sua tematização*

Ao longo do litoral catarinense tem-se conhecimento da prática de brincadeiras em que o boi é a figura central, que atinge a área geográfica desde Balneário Gaivota até Itapoá<sup>536</sup>. Esta brincadeira tem diversas designações: “farra-do-boi”, “boi no campo”, “brincadeira de boi”, “boi-na-vara”, etc. – pode ser caracterizado como num ritual tauromáquico. Nos últimos 30 anos tornou-se conhecida como “farra-do-boi”. O período forte deste ritual é a Semana

<sup>536</sup> De acordo com a edição de 18/03/2001 do jornal NA Capital, que citava como fonte a Associação Catarinense de Proteção aos Animais (Acapra), eram os seguintes os municípios do litoral catarinense onde, em 2001, se realizava a farra-do-boi: Gravataí, Laguna, Imaruí, Garopaba, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, São José, Florianópolis, biguaçu, Governador Celso Ramos, Tijucas, Itapoá, Itapema, Camboriú, Balneário de Camboriú, Itajaí, Navegantes, Penha, Piçarras, Barra Velha, Balneário Gaivota, Araquari e São Francisco do sul. Esta lista deve estar desatualizada. Nos anos 1990, Lacerda fala de um total de 23 municípios do litoral catarinense onde a farra-do-boi teria lugar (Lacerda, 1990a p.:13). Bernadete Flores fala de 23 municípios e 60 localidades (Flores, 1998, p.:165)

Santa e tem como protagonistas principais grupos de vizinhos de uma determinada localidade que se juntam para comprar um boi, que depois da brincadeira (ritual) sua carne será dividida entre os participantes para ser preparada no domingo de Páscoa.

De acordo com antropólogo Eugênio Pascele Lacerda (1998):

“A farra do boi é tradicionalmente realizada em épocas especiais como Natal, Páscoa e Dias de Santo. Nestas ocasiões, grupos de famílias compravam e carneavam um boi escolhido por ser “bom de carne”. Se o animal era bravo, arisco e corredor, antes de ser abatido, era brincado na vara ou solto nos pastos, provocando correrias generalizadas. Neste caso, os nativos consideravam o animal não apenas bom para comer, mas também bom para brincar. A farra vem sendo praticada de geração em geração há pelo menos 230 anos e constitui um dos elementos ativos da identidade cultural das comunidades litorâneas de Santa Catarina, assim como outras manifestações culturais, de origem ou assimiladas pelos açorianos como o autodançante do boi-de-mamão, as festas e bandeiras do Divino, procissão de Navegantes, festas joaninas e ternos de reis”<sup>537</sup>.

A farra-do-boi trata-se de uma modalidade de tauromaquia popular advinha dos Açores em meados do século XVIII, inclusa na bagagem cultural luso-ibérica dos casais açorianos e aqui adquiriu outras formas de acordo com as condições do meio ambiente, da economia do gado e das situações de contato interétnico.

Lacerda, na sua obra “*Bom para Brincar , Bom para comer*” (2003) diz que quando se trata da inserção histórica *stricto-sensu* do costume catarinense, podemos afirmar sua pertinência no âmbito da herança cultural açoriana. A época da migração dos casais, as touradas ocorriam praticamente em todo arquipélago dos Açores. Com o tempo o costume foi caindo em desuso, permanecendo apenas em uma ilha, a Terceira.

Autores portugueses confirmam que havia duas espécies de touradas: as ditas de Praça, normalmente promovidas pela nobreza, realizavam-se nos adros das igrejas, praças públicas e arenas onde o touro era lidado a cavalo.

E as touradas populares, a vara-larga no continente português e a corda no arquipélago, onde o touro era corrido pelos caminhos e logradouros públicos. (...) As touradas a corda, bem como outras variantes do rito existem até hoje nos Açores, apesar de mais de quatro séculos de proibições policial-eclesiásticas (...).<sup>538</sup> O esquema da festa, basicamente caçar o animal no mato, corrê-lo nas ruas da cidade e depois sacrificá-lo, sem dúvida evoca as atuais farras do litoral catarinense, especialmente nas cidades de Ganchos, Porto Belo e Florianópolis.

<sup>537</sup> LACERDA, Eugênio L. **Tauromaquia catarinense: uma herança cultural açoriana**. Artigo para estudos no ensino fundamental. Florianópolis. 1998

<sup>538</sup> Para poder proceder uma comparação das tauromaquias nos Açores e em Santa Catarina, sugiro a Introdução do livro “Dionísio em Santa Catarina e o texto: Bullfighting and Terceira’s Tourada à Corda.

Eugênio Lacerda fornece uma eloquente descrição destas “brincadeiras” com o boi, que dá uma visão real do ritual:

“A soltada do boi reveste-se de uma euforia inigualável. São centenas de pessoas aguardando a chegada do animal, anunciada por foquetes e buzinas durante todo o trajeto. A partir daí passa a ser objeto de brincadeiras –pegas, correrias, lides, procuras, ataques e fugas, em lugares os mais diversos: normalmente em que há mato, pastos, morros e praias; também se dá em áreas marcadas e cercadas (mangueirões); em bairros, praças e ruas centrais das cidades e vilarejos. Cria-se uma atmosfera imprevisível, pois a expectativa dos farristas é brincar com a fúria do boi. Atravessa-se a noite toda atrás do animal, quando este não se perde no mato adentro. Espera-se por horas a fio até que os mais corajosos desentorem o bicho. Enquanto isso, os moradores ficam nos bares, nas ruas, ou em frente das suas casas (...) Se o boi cansa troca-se por outro. Durante a festa bebe-se muito, come-se pouco. O riso e o alarido se tornam extravagantes”. (Lacerda, 2003a p.46)

A farra-do-boi, hoje se encontra proibida em todo litoral catarinense, por força de um acórdão do Supremo Tribunal Federal que, em nome dos direitos dos animais, proibiu a sua realização.

Mas, no caso da farra do boi, é preciso afastar os equívocos etnográficos que rodeiam o assunto. São famílias inteiras, gente de todas as idades e localidades participando de algo que reconhecem como uma folia. Para os nativos e simpatizantes da farra, **brincar** de/com o boi é o sentido da festa enquanto que **judiar** do boi representa a própria corrupção da brincadeira.

Já os chamados “farristas” são aqueles que tentam enfrentar o boi bravo, enquanto os demais moradores ficam na assistência, avisando a todo mundo: *olha o boi! Olha o boi!* Assim, deste modo, a farra é realizada em 24 cidades do litoral, 65 localidades, atingindo cerca de 150 mil pessoas.

É importante salientar que as investigações e pesquisas realizadas comprovam que a imagem dantesca tal como é apresentada na opinião pública brasileira e mesmo internacional, implantando a idéia de que tais comunidades se reúnem tendo como motivação a tortura dos animais não é o padrão ritual deste antigo costume. O padrão ritual na farra do boi está calcado no jogo corporal com o animal, nas correrias e nas galhofas mútuas, num ambiente de euforia em que participa quem quer. Indivíduos idiossincraticamente mais agressivos ou, como dizem os nativos, aqueles que têm “rixa” na cabeça são excluídos pelos próprios “sócios” do boi.

Sem quere esgotar o tema da farra-do-boi, pois não é o objeto central desta tese, é importante dizer que a tematização “transgressora”<sup>539</sup> da farra-do-boi, a maioria dos autores, que estudam esta temática no litoral catarinense, não deixam de fazer eco à narrativa etnogenealógica açorianista. Assim, para Bastos, “a farra encontra o seu nexu histórico em práticas rituais açorianas e mediterrânicas gerais em torno do touro”(BASTOS, 1993, p.11). De igual modo, para Eugenio Lacerda a farra-do-boi é uma “herança cultural açoriana”(LACERDA, 1993<sup>a</sup> p.:116), com fortes similitudes com as touradas à corda da Ilha Terceira.<sup>540</sup>

### *Festas juninas*

Ao acompanhar em cada município do litoral catarinense as festas de junho, percebemos uma diferenciação na nomenclatura da Festa, em alguns municípios são designadas como festas juninas, e em outras festas joaninas. O importante é perceber que os folguedos populares que se realizam em junho de cada ano, com fogueiras, foguetes, estalos, balões, luzes, danças, sortilégios, comidas, casamentos, e outras variadas e folclóricas formas, em louvor a São João, Santo Antonio e São Pedro, são todas festas e fogueiras de São João.

De acordo com Pereira (1998, p.16) em função de suas origens e de seu enredo, a denominação correta é “Joanina”, mesmo porque elas têm apoio no fenômeno do sol quando se encontra na posição de maior afastamento do Equador e proporcionando, para nós no Hemisfério Sul, a maior noite do ano, a de 24 para 25 de junho. É o fenômeno denominado de “Solstício de Inverno”.

Pereira (1998, p.17), diz que a escolha do dia 24 de junho, para o dia consagrado a São João Batista, está estabelecida para centrar todo o calendário que adotamos. Voltando três meses temos a Anunciação de Nossa Senhora, momento em que Isabel, sua prima, estava no sexto mês de gestação de João Batista (Lucas 1, 36), e assim, em 24 de junho nasceria o percursos, o anunciador do salvador que veio a nascer em 25 de dezembro, nove meses depois da Anunciação.

O “Solstício de Verão”, para o Hemisfério Norte, foi comemorado primitivamente como anúncio do “novo sol”, e por isso, como manifestação de alegria, acendiam-se fogueiras, estalava-se foguetes, luzes, danças, rezas, sortes, etc. Eram festejos muito difundidos.

<sup>539</sup> A ressitencia intelectual à pressão proibicionista dos anos 1980 e 1990, a tematização da farra-do-boi, torna-se mais complexa. A farra passa a ser tendencialmente vista de acordo com perspectivas próximas da “festa transgressora” defendida pela teoria social francesa dos anos 1970.

<sup>540</sup> Oswaldo Cabral – apesar da sua posição crítica em relação à farra – também a considera uma sobrevivência da tourada à corda açoriana (cf. Flores, 1998, p.:139)

A Bíblia nos descrê a apresentação de João Batista como precursor, o anunciador do “Novo Sol” que é o Messias, o Salvador. A João Batista, por isso, direcionam-se todos os festejos. Ele é o que anuncia a vinda de “Jesus o Salvador”, e com muita alegria e esperança vivificada a força do Espírito Santo.

Secularmente produziu-se a tradição de que, quando João Batista nasceu, seu pai Zacarias acendeu uma fogueira para anunciar o acontecimento às mais afastadas comunidades. Esta lendária idéia repousa sobre as fogueiras do solstício e do “anúncio do novo sol”.

Para costa catarinense, as festas joaninas foram trazidas pelos açorianos, muito embora sejam de raízes portuguesas.

De acordo com a memória histórica dos Açores, “São João Batista” é o Santo das luminações. Luis da Silva Ribeiro, em *OBRAS III – Várias – Angra do Heroísmo* (1983), “as luzes, as lamparinas, os balões, os estalos e rojões são um processo arcaico de anuncio. São João é o Santo do anuncio”. Diz ainda: “Na véspera de São João é ocasião para botar ou tirar sortes”. Lá, para eles, no São João, as águas adquirem virtudes terapêuticas, e, por isso, é uso irem tomar banho de mar na noite de São João para se livrarem de certas doenças, e também iniciarem a época de banhar. Como aqui no Brasil é inverno, e rigoroso, não é época de balnearidade marinha. “ir à praia, como dizemos, é coisa de verão”.

Em Ilhas de Zargo, Eduardo Pereira, (1968, p.26) “tiram essas fogueiras de festa de São João que pelo sincronismo do seu nascimento com o solstício de verão, ficou como que nascendo este fenômeno, festejado outrora pelos gentílicos, com fogo e outras folias pagãs” “João Batista foi precursor do Messias e, portanto, o anúncio do verdadeiro lume de fé e de luz redentora das almas. *O feu de la saint Jean* em toda a França, inclusive Paris, até a época da revolução, reproduz-se nas fogueiras de artifício usadas em toda a Península Hispânica”

Com este relato e síntese das festas de junho explica-se porque as comemorações joaninas de Santo Antônio, o santo casamenteiro, de São João, o santo do anúncio, do ardor de fé, do Espírito Santo e do fogo novo e São Pedro, o da confirmação da Igreja.

Sobre as festas, convém lembrar que, sociologicamente, todos os festejos populares correspondem a três funções, em sua maioria a lúdica, a recreativa e a religiosa.

### *Dança da Quadrilha*

De acordo com o historiador Edison d’Ávila (1994 p.22), a dança da quadrilha surgiu como numa contradança de salão da aristocracia francesa no século XVII. Espalhou-se depois



pelas Cortes da Europa e foi trazida para a América, onde chegou aos salões das melhores sociedades, alcançando finalmente o povo.

Já o folclorista Soares (2006 p.95) apresenta três versões, sendo que depois da primeira já relatada, coloca também como uma possível origem o Rio Grande do Sul, apresentado uma vestimenta com colorido todo especial, o que dá um aspecto pitoresco aos seus participantes. A terceira apresentada por Soares, diz respeito às festas juninas e a seus santos mas de procedência nordestina. Trazidas pelos portugueses, as festas em devoção a Santo Antônio, o “casamenteiro”, a Soa João e São Pedro que tem grande brilho em todo o Brasil, principalmente nos estados do norte e nordeste do Brasil.

Os dançantes da Quadrilha se vestem à moda caipira, já que a dança com mais frequência é feita durante as Festas Juninas. Mas esta caracterização não é definitiva, pois varia de região para região brasileira.

A pesquisadora Sônia Maria da Costa (1983, p. 32) registrou vinte e cinco marcações na sequência da evolução da dança da Quadrilha que pesquisou.

A beleza das diversas evoluções e a animação da musica que acompanha a dança, além do colorido dos trajes, fazem da quadrilha uma manifestação da cultura popular de grande aceitação e participação do público nas tradicionais festas do mês de junho.

#### ***4.8.2 Literatura popular praticada na Costa Catarinense***

Os açorianos e seus descendentes sempre foram muito criativos no seu saber popular. Hábeis na improvisação de versos, faziam deles verdadeiros poemas e mensagens de amor ou de crítica.

O Pão-Por-Deus, o pasquim, as quadras, os desafios, as cantorias de terno de Reis ou do Espírito Santo são exemplos de literatura falada e escrita.

A literatura escrita foi sempre muito apreciada, pois eram poucos os que sabiam ler e escrever. As duas formas mais corriqueiras de escrever à comunidade eram o pão-por-Deus e ao pasquim.

##### ***4.8.2.1 Corações e Pão-por-Deus***

Uma das manifestações mais carinhosa praticada pelos descendentes dos açorianos no litoral de Santa Catarina é a brincadeira do “Pão-Por-Deus”. Desde o século XVII, há registros

nas ilhas dos Açores e na da Madeira desta manifestação artística e folclórica, sempre praticada no dia primeiro de novembro.

Ao ser introduzida em Santa Catarina, a partir da imigração de açorianos e madeirenses no século XVIII, ocasionou algumas modificações tanto quanto à época da prática do “Pão-Por-Deus”, como quanto aos pedidos feitos e quem os faz.

No “Pão-Por-Deus” se sobrepõem duas manifestações artísticas: o artesanato do papel recortado à tesoura ou à navalha com que se fazem os “corações” e o repentismo poético das quadras e quintilhas.

De acordo com Edison d’Ávila (1994, p: 18) a manifestação cultural a que se chama “Pão-Por-Deus”, em Santa Catarina e na região de Itajaí, constitui-se basicamente do pedido de uma dádiva que alguém faz a outra pessoa de sua amizade ou conhecimento ou entre namorados. Para encaminhar o pedido, o remetente faz artesanalmente um coração de papel colorido, decorado com caprichosos rendilhados ou encomendado a quem melhor prática tenha nesta feitura. No coração do “Pão-Por-Deus”, são escritas as quadrilhas ou quintilhas de caprichado romantismo poético, que encaminham o pedido. A pessoa destinatária do “Pão-Por-Deus” fica obrigada a dar o presente ou lembrança pedida. Como um pão que a Deus, alguém pedisse e que de modo algum se pode recusar atendimento.

De acordo com Dona Arabel Souza Passos moradora de Itapema que ajudava sua mãe na confecção do doce, “(...) o Pão-Por-Deus era vendido para a comunidade a fim de obter lucros”. Já segundo Dona Elza Maria Peixoto Trindade, de São Paulinho: “No mês de outubro as pessoas mandavam coração de papel enfeitado com um versinho; em troca do coração as pessoas mandavam óleo de rince, extrato de perfume e sabonete de barba, que chamavam de cheiro de defunto, porque quando alguém os morria colocavam o perfume”.

Ou ainda:

“Mandava-se um coração de papel enfeitado onde escrevia-se em forma de verso o que queria. Às vezes, mandava-se também um bolo com uma fita vermelha em volta para decorá-lo.

Acontecia em novembro quando a flor do ipê florescia. O rapaz ou a moça mandavam uma carta com oração desenhado e dentro existe um verso para a moça ou vice-versa. O que recebia mandava de volta outra carta com o nó do abraço feito ou aberto para o nascimento de Cristo. (Julia Godinho Borges – Sombrio)

Diz-se que, quando alguém recebia um pedido de pão-por-Deus e não devolvia a dádiva era mal visto pela comunidade e taxado de ‘misera` (vem de palavra de miserável); pão-duro, mão-de-vaca, etc.

### **Quadras de Pão-Por-Deus de Itapema**

Pedir um ``pão-por-Deus``  
É cultura popular  
Vinda lá dos Açores  
Para o povo cultivar;

É preciso começar  
O resgate da tradição  
Pedindo um ``pão-por-Deus``

Envie um coração  
E a cultura voltará ao presente  
Peça ao seu ``pão-por-Deus``  
Para orgulho dos descendentes;

Lá vai meu coração  
Bem enfeitado e colorido  
Vai pedir um pão-por-Deus  
Para que mande um vestido;

2- Lá vai meu coração  
Nas asas de uma andorinha  
Vai pedir um pão-por-Deus  
À minha querida madrinha;

3- O pão-por-Deus que te mando  
Nesse coração enfeitado  
Vai perguntar a você  
Se quer ser meu namorado;

4- Lá vai meu coração  
Todo enfeitado com flor  
Vai pedir um pão-por-Deus  
A você meu grande amor;

5-Em nome da nossa amizade  
Um pão-por-Deus vou lhe mandar  
Para compadre não esquecer  
Do presente que quero ganhar.

### **Versos de Pão-Por-Deus citado por moradores de São José:**

“Coloquei meu coração  
Na asa do beija-flor.  
Pedi ao pão-por-Deus  
Ao meu “querido amor.”

“Mandeí meu coração  
Na asa da andorinha.  
Foi pedir o pão-por-Deus  
A minha querida madrinha”

“Lá vai o meu coração  
Com letrinha saudosa.  
Foi pedir o pão-por-Deus

### **Outras quadras (versos) que eram utilizadas para enfeitar o Pão-Por-Deus em Itapema**

“Lá vai meu coração / para não lhe incomodar / me mandai um sapato que eu queria passear.”

“Este coração / foi feito somente para lhe mandar / se não for de seu gosto / queria me desculpar. `` (Arabel Souza Passos – Centro).

“Lá vai meu coração/ nas asas da andorinha / mandar o pão-por-Deus / a minha rica madrinha.”(Joaquim João Alves – Tabuleiro; Elza Maria Paeixoto Trindade – São Paulino; Juliana Algemira Serpa – Alto São Bento).

“Lá vai meu coração / no bico de um beija-flor / vai pedindo um pão-por-Deus / para o meu querido amor.” (Amélia Ferreira dos anjos – Centro).

“Oh! Que dia envergonhoso / para quem vergonha tem / mando esse pão-por-Deus / para quem eu quero bem.” (Rita Maria Trindade – Várzea).

“Lá vai meu pão-por-Deus / numa folha de mamão / eu vejo você morando / dentro do meu coração.”(Naomi – Meia Praia).

“O manjerição miúdo / na folha do ABC/ meu coração sempre pede / que eu namore com você.”(Jovêncio Veríssimo Cardoso – Centro).

“Você é bonito e simpático / e na sua simpatia / se eu não lhe quisesse bem / pão-por-Deus não lhe pedia.”(Aurora Fertulina Serpa – Sertão do Trombudo).

“Lá vai meu coração / com muito amor e carinho / vai pedir meu pão-por-Deus / ao meu querido padrinho.” (Hilda Simas – Sertão do Trombudo).

“Lá vai meu coração / nas asas do meu quero-quero / não me manda um penico que / este penico eu não quero.” (Maria Felipe da Silva – Ilhota).

“É morena é moreninha / és flor de amor-perfeito / chega na porta e bate / perguntas se o coração é aceito.” (Zita

Um vidro de esmalte rosa.``  
(Isaura Verônica da Costa, 63 anos -  
Caminho Novo)  
(Edy Pereira de Andrade, 52 anos –  
Serraria)

#### **Versos de Pão-Por-Deus de Imbituba**

Silésia Inácio

Pão-por-Deus mando pedir  
Para a minha coleção  
Ao Poeta e Amiga Almir  
O seu livro de Oração

Margarida da Silva – Alto São Bento).

“Lá vai meu coração / já que eu não  
posso ir / levar lembranças minhas /  
pão-por-Deus lhe pedir.” (Maria Basí-  
lica da Conceição Sena – Centro).

“Palma de minha mão / são finas e de-  
liciosas / mandou meu pão-por-Deus /  
meu lindo botão de rosa.” (Liliosa Otí-  
lia da Silva – Alto São Bento).

#### *4.8.2.2 Pasquim*

A literatura popular do descendente de açoriano catarinense é de grande beleza e criatividade. O pasquim foi e ainda é um dos meios de comunicação apócrifos que proporciona às comunidades uma forma de comunicação escrita espontânea.

Surgiam os manuscritos repentinamente, por debaixo de portas ou fixados em locais públicos, sempre que um assunto (fofoca) envolvesse alguém da comunidade. Os boatos e as gozações se espalham rapidamente, sem que se identificasse a fonte dos mesmos, para desespero dos envolvidos.

Durante o 2º Açor – Festa da Cultura de Santa Catarina e 1º Festaço – Festa da Cultura Açoriana de Imaruí, em dezembro de 1995, no contexto da gincana motivadora dos eventos, foram escritos os pasquins que passo a transcrever.

Pasquim recolhido em Imaruí:

1 A festa açoriana, que  
Aconteceu pouco a pouco,  
No parque da Marejada,  
Proximidade do porto,  
Cuja maior atração,  
Foi o show o bagre morto

2 De Itajaí para Imaruí  
A coisa já chegou pronta  
Mesmo assim o amigo Sérgio  
Parece barata tonta  
Mas tudo há de flir  
Na terra do faz-de-conta

3 O povo que há de chegar  
Pra prestigiar a festa  
Verá que a pequena jóia  
Se encontra cheia de arestas  
Pra abrigar bons eventos

7 Há coisas nesta festança  
Que nos deixaram muito mal  
Saber que a esposa do Wilson  
Sofre de cálculo renal  
E ele só pode sair  
Se a deixa no hospital

8 Por outro lado o Açor  
Um sujeito nota dez  
Vive mais fora de casa  
Quando ele pisa na sala  
A mala lhe voa aos pés

9 Que sujeito mão-de-vaca!  
Nem rezando ladainha  
Ele põe a mão no cofre  
Pra tirar uma moedinha  
O homem é um páreo duro  
Como o famoso Tio Patinhas

13 Recursos ao 2º. AÇOR  
E ao FESTAÇO também Espero  
que o prefeito  
Não diga que não tem  
Se não for pelo SEBRA  
Peça auxílio ao BADEM

14 A UFSC que se ocupa  
De pesquisa e investigação  
Tem nas festas açorianas  
A grande aprovação  
Descobrir o que é manta Somen-  
te o boi-de-mamão

15 Para se chegar ao FESTAÇO  
Foi grande a caminhada  
Durante o mapeamento  
Oh meu Deus quanta macacada  
O gravador não tinha pilhas

E até coisa que não presta

4 Pra se realizar o 2º AÇOR  
A gente levou uma surra  
E muita gente que puxa  
Pra complicar ainda mais  
O Sérgio não abre a burra

5 Nosso amigo Ariovaldo  
Ao ver uma roça de rama  
Passava a mão na barriga  
E dizia: foi a banana  
O homem defecava tanto  
Parecia gaturama

6 Era o nosso motorista  
Com status de marujo  
Tinha ótimo golpe de vista  
E um defeito o dito cujo  
Pro mato limpava os pés  
Pro carro o pé vinha sujo

10 Pra sediar o 2º AÇOR

Sem a menor garantia  
O prefeito resistiu  
Acho se a comissão não fizesse  
O professor Vilson faria

11 Quem não lembra do Peni-  
nha?

Um sujeito bonachão  
Que ao dar suas palestras  
Fala até pelo pulmão  
Parece até macaquinho  
Com a filmadora na mão

12 A Rosani no interior  
Se internava na cozinha  
No campo da gastronomia  
Considerava-se rainha  
E a cada receita nova  
Dizia: já fiz sozinha

E a filmadora estragada

16 Diz o Jaime presidente  
De certa comissão  
Não podemos separar  
Cultura e educação  
Mas quando lhe intimam os  
Bichos, ele vira um leão.

17 Tivemos uma companheira  
Que engravidou no pedaço  
Já que não está na festa  
Um apelo eu lhe faço  
Altair se for menino  
Dê-lhe o nome de Festaço.

18 E foi assim que aconteceu  
Com um grupo que acreditou  
Que as coisas só acontecem  
Quando feitas com amor  
Que venha o 1º. FESTAÇO Que  
venha o 2º. AÇOR

Esse pasquim foi feito pelo Berto  
do Zé Coelho e o Esnesto da  
Cristina

#### 4.8.2.3 Trovas

Importante manifestação da cultura popular do sul do Brasil. Nos Açores é chamado de velhas. Consiste no desafio entre dois trovadores, compondo versos de improviso a partir do final da frase oponente. Segue dois exemplos de trovadores e de trovas recolhida em São José:

I  
“Ó senhora Dona Edy  
Uma coisa vou dizer  
Você vai fazer sua comida  
Para o Maneca comer”  
“Para o Maneca comer  
Ela vai ter que melhorar  
Senão eu vou pra casa  
Vou fazer ele chorar”

Edy Pereira de Andrade, 52 anos – Serraria.

II  
“ Amigo meu companheiro  
Você diz que troca bem  
Vinte com trinta são cinquenta  
Com mais cinquenta são cem  
Eu hoje vou te mostrar  
O veneno que a cobra tem

O veneno que a cobra tem.  
A cobra enxerga demais,  
Na hora eu tu correr,  
Eu saio correndo atrás  
Me enleio nas tuas pernas  
Só para ver o que a cobra faz”

João Osni Ventura e Antônio Mariano – Picadas  
do Sul

#### 4.8.2.4 Ditados populares

É a forma de expressar a sabedoria popular, incluindo sempre uma mensagem figurada.

##### Ditados populares

“Pau que nasce torto morre torto”  
“Dois bicudos não se beijam”  
“Burro carregando de livro não é doutor”  
“Em rio que tem piranha jacaré nada de costas”  
(Raul Francisco, 41 anos – Barreiros)  
“Quem tem telhado de vidro não joga pedra no telhado alheio”  
(Rita de Cássia Souza, 38 anos – Barreiros)  
  
“Nada como um dia após o outro”  
(Maria de Lourdes Karasiak Fabiam, 48 anos – Barreiros)  
  
“Os burros falam, os sábios calam”  
(Paulo Roberto Hickel, 44 anos- S.José)  
  
“Antes um pássaro na mão que dois voando”  
(Renata Fabrício, 17 anos – Barreiros)  
  
“Devagar se vai ao longe”  
“Casa de ferreiro, espeto de pau”.  
“Quem ri por último ri melhor”  
“Quem não tem cão caça com gato”  
(Rosiani Cunha de Souza, 38 anos- Barreiros)  
  
“Cavalo dado não se olham os dentes”  
(Carolina Pioner, 21 anos – Barreiros)

##### Ditados populares recolhidos em Itapema

“Quando um burro fala, o outro baixa as orelhas”  
“Mais vale pão que me dão do que dois que prometem”  
“Cachorro que late não morde”  
“Todo malandro trabalha só dia de chuva”  
“Burro manso dá o coice forte”  
“Quem muito fala, pouco acerta”  
“Quem muito ri hoje, chora amanhã”  
“De grão em grão a galinha enche o papo”  
“Deus escreve certo em linhas tortas”  
“Circulo da lua perto, chuva longe”  
“Nem todos os dedos da mão são iguais”  
“Macaco velho não bota a mão na cum-buca furada”  
“Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”  
“Quem boa cama fizer nela se deitará”  
“Uma andorinha só não faz verão”  
“Enquanto os cães ladram a coragem passa”  
“Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”  
“Quem está na chuva é para se molhar”  
(Maria Regina Sá Tschumi)  
  
“O apressado come cru”  
(Neiva Maria, 40 anos – Barreiros)

#### 4.8.2.5 *Causos ou Casos*

A narrativa de fatos engraçados, burlescos, mentirosos é um dos costumes do povo do litoral, principalmente das colônias de pescadores, que notadamente perdeu um pouco de intensidade com o aparecimento da televisão. Dizia-se quando da ocorrência de um fato extraordinário: ‘Parece mentira de pescador!’”, pois entre os pescadores havia muitos contadores de histórias deste tipo. A estas narrativas ou fatos descritos com graça, e nem todos levam jeito pra contar, chama-se caso ou causo. Em Santa Catarina usa-se com mais frequência o termo causo na região de serra - acima e o termo caso na região de serra - abaixo.

É costume quando as pessoas se reuniam durante festas em família (quase sempre aos domingos e com um bom churrasco) depois do tradicional copo de caipirinha e claro que da “cervejinha gelada”, conta-se casos da família e dos conhecidos. E dá-lhe “gaitada” (risada) dos casos acontecidos.

Existem ainda grandes contadores de causos (ou de casos). Apesar de serem quase todos mais velhos, a tradição teima em perdurar.

De acordo com os relatos do engenheiro e apaixonado estudioso da cultura de base açoriana Ilson Wilmar Rodrigues Filho (2001):

“Um dos mais famosos contadores de casos de Florianópolis chama-se Francisco Vieira de Souza Sobrinho, popularmente conhecido como Chico Olivério. Ainda hoje, algumas pessoas mais idosas quando ouvem alguém contar uma bravata ou uma daquelas mentias “cabeludas de pescador” exclama: “- Ah, Chico Olivério!”. Em Imaruí viveu um contador de caso famoso: São Diogo. Chamava-se Diogo de Medeiros e era farmacêutico (por lá se diz que São Diogo foi o primeiro médico de Imaruí!). Era famosa a garrafada que ele preparava, a qual o povo denominava de “o amarelinho do São Diogo”. Quem tiver mais de 18 anos em Imaruí, com certeza do amarelinho do São Diogo, e sabe contar uma peripécia da qual o farmacêutico tenha sido protagonista. E não é só isso: São Diogo, apesar de jovem, é um baita contador de casos e que eu tive o prazer de conhecer. Em São Joaquim, eu conheci Tio Cride (Euclides Palma Ribeiro), Tio Dino (Dino Freitas), Tio Roma (Romeu Nunes). Tio Roma tinha muita presença de espírito: além de ser um grande contador de causos, ele não perdia uma oportunidade frente a qualquer situação inusitada para fazer algum comentário para a gente dar boas risadas. Não poderia esquecer o Cid, o Gariba (se chamar de Rajadão, ele fica possesso!) Em Lages conheci o professor Sérgio Sartori. Ganchos tem muitos contadores de casos, e entre eles tenho um grande amigo: Donizete, o Gambá. Na Enseada de Brito tem o Pedro da Lapa e o Dorinho.

Na ilha de Santa Catarina temos um bocado: o Arantinho, Bicaca, Néri- o pintor, Avelino – o manezinho cientista...etc...etc. (E cada um mais mentiroso que o outro!) E muitos que eu não conheci. Meu sogro, Agostinho Martins e meu irmão Márcio Rodrigues são contadores de casos a antes que eu me esqueça, até minha falecida avó contava casos, muitos impubescíveis (para não provocar briga na família..). Na Trindade havia o João Pio, São Juca da Oficina. Havia também o São Au-

rélío, pai do Dr. Auredil Rocha dos Santos, que apesar de ter nascido em Laguna, nunca mais arredou pé da ilha. Foram todos grandes contadores de casos. É preciso ressaltar que todos esses contadores de casos foram e são pessoas comuns, trabalhadores, donas de casa, agricultores, pescadores, etc”.

Rodrigo Filho nos relata muitos dos “casos” que durante anos recolheu no litoral, sendo que de acordo com este pesquisador alguns deles são baseados realmente em “casos” ocorridos. O primeiro “caso” descrito foi recolhido Rodrigo Filho na comunidade da Enseada de Brito/Palhoça:

A badalada:

A freguesia da Enseada de Brito distava uns nove quilômetros da Palhoça. Distava, pois que hoje, com a rodovia asfaltada, está a um pulo desta.

Defrontando com a Costeira do Ribeirão, na ilha de Santa Catarina, é uma grande bacia de águas tranqüilas, abrigo de embarcações quando rebojava o vento sul. Fica ao pé do morro dos Cavalos, sempre malquistado pelos viajantes de outrora ante as dificuldades para sua transposição: rampas fortes de outrora ante as dificuldades para a sua transposição: pampas fortes e o leito da estrada em péssimo estado. Quem demandava ao sul, quantas vezes teve aí o motor de seu fordeco fervendo com o esforço; havia que descer à uma grota e buscar fresca para o radiador.

Mas, se havia as agruras da estrada, a natureza recompensava o viandante com toda a maestria: do alto do morro se divisava os brancos cômodos da praia do Campo de Massiambu, o bordado verde da Serra do Tabuleiro, o espelho argênteo das águas do canal que separa a ilha do continente, e a tranqüila e pacata freguesia da Enseada de Brito.

Era um domingo. O povo acudiu à praça cercada de altivas palmeiras, defronte à igreja em término de construção, sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário. Em frente à igreja, dois cavaletes sustentavam o grande sino de bronze, vindo da capital recentemente. As pessoas se acotovelavam na praça. Até Domingos Caetano, que ainda uma semana antes da festa gramava espichado na cama por conta da maleita, e ali estava, peruando de grupo em grupo, explicando o procedimento para badalar o sino. Faltara dinheiro para terminar a igreja (só o suficiente para as telhas e a torre do sino que ali já estava e bem merecia o seu pedestal), e, o vigário confiante na boa-vontade da gente do lugar e na interveniência do Espírito Santo que numa hora dessas não deixaria na mão um pastor do Senhor, estabeleceu a venda de badaladas; levantaria assim o dinheiro que faltava para o término das obras. Uns bons quinhentos mil réis seriam o suficiente para concluir o Templo Sagrado. Deve-se ressaltar que o bom reverendo não foi original; duma feita, em 1885, teve lugar na Plahoça, a “Festa do Sono”, ante a necessidade de paramentar a igreja daquela cidade com os santos, anjos e arcanjos, e, dado o sucesso da empreitada, a arrecadação fora suficiente inclusive para construir uma casa para o padre.

Voltemos à Enseada de Brito. Primeiro, badalariam as senhoras. Depois, os homens. Por derradeiro, seriam as senhoritas casadoiras. O dinheiro seria depositado numa salva colocada ao lado do sino. Assim foi...Todos queriam observar se o sino tinha voz grossa ou voz fina...

Mas...era tanto povo a badalar nenhum cristão se preocupou em verificar o gancho que sustentava o badalo sob o sino. Os mais impetuosos e fervorosos fiéis badalavam com toda a força de sua fé (cada badalada custava quinhentos réis), na alegria de contribuir para o término das obras da Casa do Pai Celeste, e o gancho ia cedendo e esgaçando e cedendo, bem devagarinho...

Caetana segurou a ponta da corda oferecida por Bertoldo, seu namorado. Fez uma prece para Nossa Senhora outra bem depressa para Santo Antônio, por garantia, com objetivos casamenteiros, reuniu todas as suas forças e deu um sacanão.

Que desgraceira!



Liberto do gancho esgaçado, o estepô do badalo deitou a Caetana na escadaria da igreja com o nariz achatado, sangrando bastante e, alguns dentes a menos, para escárnio de Bertoldo que ria de ter dor de barriga.

Alguns homens, que conseguiram manter-se sérios, juntaram a Caetana e a levaram para a Casa do Divino.

Se a Caetana um dia se casou, nunca se soube. Pelo menos com Bertoldo Manoel Rodrigues, meu avó, é que não foi...”

O segundo “caso” foi recolhido no município de Sombrio:

Conto de assombração:

“Meu pai contava que em uma casa aqui no campo havia assombração. As panelas caíam, as portas batiam, e as pessoas não podiam dormir. Aí se espalhou um boato que o dono da casa pagaria a quem descobrisse esse mistério. Um dia o dono da casa estava na roça e apareceu um senhor que pedia informações onde morava fulano de tal. Aí o homem disse: sou eu mesmo. Aí o senhor falou: eu soube do mistério que aparecera em sua casa e vim para descobrir. O senhor compre 1 quilo de trigo e coloque no quarto que eu vou dormir, porque eu vou chegar como um andante, que peço-lhe um pouso. Mas quando eu for dormir, que eu gritar, o senhor me atenda porque ele é capaz de judiar muito. À tardinha, aquele senhor chegou e pediu um pouco. Logo o dono da casa mandou entrar, deu-lhe janta e logo depois foram deitar. E nesta mesma casa morava um solteirão muito inteligente, que era amigo da família, professor dos filhos. Pois bem, passando uns 10 minutos, o andante pediu socorro. O dono da casa acendeu a pixirica de querosene e foi logo socorrer. O andante tinha polvilhado o assoalho do quarto com o trigo, e o misterioso entrou e deixou rastros. Então ele falou ao dono da casa: o ministério está dentro de sua própria casa. Eu quero que o senhor me acompanhe até o quarto. O dono da casa levou-o e chegando em um dos quartos destapou os pés cheios de trigo. E assim foi desvendado o mistério”. (Ivone – Sombrio)

Durante a nossa pesquisa no município de São José, foi nos relatado uma série de pequenos “casos”, que passamos a descrever:

“Nasceu uma criança na vizinhança. Minha mãe e a mãe da criança nos disseram que a criança tinha nascido do repolho. Eu, então com oito anos, corri para o quintal da minha mãe para ver no mínimo um repolho danificado. Maior decepção. Todos estavam lindos e grandes como realmente eram.” (Dalva Venier Zytwuewiz, 45 anos – Serraria)

“Havia uma mulher que todos diziam que era bruxa. Ela saía todas as noites por volta da meia-noite e sentava numa pedra após a bruxaria. O marido foi até a pedra em que ela costumava sentar-se, esquentou-a bem e aguardou a chegada da mulher. A mulher queimou-se e arrependeu-se das bruxarias que fez.” (Cecília Damásio Cúrcio, 68 anos- Serraria)

“Um homem ia a cavalo por uma estrada de barro à noite. Parou em um bar e, conversando com amigos, falou que não acreditava em bruxas. Na volta para casa o cavalo assustou-se e ele caiu no chão; quando levantou, deparou-se com sete mulheres que lhe disseram:

-Você não acredita em bruxa, nem feiticeira. Aqui sete bruxas, todas solteiras.”(Osni Pereira, 74 anos-Barreiros)

“Ao escutar um barulho na porta, a mãe foi ver o que era e encontrou o filho caído. No outro dia pela manhã o rapaz contou que quando ia para casa estava acompanhado por um pequeno cachorro branco, e que de repente tornou-se preto e enorme, e ao seu lado havia uma mulher de branco. A cada olhada da mulher, da boca do cachorro saíam labaredas de fogo.” (Aldo Duarte, 58 anos- Areias)

“Isaura tinha dois tios, Otávio e Peixoto. Naquele tempo eles tinham medo de assombrações. Um foi levar o outro em casa. Quando chegavam na casa de Otávio, o mesmo tinha que levar o Peixoto em casa, e vice-versa. E assim ficaram até pela manhã.” (Isaura Verônica da Costa, 63 anos-Serraria).``

### **4.8.3 Religiosidade**

Ao se conviver com as comunidades do litoral catarinense de base açoriana, percebe-se uma religiosidade muito forte presente no seu dia-a-dia. A sua maneira de ver a vida, com uma mentalidade pré-capitalista, onde as dificuldades e obstáculos surgidos são enfrentados com muita fé em Deus, num quase predeterminismo de suas vidas, os torna presa fácil dos que, percebendo esta grandeza de alma, os exploram em nome da fé. As manifestações tradicionais da fé encontram campo fértil para se expressar: os cultos aos santos, através de oferendas, pagamentos, promessas, procissões e cantorias; a devoção aos mortos através do luto e coberta d`alma são expressões vivas de fé e crença nos valores espirituais.

Referímo-nos as tradições religiosas perpassadas ao longo de gerações pela igreja Católica Apostólica Romana, símbolo maior da religiosidade deste povo. A Igreja Católica Romana encontrou condições favoráveis à consolidação de seus valores morais-culturais entre os habitantes dos Açores; favorecida que foi pela política portuguesa e pelas condições adversas existentes nas ilhas.

Neste fértil mundo, multiplicaram-se as capelas e igrejas, em homenagem aos santos que cultuavam. Multiplicaram-se, também, as oferendas, procissões e orações, na proporção direta das dificuldades enfrentadas, e com elas, o sentimento de fé e misticismo.

Do povoamento inicial dos Açores, ano de 1439 para alguns autores, até a transferência dos casais açorianos para Santa Catarina, (1748-56), haviam transcorridos 300 anos! Neste meio tempo os açorianos forjavam sua cultura, tornando-a peculiar no império português.

A Igreja Católica Romana, presença forte em todas as ilhas do arquipélago açoriano, teve influência decisiva na maneira de ser desse povo, possibilitando a que os descendentes de

açorianos, espalhados por diversos pontos do globo, refletissem ao longo dos tempos este sentimento que chamamos de Açorianidade.

Em Santa Catarina, pelas peculiaridades do povoamento, os açorianos encontraram condições de erguer novos Açores, na individualidade das comunidades, reprisando características ilhoas, distintas, sem, no entanto diferir no aspecto global, naquilo que constitui a alma açoriana.

As comunidades erguidas no litoral catarinense por estes sonhadores atlânticos apresentam traços culturais, semelhantes aos encontrados nas comunidades dos Açores de onde procederam, que vão muito além da presença arquitetônica. Refletem a alma do açoriano, tanto na religiosidade, quanto nos hábitos e costumes, respeitando as características regionais.

Os nomes dos santos padroeiros das paróquias e capelas, bem como de lugares e objetos, trazem semelhanças bastante acentuadas. Repete-se no litoral catarinense nomes de santos referenciais nos Açores: Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, São José, São João Batista, Santa Beatriz, Santo Antônio, Espírito Santo e outros. Os nomes de lugares como Vila Nova, Cedros, Galhetas, também relembram os Açores.

As crenças, os mitos, os misticismos trazidos pelos açorianos, somados a outras que já existiam no Brasil meridional, estimularam a imaginação popular, despertando medos e receios, enfrentados com orações, e muita fé. Em consequência desta diversidade de crenças, tem importância para o povo, tanto a figura do padre, como a da benzedeira, cada qual desempenhando o seu papel.

A Igreja Católica, senhora absoluta das relações sócio-culturais-religiosas, principalmente nas pequenas comunidade ruais brasileiras, ao longo dos séculos XVIII e XIX, soube utilizar bem a alma açoriana. O religioso e o profano se cruzavam, em alguns casos se fundiam, para formar um conjunto sociocultural harmônico em torno da Igreja.

As festas religiosas representavam momentos de confraternizações e negócios nas comunidades, em clima de cordialidade e muita fé.

De acordo com o santo de devoção e as graças recebidas ao longo do ano, variavam as manifestações individuais de fé.

As condições geoclimáticas favoráveis, associado à abundância de alimentos, pois raramente ocorriam catástrofes que provocassem a miséria generalizada, possibilitou aos açorianos fixados no litoral catarinense uma vida tranqüila, sem ambicionar grandes fortunas, buscando apenas o suficiente para viver de forma simples e feliz.

As adversidades da vida eram enfrentadas com fé e conformismo, buscando em Deus o conforto, quando do sofrimento, cujos agradecimentos se faziam através de manifestações de fé junto à igreja.

A devoção a alguns santos fez com que as festas em homenagem a estes fossem verdadeiras concentrações humanas. Recebe as comunidades, quando dos eventos, um volume de fiéis, em alguns, superior à própria população local.

As festas do Senhor dos Passos e Espírito Santo criaram no litoral catarinenses fortes tradições.

O pagamento de promessas por graças alcançadas, em espécies, vestindo-se com trajes especiais, ou mesmo transportando objetos durante as procissões, transformaram-se em símbolo de fé e devoção, sendo praticadas com naturalidade, ainda nos dias atuais em nossas comunidades.

As transformações socioeconômicas processadas, que possibilitaram um maior conforto à população, pouco modificou este sentimento profundo de fé, expressão maior da cultura do povo açoriano. Tanto não o fez que tais manifestações são vistas como sobrevivências culturais seculares.

#### *4.8.3.1 Pagamento de Promessas*

As promessas são compromissos assumidos pelos fiéis, em troca de alguma graça recebida. São pagas em nome de quem foi favorecido. Diversos tipos de promessas são praticadas nas comunidades do litoral, destacando-se: mesa dos inocentes, massas para arremates, vestir-se com roupas especiais, ou carregar objetos durante as procissões, etc.

A Mesa dos inocentes, de acordo com Farias (2000, p.264) faz quando é preciso alcançar uma graça. A criança deve ter até 7 anos. É uma promessa que consiste em reunir os inocentes para uma mesa, onde são servidos doces, bolos e guloseimas. A mesa é feita com 12 crianças de idade inferior a 7 anos.

“A promessa é feita durante o ano todo. A pessoa fez a promessa porque sua neta estava muito doente e os médicos diziam que era meningite. Com a esperança em alcançar ajuda divina através da alma pura das crianças.” (Apolônia Neis Dutra – Santa Tereza).

Ainda de acordo com Farias (2000, p. 265) quando alguém da comunidade tem um problema de saúde (braço quebrado ou dores no corpo), é feita uma massa, com o formato da parte doente do corpo. Essa massa é leiloada em novenas da Igreja. O dinheiro é doado para o Santo. O ganhador manda entregar a massa a alguém de quem goste, este por sua vez come a massa durante a festa.



**Foto 7** - Massas compradas no leilão como pagamento de Promessa  
São José – Maio de 2006 – foto do Autor

#### 4.8.3.2 *Cultos e festas aos Santos*

Os povos da costa catarinense têm as suas lendas ligadas ao mar – ao mar que lhes enche os dias de alegria e de beleza e que às vezes os cobre de luto e de pesares, ao mar que lhes dá sustento e é o abrigo donde emergem os seres imaginários que lhes povoam os temores. Também os santos têm a sua ligação com o homem do mar. São eles que, nos momentos de angústias, acodem os marinheiros e os pescadores, que ligam os seus nomes aventurados às coisas extraordinárias e inexplicáveis que por vezes sucedem<sup>541</sup>. Destacamos dentro desta realidade as festas de grande apelo popular, congregando quando de suas realizações, em determinados locais, milhares de pessoas são:

**Festa de Passos**<sup>542</sup>: as mais famosas e concorridas de Santa Catarina se realizam em Florianópolis e Imaruí. Nesta última comunidade, que possui uma população de mais ou menos 12.000 habitantes, chega a reunir 50.000 fiéis.

<sup>541</sup> SOARES, 2006 p:45.

<sup>542</sup> O Senhor dos Passos é uma imagem em tamanho natural existente na Igreja do Menino Deus, em Florianópolis, representando Jesus sob o madeiro, numa das quedas a caminho do Calvário. É uma imagem notável pela expressão de sofrimento e de fadiga, uma obra perfeita que, segundo a tradição, foi esculpida pelo baiano Chagas, o Cabra, que não deixou de si memória senão através de imagens que talhou com mão de mestre. Diz a

**Festa de Nossa Senhora dos Navegantes:** era a festa mais cultuada depois da do Espírito Santo, ao longo do litoral catarinense. Hoje ainda ocorre com força e muita devoção no município de Passo de Torres e de Navegantes, sendo retomada presentemente em outras comunidades, como São Francisco do Sul e no litoral frontal a Ilha de Santa Catarina.



**Foto 8 - Festa da Nossa Senhora dos navegantes – Comunidade de Serraria**  
Foto do Autor - 2007

**Festa de São Pedro:** chamado de padroeiro dos pescadores era muito comemorada nas comunidades pesqueiras. A principal festa em Porto Belo. Também está sendo retomada em várias comunidades do litoral.

**Festa de São Sebastião:** de grande devoção, ainda é praticada com fervor e romarias em Balneário Gaivota, Araranguá e Penha. Estas e outras festas mostram o espírito religioso-profano do homem do litoral catarinense.

#### 4.8.3.3 Coberta d'alma

Ritual funerário praticada por algumas comunidades do litoral de Santa Catarina é caracterizado pela personificação do morto por parente ou amigo, como processo de liberação da alma. Sobre este tema abordaremos de forma mais detalhada no capítulo quinto desta tese

---

tradição oral que a imagem do Senhor dos Passos não se destinava a Santa Catarina ,mas sim ao Rio Grande do Sul, em 1768.

“Enseada de Brito / Palhoça - SC – Um estudo etnográfico e etnohistórico de uma comunidade de cultura de base açoriana.

#### 4.8.3.4 Festas do Divino Espírito Santo



**Foto 9** – Corte Imperial na Festa do Divino Espírito Santo  
Paróquia de São José/SC – 2007 – foto do Autor

Um dos legados que produz uma memória às origens açoriana, no litoral Catarinense é a Festa do Divino Espírito Santo. No Capítulo quinto, trataremos da festa, de forma particular, apresentando detalhes da realização desta tradição na comunidade da Enseada de Brito. Neste capítulo, faremos uma exposição geral, focando aspectos históricos desde a origem até os nossos dias, e estabelecendo um paralelo com os Açores, demonstrando a dimensão desta rica manifestação de religiosidade que acontece em todo litoral.

A Festa tem origem em secular comemoração portuguesa que remota à idade Média, quando a rainha esposa de D. Diniz, rei de Portugal, fez promessa de festejar solenemente o Divino Espírito Santo, caso o rei e seu filho terminasse a guerra que entre si faziam.

Esta tradição se transplantou de Portugal para os Açores onde a festa abrange todo arquipélago. Acredita-se que se teria oficializado na Vila de Alenquer por um voto da mesma rainha Santa Izabel. Trazidas pelos primitivos povoadores do arquipélago, a partir de então as festas começaram a ser realizadas e se propagam às camadas populares, sempre revestidas por um intenso sentimento de religiosidade.

A primeira festa teria aparecido na ilha de Santa Maria, com a construção de uma “ermida de invocação”- os impérios marienses. Há referência ao “Império dos Nobres” em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, em 1492, enquanto que na Ilha de São Miguel, de acordo com os registros históricos, a comemoração teria se iniciado por volta de 1522, época que um terremoto destruiu Vila Franca do Campo. A população, abalada e fervorosa, passa a cultuar o Divino Espírito Santo, colocando as “coroas dos nobres” sobre estrados enfeitados. Conta a tradição que a “coroa dos nobres”ou coroa real do Divino Espírito Santo”era uma coroa idêntica à coroa portuguesa, cujo uso foi permitido por ocasião das festividades do Espírito Santo.

Uma revelação importante sobre a presença da “Pombinha do Espírito Santo”, nos faz o Antropólogo Nereu do Vale Pereira (1988, p. 34):

“O domingo da Pombinha é uma atração importante baseada no aparecimento milagroso de uma pombinha na igreja matriz de São Miguel, quando se celebrava a primeira coroação em Ponta Delgada. A pombinha passou a encimar as coroas e a ser bordada nas duas faces da bandeira”<sup>543</sup>.

No litoral brasileiro podemos encontrar o culto ao Divino Espírito Santo desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul, e em direção ao oeste do país podemos citar o interior de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e muitos outros lugares. Encontramos a festa do Divino Espírito Santo dos índios Karipuna no interior do Amapá, praticamente na divisa com a Guiana Francesa. A festa dos Karipunas, com nove dias de duração, preserva vários símbolos da festa do Divino Espírito Santo, como a bandeira, coroa novena em latim, foliões e recolha das esmolas.

Para nos referirmos a este culto no Estado de Santa Catarina, teríamos que voltar ao século XVIII, pois foi com a chegada dos primeiros açorianos ao Brasil meridional (1748/1756) que esta tradição começou a ser praticada aqui. É claro que durante este tempo todo sofreu influências de várias outras etnias que aqui se estabeleceram, incorporando novos elementos.

---

<sup>543</sup> Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Ano XXVI – Número 39-40 – Dezembro de 1988.



Mas podemos constatar que, apesar de tudo isto, permanece praticamente inalterada, preservando os símbolos, elementos e conceitos de culto ao Divino Espírito Santo desde quando instituída no século XIII. Poderíamos citar o padre Júlio da Rosa, um dos maiores especialistas em festas do Divino no arquipélago açoriano, que ao assistir à festa do Divino Espírito Santo, na freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha em Florianópolis afirmou “(...) isto é muito nosso, esta cantoria, este ritmo só faltava os “bodos” para ser uma festa nos Açores”.

Poderíamos começar por falar nos “bodos”. As festas ao Divino Espírito Santo tem sua essência na fraternidade e igualdade entre todos. E os “bodos” reproduzem exatamente isto. O “bodo” é a distribuição de comida.

Nas festas do Divino no arquipélago açoriano são distribuídos pão, carne e vinho para pessoas carentes. E todos os que forem participar da festa poderão comer a sopa do Divino Espírito Santo, a alcatra, o pão e beber o vinho, desta forma, nestes dias, todos comerão a mesma comida e estarão irmanados no espírito Santo da fraternidade e igualdade. Hoje nos Açores ainda se cultiva esta tradição, enquanto aqui em nosso Estado se perdeu totalmente.



**Foto 10** - Bodo do leite e do pão na festa do Divino Espírito Santo  
Ilha de São Miguel – Açores, Julho de 2007 – foto do Autor

Podemos ressaltar o empenho do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC -NEA, que em parceria com os festeiros da paróquia Bom Jesus de Nazaré, no município de Palhoça, este ano fez um trabalho com o propósito de resgatar esta tradição. Esperamos que nos próximos anos isto se concretize. Poderíamos dizer que estes “bodos” se perderam ao longo do tempo.

O passo inicial nesta direção foi dado quando o Estado, depois da proclamação da República deixou de manter a Igreja. A partir disto as festas religiosas teriam que dar lucros para

manterem a estrutura das paróquias. Hoje a festa religiosa que traz mais recursos para as paróquias é a festa do Divino Espírito Santo, justamente à qual as comunidades têm maior devoção e louvor. Encontramos paróquias que se mantêm o ano todo só com os recursos arrecadados numa única festa, a do Divino Espírito Santo.

As irmandades do Divino Espírito Santo, responsáveis há mais de cinco séculos pela organização das festas do Divino nos Açores, têm um poder muito grande e são muito respeitados pela igreja. As festas em louvor ao Espírito Santo permanecem praticamente inalteradas neste longo período, justamente pela resistência destas confrarias. Não foram poucas as vezes que se impuseram ao poder da Igreja para cultuar a sua devoção ao Espírito Santo.

Nos Açores as irmandades do Divino Espírito Santo são as únicas responsáveis por fazer acontecer as festas do Divino Espírito Santo. Em Portugal continental, com raras exceções, as festas do Divino Espírito Santo desapareceram justamente por inteligências da Igreja. Bem ao contrário disto ocorreu nos Açores, onde as irmandades do Divino Espírito Santo preservam o culto ao Espírito Santo, muitas vezes à margem da Igreja.

Aqui em nosso estado, as irmandades do Divino Espírito Santo, não tem esta expressão e força na organização das festas. Poderíamos citar apenas três irmandades em Santa Catarina que ainda resistem ao tempo e hoje em conjunto com a Igreja, organizam as festas: irmandade do Divino Espírito Santo, fundada em 1773 e até hoje responsável pela organização da festa da capela do Divino Espírito Santo de Florianópolis; a irmandade do Divino Espírito Santo de Santo Antônio de Lisboa, que tem como data de sua fundação o ano de 1927 (após a fusão de outras três irmandades).

Atualmente é responsável por fazer acontecer a festa em louvor ao Divino da paróquia de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antonio de Lisboa; a terceira é a irmandade do Divino Espírito Santo da paróquia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da ilha, que não tem uma data precisa de fundação, mas desde 1860 encontramos registros de seu funcionamento e organização das festas.

Tanto aqui como no arquipélago dos Açores até há bem pouco tempo as mulheres não podiam participar das irmandades. Hoje já foram reavaliadas estas proibições e tanto aqui como lá já se permite a participação de mulheres.

As outras várias dezenas de festas em louvor ao Divino Espírito Santo, nestes casos a comunidade, em conjunto com a Igreja, organiza e faz a festa acontecer.

De acordo com o estudioso Joi Cletson (1999, p.434) nas festas do Divino Espírito Santo sempre caminham juntos o sagrado e o profano. Os devotos do Divino pagam suas promessas, fazem oferendas, rezam e mostram a sua devoção a terceira pessoa da Santíssima Trinda-

de, mas também nunca esquecem de se divertir muito nas festas, onde sempre há danças, folguedos e muitas atrações. Nas festas do divino Espírito Santo em Santa Catarina as “folias do Divino” ou “cantorias do Divino” comandam o peditório, conduzem o cortejo, entram na igreja tocando e cantando, inclusive dão autorização para o senhor padre começar a santa missa e fazem também a coroação. Para nós as folias do Divino são peças fundamentais nas festas. Já nos Açores as folias não têm autorização para entrarem na igreja. Acompanham o cortejo só até a porta da igreja e ali mesmo esperam a sua saída.

Cletson (1999, p.435) traça um paralelo entre as festas nos Açores e as que acontecem no Brasil, e mostra a inclusão, ao longo dos tempos, de algumas imagens de santos no cortejo das festas do Divino Espírito Santo:

“Aqui na localidade de Santo Antonio de Lisboa é comum a padroeira da paróquia Nossa Senhora das Necessidades acompanhar os cortejos e às vezes até ser coroada. Nos Açores, outras imagens acompanham o cortejo das festas também, e é comum encontrarmos em outras festas religiosas os símbolos do Divino Espírito Santo (coroa, bandeira, etc.) acompanhando o cortejo. Podemos citar a festa de São Pedro, na freguesia de Lages do Pico, onde além do santo comemorando acompanham o cortejo todos os símbolos do Divino. E ao final do cortejo são oferecidas as massas de promessas que chamam de rosquilhas”.

Outro aspecto das festas do Divino Espírito Santo aqui no estado é que muitas acontecem fora do seu calendário original, que é no dia de Pentecostes, por conveniência das comunidades muito próximas ou simplesmente para fazer a festa junto com o padroeiro de sua paróquia. Poderíamos citar como exemplo a comunidade de Mirim, em Imbituba, um núcleo secundário da colonização açoriana, que realiza a sua festa no mês de novembro junto com a festa do seu padroeiro. Principalmente na ilha Terceira, nos Açores, onde são realizadas mais de cinquenta festas ao Divino Espírito Santo ao longo do ano e sempre em freguesias diferentes é comum fazer um arranjo nas datas para cada uma.



**Foto 11** - Momento da Coroação na Festa do Divino Espírito Santo na Ilha de São Miguel - Açores – Julho de 2007 – Foto do Autor

A coroa do Divino Espírito Santo, o símbolo mais imponente do culto ao Divino, é originalmente confeccionado em prata e com apenas quatro imperiais, pois as coroas do império português se caracterizam por ter apenas quatro imperiais. Mas tanto aqui como nos Açores encontramos coroas do Divino Espírito com cinco ou até com seis imperiais. As únicas duas localidades em Santa Catarina que ainda preservam as suas coroas originais com quatro imperiais são: Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da ilha e a igreja do Espírito Santo, em Florianópolis. Outra curiosidade sobre as coroas é que em nossas festas temos apenas uma coroa, com isso somente uma pessoa pode ser coroada a cada ano. Nos Açores já encontramos festas com até nove coroas e consequentemente nove pessoas podem ser coroadas em uma só festa.

Os impérios do Divino são os edifícios onde estão expostos à visitação e veneração a coroa imperial e outros símbolos do culto ao Divino Espírito Santo. Em nosso Estado se preservam apenas seis destas edificações, cinco na cidade de Florianópolis e uma em Garopaba. As mais originais e autênticas estão localizadas na freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da ilha, e na cidade de Garopaba. As outras quatro nas seguintes localidades: Trindade, Lagoa da Conceição, São João do Rio Vermelho e no Campeche. Em dezenas de outras localidades do litoral catarinense também existiam os impérios do Divino. Tiveram que pagar o preço alto pelo progresso e foram destruídos.

Nestes edifícios, o que mais os notabiliza em sua construção é seu formato cúbico, com três portas ou janelas em cada face. Nos Açores, apenas na ilha Terceira, temos mais de meia centena de impérios do Divino.

O mais antigo construído em alvenaria é o império do Outeiro (Angra do Heroísmo, 1670) e em cada império deste acontece uma festa em louvor ao Divino Espírito Santo.

O povo açoriano e seus descendentes espalhados pelo mundo têm uma profunda devoção ao ritual do culto ao Divino Espírito Santo. Mas não é fácil distinguir onde acaba a teologia e começa a tradição, pois nestas festas ao Divino a cultura popular atinge o seu expoente máximo, vivida de tal forma que ultrapassa os conceitos da teoria dos dogmas.

Em Santa Catarina esta devoção pode ser constatada em qualquer festa em louvor ao Divino Espírito Santo. Entre os fiéis há a crença que nos dias de festa quem tocar a bandeira ou beijar a pomba do Divino receberá uma graça do Espírito Santo. Nestes dias os devotos do Divino fazem questão de levar as massas de promessas para casa, muitos cortam pedaços das fitas da bandeira com simpatia para aliviá-los de qualquer mau futuro.

Nos Açores esta devoção na terceira pessoa da Santíssima Trindade também é extremamente forte. Para reafirmar isto usamos as palavras do senhor presidente da Região Autónoma dos Açores na conferência de abertura do Congresso Internacional das Festas do Divino Espírito Santo:

“Narrar a história do culto ao Divino Espírito Santo nos Açores, é narrar a história de um povo nas relações com Deus, com a terra e com ele próprio...nas ilhas é o Espírito Santo que marca o antes, o durante e o depois de cada ciclo das atividades populares e é a invocação do Senhor Espírito Santo que mais espontaneamente a-code à boca do nosso povo nos momentos de maior aflição”.

Com este breve relato procuramos estabelecer alguns paralelos entre o culto ao Divino Espírito Santo aqui e nos Açores e mostramos que a religiosidade é uma marca expressiva da cultura lusitana a qual o povo catarinense absorveu totalmente.

Penso ser importante deixar registrado trecho das cantorias do Divino Espírito Santo, que recolhemos durante o trabalho de campo:

#### **Os fólíões do Divino de Penha – Picucho Santos**

“Todo ano nesta festa tem uma apresentação  
Se fala em paz e amor, agradece o imperador.  
Por cumprir sua missão, mas hoje eu quero falar  
Vale a pena recordar os famosos foliões.

Nos 150 anos que temos de tradição  
Temos muitos imperadores, com grande satisfação,  
Mas devemos recordar destes homens foliões, pessoas com grande talento  
Tocando seus instrumentos, cumprindo sua missão.

Teve muitos foliões que cantaram com a bandeira  
 Com pessoas promesseiras de nossa religião  
 Em verdadeira missão até semanas inteiras  
 Mas nós vamos destacar aqueles de maior valor  
 Que serviram i imperial em sua coroação.

Conforme alguém me contou, um tal de João Cardoso.  
 Um violeiro famoso que existiu no passado  
 Foi um grande repentista  
 Era um verdadeiro artista, com seus versos improvisados.

O Nicolau do João Pedro, o homem que tinha dedo  
 Pra viola pontear, com seus versos de improviso  
 No momento mais preciso ele sabia rimar  
 Teve fama no passado, deixava o povo abismado, no seu jeito de cantar.

Tivemos em Santa Lúdia o grande Galdino Bento  
 Tocava três instrumentos, de violeiro a tamborista  
 Era um verdadeiro artista, homem de grande talento.

Também teve o Pedro Henrique, rebequista de primeira,  
 Foi um grande contra-voz, deixou saudades pra nós  
 Na folia da bandeira, passou uns tempos cantando  
 E depois abandonou, não pode continuar  
 Deixou outro em seu lugar, e nunca mais que cantou.

Também o Antonio Galdino na folia do Divino  
 Tocava o velho tambor, servia o imperador  
 E também os promesseiros cantavam até mês inteiro  
 Com carinho e muito amor.

O José Galdino Bento, família de folião,  
 Fez parte da tradição também tocando tambor  
 Servia o imperador em sua coroação.

João Batista de Souza, o nosso João Inácio  
 Com muito desembaraço foi um grande folião  
 Também foi imperador, sempre deu grande valor  
 Para a nossa tradição.

Tivemos o grande João Leite, este merece elogio,  
 Que há muito foi o maior, talvez fosse o melhor  
 Que em nossa terra existiu, era um grande violeiro  
 Sabia bem comandar na festa ou nas visitas  
 Com suas rimas bonitas fazia o povo chorar.

Também o Antonio Emílio, bastante ano cantou  
 Sempre tocando o tambor; entoava esta folia,  
 Com amor e alegria, servia o imperador.

O famoso Henrique Bento, tocava três instrumentos  
 Viola, rebeca e tambor, também foi um grande artista  
 Violeiro repentista, que muita falta deixou  
 Cantou até longa idade,  
 Deixando grande saudade para muito imperador.

Quem é que já esqueceu do nosso amigo Bileu  
 Que deixou muita saudade; a nossa comunidade  
 Um grande artista perdeu, também foi um folião  
 Eu cumpriu sua missão, depois desapareceu.

O nosso Chico Jacinto, quarenta anos cantou  
 Cantando este velho hino da folia do Divino, repicava o seu tambor  
 Cantou bastante pra nós, um peito de confiança,  
 Fica em nossa lembrança, a falta de sua voz.

Ulisses Bento e netos, bem poucas festas cantaram  
 E aqui se apresentaram servindo o imperador  
 Também merecem valor, em tudo que demonstraram.

Picucho Santos cantou, mas teve que abandonar  
 Não pôde continuar porque sua voz não deu  
 Mas o Divino atendeu, Zé Olavo apareceu  
 E ficou em seu Lugar.

Hoje tem quatro foliões, o Zé Olavo e o Jorge, o Marinho e o João  
 Vamos pedir pro Divino saúde e disposição  
 Pra estes foliões bastante tempo cantar  
 Mas se o Divino chamar um dos quatro para o além  
 Não deixe nós sem ninguém, mande um outro em seu lugar  
 Em nosso socorro venha porque nossa tradição  
 No município de Penha não pode se acabar<sup>544</sup>.

#### ***4.8.4 Mitos, lendas e superstições***

O imaginário do homem simples da costa catarinense, enriquecido pelos por uma visão de mundo marcada por superstições e medos do desconhecido, do inexplicável, repassado por seus antepassados, marcam a vida do povo litorâneo, dando uma riqueza cultural, no que tange aos mitos e lendas, e as muitas histórias sobre bruxas, lobisomem, sereia, boitatá, mula-sem-cabeça, alma penada ou aparições.

Muitas destas lendas têm origem nos Açores, verdadeira sobrevivência da Idade média. Outras foram incorporadas da população indígena da região, principalmente as que referem-se à flora e fauna da região, pois segundo suas crenças, tanto as plantas como os animais, os rios, os igarapés, os lagos, as cachoeiras e o mar, possuem os seus protetores que exigem respeito e inspiram temor.

Muitas destas lendas, encontram nas pessoas mais idosas, um espaço de crença, e conseqüentemente uma forma de manterem-se vivas. Dentre os mitos e as lendas mais conhecidas estão:

---

<sup>544</sup> Picucho Santos (falecido em 1995) foi um grande estudioso e praticante da cultura do povo açoriano do município de Penha. Sua filha Sarita nos colocou à disposição este rico material que publicamos na íntegra. 2006

#### 4.8.4.1 Lobisomem

A definição tradicional e folclórica de acordo com os estudos da Fundação Joaquim Nabuco:

“A lenda do lobisomem (meio homem, meio lobo), diz que um homem se transforma em um porco comum, de grande tamanho, e aparece sempre nos caminhos usados pelos habitantes da região, nos dias de lua cheia a partir da meia-noite, soltando uivos que apavoram as pessoas que ouvem. Algumas pessoas o ouvem como se fosse um animal comendo ou roendo ossos. Quando isso acontece ele está preparado para atacar com suas unhas enormes e brigar com as pessoas que aparecem na rua. Ele ataca também animais domésticos como cachorros, gatos, vacas, cavalos”<sup>545</sup>.

Já, durante as pesquisas foram muitas as variações que encontramos no tocante a forma e aos dias em que aparecem o lobisomem. Para a maioria dos pescadores o lobisomem é uma pessoa do “sexo masculino, o sétimo filho ou o mais novo, que poderia se transformar em porco, bezerro, cachorro, boi ou lobo que aparece de quinta para sexta-feira na lua cheia ou na época da quaresma, a partir da meia-noite”. Diz os pescadores que o lobisomem assustava e perseguia as pessoas.

No município de São José, recolhemos o seguinte depoimento:

“Um rapaz foi atacado pelo lobisomem. O rapaz cortou o lobisomem com um canivete, quebrando o encanto. O homem (lobisomem) foi descoberto e fingiu, felicidade por se livrar do feitiço. Agradeceu o rapaz e disse que o esperasse, que iria buscar um agrado para compensá-lo. O rapaz desconfiou, tirou a capa e o chapéu que estava usando, colocando-os num pai fincado no meio da estrada. O ex-lobisomem voltou com uma espingarda e atirou na capa, imaginando ser o rapaz (que observava escondido na mata). O rapaz fugiu e contou aos amigos quem era o lobisomem, que acabou indo embora do lugar.” (Antônio F. Machado, 75 anos – Bairro Potecas/SJ/SC).

No município de Itapema tivemos um outro relato, que passamos a descrever:

“O marido saiu de casa para dar uma volta. Demorou muito. Enquanto a esposa esperava, apareceu um porco enorme e perseguiu a mulher, arrancando-lhe um pedaço da saia. Com muito trabalho a mulher conseguiu livra-se do porco, aparecendo em seguida seu marido. No outro dia, quando acariciava seu marido, a mulher viu um pedaço da saia em meio ao dente do marido. Depois de descoberto, nunca mais o lobisomem se transforma. A história do lobisomem é uma crença passada de geração a geração que hoje infelizmente não é muito falada.” (Dorvalino Adrino – Alto São Bento)

<sup>545</sup> Fonte: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation>.



#### 4.8.4.2 Boitatá

Outra lenda que passeia no imaginário do povo do litoral catarinense e a do “Boitatá”, que também tem origem no mundo indígena que segundo a Fundação Joaquim Nabuco:

“É uma cobra de fogo *"boiguaçu"*, que aparece deslizando pelas matas, espalhando clarões na noite. Quando morre, espalha uma luz que tem na barriga pela escuridão da noite carregada pelo vento. Essa luz é proveniente dos olhos dos animais de que ela se alimenta principalmente dos gatos, que ela digere, mas conserva a luz. Às vezes o boitatá anda a pé, como um fantasma branco e transparente, de olhos grandes e furados, assustando animais e viajantes”<sup>546</sup>.

Esta lenda é encontrada no município de Itapema, onde recolhemos o seguinte caso: “Apareceu na praia uma tocha em forma de uma bola de fogo que vinha em direção do pescador que, ao perceber, se escondeu com medo.” Fato que aconteceu com o meu pai. (José Max Mafra – Ilhota – Itapema)

#### 4.8.4.3 Bruxas

No imaginário do nativo do litoral, as bruxas existem, de fato, e é confirmada pela crença popular. Diz o senhor José Max Mafra (72 anos), pescadores e morador do município de Ilhota:

“Há mulheres que têm a fama de serem bruxas, e até chupam o sangue das crianças, na noite alta, deixando-as anêmicas, ‘emplamadas’. Fazemos defumações em dias santificados para expulsa-las, queimam-se palhas bentas, rezam-se orações para que não se introduzam as bruxas nas casas”.

Já na comunidade de Meia Praia, em Itapema, recolhemos mo o seguinte depoimento do pescador João José Isidro: “Os mais antigos comentam que a mais nova das filhas de uma família que possuísse sete filhas mulheres seguidas seria bruxa, e esse encanto só seria quebrado se a filha mais velha batizasse a irmã mais nova”. No município de São José, Dona Olga de Souza (72 anos) comenta: “(...) que a bruxa transformava-se em borboleta e entrava pelo buraco da fechadura, e se apossava da criança, que passava a chorar muito e a não se

<sup>546</sup> Pesquisa realizada no site: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=308&textCode=855>. Em 20 de outubro de 2007

alimentar. Para a criança melhorar dava-se banho de ervas” (Dona Olga de Souza, 72 anos – Centro de São José.)

Outros dois casos recolhidos em São José:

“ À noite os cavalos relinchavam e ouviam-se muitas risadas. As bruxas montavam os cavalos, rindo e galopando, e pela manhã apareciam com crina e a cola trançada pelas bruxas” (Maria Fraga Amorim, 72 anos – Roçado – São José)

“Os mais antigos contavam que um menino de três meses, à noite, quando apagavam a luz do quarto, era atacado pelas bruxas. Ele chorava muito e gritava. Quando a Luz era acendida [acesa] parava de chorar. Fizeram rezas e remédios para a bruxa ir embora”(Leocádia Junckes Hoffmann, 65 anos – São Pedro de Alcântara)

No município de Sombrio, a pesquisadora e historiadora, Maria aparecida Battistela (2000, p. 245) nos repassou o seguinte caso, por ela recolhido no município:

“Em 1948, ganhou um avental da irmã xadrezinho. Num dia de muito vento, coloquei para enxugar. Ia visitar o irmão e antes de ir foi pegar as roupas e dobrar. O avental estava com uma trança muito bem feita. Ela não sabe fazer trança. Aconteceu em dois aventais e resolveu não usar mais. Pegou os dois aventais e queimou. Acredita que é brincadeira de bruxa. Seu marido não gostava que usasse avental. Ela é viúva.”(Maria Machado da Rosa – Sombrio/SC)

#### 4.8.4.4 *Superstições, crendices*

Muitas são as crendices encontradas no litoral de Santa Catarina que o povo cultivava a respeito da vida e da saúde. A mais difundida é, sem dúvida, a da existência de pessoas capazes de exercer influência sobre o destino das outras, com os olhos. São chamadas de “Mau olhados e quebrantos”

De acordo com Doralécio Soares (1995, p.:12) é “(...) o ‘mau olhado’, a mais disseminada das superstições populares, comum a todos os povos e, assim como a mais antiga também”.

Durante a investigação percebemos que o nativo acredita muito no “mau olhado” e que pode causar uma infinidade de males: das dificuldades financeiras às contradições amorosas; dos distúrbios de saúde à própria morte.

Para conjurá-lo, usam o povo, os amuletos; variáveis segundo os povos e as crenças individuais. Soares (1995, p. 13) apresenta os diversos tipos de amuletos:

“(...) Os falos, as pedras preciosas, os pés de coelho, dentes de animais, figas, etc..Em nosso meio, o amuleto mais empregado para evitar o mau olhado é, sem dúvida, a figa. Vários são os materiais empregados na fabricação das figas: os metais (ouro, prata, níquel), os ossos, o coral, as madeiras. As mais procuradas são as figas de guiné. Também usa o povo, para conjugar o olhado”, os breves. Os breves são saquinhos de pano de, mais ou menos, 3 centímetros de lado, por 3 de alto e 1 e 2 de espessura contendo, no seu interior, aquilo que é capaz de afastar a ‘fidusca’ – orações copiadas à tinta, com invocação de Deus, da Virgem e dos Santos; medidas de imagens de Santos milagrosos; relíquias; dentes de animais (de tigre, de jacaré), etc.”

Outra forma de superstição encontrada é o do “quebranto”, também relacionada aos olhos, ou ao “Mau olhado”. A diferença está que no “quebranto” o mal é lançado por quem possa querer bem à pessoa atingida. De acordo com informante da região praiana:

“uma criança muito apreciada pela sua vivacidade, pela sua beleza, pela sua meiguice, gabada ou apreciada, mesmo em silêncio pela que tenha a estranha “força”, pode vir a ficar com “quebranto”.  
Caracteriza-se o quebranto por um estado de mal indefinido, semimórbido, com perda de vivacidade, indiferença, moleza, sonolência, indisposição geral, torpor”.

#### ***4.8.5 Medicina popular praticada no litoral de Santa Catarina***

Igualmente ao que acontece em todo estado de Santa Catarina e também nos demais estados da federação brasileira a medicina popular é fortemente usada. Doralécio Soares (2006, p. 148) esclarece, “que a farmacopéia popular tem remédios e curas praticamente para tudo, resolvendo até nascimento de bebês e como sempre, é ligada a uma mistura de feitiçaria, benzeduras e charlatanismo”.

Oswaldo Cabral, em “A medicina caseira” (1952): “Cada um destes processos de cura existe isoladamente ao lado uns dos outros, em que os seus campos se confundam, mesmo quando quem os pratica os use paralelamente ou concomitantemente”. Completa Cabral: “um benzedor autêntico não usa processos secretos nem beberagens. Não acredita em outra virtude a não ser o poder das palavras que sabe pronunciar, invocando o nome do Senhor ou de um santo padroeiro contra a enfermidades”.

Já o historiador e folclorista Soares (2006, p. 149) ressalta: “Já o curandeiro não faz feitiços, não usa simpatias, não receita benzeduras, só pratica exclusivamente o seu *métier*,

como quer que lhe chame – erveiro, herbanário, entendido, raizeiro, da propícia, ministra, aconselha-remédios”.

Uma outra figura que aparece no campo da medicina popular do litoral, é o chamado “Charlatão”, é o tipo de benzedor, o curandeiro, mas inteiramente diverso. Não se preocupa com a cura do doente, sua função é convencer e explorar. Ele mesmo não acredita na eficácia do que apregoa, age com dolo. O benzedor acredita no efeito das benzeduras e o curandeiro no das garrafadas.

Mas Cabral (1952) entende que a medicina caseira é um processo usual e familiar de cura das doenças que não pode figurar em nenhuma destas chaves. Sua base se assenta no empirismo e na credence, sendo “um misto de curandeirismo familiar e de simpatias, de medicina científica e de magia”.

#### ***4.8.6 Arquitetura luso-brasileira no litoral de Santa Catarina***

A formação urbana da Ilha de Santa Catarina e do seu continente frontal, está muito ligado a sua posição estratégica, tanto no aspecto econômico, como da sua importância geopolítica. Tanto Santa Catarina como o arquipélago dos Açores, apresentavam na época da colonização do sul do Brasil, uma similaridade, no tocante as funções portuárias, de cunho estratégico e de apoio ao abastecimento das embarcações. Esta posição fazia da ilha um território cobido, levando a coroa portuguesa a tomar providencia, para sua proteção.

Daremos neste capítulo uma visão geral da formação arquitetônica do litoral catarinense e estabeleceremos uma rápida comparação com os Açores, imdepente de no capítulo quinto voltarmos ao assunto, sendo que lá trataremos de forma particular e especifica o desenho urbano da comunidade da Enseada de Brito.

##### ***4.8.6.1 Formação urbana***

A execução do plano estratégico defensivo, desenvolvido pelo engenheiro militar, brigadeiro José da Silva Paes no século XVIII, contemplava a criação de um sistema de fortificações<sup>547</sup>, acompanhado de outro sistema, composto por núcleos de assentamento.

Segundo Farias (1998, p. 243), estes núcleos estavam dispostos de forma triangular, distante 12 léguas entre si, envolvendo a costa oeste da ilha de Santa Catarina e o continente frontal,

---

<sup>547</sup> Questão estratégica e militar não será abordada, em vista da especificidade de seu estudo.

que são interligados pelas baías Norte e Sul. Assim, tendo N.S.<sup>a</sup> do Desterro como eixo vetor localizado na ilha, foram estabelecidas as freguesias de São José da Terra Firme (1750), fazendo-lhe um contraponto frontal, N.S.<sup>a</sup> do Rosário de Enseada de Brito (1750) ao sul, e São Miguel da Terra Firme (1752) ao norte, todas localizadas no Continente. Na parte insular localizava-se, ao norte, a freguesia de N.S.<sup>a</sup> das Necessidades e Santo Antônio (1750)<sup>548</sup> 7. Só posteriormente, em 1809, foi fundado o núcleo do Ribeirão da Ilha, localizado no sul da ilha de Santa Catarina<sup>549</sup>.

As únicas freguesias que se estabeleceram sem seguir este padrão foram N. S.<sup>a</sup> da Conceição da Lagoa (1750) e Santana da Vila Nova (1752), que tiveram como apoio inicial, respectivamente, as vilas de N. S.<sup>a</sup> do Desterro e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1714).<sup>550</sup> A importância dos engenheiros militares é ressaltada em vários estudos<sup>551</sup>, como sendo “os grandes autores da organização espacial colonial do Brasil.” (CRUZ. 1996, p. 33)

As semelhanças do suporte físico encontrado pelos imigrantes consistiam no relevo acidentado, com morros e lagoas, e uma vegetação abundante. Porém, o solo dos Açores se diferenciava por ser basáltico, de origem vulcânica, muito aflorado, predominando acentuadas escarpas, que restringem o acesso ao mar. Tal fato tem reflexos na paisagem natural e construída dos Açores, havendo a utilização da pedra, não só como elemento construtivo, mas também ornamental, a exemplo da ilha de São Miguel.

A paisagem natural da ilha catarinense é marcada por pequenas elevações – maciços rochosos de composição cristalina, que são os elementos divisores das diversas planícies sedimentares, de formação recente, que predominantemente são o suporte físico dos assentamentos iniciais.

A consolidação urbana inicial nos Açores ocorreu entre os séculos XVI e XVII, portanto, anterior à legislação ordenativa. Os assentamentos ocorreram do lado conhecido para o desconhecido, seguindo a lógica do período quatrocentista.

Maduro-Dias (1996, p. 35-36), analisando o caso de Angra do Heroísmo, que foi concebida em função das comunicações marítimas e do programa de descobrimentos, informa que a primeira fase de seu povoamento, ocorrida ainda no século XV, apresenta características medievais, com a estrutura urbana seguindo a topografia, sem desenho regulador. Porém, como

<sup>548</sup> Hoje denominadas de São José, Enseada de Brito, São Miguel e Santo Antonio de Lisboa, respectivamente.

<sup>549</sup> CABRAL (1970, p.73) comenta que casais açorianos se instalaram no Ribeirão depois de 1748, tendo sido obtida, em 1763, uma provisão episcopal para instalação de uma capela de N. S.<sup>a</sup> da Lapa. PEREIRA (1990, p.21) informa que tal capela estaria situada no local hoje conhecido como Barro Vermelho, que fica ao norte do local da atual igreja N. S.<sup>a</sup> da Lapa do Ribeirão, localizada no núcleo histórico.

<sup>550</sup> Laguna também tem sua origem na colonização bandeirante

<sup>551</sup> Conforme os trabalhos de Walter Piazza e Dalmo Vieira Filho, em bibliografia citada

consequência do intenso desenvolvimento do processo comercial, que acelera a urbanização das áreas desocupadas, a segunda fase já acontece através da malha reticulada, influência renascentista de uniformização estética e disciplina racional do espaço. A cidade então é estruturada para atender sua função principal, ou seja, o apoio ao porto. Até o final do século XVI, a cidade de Angra apresenta executada sua estrutura básica principal.

Este processo apresenta um paralelo com o que ocorre no Brasil oitocentista, já sob influência do movimento barroco, pois ambos atendem a uma preocupação estratégica portuguesa, que resultou em medidas que visavam ao planejamento do território.

A ocupação urbana da ilha de Santa Catarina foi regulada através da Provisão Régia portuguesa de 1747,<sup>552</sup> porém faz parte de um plano maior de ocupação do interior brasileiro, definido pela Coroa portuguesa a partir do início do século XVIII, que, segundo Delson (1979. p. 4), objetivava um sistema racional de distribuição de terras, combinado com a construção supervisionada de vilas, evitando, assim, o crescimento independente e descontrolado de povoações, que vinha sendo estimulado em vista da descoberta do ouro no final do século anterior.

O conceito geral destes plano urbanos determinava ruas retilíneas, praças e uniformidades de elementos arquitetônicos. Segundo as premissas barrocas, as ruas deixam de ser só funcionais, para se tornar eixo de perspectiva e elemento decorativo nas cidades. E a praça, que é elemento morfológico presente no Renascimento, torna-se elemento indispensável do desenho urbano a partir do século XVIII, deixando de ser resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados, distinguindo-se pela organização espacial e intencionalidade de desenho. É onde se concentram os principais edifícios e monumentos, local público do encontro e dos acontecimentos.

Na ilha de Santa Catarina, aproveitando o assentamento bandeirante inicial, cujo elemento agregador era uma capela com largo fronteiroço,<sup>553</sup> a ocupação no Centro Histórico da antiga Desterro, atual Florianópolis, parte de uma praça central, hoje denominada XV de Novembro, que se abria para o porto e congregava todas as principais edificações.

Esta situação difere da que ocorre em Angra, onde o porto se abre para o pátio da Alfândega, de dimensões mais modernas, a partir do qual a Rua Direita conduz à Praça Velha, que

---

<sup>552</sup> A provisão Régia de 09/08/1747, do Rei de Portugal, D. João V, para a acomodação dos povoadores mandava reservar “para assento e logradouro público... meia légua em quadro”, ou seja, o rocio com 6.600m<sup>2</sup> e “no sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face (110m), e em um dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de 40 palmos (8,80m), e por elas e nos lados da praça se porão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras e para trás lugar suficiente e repartido para quintais atendendo assim ao cômodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro.” (CABRAL, 1979, p.29)

<sup>553</sup> A capela havia sido construída pelo bandeirante Francisco Dias Velho, no local da atual catedral metropolitana

não se situa junto ao mar. Nesta praça se situa o *Paço do Concelho*, estrutura religiosa, a Sé Catedral, erguida sobre uma igreja gótica do século XV.

Formalmente, a Praça XV de Novembro se apresenta quadrangular, afunilada em direção ao mar, a partir da qual o traçado urbano forma um reticulado, acompanhando a sua orla. Conferindo monumentalidade ao conjunto, a igreja matriz, atual catedral metropolitana, se situa em sua cabeceira mais elevada, oposta à face que hoje esta aberta para o mar. Em suas demais faces a praça concentra edificações do poder oficial, ou seja, o Palácio do Governo e a Câmara Municipal.

Já em outras comunidades da ilha encontramos uma forma mais retangular e apresentando a igreja em sua face mais estreita, frequentemente voltada ao mar.<sup>554</sup>

Há, no entanto, também a existência de espaços não planejados que possibilitam a formação de largos, ou seja, espaços vazios que se formaram naturalmente na estrutura urbana, atendendo à função de reunião social. Trata-se dos adros ou largos das igrejas<sup>555</sup>. Há também a formação de largos ou outros espaços públicos que vão polarizando funções comerciais.<sup>556</sup>

#### 4.8.6.2 Arquitetura oficial e nacional

A importância estratégica do arquipélago e a conseqüente diversidade de influências a que esteve exposto, se reflete na arquitetura, cujos elementos construtivos presentes no meio urbano são mais elaborados e eruditos, havendo maior atenção na composição estética das edificações. Há a presença marcante da monumentalidade, presente nas igrejas, palácios e solares, expressas nas dimensões das edificações e na profusão de ornamentos, requadros e guarnições trabalhadas, guarda-copos e sacadas, além de presença de azulejaria e do uso abundante de cantaria<sup>557</sup>, bem como de elementos em ferro.

A paisagem construída dos Açores apresenta, no entanto, um outro aspecto, mais rural presente nas pequenas aglomerações disseminadas pela ilhas, cada qual com características peculiares. Uma situação específica se apresenta em Angra do Heroísmo, cuja arquitetura a-

<sup>554</sup> Exemplos situados na ilha são as praças de Santo Antonio, a do Ribeirão da Ilha, a de São João Batista do Rio Vermelho e a de São Sebastião da Praia de Fora. Todas estas praças localizam-se junto à orla, com exceção da praça do Rio Vermelho, cuja igreja também não está voltada para o mar.

<sup>555</sup> Exemplos desses largos são o da igreja N.S.<sup>a</sup> da Conceição e capela S. Sebastião do Campeche. A capela do Menino Deus, do Hospital de Caridade, e a Igreja N. S.<sup>a</sup> do Rosário e São Benedito possuíam adros fronteiros.

<sup>556</sup> O espaço público do Mercado Municipal se constituía em um problema, motivo pelo qual sofreu algumas transferências. Cada período apresentou sua peculiaridade. Um desses espaços vinculados ao comércio são os largos que ladeiam o prédio da Alfândega.

<sup>557</sup> Há o uso da ornamentação em pedra basáltica, sobretudo em São Miguel, que, pela cor escura, cria um contraste com a alvenaria branca das paredes

presenta semelhanças com o partido arquitetônico colonial brasileiro, da qual a tipologia arquitetônica presente na ilha de Santa Catarina é parte integrante.

Ou seja, a arquitetura da ilha catarinense não difere daquela encontrada ao longo do litoral brasileiro, pois a ênfase na uniformidade é um aspecto da nova construção de vilas no Brasil setecentista, marcado pela influência barroca, onde o traçado urbano é delimitado pelas fachadas que adquirem intensidade estética e unidade na composição, mantida constante ao longo dos séculos<sup>558</sup>. Fazem parte dessa tipologia edificações caiadas de branco, de um a dois pavimentos, cujos telhados, com telhas capa e canal, apresentam o caimento atenuado por galbos; a sua interligação com as fachadas através da beira-seveira ou cimalhas; as fachadas, predominantemente em um só plano, compostas por cunhais e embasamentos; os vão ritmados, com molduramento em madeira, e posteriormente requadrados em massa, obrigando esquadrias que apresentam duas folhas, as quais estão sobrepostas às guilhotinas.

A distância da ilha catarinense dos centros de decisão, aliado ao fato de ter sido ocupada por povoadores oriundos do meio rural, contribuiu para uma arquitetura mais singela, cujos requadros são simplificados, as fachadas menos ornamentadas, havendo raros exemplos de cantaria<sup>559</sup> e azulejos<sup>560</sup>.

Até o momento não há referência de que tenha havido na ilha de Santa Catarina uma tipologia residencial conforme análise trazida por Martins (1983, p. 28) referente ao período de povoamento dos Açores. Porém, em uma das mais antigas edificações que ainda existem na ilha<sup>561</sup>, há a presença de dois nichos na alvenaria localizados no cômodo da cozinha, que poderia ser comparado às “copeiras” existentes no “cômodo do meio”, existentes, sobretudo na ilha Terceira, conforme relato do pesquisador.

Um elemento muito presente na paisagem açoriana, a chaminé, está ausente na paisagem da ilha catarinense<sup>562</sup>. Na ilha catarinense, o fogão frequentemente está incorporado à edificação principal, localizado no “puxado”, agregado ao fundo da mesma.

<sup>558</sup> BARRETO (1975, p. 195) cita a carta régia de 19/06/1761 que ordenava ao governador do Piauí que os terrenos das vilas poderiam ser cedidos gratuitamente desde que “as ditas casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as focas cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve a mesma formosura nas vilas, e nas ruas delas a mesma largura, que se lhes assinar nas fundações...”

<sup>559</sup> As portadas da antiga igreja matriz, atual catedral metropolitana, e da Câmara de Vereadores apresentam cantaria. Há também um sobrado localizado na subida para o Hospital de Caridade, com cantaria em pedra.

<sup>560</sup> Há um exemplo de fachada com azulejos localizado na Praça XV de Novembro, e outra, localizada na Rua Conselheiro Mafra e presente apenas no pavimento superior.

<sup>561</sup> Trata-se da Casa do Vigário, localizada junta à igreja N. S.<sup>a</sup> da Conceição, cuja construção possivelmente é anterior a do monumento que data de 1750.

<sup>562</sup> Tal fato já é citado no estudo de FERNANDES e JANEIRO (1987, p.69), e também é relatado como inexistente no Rio Grande do Sul, conforme CRUZ (1996, p.48).



Em pesquisa recentemente desenvolvida<sup>563</sup>, foi evidenciado um antigo piso de chão batido e de uma estrutura anterior a do atual sobrado oitocentista, que possivelmente seria térrea. Conforme Comerlato (1999, p. 4-7), juntamente com a tralha doméstica, foi encontrada a evidência de uma cavidade que possivelmente estaria relacionada à estrutura do fogão, em vista da camada de fragmentos de ossos de mamíferos e peixes, vários tipos de cerâmica e uma concentração de carvão, com manchas brancas de cal (a cal ainda hoje é usada para higienizar e tirar o mau cheiro em casas sem assoalho). Provavelmente tratava-se de uma estrutura de alvenaria, construída diretamente no solo, sobre a qual poderia haver uma chapa de ferro. O forno estava atrás do fogão em formato de calota, tendo supostamente uma chaminé ao fundo. Havia ainda uma vala, frontal, possível local de estocagem e secagem da lenha. As evidências de estruturas parietais e escavações subseqüentes indicavam também que a área do fogão ficaria no interior do cômodo, porém próximo ao exterior, provavelmente o quintal da residência.

Tanto na ilha de Santa Catarina, quanto no arquipélago dos Açores, há o reencontro da cor amarelo-ocre, utilizada nos cunhais e requadros em massa. Os requadros na cor cinza, também presentes nos Açores, têm se mostrado mais recentes<sup>564</sup>, sendo que o azul parece ter caído em desuso na ilha catarinense. Quanto às esquadrias, predominam na ilha de Santa Catarina as cores verde, azul e *bordeaux*. Há também a presença do ocre, utilizado como fundo da parede, valorizando os ornamentos, de cor branca<sup>565</sup>. Não há a utilização da alvenaria de pedra, não-rebocada.

A dificuldade de obtenção dos materiais construtivos, bem como a tecnologia então existente, também restringiu as possibilidades construtivas, que ficaram sujeitas aos materiais e técnicas disponíveis na região.

Com o desenvolvimento, a área central de Florianópolis foi sendo objeto de transformações, que alteraram, sobretudo a arquitetura da paisagem construída, objeto de influências diferenciadas. Resultou na perda considerável de seu rico acervo construído, somente minorado através da sua proteção por legislação específica, a partir da década de 80.

Este fato não ocorreu nas freguesias e áreas rurais, cujo semi-isolamento, em vista das dificuldades de transporte, perdurou até o início da década de 70, e contribuiu para a preservação da arquitetura, de característica luso-brasileira, e deu seu espaço construído<sup>566</sup>. Este fato

---

<sup>563</sup> Prospecção arqueológica em bem tombado pelo município de Florianópolis, localizado na Praça XV de Novembro. Pesquisa realizada em julho de 1999, por ocasião das obras de restauro, pela arqueóloga Fabiana Comerlato, atendendo indicação do SEPHAN/IPUF.

<sup>564</sup> Conforme prospecções realizadas pelo IPUF.

<sup>565</sup> Esta paleta de cores é encontrada também na arquitetura religiosa.

<sup>566</sup> Trata-se em especial dos núcleos urbanos de Santo Antônio de Lisboa, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Costa da Lagoa

auxiliou na manutenção das demais expressões culturais de base açoriana na ilha de Santa Catarina.

Também nos Açores, com o declínio da sua importância marítima, ocorrido há mais de um século, foi possível a preservação das características da estrutura urbana e do conjunto homogêneo de edifícios.

#### *4.8.6.3 Igrejas e teatros do Divino*

O poder religioso em Portugal estava vinculado ao Rei, Chefe de Estado. A ilha Terceira, especificamente, foi doada ao Infante Dom Henrique, que era o prior da Ordem Terceira de Cristo, razão pela qual toda a estrutura religiosa localizava-se nesta ilha, onde a festa do Divino sempre teve uma grande importância.

A presença da arquitetura religiosa é marcante na paisagem, tanto urbana, quanto rural dos Açores. Os monumentos religiosos começam a ser construídos a partir do século XV, apresentando uma tipologia arquitetônica mais elaborada, de maior dimensão, subdivididas em igrejas, capelas, ermidas e oratórios. Apresentavam localização variada, segundo as ordens às quais pertenciam.

Seguindo o rigor medieval, do respeito por Jerusalém, inicialmente as igrejas eram construídas com o altar-mor localizado para o Oriente, e só no Renascimento as igrejas passam a orientar-se de acordo com os arruamentos, procurando sempre a melhor implantação<sup>567</sup>.

No Brasil colonial, as igrejas eram o principal fator de agregação e desenvolvimento dos pequenos assentamentos. Muito antes da elevação à categoria de vila, quando tornavam-se partícipes da organização do Estado, os núcleos de ocupação contavam com o poder religioso como norteador, determinador e regulador de seu espaço urbano emergente. Geralmente localizavam-se destacadas no espaço urbano, seja nas cabeceiras de praças ou à meia encosta de morros<sup>568</sup>.

A igreja da ilha de Santa Catarina foram construídas a partir do século XVIII. Apresentam linhas singelas, lembrando ermidas dos Açores. Trata-se de igrejas de nave única e capela-mor, junto à qual localizam-se as sacristias, e, às vezes, o consistório. Algumas apresentam também capelas laterais<sup>569</sup>. As fachadas frontais apresentam uma portada principal e óculo,

<sup>567</sup> MADURO-DIAS, 1996, p. 36.

<sup>568</sup> 26 Tanto a igreja N. S.<sup>a</sup> da Conceição, na Lagoa (1750), como a capela de N.S.<sup>a</sup> dos Passos e do Menino Deus, do Hospital de Caridade, (séc XVIII) localizam-se em encostas.

<sup>569</sup> A exemplo da catedral metropolitana, a capela de N.S. dos Passos e Menino Deus e a igreja N.S.<sup>a</sup> das Necessidades

encimados pelo frontão. Descentralizando a composição, lateralmente há a presença de uma torre sineira. As igrejas tinham frequentemente o seu espaço delimitado através de muros, por vezes rendilhado<sup>570</sup>, apresentando ainda cemitérios.

Vieira Filho (s./d. p. 66-68)<sup>571</sup> relaciona a simplicidade formal e uniformidade dessas igrejas à pobreza do local e sua distância aos centros mais abastados. Considera, ainda, como fator complementar, a contribuição dos engenheiros militares, que adotaram como norma o racionalismo clássico ligado ao maneirismo quinhentista das primeiras igrejas brasileiras.

O projeto para a igreja matriz do Desterro, hoje catedral metropolitana, é de autoria do brigadeiro Silva Paes. Este partido foi modelar para as demais igrejas na ilha, perdurando até o início do século XX<sup>572</sup>.

A partir deste século algumas igrejas recebem novas incorporações, através da inserção de torres centrais nas suas fachadas, influência da imigração germânica e italiana para o interior do Estado, na segunda metade do século XIX<sup>573</sup>.

Os cruzeiros, muito presentes na ilha de Santa Catarina, representavam o símbolo do poder no povoamento dos portugueses em novas terras, aparecendo próximo as igrejas e em locais de grande confluência.

Os “teatros”<sup>574</sup> ou “impérios”<sup>575</sup> são pequenas construções isoladas ou anexas à igreja, utilizadas por ocasião dos festejos do Divino Espírito Santo, que são uma das mais significativas manifestações culturais trazidas pela colonização açoriana<sup>576</sup>.

Nos Açores a festa do Divino é pagã, ou seja, acontece dissociada da Igreja, proliferando de acordo com o interesse das comunidades. Assim, os teatros do Divino e impérios localizam-se disseminados no espaço urbano. Os impérios no século XIX eram frequentemente levanta-

<sup>570</sup> A igreja N.S.<sup>a</sup> das Necessidades (Sto. Antonio) e N.S.<sup>a</sup> da Lapa (Ribeirão) matem o cemitério. As igrejas da Lagoa e de Sto. Antônio apresentam muros com um delicado trabalho de rendilhado, o qual também ocorre nos Açores.

<sup>571</sup> VIEIRA FILHO, Dalmo. Notas para o estudo das primeiras praças de Santa Catarina, Inédito, Florianópolis, s./d.

<sup>572</sup> A igreja N.S.<sup>a</sup> das Necessidades segue o mesmo projeto, simplificado, da matriz. As demais igrejas são: igreja de N.S.<sup>a</sup> do Rosário e S. Benedito, igreja de S. Francisco de Paula (Canasvieiras), igreja de N.S.<sup>a</sup> da Lapa (Ribeirão da Ilha) e igreja de S. João Batista (Rio Vermelho), localizadas no interior da ilha.

<sup>573</sup> A exemplo da capela Senhor Jesus dos Passos e Menino Deus e igreja N.S.<sup>a</sup> do Parto.

<sup>574</sup> Há dúvida com relação ao nome “teatro do Divino” ou “triato do Divino”. Segundo GOMES (1993, p.235), este nome derivaria do conceito de trilogia da Santíssima Trindade, ou do fato das representações serem realizadas em pequenos e improvisados teatros. “triato” também poderia ser uma corruptela de “teatro”.

<sup>575</sup> A denominação império, ainda segundo GOMES, vem sendo utilizada desde a introdução de seu culto em Portugal, atribuindo-se ao templo onde se venerava o Senhor Espírito Santo.

<sup>576</sup> Há muitas versões sobre a origem destas festas, uma delas está relacionada com o aparecimento das “confrarias” do Divino Espírito Santo, na França e Alemanha, no século XII. Teriam se consolidado em Portugal durante o reinado de Dom Diniz e da Rainha Santa Isabel, no século XIII. Do Continente foram trazidas para os Açores. (NUNES, 1987, p. 96-98)

dos em pagamento de promessas, em substituição aos anteriores em madeira, destruídos pelos sismos.

Com relação à tipologia arquitetônica encontram-se os “teatros”, de planta quadrada, a cobertura em quatro águas, podendo ser fechados ou em forma de alpendre<sup>577</sup>. Os “impérios-capela” assemelham-se a pequenas capelas ou ermidas, com uma porta ao centro ladeada por duas janelas, com frontão triangular e geralmente encimada por uma “coroa”, onde pousa a “pomba” de asas abertas<sup>578</sup>. O acesso ao seu interior dá-se por uma pequena escada, fixa, de pedra ou desmontável, de madeira. As datas nas fachadas correspondem à data de reconstrução das mesmas<sup>579</sup>. E os “impérios-casa” caracterizam-se por uma casa alongada, em duas águas<sup>580</sup>.

Na ilha de Santa Catarina os teatros e impérios do Divino localizam-se junto às igrejas, pois no litoral catarinense a festa esta associada à estrutura religiosa, através do apoio das paróquias. A tipologia arquitetônica presente na ilha de Santa Catarina são os “impérios-capela”<sup>581</sup>, havendo somente um exemplar de “teatro”, que apresenta também a planta quadrada, fechando por paredes laterais apresentando na fachada frontal duas aberturas, ladeando a porta, disposta de modo centralizado em relação à fachada.<sup>582</sup>

#### 4.8.6.4 Ocupação rural e os engenhos

Quanto à ocupação rural, tanto os Açores quanto a ilha de Santa Catarina apresentam uma linearidade na ocupação, que se estende ao longo do território, seguindo a topografia. As edificações são frequentemente conformadoras dos caminhos, intercaladas dos vazios, que nos Açores tendem a ser murados. Uma característica diferenciada nos Açores é que os muros de pedra nem sempre refletem a estrutura fundiária, sendo necessários para o aproveitamento racionalizado da terra.

A paisagem rural catarinense tinha um expressivo componente representado pelos engenhos. Localizavam-se junto à edificação principal, porém sua arquitetura é bastante simples, e

<sup>577</sup> São encontrados nas ilhas de São Miguel e Sta. Maria.

<sup>578</sup> Segundo MELO (1994, p. 72) há ainda as “ermidas-impérios”, que ao invés de apresentar uma coroa encimando o frontão, apresentam uma cruz.

<sup>579</sup> São encontradas nas ilhas do grupo Central.

<sup>580</sup> São encontrados nas ilhas das Flores e Corvo.

<sup>581</sup> Encontrados atualmente junto às igrejas de N.S.<sup>a</sup> da Lapa (Ribeirão da Ilha), capela São Sebastião (Campeche) e igreja da Trindade, estando porém todos desativados. O império do Ribeirão era o mais bonito, possuindo um altar entalhado, tendo sido, no entanto, substancialmente descaracterizado. Havia, também, impérios junto à matriz de São José e na Enseada de Brito, ambos também demolidos.

<sup>582</sup> O exemplar desta tipologia fica localizado junto à igreja N.S.<sup>a</sup> da Conceição, na Lagoa. É semelhante ao teatro existente na ilha de Sta. Maria. É interessante notar este fato, já que, segundo pesquisas demográficas desenvolvidas por FARIAS (1998, p. 249), desta ilha emigrou apenas 01 indivíduo para a freguesia N.S.<sup>a</sup> da Conceição (Lagoa).

caracteriza-se pela utilização de materiais perecíveis, pouco resistentes e rudimentares, sem qualquer preocupação com a beleza, mas sim com sua funcionalidade.

Sua introdução ocorreu com a chegada dos imigrantes açorianos, e substituíram os tradicionais métodos dos indígenas, que utilizavam a força do homem. Nos açores são comuns os moinhos de vento movidos por força eólica, de origem continental ou flamenga, e atafonas. Trata-se de construções resistentes, em pedra basalto, sem reboco.

Segundo Farias (1998, p. 249), os engenhos de farinha foram as primeiras unidades semi-industriais criadas no sul do Brasil, resultado da aplicação da tecnologia dos moinhos de trigo utilizados nos Açores. A sua introdução revolucionou os processos de produção até então utilizados, além de melhorar qualitativamente o produto.

Os engenhos na ilha de Santa Catarina eram movidos a tração animal, havendo também rodas d'água. O "rancho", como é denominado, apresenta partido retangular e cobertura em duas águas, como telhas cerâmicas capa e canal, cuja estrutura é em paus roliços. Na maioria das vezes seu alicerce é de pedra, e apresenta quatro pilares de tijolos localizados na extremidade da edificação, formando uma estrutura autoportante. O fechamento das paredes pode ser em alvenaria de pedras, pau-a-pique, madeira ou uma mistura destes materiais, sem preocupação com a estética da mesma. Os vãos apresentam sempre verga reta, com requadros em madeira. As esquadrias são em madeira, sendo as janelas fechadas por duas folhas de madeira, sem presença de vidros. Internamente o engenho não possui forro e apresenta piso em chão batido. São edificações que podem ou não apresentar reboco.

Conforme Pereira (1992, p. 33-34), a difusão do uso dos engenhos foi tão grande, que estatísticas de 1796 mostram existência de um grande número de unidades de produção rural, subdivididos em 350 engenhos de mandioca, 102 engenhos de cana (açúcar e cachaça) e atafonas diversas<sup>583</sup>. Hoje há poucas unidades em produção na ilha, resultado da mudança de função das áreas rurais, que vêm sendo transformados em áreas turísticas, não havendo incentivos para a manutenção desta tecnologia produtiva.

Concluindo esta reflexão etnocultural sobre a arquitetura, penso que é preciso dizer que o isolamento da ilha de Santa Catarina contribuiu para que se mantivesse as diferentes expressões da cultura portuguesa, aqui trazida pelos açorianos, mantendo-se tradições que foram se perdendo em outros locais.

---

<sup>583</sup> Em seu livro, Pereira discorre sobre a tecnologia do fabrico da mandioca. Na ilha de Santa Catarina há três tipos de engenho, sendo o primeiro e mais primitivo o do tipo "chamarrita", também conhecido por "caranguejo", ou "pouca-pressa" (manual); o do tipo "cangalha", mais típico (acionado por gado muar ou cavalar) e o tipo "mastro" ou "rodete", mais aperfeiçoado, não é originário da ilha, onde é raramente encontrado (movido por tração animal).

A estrutura urbana básica se manteve, apesar do seu adensamento, adequações e ampliações.

Quanto à arquitetura, é de se ressaltar que a arquitetura aqui realizada teve características luso-brasileiras, pois a ocupação do território brasileiro seguiu um plano estratégico, que contemplava, entre outros, o conceito plástico barroco de unidade estética do acervo construído, sem necessariamente reproduzir a arquitetura portuguesa, de características bastante diversificadas entre si, tanto nos Açores, quanto no Continente.

A arquitetura monumental, de cunho oficial ou religioso, foi objeto de adequações, porém ainda é visível na paisagem urbana.

É importante frisar que as freguesias do interior da ilha, de características arquitetônicas predominantemente mais singelas, conservam mais intactas as características tipológicas coloniais. Isto não ocorreu com a arquitetura vernacular na área central de Florianópolis, local da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro, que foi substancialmente transformada, através da sucessiva “modernização”, ao gosto da época, de outras influências étnicas ou adequação à legislação municipal.

Finalizando, expressar que apesar dessas considerações, para além da diversidade, segundo Paulo Santos (1988, p. 54) “Existe, porém, alguma coisa de maior que ao mesmo tempo personaliza os tipos, identifica a nacionalidade; as indefiníveis similitudes que aproximam entre si os componentes de um mesmo povo e o distinguem dos demais povos...” que, tanto no arquipélago dos Açores, quanto no Brasil, é a origem comum, portuguesa.

#### ***4.8.7 A multiculturalidade na gastronomia típica do litoral***

Na pesquisa realizada nos municípios do litoral, foram recolhidos costumes alimentares os mais diversos, onde podemos constatar a influência das várias colonizações do estado.

Os índios carijó e guarani, tradicionais habitantes da região litorânea catarinense, possuíam uma rica gastronomia à base de peixe, carne, crustáceos, moluscos, tubérculos, cereais e frutas, que legaram ao homem branco, mesmo sendo por estes destruídos ao longo dos séculos.

A farinha de mandioca e suas derivadas, o milho, as frutas silvestres, foram produtos que, com algumas transformações no processo de prepará-las, continuaram a ser pratos apreciados entre os homens brancos, mesmo após o quase desaparecimento dos índios, chegando seu uso aos nossos dias.

Os negros, na vivência diária com os brancos, em suas casa, no trabalho, comendo muitas vezes os restos de certos alimentos dos seus senhores, ou produtos pouco consumidos pelos homens brancos, desenvolveram pratos de grande valor nutritivo, e que aos poucos foram incorporados pela cultura de base luso-açoriana e de modo geral pela cultura em seus inúmeros regionalismos. A feijoada, o mocotó, o vatapá, o nego deitado são exemplos de pratos que surgiram na mesa dos negros escravos.

Os hábitos alimentares variam de lugar para lugar e de região para região, dentro do próprio estado. O litoral, cuja colonização é de base luso-açoriana, a predominância da alimentação é a base de produtos do mar.

A marca desta gastronomia é sem dúvidas a resultante das influências da colonização, que trouxeram do arquipélago um volume de condimentos e temperos, que para lá fluíram das varias partes do globo, as quais foram transportadas por estes para o litoral catarinense. Um exemplo típico é o trigo, alimento básico nos Açores, foi aqui quase que inteiramente substituído pela fainha de mandioca que era desconhecida no arquipélago. Estas mudanças associadas a uma maior presença do peixe na alimentação, em detrimento da carne bovina e queijos, gerou uma nova gastronomia. Os caldos e ensopados de peixe, camarão, carne, couves, tinham temperos básicos comuns, com variações nos molhos que os acompanhavam.

Assim, quando se tratava de caldos, o próprio caldo era utilizado para fazer o pirão. Já, quando se tratava de ensopado, normalmente era cozido feijão para fazer o pirão. Caso contrário água pura era fervida para misturar com farinha e, assim, produzir o pirão.

Os temperos básicos utilizados ao longo do litoral são: salsa, cebola verde e cebola de cabeça, tomate miúdo, alfavaca, orégano, limão de molho, vinagre, sal, colorau, cominho, canela, coentro, louro, alho, manjerição.

É preciso relatar que nos últimos anos, houve uma maior inclusão dos crustáceos no cardápio do nativo do litoral. Os mais apreciados são os diversos tipos de camarões (camarão branco, camarão rosa, sete barbas, camarão vermelho, etc.) lagostas e lagostinha (pitu do mar), lula, siri, mariscos, ostras do mar, ostras das pedras, ostras de cativeiro, berbigão, polvo, etc., cujos preparos típicos nos dão o caldo de camarão, o camarão ao bafo, ostra a vinagreti e gratinada, marisco a milanesa, entre tantas outras delicias dos cardápios dos restaurantes a beira mar.

Outro aspecto característico é a ornamentação do espaço da cozinha. Em qualquer uma dessas realidades culturais, é comum se ornamentar as prateleiras das cozinhas com bicos de papel coloridos, renda ou crochê. Os panos de prato, feitos de “saca” de açúcar, são bordados com os dizeres do dia da semana. Sobre o fogão, penduram-se panos de parede bordados com

frases como: “Jantar saboroso, marido amoroso”, “O amor vence tudo”, “Deus abençoei este lar”.

Nas regiões mais distantes do litoral podemos encontrar fogão e fogareiros, que são usados em cima de uma pequena mesa forrada com papéis recortados tipo renda ou com plástico para proteger a mesa, de natureza rústica. Fogões de lenha são comuns nos terreiros das casas no interior ilhéu, com os fornos de tipo rural, onde aos sábados são forneados os pães caseiros.

#### ***4.8.8 Artesanato de referência cultural açoriana***

A população, em qualquer época e lugar, sempre procurou dar respostas técnicas às necessidades e desafios que surgiam, frente a necessidades econômicas que vivenciavam. Uma dessas respostas foi o desenvolvimento do artesanato, produtos feitos manualmente e em pequena escala. São objetos utilitários de grande importância nas lides diárias, seja em nível doméstico ou profissional, com variações, entre diversas culturas, na forma de fazer, de apresentar e nas matérias-primas utilizadas. Constata-se, todavia, usos assemelhados.

O litoral catarinense mostra um conjunto de peças artesanais, que tem seu grande referencial na cultura de base açoriana predominante na região. Esta fundiu valores culturais diversos, fruto de uma convivência multicultural e secular.

Ao longo dos séculos XVIII a XX, os habitantes de Santa Catarina, descendentes de açorianos, criaram na região litorânea os mecanismos de sobrevivência, combinando os seus conhecimentos técnico-culturais com os dos antigos habitantes da região, índios e vicentistas; acrescidos, posteriormente, dos valores das culturas negras e dos imigrantes europeus contemporâneos: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, árabes, poloneses e outros.

A variedade e qualidade do artesanato estão na relação direta com a matéria-prima disponível, sua utilidade e a habilidade individual do artesão.

Alguns artesanatos, com mais destaque em certas micro-regiões, refletem o quadro sócio-econômico regional, seja no tocante à abundância de matéria-prima, seja no valor utilitário do artesanato produzido.

A produção artesanal no litoral de Santa Catarina pode ser dividida em: Artesanato - produção de objetos e decorativos; produção agrícola – produtos alimentares resultantes da transformação em processo artesanal de certos produtos agrícolas; produção pesqueira – produtos alimentares resultante de técnicas de conservação e transformação em processo artesanal de espécies marinhas.



De acordo com a pesquisa de campo nos municípios estudados, o artesanato da região litorânea, quanto à matéria-prima utilizada, pode ser agrupado em: linha, palha, madeira, cipó, taquara, barro (cerâmica), conchas e moluscos.

A linda é utilizada pelo nativo artesão na confecção de rendas de bilro, toalhas, trilhos; rendas em geral para enfeites, mantas, tecidos para calças, saias e blusas; tarrafas, redes, espinhéis. Observamos no trabalho de campo que algumas comunidades se destacam no trabalho com a linha. A renda de bilro na ilha de Santa Catarina e em Governador Celso Ramos; os teares manuais, como centro de produção nos municípios de Sombrio, Içara, Itajaí, Florianópolis.

Já a palha, encontramos de forma mais intensa nos municípios de Sombrio, Imaruí, Garopaba, Imbituba, na fabricação de bonecas de palha de milho, chapéus<sup>584</sup>, esteiras<sup>585</sup>, enfeites.

A madeira<sup>586</sup> usada fundamentalmente na produção de inúmeros utensílios domésticos e de trabalho como: gamelas, tamancos, móveis, cochos, prensas, engrenagens de engenhos, cabos de ferramentas, brinquedos, cangas de boi, canoas, etc., tem em algumas comunidades do litoral um largo uso, outros itens como os tamancos, cochos e gamelas pelo desuso, estão deixando de ser fabricados. Encontramos no litoral, artesões que trabalham no restauro e na produção de canoas, tamancos e outros itens. Destacamos os municípios onde percebemos a maior presença destes artesões, em Içara, Garopaba, Imbituba, Florianópolis, Palhoça, Governador Celso Ramos.

De acordo com o artesão Manuel Virgílio Coelho (60), morador na vila Boa Esperança-Imbituba, que aos 18 anos começou a trabalhar com madeira, fazendo pião de engenho de cana-de-açúcar, carro de boi, cama, baú, etc. para cada tipo de peça tem uma madeira especial:

“... as madeiras mais adequadas são as de coloração avermelhadas. Entre elas citamos a canjerana<sup>587</sup>, usada para embarcações, gamelas, utensílios domésticos ( que

<sup>584</sup> O Chapéu de palha, como é popularmente conhecido, para ser confeccionado necessita das seguintes matérias-primas e equipamentos: folha de butiá, palha, linda, agulha, fio, embira (às vezes) e a fôrma.

<sup>585</sup> As esteiras são confeccionadas de diversos tipos de matérias-primas, as mais utilizadas são “piri”, taboa e junco. A de “piri” é confeccionada da seguinte maneira: cortam-se as embiras para fazer o cordão. Depois de seca é só tecer. (Piri é da Região da lagoa do Piri – Florianópolis). As de “taboa”: corta-se e coloca-se para secar. Depois de seca é só tecer, é mais mole e dá em beira de mato. Junco corta-se e colocasse para secar. Depois de seca é só trançar. É uma esteira mais estreita e serve para secar polvilho (algumas são chamadas de junco da praia).

<sup>586</sup> O corte da Madeira para produção artesanal, de acordo com os nativos e o período da lua minguante, é prudente e aconselhável secá-la à sombra, quando não se procede assim o risco da prancha rachar é maior. É importante empilhar as árvores gradeando-as, com um pedaço em que a circulação do ar seja possível.

<sup>587</sup> árvore nativa em vias de extinção.

resiste à água ), cedro, cedrilho, o angelim. Mas as melhores delas e a mais nobre é o mogno, a timbaúva, o louro trejó, o cinamano, o sicômero. Existem outras de coloração diversa: a cerejeira, a canela, o marfim, a imbuia, a itaúba, acoita-cavalo, são possíveis para o entalhe. Sirupaira, ipê, peroba são duras demais, é quase impossível trabalhar.”<sup>588</sup>

O cipó utilizado para fazer cordas e estruturas de balaies, samburás e amarrações, ainda pode ser encontrado nas comunidades pesqueiras do litoral. Com o aparecimento das cordas industriais, o cipó perdeu muito da sua função, sendo ainda utilizado para balaies e samburás, que serve como utensílio para os pescadores.

Encontramos, nos municípios do litoral, muitos artesanatos confeccionados a base do Barro. Utilizado como matéria prima na confecção de peças de cerâmica, tanto utilitárias<sup>589</sup>, quanto decorativas, bem como na produção de outros objetos. Painéis, potes, bilhas, pratos, canecas, tijolos, telhas, fornos, esculturas são alguns objetos produzidos a partir do barro. O principal centro produtor de cerâmica utilitária em Santa Catarina é São José, e tijolos e telhas são produzidos em Morro da Fumaça.

No município de São José, na comunidade “Ponta de Baixo” temos a artesã Anésia Silveira, dedicada a motivos do nosso Folclore, com figuras bem aprimoradas. Presépio, Boi-de-mamão, pau-de-fita, orquestra de sapos, dança dos 25 bichos, etc., sendo a sua maior produção a de “frades”, muito procurada pelos turistas.

A Taquara, utilizada por muito tempo na produção do tipiti ( para prensar a massa da mandioca nos engenhos), balaies e peneiras, perdeu no litoral catarinense o seu lugar na vida dos nativos. Com o aparecimento dos objetos de plástico, caixas e madeira, a taquara praticamente saiu de uso. Encontramos artesãos, em número reduzido que ainda resistem ao aparecimento do plástico, e produzem alguns artigos com finalidade decorativa.

Com o surgimento da maricultura, outra opção de artesanato são as conchas e moluscos. Até pouco tempo esta matéria prima, era pouco explorada pelos artesãos, hoje encontramos uma gama de produtos decorativos em todos os recantos do litoral catarinense.

<sup>588</sup> Entrevista com o artesão Manoel Virgílio Coelho, 60 anos, coletada no município de Imbituba. 2007

<sup>589</sup> Sobre a Cerâmica utilitária de acordo com Doralécio Soares, em publicado ao no boletim da comissão Catarinense de Folclore, Ano XXIII, nº 37/38 – dezembro de 1985, temos: O sistema de fabricação da cerâmica utilitária catarinense é o mesmo do norte e nordeste. A modelagem é executada no torno do oleiro, cuja habilidade na feitura das peças faz com que das mãos de artistas natos surjam, como por encanto, os mais belos e perfeitos objetos de barro”.

**5. ENSEADA DO BRITO/PALHOÇA/SC: UM  
ESTUDO ETNOGRÁFICO E  
ETNOHISTÓRICO DE UMA COMUNIDADE  
DE CULTURA DE BASE AÇORIANA**

## 5. ENSEADA DO BRITO/PALHOÇA/SC: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO E ETNOHISTÓRICO DE UMA COMUNIDADE DE CULTURA DE BASE AÇORIANA

### 5.1 Retratos Geográficos



**Foto 12** - Vista da Igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário  
Centro da comunidade de Enseada de Brito – 2007 – Foto do Autor

O município de Palhoça, onde fica localizada a comunidade de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, tem uma extensão territorial de 394,66 km<sup>2</sup>, encontra-se situado a 3 metros de altitude, estando na latitude 27° 38' 40" Sul e longitude 48° 39' 56" de longitude Oeste, distando 15 km da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis. Palhoça pertence à Microrregião Geográfica de Florianópolis, e localiza-se na parte central do litoral catarinense. A Comunidade de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito é um distrito<sup>590</sup> de Palhoça, localizado a 15 km do distrito-sede e abrange os bairros de Praia de Fora, Enseada (vila), Praia do Sonho, Maciambu, Pinheira e Guarda do Embaú.

As Serras do Leste Catarinense aparecem nesta microrregião, com ocorrência de pontas e promontórios. As Planícies Costeiras ocorrem ao longo do litoral e nos baixos vales dos rios. Todo o litoral é recortado, com inúmeras praias, pontas, promontórios, ilhas e lagoas.

<sup>590</sup> Na legislação brasileira, um bairro torna-se distrito a partir do momento em que possui um cartório de registro de imóveis. A Enseada de Brito e a sede são os únicos distritos que compõem o município de Palhoça. A condição de distrito é também o requisito mínimo para que uma região ou um bairro se desmembre e forme um novo município. Há cerca de 20 anos, uma onda separatista levantou a possibilidade de se criar o município de Enseada de Brito. Mas sem adesão maciça da população, o projeto não seguiu adiante.

Vale ressaltar a existência do Pico do Cambirela ou Morro do Cambirela, que, com 1.043 metros de altitude, é o ponto mais alto e com maior dificuldade de se chegar da região. De seu topo é possível ter uma vista espetacular de toda a Ilha de Santa Catarina e do maior aglomerado urbano do Estado, formado pelas cidades de Florianópolis, São José e Palhoça. A forma de relevo de morros ocupa 90% de área territorial do distrito da Enseada de Brito, o que representa 70% da área de todo município de Palhoça.

### **5.1.1 Aspectos do Clima**

Segundo Köppen, predomina o clima mesotérmico úmido com verões quentes e, segundo Thornthwaite, o clima é úmido, com temperatura média anual variando entre 20°C e 22°C. Quanto às chuvas, o total anual de precipitação varia entre 1.400mm e 1.800mm.

A presença das quatro estações bem definidas constitui-se em indicativo de que as temperaturas apresentam variações bastante significativas, nas estações de inverno e de verão. A máxima no verão, no pico do meio-dia pode chegar a 35°C e a mínima no inverno, por volta das 6 horas da manhã, pode chegar até 0°C. A temperatura média anual é em torno de 20°C.

### **5.1.2 Aspectos da Vegetação da Região**

Predomina a vegetação da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), com a vegetação secundária e atividades agrícolas; as áreas remanescentes situam-se no maciço do Tabuleiro<sup>591</sup>. A vegetação de formações Pioneiras (herbácea fluvial, restinga e mangue) ocorre na foz do rio Cubatão<sup>592</sup>.

É importante salientar que este quadro da vegetação da região vem sofrendo uma profunda transformação pela ação antrópica que, na busca do comércio desenfreado de extração de madeira, com a formação de pastagens, a ocupação desordenada do solo e o conseqüente

<sup>591</sup> O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado através do decreto SETMA/nº 1.260 de 1 de novembro de 1975. É a mais importante reserva ecológica de Mata Atlântica existente em Santa Catarina. De acordo com o decreto de criação, a importância do parque está justificada no seu potencial hídrico, geológico, florístico, faunístico, climático, paisagístico e turístico. A área do parque atinge nove municípios da região e Palhoça tem 70% de sua extensão territorial dentro dessa área de proteção.

<sup>592</sup> SPRICIGO, Márcia Bruggemann. "Educação ambiental um instrumento para a Sustentabilidade". Florianópolis, junho 2004.

desmatamento das encostas, produzem um impacto violento na vegetação, sendo só preservada a floresta Montana<sup>593</sup>, que compreende a Serra do Tabuleiro.

Próximo ao mar, mais precisamente à linha da praia, a vegetação herbácea tem grande resistência à salinidade, à radiação e vento, como também ao solo pobre. Esta vegetação teve grande importância na fixação do homem na região, pois foi a que ele mais teve contato e se utilizou, no dia-a-dia, nas atividades agrícolas, na medicina caseira e na culinária.

A vegetação de *dunas internas e planícies* são compostas quase que completamente por espécies subarbustivas, podendo encontrar algumas herbáceas e também pequenos arbustos. Estas espécies são encontradas em todo litoral do distrito, situando-se após a faixa de praia e/ou dunas frontais, mais distante do mar.

### 5.1.3 Aspectos dos Solos

No sul do município de Palhoça, predominam os solos Podzólico Vermelho-Amarelo. Na região da Enseada de Brito, aparece os solos Pozol. Na foz do rio Cubatão, ocorrem os solos Indiscriminados de Mangue. Esta diferenciação de solo promoveu o cultivo da mandioca, milho, feijão, frutas, verduras, mas torna a terra imprópria para o cultivo do trigo e cevada, culturas típicas dos Açores. Por isso, os açorianos modificaram parte de sua produção agrícola ao se estabelecerem na região a partir de 1750.

As margens e os canais dos rios e as dunas apresentam solos arenosos, de onde é extraída a areia para comercialização de forma irregular e predatória provocando erosão e trazendo uma modificação no leito dos rios e prejudicando de forma irreparável o meio ambiente local.

Outro aspecto do solo existente na região é a presença de alguns filões de solo argiloso branco, próprios para a fabricação de cerâmica, sendo que hoje não é mais produzida a cerâmica do tipo utilitária e decorativa, e sim telhas e tijolos. Também se encontra o solo argiloso, de coloração avermelhada e o solo tipo rochoso cristalino nas partes mais altas da região.

### 5.1.4 Aspectos da Hidrografia

A região da Enseada de Brito é de uma riqueza muito grande quanto aos recursos hídricos. A sua parte leste é toda banhada pelo Oceano Atlântico, onde deságuam todos os rios da

---

<sup>593</sup> A floresta Montana é um tipo de vegetação mais desenvolvida, chegando muitas vezes suas espécies a atingirem 20 metros de altura, com tronco de mais de dois metros de diâmetro, despertando a cobiça comercial dos madeireiros. As espécies mais cobiçadas são canelas, imbuia, garapuvu, sassafrás, ipê, peroba, entre outras.

região. Alguns de pequeno volume d'água, outros, com maior volume, mas todos de pequena extensão, não indo além dos 100 km. Os principais rios da região do distrito da Enseada de Brito são o Rio da Madre, Cubatão e Maciambu. Há diversos arroios, riachos, córregos e alguns braços de mar também chamados de rios<sup>594</sup>.

#### 5.1.4.1 Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão

O Rio Cubatão é também conhecido cartograficamente como Cubatão do Sul, para distinguir de um outro rio com o mesmo nome localizado na região norte do estado, mas especificamente no município de Joinville.

*“Nasce nos contrafortes da serra do Cambirella, costeando a vertente do oeste e Norte do Tabuleiro. Tem um curso superior a 96 km; seguindo nas direções de nordeste e leste, vai desaguar na baía do Desterro, junto do mesmo Cambirella, por três bocas; 18 km, acima de sua foz existe um lugar chamado Itaupaba (Caldas da Imperatriz), junto do qual se acham as águas thermaes”*<sup>595</sup>

A bacia hidrográfica do rio Cubatão do Sul é a segunda em extensão na região, apresentando uma área de drenagem de 738 km<sup>2</sup>, dos quais 342 km<sup>2</sup> pertencem ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. O Cubatão é o principal manancial da Grande Florianópolis abastecendo, através do complexo Pilões-Cubatão, uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes. Dessa forma, localizam-se na bacia os sistemas de captação e tratamento de água da CASAN<sup>596</sup>. Além disso, o rio Cubatão deságua na baía Sul, formando em sua foz um rico ecossistema de manguezal.

Dentro do aspecto de ocupação da região, o rio Cubatão teve papel preponderante. Através dele, antes da construção da ponte Hercílio Luz, processava-se parte do comércio de mercadorias destinadas a Desterro, que era transportado através do rio.

A primeira sesmaria doada pelo Governador da Capitania de Santa Catarina aos casais açorianos em 1753, foi junto ao rio Cubatão e pertenceu ao capitão de ordenanças José Luis Marinho<sup>597</sup>.

<sup>594</sup> Brüggemann, 2004.

<sup>595</sup> BOITEUX, José Arthur. Dicionário histórico e geográfico de Santa Catarina. Op. Cit.

<sup>596</sup> CASAN – Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina.

<sup>597</sup> GOVERNO DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA. Doação de Sesmaria, vol. 1(1753 – 1823), APSC.

#### 5.1.4.2 *Rio Maciambu*

Localizada no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, na comunidade do mesmo nome – Maciambu, cuja região era originalmente conhecida por Campos de Araçatuba. A bacia do Maciambu mantém-se dentro dos limites do parque desde a sua nascente até a sua foz. Passando por uma trilha de 1.000 metros, pode-se observar a fauna e a vegetação do Parque, piscinas naturais de águas verdes, quedas d'água e algumas ruínas. Lá também fica o rio Maciambu com uma piscina natural de aproximadamente 3 metros de profundidade e uma extensão, de aproximadamente 3 km. O rio corre pela mata, forma um imenso lago e se divide em duas quedas, formando outro lago logo abaixo. Um cenário paradisíaco onde ficam as cachoeiras do Maciambu. Este rio teve papel importante no controle do comércio que circulava pelo litoral, existindo em suas margens um posto fiscal. Em 1839, quando as tropas farroupilhas marchavam em direção à cidade de Desterro, foram derrotadas pelas tropas imperiais, nas margens deste rio. Este rio também faz parte da área de proteção do parque da Serra do Tabuleiro.

#### 5.1.4.3 *Rio da Madre*

O Rio da Madre é uma das belezas naturais que contribui para que a Guarda do Embaú seja uma das praias mais lindas do país. Para ter acesso à praia, é necessário atravessar o rio, que desfila suas águas em frente à vila, desembocando no mar após formar uma pequena praia entre as rochas. A travessia pelo Rio da Madre além de oferecer uma ótima opção de lazer, proporciona um visual fascinante da natureza.

O Rio da Madre possui uma extensão aproximada de 20 km e nasce nos contrafortes da Serra do Cambirela. Na sua foz, muda de nome e passa a ser denominado de rio da Guarda do Embaú. O Rio da Madre, através de seu contorno serve como divisa geográfica dos municípios de Palhoça e Paulo Lopes. Com suas matas ciliares protegidas por vegetação e mangue, tem um importante papel de berçário para as diversas espécies da flora e fauna aquática da região.



#### 5.1.4.4 *Cachoeiras*

A região da Enseada de Brito, não apresenta grandes cachoeiras, mas cabe ressaltar duas pelas suas belezas naturais. A cachoeira do Sertão do Campo, sem dúvida a mais bonita, e esta localizada na comunidade que lhe dá o nome, a poucos quilômetros da BR 101, na entrada próximo da praia da Pinheira. A cachoeira do rio Braço de São João, também de beleza singular, e formada por diversas pequenas cachoeiras, e se estende por uma extensão de 3 km.

Um fator que chama atenção é quando se visitam esta cachoeira e a poluição que se encontra no local, resultado da falta de consciência dos usuários destes espaços naturais, que deixam no local os resíduos produzidos durante as visitas e também provenientes das oferendas, dos diversos terreiros de cultos afro-brasileiros, que freqüentam a área.

#### 5.1.5 *O distrito da Enseada e suas praias*

As praias da região da Enseada de Brito, são verdadeiros monumentos naturais de uma riqueza paisagística impar, com um valor ecológico pela diversidade dos seus ecossistemas. Estes formados por rios, lagos, lagoas, mar interior, enseadas e o próprio oceano. Suas areias de diferentes granulometria e de coloração branca, localizadas tanto em baías protegidas, como em mar aberto, na sua maioria utilizada com área balneária de lazer e entretenimento. Algumas de águas calmas, outras, mais agitadas, procuradas tanto para o banho como para esportes náuticos e surfe.

As praias que compõem este mosaico natural de beleza rara da região da Enseada de Brito são Marivone, Pontal, Praia de Fora, Cedro, Enseada de Brito, Pedras Altas, Passagem do Maciambu, do Sonho, Papagaio, Pinheira, Praia de Cima (Pinheira), Prainha da Guarda, Guarda do Embaú, e outras menores<sup>598</sup>, que formam um belo conjunto, rico em diversidade ambiental e próprio para o turismo de verão.

---

<sup>598</sup> Algumas praias minúsculas e de difícil acesso são praias praticamente privadas, uma vez que estão cercadas por propriedades que as tornam praias particulares. Por conta disso, seria impossível precisar o número correto de praias de Palhoça, apenas por acesso terrestre. Essas propriedades foram adquiridas em épocas em que o turismo não era tido em Palhoça como um projeto das administrações públicas.

**Tabela 38:** Praias da região da Enseada de Brito (Quadro Resumo)

PRAIA	LOCALIZAÇÃO	TAMANHO (EXTENSÃO DA PRAIA)	CARACTERÍSTICAS DA PRAIA	INFRAESTRUTURA
Balneário Marivone	Localiza-se na comunidade Praia de Fora Distrito da Enseada de Brito	1 km	Águas calmas e de razoável profundidade na lâmina d'água, de areia média. Própria para banho	Fácil de chegar, pois fica a menos de 1 km da BR 101. Possui Bares e restaurantes e casa de aluguel para alta temporada
Praia de Fora	Localiza-se na comunidade do mesmo nome. Distrito da Enseada de Brito	2 km	Areia média, intercalada por pequena formação rochosa, águas calmas e de média profundidade. Própria para o banho	1 km de distância da Br 101, possui bares, restaurantes e casas de veraneio.
Praia do Cedro*	Distrito da Enseada de Brito. 15 km da sede do município.	200 m	De águas profundas, quando a maré está cheia. Boa para Banho	Área preparada na década de 1990 para ser um condomínio fechado. O projeto foi abandonado e restam algumas ruínas e uma casa que funciona como bar. Área de camping
Enseada de Brito - Sede**	Distrito da Enseada de Brito. 16 km da sede do município.	3 km	A sua extensão é intercalada por costões. Boa para descanso, pois não apresenta boa balneabilidade, devido ao fundo lodoso.	Sede do Distrito da Enseada de Brito, possui pequenos restaurantes e vendas de mexilhões.
Pedras Altas	Localizada ao sul da sede do Distrito da Enseada de Brito - Canto Sul- 18 km da sede do município.	150 m	Formada por duas pequenas praias de águas calmas e de boa balneabilidade. Separadas por formação rochosa média.	Praia de naturismo. Tem uma pequena infraestrutura para os adeptos. Precisa de autorização para entrar
Passagem do Massiambú	Entre a sede do distrito da Enseada de Brito e a Praia do Sonho	2 km	Praia com uma extensa área de areia, limitada ao banho, por apresentar uma lâmina d'água muito reduzida, devido a presença de um baixo, que se estende centenas de metros mar adentro.	Muito boa para a pesca do camarão e do siri. Insere-se no contexto do balneário da Praia do sonho, nos aspectos de restaurantes e hospedagem.
Praia do Sonho	Localizada no extremo sul da baía da ilha de Santa Catarina, junto a saída da barra sul a 24 km da cidade de Palhoça.	3 km	Apresenta águas calmas, com boa lâmina de profundidade e balneabilidade.	Possui uma crescente infraestrutura de hospedagem e gastronomia. Acesso por rodovia asfaltada. Fica a 4 km da BR 101

Ponta do Papagaio***	Localiza-se entre as baías da ilha de Santa Catarina e da Pinheira. 26 km de distância da sede do município.	As suas duas praias têm extensão aproximada de 1 km cada	Praias de areias finas apresentam condições de balneabilidade independente do vento, pois as duas praias são de posições contrárias.	Excelente infra-estrutura de hospedagem e gastronomia. Na Ilha do Papagaio localiza-se uma das melhores e paradisíacas pousadas do Brasil.
Pinheira****	Distrito da Enseada de Brito. 31 km de distância da sede do Município	10 km Obs. É a praia mais extensa. Possui várias denominações ao longo dos seu quase 10 km de extensão (praia da vila, Capivari e Papagaio).	Balneabilidade muito boa, com águas calmas, junto à vila, ou mais agitadas, no meio da praia. Areia branca e fina.	O Balneário com maior infra-estrutura da região. Possui uma grande colônia de pescadores
Praia de Cima (Pinheira)	Localiza-se ao lado oposto a vila (Comunidade da Pinheira)	1 km	A lâmina d'água é bastante profunda, fazendo com que a faixa de areia sofra os efeitos dos movimentos da marés. Algumas vezes, durante as “lestadas”, a faixa de areia se torna estreita, precisando ser recomposta artificialmente.	A praia faz parte do conjunto balneário da Pinheira, congregando em seu entorno pousadas, restaurantes e equipamentos de lazer diversos.
Prainha da Guarda	Localiza-se entre os costões da Guarda do Embaú. Fica a 33 km da sede do município. Distrito da Enseada de Brito	200 m	Apresenta uma lâmina d'água profunda, fazendo que a sua faixa de areia esteja constantemente em alteração. Tanto para o banho, como para o surfe, deve ser utilizada com segurança.	Não possui qualquer infra-estrutura em seu entorno. Favorável aos passeios ecológicos pela trilha de 2 km entre os costões. Com uma bela paisagem.
Guarda do Embaú	Se situa na ponta sul do município, na divisa com Paulo Lopes, através do Rio da Madre	2 km	A foz do Rio da Madre fica entre a vila e o mar, oferecendo amplos espaços de balneabilidade em águas doces e salgadas. Mar agitado e propício à prática do surfe. Pequenas praias na beira do rio acessíveis por trilha.	Possui uma das mais completas infra-estruturas turísticas da região, tendo em vista a crescente demanda de turistas nas últimas duas décadas.

\* O nome Cedro foi dado pelos primeiros moradores açorianos (1750), que procediam da freguesia Nossa Senhora da Conceição dos Cedros, da ilha do Faial, Açores.

\*\* O nome da Ponta do Papagaio deve-se a uma formação rochosa que lembra este pássaro, comum na região.

\*\*\* O nome da Enseada de Brito já era utilizado antes mesmo da fundação da freguesia em 1750, provavelmente numa homenagem a um de seus primeiros moradores europeus, Domingos de Brito Peixoto.

\*\*\*\* O nome é bastante antigo, gerando diferentes interpretações. Para uns, deve-se a uma pedra em forma de pinha, existente em seu costão. Para outros, pode ser o feminino de Pinheiro, que seria o sobrenome de alguma família de açorianos que aí se estabeleceram ainda no século XVIII.

## 5.2 A Presença do Homem na Região

### 5.2.1 *O homem do sambaqui*

Ao percorremos toda região da Enseada de Brito nos deparamos com marcas da presença de povos antigos, provavelmente ancestrais de índios que aqui habitavam até o século XVIII. São vários os monumentos naturais culturais que atestam que a região foi habitada por povoadores pré-colombianos. Dentre estas marcas, destacamos os Sambaquis, estação lítica e sinalização rupestre.

Cabe ressaltar que o nome “sambaqui” vem do guarani e significa monte de conchas (Sambá: concha; Ki: monte cônico). São chamados também de casqueiros, concheiros, berbigueiros, ostreiras, etc. Existem sambaquis no litoral de todo o mundo. É curioso também que os maiores sambaquis do mundo se encontram no litoral de Santa Catarina, principalmente no litoral das cidades de Laguna, Garuva e de São Francisco do Sul, onde alcançam trinta metros de altura por centenas de metros de comprimento.

Os testes científicos com carbono radioativo revelaram que os sambaquis encontrados na região, os mais recentes possuem idade de mil e quinhentos anos; enquanto os mais antigos têm ao redor de oito mil anos.

Os Sambaquis eram também usados como lugares de habitação, possuem características de cozinha. Neles encontramos vestígios e restos de carvão e cinza proveniente de grandes fogueiras, além de grande quantidade de ossos de peixes, aves e mamíferos, cascas de tartarugas e espinhos de ouriços do mar. Também se encontram nos sambaquis ossadas de baleias, muitas vezes, parcialmente carbonizadas.

Ao pesquisar os sambaquis da região foram encontradas sepulturas, confirmando o que já se sabia, que o homem do sambaqui não possuía cemitério, mas enterrava os seus mortos no mesmo lugar onde morriam, no chão da casa. Juntamente com os corpos, foram encontrados os mais diversos materiais, resultado das oferendas funerárias: machados de pedra, pontas de lança, ossos de baleias. Outro detalhe é que muitos dos esqueletos estavam envoltos em ocre vermelho, que lhes dá a cor de sangue, outros com areia fina das dunas e muitos enterrados com adornos feitos de pedras.

Cada sambaqui é um museu natural de objetos antiqüíssimos. Na região encontramos diversos, com características específicas que descrevermos abaixo.

**Tabela 39 - Sambaquis da Região da Enseada de Brito<sup>599</sup>**

LOCALIDADE	TAMANHO (m)	ANO	OBSERVAÇÃO
Pinheira	30 x 20 x 1,0	1966	Localizado no terreno de Manoel Carlos Gonzaga. Possuía um sepultamento. O Material recolhido foi transferido para o museu do Homem do Sambaqui de Florianópolis
Ponta do Maruim	40 x 30 x 0,60	1965	Localizado em terrenos de Erich Westfal. Foi encontrados restos de dois sepultamentos As camadas apresentavam vestígios de ocre vermelho. Verificamos a presença de berbigão, ostras, phaceides pactinatus, etc s.
Albardão	100 x 50 x 3,0	1977	Localizado em terrenos de Quirino José da Silva. Verificada a presença de berbigão, ostras, Stropocheilus, ossadas humanas, ossadas de peixes e de mamíferos.

**Tabela 40 - Sítios da Região da Enseada de Brito<sup>600</sup>**

LOCALIDADE	TIPO DE SÍTIOS	DESCRIÇÃO	ANO	OBSERVAÇÕES
Ilha dos Corais 10 km a sudoeste da Praia da Pinheira	Raso de Sepultamento	Foi verificado no sítio, a presença de cerâmica escura característica dos sambaquis recentes e de outros sítios rasos de sepultamento de cultura sambaquiana	1966	Existe na mesma ilha um farol da marinha e um único morador, que fez a sua rocinha precisamente sobre o solo humoso do sítio arqueológico e conta maravilhas do número de crânios humanos, que tem encontrado
Ponta do Constantino (terrenos de Jeni Alonso de Cisne)	Raso de Sepultamento	Verificamos a presença de machados polidos, batedores de diabásio, conchas e outro material arqueológico	1979	Ao abrirem as valas para a colocação de fundamentos de uma residência, os operários encontraram e destruíram diversos sepultamentos. Em vista disto, a construção foi suspensa.
Praia de Fora da Enseada de Brito (terrenos de Custódio Cezar Rezende e Santa de Tal, vulgo, Santinha)	Raso de Sepultamentos	Sobre a área de 350 metros quadrados encontram-se conchas de mistura com carvão e material arqueológico.		
Ilha dos Corais	Sítio de Sinalizações Rupestres	Uma área de seis metros quadrados de um paredão de basalto escuro ao norte da ilha, acha-se coberta de sinais gravados na rocha com meio centímetro de profundidade e dois centímetros		Também ao sul da ilha dos Corais ocorrem sinalizações esparsas nos blocos isolados de diabásio; mas são menos expressivas.

<sup>599</sup> ROHR, João Alfredo. Anuais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Imprensa Universitária. Florianópolis, 1984

<sup>600</sup> Ibidem.

		de largura máxima. Os traços acham-se polidos por dentro e constam e círculos concêntricos, triângulos cheios, linhas onduladas paralelas e figuras estilizadas de homens e animais formando belo conjunto.		
Pinheira Localizado em terrenos de Sabino Joaquina da Silveira	Sítio Cerâmico Guarani	Sobre área de 5.000 metros quadrados encontram-se esparsos cacos de cerâmica de tradição guarani, de mistura com carvão vegetal	1966	O sitiante retirou do local duas urnas funerárias, que após quebrarem foram extraviadas. Desconfiados de tesouros enterrados, o dono não permite fazer qualquer sonda no sítio

Além dos sambaquis e dos sítios encontramos na região, estações líticas, que são locais, onde a populações pré-históricas preparavam os seus instrumentos, via de regra estão quase sempre localizadas próximas aos sambaquis e dos sítios de sepultamentos. Também encontramos sinalizações nas paredes das grutas e dos abrigos conhecidos como sinalizações rupes-  
tres.

Estas marcas, estes achados arqueológicos demonstram o quanto esta região foi habitada, mostrando que o homem pré-colombiano já tinha por esta região, como um espaço territorial de suma importância para a sua vida.

### 5.2.2 Os índios guaranis

Cabe aqui abrir um espaço para citarmos a presença do índio na localidade de Morro dos Cavalos, que retornaram à região nos anos 60, vindos do interior de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná e também do Paraguai. Estes possuem o mesmo tronco lingüístico dos primeiros índios a serem contatados pelos europeus nos séculos XVII e XVIII, o tupi-guarani, porém não são descendentes dos mesmos e também não possuem hábitos de vida ligados ao mar, como os seus antepassados.

Os relatos colhidos na região destacam que os índios que hoje formam a aldeia do morro dos cavalos, chegaram ali, no período de construção da BR 101, e que muitos dos índios que vivenciaram uma parte de suas vidas em aldeia, são provenientes da região de Ibirama, Alto Vale do Itajaí, devido à construção da Barragem de Ibirama, que acabou expulsando-os. Lá, viviam da retirada da madeira e, com o fim da madeira por conta da criação da barragem, eles

foram indenizados e procuraram outros espaços. Depoimentos de ex-prefeitos da cidade de Palhoça retratam a chegada destes índios na região:

*“Gente muito pobre, na época, me pediram socorro sobre os índios. Tivemos várias reuniões. Fiz seis casas de madeira, mandei o carpinteiro da prefeitura. Derubaram tudo, ficou zerado, o que eles queriam fazer ali era uma aldeia pra eles.”* (Neri Brasileiro Martins, 2004 ).

*“Foram trazidos depois, da construção da BR-101. Eles usaram os índios como justificativa para não fazer o túnel do Morro dos Cavalos.”* (Odílio José de Souza, 2004).

*“Os índios não existiam no morro dos Cavalos na época, anterior a BR101. Eles vieram para cá, provenientes de Ibirama, onde foi feita a barragem. Foram prejudicados por aquelas águas e foram indenizados e lá desfrutavam da madeira da região, eles não tinham mais como viver lá, pois a madeira acabou, e daí foram procurar outros locais. O padre Jaci é que fez um trabalho muito bom com os índios.”* ( Paulino Schmidt, 2004)

Estes aspectos levantados não tiram a importância de se dar aos indígenas aldeados no Morro dos Cavalos, as condições mínimas para que vivam com dignidade, assegurando a perpetuação de sua cultura, com a criação da Reserva Indígena.

### **5.3 Fases de povoamento**

#### **5.3.1 Um porto natural**

Os primeiros habitantes europeus a se fixarem na Ilha de Santa Catarina e região fronteira eram náufragos e desertores, provenientes das embarcações que se utilizavam dos excelentes portos naturais existentes entre a ilha e a terra firme para abastecimento. Dentre estes, destacam-se os da expedição de Juan Diaz Solis, em 1515, de D. Rodrigo de Acuña e de Sebastião Caboto, ambas em 1526, que logo vão entrar em contato com índios aldeados ao longo do litoral. Eram os Tupi-guarani, indígenas que mais tarde seriam apelidados pelos próprios europeus de Carijó. Foram estes índios, de comportamento pacífico e conhecedores da agricultura, que forneceram as condições necessárias para o estabelecimento dos primeiros homens brancos em território ilhéu e para o reabastecimento dos navios que ali aportavam em direção à região do rio da Prata.

É importante ressaltar que o primeiro núcleo povoador, embora por tempo limitado, foi efetivado por Sebastião Caboto. Este navegante ao dirigir-se para o rio da Prata a serviço da

Espanha, aporta na ilha para construir um pequeno barco que lhe propiciasse incursões por aquele rio. Caboto teria se instalado então na parte sul da ilha, num local conhecido como “Simplicio”, hoje Ribeirão da Ilha, construindo ali uma capela<sup>601</sup>. A denominação dada à Ilha de Santa Catarina, é atribuída a Caboto, pois ela já aparece em um de seus mapas em 1527<sup>602</sup>.

Com um posicionamento privilegiado na costa do Brasil, a Ilha de Santa Catarina torna-se um porto natural, despertando o interesse da Espanha por toda região. Muitos foram os oficiais enviados para tomada da ilha. O mais notável foi D. Álvaro Nunes Cabeza de Vaca. Chegando à ilha em 1541, permaneceu por cerca de oito meses com 400 homens, o que lhe possibilitou organizar uma expedição por terra em direção à Assunção do Paraguai, alcançando-a em 1542.

As estratégias de manter posse da ilha são diminuídas pela implantação da União Ibérica (1580-1640) Portugal e Espanha, sob a mesma coroa, resolviam na prática as desavenças criadas a partir do polêmico Tratado de Tordesilhas.

### **5.3.2 Os paulistas e a fundação da Enseada de Brito**

A fase de povoamento da região da Enseada de Brito está diretamente ligada à fundação de Desterro e Laguna, no século XVII, quando grande número de paulistas se deslocaram para o litoral catarinense e procuraram ocupá-lo em definitivo. O paulista Francisco Dias Velho Monteiro transfere-se da Capitania de São Vicente para a ilha de Santa Catarina com seus familiares, alguns religiosos e índios domesticados com o objetivo de iniciar ali uma povoação<sup>603</sup>. Queriam fazer frente à presença constante dos espanhóis nesta parte do território português, que tanto interessava a Portugal sua manutenção, face seus interesses sulistas. Entretanto, a morte de Dias Velho em circunstância trágica – teria sido assassinado por piratas – muda o destino da Vila de Desterro. Do grupo de pessoas que o acompanharam, a grande maioria abandonou o povoamento, deixando a ilha novamente despovoada.

No final do século XVII outras pessoas teriam tentado povoar a ilha, desta vez João Feliz Antunes, no ano de 1692, acompanhado de 260 açorianos. Porém, tal fato não chegou a ser

<sup>601</sup> PEREIRA, Nereu do Vale et al. Ribeirão da Ilha vida e retratos: um distrito em destaque. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991. p.50.

<sup>602</sup> SOUZA SOBRINHO, Ranulpho J. De. Agricultura na ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia. Insula – Boletim do Horto Botânico, UFSC, Florianópolis, n.5, abril 1972<sup>a</sup>. p. 6.

<sup>603</sup> PIAZZA, Walter F. A Colonização de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1988. p. 31.



comprovado<sup>604</sup>. É possível que esta informação não seja verídica, pois em 1712, havia na ilha “147 brancos, alguns índios e negros libertos”, segundo o navegador francês A. Frézier<sup>605</sup>.

Os mais importantes relatos sobre o estabelecimento de povoadores paulistas, na área em que posteriormente surgiu esta freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, apontam Domingos de Brito Peixoto como seu fundador, em meados do século XVII. Também indicam que Miguel Antunes Prompto estava presente na região, no mesmo tempo que ali se estabeleceu Brito Peixoto. Este último localizou-se onde hoje se situa a sede da freguesia, enquanto que Prompto localizou-se um pouco mais ao sul, junto ao rio Massiambú, os campos de Araçatuba.

As informações contraditórias, quanto a provável estada de Domingos de Brito Peixoto no local hoje denominada Enseada de Brito, a qual lhe atribuiu a fundação, não nos permite levantar uma hipótese concreta quanto ao verdadeiro iniciador desta povoação. Mesmo assim, a tradição oral, transcrita em documentos muito antigos encontrados na ilha de Santa Catarina, nos fins do século XVIII, por Paulo Miguel de Brito, afirma ser Brito Peixoto o fundador da Laguna e o responsável por tal evento histórico. O referido autor, em sua obra “Memória política da Capitania de Santa Catarina”, escrita no início do século XIX, descreve os primeiros anos de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito nos seguintes termos:

“Como o que quer que seja, o que parece, certo he que o primeiro povoador da ilha de Santa Catharina, fora Francisco Dias Velho, natural de Capitania de São Vicente, da qual passara para aquela ilha, onde fundou o primeiro estabelecimento no lugar em que hoje se acha edificada a Villa Capital e que se presume ter acontecido no anno de 1651(...) das mesmas memórias antigas que já citou-se consta que o fundador da Villa de Laguna Domingos de Brito fora também para Santa Catharina pelo mesmo tempo que o velho Monteiro, que aquele se estabelecera na terra firme na enseada a que deu seu nome, e que ainda hoje se chama de Brito: mas que descontente no local foi para o Sul, e se estabeleceu na Laguna(...) Consta de nossa historia que a Villa de Laguna teve lugar no anno de 1653, tempo em que Gabriel de Lara deu inicio a Villa de Paranaguá.”<sup>606</sup>

Ao lado deste historiador, alinham-se outros que compartilham de igual opinião, divergindo em detalhes. Dentre estes, podemos citar Boiteux, que assim se relata:

<sup>604</sup> CABRAL, Oswaldo R. Os Açorianos. Florianópolis: Imprensa oficial, 1950. p. 9.

<sup>605</sup> FREZIER, Amédée F. Relation du voyage de la mer du sud aux cotes du Chily et du Perou. In: ILHA DE SANTA CATARINA: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX. 2 ed. Florianópolis: Editora da USFC, 1984, p. 23.

<sup>606</sup> BRITO, Paulo Miguel. Memória Política da Capitania de Santa Catarina. Lisboa, typ. Da mesma academia, 1829. Reimpresso pela Sociedade Literária Biblioteca Catarinense, liv. Central, Florianópolis, 1932. p. 18.

“Referem alguns historiadores, que este colonizador antes de aportar em Laguna, estivera estabelecido em frente à ilha de Santa Catharina, no lugar em que se acha atualmente situada a freguesia da Enseada de Brito(...)”<sup>607</sup>.

Por razões até agora desconhecidas, em face de inexistência de documentos, parece que a fundação de Laguna foi à continuação do empreendimento tentado por Brito Peixoto na Enseada de Brito. E, partindo da hipótese de que a fundação de Enseada de Brito foi obra deste paulista, a mesma foi essencial na tentativa de fundar uma povoação mais ao sul (Laguna). Foram imensas as dificuldades que enfrentaram os empreendimentos desta natureza. Não só tinha que enfrentar as dificuldades de levantar capital, como também abastecer os colonos, enquanto a terra não produzisse seus frutos. Constituíam preocupações iniciais do povoamento, o desmatamento da terra, construção de moradias e demais instalações e o cultivo do solo, o que demandava alguns meses antes que os primeiros frutos se fizessem presentes.

Sua passagem pela Enseada de Brito ocorreu, mas as dificuldades o levaram a deslocar-se mais para o Sul. Assim sendo, a transferência de seu fundador para a Laguna não deixou despovoado este núcleo, tornando-se antes sim, disperso e insignificante – após cumprir seu papel –, para surgir como povoação regular e oficial um século mais tarde, quando vieram os açorianos.

A fase de tentativas povoadoras paulistas não termina com este empreendimento, outros procuraram se estabelecer pela mesma época em que o fez Brito Peixoto. De acordo com Lucas Boiteux:

“A 22 de Julho do anno seguinte (1666) o Capitão-Mor da praça de Santos, agostinho Figueiredo, com poderes do Marques de Cascaes, concedeu cartas de sesmarias de meia légua de terra sobre as margens do rio Massiambú na terra firme e todo o sertão a Miguel Antunes Prompto e treze companheiros de Guaratuba que lhe requerem como povoadores...”<sup>608</sup>

Ainda o mesmo historiador, nos fornece informação acerca de outro grupo de povoadores para esta área no final do século XVII:

“O Capitão-Mor da Villa de São Francisco G. de Lara fora este mesmo tempo (1692) substituído por Francisco Francisque... Este Capitão-Mor como procurador bastante do Marques de Cascaes, deu por sesmaria passada a 11 de janeiro de 1698 ao Capitão Antonio Bicudo Camacho com vinte casas, as terras ao sul do rio Massiambú compreendendo os Campos de Araçatuba...”<sup>609</sup>

<sup>607</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre. Pequena História Catarinense. Florianópolis, livraria Cysne, 1919. p. 229.

<sup>608</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre, *op. cit.*, p.231

<sup>609</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre, *op. cit.*, p.232

A partir das informações acerca da fixação de povoadores nesta área, no decorrer do século XVII, concluiu-se que o povoamento mesmo que disperso ocorreu na Enseada de Brito, já em meados do dito século.

Observa-se também que ao longo da segunda metade do século XVII e das primeiras décadas do século XVIII, viveu nesta área uma população remanescente das tentativas povoadoras, feitas pelos paulistas a partir da metade do século XVII. Tal fato é comprovado, quando da introdução dos açorianos que encontraram contingentes populacionais vivendo nestas paragens. Os poucos sucessos alcançados por estas tentativas colonizadoras, fizeram com que seus moradores gravitassem em torno dos dois pólos mais prósperos da época, Des-terro e Laguna, dos quais dependiam diretamente suas atividades econômico-comerciais.

### **5.3.3 A população pré-açoriana**

Até a chegada dos açorianos, a área da futura Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, permaneceu num quase total anonimato documental. E, é através dos documentos do período da chegada dos ilhéus que se constata estarem à população deixada pelos paulistas naquela orla marítima, em perigo de desaparecer com qualquer contratempo demográfico, pois seu número pouco ultrapassava a cem almas.

Um documento do Governador da Capitania de Santa Catharina, datado de 1750, ano da introdução do maior contingente de colonização açoriana na área, aponta na freguesia da Enseada de Brito a presença de “casais paisanos”, ou seja, a população não açoriana que vivia ali na época. Estes constituem em torno de 25% da população adulta no referido ano, provavelmente igual proporção da população jovem. Constituiu-se este documento no mais forte indício de uma ocupação anterior à data da criação da freguesia.

O documento assim apresenta: “Na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito – 1 Capitão, 2 Sargentos, 4 Cabos, 1 Vigário, 27 casaes paisanos, 86 casaes ilhéus, filhos e filhas maiores 98, filhos e filhas menores 141.”<sup>610</sup>.

Voltamos a enfatizar o referido documento, e analisando as informações contidas no mesmo, referentes à classificação da população, pergunta-se: quem seriam os ditos “casais paisanos”? Uma distinção de ordem econômica? Não é provável, pois os habitantes desta área eram basicamente agricultores, sendo absurdo tal enfoque classificatório. Para distingui-lo

---

<sup>610</sup> SOUZA, Coronel Manoel Escudeiro Ferreira Gpvernador. Mapa de tudo que se acha nesta ilha de Santa Catharina no ano de 1750. Doc. catalogados, Rio de Janeiro, caixa 31, doc. 15.200 – 11. Arquivo Histórico Ultramarino Português.

dos militares? Constitui-se em hipótese igualmente sem fundamento, considerando-se que a unidade militar sediada na freguesia era pequena, e a 6ª Companhia de Cavalaria, pertencente ao Exército de 2ª linha da Ilha de Santa Catarina. E, mesmo sendo formado por população ligada ao cultivo do solo, eventualmente recrutado, não se constituía em unidade militar de grande expressão que justificasse tal classificação.

O mais provável é que o documento refere-se aos habitantes do país, ou seja, aquela população que já há muito vivia na área. E no caso da Enseada de Brito, estes paisanos seriam descendentes dos antigos povoadores paulistas, que procuraram ali se fixar no decorrer da segunda metade do século XVII. Observando-se os documentos originais, no que concerne a outras freguesias, que tinham população pré-açoriana, a mesma referência é feita a esta população: são denominadas de “paisanos”.

Deduz-se ser a intenção do Governador a de chamar a atenção das autoridades Portuguesas, para a presença maciça dos ilhéus (açorianos) no litoral catarinense. Teve, com tal objetivo, o cuidado de levantar a população que já vivia na área, especialmente a adulta, pois constituía a força produtiva naquele momento, capaz de demonstrar ao Vice-Rei as possibilidades de sucesso desta nova fase de povoamento.

O documento pode ser tido como prova do esforço português por ocupar as terras do Sul do Brasil, de maneira efetiva e duradoura, face seus interesses já caracterizados junto ao Rio da Prata, onde existia a instável povoação do Sacramento, desde 1680. Até que tal empreitada se tornasse um sucesso, houve passos intermediários dados ao longo da primeira metade do século XVIII. O primeiro deles foi à criação da Capitania de Santa Catharina, em 14 de julho de 1738, a qual corresponde a uma preocupação oficial de Portugal com as terras do Sul do Brasil. A Coroa queria efetivamente ocupar estas terras, em face do não cumprimento por parte do Império Português da Linha do Tratado de Tordesilhas de 1494.

A fundação da Capitania de Santa Catharina foi o primeiro passo no sentido de capacitar esta área para autodefesa, caso as pretensões espanholas de reconquistá-las fossem postas em prática. A fim de levar avante tal empresa, o Rei de Portugal, ouvido o Conselho Ultramarino do Reino, em atendimento à sugestão feita pelo então Governador da Capitania de Santa Catharina, Brigadeiro Silva Paes, toma uma série de medidas, visando transferir das ilhas dos Açores os colonos necessários à concessão de tão importante empreendimento. Brito<sup>611</sup> nos dá as seguintes informações acerca das medidas oficiais tomadas para levar avante a empresa.

---

<sup>611</sup> BRITO, Paulo Miguel. *Op.cit.*, p.43

*“Depois que foi criado o Governo da Capitania de Santa Catharina, tratou o Senhor D.João V da sua colonização consultou sobre esta tão interessante medida o Conselho Ultramarino, o qual em 8 de agosto de 1746 dirigiu a sua consulta à presença daquele Monarcha, que em resolução da mesma de 31 do dito mez e anno, ordenou que das Ilhas dos Açores e Madeira se transportassem para Santa Catharina e Continente do Rio Grande quatro mil famílias para povoarem e cultivarem aquelles férteis paizes. Em conseqüência mandar-se-ão afixarem editais em todas aquellas ilhas prometendo aos seus habitantes que quisessem vir para a indicada colonização, transporte a custa do Estado, ajudas de custo, instrumentos de lavoura, e outras vantagens, com tanto porem que os homens não tivessem mais de quarenta annos de idade, e as mulheres mais de trinta.”*<sup>612</sup>

Os editais mandados fixar nas ilhas dos Açores diziam na integra, conforme registro no Arquivo Histórico Ultramarino, Núcleo Açores:

*“Os Editais dizia El Rei etc... Fazer mercê aos cazaes das ditas ilhas que quizessem hir estabelecer-se no Brasil de lhes facilitar o transporte, o estabelecimento mandando-se transportar, à custa da sua Real Fazenda não só por mar, mas também por terra,... e logo que chegarem para ele... For das ilhas de mais de doze annos e de menos de vinte e cinco cazada ou solteira, se darão 2.400 Réis de ajuda de custo, e aos cazaes que levarem filhos, se lhes darão para ajuda de os vestir Mil Réis por cada filho, e logo que chegarem aos sítios que hão de habitar, se Dara a cada cazal huma espingarda, duas enxadas, hum maxado, huma enxó, hum martello, hum facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, huma serra com sua lima e travadoura, dois alqueires de semente, duas vacas e huma égoa, e no primeiro anno se lhe dará a farinha que se entender basta para o sustento... os homens que passarem por conta de sua Magestade ficarão izentos de servir nas tropas pagas, onde se dará a cada cazal hum quarto de légoas em quadra..”*<sup>613</sup>

Tais medidas Reais Portuguesas surtiram efeitos imediatos. Dois anos após a fixação dos ditos editais, chegou a Santa Catarina a primeira leva de Açorianos, seguida de outras que se estenderam até 1756, ano da última leva oficial. Segundo Cabral (1950, P.26), o número de pessoas vindas estava entorno de 4.500 pessoas.

### **5.3.4 A chegada dos açorianos**

A segunda fase do povoamento da Enseada de Brito iniciava-se a partir de 1748, quando se principia os transportes das ilhas. Os açorianos que se localizaram nestas áreas, segundo podemos constatar por documentos, foram dos que vieram nas levadas que se efetuaram até 1750. Constatou-se uma divergência entre os dados apresentados no Documento intitulado “Mapa de Tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catarina no ano de 1750”, do Gover-

<sup>612</sup> *idem*, p.43.

<sup>613</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Núcleo Açores. Mão nº 2, doc. nº 78.

nador Manoel Escudeiro Ferreira, e os dados apresentados por Cabral (1950, p.26) que deu 405 açorianos na Enseada de Brito já nos fins de 1749 ou início de 1750<sup>614</sup>.

Cabral (1950) também apresenta informações sobre uma carta enviada pelo Secretário da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, datada de 3 de dezembro de 1750, ao Governador da Capitania de Santa Catarina, felicitando-o por sua iniciativa de ter enviado para o sul dois contingentes de colonos que foram localizados na Enseada de Brito e na Laguna. Assim se expressa o Secretário na referida carta: “O mesmo senhor louva o zelo com que Vmecê se emprega no seu Real Serviço nas povoações que vai estabelecendo na Enseada de Brito, cinco léguas ao sul distante desta Villa em que Vmecê refere que já tem 405 pessoas e na Laguna.”<sup>615</sup>

Fazendo um rápido estudo comparativo das duas diferentes fontes, apoiada em documentos oficiais, verifica-se que há uma coerência entre os mesmos; muito embora, o apresentado pelo historiador Oswaldo Cabral, seja um índice um pouco alto, parte-se do princípio de que o documento de 1750 é mais minucioso nos dados e mais completos. Assim sendo, vê-se a distinção feita entre casais açorianos e paisanos, como ponto de partida para uma apreciação, mas detalhada sobre as proporções populacionais de cada grupo que vivia em Enseada de Brito no ano de 1750. Assim raciocinando, identificou-se o percentual dos casais paisanos em relação à população total de 473 almas, estabelecendo-se que os mesmos representavam 24%. Ou seja, que em um quarto da população adulta casada apresentados no referido “Mapa” já viviam na área.

Considerando-se que estes “paisanos” já viviam na área ao longo do tempo, tendo adquirido, em função disto, hábitos demográficos adequados às condições de sobrevivência no local e os açorianos vindos para o Brasil, especialmente os que foram para esta localidade, eram em grande parte formada de viúvos, portanto uma população madura, que na melhor das hipóteses, apresentava proporções de população jovem igual a que vivia na área. Procurou-se fazer uma análise dos dados, no intuito de melhor esclarecer as possibilidades de interação destas duas correntes povoadoras a partir do potencial humano por elas oferecido.

Processando-se os cálculos dentro desta linha de raciocínio, concluiu-se que a população açoriana introduzida, situou-se em torno de 352 pessoas, assim classificadas: 86 casais, 63 filhos e filhas maiores, 107 filhos e filhas menores. Quanto à população local, os paisanos, apresentavam: 27 casais, 23 filhos e filhas maiores, 34 filhos e filhas menores, totalizando

<sup>614</sup> CABRAL, Oswaldo R. op.cit., p.528, citando documento do palácio.

<sup>615</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op.cit.*, p.528-9.

111 pessoas. Somando-se a estes, 7 militares e 1 vigário, o que nos dá o total populacional para o ano de 1750 da ordem de 473 pessoas.

Tal contingente populacional, numa época em que o sul do Brasil achava-se em fase de povoamento definitivo, foi fator decisivo para a elevação de Enseada de Brito, em 13 de Abril de 1750 à categoria de Distrito Policial de Desterro, e a 13 de maio do mesmo ano, através de Carta Regia, à categoria de Freguesia<sup>616</sup>. A paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito passou a existir a partir de 1750, já aparecendo no ano seguinte os primeiros registros efetuados pelo vigário<sup>617</sup>.

Os limites da freguesia, estabelecidos em 1750 e que se mantiveram intactos até 1846, eram: “ao norte, no rio Cubatão, com a freguesia de São José; ao sul, no Mato do Pau da Rainha, ao sul de Garopaba; ao oeste com o Sertão; ao leste com o oceano”.<sup>618</sup>

Após quase 50 anos da chegada dos açorianos, a comunidade da Enseada de Brito demonstrava um excelente desenvolvimento econômico e um grande crescimento populacional para a época, como foi assim descrita, em 1796 no Relatório do Governador da Capitania de Santa Catarina:

*“fogos (famílias) – 196, livres – 832, forros -5, escravos 242; total de 1.091 moradores (...) produção econômica: em alqueires – 6.000 de farinha de mandioca, 1.277 de arroz, 1.153 de milho, 577 de feijão, 6 de favas, 150 de trigo; Medidas – aguardente de cana – 4.443; melado – 390; Arrobas – açúcar 486; Algodão – 184, café -9; pedras – linho -119. Engenhos e fábricas: fábricas de açúcar – 11, engenhos de aguardente – 25, engenhos de mandioca – 65, atafonas de moer trigo – 39, curtumes de couro - 4”.*<sup>619</sup>

Já em 1840, antes dos desmembramentos territoriais, possuía uma população de 2.731 habitantes. Cabe ressaltar que, de sua área territorial inicial, foram desmembradas as freguesias (hoje município) de Garopaba (1846) e Santo Amaro da Imperatriz (1854).

A freguesia da Enseada de Brito pertenceu a Vila de Desterro (hoje Florianópolis), até 1º de março de 1833 passou a integrar a Vila de São José, recém-desmembrada da Capital. Em 24 de janeiro de 1894, com o desmembramento de Palhoça, passou a estar sob a sua jurisdição, permanecendo até a presente data, na condição de distrito, com uma população aproximada de 15.000 habitantes.

<sup>616</sup> BOITEAUX, Lucas Alexandre. Op. cit., p. 75

<sup>617</sup> ENSEADA DE BRITO. Casamentos. Liv. 1, 1751-843.

<sup>618</sup> BRITO, Paulo Miguel. Memória Política da Capitania de Santa Catarina. Lisboa, 1828, p. 43.

<sup>619</sup> Relatório do governador da Capitania de Santa Catarina. João Alberto Ribeiro, 1796.

#### 5.4 Procedência dos açorianos fundadores da Enseada

É necessário destacar, que os açorianos vindos para esta freguesia, a qual deram existência legal, eram procedentes principalmente das ilhas Terceira, Faial, Graciosa e Pico<sup>620</sup>. Cada grupo localizou-se em áreas próximas, formando “bolsões”, que se mantiveram por gerações sucessivas até os dias de hoje, perpetuados muitas vezes por casamentos em consanguinidade. Tal fato sugere rivalidades que cultivavam, provavelmente já nas próprias ilhas, ou resultantes da própria situação, de quase isolamento, em que se encontravam. Em face da distância de sua terra natal, procuraram manter-se unidos aos que já conheciam num movimento de sobrevivência grupal.

As pesquisas realizadas indicaram que os 496 açorianos que fundaram Enseada de Brito em 13 de maio de 1750 procediam de sete das nove ilhas do arquipélago dos Açores, com destaque para a ilha do Faial, que participou com 169 pessoas, portanto representando 34% dos açorianos que foram para a Enseada de Brito, seguida da ilha de São Jorge com 21% e a do Pico com 18%, formando um triângulo na região central do arquipélago.

**Tabela 41:** Procedência dos Açorianos fundadores da Enseada de Brito

<b>Ilhas</b>	<b>Conselhos</b>	<b>Freguesias Participantes</b>	<b>Enseada do Brito Total de Imigrados</b>
<b>Terceira</b>	Angra Heroísmo	06	22
	São Sebastião	02	01
	Praia Vitória	07	22
	Freguesias desconhecida	06	20
	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>66</b>
<b>Graciosa</b>	Praia	02	08
	Santa Cruz	02	19
	Freguesias sem correspondência na ilha	03	03
	Freguesias desconhecidas	-	11
	<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>41</b>
<b>São Jorge</b>	Calheta	04	19
	Topo	01	18
	Vellas	04	38
	Freguesias sem correspondência na ilha	07	16
	Freguesias desconhecida		12
	<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>103</b>
<b>Pico</b>	Lagens	02	03
	Madalena	02	22
	São Roque	03	24
	Freguesias desconhecida		11

<sup>620</sup> PIAZZA, Walter F. Açorianos em Santa Catarina. São Paulo, (7): 79-89, 1955, Revista Genealógica Latina.



	Freguesias sem correspondência na ilha	07	32
	<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>92</b>
<b>Faial</b>	Horta	06	119
	Freguesias desconhecida		15
	Freguesias sem correspondência na ilha	06	35
	<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>169</b>
<b>Santa Maria</b>	Vila Porto	-	-
	Freguesias desconhecida	-	03
	Freguesias sem correspondência na ilha	01	03
	<b>Total</b>	<b>01</b>	<b>06</b>
<b>São Miguel</b>	Agôa do Pau	01	-
	Lagoa	-	-
	Ponta Delgada	03	10
	Ribeira Grande	-	-
	Capellas	01	03
	Vila Franca	-	-
	Nordeste	-	-
	Povoação	-	-
	Freguesias desconhecida	-	06
	Freguesias sem correspondência na ilha	-	-
	<b>Total</b>	<b>05</b>	<b>19</b>
<b>Açores</b>	<b>Total de Conselhos 21</b>	<b>74</b>	<b>496</b>

\* População oriunda dos Açores imigrada para a Enseada de Brito no Século XVIII<sup>621</sup>

Ao analisar o quadro apresentado, tem-se com clareza o numero de ilhéus que chegaram à comunidade da Enseada de Brito procedentes de diversas ilhas, com suas respectivas freguesias. Observa-se que 496 açorianos aqui aportaram, tendo com procedência 14 vilas, com destaque para as vilas das ilhas do Faial, com 33,8%, e ilha São Jorge 22,7%. Considerando-se o aspecto de procedência por freguesia, obtivemos os seguintes dados:

- a) **Ilha do Faial** – 169 pessoas procedentes de nove freguesias incluindo os desconhecidos como integrantes de uma freguesia, sendo que as freguesias de Santa Bárbara dos Cedros com 74 pessoas, representando 41,2% dos procedentes da ilha, 13,9% dos emigrantes açorianos para Enseada de Brito, e Nossa Senhora da Ajuda com 31 pessoas, participando com 17,5% dos emigrantes do Faial. Estas foram as freguesias que forneceram os maiores contingentes procedentes da ilha do Faial. Em conjunto, representaram 58,7% dos faialenses e 19,8% dos ilhéus que se fixaram na referida comunidade. Se consideradas em

<sup>621</sup> Fonte: Dados extraídos do livro: A população dos Açores no ano de 1849. Ponta Delgada, Portugal: Universidade dos Açores, 1983, de Gilberta Pavão Nunes Rocha.

conjunto as demais freguesias colonizadas, podemos afirmar que os faialenses localizaram-se basicamente em Enseada de Brito, pois representaram 33,8% dos ilhéus fixados na freguesia, enquanto constituíram apenas 3,8% dos fixados em outras comunidades.

- b) **Ilha de São Jorge** – 103 pessoas, vindas de 12 freguesias, incluindo os desconhecidos, como uma freguesia. A freguesia de Santamaro com 28 pessoas, representando 23,3% dos vindos da ilha e 5,3% dos imigrantes açorianos fixados na povoação; e a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Topo com 22 pessoas, representando 18,4% dos vindos de São Jorge, são as que participaram com os maiores contingentes procedentes da ilha para a Enseada de Brito. Estes ilhéus representaram 22,8% dos imigrantes fixados na freguesia.
- c) **Ilha do Pico** - 92 pessoas procedentes de 10 freguesias. Destaca-se como principal freguesia irradiadora a de São Roque, com 25 indivíduos, constituindo 27,8% dos imigrantes procedentes da ilha, 4,8% dos procedentes dos Açores. No conjunto, a ilha do Pico foi responsável por 17,6% dos açorianos fixados em Enseada de Brito.
- d) No que se refere à freguesia da Enseada de Brito, as demais ilhas dos Açores participaram com contingentes menores. **Terceira:** 13,2%, originados de 11 freguesias; **Graciosa:** 7,5%, procedentes de cinco freguesias; **São Miguel:** 4,1%, procedentes de três freguesias; e **Santa Maria** com 1,1% do percentual.

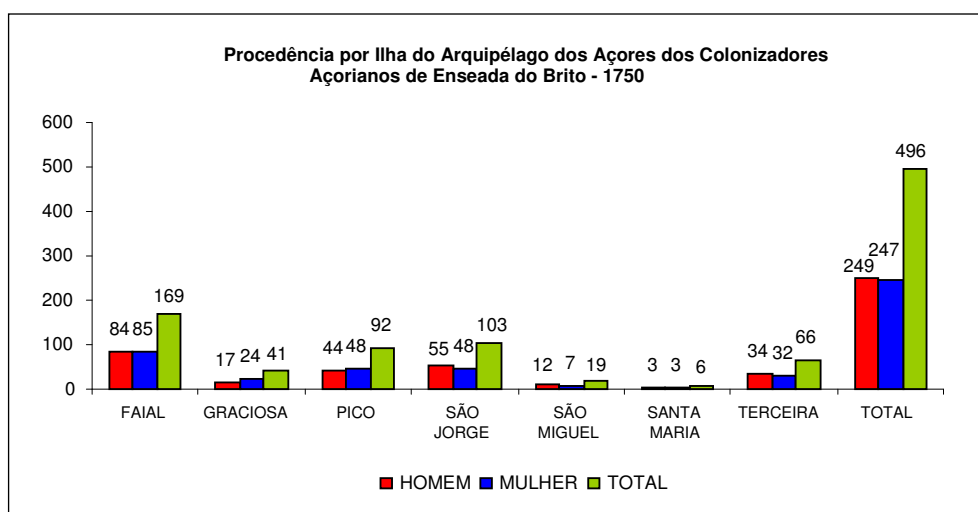
Em síntese, os 496 ilhéus que se fixaram na freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito procediam de 52 freguesias dos Açores, mostrando que, apesar da preocupação oficial em transferir estruturas sociais montadas, estas ficaram bastante fragmentadas, tendo em vista a variedade de freguesias de origem dos imigrantes, que já nas ilhas tinham rivalidades.

Esta diversidade de ilhas e freguesias fez com que os casais trouxessem as rivalidades que existiam entre os ilhéus, gerando os chamados **bolsões de resistência**, que ainda hoje estão presentes entre as diversas pequenas comunidades que integram o distrito da Enseada de Brito.

**Gráfico 1 - Procedência por Ilha do Arquipélago dos Açores dos colonizadores açorianos de Enseada de Brito – 1750**

Ilhas	H	M	T	% do total
FAIAL	84	85	169	34%
GRACIOSA	17	24	41	8%
PICO	44	48	92	18%
SÃO JORGE	55	48	103	21%
SÃO MIGUEL	12	07	19	4%
SANTA MARIA	03	03	06	1%
TERCEIRA	34	32	66	14%
<b>TOTAL</b>	<b>249</b>	<b>247</b>	<b>496</b>	<b>100%</b>

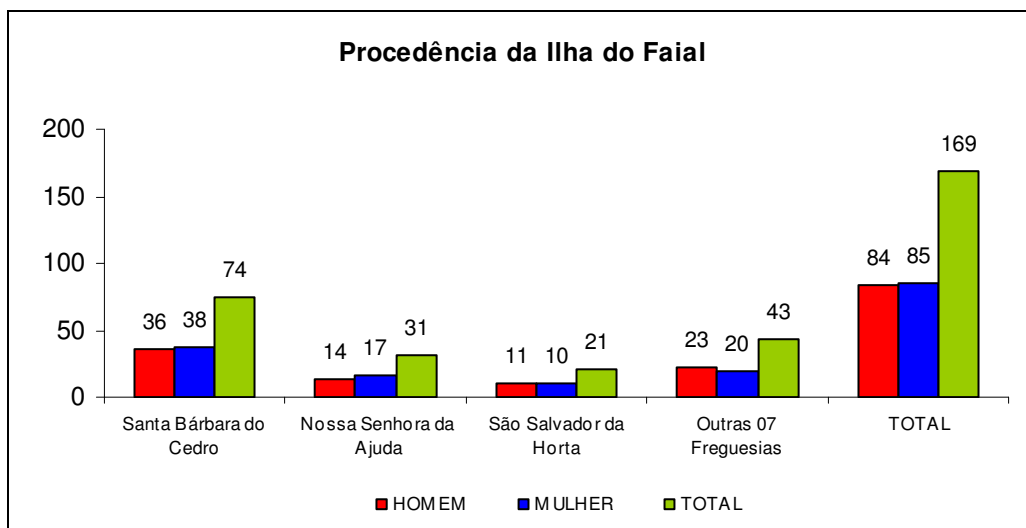
*Fonte: Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito.  
Batismos, casamentos e óbitos de 1750 – 1800.  
Cúria Metropolitana de Florianópolis.*



**Gráfico 2 - Procedência da Ilha do Faial**

Freguesias	H	M	T
Santa Bárbara dos Cedros	36	38	74
Nossa Senhora da ajuda	14	17	31
São Salvador da Horta	11	10	21
Outras 07 (sete) Freguesias	23	20	43
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>85</b>	<b>169</b>

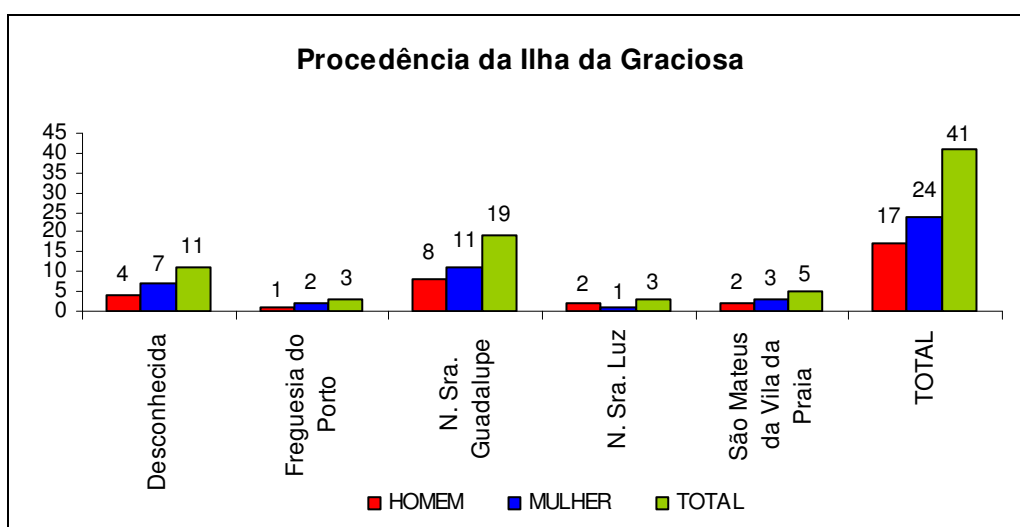
*Fonte: Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito.  
Batismos, casamentos e óbitos de 1750 – 1800.  
Cúria Metropolitana de Florianópolis.*



**Gráfico 3 - Procedência da Ilha da Graciosa**

Freguesias	H	M	T
Desconhecida	04	07	11
Freguesia do Porto	01	02	03
N. Sra. Guadalupe	08	11	19
N. Sra. Da Luz	02	01	03
São Mateus da Vila da Praia	02	03	05
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>24</b>	<b>41</b>

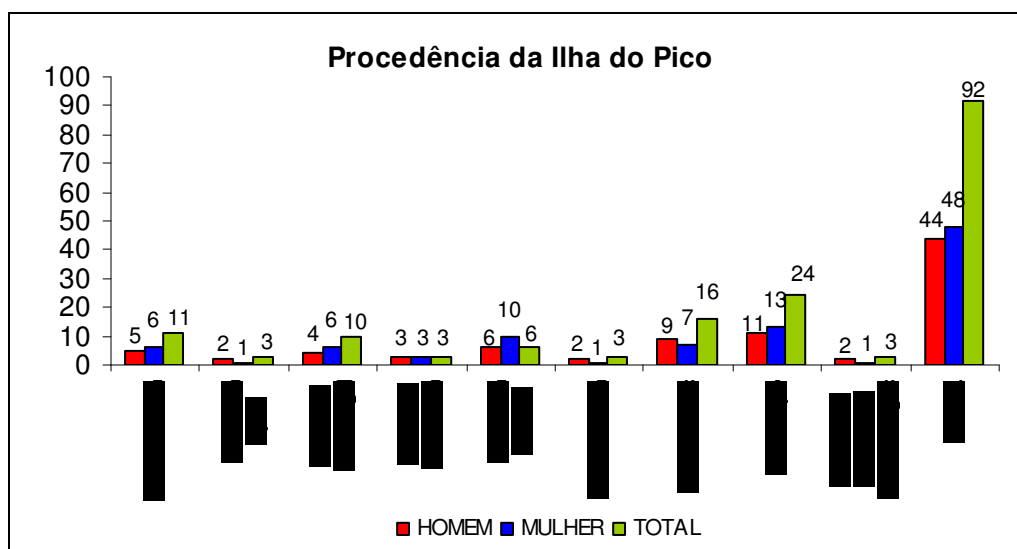
*Fonte: Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito.  
Batismos, casamentos e óbitos de 1.750 – 1.800.  
Cúria Metropolitana de Florianópolis.*



**Gráfico 4 - Procedência da Ilha do Pico**

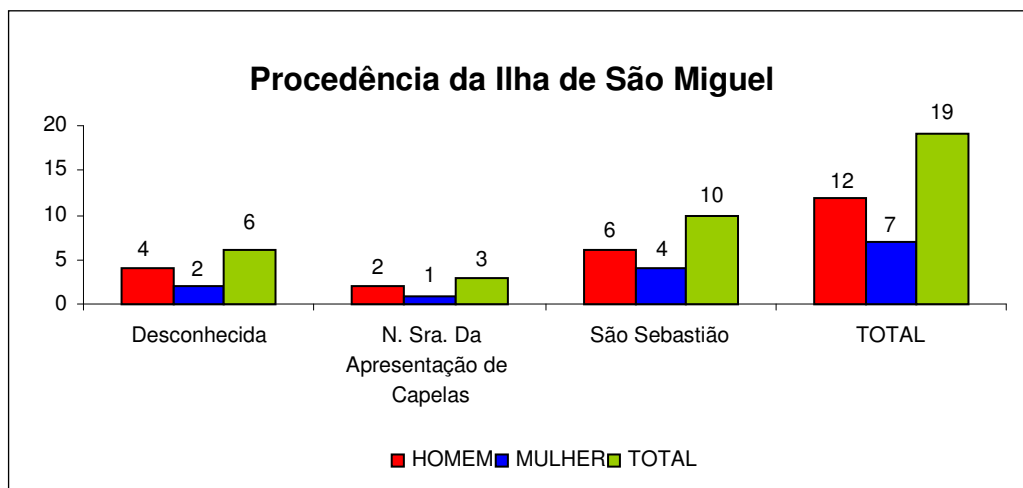
Freguesias	H	M	T
Desconhecida	05	06	11
N. Sra. Da Ajuda	02	01	03
N. Sra. Da Boa Viagem	04	06	10
N. Sra. Da Candelária	03	03	03
Nossa Sra. Da Piedade	06	10	16
Santa Bárbara	02	01	03
São Matheus	09	07	16
São Roque	11	13	24
Santíssima Trindade da Vila das Lages	02	01	03
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>48</b>	<b>92</b>

*Fonte: Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito.  
Batismos, casamentos e óbitos de 1750 – 1800.  
Cúria Metropolitana de Florianópolis.*

**Gráfico 5 - Procedência da Ilha de São Jorge**

Freguesias	H	M	T
Desconhecida	04	08	12
N. Sra. Das Neves do Norte Grande	04	02	06
N. Sra. Do Rosário da V. Nova do Topo	07	11	18
Santo Anjo e S. Thiago da Ribeira Seca	11	08	19
Santa Bárbara dos Cedros V. das Velas	05	04	09
Santamaro	12	08	20
São Jorge	04	02	06
Nossa Senhora Da Luz	02	01	03

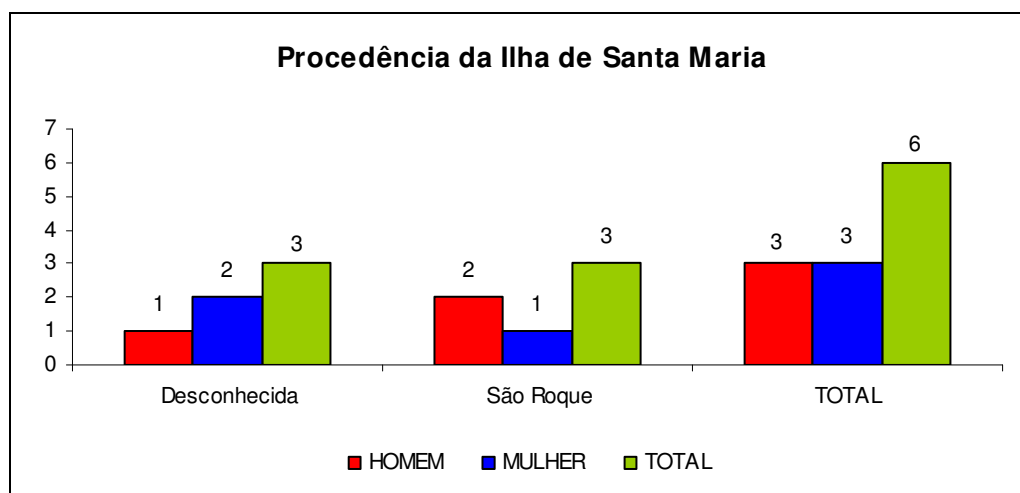




**Gráfico 7 - Procedência da Ilha de Santa Maria**

Freguesias	H	M	T
Desconhecida	01	02	03
São Roque	02	01	03
<b>Total</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>06</b>

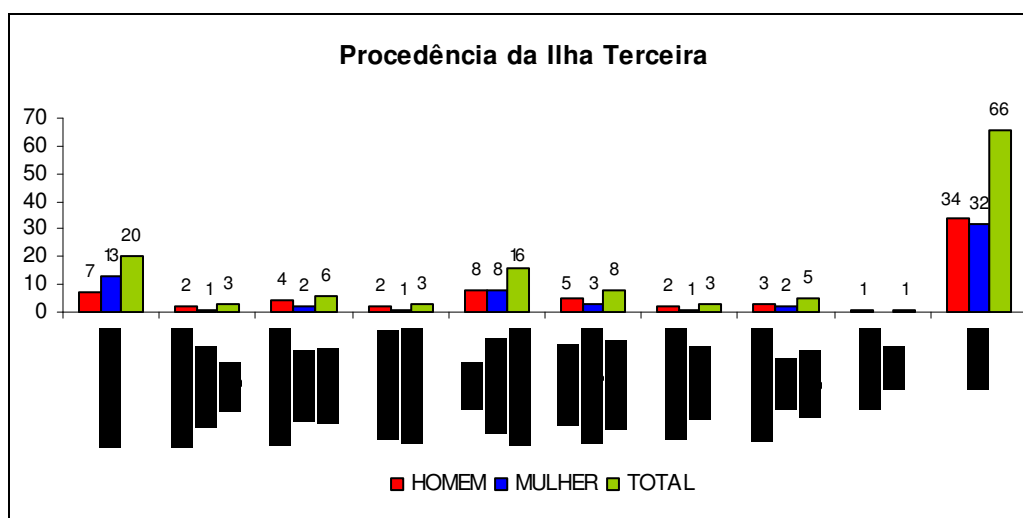
*Fonte: Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito. Batismos, casamentos e óbitos de 1750 – 1800. Cúria Metropolitana de Florianópolis.*



**Gráfico 8 - Procedência da Ilha Terceira**

Freguesias	H	M	T
Desconhecida	07	13	20
Catedral da Sé Cidade de Angra	02	01	03
Santa Bárbara da Fonte Bastarda	04	02	06
Santa Beatriz das 4 Ribeiras	02	01	03
Santa Catarina do Cabo da Praia	08	08	16
Nossa Senhora da Conceição de São Bento	05	03	08
São Matheus da Fonte	02	01	03
São Pedro da Ponta Delgada	03	02	05
Da Vila da Praia	01	-	01
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>32</b>	<b>66</b>

*Fonte: Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito.  
Batismos, casamentos e óbitos de 1750 – 1800.  
Cúria Metropolitana de Florianópolis.*



**Tabela 42 – Relação da população alistada nos Açores e fixação na freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito**

Ilha	População. Alistada	Emigrantes para Enseada de Brito	%Pop. Alistada
FAIAL	1207	169	14,0
GRACIOSA	772	41	5,31
PICO	1776	92	5,01
SÃO JORGE	2822	103	3,65
SÃO MIGUEL	328	19	5,79
TERCEIRA	912	66	7,24
OUTRAS ILHAS	-	06	-
<b>Total Imigrantes</b>	<b>7817</b>	<b>496</b>	<b>6,31</b>



## 5.5 Os troncos familiares procedentes de Açores

**Tabela 43** – Lista nominal dos troncos familiares açorianos fixados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, no Século XVIII

Tronco Familiar			Procedencia por Ilha					
Sobrenomes dos troncos familiares	Numero de Famílias Oriundas dos Açores	Total de Pessoas	Faial	Graciosa	Terceira	São Jorge	Pico	São Miguel
Anjos	2	2	-	-	-	2	-	-
Ávila	2	6	-	-	-	1	1	-
Azevedo	1	1	-	1	-	-	-	-
Borba	1	3	-	-	-	1	-	-
Botelho	2	8	-	-	-	2	-	-
Branco	1	3	-	-	-	-	1	-
Cabral	3	5	-	-	-	3	-	-
Castro	3	10	1	-	-	2	-	-
Coelho	1	4	-	-	-	1	-	-
Conceição	2	2	-	-	2	-	-	-
Conde	1	3	-	1	-	-	-	-
Cordenis	1	5	-	-	1	-	-	-
Cordeiro	1	1	-	-	1	-	-	-
Correa	2	4	-	2	-	-	-	-
Costa	2	6	-	-	1	-	1	-
Corisco	1	2	-	1	-	-	-	-
Cunha	1	3	-	-	-	1	-	-
Dias	2	4	-	-	1	-	1	-
Duarte	1	3	1	-	-	-	-	-
Dutra	1	3	1	-	-	-	-	-
Espínola	2	6	1	-	-	-	-	1
Farias	1	3	1	-	-	-	-	-
Fernandes	1	7	-	-	-	-	1	-
Ferreira	1	4	1	-	-	-	-	-
Francisco	2	6	1	-	1	-	-	-
Flores	1	3	-	-	-	1	-	-
Fraga	1	3	-	-	-	-	1	-
Freitas	4	1	2	1	1	-	-	-
Furtado	4	13	3	-	-	-	1	-
Góes	4	12	-	-	2	-	2	-
Gonçalves	1	3	-	-	-	-	-	-
Goulart	2	7	2	-	-	-	-	-
García	9	32	4	-	3	-	2	-
Jesus	3	3	2	-	-	1	-	-
Josepha	1	1	-	1	-	-	-	-
Jose	1	3	1	-	-	-	-	-
Luiz	2	6	-	-	-	2	-	-

Lima	2	6	-	-	-	1	1	-
Linhares	1	3	-	-	1	-	-	-
Macedo	1	3	-	-	-	-	1	-
Machado	1	33	1	1	1	6	1	-
Maciel	1	3	-	-	-	-	1	-
Magiricao	1	3	-	-	-	-	-	-
Maria	2	2	-	-	1	1	-	-
Medeiros	2	3	2	-	-	-	-	-
Mello	1	3	-	-	1	--	-	-
Menezes	1	3	-	1	-	-	-	-
Moraes	1	1	-	-	-	1	-	-
Nascimento	2	4	1	-	-	1	-	-
Neves	1	4	-	-	1	-	-	-
Nunes	2	5	-	1	-	1	-	-
Pacheco	2	3	-	-	-	-	1	1
Pena	1	3	-	-	1	-	-	-
Pereira	13	41	7	1	2	1	2	-
Pimentel	2	7	2	-	-	-	-	-
Quadros	1	3	1	-	-	-	-	-
Quaresma	1	3	-	-	-	-	1	-
Ramos*	1	3	-	-	-	-	-	-
Reis	1	3	-	-	-	1	-	-
Ribeiro	2	10	2	-	-	-	-	-
Rodrigues	8	24	6	-	-	2	-	-
Rosa	10	31	5	-	-	1	4	-
Rosário	4	5	-	2	-	2	--	-
São Jose	1	1	-	-	-	1	-	-
Silva	4	10	-	1	2	1	-	-
Silveira	8	21	1	-	-	2	4	-
Souza	4	12	-	1	-	3	-	-
Tavares	1	4	-	-	-	-	1	-
Teixeira	4	12	2	-	-	1	-	1
Terra	1	3	1	-	-	-	-	-
Vale	1	3	1	-	-	-	-	-
Vargas	1	3	1	-	-	-	-	-
Vaz	1	3	-	-	1	-	-	-
Ventura	1	3	-	-	1	-	-	-

- Procedente da Ilha de Santa Maria

**Tabela 44** – Lista nominal dos troncos familiares açorianos mais numerosos, que se fixaram na freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, no século XVIII

Tronco Familiar			Procedencia por Ilha					
Sobrenomes dos troncos familiares	Numero de Famílias Oriundas das Açores	Total de Pessoas	Faial	Graciosa	Terceira	São Jorge	Pico	São Miguel
Pereira	13	41	7	1	2	1	2	-
Machado	10	33	1	1	1	6	1	-
Rosa	10	31	5	-	-	1	4	-
Garcia	9	32	4	-	3	-	2	-
Rodrigues	8	24	6	-	-	2	-	-
Silveira	8	21	1	-	-	2	4	1

*Fonte: Arquivo Paroquial, da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito.*

*Batismos, casamentos e óbitos de 1750 – 1800.*

*Cúria Metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.*

**Tabela 45** – Lista nominal por procedência das Ilhas dos Açores das células familiares açorianas fixadas na freguesia Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, no século XVIII (1748-56)

Célula Familiar	Ilha	Composição Familiar		
		Filhos	Filhas	Total Pessoas
ANJOS, Antonio Silveira	Pico	-	-	1
ANJOS, Maria Jacinta dos	Pico	-	-	1
AVILLA, Antonio de Souza	São Jorge	1	-	3
AVILLA, Manoel Rosa de	Pico	1	-	3
AZEVEDO, Pedro Correa	Graciosa	-	-	1
BORBA, André de	São Jorge	-	1	3
BOTELHO, Antonio dos Santos	São Jorge	-	-	1
BOTELHO, Antonio de Souza	São Miguel	3	2	7
BRANCO, Manoel da Rosa	Pico	1	-	3
CABRAL, Francisco de Souza	São Jorge	1	-	3
CABRAL, Francisco Pereira	São Jorge	1	-	2
CABRAL, Francisco Lara	São Jorge	-	-	1
CASTRO, José Silveira	São Jorge	-	-	1
CASTRO, Manoel Silveira de	São Jorge	2	2	6
CASTRO, João Rodrigues	Faial	1	-	3
COELHO, Manoel da Silveira	São Jorge	2	-	4
CONCEIÇÃO, Maria da (1)	Terceira	-	-	1
CONCEIÇÃO, Maria da (2)	Terceira	-	-	1
CONDE, Domingos de	Graciosa	-	1	3
CORDENIS, Francisco Martins	Terceira	2	1	5
CORDEIRO, Manoel Ramos	Terceira	-	-	1

CORREA, Manoel	Graciosa	-	-	1
CORREA, Pedro	Graciosa	-	1	3
COSTA, Antonio Homem da	Pico	-	1	3
COSTA, Pedro José da	Terceira	1	-	3
CORISCO, Vital Machado	Graciosa	-	-	2
CUNHA, Antonio Leal da	São Jorge	1	-	3
DIAS, Antonio de Souza	Pico	1	-	3
DIAS, Pedro Gonçalves	Terceira	-	-	1
DUARTE, Francisco	Faial	1	-	3
DUTRA, Francisco	Faial	-	1	3
ESPINDOLA, Manoel	São Miguel	-	1	3
ESPINDOLA, Manoel de	Graciosa	-	1	3
FARIAS, Manoel de	Faial	-	1	3
FERNANDES, Antonio Vieira	Pico	2	3	7
FERREIRA, Antonio	Faial	2	-	4
FRANCISCO, Antonio	Faial	1	-	3
FRANCISCO, Domingos	Terceira	-	1	3
FLORES, Antonio de Souza	São Jorge	-	1	3
FRAGA, Antonio de	Pico	1	-	3
FREITAS, Domingos de (1)	Graciosa	-	-	2
FREITAS, Domingos de (2)	Faial	1	-	3
FREITAS, Manoel da Rosa de	Faial	1	1	3
FREITAS, Vital de	Terceira	1	-	3
FURTADO, Antonio (1)	Faial	-	2	4
FURTADO, Antonio (2)	Pico	-	1	3
FURTADO, Gabriel	Faial	1	-	3
FURTADO, Manoel	Faial	-	1	3
GOES, Antonio Pereira	Pico	-	1	3
GOES, Antonio Vieira	Pico	1	1	4
GOES, André	Terceira	-	1	3
GOES, Bento	Terceira	-	-	2
GONSALVES, Pedro	Faial	1	-	3
GOULART, Francisco	Faial	-	1	3
GOULART, Veríssimo Silveira	Faial	2	-	4
GRACIA, Antonio	Faial	1	-	3
GRACIA, Gaspar	Pico	1	-	3
GRACIA, Domingos José	Pico	1	-	3
GRACIA, José Furtado	Faial	-	3	5
GRACIA, Manoel (1)	Faial	1	-	3
GRACIA, Manoel (2)	Terceira	-	1	3
GRACIA, Manoel Francisco	Terceira	1	1	4
GRACIA, Miguel Francisco	Terceira	2	1	5
GRACIA, Pedro	Faial	1	-	3
JESUS, Francisca Mara	Faial	-	-	1
JESUS, Josepha Maria de	Faial	-	-	1
JESUS, Maria de	São Jorge	-	-	1
JOSEPHA, Maria	Graciosa	-	-	1
JOSE, Luiz	Faial	-	1	3
LUIZ, Manoel da Silveira	São Jorge	-	1	3
LUIZ, Manoel da Silveira	São Jorge	-	1	3
LIMA, Francisco de Souza	São Jorge	-	1	3
LIMA, Manoel de	Pico	1	-	3
LINHARES, Manoel Martins	Terceira	1	-	3
MACEDO, Matheus Silveira de	Pico	-	1	3
MACHADO, Francisco (1)	São Jorge	-	1	3
MACHADO, Francisco (2)	Terceira	1	-	3
MACHADO, George	São Jorge	1	-	3
MACHADO, Henrique	São Jorge	1	-	3

MACHADO, José Teixeira	Pico	2	-	4
MACHADO, José de Souza	São Jorge	3	-	5
MACHADO, Manoel	Faial	-	1	3
MACHADO, Manoel Siqueira	Graciosa -	-	1	3
MACHADO, Manoel Teixeira	São Jorge	1	-	3
MACHADO, Sebastião	São Jorge	-	1	3
MACIEL, Antonio Vieira	Pico	-	1	3
MAGIRICAO, Manoel da Costa	São Miguel	1	-	3
MARA, Joana	Terceira	-	-	1
MARIA, Rita	São Jorge	-	-	1
MEDEIROS, Tereza de	Faial	1	-	2
MEDEIROS, Zenita	Faial	-	-	1
MELLO, Manoel Correa de	Graciosa	-	1	3
MENEZES, Manoel	Graciosa	1	-	3
MORAES, Manoel Teixeira	São Jorge	-	-	1
NASCIMENTO, Marta do	Faial	-	-	1
NASCIMENTO, Manoel	São Jorge	-	1	3
NEVES, Domingos	Terceira	1	1	4
NUNES, Antonio	Graciosa	-	2	4
NUNES, Tereza	São Jorge	-	-	1
PACHECO, Antonio Silveira	Pico	-	-	1
PACHECO, Manoel	São Miguel	1	-	2
PENA, Francisco Luiz	Terceira	-	1	3
PEREIRA, Antonio	Faial	-	1	3
PEREIRA, Catarina	Faial	-	-	1
PEREIRA, Domingos (1)	Faial	-	1	3
PEREIRA, Domingos (2)	Terceira	-	1	3
PEREIRA, Francisco (1)	Faial	1	1	4
PEREIRA, Francisco (2)	Faial	1	-	3
PEREIRA, Francisco (3)	Terceira	1	-	3
PEREIRA, Luiz	Pico	1	-	3
PEREIRA, José	Graciosa	1	-	3
PEREIRA, Manoel Machado	Pico	-	3	5
PEREIRA, Manoel da Rosa	Faial	3	-	5
PEREIRA, Manoel	São Jorge	1	-	3
PEREIRA, Sebastião	Faial	-	1	3
PIMENTEL, Domingos Pereira	Faial	-	2	4
PIMENTEL, Domingos Rosa	Faial	-	1	3
QUADROS, Manoel	Faial	1	-	3
QUARESMA, Domingos Vieira	Pico	1	-	3
RAMOS, Manoel dos	Sta Maria	-	1	3
REIS, Manoel da Silveira	São Jorge	-	1	3
RIBEIRO, Francisco	Faial	1	-	3
RIBEIRO, Francisco Dutra	Faial	1	4	7
RODRIGUES, Álvaro	Faial	1	1	4
RODRIGUES, Bento	Terceira	-	-	2
RODRIGUES, Francisco	Faial	1	-	3
RODRIGUES, Florêncio	Faial	1	-	3
RODRIGUES, João	Faial	-	-	2
RODRIGUES, João de Souza	São Jorge	1	-	3
RODRIGUES, Lourenço (1)	Faial	-	1	3
RODRIGUES, Lourenço (2)	Faial	1	1	4
ROSA, Alexandre José da	Faial	2	-	4
ROSA, Amaro da	Faial	2	-	4
ROSA, Antonio da	Faial	-	1	3
ROSA, Catarina da Silveira	Pico	-	-	1
ROSA, Laurindo da	São Jorge	-	1	3
ROSA, Lourenço da	Faial	2	-	4

ROSA, Manoel da	Pico	1	-	3
ROSA, Manoel Pereira	Pico	-	1	3
ROSA, Manoel Francisco da (1)	Pico	-	1	3
ROSA, Manoel Francisco da (2)	Faial	-	1	3
ROSARIO, Ana	Graciosa	-	-	1
ROSARIO, Izabel Maria do	São Jorge	-	-	1
ROSARIO, Maria	Graciosa	-	1	2
ROSARIO, Thomazia Maria do	São Jorge	-	-	1
SÃO JOSE, Tereza de	São Jorge	-	-	1
SILVA, Domingos	Graciosa	-	1	3
SILVA, Marçal	São Jorge	-	-	1
SILVA, Manoel Coelho da	Terceira	1	-	3
SILVA, Manoel Pereira da	Terceira	1	-	3
SILVEIRA, Antonio José	São Miguel	1	-	3
SILVEIRA, Apolônia	São Jorge	-	-	1
SILVEIRA, Amaro	Pico	1	-	3
SILVEIRA, Álvaro da	Pico	-	2	4
SILVEIRA, Jose	Pico	-	2	3
SILVEIRA, Evelina	São Jorge	-	-	1
SILVEIRA, Manoel	Pico	-	-	1
SILVEIRA, Alf. Veríssimo da	Faial'	2	1	5
SOUZA, Antonio Teixeira de (1	Graciosa	-	1	3
SOUZA, Antonio Teixeira de(2	São Jorge	1	-	3
SOUZA, Tome Teixeira de	São Jorge	1	-	2
SOUZA, Tome Pereira de	São Jorge	2	-	4
TAVARES, Manoel da Rosa	Pico	-	2	4
TEIXEIRA, Francisco (1)	Faial	-	1	3
TEIXEIRA, Francisco (2)	São Jorge	-	1	3
TEIXEIRA, José	São Miguel	1	-	3
TEIXEIRA, Sebastião	Faial	-	1	3
TERRA, Francisco Cruz	Faial	-	1	3
VALE, Antonio Correa do	Faial	-	1	3
VARGAS, Antonio Silveira de	Faial	1	-	3
VAZ, Maria	Terceira	-	1	3
VENTURA, Domingos	Terceira	-	1	3

*Fonte: Arquivo Paroquial, da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito . Batismos, casamentos e óbitos de 1750 – 1800.*

*Cúria Metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.*

**Tabela 46** – Lista nominal de procedência por freguesias açoriana das famílias fixadas na freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, no século XVIII

### 1. Ilha Faial

Freguesia (Comunidade)	Nome	Grau de Parentesco
	FRANSISCO, Antonio	Pai
	Antonia Felicia	Mãe
	Jose Machado de Farias	Filho
	TERRA, Francisco Cruz	Pai
	Serafina Silveira	Mãe
	Rosa Francisca de Jesus	Filha
	RIBEIRO, Francisco Dutra	Pai

Nossa Senhora da Ajuda (igreja da Ribeira). de Pedro Miguel	Tereza de Farias Joana Rosa de Jesus Francisco Dutra Ribeiro Cecília Rosa Rosa Joaquina de Jesus	Mãe Filha Filho Filha Filha
	TERRA, Luiz Francisco Maria Francisca de Jesus José Francisco de Vargas	Pai Mãe Filho
	RIBEIRO, Francisco Ana Ribeiro Manoel Ribeiro	Pai Mãe Filho
	RODRIGO, Francisco Aurica de Farias Manoel Rodrigo	Pai Mãe Filho
	FARIAS, Manoel de Anna da Encarnação Maria do Nascimento Ignacia Jacinta de Santo Anjo	Pai Mãe Filha Filha
	PEREIRA, Sebastião Catarina Furtado Ignacia Jacinta de Santo Anjo	Pai Mãe Filha
São Matheus dos Capelos	FERREIRA, Antonio Domingas de Souza Thomaz Ferreira Luiz Duarte	Pai Mãe Filho Filho
	MEDEIROS, Tereza de Manoel de Utra da Rosa	Mãe Filho
Santa Bárbara dos Cedros	RODRIGUES, Amaro Maria Pereira Manoel Rodrigues de Medeiros Rosa Maria	Pai Mãe Filho Filha
	VALE, Antonio Correa do Maria Medeiros Maria Rosa de Santa Catarina	Pai Mãe Filha
	ROSA, Antonio da Maria Santa de Souza Ana Francisca de Jesus	Pai Mãe Filha
	FURTADO, Antonio (1) Domingas Furtado Ana Maria do Nascimento Maria Rosa de Jesus	Pai Mãe Filha Filha
	PEREIRA, Antonio Maria de Farias Antonio Pereira	Pai Mãe Filho
	FREITAS, Domingos de (2) Isabel Domingues de Medeiros Agostinho Silveira	Pai Mãe Filho
	PIMENTEL, Domingos Pereira Catarina Pereira Maria da Rosa Jacinta Ana Rosa	Pai Mãe Filha Filha
	RODRIGUES, Florenço (1) Josefa da Silva Jorge Rodrigues	Pai Mãe Filho
	DUARTE, Francisco Luiza de Medeiros Antonio de Medeiros	Pai Mãe Filho
	GOULARTE, Francisco Maria Rosa Josefa Maria de Jesus	Pai Mãe Filha

	TEIXEIRA, Francisco (1) Maria Josefa Ana Maria Rosário	Pai Mãe Filha
	RODRIGUES, João Maria de São José	Pai Mãe
	CAVADOR, João Rodrigues Maria de São José João Rodrigues Goulart	Pai Mãe Filho
	LUIZ, José Rosa Maria Maria Rosa	Pai Mãe Filha
	GRACIA, José Furtado Maria Josepha Inacia Maria Genoveva Rosa de Jesus Rosa Maria	Pai Mãe Filha Filha Filha
	RODRIGUES, Lourenço (1) Maria da Conceição Rosa Maria	Pai Mãe Filha
	PEREIRA, Manoel da Rosa Maria Silveira José da Rosa Antonio da Rosa Manoel Silveira da Rosa	Pai Mãe Filho Filho Filho
	FURTADO, Manoel Antonia Gonçalves Ana do Nascimento	Pai Mãe Filha
	LUIZ, Manoel Isabel Duarte José Luiz	Pai Mãe Filho
	SILVEIRA, Alf. Veríssimo da Isabel Tereza de Escobar Rosa Joaquina Jase da Silveira Goulart Antonio Silveira Goulart	Pai Mãe Filha Filho Filho
	GOULART, Veríssimo Silveira Isabel Tereza Antonio Silveira Antonio da Silveira Goulart	Pai Mãe Filho Filho
Santa Bárbara dos Cedros. S Salvador da Cidade da Vila da Horta (Matriz)	PEREIRA, Catarina	Viúva
	Rosa, Alexandre José da	-
	ROSA, Amaro da Maria Francisca Alexandre José da Rosa Ambrosio José da Rosa	Pai Mãe Filho Filho
	PEREIRA, Francisco (1) Isabel do Santo Antonio Quitéria da Conceição José Pereira	Pai Mãe Filha Filho
	FURTADO, Gabriel Isabel de Medeiros Antonio Furtado	Pai Mãe Filho
	MACHADO, Manoel Bárbara da Conceição Rita Ignacia de Jesus	Pai Mãe Filha
	ROSA, Manoel Francisco da (2) Domingas Ignacia Francisca Rosa de Jesus	Pai Mãe Filha
Santa Bárbara dos Cedros. S	GONÇALVES, Pedro	Pai



Salvador da Cidade da Vila da Horta (Matriz)	Antonia Ignacia José Ignácio de Freitas	Mãe Filho
Nossa Senhora da Conceição do Salão	GRACIA, Antonio Maria de São José Manoel Gracia	Pai Mãe Filho
	GRACIA, Manoel (1) Maria Furtado Manoel Gracia	Pai Mãe Filho
	NASCIMENTO, Marta do	-
	GRACIA, Pedro Tereza de Utra Antonio Garcia	Pai Mãe Filho
S. Catarina de Castelo Branco	VARGAS, Antonio Silveira de Rosa Maria Antonio Silveira de Vargas	Pai Mãe Filho
	JESUS, Josepha Maria de	-
	RODRIGUES, Lourenço (2) Josefa de Freitas Maria da Conceição Lourenço Rodrigues	Pai Mãe Filha Filho
N.S da Graça	TEIXEIRA, Sebastião Catarina Furtado Angélica Ignacia de Jesus	Pai Mãe Filha
São Jorge	MEDEIROS, Zenita	-
Desconhecida	PEREIRA, Domingo (1) Domingas Pereira Maria de São Josephe	Pai Mãe Filha
	PIMENTEL, Domingos Rosa Ana Maria Rosa	Pai Mãe Filha
	JESUS, Francisca Maria de	-
	PEREIRA, Francisco (2) José Quadros	Pai Filho
	FREITAS, Manoel da Rosa de Maria da Rosa Rosa Maria de Jesus	Pai Mãe Filha
	QUADROS, Manoel Maria Pereira Lourenço Pereira	Pai Mãe Filho

## 2. Ilha do Pico

Freguesia (Comunidade)	Nome	Grau de Parentesco
São Roque	GOES, Antonio Pereira Maria da Trindade Martinha Pereira da Rosa	Pai Mãe Filha
	FERNANDES, Antonio Vieira Maria da Trindade Maria do Rosário Martinha pereira da Rosa Alferes Manoel Vieira Fernandes Isabel Maria de Jesus Sebastião Rodrigues da Rosa	Pai Mãe Filha Filha Filho Filha Filho
	GOES, Antonio Vieira Maria da Trindade	Pai Mãe

(Igreja Matriz da Vila)**	Maria do Rosário Sebastião Góes da Rosa	Filha Filho
	MACHADO, José Teixeira Luíza Silveira Antonio Pereira João Teixeira Machado	Pai Mãe Filho Filho
	ROSA, Manoel Francisco da (1) Josepha Maria Leonarda Maria	Pai Mãe Filha
	ROSA, Manoel Pereira da Josepha Maria Leonarda Maria	Pai Mãe Filha
S. Matheus (igreja da Calheta do Gaelao) ** <sup>622</sup>	COSTA, Antonio Homem da Maria da Conceição Josefa Maria	Pai Mãe Filha
	MACIEL, Antonio Vieira Beatriz Antonia Antonia Ignacia de Jesus	Pai Mãe Filha
	GRACIA, Gaspar Luíza Silveira Manoel Silveira	Pai Mãe Filho
	GRACIA, George Luíza Silveira Manoel Silveira	Pai Mãe Filho
	PEREIRA, Luiz Domingas de São Matheus Mathias Pereira	Pai Mãe Filho
	SILVEIRA, Manoel	Viúvo
N.Sra. da Piedade (Igreja da ponta ou Ribeirinha) ** <sup>623</sup>	SILVEIRA, Álvaro da Catarina de Santa Rosa Catarina de Santa Rosa Maria Jacinta de Santa Rosa	Pai Mãe Filha Filha
	SILVEIRA, Amaro Catarina de Santa Rosa Manoel Silveira do nascimento	Pai Mãe Filho
	FRAGA, Antonio de Margarida do Espírito Santo Antonio de Fraga	Pai Mãe Filho
	ROSA, Catarina da Silveira	-
	PEREIRA, Manoel Machado Bárbara da Conceição Maria Rosa Joaquina Maria Silveira do Nascimento	Pai Mãe Filha Filha
Santíssima Trindade da V. de Lages	AVILA, Manoel Rosa de Maria de Santo Antonio Manoel Silveira de Bitencourt	Pai Mãe Filho
N.Sra. da Candelária	DIAS, Antonio de Souza Maria Tereza Manoel de Souza Dias	Pai Mãe Filho
	MACEDO, Matheus Silveira de Joana de Jesus Francisca Rosa de Jesus	Pai Mãe Filha
Santa Bárbara (igreja de Sta. Cruz das Ribeiras)**	ROSA, Manoel da Maria Silveira Antonio Silveira	Pai Mãe Filho

<sup>622</sup> SANTOS, João Marinho dos. Os Açores nos séculos XV e XVI. Quadro I I - Geografia das Ermidas. Universidade dos Açores, 1989, p. 152-57.

<sup>623</sup> idem

N.Sra. da ajuda	QUARESMA, Domingos Vieira Domingas de Serpa Manoel de Serpa	Pai Mãe Filho
N.Sra. da Boa Nova	FURTADO, Antonio (2) Isabel de Serpa Bárbara Rosa da Trindade	Pai Mãe Filha
	TAVARES, Manoel da Rosa Aguida Rosa Josefa Maria Tereza de Jesus	Pai Mãe Filha Filha
	BRANCO, Manoel da Rosa Aguida Rosa João da Rosa Tavares	Pai Mãe Filho
Desconhecida	GRACIA, Domingos José Domingas de Serpa Manoel de Souza	Pai Mãe Filho
	SILVEIRA, José Rosa Maria Marcela Maria Luiza Silveira	Pai Mãe Filha Filha
	LIMA, Manoel de Maria da Conceição Alexandre Pereira	Pai Mãe Filho
	ANJOS, Maria Jacinta dos	

### 3. Ilha de São Jorge

Freguesia (Comunidade)	Nome	Grau de Parentesco
Desconhecida	PACHECO, Antonio Silveira	Viúvo
	MACHADO, Francisco (1) Maria Josepha	Pai Mãe Filha
	ROSARIO, Isabel Maria do	-
	CASTRO, José Silveira de	-
	MACHADO, Manoel Ferreira Theodora do Rosário Isabel Maria do Rosário	Pai Mãe Filha
	SILVA, Maria da	Viúva
	JESUS, Maria de	Viúva
	JOSE, Tereza de São	Viúva
	ROSARIO, Thomazia Maria do	-
Apostolo Santiago da Ajuda da Vila Calheta	MARA, Rita	Viúva
Santiago da Ribeira Seca	CASTRO, Manoel Silveira de Josefa Maria José Oliveira de Castro Manoel da Silveira de Castro Ana Rosa	Pai Mãe (2ª Nup.) Filha Filho Filha
	MORAIS, Manoel Teixeira de	Viúvo
	LIMA, Francisco de Souza	Pai

N.Sra. do Rosário da Vila Nova do Topo	Luíza do Espírito Santo Manoel de Souza Lima Maria de Jesus	Mãe Filho Filha
	LUIZ, Manoel da Silveira Maria da Silveira Josepha de São José	Pai Mãe Filha
	SILVEIRA, Apolônia	Viúva
	SILVEIRA, Evelina	Viúva
	SILVEIRA, Nicolau Perpetua de Santo Anjo José Antoniom Silveira	Pai Mãe Filho
	REIS, Manoel da Silveira Maria Santa Tereza de São José	Pai Mãe Filha
	FLORES, Antonio de Souza Francisca Ignacia Maria Joaquina	Pai Mãe Filha
Sta. Bárbara das Mana-das	SOUZA, Antonio Teixeira (2) Maria do Rosário Antonio Teixeira de Souza	Pai Mãe Filho
	TEIXEIRA, Francisco (2) Rosa Josepha Maria Faraco	Pai Mãe Filha
	ROSA, Laurindo da Benta Pereira Francisco da Rosa	Pai Mãe Filho
S.Matheus das Urzes	CABRAL, Francisco Lara	Viúvo
	CABRAL, Alf. Francisco Pereira João de Souza Cabral	Pai Filho
Sto. Anjo Hugo da Ribeira	COELHO, Manoel da Silveira Tereza da Silva Manoel da Silveira Mathias Coelho	Pai Mãe Filho Filho
	NASCIMENTO, Manoel do Tereza Nunes Francisca Ignacia	Pai Mãe Filha
	NUNES, Tereza	Viúva
	SOUZA, Thomé Pereira de Rosa de Souza Jacinto Pereira de Souza André Pereira de Souza	Pai Mãe Filho Filho
	SOUZA, Thomé Teixeira de Rosa de Souza André Teixeira de Souza	Pai Mãe Filho
N.S. das Neves do Norte Grande	AVILLA, Antonio de Souza Isabel Maria do Espírito Santo Manoel de Souza de Avilla	Pai Mãe Filho
	MACHADO, Matheus Teixeira Theodora Maria Francisco de Mattos Pereira	Pai Mãe Filho
N.Sra. da Luz	PEREIRA, Manoel Josepha José Pereira	Pai Mãe Filho
N.Sra. das Necessidades	BORBA, André de Maria Santa Maria Luíza	Pai Mãe Filha
São Jorge	RODRIGUES, João de Souza Anna Pereira Manoel pereira de Souza	Pai Mãe Filho

	ROSA, Lourenço da Bárbara Pereira Thomé Teixeira da Rosa	Pai Mãe Filho
Santo Amaro (Ermida da Ribeira de Santo Amaro Velas) *	CUNHA, Antonio Leal da Luíza Clara do Espírito Santo Francisco José da Cunha	Pai Mãe Filho
	CABRAL, Francisco de Souza Theodora Maria João de Souza	Pai Mãe Filho
	MACHADO, George Bárbara Rolin Antonio Machado	Pai Mãe Filho
	MACHADO, Henrique Paula do Rosário Manoel Machado Pires	Pai Mãe Filho
	MACHADO, José de Souza Maria de Souza Antonio de Souza Flores João de Souza machado Rosa Maria	Pai Mãe Filho Filho Filha
	MACHADO, Sebastião Maria da Neves Ana Maria	Pai Mãe filha
São Roque (do Galo)	TEIXEIRA, José Luíza Silveira José Teixeira	Pai Mãe Filho
Desconhecida	RAMOS, Manoel dos Francisca do Rosário Clara Rosa de Bitancurte	Pai Mãe filha

#### 4. Ilha Terceira

Freguesia (Comunidade)	Nome	Grau de Parentesco
São Pedro (Igreja dos Biscoitos)* <sup>624</sup>	FREITAS, Vital de Brites de Jesus João de Freitas	Pai Mãe Filho
	RODRIGUES, Bento Francisca Antônia GOES, Bento Francisca Antônia	Pai Mãe Pai Mãe
	CORDEIRO, Manoel Ramos	
Santa Catarina do Cabo da Praia * <sup>625</sup>	NEVES, Domingos Maria de São Francisco João Pereira Esteves Ana Thomázia Maria	Pai Mãe Filho Filha
	PEREIRA, Domingos Maria de São Francisco Maria da Conceição	Pai Mãe Filha
	GRACIA, Manoel Francisco Francisca dos Anjos	Pai Mãe

<sup>624</sup> SANTOS, João Marinho dos. Os Açores nos séculos XV e XVI. Quadro I – Geografia das Ermidas. Universidade dos Açores, 1989, p. 145-51.

<sup>625</sup> idem

	Manoel Góes da Rosa Maria de Jesus	Filho Filha
Santa Catarina do Cabo da Praia	GARCIA, Miguel Francisco Francisca dos Anjos Francisca Rosa de Jesus Antônio Garcia Manoel Rodrigues da Rosa	Pai Mãe Filha Filho Filho
Angra do Heroísmo (SÉ)	VAZ, Ivana Maria	
Ermida de São Matheus, Algarves – Biscoitos.* <sup>626</sup>	SILVA, Manoel Coelho da Mariana de Souza Vicente Coelho da Silva	Pai Mãe Filho
Santa Bárbara da Fonte Bastardo	MACHADO, Francisco Catarina da Conceição João Francisco de Barcelos	Pai Mãe Filho
	COSTA, Pedro José da Maria de Jesus João da Rocha	Pai Mãe Filho
São Sebastião da Vila da Praia	DIAS, Pedro Gonçalves	Viúvo
S. Beatriz das Quatro Ribeiras	LINHARES, Manoel Martins Thomázia Maria da Conceição Domingos Martins Linhares	Pai Mãe Filho
N.Sra. da Conceição de São Bento	CORDENIS, Francisco Martins Luiza Maria Maria Rosa de Jesus Francisco Martins de Miranda José Martins Cordenis	Pai Mãe Filha Filho Filho
	SILVA, Manoel Pereira da Joséfa dos Remédios José Pereira de Carvalho	Pai Mãe Filho
N.S. da Conceição dos Anjos Cléricos da Cidade de Angra	MARIA, Joana	-
DESCONHECIDA	GOES, Amaro Marta Góes Rosa Maria	Pai Mãe Filha
	FRANCISCO, Domingos Maria de São Francisco Ana Thomázia Maria	Pai Mãe Filha
	VENTURA, Domingos Maria de São Francisco Maria da Conceição	Pai Mãe Filha
	PENA, Francisco Luiz Garaldina Silveira Rosa Francisca de Soares	Pai Mãe Filha
	PEREIRA, Francisco (3) Maria de São Francisco João Pereira	Pai Mãe Filho
	GRACIA, Manoel (2) Maria Custódia Maria do Nascimento	Pai Mãe Filha
	CONCEIÇÃO, Maria da	Viúva
	CONCEIÇÃO, Maria da	Mãe

<sup>626</sup> SANTOS, João Marinho dos. Op. cit., p. 145-51.

## 5.6 A convivência entre paulistas e açorianos

Estes açorianos, fundidos aos paisanos que já habitavam a região, foram os elementos humanos que asseguraram a ocupação definitiva do espaço geográfico, tanto da freguesia de Enseada de Brito, quanto de todas as outras comunidades que se formaram pelos anos seguintes. Concluída a fase de introdução dos açorianos, 1748-1751, na área de Enseada de Brito, tem início o processo de ajustamento desta população ao novo “modus vivendus”.

Caracterizou-se, pois, a terceira etapa de evolução populacional da Enseada de Brito, pela adaptação desta população açoriana ao meio geográfico. Em especial no que se refere à interação da população mais jovem e mesmo daqueles que já haviam viuvado, com os descendentes paulistas que ali viviam. A prova da existência destes é constatada nos registros Eclesiásticos de Casamentos, para o período que se estende de 1751 a 1800.

Por volta de 1880, o processo de interação entre as populações das duas fases iniciais de povoamento estava concluído. Iniciaram-se então as etapas de geração de filhos a partir de um contingente populacional gerado na própria freguesia. Passando a multiplicar-se por gerações sucessivas, com um mínimo de participação de elementos de outras origens. Novamente, volta-se a citar os documentos de eclesiásticos como fonte, para tais conclusões.

## 5.7 A expansão territorial

A área territorial hoje compreendida pela Enseada de Brito é uma pequena parte do que foi outrora. Suas proporções eram enormes, tendo abrangido terras que hoje pertencem a vários municípios. Algumas foram formadas por terras que pertenceram quase na totalidade a esta freguesia.

Para melhor entendermos esta evolução territorial, se retroagirá aos primórdios da ocupação destas terras pelos paulistas. Nesta época, não existia ainda a freguesia, seu espaço territorial confrontava com Laguna ao sul e Desterro ao Norte, indefinido para o interior. As terras que se estendiam ao sul do Morro dos Cavalos eram denominadas de “campos de Araçatuba”. Assim designadas nos documentos de doação de sesmarias, de Miguel Antunes Prompto de 1666, e do Capitão Antonio Bicudo Camacho de 1698, os quais procuraram se fixar na área, segundo os ditos documentos. As terras ao norte do Morro dos Cavalos são formadas por terrenos do Tabuleiro. Apresentam, igualmente, estreita faixa de terra plana junta à orla marítima, a qual alarga-se progressivamente à medida que se aproxima do vale do

rio Cubatão, onde forma uma planície mais extensa. A população foi aos poucos conquistando as terras da freguesia, de início as da orla litorânea, e posteriormente os vales fluviais, através dos quais adentram o sertão, tornando-o conhecido e povoado. Face às necessidades permanentes de novas terras para o cultivo, elas foram encontradas em abundância no interior da paróquia.

A primeira referência que se tem devidamente documentada, sobre os limites territoriais da Enseada de Brito, data do fim do século XVIII, 1799, onde se encontra o seguinte dado:

“Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito – Erecta em 1775. Com 208 fogos e com 1021 almas de confissão e comunhão. Parte pelo Norte com a freguezia de S. José no furado grande do Rio Cubatão huma légoa e meia. Pello Sul com a freguezia de Santa Anna no Pão da Rainha no mato de Garopaba 4 légoas e meia. Pello Este não tem limites por ser sertão. Pello Nascente com o mar.”

No início do século XIX, 1829, faz-se nova referência aos limites territoriais da Enseada de Brito. Desta feita é a mesma representada por Paulo Miguel de Brito (1829) nos termos que se segue.

“Povoação pequena, situada na terra firme, a beira mar sobre a costa que borda a sobredita Enseada, fronteira a ponta Caiacanga-Açu, na ilha, e quase leste-Oeste com a mesma ponta. A Igreja é pequena e antiga dedicada a nossa Senhora do Rosário e tem hum vigário. O limite desta freguezia pelo Norte chega a duas légoas, até o sobredito Aririú, por onde estrema com a freguezia de S. José, e para o Sul avança a seis légoas, até o lugar chamado Pão da Rainha, nos Mattos de Garopaba.”

Como se pode observar, durante mais de oitenta anos a Enseada de Brito não sofreu qualquer alteração territorial, visto que as diferenças de nomes no limite norte, são resultantes de nomenclaturas e não de ponto de limite, que continua sendo o mesmo no rio Cubatão. Nos anos seguintes este limite continua a permanecer o mesmo, conforme a Lei 121 de 1839.

“Artigo Único – O Rio Cubatão fica sendo desde a sua foz até as entaipavas de Antonio Lourenço o limite entre a Freguezia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito e o Distrito de S. José, cabeça de Termo da Villa do mesmo nome, ficando para estes fins revogadas as disposições em contrario.”

Nesta mesma época as demais fronteiras continuavam inalteradas, mesmo após ser criada a Freguesia de São Joaquim da Garopaba, através do decreto de 9 de dezembro de 1830. As alterações desta freguesia têm início de fato, quando Garopaba é confirmada como Freguesia em 1846, definindo-se posteriormente seus limites, conforme a Lei de 5 de Abril de 1848, de nº. 253.



“Art. 1º A Freguesia de São Joaquim da Garopaba creada por Decreto de nove de dezembro de mil oitocentos e trinta e pela Lei Provincial numero duzentos e trinta e um de treze de maio de mil oitocentos e quarenta e seis, fica pertencendo quanto ao civil, judiciário e Eclesiástico as jurisdições de Termo da Villa de S. José.  
Art. 2º Os limites desta nova freguesia serão ao sul e lagoa de Garopaba e ao Norte o Rio Embahú.”

Com este desmembramento territorial, desaparece mais de um terço do território de Enseada de Brito, e com ele proporção populacional maior ainda. Isto por ser esta área, bastante povoada devido à existência da Armação de Baleias, pertencentes a Coroa (Real Contrato), além de grandes áreas planas onde se estabeleceram populações agrícolas.

*“Art. 3º O presidente da província procurara obter do Excelentíssimo Prelado Diocesano, a confirmação destas disposições na parte Eclesiástica, creando desde há hum districto de paz na nova freguesia.” (FARIAS, 1980)*

Por problemas de indefinições de limites entre esta nova freguesia e a de Enseada de Brito, na área do Braço de São João, surgiu dois anos mais tarde, nova Resolução do mesmo Presidente da Província, datada de 15 de março de 1856, de nº 403, que fixou os definitivos limites entre estas freguesias.

*“Art. 1º A freguesia de Santo Amaro do Cubatão comprehenderá também e moradores do lado Oeste do rio denominado – Braço de S.João – ficando esse território desmembrado da freguesia da Enseada de Brito.”*

Os desmembramentos territoriais cessaram desta data em diante para a freguesia de Enseada de Brito. Não se tendo posteriormente conhecimento de novas leis concedendo porções de terras desta freguesia a outras que surgiram. Documentos do Estado de Santa Catarina, datado de 1º de Janeiro de 1939, dá os seguintes limites a freguesia de Enseada de Brito:

*“Entre os distritos de Palhoça e Enseada de Brito – começa no Oceano na barra do rio Cubatão por este acima até a foz do rio Sanga Grande. Entre os distritos de Enseada de Brito e Santo Amaro – começa na foz do rio Sanga Grande no rio Cubatão, sobre primeiro até sua nascente, daí segue pela serra do Cambirela a nascente do rio Cachoeira do Norte. Entre os distritos de enseada de Brito e Paulo Lopes – começa na nascente do rio cachoeira do norte, por este abaixo até sua foz no rio da Madre; desce por este até desembocar no rio Embahú, por ele abaixo até sua barra no Oceano Atlântico.”*

A Enseada de Brito, hoje, continua povoada na área litorânea e nos vales, através dos quais passaram a outras freguesias. Sua fronteira oeste é coberta de florestas, inabitadas, por

se constituírem em área muito elevadas. Nesta área presentemente se instala o Parque Florestal do Tabuleiro, com o objetivo de preservar sua flora e fauna.

### **5.8 O crescimento populacional do século XIX até hoje**

No século XIX continuou o processo oficial de distribuição de sesmarias<sup>627</sup>, por todo litoral de Santa Catarina, cada vez mais distantes da sedes das freguesias, mostrando que margens de rios e praias, que ofereciam condições de fixação, estavam sendo efetivamente ocupadas por novos imigrantes ou descendentes dos luso-brasileiros já fixados na região, que buscavam novas oportunidades.

No ano de 1892, dois anos antes da emancipação do município de Palhoça, da qual faz parte o distrito de Enseada de Brito, foi apresentado pela câmara de São José, um importante documento, conhecido por Ata Eleitoral de 1892, que apresenta a relação dos eleitores por freguesias, permitindo identificar quem eram, o que faziam, a idade, filiação, onde moravam no município. Utilizando-se deste documento foi possível identificar a composição étnico-cultural dos habitantes de Enseada de Brito. Foram encontrados 56 sobrenomes de troncos familiares que compunham a população de etnia luso-açoriana, três (3) de etnia italiana e um de etnia inglesa.

No decorrer do século XX, até o início da década de 70, manteve o município um ritmo regular na expansão demográfica, fruto da contínua chegada de novos habitantes e do crescimento natural da população local. Na segunda metade da década de 70, com a abertura da rodovia BR-101, associada ao crescimento urbano e das atividades turísticas em Florinópolis, capital do Estado, atraiu para região milhares de imigrantes de todas as partes do Brasil. Inicialmente os que moravam no meio rural dos municípios próximos, posteriormente do interior de Santa Catarina e de outros estados da federação.

O crescimento demográfico, fruto da migração interna, foi fator preponderante para o inchaço do espaço urbano de todo o município de Palhoça, especialmente a orla marítima de todas as comunidades, incluindo as pertencentes ao distrito da Enseada de Brito. Estes novos moradores, provenientes de diversas regiões do Brasil, com suas peculiaridades étnico-culturais, fazem de toda região um verdadeiro mosaico cultural.

Um paralelo do censo de 1970, com a projeção estimada pelo IBGE para 2005, demonstram o grande salto demográfico que sofreu toda região do município de Palhoça, de 8.668

---

<sup>627</sup> Governo da Capitania de Santa Catarina. Doação de Sesmarias, vol. 1 (1753-1823), APSC.

habitantes em 1970 o município em 2005, passou a casa dos 124.239 moradores, mostrando um crescimento de 1.400%.<sup>628</sup>

No início do século XXI, a região do distrito da Enseada de Brito vive um momento delicado no que tange ao crescimento sócio-demográfico. A população concentrada no perímetro urbano, geralmente em loteamentos sem qualquer infra-estrutura, em termos de pavimentação de ruas, saneamento básico – que hoje atende somente 1% da população da cidade –, começa a se deslocar para as regiões litorâneas, principalmente nas praias do Pontal, de Fora, Enseada de Brito-sede, Praia do Sonho, Pinheira e Guarda do Embaú. Estas localidades ainda sofrem com o crescimento sazonal, no período de verão, quando vê a sua população quintuplicar.

De acordo com o Sr. Odílio José de Souza, de 68 anos, prefeito de Palhoça de 1973 a 1977, este crescimento urbano desordenado e sem planejamento, com invasões de áreas críticas, como banhados e mangues, áreas de parque florestais, encostas de morros e nas regiões de dunas, sem as mínimas condições de fixação, tornaram-se enormes favelas, com todos os problemas sociais decorrentes deste modelo de ocupação.

Palhoça, com o distrito da Enseada de Brito, vive um momento de profundas transformações. Convive com o dilema de ser um dos municípios mais populosos do Estado e com uma das piores índices de qualidade de vida. Através de leis – como por exemplo, a lei n. 619/97, que dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Natural do município –, uma nova política de uso e parcelamento do solo e também com parcerias com Ministério Público, indicam as preocupações recentes com o desenvolvimento sustentável.

## **5.9 Habitações na Comunidade da Enseada de Brito: Aspectos Urbano-Arquitetônicos**

Ao caminhar por toda região do distrito da Enseada de Brito, percebe-se uma variedade muito grande de estilos de casas, muitas são as formas arquitetônicas aplicadas nas construções desta região. Quando analisamos os aspetos da arquitetura no centro da comunidade, na vila da Enseada percebemos traços arquitetônicos luso-brasileiros, resultado da colonização açoriana do local. Estas construções resistem à ação do tempo e também a ação imobiliária inescrupulosa do homem contemporâneo. Hoje, pode-se contar não mais de uma dezena de moradias que ainda guardam estes traços de construção trazidos pelos colonizadores. Outras

---

<sup>628</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional de 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1970; Projeção Populacional de Santa Catarina, 01 de julho de 2005 Rio de Janeiro, IBGE, 2006. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/SINTESE.php?nomemun=Palho%E7a&codmu...15/1/2007>

moradias ou construções existentes em toda região, além daquelas que normalmente são construídas, não utilizando de muitas técnicas, mas que mantêm um traço urbano, e que são construções mistas, de alvenaria e madeira estas encontramos no interior da região. No litoral as construções sofrem influências dos seus moradores, que são na sua grande maioria turistas de fora, que trazem novos valores estéticos e ornamentais, além de inovações de ordem de comodidade e da higiene. Outros constroem suas casas de acordo com os estilos das suas regiões de origem ou mesmo de acordo com suas condições financeiras, tendo em vista que é uma residência para pouco tempo de uso, residência de verão.

No Centro da Vila da Enseada percebemos a superposição dos mais variados momentos históricos, claro que o que mais se apresenta é o período colonial, mas restam somente umas poucas construções, o traçado das ruas, a igreja e a praça.

A praça mantém as mesmas características das demais encontradas em todo litoral catarinense que teve a sua colonização realizada por açorianos. Na praça da Enseada encontramos o mesmo modelo urbano utilizado: traçado regular na forma de retângulo, com seu lado maior perpendicular ao mar, que se opõe em termos de localização à igreja. A arquitetura de caráter civil distribuiu-se pelas laterais. Da praça partem perpendicularmente as demais ruas, interceptadas por outras no sentido contrário.

No núcleo central urbano da Enseada de Brito, os lotes possuíam pequena testada e grande profundidade. As edificações são construídas no alinhamento da rua e algumas casas como relatam os proprietários por razões de segurança e economia, foram construídas de forma geminadas, configurando um continuo correr de casas muito semelhantes.

A praça central e seu entorno mantêm a originalidade setecentista, o único em Santa Catarina que mantém a estrutura original de implantação das povoações planejadas pela Coroa Portuguesa no século XVIII.

“Algumas das orientações para os núcleos, eram as seguintes: cada núcleo ou sítio deveria ter um quadrado para a praça, de 500 palmos de face, numa das quais se localizaria a igreja; as ruas seriam demarcadas a cordel e deveriam ter, pelo menos, 40 palmos de largura devendo as casas alinhar-se e possuir um quintal aos fundos.” (CABRAL, 1950:16).

O estilo arquitetônico encontrado em algumas residências na Enseada, com estilo luso-brasileiro adotado em terras catarinenses no período de colonização, em conjunto ou isolado, é o da casa térrea e do sobrado com cobertura em duas águas, cumeeira paralela à rua, em telhas cerâmicas do tipo capa-e-canal. Das alvenarias de pedra e/ou tijolos, rebocadas e caia-

das de branco, destacam-se as aberturas trabalhadas nos seus contornos, com cores variadas e vivas como verde-escuro, azul-escuro e o marrom.

Das residências que sobraram no entorno da praça, podemos destacar uma construção que fica no lado direito da igreja, cuja preservação é garantida pelos novos proprietários que utilizam como casa de final de semana. Na lateral direita de quem está de frente para o mar, destacamos outra casa onde podemos observar uma pequena senzala. Também nesta lateral da praça temos que registrar a construção da casa paroquial, toda em estilo contemporâneo, desfigurando os traços arquitetônicos luso-brasileiros. A casa foi motivo de muita intriga na comunidade na época de sua construção. No lado oposto, ainda encontramos uma pequena casa de estilo açoriano-brasileiro, onde por muitos anos funcionou a escola da comunidade.

A casa construída no passado não muito distante não difere muito das construídas hoje, no tocante às suas divisões internas. Elas possuem poucas divisões e poucos móveis: uma sala de entrada que ocupava as três janelas da frente, conhecida como sala para receber visitas; uma cozinha, que muitos preferiam construir junto da casa, com uma ou duas janelas de frente, uma porta lateral ou janela e uma porta nos fundos de tamanho um pouco maior que possa comportar uma mesa para realização das refeições com dois bancos ou umas cadeiras de madeira ou de palha; dois quartos com um corredor no meio, sem aberturas nas paredes laterais e uma varanda que ocupava toda largura da casa com uma porta nos fundos e uma janela na parede lateral.

Antigamente, raras eram as casas que tinham cadeiras. Na época da colonização, costumavam se sentar em bancos ou esteiras no chão. As camas eram feitas de madeiras apoiadas por pedaços também de madeiras ou mesmo de pedra. Os lençóis eram feitos de sacos de farinha, costurados e lavados. Para guardar as roupas e outros utensílios, utilizavam-se de arcas, caixas grandes ou baús. A iluminação era feita em candeias com pavios de algodão embebido em azeite, óleo de mamona ou de baleia.

Na cozinha, não havia fogão, nem chaminé: o fogo era feito no meio de três pedras no chão batido, e a fumaça saía pela telha vã (sem foro). Outros se utilizavam de trempes de ferro para segurar a panela sobre o fogo. As vasilhas usadas na cozinha consistiam em panelas de barro, chaleiras de barro ou de ferro, pratos de barro ou de folhas de flandres para colocar a comida e canecas de barro. As colheres eram de ferro, as louças eram lavadas em alguidar de barro ou gamela de madeira.

Este é o retrato das habitações até o início do século XX. Embora hoje em dia já tenhamos cadeiras, armários, mesas de sala e de cozinha, televisão, geladeira, freezer, forno de micro-ondas e diversos utensílios domésticos, o interior das casas não se modificou muito na sua

estrutura, ao menos nas mais tradicionais. Em muitas delas ainda se conserva o costume do fogão à lenha, colocado numa área fora da casa, especialmente para fritar peixe e cozinhar o feijão ou outro alimento que precise ficar mais tempo no fogo.

A grande maioria das casas da região possui à sua volta terreno, que geralmente se utiliza quando da frente da casa para fazer um jardim, ou plantar algumas árvores, para ajudar a combater a poeira vinda das ruas que ainda não tem calçamento. Nos fundos pode haver um pequeno jardim ou uma pequena horta mais o mas comum é encontramos pequenas construções, como uma extensão da casa, que geralmente se utiliza para armazenar a lenha, coisas usadas nas residências, tanque de lavar a roupa, poço de água e uma cozinha antiga. Quando possui um telhado utiliza-se para uma pequena garagem, para proteger um barco ou uma canoa e guardar os apetrechos da pesca. Ao redor da casa também se utiliza da construção de muros, demarcando os limites dos terrenos. Hoje é comumente feito de tijolos ou pedras, mas ainda encontramos, nas residências próximas à praia, muros feitos de arames e troncos de madeira.



**Foto 13** – Ranchos dos Barcos dos Pescadores – Enseada de Brito  
Verão de 2007 – Foto do Autor.

Os ranchos dos pescadores são os locais em que eles permanecem durante todo o tempo da pesca, principalmente durante o período da safra da tainha. Construídos de madeiras, sem divisões e rusticamente, são barracos construídos o mais próximo do mar, facilitando o trabalho dos pescadores. Durante o dia, servem de abrigo para os camaradas<sup>629</sup> que concertam as redes, para guardarem os barcos e seus apetrechos e também como alojamento no período da

---

<sup>629</sup> Nome dado àquele que integra um grupo de pescadores sob o comando, geralmente, do dono do barco.

pesca da tainha, a espera do lanço de peixe. Nestes ranchos os pescadores cozinham, trabalham e se divertem.

Finalizando este relato da configuração arquitetônica da sede do distrito da Enseada de Brito, a vila, podemos dizer que a manutenção da estrutura original da praça do século XVIII, com um conjunto de construções de vários estilos e épocas da arquitetura luso-brasileira, dá à comunidade uma imagem de originalidade bucólica.

De todo esse casario, há um conjunto arquitetônico (quadro abaixo) tombado como Patrimônio Histórico e Arquitetônico Estadual e está em estudo o pedido de tombamento como Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional, em face de ser a única praça original do período de colonização em Santa Catarina, no século XVIII.

### 5.9.1 Patrimônio Histórico e Arquitetônico da Enseada de Brito

**Tabela 47** – Caracterização do Patrimônio da Enseada de Brito<sup>630</sup>

Local	Monumento	Dados Arquitetônicos/ano de Construção			Utilização da Construção			Situação Atual
		Arquitetura Do século	Ano	Estilo	Residência	Comercio	Religioso	
E N S E A D A  D O  B R I T O	Utilização							
	Igreja Nossa Senhora do Rosário	XVII e XX	1750 1911	Arq. religiosa			X	Templo Católico
	Casa 01							Reformada
	Casa Major Barbosa	XVII	1702	Colonial - rural	X			
	Casa 02				X			Moradia
	Casa do seu David	XIX	1850	Luso Brasileiro				Moradia
	Casa 03	XIX	1856	Luso Brasileiro				Moradia
	Casa 04	XIX	1857	Luso Brasileiro				Moradia
	Casa 05							Moradia
	Casa 06							Moradia/Armazém
	Mini-Mercado	XIX		Descaracterizada		X		Moradia
	Casa 07							Moradia
	Casa 08	XIX	1855	Luso brasileiro				Moradia
	Casa 09							Moradia

<sup>630</sup> Dados colhidos pelo Autor durante trabalho de campo. 2007.

### 5.10 Retratos históricos

Na busca do conhecimento da realidade vivida na comunidade da Enseada de Brito, faz-se necessário o conhecimento histórico desta região. Mas também precisamos buscar nas fontes históricas a gênese da comunidade da Enseada de Brito, nunca esquecendo de todo contexto mundial que vem anteceder aos fatos históricos desta comunidade. Somente com leitura da linha do tempo histórica vamos entender as ações que levaram a colonização açoriana de todo litoral catarinense e aqui mais propriamente da região da Enseada de Brito, objeto do nosso estudo etno-histórico.

Vamos contextualizar os fatos dentro das “idades históricas”, aqui entendidas dentro da divisão histórica da civilização ocidental cristã, da qual fazemos parte.

- **Idade Antiga:** de +/- 3.500 a.C. a 476.
- **Idade Média:** de 476 a 1453.
- **Idade Moderna:** de 1453 a 1789.
- **Idade Contemporânea:** de 1789 aos dias de hoje.

Utilizamos, para apresentar este retrato dos acontecimentos históricos de um quadro, onde destacamos na primeira coluna as datas dos fatos e acontecimentos, uma outra coluna onde apresentamos os fatos históricos, acontecimentos relevantes para a vida de uma comunidade, refletindo o momento em que acontecem, e uma terceira coluna onde apresentamos a que realidade estes fatos estão relacionados, se ao Brasil, Portugal, ou Santa Catarina ou mesmo à comunidade da Enseada de Brito.

Mesmo que a história não se apresente exclusivamente pela linearidade dos fatos, estes no momento são a expressões claras dos acontecimentos observáveis que, vistos na perspectiva do tempo, permite ao antropólogo interpretar o seu evoluir.



### 5.10.1 Cronologia dos momentos históricos na formação da região da Enseada de Brito

**Quadro Comparativo Etno-Histórico**

DATA	FATO HISTÓRICO	RELAÇÃO NO MODELO
1427	- <b>Descoberta</b> do arquipélago dos Açores pelo português Diogo de Silves.	Tempo histórico dos Açores
1432/1439	-Inicia-se o <b>reconhecimento /povoamento</b> dos Açores por Frei Gonçalo Velho, a partir da ilha de Santa Maria. Estes acontecimentos têm relação com o sul do Brasil, pois os açorianos colonizaram a região no século XVIII.	Tempo histórico dos Açores Tempo histórico do Brasil
1453	- <b>Os Turcos</b> invadem e dominam a cidade de Constantinopla, pondo fim ao Império Romano do Oriente. A data marca o início do tempo histórico conhecido por Idade Moderna.	Tempo da Idade histórica da Civilização Ocidental Cristã
1480	- <b>A praia da Vitória</b> , na época conhecida por Villa da Praia, recebeu o Farol de Villa. (município).	Tempo histórico dos Açores.
1492	- <b>No dia 12 de outubro, Cristóvão Colombo</b> , a serviço dos reis Fernando e Isabel de Castela (futura Espanha), chega ao continente americano, aportando na atual ilha de Cuba, tomando posse da região por longos anos com o nome de <b>Índias Orientais</b> .	Tempo histórico do Brasil
1493	- Em fevereiro, Cristóvão Colombo ao retornar de sua viagem em que descobriu a América (12 de outubro de 1492), <b>desembarca na ilha de Santa Maria, nos Açores</b> , para pagar promessa, devido a violento temporal enfrentado por sua esquadra, junto ao arquipélago dos Açores, segundo afirma historiador açoriano. Portanto os Açorianos, foram os primeiros a tomarem contatos com a esquadra de Colombo após o descobrimento do Novo Mundo.	Tempo histórico dos Açores

1494	<p>- É assinado entre Portugal e Espanha o <b>Tratado de Tordesilhas</b>, que divide as terras descobertas e por descobrir no Oceano Atlântico, Índico e Pacífico entre os portugueses e espanhóis. Passou a ser considerado como limite entre os dois Impérios Ultramarinos, um meridiano imaginário que passava a 360 léguas a oeste de Cabo Verde. Ficando para os portugueses as terras a leste desta linha e para os espanhóis as terras a Oeste. Por este meridiano, a parte do Brasil aonde chegou Pedro Álvares Cabral já pertencia a Portugal. Por este meridiano, a região Sul do Brasil ficou dividida entre espanhóis (maior parte) e portugueses (menor parte), passando o meridiano pela atual cidade de Laguna, em Santa Catarina.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina</p>
1500	<p>- No dia <b>9 de março partiu da Torre de Belém</b>, no rio Tejo, a 2ª esquadra das Índias, integrada por 13 embarcações: 9 naus, 3 caravelas e uma naveta de mantimentos, comandadas por <b>Pedro Álvares Cabral</b>.</p> <p>- <b>No dia 22 de abril</b>, a esquadra de Cabral chega ao litoral brasileiro, na baía de Cabralia, em Porto Seguro, tomando posse da Terra de Vera Cruz, em nome de rei D. Manuel I de Portugal. A data marca o descobrimento oficial do Brasil pelos europeus.</p> <p>- Morreu nas Índias, em Calecute, Pero Vaz de Caminha, autor da Carta do descobrimento do Brasil ao rei D. Manuel vítima do ataque dos mouros à feitoria portuguesa em que se encontrava. Posteriormente Cabral bombardeia Calecute, obrigando a cidade a submeter-se a Portugal.</p>	Tempo histórico do Brasil
1501	- Início do século XVI	Tempo da Idade Secular
1501	<p>- Em julho chega de retorno a Lisboa a <b>nau Capitânia</b> da esquadra de Pedro Álvares Cabral, após mais de um ano de viagem. Só retornaram ao Tejo 7 das 13 embarcações que partiram.</p> <p>- É enviada pelo rei D. Manuel a <b>primeira expedição</b> de reconhecimento/mapeamento do litoral brasileiro, que atinge apenas o litoral Nordeste. A Região Sul era um mistério para os portugueses.</p>	Tempo histórico do Brasil
1504	- O navegador francês <b>Binot de Gonneville aporta em São Francisco do Sul, Santa Catarina</b> , onde permanece por 8 meses consertando seu navio “L’Espoir”. Retorna à França levando em sua companhia o índio Içamerique (iça-mirim), que	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina</p>

	casou posteriormente com uma de suas filhas. É o primeiro europeu a visitar o sul do Brasil, descrevendo as riquezas naturais e os índios da região. Portanto, foram os franceses os primeiros visitantes europeus do sul do Brasil. São Francisco do Sul, a <b>primeira comunidade do sul do Brasil</b> a ser visitada.	
1522	<b>Grande terremoto</b> sacode o arquipélago dos Açores, causando imensa destruição, notadamente na Ilha de São Miguel. A cidade de Villa Franca do Campo foi profundamente atingida, levando-a a decadência econômica e favorecendo o aparecimento de Ponta Delgada como principal cidade da ilha e São Miguel, condição que mantém até hoje.	Tempo histórico dos Açores
1534	- O Brasil é dividido em <b>15 Capitanias Hereditárias</b> entregues a 12 donatários. O sul do Brasil estava incluído na capitania de Santana, entregue a Pero Lopes de Souza.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina e da Região da Enseada de Brito
1549	- Foi criado pelo rei de Portugal, D. João III, o <b>Sistema de Governo Geral para o Brasil</b> , como forma de centralizar a autoridade do rei na colônia que começava a prosperar. Também para combater os ataques franceses que pilhavam as feitorias, extraíam pau-brasil e outros produtos tropicais de valor comercial. Foi seu primeiro governador Tomé de Souza.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina e da Região da Enseada de Brito
1581-82	- Em abril, as Cortes Portuguesas reunidas em Tomar, coroaram e juraram fidelidade ao rei Felipe II da Espanha (I de Portugal), iniciando a <b>União Ibérica</b> , que se estendeu até 1640. - A <b>Batalha de Salga</b> , ocorrida na ilha Terceira, Açores, <b>marca a resistência dos portugueses ao domínio espanhol</b> . Nesta batalha o exército espanhol de mais de 2.000 homens foi destruído por um pequeno exército de Terceirenses, que utilizou como arma uma manada de gado bravo, que empurrou o exército espanhol para a ribanceira junto ao mar, onde foram quase todos mortos. - Nova batalha, desta vez naval, foi no ano seguinte travada em frente à Villa Franca do Campo (Ilha de São Miguel), em que os espanhóis foram novamente derrotados.	Tempo histórico dos Açores
1669/73	- É fundado pelo bandeirante paulista <b>Francisco Dias Velho, o povoado de nossa Senhora do Deserto</b> da ilha de Santa Catarina, importante porto deaguada e abastecimento das frotas que demandavam ao extremo sul do Brasil e ao rio da Prata,	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da

	marcando o domínio português sobre um território que era reivindicado pelos espanhóis. A Enseada do Brito fazia parte deste território.	Enseada do Brito
1701	Início do Século XVIII.	Idade secular
1726 (23/03)	- A povoação de Nossa Senhora do Desterro foi elevada à categoria de vila, que vai representar a efetiva instalação do poder municipal na região até então exercido pela Vila de São Francisco do Sul e por Laguna. A Vila de Desterro se estendia do rio Camboriú à Garopaba. Portanto incluindo em suas terras a região da Enseada do Brito.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da Região da Enseada do Brito
1738 (11/08)	- <b>É criada a capitania subalterna da ilha de Santa Catarina</b> , subordinada à capitania do Rio de Janeiro, que incluía em sua jurisdição as vilas e Nossa Senhora das Graças do rio de São Francisco, Santo Antônio dos Anjos da Laguna, Nossa Senhora do Desterro e a região e São Pedro do Rio Grande que incluía a Colônia de Sacramento. A sede da Capitania foi localizada na vila de Desterro (Florianópolis), ilha de Santa Catarina, que passa a condição de sede, da autoridade portuguesa para o extremo sul do Brasil, em conflito com o Império Espanhol.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da Região da Enseada do Brito
1739-43	- É construído pelo Governador da Capitania de Santa Catarina, Coronel José da Silva Paes, <b>o sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina</b> , integrado por quatro grandes fortalezas, e diversos fortes menores. As fortalezas da barra norte, em sistema de fogos cruzados, representavam uma modernidade em sistema de defesa. As fortalezas de Anhatomirim, Ratonas e São José da Ponta Grossa formavam este sistema. Não foram testadas quando da invasão Espanhola em 1777, pois se renderam sem dar um único tiro, ficando na dúvida até hoje se seriam eficientes em combates reais. A outra ficava na barra sul da ilha, denominada Nossa Senhora da Conceição da Barra Sul. A região da Enseada do Brito - Palhoça, fazia parte da área protegida por este sistema de defesa.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da Região da Enseada do Brito
1746	- O rei de Portugal, D. João V, ouvido o Conselho de Estado, baixa <b>Alvará autorizando e definindo as regras à emigração de casais açorianos para povoarem o sul do Brasil</b> , tendo como eixo central de fixação a Ilha e Santa Catarina, que incluirá Enseada de Brito, no município de Palhoça.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da Região da Enseada de Brito
1748-56	- Foram enviados pelo rei de Portugal, <b>colonos açorianos</b> para povoar efetivamente o Brasil Meri-	Tempo histórico do Brasil

	<p>dional e garantir a posse da região para Portugal, frente a ameaça espanhola de reconquistar a região, em sua maior parte pertencente a Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. No período desembarcaram na ilha de Santa Catarina, vivos, cerca de 6.000 açorianos (números oficiais), que deram origem às diversas povoações no litoral catarinense e gaúcho. Aproximadamente 4.500 se fixaram em Santa Catarina e os demais no Rio Grande do Sul. A saída dos Açores de forma clandestina deve ter trazido um volume de casais, quase igual ao dos números oficiais.</p>	<p>Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da Região da Enseada de Brito</p>
1750	<p><b>- Em 13 de maio de 1750 é criada por Alvará Régio a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, pertencente ao Termo da Vila de Desterro.</b></p> <p>- São fundadas ainda, no referido ano, partir dos casais açorianos, as freguesias de São José, Santo Antônio e Lagoa da Conceição, São Miguel. Vila Nova é fundada em 1755.</p> <p>- Foi assinado entre Portugal e Espanha o <b>Tratado de Madri</b>, que definiu as fronteiras entre Portugal e Espanha, com base no <i>Ut Possedetis</i>, ou seja, as terras pertenciam a quem efetivamente as ocupassem.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da Região da Enseada de Brito</p>
1750-1777	<p><b>- O Marquês de Pombal, governou Portugal</b> como 1º Ministro de D. José I. Impõem-se à nobreza e à Igreja através de uma política de repressão, com o fortalecimento do poder monárquico a redução dos privilégios da nobreza e clero. Consegue, com sua política, reorganizar a economia e a monarquia jurídico-administrativa portuguesa, além de ter imposto sua marca na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. <b>Expulsa os Jesuítas e Império Português.</b> Ordena a <b>queima de teares nas colônias</b>, que levou ao confisco e queima dos teares trazidos pelos açorianos, na freguesia da Enseada de Brito.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da Região da Enseada de Brito</p>
1759	<p><b>- O marquês de Pombal ordena a expulsão dos Jesuítas e Portugal e de suas colônias.</b> Os efeitos serão sentidos no sul do Brasil, onde <b>as missões jesuíticas, sem a proteção da Coroa, serão alvos preferidos dos bandeirantes</b>, que se apossam dos índios e de seu gado, notadamente no sul do Brasil, onde havia os Sete Povos das Missões, com muitas das aldeias em territórios portugueses. Há muitas lendas no litoral catarinense referente a possíveis enterros de tesouros, por parte dos padres jesuítas, em sua fuga do território português. Estes padres em fuga cruzaram o território da Enseada do Brito.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da região da Enseada de Brito</p>

1777 (23/02)	<p>- <b>Invasão espanhola na ilha de Santa Catarina</b>, sob o comando do 1º vice-rei do Rio da Prata D. Pedro de Zaballos Cortez y Calderon, com uma armada composta de 116 embarcações, 900 canhões e 12.000 pessoas. A freguesia de Enseada de Brito foi ocupada, por ser frontal a Ilha de Santa Catarina, onde se instalou o Governo Espanhol de ocupação. Para o vale do rio Cubatão, fugiram os soldados e habitantes de Desterro, que foram posteriormente feitos prisioneiros.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da região da Enseada de Brito</p>
1789	<p>- Ocorreu na França a <b>Revolução Francesa</b>, considerado o marco de fim do feudalismo absolutismo na Europa. Para muitos historiadores a data marca o fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea. Pela primeira vez a burguesia e o povo chegam ao poder de uma nação. Esta revolução inspirada no iluminismo, com base nos seus princípios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, movimentos de independência das colônias americanas, e de outras nações inclusive inspirando a Inconfidência Mineira no Brasil.</p> <p>- <b>Inconfidência Mineira</b> – movimento de revolta que visava criar uma república nas Minas Gerais, cujos princípios eram inspirados nos mesmos da Revolução Francesa. Surgindo o deslocamento com a política Portuguesa de cobrança dos quintos do ouro atrasados, tem como lema “liberdade ainda que tardia”. Delatados os revolucionários, pelo Coronel Silveira dos Reis, são estes presos e julgados. Dentre todos os envolvidos, foi condenado a morte por ato de D. João IV, na época Príncipe Regente, apenas a Alferes (subtenente) Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes, que assumiu a responsabilidade, a par de não ser com certeza o líder do movimento, onde estavam envolvidos, poetas, oficiais graduados, proprietários de minas e Advogados. Foi enforcado e esquartejado, no estilo Pombalino, se tornando mártir do Brasil, e símbolo pela independência, que ocorreu alguns anos mais tarde.</p> <p>- O movimento influenciou a criação da República Juliana em Laguna, em 1839, cujo Presidente foi o Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro da paróquia de Enseada de Brito.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da região da Enseada de Brito</p>

1796	- É publicado o primeiro levantamento econômico-demográfico e natural paisagístico da Capitania de Santa Catarina, <b>intitulado Relatório do Governador da Capitania de Santa Catarina ao vice-rei do Brasil</b> , do governador Alberto de Miranda Ribeiro, <b>com informações sobre a freguesia de Enseada de Brito, atualmente distrito de palhoça.</b>	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1801	Início do Século XIX.	Idade secular
1808	- <b>A transferência do Príncipe Regente D. Pedro VI e sua Corte Portuguesa para o Brasil</b> , trouxeram profundas conseqüências para a antiga colônia. Provocou imediatamente um maior controle na arrecadação de impostos, consequentemente o maior interesse pelas atividades econômicas ao longo do território brasileiro, criando novas taxas e postos de cobranças. Ocorrendo desta forma as atividades econômicas como a pecuária. - Tem início o <b>livre comércio com outras nações</b> (abertura dos portos – 1º de janeiro de 1808) desde que paga as taxas alfandegárias aumentando as exportações de couro, charque, farinha de mandioca e outros produtos na região sul.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina
1815	- <b>Elevação do Brasil à Reino Unido de Portugal e Algarves</b> , que tornam nossa nação não mais uma colônia, passando a ter os mesmos direitos e regalias dispensadas aos cidadãos portugueses continentais. Segundo o historiador Oliveira Martins, este ato de D. João VI marcou a efetiva independência do Brasil. O gesto do Ipiranga, em 1822, virá apenas reafirmar simbolicamente uma separação que já existia de fato entre Portugal e sua ex-colônia Americana! Para a Nação Brasileira como um todo, representou a conquista de um importante status internacional, que não se fez sentir a nível popular, com poucos reflexos na vida sócio-política do Sul do Brasil.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1822(07/09)	- É considerada oficialmente <b>a data da independência do Brasil</b> cujo ato de separação foi feito por D. Pedro, na oportunidade Príncipe Regente que foi coroado Imperador do Brasil com o título de D. Pedro I em 1 de dezembro de 1822.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1829	- Chega a Santa Catarina <b>a primeira leva de imigrantes alemães</b> , que vão ser fichados na então freguesia de São José da Terra Firme, no local onde hoje existe o município de São Pedro de Alcântara, que colonizarão pelos anos seguintes, parte do	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do

	atual município de Palhoça, inclusive a Sede do município.	município de Palhoça e Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1831	- D. Pedro I renuncia a Coroa do Brasil, em prol de seu filho menor D. Pedro de Alcântara, se retiraram para a Europa, apenas com o título de Duque de Bragança.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município
1833(01/03)	- A Freguesia São José é desmembrada de Desterro, para constituir junto com freguesia de Enseada de Brito formar uma nova Vila (Município), que incluía todas as terras do atual município de Palhoça.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município Palhoça e Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1835-45	- Ocorreu no Sul do Brasil à <b>guerra dos Farrapos</b> , que envolveu a criação da República Piratini, no Rio Grande do Sul, República Catarinense em Santa Catarina. Revolução de inspiração iluminista, e de fundo econômico. O Presidente da República Catarinense, fundada em Laguna em 1839, foi o padre da Enseada de Brito, Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1840	- <b>É declarada a maioria de D. Pedro de Alcântara</b> , aos 15 anos, que assume o trono do Brasil com o título de D. Pedro II.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município
1845	- <b>D. Pedro II percorre o Sul do Brasil</b> , passando pelas principais vilas existentes, inclusive a de São José. Esteve em Caldas do Cubatão, que durante muitos anos pertenceu a Palhoça. Pela primeira vez o povo do sul via seu Imperador.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça
1846	- Criação da freguesia de São Joaquim da Garopaba. Lei Provincial 231, de 13 de maio de 1846. Era distrito de Palhoça quando ocorreu a sua emancipação política em 1961.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município Palhoça
1850	- É assinada a <b>Lei Bill Alberden que proíbe o tráfico negreiro para o Brasil</b> , abrindo as portas para a imigração de europeus: alemães, italianos, poloneses, portugueses, outros, a partir de então. O	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina



	<p>sul do Brasil, com clima mais próximo do europeu, pequena densidade demográfica e em franca expansão, será a região que receberá grande parte desta nova mão-de-obra, que se deslocará para a região. Incluindo o município de Palhoça, já que na época envolvia as terras dos atuais municípios de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz, onde se localizam parte destes imigrantes.</p>	<p>Tempo histórico do município de Palhoça e Tempo histórico da região da Enseada de Brito</p>	
1854(29/05)	<p>- Criação da freguesia de Santo Amaro do Cubatão, atual Santo Amaro da Imperatriz. Lei Provincial 371.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça</p>	
1865-70	<p>- Ocorre a <b>Guerra do Brasil com o Paraguai</b>, que resultou em milhares de mortes e a aniquilação da nação vizinha. Muitos descendentes de açorianos, inclusive da Vila de São José, morreram nesta guerra. O Sul do Brasil forneceu alimentação e muitos soldados, com o fim da guerra muitos escravos libertos não retornaram as suas regiões de origem, se fixando na região Sul, onde existiam ainda muitas terras para ocupar.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município Palhoça</p>	
1870(03/05)	<p>- Pela primeira vez se utilizou oficialmente o nome de Palhoça, para designar a região da Sede do município, quando da criação da Escola de Primeiras Letras para o sexo masculino na comunidade. Lei Provincial 629 de 3 de maio de 1870.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça</p>	
1882(08/11)	<p>- Criação da freguesia da Palhoça, através da Lei Provincial datada de 8 de novembro.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de palhoça e Tempo histórico da região da Enseada de Brito</p>	
1888(13/05)	<p>- É assinada a Lei Áurea que extingue a escravidão no Brasil. Muitos proprietários rurais do sul do Brasil, que tinha mão-de-obra escrava, foram à falência. - Ocorre grande imigração européia para o sul do Brasil a partir de 1850.</p>	<p>Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município</p>	
1889(15/11)	<p>- Ocorre a <b>Proclamação da República do Brasil</b>, sob a liderança do Marechal Floriano Peixoto, com</p>	<p>Tempo histórico do Brasil</p>	

	o exílio da família Real na Europa.	Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município
1891	- Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que entre as novidades, separa a Igreja do Estado. Com isto, os padres perdem o direito de receber salário do Estado, obrigando as paróquias a sustentá-los. Desta época em diante as festas religiosas, passam a ser fonte de lucros para a manutenção das paróquias.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça
1894(24/04)	- <b>Criação do município de Palhoça</b> , através de Decreto Estadual nº. 184 de 24 de abril, do Presidente da Província, Antonio Moreira César. Foi este desmembrado do município de São José, com as terras ao sul do rio Maruim, que envolviam as freguesias de Santo Amaro do Cubatão, Enseada de Brito, Garopaba e Palhoça, com área geográfica correspondente a aproximadamente dois terços da área territorial do município de São José. Acredita-se que tenha sido vingança política, pois São José sempre foi um forte reduto monarquista. - Revolução Federalista e Revolta da Armada, que marca a tentativa de tornar o poder pelas armas. Os revoltosos e seus simpatizantes são perseguidos, derrotados e mortos fuzilados. Na Ilha de Santa Catarina onde ficou a Sede da Revolução Federalista/Armada, que após a derrota dos revoltosos muitos foram fuzilados na fortaleza de Anhatomirim. - Desterro passa a ser chamada Florianópolis, em homenagem ao Marechal de ferro Floriano Peixoto. Nome que mantém até hoje, a par do pretexto de muitos florianopolitanos, inconformados com o fato.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1895 (2de março)	- Tem início o processo de <b>conquista da autonomia</b> , por parte do arquipélago em 3 Distritos Administrativos, com Sedes em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.	Tempo histórico dos Açores
1919(22/08)	- A Vila de Palhoça é elevada a categoria de cidade, através da Lei estadual 1245, datada de 22 de agosto de 1919.	Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1928	A freguesia de Enseada de Brito, passa a condição de Distrito do município de Palhoça.	Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do

		município Tempo histórico da região da Enseada de Brito
1930	- Ocorre a Revolução de 1930, quando as tropas aliadas de Getúlio Vargas, passam por São Jose e Palhoça, para desespero de seus adversários políticos, que fogem para outros lugares.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça
1939-45	- <b>2ª Guerra Mundial</b> que envolveu a maioria das nações ocidentais, tanto Portugal como o Brasil estiveram nas frentes de batalhas. O sul do Brasil colaborou com as tropas que <b>lutaram ao lado do exército americano na conquista da Itália.</b>  - <b>A perseguição aos alemães e italianos</b> , obrigando-os a romper com a pátria de origem, gerou revolta entre esses imigrantes e seus descendentes, cujos sentimentos ainda se fazem presentes entre os mais velhos.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça
1943 - 45	Entre 1943-45, <b>a base das Lages, na Praia da Vitória, ilha Terceira, Açores, foi uma das mais importantes dos Aliados</b> do Atlântico. Só num dia desceram 600 aviões. Nos dois anos de guerra, mais de 21.000 aparelhos baixaram nas Lages. A pista da base chegou a ter, numa só ocasião mais de 500 aviões de diferentes tipos.	Tempo histórico dos Açores
1958(06/06)	- Criação do município de Santo Amaro da Imperatriz, desmembrado do município de Palhoça. Lei Estadual 344 de 6 de junho de 1958.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de palhoça
1961(19/12)	- Criação do município de Garopaba, desmembrado do município de Palhoça. Lei Estadual 795 de 19 de dezembro de 1961.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça.
1961(20/12)	- Criação do município de Paulo Lopes, desmembrado do município da Palhoça. Lei Estadual 798 de 20 de dezembro de 1961.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça
1976	- <b>Criação da Região Autônoma dos Açores</b> , com	Tempo histórico dos

	aprovação pela Assembléia Nacional Portuguesa do Estatuto Político da Região Autónoma dos Açores.	Açores
1994	- Palhoça comemora o centenário da criação do município.	Tempo histórico do Brasil Tempo histórico de Santa Catarina Tempo histórico do município de Palhoça e da região da Enseada de Brito

*Fonte: Documentos diversos ligados à história de Portugal e Brasil, listados na relação bibliográfica.*

### 5.11 A Pesca na Enseada de Brito

As atividades econômicas da comunidade de Enseada de Brito, desde o século XVIII, nunca tiveram na pesca seu principal produto. O pescador-agricultor vivia da comercialização do excedente, para complementar as necessidades da família. Mesmo assim a pesca artesanal para alguns era a única forma de trabalho e ainda hoje, encontramos na região da Enseada de Brito, mais de 600 pescadores<sup>631</sup> registrados que praticam a atividade pesqueira como única fonte de renda ou como complemento salarial de outras atividades. É nas comunidades da Barra do Aririú, da Vila da Enseada, da Pinheira, das Pedras Altas, da Passagem do Massiambú, da Praia do Sonho, da Ponta do Papagaio, da Praia de Cima e da Guarda do Embaú, que encontramos estes pescadores.

É importante ressaltar que a atividade pesqueira tem sofrido transformações significativas nos últimos 30 anos, em decorrência da urbanização desordenada, com o parcelamento do solo feito de forma inconseqüente, mesmo estando toda região em estudo, dentro de um parque estadual de proteção ambiental<sup>632</sup>. O modelo econômico urbano, associado às políticas de preservação ambiental, principalmente depois do advento da ECO-Rio 92<sup>633</sup>, provocou uma mudança no modelo econômico desta região pesqueira, levando a comunidade a buscar no

<sup>631</sup> Registro da Colônia de Pescador - Z 15 Palhoça/SC – Região- Centro RH:8.

<sup>632</sup> Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que compreende os municípios da Grande Florianópolis, entre eles a região da Enseada do Brito.

<sup>633</sup> Conferência Mundial do Meio Ambiente, realizada em 1992, conhecida com Rio-92, onde foram assinados diversos protocolos de proteção ambiental.

mar outras alternativas de fonte de renda, passando a sofrer uma rigorosa fiscalização devido a pesca predatória e surgindo como opção a maricultura.<sup>634</sup>

A diminuição das espécies de peixe, tendo em vista a pesca predatória das grandes embarcações e também os problemas resultantes da ocupação desordenada da região provocando um aumento da poluição das praias. Hoje, ao conversar com os pescadores, e colher deles as informações a respeito dos peixes que ainda habitam essas baías, eles acabam expressando sua tristeza ao dizer que são poucos os peixes capturados e que as espécies diminuíram.

Com o passar do tempo e com a necessidade de defender seus interesses, os pescadores de todo litoral de Santa Catarina e como em quase todo Brasil, passaram a criar “colônias de pescadores” e organizações associativas que têm por objetivos organizar e defender os pescadores principalmente os artesanais. Com advento dos períodos de “defeso”<sup>635</sup>, quando é proibida a pesca de certas espécies de peixes, para proteger da extinção, os pescadores credenciados recebem do governo uma ajuda financeira durante todo este período. Esta organização ajudou a evitar o desaparecimento do pescador artesanal e com ele os seus códigos e seus conhecimentos.

### ***5.11.1 Os saberes locais da Enseada de Brito***

Ao analisar mais de perto a vida dos pescadores e conviver com diversas famílias durante o período de investigação, pudemos constatar que os mesmos utilizam, em seus cotidianos, os conhecimentos construídos durante os anos, repassados a cada nova geração. Eles têm um profundo conhecimento prático da parte da natureza que se relaciona com seu bem-estar, e estes conhecimentos sistematizados transformam-se em códigos e práticas aplicáveis no dia-a-dia, nas mais diversas atividades.

Ao observar a relação dos pescadores com os fenômenos naturais, com a natureza, com os astros, com os animais e pássaros, percebemos que os códigos construídos – mesmo que os detentores do saber científico classifiquem de senso comum – têm uma função importantíssima na vida deles, desde a proteção quanto aos fenômenos atmosféricos, que pode colocar a vida dos pescadores em riscos, quanto à indicação de bom tempo para se ir ao mar. A comunidade em geral também conta com a presença desse código em suas atividades diárias.

---

<sup>634</sup> Maricultura: plantio e cultivo de sementes de ostras e mariscos em cativeiros na própria orla marítima.

<sup>635</sup> Período estabelecido por lei que proíbe a pesca de determinada espécie de peixe.

### 5.11.2 A divisão do trabalho

Outro conhecimento local próprio das comunidades de pescadores da região da Grande Florianópolis, e aqui especialmente da região da Enseada de Brito, é a divisão do trabalho, estabelecida desde o preparo dos apetrechos para ida para o mar, durante toda pesca e até o momento de retirada do pescado e o recolhimento da rede e do barco. Numa das praias da região da Enseada, a praia da Pinheira, observamos que existem oito donos de embarcações, e que cada um possui um grupo de camaradas, com cerca de vinte homens, que ajudam desde a colocação do barco (mais a frente trataremos do tipo de embarcações que se utiliza em cada tipo de pescaria) na água, durante todo o cerco dos cardumes e até o arrastão da rede à praia. Este trabalho tem todo um ritual: nem todo homem da equipe pode subir ao barco e a ordem de subida depende da sua hierarquia no grupo e de sua habilidade para tal serviço. Os que trabalham como vigias não têm contato direto com o barco ou o próprio mar.

O vigia trabalha quase sempre num lugar mais elevado, em cima de um morro, pedras ou no costão. Ele observa a movimentação das águas, das ondas e, ao avistar o cardume, faz o sinal. Este sinal é traduzido pelo pessoal do rancho, que se põe ao mar e, a partir da orientação do vigia, faz o cerco do cardume. Os pescadores já sabem de antemão que tipo de peixe estão indo pegar, somente pela sinalização dos vigias. Ao retornar, os que ficaram na praia, preparam a chegada das canoas, o que demanda certa técnica para que os peixes capturados não caiam da embarcação. Outros se põem a puxar a rede com uma técnica apropriada e no ritmo das ondas, sem esquecer de cuidar para que todos os peixes sejam separados e divididos, de acordo com o determinado pelo dono da rede.

Tradicionalmente, nestas comunidades, as mulheres não vão ao mar. Além de serem responsáveis pelo trabalho doméstico, direcionado ao bem estar da família, elas participam da pesca realizando atividades relacionadas, porém nas dependências da casa. Geralmente, é a esposa do dono barco que congrega outras mulheres ao seu redor, e juntas são responsáveis pela limpeza e separação do camarão, mariscos, ostras e também pela transformação do peixe em filé para venda. É um trabalho secundário, após a pesca, mas que produz uma renda extra para as esposas e filhas dos pescadores, que nestas comunidades possuem poucas opções de trabalho. Elas recebem por quilo de camarão limpo. Durante o trabalho, elas cantam e comentam fatos de seu dia-a-dia, como os problemas e as novidades da família e da vizinhança. Cada dono de barco tem sua equipe e o produto tem como destinos as peixarias locais ou é vendido para um atravessador que se responsabiliza por embalar e encaminhar para o comércio.



**Foto 14** - Mulheres trabalhando na limpeza de camarões na Praia da Pinheira Palhoça- SC - 2007 – Foto do Autor

Destacamos com isto que a pesca movimenta muitos moradores e não apenas os que efetivamente são pescadores. Umas das figuras mais importantes nestes contextos são os pescadores aposentados, que trabalham em apetrechos para a pesca. Um desses pescadores é o senhor Manoel dos Santos de 81 anos, um dos poucos na comunidade a confeccionar os balaies para a acomodação e transporte do peixe. A técnica antiga revela um conhecimento elaborado, repassado por seus pais. O material usado, cipós e de lâminas de bambu, é planejado com vistas ao próprio tempo, revelando um senso de observação e respeito da natureza, um exemplo de saber local que continua a ser repassado, como explica o senhor Manoel dos Santos: “As plantas como cipós e taquaras, cordas e esteiras, devem ser cortadas na lua nova para não estragarem logo”.



**Foto 15** - Pescador Manoel dos Santos Aposentado no trabalho de confecção de Balaies Comunidade da Praia de Cima /Pinheira – 2007 – Foto do Autor

### 5.11.3 *As embarcações e os apetrechos da pesca*

A escolha da embarcação também é determinada pelo conhecimento adquirido na experiência diária. Esse conhecimento sistematizado também banha o senso comum local e torna-se conhecimento obrigatório para quem vive da pesca, pois determina que tipo de barco é mais apropriado a determinado peixe, condições do mar, entre outros fatores. As “baleeiras de boca aberta” são embarcações que medem em torno de oito metros de comprimento e que facilitam, pelo tamanho, a utilização da rede de arrastão na captura do “camarão sete barbas” na costa do litoral. É também utilizada na captura dos mais diversos tipos de peixe do litoral da região da Enseada de Brito.

Outras embarcações são as canoas a motor e a canoa a remo, com características diferenciadas, pois possuem um fundo chato permitindo o translado em áreas com até dez centímetros de profundidade. São utilizadas na captura de camarões ou peixe como a tainha nas regiões estuarinas. Uma outra embarcação é a baleeira de pequeno porte, utilizada ao longo do litoral, porém apresentando variações de modelo de acordo com a região. É utilizada desde a pesca no mar aberto, desde que próximo à costa, como em baías e lagoas costeiras.

As canoas e baleeiras utilizadas na pesca são construídas na própria localidade. Da escolha da madeira à finalização da embarcação, os pescadores elaboraram um código detalhado que faz cruzar a observação do tempo com a utilização respeitosa dos recursos naturais:

“Se as árvores forem cortadas para construir canoas, fora do período próprio e a mesma provocar fissuras nas paredes, por verter água, a mesma deve ser mergulhada na água do mar (submersa) por pelo menos 15 dias. Depois deste período ela seca totalmente. Água do mar curra o excesso de umidade.” (Sr. Terninho, pescador)

Outros aspectos do conhecimento local, revelados durante a observação participante são as escolhas e a confecção dos apetrechos para captura dos peixes. Poderia ser dito que todos nós sabemos que para pescar precisamos de rede e barco. Mas ao acompanhar os pescadores, descobrimos uma série de conhecimentos acumulados durante anos, que vão desde a escolha do material até a produção da rede ou de outro instrumento de captura dos peixes. Uma técnica apuradíssima é revelada durante este trabalho artesanal. Descrevemos agora um pouco desses materiais, com base no relato do pescador Osni José Pereira, de 76 anos, morador da região.





**Foto 16** - Pescador Osni José Pereira aposentado no trabalho concerto de Redes  
Comunidade da Enseada de Brito – 2007 – Foto do Autor

O primeiro apetrecho é a *tarrafa*, um utensílio de pesca mais usado na freguesia da Enseada, nas praias da Pinheira, ponta do Papagaio, praia do Sonho e na Guarda do Embaú. A tarrafa pode ser usada na pesca do peixe e também na captura de camarões. Para cada tipo de atividade que se realiza, ou seja, retirada do peixe ou de camarão, é preciso de uma tarrafa diferente e a diferença está no tamanho da malha, no tipo de linha e no tamanho do rufo. Na pesca do camarão a malha é mais miúda, a linha utilizada é menos resistente e o rufo é mínimo.

Outro apetrecho que acompanhamos a confecção na comunidade da Enseada de Brito foi a rede de arrasto. Este utensílio de pesca tem grande porte e é utilizado na pesca de cardumes. O que nos chama a atenção neste tipo de rede são os tipos de malhas diferentes utilizadas na confecção: de laça e de miudeira. A malha de miudeira é utilizada para evitar a fuga dos peixes menores, como também para aumentar a resistência da rede de arrasto. A parte central da malha miudeira é chamada copo. É nesta parte que é exercida toda força, é a que sustenta todo o peso do peixe capturado. Quando a rede está sendo puxada do mar, o copo deve ser mantido em simetria com os cabos. A aplicação desta rede está associada aos grandes lances, para tainha e peixes em geral.

Outros instrumentos foram descritos como utilizados nas diferentes atividades de pescas, como por exemplo, a “rede de roda”, utilizada no mar grosso, igualmente a “rede de fundear”, que também é utilizada em alto mar. Estes dois tipos de redes são utilizados com maior frequência na pesca da anchova. Temos ainda a “rede de empola” ou de “atravessar” que é utilizada em lagoas e enseadas, mais apropriada para a pesca da corvina.



**Foto 17** – Pescador mostrando os tipos de rede  
Praia do Sonho – 2007 – Foto do Autor

Ainda podemos descrever de forma mais sintética os relatos referentes a outros apetrechos utilizados na pesca, que de acordo com o conhecimento local facilitam a vida de todos os pescadores. Temos a “rede de calão”, que é feita de malha miudeira, possuindo um calão (cabo de madeira) em cada extremidade. Por esses cabos é que os pescadores seguram a fim de arrastarem a rede, na posição vertical. O comprimento varia de três a cinco metros e sua altura chega a dois metros. Serve para apanhar os peixes que escapam da rede de arrasto, quando essas estão sendo puxadas do mar pelos pescadores, ajudantes e camaradas.

O “espinhel” é bastante utilizado na pesca em mar grosso (alto mar) e sua confecção é fácil. O espinhel nada mais é que uma linha ou um fio que tem por toda sua extensão anzóis pendurados, amarrados por um fio chamado de “estrovo” – esta amarra chama-se “empate”. Os espinhéis possuem bóias que mantêm os anzóis suspensos. Temos o “espinhel de bolear”, que difere do anterior porque não possui os filames e nem as bóias, e é lançado no mar através do ato de bolear (jogar no mar). Finalizando os relatos sobre os tipos de materiais utilizados nas pescarias, temos um pequeno apetrecho que auxilia nos trabalhos de capturas, que é o “jereré”, instrumento que é feito com arco de arame grosso e que possui um cone feito de malhas e um cabo de madeira. O “jereré” tem a forma de um grande coador e é utilizado na captura e pesca do siri.

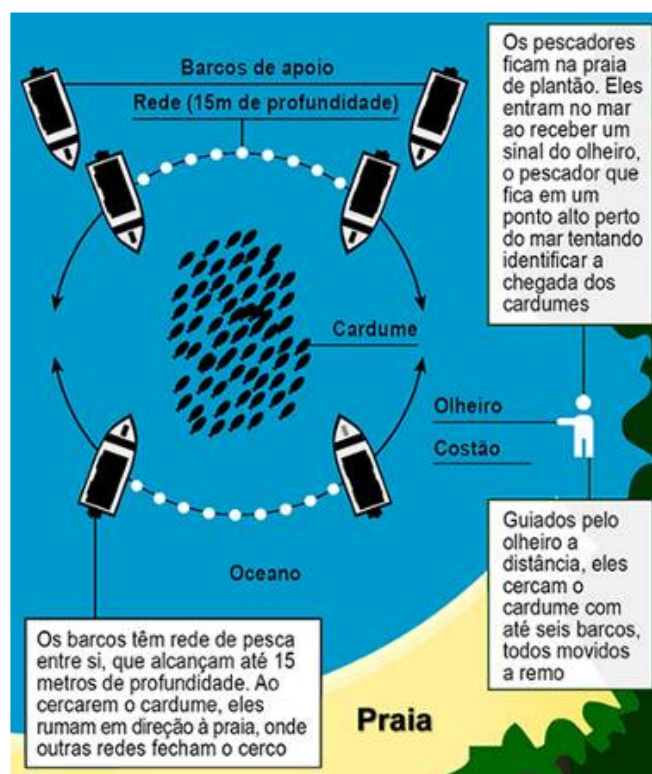
#### 5.11.4 A captura do peixe

Após a descrição dos apetrechos utilizados na região, podemos ainda descrever outro conhecimento local utilizado para captura do pescado. A técnica do “cerco da tainha” é um conhecimento acumulado durante muitos anos e repassado aos mais novos pescadores e que trata de uma estratégia de navegação e de captura, que utiliza a comunicação não-verbal, como forma de comunicação eficiente, ainda que pudessem ter à disposição equipamentos mais sofisticados.

Na pesca da tainha, ou de outras espécies de peixe que se aproximam da praia em forma de cardumes, os pescadores da região utilizam os chamados *vigias* ou *olheiros*, homens que ficam de plantão na praia e têm por função a observação do mar. Os vigias são pescadores com vasta experiência, que conhecem os fenômenos do mar como poucos. Ficam horas a fio, sem tirar os olhos do mar esperando uma modificação da cor das ondas, um tremular diferente das águas, para identificar o cardume.

Quando avistam o pescado, expressam por meio de gestos aos pescadores que estão distantes, dentro dos ranchos, que é hora de ir para o mar. O vigia pode utilizar uma peça de roupa ou uma bandeira. Quando observa o cardume, ele avalia o tamanho do mesmo, para definir a quantidade de embarcações necessárias para captura. Se o cardume necessitar de somente uma embarcação, ele simplesmente gesticula com uma peça de roupa, que geralmente é uma camiseta. Se o cardume necessitar de mais de uma embarcação, ele pode apresentar uma outra pessoa de seu lado ou, conforme a região, ele levanta uma bandeira para cada barco necessário para a captura. Após, ele continua a orientar através de gestos, para direita ou para esquerda, indicando o rumo que o cardume está tomando.

Ao receber as informações os barcos são conduzidos ao mar. Geralmente na captura da tainha são utilizados vários barcos. Acompanhando o sinal do vigia, eles cercam o cardume, utilizando de técnicas construídas com o passar do tempo. Os barcos têm rede de pesca que alcançam até 15 metros de profundidade. Ao cercarem o cardume, eles rumam em direção à praia, onde outras redes fecham o cerco.



**Figura 1** - Desenho esquemático do cerco ao cardume e orientação do vigia

De volta à praia, a chegada da embarcação é aguardada pelos pescadores que não embarcaram e por possíveis compradores do pescado. É o momento de outra prática tradicional dessas comunidades, a divisão do peixe. A metade fica com o dono do barco e da rede, e a outra é dividida entre todos de acordo com a função exercida. Eles retiram uma parte para o sustento da família e a outra é vendida para os atravessadores, como são chamadas as pessoas que compram peixe direto com os pescadores e repassam para os comerciantes da região.

#### 5.11.5 O pescador e a leitura do tempo

Quanto mais simples as sociedades de economia de subsistência, ligadas às atividades de coleta, agricultura ou pesca, mais direta é a relação com um meio ambiente rico em recursos naturais, fonte que assegura a sobrevivência alimentar de seus membros. Esse corpo de conhecimentos, vulgarmente conhecidos como *senso comum*, são leituras elaboradas a partir dos fenômenos físicos e climáticos que vivenciam e que se tornam necessárias à manutenção da vida e sua interação com esses recursos naturais.

Homens e mulheres procuram compreender e interpretar estes sinais, estabelecendo relações de causa e efeito. A partir daí, elaboram uma série de procedimentos para suas vidas

diárias. Do acúmulo de experiência na observação de certos fenômenos naturais, os seres humanos organizaram empiricamente um código de interpretação desses fenômenos, o que serve de um manual para a vida diária. No caso específico da Enseada de Brito, já adiantamos acima tratar-se mais de uma relação de complementaridade entre o ser humano e a paisagem que o cerca, do que uma relação hierárquica que faz deles senhores absolutos dos recursos naturais disponíveis.

No contexto desta pesquisa, os conhecimentos elaborados, acumulados e transmitidos sobre as condições climáticas mostram-se como prenes de significados dessa relação. A classificação e sistematização desses fenômenos constituem um forte subsídio para a pesca, porém não é um conhecimento exclusivo dos pescadores, estando presente também no senso comum dos moradores nativos de toda a região. E mesmo estando pulverizado nos conhecimentos cotidianos, esse saber sobre o tempo pode ser entendido, na ótica de Geertz, como “interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes” (GEERTZ, 1999:115-6).

Desta forma, acreditamos estar diante de uma área de conhecimento, o senso comum, tão historicamente construída quanto qualquer outro compartimento do saber humano, sujeito a padrões de juízo estabelecidos num determinado lugar e num tempo específico. O que se costuma chamar pejorativamente de senso comum revela-se aqui como:

(...) um sistema cultural, embora nem sempre muito empregado, que se baseia nos mesmos argumentos que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas têm o significado que lhes queremos dar (Geertz, 1999:116).

Os pescadores sabem que a leitura do tempo dispõe hoje de outras possibilidades, como os serviços de meteorologia. Mas seria enganoso acreditarmos que um sistema mais moderno, baseado em instrumentos, substituiria a observação realizada matinalmente, antes da vida diária. Eles não encontram motivos para deixar de confiar num sistema que se confirma na experiência cotidiana. Um pescador talvez não consiga explicar – dentro dos parâmetros científicos – por que uma cor diferente de nuvem e um certo tipo de vento levam a uma condição de tempo específica. Mas: “há 70 anos eu olho pra essas nuvens e sei que vai chover no outro dia”, afirma um pescador de mais de 90 anos. Ou seja, não há motivos para desvincularmos esse tipo de saber de uma forma de conhecimento regular e baseada em argumentos (entendido naquele contexto como) sólidos.

### 5.11.5.1 As condições do tempo como um fenômeno total

A observação dos fenômenos climáticos, elaborada na convivência diária com o tempo, não se baseia numa simples relação de causa e efeito entre os elementos relacionados ao tempo. É como se os fenômenos naturais em conjunto articulassem uma linguagem que informa o resultado prático da observação. Nessa leitura, considera-se a textura e a coloração das nuvens, a posição delas em relação às florestas e montanhas próximas, bem como a velocidade dessas nuvens. De acordo com o pescador Manoel Protázio Jorge, 77 anos, da localidade de Morretes:

*Se as nuvens começam a ficar rendadas, pedradas, o pescador já sabe: céu pedrento, chuva ou vento, sinal de que o tempo vai mudar.*

*Quando a trovoada começa a ser formada: nuvens pesadas, escuras no alto, rosadas na base, sinal de vento forte e chuva de granizo.*

O resultado prático dessa observação pode ser não sair para o mar, o cancelamento de um dia de pesca, para voltar-se para os afazeres da terra firme, como o cuidado com as redes e a fabricação de apetrechos. Cabe destacar que, nesse momento, o que fala mais alto é um profundo respeito pelo mar, em que o conhecimento das possibilidades que uma má decisão pode acarretar – um naufrágio ou uma tempestade em alto mar –, baseado em experiências passadas, determina a decisão.

A temperatura da água do mar e dos rios é outro indicativo, assim como o movimento das ondas. Outros fatores considerados são: a temperatura ambiente, a umidade do ar, e a força e a direção dos ventos. O Morro do Cambirela, o acidente natural que, por ter a maior altitude da região, destaca-se na paisagem da Enseada de Brito, é também foco de observação, principalmente quando está coberto de nuvens. O pescador exclama: “*Morro do Cambirela coberto, chuva perto*”.

*Ao amanhecer, se o dia estiver bonito, sem vento, e de repente o aracuã (árvore nativa) começa a trinar, é sinal de que o vento sul cairá antes do meio-dia.*

*Quando o mar está calmo, com ventos suaves, e de repente começa a ficar com manchas de calmaria, “oriçado”, é indicação de que cairá vento sul forte ou trovoada. (Manoel Protázio Jorge, 77 anos – Morretes)*

A partir desse prognóstico, o pescador entende como um sinal para recolher as redes e remar para a praia, pois há perigo de as embarcações virarem. A região da Enseada de Brito,

assim como todo o litoral catarinense, é sujeita a mudanças bruscas no clima, o que torna necessário o controle detalhado do tempo, através da análise das mínimas variações. Neste sentido, para prognósticos mais imediatos, o pescador se utiliza dos ventos e também do sol:

*“É garantia de tempo tranqüilo o céu rubricado ao por do sol. É sinal de temporal um avermelhado jururu, quando nasce”.*

*“Se os raios de sol, atravessando as nuvens, formarem longos feixes, cruzando-se diversamente, haverá chuvas em fartura”.*

O pescador da região se utiliza muito das fases da lua para estabelecer códigos de interpretação do tempo e orientação para sua vida no mar. Assim costuma-se dizer: *“noite clara, lancha no mar; noite escura lancha na praia”.*

*“Noite clara lua crescente, com um amplo círculo acinzentado em volta, é sinal de chuva nos próximos dias ou na próxima lua. O pescador expressa sua observação dizendo: “círculo da lua grande, chuva perto; círculo da lua pequeno, chuva longe”.*

Se o sol e os ventos são observados para uma leitura do tempo nas próximas horas, é através da lua que eles realizam prognósticos de longo prazo. Um exemplo são as tempestades que tantas preocupações trazem à população litorânea catarinense, nos meses de verão, que podem ser previstas pelos pescadores ainda no mês de setembro pela observação da lua nova naquele mês. Num dito popular da Enseada de Brito, comenta-se: *“lua nova em setembro trovejada, todas sete encharcadas”.* Significa que o verão será quente e com fortes trovoadas, de setembro a março, nas próximas luas a partir da observada. A presença da lua durante uma chuva, também gera interpretações:

*“Quando a Lua aparece na água do mar durante a chuva, aguardai bom tempo três dias depois. Quando a lua se refaz em tempo sereno, em abreviado tempo esperai chuva”.*

A lua também informa para os pescadores o melhor momento para o manejo de árvores e espécies de plantas utilizadas na confecção do material utilizado na pesca. O pescador Manoel dos Santos, de 81 anos, escolhe a lua nova para a retirada de cipós e taquaras para a confecção de balaies, esteiras e cordas, pois, segundo ele, o material torna-se mais resistente. O mesmo raciocínio é empregado na escolha da época para o corte de madeiras para casas e barcos:

“O corte das árvores para construir as casas e também as canoas deve ocorrer na lua minguante e meses sem erre (maio, junho, julho e agosto), para evitar que a madeira crie bicho (cupim) e verta água.” (Manoel dos Santos, pescador, 81 anos)

Os moradores que vivem da pesca e os que se dedicam a outras atividades fora da comunidade não encontram motivos para colocar em dúvida esse saber que se confirma com precisão quase científica. O tempo para eles é um fenômeno total e não atomizado como normalmente é visto pela ciência moderna. Não implica uma simples relação de causa e efeito, mas uma associação de fatores que a observação empírica e a experiência comprovam, gerando uma aura de “naturalidade” a esses fenômenos. Naturalidade essa que é uma das características do senso comum: “são retratados como inerentes àquela situação, como aspectos intrínsecos à realidade, como ‘é assim que as coisas funcionam’” (GEERTZ, 199:129).

Acrescentem-se, ainda, dois fatores que não exploramos nesta pesquisa, que são as dores corporais que alguns moradores sentem, geralmente em cicatrizes ou ossos, e as reações dos animais antes e durante os fenômenos indicando uma mudança climática. Ou seja, para eles, o tempo não é um fator isolado da natureza e não se restringe ao que a ciência moderna caracteriza como fenômenos meteorológicos. É a partir de uma conjunção de fatores que circulam pelo ambiente que os cerca e nos seus próprios corpos que eles interpretam o tempo, gerando subsídios para as atividades diárias.



## 5.12 Religiosidade e Tradição na Enseada de Brito

### 5.12.1 *A fé católica e o ethos local*



Foto 18: Imagem de Nossa Senhora das Dores  
Paróquia da Enseada de Brito -2007- Foto do Autor

A fé em Deus baseada na doutrina católica é uma marca muito grande na comunidade da Enseada de Brito. A presença constante de uma reverência a Deus é irrefutável no mundo e na vida da comunidade. Ela é externada pela devoção aos Santos; os seus intercessores, principalmente os padroeiros e pelo culto ao Divino Espírito Santo, tradição trazida dos Açores pelos antepassados e vivenciada hoje na vida pastoral, que traduz uma fé em Jesus Cristo, simbolizado nas ações diárias pelo sinal da Cruz.

Esta concepção fundamental de fé, pode-se dizer que é resultado da presença da Igreja Católica desde o início da colonização. A Enseada de Brito teve o privilégio de no início de sua história ter a “Proteção da Igreja”. Os padres, mesmo tendo uma vida religiosa intensa, ocuparam posição de destaque na sociedade civil, em papéis de relevância política.

A vida da comunidade é marcada no aspecto religioso pelos sinais sensíveis da presença do cristianismo. A cruz, as imagens, as procissões e as festas litúrgicas, marcam o cidadão de tal forma que, no nascimento, no casamento e na morte, são todos sacramentalizados. Outros momentos da sua vida também são marcados pela força de uma religiosidade intensa, como os

episódios envolvendo doenças, e na falta ou a abundância de comida, promovem uma elevação dos sentimentos de agradecimento ou de pedido a Deus. As saudações familiares, quando da presença de um a pessoa mais velha ou a saudação quando da entrada numa casa: “*Deus esteja nesta casa*” ou “*Deus te abençoe*”, revelam a confiança em um Deus protetor. Deus está muito próximo dos homens e pode ser chamado a qualquer tempo, como se ali estivesse a escutá-los e acompanhá-los. Acreditam numa intervenção direta da ação de Deus em suas vidas.

Quando ouvimos na comunidade testemunhos de sinais que aconteceram e foram creditados à intervenção divina, como fatos milagrosos ou castigos que Deus mandou, percebemos toda uma religiosidade popular que não tem nada de supersticiosa. É voz corrente na comunidade, entre os mais velhos, que o mundo está cheio de sinais divinos. “*Os homens é que não o compreendem*”. Os mais novos estão se afastando de Deus e isto os leva a se afastarem das tradições.

Não podemos deixar de frisar que, mesmo com toda esta religiosidade, existe uma rejeição dos atos da igreja, principalmente da hierarquia e de alguns padres. A presença dos padres na comunidade sempre promove mudanças na vida dos paroquianos. A autoridade exercida por eles muitas vezes leva a situações não aceitas por todos, criando divisões e verdadeiros conflitos. Um desses conflitos, só para citar um pequeno exemplo, foi o da construção da nova casa paroquial, totalmente fora dos padrões das construções que ladeiam a praça em frente da igreja. A comunidade pensava que não havia necessidade de tal construção.

O surgimento de um espaço para realização de retiros espirituais, o chamado “Caminho de Nazaré”, que nasceu com o propósito de reavivar a fé da comunidade, reacendeu num primeiro momento a fé dos paroquianos. Hoje os relatos apresentados mostram que na verdade o objetivo inicial foi atingido, mas promoveu uma divisão na comunidade religiosa católica e, por fim, a transferência do pároco por muito tempo. Hoje, percebemos que com a habilidade do atual pároco, procura-se unir novamente os cristãos divididos.

Quanto ao surgimento de diversas igrejas de denominações diferenciadas, existe uma preocupação por parte do clero de preservar o seu rebanho. As inúmeras igrejas evangélicas pentecostais instaladas na comunidade demonstram que existe uma transformação na vida espiritual e que a hegemonia da igreja católica começa a se abalar, apesar de ainda manter o maior número de fiéis entre os moradores mais velhos, o que ajuda a manter as tradições.

### **5.12.2 A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito**

Na Enseada de Brito, a comunidade religiosa católica de Nossa Senhora do Rosário foi elevada à categoria de Paróquia, por Alvará Régio do Direito do Padroado de Dom João V, rei de Portugal, no mesmo dia de fundação da freguesia, em 13 de maio de 1750. No espaço territorial da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, surgiram posteriormente várias paróquias, que ao poucos reduzem sua importância no contexto regional. Foram estas por ordem de aparecimento a de São Joaquim da Garopaba, Santo Amaro do Cubatão e Paulo Lopes.

Desde sua fundação, até meados do século XIX, foi possivelmente esta paróquia a mais importante, pois cuidava de todos os aspectos religiosos do litoral catarinense, sediando vigários que atendiam as áreas vizinhas. Entre as informações que sugerem tais hipóteses, tem-se a destacar que na paróquia faleceram e foram enterrados vários vigários, sem que se tenha verificado interrupção no atendimento religioso da comunidade. Tais fatos sugerem localizar-se nesta freguesia uma casa de religiosas que acolhiam e atendiam aos padres de passagem, ou mesmo que parouquiassem na área. Ali, provavelmente, permaneciam alguns que, por problemas de saúde, não tinham condições de enfrentar os rigores de sua missão. Reforçando este pensamento, encontrou-se um registro de óbito, de 1971, em que fala da existência de uma “casa Santa”, cujo esmoler era o Frey Antônio Palha.

Outras informações sugerem ser esta paróquia pólo religioso da área, pois muitos atos religiosos realizados em Garopaba, Santo Amaro da Imperatriz e mesmo Ribeirão da Ilha, na Capital, foram feitos com a observação de que eram autorizados pelo vigário de Enseada de Brito, a cuja paróquia estavam subordinados. Também, o fato de vários vigários efetuarem registros nos livros eclesiásticos, ao mesmo tempo, é bastante sugestivo, no que diz respeito à presença permanente de mais de um vigário na sede da freguesia no decorrer da maior parte do século XIX.

A importância religiosa da paróquia fez com que surgissem, ao longo dos anos, novas capelas no seu espaço territorial, numa resposta direta à expansão populacional da própria comunidade. Procurou desta forma, a Igreja, acompanhar e assistir aos novos paroquianos em suas necessidades religiosas, o que resultava na necessidade de novos vigários no espaço territorial. Até o início do século XIX, no espaço geográfico desta freguesia existiam apenas dois templos religiosos. A igreja Matriz localizada na sede da mesma e a capela da Armação da Garopaba. Tal informação é fornecida no Termo de Visita de Bento Cortes de Toledo, datado de 1799:

“Esta Igreja não tem Irmandade do Santíssimo sem compromissos, não tem Missas perpetuas, tem a Capella da Armação de Garopaba da invocação de S.Joaquim, distancia de 4 léguas. Esta Igreja he a mais pobre que há nesta comarca, não tem parâmetros e a mesma Igreja cá estase indo a baixo.”<sup>636</sup>

Com relação à Igreja matriz, parece ser a mesma anterior a própria fixação dos açorianos na área. É o que se deduz do documento acima citado, onde foi afirmado textualmente estar à igreja matriz indo abaixo. Ora, em tão curto espaço de tempo, apenas 50 anos, não ruiria um templo religioso daquela época, ainda mais que eram construídas solidamente. Este fato sugere a existência de uma igreja na área, anterior a fixação dos açorianos, que servia para atender, ainda que de forma intermitente, a população que vivia na redondeza. Deduz-se, pois, que a atual Igreja Matriz foi construída no decorrer do século XIX, no mesmo local em que existiu a descrita pelo Padre Visitador. No decorrer do século XIX, surgiram outras capelas, no espaço geográfico da freguesia, nas localidades de Santo Amaro, Paulo Lopes, Praia de Fora, Passagem do Maciambu e Pinheira.

A dispersão e dificuldades de locomoção exigiam que os padres usassem meios de transportes precários. Sendo o transporte em canoas e cavalos os mais utilizados em seus deslocamentos. Tais deslocamentos tornavam-se assim fatores propensos a extravios e arruïnamentos dos livros eclesiásticos, face serem estes expostos a toda a sorte de intempéries. Provavelmente, muitos livros e mesmo registros soltos, pertencentes a paróquia, foram perdidos desta forma. Este fato parece ser altamente sugestivo, como um dos responsáveis pelo extravio de vários livros e mesmo registros soltos, na segunda metade do século XIX.

O desempenho das funções paroquiais, em condições geográficas e populacionais tão peculiares, transformou os vigários em verdadeiros baluartes da manutenção da fé e moral cristã.

A paróquia de Nossa Senhora do Rosário, teve na sua história momento de muitas dificuldades e de muitas alegrias. As dificuldades se deram principalmente nos momentos em que houve ausências de sacerdotes e a paróquia teve de ser administrada pela de Santo Amaro da Imperatriz, assumindo a administração os frades franciscanos, no ano de 1900. Desde a criação da paróquia, a Enseada de Brito conviveu com vinte e oito sacerdotes. De 1900 até o 1960, a paróquia de Nossa Senhora do Rosário teve na sua administração a presença de 19 frades franciscanos. Em meados de 1960, veio prestar atendimentos pastorais, o Pe. Henrique Wedderhoff que, a partir de 1967, teve o auxilio do Pe. Eugênio Kinceski, pároco da Paróquia

<sup>636</sup> Citação retirada do Termo de visita de 1799, Bento Corte de Toledo, quando de sua estada na comunidade de Enseada de Brito. Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro.

Sagrado Coração de Jesus, do município de Paulo Lopes. No início de 1975, o arcebispo dom Afonso Niehues, com a saída de Pe. Henrique, determinou que os padres da paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré atuassem também na igreja de Nossa Senhora do Rosário, extinguindo a paróquia da Enseada de Brito. Foram então designados, sucessivamente, dois vigários da paróquias de Bom Jesus de Nazaré, para prestarem serviço pastorais à comunidade do distrito da Enseada de Brito. Foram eles o Pe. Edinei da Rosa Cândido, de abril de 1996 a setembro de 1998, e o Pe. José Carlos Dalmas, de outubro de 1998 a julho de 1999.

No dia 13 de maio de 2000, em virtude das necessidades pastorais, é reprovisionada e reativada a paróquia por decreto de Dom Eusébio Oscar Scheid, arcebispo metropolitano (cf Reg. nº 077/00 Livro Prot. nº17), sendo nomeado como pároco o Pe. Valmir Laudelino Silvano, que permaneceu até julho de 2002. Em 28 de julho de 2002, é nomeado o Pe. Celso Antônio Marqueti, que ficou até 30 de janeiro de 2003. No dia 9 de fevereiro, na festa de Nossa Senhora dos Navegantes, assume e permanece até hoje o Pe. João Elias Antero, por desígnio do arcebispo Dom Murilo S. R. Krieger.

Hoje a comunidade católica da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, possui um conjunto de 18 dezoito comunidades e duas grutas, cada qual com os seus padroeiros<sup>637</sup>.

**Tabela 48 - Comunidades católicas da Paróquia e suas respectivas capelas e grutas**

<b>PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ENSEADA DO BRITO</b>		
<b>PADROEIRO E PADROEIRA</b>	<b>DATA DA CRIAÇÃO</b>	<b>LOCALIDADE</b>
Nossa Senhora do Rosário (Matriz)	Criação: 13/05/1750 Reativação: 13/05/2000	Enseada de Brito
São Judas Tadeu	Criação: 21/04/1979	Furadinho
Nossa Senhora de Fátima	Criação: 13/05/2002	Pontal
Santa Cruz	Criação: 30/04/1967	Praia de Fora
Santo Antônio	Criação: 13/06/1984	Vale do Massiambú
Santa Cruz	Criação: 14/09/1910	Maciambu Pequeno
São Sebastião	Criação: 16/12/1976	Marivone
Nossa Senhora Aparecida	Criação: 02/06/1963	Fazenda Santa Cruz
Senhor Bom Jesus	Criação: 06/08/1996	Casa Branca
Nossa Senhora dos Navegantes	Criação: 30/01/1890	Passagem
Nossa Senhora dos Navegantes	Criação: 23/12/1923	Pinheira
Santa Terezinha do Menino Jesus	Criação: 10/07/1989	Guarda do Embaú
São Cristóvão	Criação: 20/06/1968	Morretes I
Nossa Senhora Aparecida	Criação: 12/10/1994	Morretes II
São José	Criação: 07/07/1957	Albardão
São João Batista	Criação: 10/05/1986	Três Barras
São Sebastião	Criação: 13/12/1922	Sertão do Campo
São Francisco de Assis	Criação: 05/02/2002	Ponta dos Papagaios
Gruta São Judas Tadeu	Criação: 28/10/1949	Enseada de Brito - sede
Gruta Nossa Senhora de Lourdes	Criação: 22/10/1988	Enseada de Brito - sede

<sup>637</sup> Quadro extraído do Plano de Pastoral Paroquial. Paróquia de Nossa Senhora do Rosário - 2004

### ***5.12.3 Divino Espírito Santo: maior festa religiosa da comunidade***

A festa do Divino Espírito Santo é o evento religioso de maior expressão popular. Igual o que acontece no arquipélago dos Açores, onde se realiza tais festas praticamente em todas as freguesias, sempre centradas nos tríduos e nos impérios do Divino, construídos especialmente para este fim, a comunidade paroquial da Enseada é toda envolvida nas festividades profano-religiosa que sempre acontece no segundo domingo de julho.

De uma beleza toda especial, expressada nas bandeiras, coroas, folias, novenas, festa do bodo, procissões, missas, coroações, ofertas, arremates, musica, produz em todos os envolvidos e nos visitantes uma imensa emoção. Diante da importância da festividade do Divino Espírito Santo para comunidade, pois se trata de um legado presente desde os primeiros açorianos, faz-se necessário descrever mesmo que de forma sucinta, todo o rito desenvolvido durante o chamado Ciclo do Divino Espírito Santo.

Este ciclo compreende etapas bem definidas: peditórios, novenas, cantorias e festas; bem como símbolos: bandeiras do Divino, coroa, salva, cetro, império, festeiros, imperador e imperatriz, corte, cortejo imperial, coroação, pagamento de promessas, pãozinho do Divino, varas, mastro do Divino e bandas.

#### ***5.12.3.1 As bandeiras***



**Foto 18** - Saída das Bandeiras do Divino Espírito Santo  
Foto do Autor – 2007

Organizada pela comissão paroquial, os festejos começam após a quaresma com a saída da Bandeira do Divino, que percorre todas as comunidades. Da matriz da paróquia partem duas bandeiras, uma para as comunidades do sul, e outras para as comunidades do norte da paróquia. É um ritual chamado de peditório que hoje ainda passa de casa em casa de toda paróquia, pedindo donativos para o “Divino” (festa).

Este rito do peditório é composto por um grupo de pessoas da comunidade que transportam a bandeira do Divino Espírito Santo, mais três ou quatro pessoas, que formam o grupo de cantorias, que ao acompanhar a bandeira, vão dando um ritmo à caminhada, com seus versos rimados que têm nas suas letras orações de pedidos e de agradecimentos como segue:

Antes de entrarem na casa os cantadores expressam seu pedido de licença:

*1. Dê-me licença que entre  
Dentro de sua morada  
Uma bandeira divina  
E a coroa sagrada*

*2. O Divino pede esmola  
Mas não é por precisão  
Pede para experimentar  
Os seus devotos que são.*

Após receber a doação, vem a cantoria de agradecimento:

*3. “Ah! Que esmola tão alegre  
Deram a Deus criador  
Quem vos há de agradecer  
É o Divino Salvador.*

*4. Enfeitaste a tua casa  
Com folhas de laranjeiras  
Decreto estavas esperando  
Esta sagrada Bandeira*

*5. Deste uma fita a Bandeira  
É uma fita encarnada  
Ao senhor que nos dá vida  
Nesta hora tão sagrada.*

*6. O Divino Espírito Santo  
É pai da redenção, aí...  
Com a bandeira sagrada  
Andemos com oração, aí...*

*7. Este sinhô vai embora  
É o pai da Divindade, aí...  
E aqui está as três pessoas, ai,  
É da Santíssima Trindade, ai, ai.”<sup>638</sup>*

---

<sup>638</sup> Coletadas pelo Prof. Doralécio Soares, folclorista de Santa Catarina.

Nos Açores temos um rito semelhante ao peditório em algumas festas do Divino Espírito Santo, como o “correr da migalha”, que também é chamado de folia do Divino.

É uma tradição durante o período de passagem das bandeiras as famílias prepararem suas casas para receberem a visita. Arruma-se a sala, decora-se a casa com flores e com a bandeira do Divino. Ainda se prepara comidas e bebidas para os foliões. Esta caminhada com a bandeira acontece nos finais de semana. Os donativos recebidos das famílias são quase sempre em dinheiro e, quando não o são, vêm em forma de prendas, galinhas, patos, porcos, produtos que possam ser utilizados ou rifados durante as festividades.

Durante o tempo do peditório, acontecem às novenas. Além das novenas que acontecem na sede da paróquia, temos outras que acontecem nas capelas. As mais tradicionais são as realizadas na Capela Nossa Senhora de Lurdes no Canto Sul e depois na Capela São Judas Tadeu no norte da Enseada de Brito

Após as novenas acontecem o foguetório e o arremate das massas doadas em função de promessas realizadas. Na sede da matriz as novenas do ano de 2006 aconteceram de acordo com o seguinte calendário:

**Quadro com as datas e locais das novenas**

<b>Dia</b>	<b>Horário</b>	<b>Noveleiro</b>
02/07 (Domingo)	19:30h	Apostolado da Oração (Missa)
03/07 (2ª feira)	20h	E.E.B. Jose Maria Cardoso da Veiga (Missa)
04/07 (3ª feira)	20h	Família Imperial (Missa)
05/07 ( 4ª feira)	20h	Pastoral Familiar (Missa)
06/07(5ª feira)	20h	ABERTURA DA FESTA Sr. João e Sr. Antônio Cantoria do Divino Bodo do Divino : Sopa oferecida de graça Leilão de Massas do Divino/ Roda de Viola

A **bandeira** ainda conserva os mesmos padrões das primeiras festas, confeccionada em tecido vermelho, com uma pombinha branca bordada no seu pano. É sustentada por um mastro de dois metros aproximadamente, em cuja ponta figura uma pombinha branca, ornada de flores. Também da ponta caem fitas coloridas, geralmente doadas como pagamento de promessas e sempre do tamanho da pessoa que fez a promessa.

Com o passar dos anos poucas são as comunidades que mantêm o costume de acompanhar o trajeto da bandeira com foliões, costume que pouco a pouco está desaparecendo. Al-



guns apenas portam a bandeira, outros deixam se acompanhar por um tambor como acontece na Enseada.

Durante as semanas que antecedem as festividades, a bandeira do Divino percorre toda comunidade realizando visitas às casas, uma vai para o lado sul e outra para o lado norte. Nessas visitas, o *procurador*, pessoa da comunidade responsável por conduzir a bandeira, após entrar na residência, invoca a proteção do Divino Espírito Santo e convida a todos os presentes a acompanharem as orações do Pai Nosso e do Divino Espírito Santo. Em 2006, tendo em vista a realização do Congresso Eucarístico na Arquidiocese de Florianópolis, foi acrescentada a oração do Congresso Eucarístico:

**“Benção da Casa e da Família**

**Procurador:** A paz esteja nesta casa

**Todos:** E com todos os que nela moram!

**Procurador:** Estamos na sua casa para convidar sua família a unir-se a nós na caminhada espiritual que estamos fazendo rumo ao 15º Congresso Eucarístico Nacional e as “Festividades do Espírito Santo”<sup>639</sup>. Estamos também autorizados, pelo nosso Arcebispo, a invocar a benção de Deus, em nome da Igreja, em favor de sua casa e de sua família. O Evangelho nos fala da benção que Jesus trouxe a casa de Zaqueu.

**Procurador:** O Senhor esteja convosco!

**Todos:** Ele está no meio de nós!

**Procurador:** Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas.

**Todos:** palavra da Salvação!

**Todos:** Gloria a vós, Senhor!

**Procurador:** O Senhor esteja convosco!

**Todos:** Ele está no meio de nós!

**Procurador:** Oremos! (pausa) Deus, Pai de misericórdia, criador de todas as coisas, invocamos o teu Espírito Santo sobre esta casa e seus moradores. Como visitaste e abençoaste a casa de Abraão, de Isaac e de Jacó, visita e guarda na tua luz os moradores desta casa. Como o teu Filho Jesus trouxe a salvação à casa de Zaqueu, derrama tuas bênçãos e graças sobre este lar. Guarda estas paredes de todos os perigos: do incêndio, da inundação, dos raios, dos assaltos, de todo e qualquer mal. Concede a proteção e a saúde do corpo e da alma para todos os que aqui habitam. Afasta esta casa das divisões e discórdias, da descrença e do desânimo, da infidelidade e do desamor, das drogas e de todos os vícios. Abençoa e guarda este lar e todos os seus moradores e visitantes. Envia sobre esta casa teus anjos portadores de paz. Por Cristo, nosso Senhor!

**Todos:** Amém!”<sup>640</sup>

<sup>639</sup> A frase “Festividades do Espírito Santo” foi acrescentada pelo procurador, por não fazer parte da oração original do 15º Congresso Eucarístico Nacional.

<sup>640</sup> Oração oficial de benção da Casa e da Família do 15º Congresso Eucarístico nacional, realizado no ano de 2006 na Arquidiocese de Florianópolis/SC. Cujo tema era “Vinde e Vede! Ele está no meio de nós”. E foi utilizada em substituição a bênção tradicional da visita das bandeiras do Divino Espírito Santo as casas da comunidade.

### 5.12.3.2 O remate de massas e o agradecimento em forma de pão



**Foto 19** - Padre Tarcisio, abençoa as massas que serão leiloadas  
Fruto de Promessas dos devotos – 2007 – Foto do Autor

Durante este período a Bandeira sai da casa do *procurador* e vai em direção à gruta de Nossa Senhora de Lurdes, localizada ao sul da matriz. A outra bandeira vai sempre em direção à gruta São Judas Tadeu, ao norte da matriz. Este cortejo é acompanhado pelo grupo de fiéis e pelo padre que, após a chegada, celebra uma missa em ação de graças. Logo após acontece o remate de massas, uma tradição um tanto especial. As pessoas arrematam, através de lances em dinheiro, as massas produzidas escolhendo os formatos que tenham alguma relação com a graça alcançada.

O pagamento de promessas com pão (de massa sovada ou doce), na forma da parte do corpo que deu motivo à promessa, é uma peculiaridade da Festa do Divino. Encontram-se pés, pernas, mãos, cabeças, braços, corações feitos de massa e oferecidos ao Divino, durante os dias de festa, em louvor à graça alcançada.

Estas massas são preparadas por uma única senhora da comunidade, Dona Celestina Pereira, 64 anos, mais conhecida com Dona Cici, que também é a pessoa que interpreta a Verônica na Sexta-feira Santa, na procissão do Encontro. A receita especial, que ela aprendeu com sua mãe e que ultrapassou o tempo é a **Massa do Divino Espírito Santo**. Os ingredientes são ovo, sal, fermento de pão, banha, trigo, açúcar, erva doce, cravo da Índia. Todos são misturados à mão e a massa é sovada até não grudar na própria mão. Depois, a massa é moldada nos formatos desejados e colocada para assar em forno bem quente.

### 5.12.3.3 Os símbolos sagrados



**Foto 20** - Padre coroa o Imperador durante a celebração da Missa 2007 – Foto do autor.

Como já relatamos nos parágrafos anteriores, boa parte deste ciclo que tem um rito de realização semelhante em todo litoral catarinense, vem sofrendo algumas modificações, que foram sendo empregadas de acordo com a região, situação financeira da paróquia e mesmo a introdução de atividades profanas nas festas. A inclusão de novos ritos litúrgicos e a perda de certas tradições, nos leva a expressar algumas manifestações que ainda são mantidas na comunidade da Enseada de Brito, desde sua primeira realização com os açorianos.

É importante descrever algumas insígnias que são usadas durante o Ciclo do Divino:

1) A **Coroa** é geralmente confeccionada em prata lavrada. No litoral de Santa Catarina, encontramos de diversos tamanhos. Na tradição catarinense, e aqui mais especificamente na Enseada de Brito, usamos somente uma coroa, diferentemente do que acontece nos Açores, onde em algumas cerimônias na casa do Divino, aparecem várias coroas. A coroa é o símbolo máximo das festividades, é conduzida pelo casal de festeiros sob a proteção de toda a corte e das autoridades civis e eclesíásticas. A coroação do Imperador é o ápice de toda a festividade.

2) O **Cetro** é outro símbolo importante das festividades. Um bastão de prata, com uma pomba em uma de sua extremidade, acompanhada de fitas vermelhas e brancas, que também é conduzida pelo casal festeiro. O homem – o imperador ou festeiro – conduz o Cetro. Quando da chegada do casal imperador ao Império, o povo se aproxima e beija o cetro na extremidade em que está encimada a pomba do Espírito Santo, num gesto de respeito e veneração.

3) A **Salva**, também confeccionada em prata, serve para apoio da coroa e do cetro durante o cortejo imperial, ou mesmo durante a celebração litúrgica, onde fica apoiada sobre a mesa do altar. No império fica do lado do casal imperador para sustentar a coroa e cetro.

4) O **Império** também é conhecido como teatro do Divino, ou casa do Divino. No Império ficam expostos para veneração da comunidade religiosa, o casal imperador e toda a corte, juntamente com as bandeiras, a coroa, o cetro. Durante o período da festa também acontece, neste espaço, a prática do beijo no cetro e a bênção das massas pelo imperador.

No litoral de Santa Catarina, existem poucos lugares que preservam estes impérios. Na Enseada de Brito, por não existir mais este teatro, no período das festas se monta num espaço especial, geralmente no salão de festas, o império com toda pompa que se faz necessária, e de acordo com as condições financeira do festeiro.

#### 5.12.3.4 O Casal Festeiro

Precisamos destacar o papel importante do **casal festeiro**, que tem a responsabilidade financeira de fazer com que a festa aconteça. Na região, é chamado também de **casal imperador**, enquanto nos Açores são chamados de *mordomos*. A formação da corte, a escolha de quem participa do cortejo, quem figurará como o imperador, é de responsabilidade dos festeiros.

Num passado não muito distante existiam três regras para a escolha do festeiro, de acordo com a paróquia ou localidade. Estas regras eram respeitadas como critérios de escolha. O primeiro critério é a *Promessa*, ou seja, pessoas que fazem promessas para um dia serem festeiros, atributo muito respeitado por toda comunidade. O segundo, a *Aclamação*, decorria da falta de casais voluntários ou de promessas e, durante a coroação, o padre apresentava um casal, que era aclamado pelo povo. O terceiro critério é um *Sorteio* realizado na missa de coroação, quando os nomes dos casais pretendentes são colocados dentro da **salva** e o padre procede por sorteio à escolha do próximo festeiro.

Destacamos na nossa pesquisa de campo um contato muito estreito com os festeiros dos últimos anos, que tiveram a responsabilidade de organizar todo o ciclo do Divino Espírito Santo. Nos relataram que hoje a escolha é feita pelo pároco, juntamente com o CAEP (Conselho Administrativo e Pastoral) da comunidade. O novo festeiro é anunciado durante a missa festiva de domingo à noite, quando a bandeira, conduzida por uma porta-bandeira, sai pela igreja à procura dos novos festeiros e traz o casal até o altar, onde é feita a revelação dos nomes e a entrega da coroa e do cetro.

Muitos dos festeiros fazem verdadeiro esforço financeiro para manter a tradição. Percebemos que muitos têm o sonho de fazer a festa, mas as condições financeiras não permitem, como conta o casal Alcione Joaquim da Silva e Dona Eraldina da Silva:

“Sempre tivemos vontade de fazer a festa, mas nunca tivemos dinheiro suficiente para realizar esse sonho. Em 1996, resolvemos arriscar e fazer a festa. No início deu medo porque não tínhamos o dinheiro suficiente, mas como só o Divino Espírito Santo faz milagre, o milagre aconteceu. Nesse ano eu coloquei um barzinho na praia da Daniela e nunca ninguém tinha vendido tanta água de coco e milho verde, e durante o ano. O Espírito Santo me deu tanta força que tive saúde o ano inteiro para trabalhar”. (Alcione Joaquim da Silva e Eraldina da Silva, 2006)<sup>641</sup>

O poder econômico é o componente principal para a definição do Casal Imperador. Se olharmos a história das festividades do Espírito Santo no litoral, vamos perceber que a função de Casal Imperador está cada vez mais restrita àqueles que possuem situação financeira elevada para poder bancar os gastos. A montagem de uma corte pomposa, as vestimentas preparadas com todo luxo, a decoração do Império, a decoração da Igreja, os fogos de artifícios, enfim, elevam os gastos. Um exemplo é a festa de Santo Amaro da Imperatriz que, no ano de 2006, teve gastos acima de R\$ 150.000,00<sup>642</sup>, segundo o próprio festeiro.

No quadro abaixo apresentamos os festeiro e casais imperadores dos últimos quinze anos, conforme registro no arquivo paroquial da comunidade.

**Tabela 49 - Festeiros e Casais Imperadores da Festa do Divino na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário – Enseada de Brito – 1990/2005**

<b>Festeiros e Casais Imperadores da Festa do Divino na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário – Enseada de Brito – 1990/2005</b>		
<i>Ano</i>	<i>Festeiros</i>	<i>Casal Imperador</i> <sup>643</sup>
1990	Ronério Heiderscheidt Dirce Aparecida Heiderscheidt	Fernando Haming e Anna Paula Heiderscheidt
1991	Osnildo e Márcia	Sem registro
1992	Joaquim Manoel Prudêncio e Esposa	Sem registro
1993	João Santos de Medeiros e Eleni O. de Medeiros	Fabício Medeiros e Janaina da Rosa Cirilo
1994	Antônio Manoel de Limas e Arcelina Verônica de Limas	Luciano Elias e Raquel Martins
1995	Ronério Heiderscheidt	Fabício Mauri Jordão e

<sup>641</sup> Alcione Joaquim da Silva e Sua Esposa Eraldina da Silva, foram festeiros da Festa do Divino Espírito Santo da paróquia da Enseada do Brito no ano de 2006

<sup>642</sup> Aproximadamente 50.000 mil Euros.

<sup>643</sup> Neste caso, estamos nos referindo à dupla de jovens escolhidos para representar os imperadores na Corte.

	DirceAparecida Heiderscheidt	Mariana Heiderscheidt
1996	Alcioneu Joaquim da Silva e Eraldina da Silva	Edilson da Silva e Janaina de Fátima Emerenciano
1997	A Igreja ( Não houve festeiro)	Sem registro
1998	Rubens José Silveira e	Sem registro
1999	João Santino Tavares e Ilma Tavares	Sem registro
2000	Marcelo Henrique da Silveira Edineusa Silveira	Marcelo Henrique da Silveira Junior Juliana Aparecida da Costa
2001	Ivens Pacheco Rodrigues e Elicleusa Silveira Rodrigues	Gabriel José Rodrigues e Mony Gabriela Silveira
2002	João Ludovino Vieira Olga Hang Vieira	Sem registro
2003	Ronério Heiderscheidt DirceAparecida Heiderscheidt	Leopodo e Ana Luzia
2004	Charles Rodrigo Martins e Enilda Tavares	Rodrigo Tavares martins e Letícia Tavares Marins
2005	Robson Rogério da Silva Sandra Mara Espíndola	Vitor Pedro Guarezi e Bruna Mara da Silva
2006	Valmir Lino de Abreu Edite Abreu	Sem registro

#### 5.12.3.5 O Cortejo Imperial

No Cortejo Imperial, o casal imperador quase sempre é formado por crianças ou adolescentes, geralmente filhos do casal de festeiros, parentes ou amigos, que no auge das festividades e como componente máximo de todo o rito são coroados. A corte que é formada pelo imperador e a imperatriz, os pajens e damas da corte, também crianças e adolescentes vestem roupas da época, sempre confeccionadas em tecidos nobres e bem ornamentados. Buscando dar um maior destaque, são confeccionados por costureiros de alto padrão, o que faz dessa tradição também um elemento de demonstração de poder e riqueza. A população mais antiga reage a este luxo sempre com numa certa indignação, como expressa a senhora Francisca Hernestina Martins (92 anos) “*Tudo mudou, antigamente qualquer um fazia a festa do Divino, hoje tem que ser rico pra fazer, o luxo é demais, demais*”<sup>644</sup>.

As porta-bandeiras do Divino Espírito Santo, que na Enseada de Brito são três, fazem parte da corte, que vem também acompanhada por convidados dos festeiros e sempre pelas autoridades políticas, que aproveitam a oportunidade para se aproximarem da população de forma simpática.

<sup>644</sup> Dona Francisca Hernestina Martins de 92 anos, é moradora nativa da comunidade da Enseada de Brito, e foi entrevistada durante o período da pesquisa no ano 2006.

Todo este cortejo não acontece de forma espontânea, mas obedece a um ritual pré-estabelecido, que permanece como padrão em todas as festas do Divino. O cortejo imperial, na comunidade da Enseada de Brito, segue ao seguinte ordenamento: Porta-bandeiras, damas e pajens, imperador e imperatriz, casal festeiro ou imperador, sempre levando os símbolos da festa (coroa, cetro e salva), autoridades eclesiásticas, autoridades públicas, cantoria do divino, outros festeiros, convidados e a banda de música.



**Foto 21** - Cortejo Imperial pelas ruas da comunidade Enseada de Brito - 2006. Foto do autor

Durante todas as festividades acontece uma série de desfiles. Na Enseada de Brito, o cortejo desfila no sábado à noite, no domingo pela manhã, domingo à noite e na segunda-feira à noite. O último dia da festa, e aqui é necessário dizer que é uma tradição das festas do Divino Espírito Santo, é sempre na segunda-feira. E é neste dia que acontece a escolha do próximo festeiro que, após a celebração, é introduzido também no cortejo.

Em cada desfile, a corte muda a cor dos trajes, dando um colorido muito especial, e despertando na comunidade o interesse em assistir ao desfile para ver que trajes e cores serão apresentados.

Na paróquia de nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, já existiu um império, que seria, segundo Bettencourt Coelho, uma “pequena construção onde se guardavam as coroas e bandeiras, e teriam surgido na ilha de São Miguel. Ali, os festejos começavam no domingo de Pascoela - “Domingo de Pombinha” -, até princípio de outubro”.

“O domingo da Pombinha é uma tradição que se filia no aparecimento milagroso de uma pombinha na Igreja Matriz de São Miguel, quando se celebrava a primeira coroação em Ponta Delgada. A pombinha passou a encimar as coroas, e a ser bordada nas duas faces da bandeira.” (COELHO, 1974:14)

Hoje, por não existir mais o Império, costuma-se deixar a Bandeira na casa de uma paroquiana, conhecida como Dona Lourdes. Durante toda a festa, o cortejo se desloca até sua residência para buscar a coroa e o cetro.

Tradicionalmente, acompanhava a bandeira o grupo de foliões, composto de três a quatro músicos e cantadores e de uns poucos acompanhantes. A orquestra era composta de rabeça, violão, cavaquinho, tambor surdo, gaita e as cantorias. Hoje, com a facilidade de encontrar bandas profissionais, na Enseada a tradição tem sido a participação de bandas do município de São José ou de Santo Amaro da Imperatriz, que acompanham durante os três dias de festas todo o cortejo imperial, desde a saída da casa do festeiro ou de outro local determinado – hoje utiliza-se a escola estadual –, até o Império montado, para juntos buscarem os celebrantes, os padres, que juntos acompanham o cortejo e se dirigem para Igreja Matriz, numa procissão seguida, pelos populares, familiares e autoridades públicas.

O cortejo tem sempre à frente os batedores da Polícia Militar, que vão abrindo o caminho, juntamente com a pessoa responsável pelos fogos de artifícios, usados como forma de anunciar a passagem do cortejo pelas ruas, até a chegada a igreja, onde acontece a missa de coroação.

#### *5.12.3.6 Liturgia, devoção e oferecimento*

Durante toda a festa, as celebrações eucarísticas são os pontos altos da espiritualidade cristã e da devoção ao Espírito Santo. É comum, e isto acontece na comunidade da Enseada de Brito, o convite a outros sacerdotes de outras comunidades para celebrarem e fazerem a homilia, dando um destaque para o ato litúrgico, que assim fica revestido de um simbolismo especial, diferente das celebrações cotidianas. Os cantos sempre entoando de forma solene, mas nunca esquecendo que a participação da comunidade através do canto da uma alegria para a celebração e uma participação direta no ato litúrgico.

A comunidade da Enseada ainda guarda de forma diferente, mas com o mesmo princípio a tradição dos “bodos”. Mesmo que aqui o ato seja realizado na semana que antecede as festividades, eles distribuem, como nos Açores, sopa para a comunidade, principalmente para os mais necessitados. O bodo é preparado por voluntários, que durante todo o dia se colocam a preparar a refeição que é servida depois da novena do Espírito Santo.



### 5.12.3.7 A Organização da festa e a participação popular no ritual

Outro aspecto que se faz necessário descrever com um olhar antropológico é o da organização da festa, no que tange à infra-estrutura. Desde a limpeza do espaço de realização de todas as atividades festivas, decoração das ruas que circundam o espaço central da festa que além do adro da Igreja, atinge as ruas adjacentes e a praça frontal. A montagem das chamadas barraquinhas e do palco onde acontecem shows durante os três dias de festa ocorre com antecedência de, no mínimo, quinze dias. Tudo é rigorosamente planejado e calculado. Desde a colocação do palco e distribuição das barracas em que serão oferecidos serviços e gastronomia, tudo é acompanhado por uma equipe de coordenação.

Aqui temos um destaque para divisão dos trabalhos. Sempre buscam conciliar as aptidões das pessoas nos diversos serviços, para que as mesmas sintam-se confortáveis. Quando isso não é possível, tenta-se deixar as pessoas escolherem qual o trabalho que desejam realizar durante as festividades.

Os trabalhos distribuídos vão desde os mais sofisticados como decoração da Igreja, preparação e realização do almoço - espaço privilegiado para as senhoras e um momento muito especial de confraternização. De outro lado, temos os serviços braçais, como montagem das barracas e palcos, a limpeza dos ambientes de trabalho, o serviço de preparação das refeições, enfim tudo aquilo que envolve a estrutura do evento. Cabe ressaltar como ponto de grande relevância nesta distribuição que não se faz acepção de pessoas, de classe social ou financeira. O espírito da festa despe e retira dos colaboradores as diferenças sociais, culturais e financeiras e colocam lado a lado todos numa verdadeira família paroquial.

A programação do Divino é distribuída a toda comunidade, que se prepara para as festividades e não furta em participar, pois na região da Enseada de Brito é considerada a maior festa e com mais tradição. Em 2006, a programação ficou assim estabelecida na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário:

**Festa do Divino Espírito Santo 2006**  
**Enseada de Brito – Palhoça – SC**  
*Dias 06, 07, 08, 09 e 10 de Julho de 2006.*

***Dia 07/07 – Sexta feira***  
*20h – Missa com a presença do Casal Festeiro e*  
*ex-festeiros da Festa do Divino*  
*Celebrante: Sergio Henrique Nouh*  
*21:30h – Bingo do Divino*

*22:30h – Baile com a Banda Atração*

***Dia 08/07 – Sábado***

*19:30h – Desfile do Cortejo Imperial*  
*20h – Missa com coroação do Imperador*  
*Celebrante: Pe Francisco Robling*  
*23h - Baile Show com a Banda Atração*

***Dia 09/07 – Domingo***

*9:30h – Desfile do Cortejo Imperial*  
*10h – Missa Festiva*  
*Celebrante: Padre Valdemar Groh*  
*12h – Almoço Festivo*  
*14h – Baile com banda Maragatzo*  
*15h – Café do Divino*  
*16h – Apresentação do Boi de Mamão*  
*17h – Apresentação Capoeira do Brasil*  
*19h – Desfile do Cortejo Imperial*  
*19:30h – Missa – Anuncio do Casal Imperador*  
*para a festa do Divino 2007*  
*Celebrante : Pe Alvino Introvini Milani*  
*22h – Baile com O Grupo Sabor Nativo*

***Dia 10/07 - Segunda Feira – Encerramento da Festa***

*19:30h – Desfile do Cortejo Imperial*  
*20h – Missa Festiva*  
*Celebrante: Pe João Elias Antero*  
*23h Sorteio da Rifa do Divino*  
*23h – Baile com a Banda Tchê Campeiro”<sup>645</sup>*

A participação dos Jovens registra um momento de inclusão dos mesmos nas lidas da paróquia, fazendo com que passem a vivenciar a espiritualidade do culto ao Divino e levando-os através de um envolvimento nas atividades festivas, a se envolverem com as pastorais, principalmente com a pastoral da Juventude.

As atividades propostas aos jovens estão sempre ligadas ao espírito despojado da juventude. Citamos aqui a participação nas barraquinhas de gastronomia voltada para os mais novos, a venda de lanches rápidos, ou na venda de bombons com recados de amor, ou ainda no recolhimento das latas de refrigerante e de cervejas que ficam espalhadas pela festa.

Os jovens que simplesmente participam das festividades são conquistados pelas atrações musicais profanas, que foram introduzidas nas festas. Muitos shows de grupos populares e de ritmos diferentes são apresentados, fazendo com que a juventude aparece em grande número na festa.

A decoração dos prédios e das ruas da cidade é outra característica das festas do Divino. As ruas e principalmente os postes de energia elétrica e de sinalização de trânsito são to-

---

<sup>645</sup> Programação das Festividades do Divino Espírito Santo na comunidade da Enseada de Brito - 2006, conforme programação oficial encaminhada para os meios de comunicação da região e distribuída após as celebrações eucarísticas dominicais, através de folder.

mados por adornos festivos que apresentam a festa do divino. Os arranjos de flores, a figura da pomba, as fitas vermelhas, remetem aos transeuntes um clima festivo, fazendo recordar que estão vivenciando o período do Espírito Santo.

Faixas são espalhadas pela cidade anunciando e convidando a população para este momento de confraternização. Outro aspecto da decoração na comunidade se dá no ornamento dos prédios do Centro Histórico, a onde se localiza a Igreja matriz. Com motivações das festas do Divino, as aberturas (janelas e portas) recebem adereços coloridos e representativos, dando um novo visual e fazendo com o espaço do centro histórico se incorpore nas festividades.

A economia informal aparece com muita ênfase durante os três dias de festividades. Os vendedores ambulantes, em comum acordo, e sempre pagando uma taxa para organização da festa, podem vender qualquer tipo de mercadoria que não esteja sendo oferecida pela festa oficial, somente ficando proibido terminantemente as bebidas alcoólicas, principalmente aquelas fabricadas por eles, coquetéis que recebem o nome de “capeta”, comuns no litoral catarinense. As mercadorias vão desde todo tipo de quinquilharias (brinquedos de baixo custo, objetos de decoração) à gastronomia (cocadas, crepes, cachorro quente), que também tem um preço acessível à população de baixa renda.

A participação de políticos locais nas festas do Divino Espírito Santo também comum no nosso litoral. Eles acreditam que a sua demonstração de fé pública os deixa mais simpáticos e os coloca no mesmo patamar do cidadão simples. Mas a sua presença no cortejo se dá sempre no sentido de demonstrar sua autoridade e seu prestígio. Em períodos pré-eleitorais, que acontecem a cada dois anos, percebe-se um aumento exagerado da presença de políticos em busca de votos ou da simpatia dos eleitores.

Aqueles que possuem mais recursos financeiros atuam de forma a pagar almoços e bebidas para a população. Colocam-se como colaboradores dos festejos. Aqueles dispostos a gastar quantias elevadas, disputam a indicação para Casal Imperador. Os que já estão em cargos públicos, como os prefeitos, vereadores e deputados aproveitam os dias da festa com maiores números de visitantes para acompanharem os cortejos, participarem dos almoços e sempre estão a chamar atenção, principalmente no remate de massas.

#### 5.12.4 Semana Santa na Enseada de Brito



**Foto 22** - Católicos manifestando sua fé no Cristo Morto  
Sexta feira Santa – 2006. Enseada de Brito – foto do Autor

O período de quaresma tem início na Quarta-feira de Cinzas e, no Brasil, temos desde a década de 1960, nesta mesma data, o lançamento da Campanha da Fraternidade, o que hoje se confunde com as manifestações da Quaresma, antecedendo a Semana Santa. Nas comunidades açorianas, é um período de muitas manifestações religiosas e culturais. Um destes momentos de forte expressão da época e é uma tradição açoriana, em boa parte do litoral de Santa Catarina, com maior ênfase em alguns municípios e provocando muita discussão, é a “Farra do Boi”, que não tem na comunidade da Enseada de Brito uma expressão muito grande.

O ponto alto da Quaresma é a Semana Santa, outro forte momento de manifestação de fé que traz mudanças de comportamento na comunidade, devido aos ritos religiosos e as práticas de uma série de restrições ou impedimentos, tidos como “pecados”. Até alguns anos atrás, neste período, o comportamento do cidadão era transformado pelas imposições estabelecidas pela igreja em nome da fé católica, sustentadas por leis eclesiásticas. Devido a uma gama de ritos estabelecidos, como abstinências, jejuns, ritos litúrgicos durante toda semana, procissões, lava-pés, adorações e culminando com a noite do sábado santo, noite da “Ressurreição”, com a benção do fogo novo. Tudo isto provoca na comunidade um sentimento de respeito, de recolhimento e muito silêncio.

Antes da introdução das modificações nos ritos religiosos promovidas pelo Concílio Vaticano II, e mesmo depois de alguns anos, de acordo com Dona Francisca Ernestina de Souza, de 90 anos, moradora da comunidade na “Quinta-feira Santa, depois das 11 horas ninguém mais trabalhava na comunidade, o sino batia e não se fazia mais nada.” Já o Sr. Alcides Manoel de Quadros, de 71 anos, diz que “As pessoas não dançavam, não varriam casas, não faziam quase nada a partir de quinta-feira à tarde e durante a sexta-feira Santa. Até cortar bolos, usar facas era proibido e era recomendado jejum”. Ou ainda, como diz o Sr. João Domingos Marques, de 69 anos, da comunidade do Albardão, “*com respeito, na quinta-feira só se varria a casa até o meio-dia, fazia-se tudo só até meio-dia. Quinta e sexta-feiras não se fazia nada, não se trabalhava, só no sábado*”.

### **5.12.5 Festa, performance e devoção**

#### *5.12.5.1 A noção de transformação simbólica em Antropologia*

Com uma influência reconhecida nos trabalhos de antropologia simbólica que começaram a se desenvolver com mais vigor nos anos 60, a filósofa Suzanne Langer em seu livro *Filosofia em nova chave* oferece dados substanciais para os estudos que têm contribuído para responder a latente e sempre presente pergunta "o que faz do homem um animal diferente dos outros?". Talvez tenha sido através do antropólogo Clifford Geertz que as idéias de Langer foram tomadas com mais vigor, o que pode ser constatado em vários textos do clássico *Interpretação das Culturas*. Em sua obra, a filósofa sistematiza várias evidências do papel do símbolo na vida humana, fazendo cair por terra qualquer tendência - pelo menos deu base para que isso acontecesse nas ciências humanas – em que se pudesse acreditar no cérebro humano como um órgão especializado em registro e combinação, donde a inteligência seria um produto da impressão, memória e associação (LANGER, 1973:38).

O reconhecimento do uso do símbolo no alcance e organização da crença, defendido por Langer, coloca o homem não mais como um animal superior por questões que pudessem recair em alguma suposta capacidade inata melhor desenvolvida nele que nos outros. É o poder de simbolizar e a capacidade de utilizar tais símbolos através da fala que lhe confere uma situação distinta em relação a outros animais, numa relação em que a noção de superioridade precisaria ser revista. Diz Langer que:

o simbolismo é a chave reconhecida para aquela vida mental que é caracteristicamente humana e está acima do nível da pura animalidade. Símbolo e significado constituem o mundo do homem, muito mais do que a sensação (Langer, 1973:39)

Foi através da capacidade de simbolizar que o homem conquistou o mundo, com aquilo que a autora chama de "interpolação de símbolos nas lacunas e confusões da experiência direta", em que foi possível sintetizar, adiar e modificar reações e, o mais importante, possibilitar que "signos verbais" fizessem com que experiências fossem compartilhadas e servissem de paradigma para as ações humanas (LANGER, 1973:40). Não se nega, no entanto, a existência de signos na vida de outros animais, entendendo o signo como algo capaz de estimular ação, presente desde a existência primeira. A diferença estaria na diferente utilização que homens e demais animais deram a estes signos. Enquanto para os mais diversos animais o signo tem por função indicar coisas presentes que passam a ser imediatamente procuradas assim que uma palavra é pronunciada, para o homem o signo também pode ser usado para indicar coisas ausentes, para se pensar sobre elas. Em suas próprias palavras, "os signos utilizados nesta qualidade não são sintomas de coisas, mas símbolos" (LANGER, 1973:42, grifos no original).

Através dos símbolos, a mentalidade pôde se desenvolver por tentativa e erro, no dizer de Langer. Os símbolos verbais acumulados formaram a linguagem que, mais do que se referir a coisas ausentes ou presentes, se transformou num instrumento de controle social, contribuindo com e sendo elaborada por uma organização social (Langer, 1973:43). O resultado disto, em contrapartida, é que o homem experimenta o mundo com muito menos realidade que um gato.

O mundo do gato não é falsificado pelas crenças e invenções poéticas que a linguagem cria, nem seu comportamento é desequilibrado pelos ritos e sacrifícios inúteis que caracterizam a religião, a arte e outras excentricidades da mente palavreira (Langer, 1973:46)

O que a autora está dizendo é que o mundo e qualquer experiência sensorial são transformados simbolicamente pelo homem, o que faz com que uma série de atividades desenvolvidas possam ser mesmo consideradas inúteis uma vez que não se prestam unicamente à satisfação de necessidades primárias, como comer, se proteger das intempéries e se defender de ameaças naturais. A simbolização se constitui como uma necessidade humana para a autora, descolando a noção de utilitarismo das realizações mais elementares.

### 5.12.5.2 *Entre a Cultura e a Razão Prática*

A retórica de Langer, muitas vezes beira uma impertinência desnecessária, uma vez que muitas de suas idéias foram bem aceitas (pelo menos) na antropologia, depois de 40 anos de produção neste ramo simbólico. Mas explica-se por estar a autora dialogando com toda uma ideologia dominante no campo científico da década de 1950 que, mesmo reconhecendo o papel da cultura, ainda conservava uma idéia de homem básico com diferentes níveis de necessidades, sendo que as primárias seriam aquelas que poderiam unir todos os homens sob algo de universal e contendo alguma animalidade. Sahlins mostrou como duas formas de analisar o homem têm acompanhado a antropologia desde o século 19, numa dicotomia clássica entre cultura e razão prática.

“As alternativas nesse venerável conflito entre utilitarismo e um enfoque cultural podem ser colocadas da seguinte forma: se a ordem cultural tem de ser concebida como a codificação da ação intencional e pragmática real do homem, ou se, ao contrário, a ação humana no mundo deve ser compreendida como mediada pelo projeto cultural, que ordena imediatamente a experiência prática, a prática ordinária, e o relacionamento entre as duas”. (Sahlins, 1979:68)

O autor faz um passeio por nomes que vão do remoto Lewis Morgan até o contemporâneo Lévi-Strauss, traçando semelhanças fundamentais entre teorias que, em outra ótica, seriam distintas. Morgan ignorou a qualidade simbólica da cultura, entendendo o esquema conceptual apenas como uma verbalização da experiência humana. A mente seria passiva, o pensamento e o conhecimento nada mais do que uma percepção despretensiosa da realidade. As palavras seriam simplesmente o nome das coisas, não uma construção simbólica, mas a decorrência racional da observação objetiva do mundo. Para Sahlins - que defende a linguagem não como uma representação objetiva do mundo, mas como uma forma de conferir valor às coisas -, Morgan foi um “antropólogo pré-simbólico”, que viu o real como algo dado e a mente humana com a mera função de apreendê-lo (SAHLINS, 1979:75).

O autor segue contrastando o pensamento de figuras contemporâneas como Boas e Malinowski. Para o alemão, pai da antropologia norte-americana, a percepção da realidade sempre depende de uma tradição mental, tradição esta que seria mediadora, “um padrão dominante que ordena ao mesmo tempo a relação com a natureza, as instituições existentes e a sua interação” (SAHLINS, 1979:83). Boas justificava seu ponto de vista, mostrando que uma determinada língua não apenas representa a realidade, mas oferece condições para que seus falantes apreendam esta realidade, através de princípios classificadores que se diferem profun-

damente entre um idioma e outro.

Por outro lado, o polonês pioneiro do trabalho de campo na antropologia britânica, com a sua teoria das necessidades que, em imaginação tanto diferiu de suas etnografias escritas sobre os trobriandeses<sup>646</sup>, esvaziou o conteúdo cultural das realizações humanas, reduzindo-as a necessidades que poderiam ser básicas ou derivadas. Para ele, haveria um domínio primeiro, em que a interferência de uma elaboração cultural seria nula (necessidades básicas) e só apareceria como uma premissa para uma organização social (necessidades derivadas). A simbolização, desta forma, consistiria numa atividade valorativa, invalidando a tese da função natural. "Malinowski dissolveu repetidas vezes a ordem simbólica na verdade ácida da razão instrumental" (SAHLINS, 1979:93).

Influência marcante nos trabalhos que seriam realizados (principalmente) na França e na Inglaterra, Émile Durkheim e Marcel Mauss elaboraram com força os germes mais profícuos de uma antropologia simbólica. Em textos consagrados no estudo da religião e da magia, Durkheim e Mauss desconsideraram a possibilidade de qualquer tipo de apriorismo nas formas de apreensão da realidade. As idéias e simbologias incorporadas à religião e à magia seriam construídas socialmente, as chamadas representações coletivas. Publicado em 1902, o *Esboço de uma teoria geral da magia*, publicado por Mauss em parceria com Hubert, traz em detalhe os símbolos que têm sido utilizados na representação da magia e na realização da mesma. Em relatos de magia de inúmeras civilizações, os pesquisadores encontraram arranjos semelhantes aqui e lá, mas o que salta do *Esboço* é a existência na magia mais de um caráter de atribuição social e não de características intrínsecas aos símbolos manipulados. "É a opinião que cria o mágico e as influências por ele exercidas. É graças à opinião que ele sabe tudo e tudo pode" (MAUSS, 1974:70).

Lutando também contra qualquer apriorismo, Durkheim publicou seu trabalho de maior fôlego, *As formas elementares da vida religiosa*, onde defende a idéia de uma sociedade que serve de fonte para todo o pensamento lógico. Assim como Mauss, Durkheim não realiza nenhum tratado de simbologia religiosa, mas apresenta um complexo de símbolos construído socialmente no sistema religioso. Os dois trabalhos trazem a idéia de eficácia que estaria intrínseca no próprio ato mágico ou na prática religiosa.

O culto não é simplesmente um sistema de símbolos pelos quais a fé se traduz exteriormente, é a coleção de meios pelos quais ela se cria periodicamente. Consis-

---

<sup>646</sup> As teorias funcionalistas de Malinowski foram publicadas nos anos 40, sob o título de *Uma teoria científica da cultura*, um contraste com seus escritos etnográficos de vinte anos antes, quando publicou clássicos como *Os argonautas do pacífico ocidental* (1922) e *A vida sexual dos selvagens* (1929).



tindo em operações materiais ou mentais, ele é sempre eficaz. (Durkheim, 1996:167)

Contemporâneo dos estudiosos da Escola Francesa de Sociologia, Arnold Van Gennep concentrou seu trabalho na análise dos ritos de passagem, com exemplos bem claros de transformação simbólica, ainda que esta transformação pareça restrita aos domínios do ritual. Os ritos de passagem implicariam na passagem entre duas esferas distintas de dada sociedade, na travessia de fronteiras que modificam os indivíduos. São cerimônias que possuem uma seqüência, justapondo elementos, o que em si forneceria um elemento mágico-religioso (VAN GENNEP, 1977:86). Os ritos são separados em três partes (separação, margem, agregação), e em cada uma delas um conjunto de elementos simboliza o estágio do qual se parte para aquele que é finalidade. Explica ele que:

entre o mundo sagrado e o mundo profano há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de um ato a outro não pode ser feita sem um estágio intermediário. (Van Gennep, 1977:25)

A antropologia que começou a ser realizada em meados do século XX, com Claude Lévi-Strauss, Victor Turner, Mary Douglas e Clifford Geertz, entre outros tantos, trouxe o símbolo para uma posição mais central da pesquisa. Com as devidas proporções, esses autores desenvolveram teorias que se encaixam com a noção de transformação simbólica de Suzanne Langer.

“O material fornecido pelos sentidos é constantemente elaborado em símbolos, que são nossas idéias elementares. Algumas dessas idéias podem ser combinadas e manipuladas ao modo que denominamos 'raciocínio'. Outras não se prestam a tal emprego, mas são naturalmente encaixadas em sonhos, ou se evaporam em fantasia consciente”. (Langer, 1974:52, grifo no original)

Lévi-Strauss, com sua teoria estruturalista que defende algo de essencial à lógica do pensamento humano, trabalhou com a idéia de função simbólica produzida através das "estruturas" do inconsciente que seriam as mesmas para todos os homens. Seu texto clássico *A Eficácia Simbólica* mostra como a manipulação de símbolos nesses rituais é capaz de atingir o desenrolar de processos fisiológicos, da mesma forma que acontece na psicanálise - analogia feita pelo próprio Lévi-Strauss. A função simbólica das estruturas (o inconsciente é entendido como um conjunto delas) é ordenar um mundo caótico e tornar "inteligível e organizada uma experiência anárquica e inefável".

O inconsciente deixa de ser o inefável refúgio das particularidades individuais. o refúgio de uma história única, que faz de cada um de nós um ser insubstituível. Ele se reduz a um termo pelo qual nós designamos uma função: a função simbólica, especificamente humana, sem dúvida, mas que, em todos os homens, se exerce segundo as mesmas leis; que se reduz de fato ao conjunto dessas leis. (Lévi-Strauss, 1970:234)

Sem defender alguma essência estrutural no processo de transformação simbólica, Douglas com seu clássico *Pureza e Perigo* mostrou como toda uma cosmologia que prega uma ordenação do mundo ganha forma através de símbolos de sujeira, perigo e proibição. A autora exemplifica sua tese se apoiando em noções de higiene que seriam, segundo ela, uma "excelente rota" para se falar de religião e outros aspectos sócio-culturais. Os rituais de pureza e impureza seriam formas de manifestar publicamente os padrões simbólicos desejados, nos quais o que está implícito é uma tentativa de colocar as coisas "no lugar", de acordo com a idéia de um mundo ordenado. Diz ela que

(...) ao examinarmos crenças de poluição descobrimos que os tipos de contato tidos como perigosos também carregam uma carga simbólica. Este é o nível mais interessante no qual as idéias de poluição se relacionam com a vida social. Acredito que algumas poluições são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social. (Douglas, 1980: 14)

Vindo de uma tradição em que a noção de estrutura se refere às relações sociais, observadas empiricamente, Victor Turner seguiu Monica Wilson (companheira de estudos africanistas, da mesma descendência da antropologia estrutural-funcionalista britânica) e passou a considerar a importância dos rituais. Através do processo ritual, seria possível encontrar a expressão dos valores de uma sociedade, uma chave para se compreender a constituição essencial das sociedades humanas. Turner que estudou a sociedade Ndembu primeiramente seguindo a metodologia tradicional britânica, apenas viu suas informações ganharem sentido à luz dos valores expressos nos símbolos das cerimônias rituais.

Turner desenvolveu o conceito como drama social para entender um conjunto de aspectos - entre eles, o próprio ritual-, de um dado grupo, e propôs uma interpretação exaustiva dos símbolos envolvidos. Em seu livro *O Processo Ritual*, o autor analisa um dos rituais ndembu, o *isoma*, em que cada símbolo, as figuras presentes e a própria sequência representam, na interpretação de Turner, a tensão estrutural entre a descendência matrilinear e o casamento virilocal. Uma de suas conclusões é de que esses símbolos seriam metáforas da vida

social dos nativos. Turner buscou um termo nativo para dar conta da sua teoria simbólica: *chijikijilu*, palavra que pode ser traduzida por marca ou baliza, é utilizada nos rituais ndembu, no sentido de elementos que estão postos ali para representar outros.

“O termo tem assim dois significados principais: 1) como marca de caçador, representa um elemento de ligação entre um território conhecido e outro, desconhecido, pois é através de uma série dessas marcas que o caçador encontra o caminho de volta da mata estranha para a aldeia que lhe é familiar; 2) tanto como "marca" quanto como "baliza" [*chijikijilu*] transmite a noção de algo estruturado e ordenado, opondo-se ao não estruturado e caótico. Já por isso seu uso ritual é metafórico: liga o mundo conhecido dos fenômenos sensoriais perceptíveis com reino desconhecido e invisível das sombras. Torna inteligível o que é misterioso e, também, perigoso” (Turner, 1974:30, grifo no original)

#### 5.12.5.3 *As bases simbólicas de uma Antropologia Interpretativa*

Com a influência de Suzanne Langer assumida em vários de seus textos de referência, Geertz foi bem adiante desenvolvendo sua antropologia interpretativa em que o símbolo parece ter papel fundamental. A começar por seu conceito semiótico de cultura em que Geertz toma emprestado de Weber a idéia de que "o homem é um animal amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu" (GEERTZ, 1978:15). A cultura seria essas teias e uma ciência interpretativa, a antropologia, deveria se basear na análise delas, ou seja, dos símbolos. Nessa teia, o conceito de cultura

“denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.” (GEERTZ, 1978: 103)

Geertz, desta forma, toma de Langer a definição de símbolo, no sentido de serem vínculos com uma concepção. Como "formulações tangíveis de noções, abstrações de experiência fixada em formas perceptíveis" (GEERTZ, 1978:105), os símbolos não devem ser buscados em teorias abstratas - "são públicos" - nem apenas em situações especiais como as cerimônias rituais privilegiadas por alguns estudiosos. O próprio comportamento é, para Geertz, uma ação simbólica, o que faz com que o autor defenda a etnografia como uma descrição densa, onde as formas culturais encontrariam articulação e significado nos fatos observados.

Talvez a melhor definição do papel do símbolo na vida humana seja a distinção feita por

Geertz entre "modelos de" e "modelos para". Os padrões culturais, dos quais os símbolos são veículos, "dão significado, isto é, uma forma conceptual objetiva, à realidade social e psicológica, modelando-se em conformidade a ela e ao mesmo tempo modelando-a eles mesmos" (GEERTZ, 1978:108). Através da formulação simbólica, a mentalidade humana faz a transposição entre os "modelos de" e os "modelos para". O autor toma como exemplo os símbolos religiosos que, além de representarem toda uma cosmologia própria de uma sociedade ("modelos de"), também atuam no sentido de fazer com que os crentes sintam-se dispostos e motivados a determinadas atitudes ("modelos para").

O tom radical de Langer chega a surgir em seus escritos quando fala de um homem que seria incompleto sem a ajuda dos padrões culturais.

“O homem tem uma dependência tão grande em relação aos símbolos e sistemas simbólicos, a ponto de serem eles decisivos para sua viabilidade como criatura e, em função disso, sua sensibilidade à indicação até mesmo mais remota de que eles são capazes de enfrentar um ou outro aspecto da experiência provoca nele a mais grave ansiedade”. (Geertz, 1978: 114).

Significa dizer que o homem pode se adaptar a qualquer coisa, mas não pode confrontar-se com o caos. A concepção é uma função característica do homem e "seu maior medo é encontrar algo que não possa construir" (LANGER APUD GEERTZ, 1978: 114). É dessa "necessidade de simbolizar" que o ethos de um povo e a visão de mundo dos indivíduos são formadas: "a provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência [visão de mundo] e organiza sua conduta [ethos]" (GEERTZ, 1978:144).

Entendendo a cultura como um texto, o trabalho de Geertz tem sido alvo de ressalvas, uma vez que tais símbolos foram vistos como textos, mas não se considerou que podem ser lidos de diferentes formas e, o mais importante, que estão sujeitos à criação, controle e distribuição acerca do conhecimento desses mesmos símbolos. Mesmo tendo sido alvo de críticas ao longo dos últimos 40 anos, as idéias criativas de Clifford Geertz mostram que, a despeito da queda dos grandes paradigmas hegemônicos, o símbolo na disciplina vai permanecer por conta de sua incontestável "eficácia".

### 5.13 Medicina Popular e Magia na Enseada de Brito

Ao acompanhar o dia-a-dia das comunidades estudadas percebemos que elas têm um conhecimento muito profundo das plantas encontradas nas matas próximas e cultivadas em casa, o que demonstra o uso sistemático dessas substâncias na medicina popular. A maioria das famílias de pescadores vive em comunidades que não possuem atendimento de saúde que possam ser usados a qualquer momento ou quando possuem o mesmo é limitado, o que torna a prática da medicina caseira, na busca de soluções para os seus problemas de saúde, principalmente quando os mesmos ocorrem com as crianças.

As doenças que atingem a infância são as que mais preocupam, principalmente o sarampo, a catapora, a coqueluche, a tosse comprida e as verminoses. Esta preocupação com as crianças se dá tendo em vista que, até algumas décadas os índices de mortalidade infantil eram muito mais pela falta de saneamento e higiene. Também havia, e ainda há, embora em menor medida, o temor de que as crianças estivessem mais vulneráveis a ataques bruxólicos, crenças recorrentes em todo o litoral de cultura de base açoriana.

#### 5.13.1 Os remédios caseiros

Um procedimento muito utilizado entre os pescadores era a utilização da urina, para tirar a dor. Quando um pescador era atingido pelo esporão de bagre no braço ou na perna, a primeira coisa que eles faziam, e muito ainda se utilizam, era tirar urina e colocar em cima do ferimento. Eles repetiam muitas vezes a colocação da urina sobre o ferimento até aliviar a dor.

Com as crianças, utilizam-se muitos procedimentos, que são mantidos desde os antepassados. Um deles é a cataplasma, feito com a **folha do pessegueiro**, colocado nos pés das crianças para combater os “ataque de bicha”, como são conhecidas as verminose. Eles dizem que é para puxar os vermes para baixo, para não ir para garganta da criança. Também se utilizavam de cataplasma de **clara de ovo e breu** e punham nas palmas das mãos das crianças, até que a criança melhorasse.

Um outro componente muito utilizado na medicina popular junto às comunidades é o **alho**. Ele é usado em quase todas as doenças e tem aplicação em situações cotidianas. Nas crianças, costuma-se amarrar no pescoço para não apanhar quebrante, para não ser perseguida por bruxas. Serve tanto para curar como para espantar bruxas. Da mesma forma que com as

cruzes e as fitas benzidas de santos, também aparece muito no relato dos pescadores o uso do alho amarrados no pescoço, na barriga ou nos braços, onde estivesse doendo. O alho é também usado para curar a gripe, bastando ingeri-lo com água fria. Também serve para baixar a pressão. Na gastronomia, ainda se usa muito o alho, pois dá um sabor diferente, muito apreciado pelos pescadores, principalmente nos caldos de peixe, no feijão e nos ensopados.

É importante ressaltar que são muitos os chás produzidos através das plantas cultivadas ou retiradas da flora da Mata Atlântica, predominante na região. Tem o **cardo santo**, muito usado para dores de estômago e intestino. O Sr. João da Costa Barbosa, de 85 anos, morador da Praia de Fora, diz que a **rosa branca**, muito usada como purgante. Os chás de rosas são feitos com a maceração das suas pétalas dentro da água. Este chá serve para aliviar o “calor do fígado”, como é conhecida na região como pressão alta. Outra planta é o alecrim que é usado na comunidade para combater o cansaço, principalmente para os cardíacos. As folhas da **Maria-mole**, uma árvore cujo tronco está sempre se quebrando, são muito usadas na elaboração de chás para crianças para baixar a febre. Eliamar Valdemar da Silveira, de 62 anos, morador da Pinheira, diz que as mulheres utilizam muito a **massanilha**, nome popular dado à camomila, para aliviar as cólicas no período menstrual. É também usada para combater resfriados quando misturada com limão, para tomar quente antes de dormir.

O **limão** é um grande remédio, segundo os pescadores e outros moradores da Enseada de Brito. É utilizado de modo geral para febre, gripe, intestinos, estômago. Para gripe mistura-se o limão com mel de abelha, fazendo assim um xarope, que ajuda a combater os resfriados. É utilizado nas refeições, no lugar do vinagre, para temperar as saladas. O peixe, base da culinária local, deve ser servido com fatias de limão, pois enriquece o sabor. O limão também é utilizado num aperitivo vendido nos bares destas comunidades, conhecido como “mata-bicho”. Na verdade, nada mais é do que um copinho de cachaça com limão. Este aperitivo é sempre oferecido antes do almoço ou do jantar.

De acordo com o Sr. Vetulio Leopoldo Wagner, de 73 anos, morador do Aririú da Formiga, tem a ainda a **erva santa**, muito boa para acalmar o sistema nervoso. A **erva cidreira** tem a mesma indicação, para acalmar e dormir tranquilo. Para as pessoas que sofrem de hipertensão é indicada a utilização do **chuchu**, pois ajuda a baixar a pressão.

Para Alcides Manoel de Quadros, de 71 anos, morador do Furadinho, a **espinha santa**, encontrada nas matas da região, é um exemplo, utilizada para combater qualquer mal do estômago, em forma de um chá em que as folhas são colocadas diretamente na água quente. O chá da **parietária** é um grande remédio para os rins. O nome tem relação com as pedras, pois ela nasce justamente encostada nos muros, nas pedras destroçadas. A parietária é famosa pela

sua aplicação para cura de inflamações. Ajuda no processo de expelir as pedras dos rins . Outra substância utilizada para tratar dos problemas dos rins são as flores brancas da árvore conhecida como **pata-de-vaca**. Para os rins também se utiliza a **cana do brejo**.

De acordo com o Sr. Eliamar, quando as pessoas começam a roer as unhas, ou as crianças a comerem barro, o pessoal da comunidade indica a **marcela galega** e dizem que além de cessar o vício de roer as unhas e provocar o fim da vontade de comer o barro, ajuda a combater a palidez. A receita é feita da seguinte forma: *“coloca-se um punhado de marcela galega numa garrafa de vinho tinto, acrescenta-se duas ou três gemas de ovos. Depois, deixa-se em fusão durante nove dias. Após este período, acrescenta-se um pouco de canela”*. O enfermo passa a tomar diariamente um pouco deste remédio, até a desaparecer os sintomas.

Os nativos também se utilizam dos peixes para tratar de suas enfermidades. Um relato importante colhido foi o depoimento de um pescador sobre um caso de tuberculose. Percebemos a força da fé expressa neste relato, principalmente nos antigos, quando não existia por parte da ciência uma cura para este mal: *“Quando uma pessoa da comunidade contrai tuberculose, só existe um remédio. Ela tem que apanhar uma corvina viva, depois cuspir dentro dela e, após, soltar novamente o peixe ao mar”*, afirma o Sr. Osvaldo Gonçalves, de 84 anos, morador da Enseada. Dizem que todos que realizaram o procedimento ficavam bons.

### 5.13.2 As benzeduras



**Foto 23** - Casal de Benzedores da comunidade de Morretes da Enseada de Brito – 2006 – Foto do Autor.

Outro aspecto muito forte nestas comunidades é a presença de curandeiros e benzedeadas que, durante grande parte desta história, eram os responsáveis pela saúde da população local. Os benzedores eram e são pessoas que vivem dentro da comunidade, possuindo uma credibilidade muito grande. Além disso, possuem quintal, onde mantêm uma horta medicinal, cultivando espécies trazidas da Europa e da África, segundo Gilberto Freyre. Para cada situação que se apresenta, eles oferecem chás e outros procedimentos, testados e aprovados pela experiência dos anos. Na maioria das vezes, o trabalho vem acompanhado de orações. Se o benzedor perceber, através de sua sensibilidade, que o enfermo pode estar possuído de mau espírito ou de alma penada, então se utilizam rezas e chás, promovendo uma sessão.

De acordo com relatos, os curandeiros chegavam a promover verdadeiras cirurgias, coisa que hoje não se percebe mais. Num destes relatos, foi descrita uma cirurgia de bexiga, onde os curandeiros tiravam as pedras, ou os cálculos, aliviando as dores. Outro tipo de intervenção cirúrgica eram as sangrias.

Uma das mais conhecidas benzedeadas da Enseada relata:

“Benzo três vezes, bato assim no pescoço do animal ou da pessoa (toca com a mão); benzo mais três vezes, bato mais três vezes; benzo mais três vezes, bato mais três vezes. Benzo assim: São Brás de Lupra, de seda a seda, tiras um osso que está no pescoço. Á a mesma oração, repito três vezes; a cada três vezes bato assim no pescoço da pessoa – são nove vezes”. (Maria Francisco Jorge, 70 anos – Morretes/ Enseada de Brito)

Temos também o uso de outros instrumentos nas benzeduras como a utilização de carretil de linhas. As pessoas ao serem benzidas de **carne quebrada**, nome popular do torcicolo e de torções em pés, braços, escutam da benzedeira a pergunta: “que benzo?”, e a pessoa deve responder: “carne quebrada, nervo torto”. Utilizando linha e agulha, ela continua:

“isso eu mesmo eu coso, em nome de Deus e de São Frutuoso, se é carne quebrada, que se torne a soldar, se é nervo torto, que torne a endireitar, se é osso deslocado, que torne a voltar a seu lugar, em nome de Deus da Virgem Maria, amem.” (Maria Francisco Jorge, 70 anos – Morrete/ Enseada de Brito)

Ao mesmo tempo, a benzedeira usa sobre a parte afetada um novelo de linha virgem, que ainda não foi usado, e uma agulha virgem também. Só não pode ter nó na extremidade da linha. Vai passando e vai rezando. Esta oração é muita antiga e recorrente em outras comunidades de origem açoriana e, por isso, pode sofrer algumas mudanças nas palavras ou mesmo nas ações.



As benzeduras feitas são gratuitas, ou seja, não há uma cobrança sistemática, principalmente as preces feitas em favor de crianças. Quanto aos adultos, pode-se pedir algo em troca, deixando que o favorecido doe o que acha que é o correto.

Outro aspecto importante a salientar é que muitas destas orações estão se perdendo, tanto por falta de quem continue a fazer as benzeduras, quanto pela falta de registro das mesmas.

Todos que benzem acreditam que são instrumentos nas mãos de Deus, que não são eles que curam, mas sim a vontade divina, expressa em suas mãos e orações. Tudo isto fica claro, quando os benzedores solicitam que os doentes acompanhem as orações que, em muitos casos, começam com o Creio em Deus, depois um Pai Nosso e uma Ave Maria. Quando se trata de uma doença localizada numa parte do corpo que, de acordo com a sabedoria popular, pode ser creditada a um determinado santo, a benzedura é dirigida ele, como Santa Luzia, nas doenças de olhos e Santo Antônio nas doenças sentimentais, o que faz dele o santo padroeiro dos namorados. Alguns benzedores iniciam dizendo: *“Eu sou quem te benze e Jesus é quem te cura. Em nome de Deus e da Virgem Maria”*. Ou ainda incluem o nome de um santo, como demonstra o a oração que segue:

“Te benzo, Marta, em nome de Santo Antão: tens quebranto ou mal olhado Nossa Senhora tira com as suas sagradas mãos, leva para as ondas do mar salgado, onde não passa cristão vivo ou batizado. Marta, se tu não trabalha, vai trabalhar; Se tu não comes, vai comer; se tu não dormes, vai dormir; em nome de Deus e da Virgem Maria.  
Se é encosto que Marta tem e não pode trabalhar, Jesus leva onde chamou; Jesus tem poder para isso.  
Jesus faz o que quer e o homem faz o que pode.  
Em nome de Deus e da Virgem Maria”. (Manoel Protazio. 78 anos - Enseada de Brito)

Quando estão terminando a sua oração de cura eles procedem uma oração:

*“Eu ofereço, entrego estas santas palavras que aqui rezei, tenho rezado a Deus Nosso Senhor Jesus Cristo e à Virgem Nossa Senhora, que sara todo o mal das criaturas, que sara todo o mal das criaturas, que sara todo o mal das criaturas. Com a graça de Deus”* (Manoel Protazio. 78anos - Enseada de Brito)

Outra oração muito freqüente nas comunidades açorianas é contra a popular **erisipela**. Quando se benze, utiliza-se do poder também dos apóstolos e se pronuncia oração com as seguintes expressões:

“Pedro e Paulo vinham de Roma. Jesus Cristo ia pra lá. Com Pedro e Paulo ele se encontrou, então ele perguntou: vocês aonde vão? Nós vamos a Roma, porque existe muita erisipela e erisipelão. Então, como devemos curá-lo? E ele disse: ‘com a lâ do carneiro preto, com azeite de oliveira, em nome de Deus, da Virgem Maria, amém’.”

Por serem as benções uma tradição muito antiga na religião católica, em que temos as benções para garganta, quando invocamos São Braz, percebemos que as orações rezadas pelos benzedores têm uma estrutura semelhante, com quase as mesmas palavras. O que nos leva a verificar que a tradição oral é responsável pela permanência desta manifestação de fé na medicina popular e na força da natureza.

#### 5.13.2.1 *Algumas bezenduras colhidas na região*

##### **Tirar Argueiro**

*“Corre, corre cavaleiro  
pela porta de São Pedro  
e disse a Santa Luzia que  
mandei seu lencinho  
pra tirar este argueiro.”*  
(Após, benze-se a pessoa afetada  
fazendo o sinal da cruz)

##### **Contra Cobreiro**

- *“Pedro, o que tens?*  
- *Senhor, é cobreiro.*  
- *Pedro, curai.*  
- *Senhor, com quê?*  
- *Com água das fontes e*  
*Ervas dos montes. (pausa)*  
*Seca, seca, seca!”*  
(Faz-se o benzimento passando-se um ramo pequeno de alecrim no local afetado)

##### **Contra Cobreiro**

*“Na proteção do senhô  
Que fez o céu e a terra  
Eu entrei em Roma, em romaria.  
Benzendo cobra cobreiro.  
Corto cabeça, corto meio, corto cobreiro.  
Mal entrei em Roma, romaria.  
Benzendo lagartixa, lagartixaria.  
Corto cabeça, corto rabo, corto meio.  
Entre em Roma, romaria.  
Corto cabeça, corto meio, corto rabo, corto cobreiro.  
Mal entrei em Roma, romaria.  
Benzendo sapo, saparia.  
Corto cabeça, corto meio, corto rabo,  
Corto cabeça, corto cobreiro.  
Com os poderes de Deus e da Virgem Maria.”*  
(A reza é feita em cima do lugar afetado. Ao final, a benzedeira faz o sinal da cruz.)<sup>647</sup>

<sup>647</sup> Repassada pela Dona Edite Luiza Miranda, de 70 anos, moradora de Ganchos do Meio. Governador Celso Ramos. Entrevista ao autor, 2005.

### **Contra Cobreiro (Oração a São José)**

*“Que esta oração é grande e forte,  
Eu creio em Jesus, maria e José,  
Assim como Jesus Cristo sou o suor do rosto, da cruz do chão.  
Esse veneno que está no..., talhas aberto veneno no chão”.  
(Reza Pai-Nosso e três Ave-maria para paixão de Jesus Cristo.)<sup>648</sup>*

### **Contra Cobreiro**

*“Ia por um caminho a mãe com a filha,  
Senhora Sant’Ana com Santa Maria  
Jesus Cristo encontrou e perguntou:  
Que andas fazendo?  
Benzendo de cobro, lobo salvás  
Com que se cura o cobro?  
O ovo sem sal com o pó da guia  
Por isso mesmo se curaria  
Com nome de Deus e da Virgem Maria”.<sup>649</sup>*

### **Mal-Olhado**

*“Recebi essas palavras de Jesus  
Pelo teu corpo em cruz  
Assim como passa pela lua,  
A lua pelo sol,  
Quem comanda o teu corpo  
É o Nosso Senhor do céu.  
Se esse mal no teu comer no teu beber,  
No teu deitar, no teu vestir,  
No teu andar, no teu dormir,  
Na tua formosura,  
Com dois te botaram,  
Com três eu tiro”.*

### **Mal-Olhado**

Com um ramo verde e água fria.  
*“Criaturinha de Deus, tu não és minha, mas te quero criar”,  
se tem quebrante ou mau-olhado a arte de feitiçaria eu te quero criar.  
Com ramo verde e água fria eu te benzo,  
em nome de Deus e da Virgem Maria,  
que todo o mau esse se vá, assim seja.”*

### **Insolação**

Dobrar uma toalha sobre a cabeça, com uma garrafa cheia de água sobre a toalha.

*“Deus é sol,  
Deus é luz,  
Deus é uma grande claridade,  
Com o sol tem quentura,  
Tem a lua em nome de Deus e da Virgem Maria.”*

<sup>648</sup> Repassada pela Dona Francisca Ernestina de Souza, de 90 anos, da Enseada de Brito. Entrevista ao autor, 2004.

<sup>649</sup> Repassada pela Dona Francisca Ernestina de Souza.

### ***Dor De Cabeça – Insolação***

Com um copo d'água com toalha dobrada de três em três, faz nove. Coloca o pano virado na cabeça e o copo no lado que dói.

*“Deus é sol, é lua,  
Deus é o sumo da verdade,  
Deus é a mesma claridade,  
do nome de Deus e da Virgem Maria”.*  
(Dizer três vezes)

### ***Dor de Cabeça – Insolação***

*“Deus é o sol,  
Deus é a lua,  
Deus é a mesma claridade.  
Assim como veio para a cabeça de (nome da pessoa),  
há de sair com o nome de deus, da Virgem Maria.”*

### ***Zipra***

*“ A zipra deu na pele e  
da pele foi para carne,  
da carne foi pro tutano,  
do tutano foi para o mar,  
peço à Virgem Maria  
que a zipra não venha mais”.*  
(Benzida em cruz e dizer três vezes)

### ***Benedura para Zipra***

Botar um pouco de sal num pires e usar ramos de pena.

*“Eu sou um raio que vem a parti,  
o senhor não me parta que hei de sair,  
hei de me derreter ramo,  
o sal derrete na água em nome de Deus e da Virgem Maria”.*  
(Benzida em cruz – dizer três vezes).

### ***Zipra***

*“Zipra, zipela, zipelão, zipra rosa, zipa rosa, zipra de condão.  
A zipra ta na carne, ta no sangue, ta no osso, no tutano, ta no corpo do fulano.  
Seja jogado pro golfo do mar sagrado, onde não veja o galo cantar, nem batizado passar, nem  
boi berrar, nem criança chorar.  
Seja tirado com o nome de Deus e da Virgem Maria.  
Seja tirado com o nome de Deus e da Virgem Maria.  
Eu é que te benzo, Jesus Cristo é quem te cura, em nome de Deus e da Virgem Pura.”*

### ***Queimadura ou Peladura***

*“Santa Sofia tinha três filhas  
uma fiava, outra cosia,*

*outra em chama de fogo ardia.  
O que eu vou fazer meu Senhor?  
Com sopro, com cuspe e com bafo,  
com isso mesmo se curaria  
em nome de Deus e da Virgem Maria.”*

### ***Impinge (Impiche)***

*“Impinge rabija  
Que quer rebijar  
A cinza do lago  
Que quer te matar.”*

### ***Impinge (Impiche)***

*“Feito pra pichar  
O cuspe ‘reguntu’  
o arseno de lá que venha te curar  
em nome de Deus e da Virgem Maria”.*

### **5.13.3 As implicações entre saúde, doença e cultura**

O pensamento antropológico sobre saúde não é recente e já estava presente nas primeiras etnografias do século XX, com especial destaque ao trabalho de Rivers<sup>650</sup>. No entanto, foi preciso esperar até os anos 70, para se deixar para trás a hegemonia de idéias que, mesmo considerando a importância de diferentes tradições médicas, as definiam como opostas à medicina moderna Ocidental, detentoras de um pensamento mágico e religioso (LANGDON, 1994:4). Concebendo a doença como um fenômeno natural – que independeria de simbolização –, esses antropólogos não fugiam da visão evolucionista da época, em que a biomedicina era tida como um pensamento superior e posterior aos demais. Ou seja, a medicina ocidental baseada na biologia – esta vista como uma realidade última que uniria a todos independentemente da cultura –, foi ela própria naturalizada, mantida inquestionável.

A antropologia deve a três figuras – entre tantas que fizeram contribuições significativas –, o desenvolvimento de paradigmas capazes de colocar sob suspeita a irredutibilidade e a infalibilidade da biomedicina. Levando em conta conceitos mais modernos de cultura, Allan Young, Arthur Kleinman e Byron Good inserem o biológico no cultural, ao juntar o campo da etnomedicina com as preocupações da antropologia simbólica, de onde a doença passa a ser entendida “em primeiro lugar como um processo experiencial cujo significado é elaborado através de episódios culturais e sociais, e em segundo lugar como um evento biológico”

<sup>650</sup> Para Rivers, a medicina é um sistema ligado à cultura mais abrangente e não um fenômeno fragmentado. Para entendê-la, seria preciso entender essa ligação com outros aspectos da cultura (Langdon, 1994:4).

(LANGDON, 1994:9). O que torna o processo saúde-doença uma negociação de significados em busca de cura e não um processo mecânico e certo.

Young (1976), em seu artigo clássico, coloca a biomedicina e outros sistemas médicos no mesmo patamar, ao defender que diferentes tradições médicas são mantidas porque “afetam estados biológicos indesejáveis da maneira esperada” e que “os episódios da doença também cumprem papel ontológico – comunicando e confirmando idéias sobre o mundo real” (YOUNG, 1976:1), tal como as crenças e rituais religiosos. Os paradigmas médicos vigentes balizam os interesses dos envolvidos num episódio de crise: o doente, quem o assiste e quem pretende curá-lo. Através desses paradigmas construídos sócio-culturalmente, num tempo e num espaço contextualizáveis.

“Isto significa que eles expressam suas dúvidas e organizam seu comportamento a fim de identificar, remover, interromper, aliviar ou prevenir os sintomas de enfermidade que se intrometeram ou ameaçam intrometer-se na vida cotidiana. Em resumo, seus interesses centram-se na eficácia das crenças e práticas médicas. As crenças e práticas das pessoas relativas à profilaxia, diagnóstico e terapia, constituem a maior parte dos esforços de qualquer sociedade para entender e lidar com o mal-estar, crise ou distúrbio, e dessa forma elas tornam-se a matéria prima indispensável para o antropólogo que quer estudar o mal-estar, crise ou distúrbio.” (Young, 1976:2)

O problema identificado por Young, dentro da antropologia feita à época, foi o desinteresse de muitos antropólogos na busca desses paradigmas locais e a conseqüente universalização dos paradigmas biomédicos ocidentais (*idem*:2-3). Para Kleinman, estes paradigmas localizados espacial e temporalmente formam sistemas médicos, no sentido sócio-cultural do termo “sistema”. “Isto é, eles não são simplesmente sistemas de significado e normas comportamentais, mas esses significados e normas estão anexados a relações sociais e arranjos institucionais particulares” (KLEINMAN, 1978:85, *tradução minha*). Os sistemas de cuidado em saúde são, para Kleinman – da mesma forma que outros sistemas, como parentesco e religião –, sistemas simbólicos construídos de significados, normas, comportamentos não embutidos ou exclusivos, mas em relação constante com outros sistemas culturais.

Os sistemas de cuidados em saúde articulam o mal-estar (*illness*) como um idioma cultural, vinculando crenças sobre a causa de uma doença (*disease*), a experiência dos sintomas, padrões específicos do comportamento de mal-estar, decisões relativas a tratamentos alternativos, práticas terapêuticas de fato e avaliações de resultados terapêuticos. (Kleinman, 1978:86)

Byron Good, por sua vez, avança nestas idéias para defender que “fatores culturais e psicossociais afetam a incidência, curso, experiência e consequência da *disease*” (GOOD, 1977:25), o que poderia ser uma contribuição significativa da antropologia para a medicina clínica nos estudos transculturais das práticas e crenças médicas. Good avança no projeto de relativizar a biomedicina, negando a doença enquanto entidade natural e pensando-a enquanto realidade social e histórica. Baseado na filosofia crítica pós-estruturalista de Foucault, o autor recorre a uma teoria semântica da doença para mostrar que o diagnóstico clínico não é apenas uma atividade nomeadora de um fenômeno natural, mas também uma atividade classificatória profundamente integrada na estrutura da sociedade, ou seja a linguagem médica está ligada a um contexto comunicativo específico (*idem*: 26-27).

O significado de uma categoria de *disease* não pode ser entendido simplesmente como um conjunto de sintomas definidores. É antes, precisamente, uma síndrome de experiências típicas, um conjunto de palavras, experiências e sentimentos que, tipicamente, “andam juntos” para os membros de uma sociedade. Tal síndrome não é meramente uma expressão de sintomas ligados uns aos outros na realidade natural, mas um conjunto de experiências associadas através de cadeias de significado e interação social em uma sociedade. (Good, 1977:27)

Essa relação entre biomedicina e antropologia está longe de esgotar suas possibilidades de tensão e desenvolvimento teórico. Ao questionar a universalidade de conceitos como saúde e doença, considerando a biomedicina como um sistema médico frente a outros (KLEINMAN, 1978), a antropologia da saúde vem se consolidando como um campo de conhecimento teórico acadêmico-institucional, alternativo à própria teoria biomédica. Desse ponto de vista, sendo a biologia a base científica da biomedicina, com seus conceitos de células, tecidos, vírus, bactérias, quais são os pilares da antropologia da saúde? Pistas para tal questão podem ser encontradas numa constelação de conceitos tão invisíveis e tão operacionais quanto os biológicos, da antropologia simbólica das últimas décadas.

Autores mais contemporâneos têm proposto novos recortes e abrangências da doença enquanto construção sócio-cultural. Frankenberg (1980) defende a idéia de que a biomedicina individualiza demais o processo de diagnóstico e tratamento de uma doença. Ele defende um novo olhar sobre o processo que não pode ficar reduzido às dicotomias médico/paciente, *illness/disease*. Tanto da parte do médico quanto do paciente devemos observar a gama de relações sociais, locais, nacionais e internacionais, nas quais ambos estão envolvidos, como representantes de discursos culturalmente contextualizáveis.

Lock e Scheper-Hughes (1990), ao defenderem os fundamentos de uma antropologia médica crítico-interpretativa defendem o conceito de corpo (individual, social e político) como central na construção de uma perspectiva que desconstrua as dicotomias entre a biomedicina e outros sistemas médicos, mostrando como todos estão imersos em discursos localizados e historicamente construídos. A partir daí, as autoras trazem a categoria corpo, pois a percepção sobre o corpo numa determinada cultura pode informar sobre a relação das pessoas com o processo de saúde e doença. Poderíamos também fazer o caminho inverso e pensar no quanto a industrialização dos processos médicos no Ocidente (biomedicina, indústria farmacêutica, biotecnologias) têm contribuído para a maneira como pensamos o nosso corpo.

A antropologia médica e a própria biomedicina (quando menos preocupada com a origem genética de todas as doenças) apontam também para um novo olhar sobre o que poderia ser considerado nada mais que uma doença. Um distúrbio como a diabetes tipo 2 (FERREIRA, 2003), sob um certo ponto de vista, é uma tentativa do organismo de se regenerar frente a uma situação de estresse psicológico, exclusão social, conflitos, como verificado em tribos indígenas do Brasil e dos Estados Unidos por Mariana Ferreira.

#### 5.13.4 Mal-Olhados, Quebrantos e Feitiçaria

Outra crença muito forte encontrada entre os moradores mais velhos da região da Enseada de Brito, e nas comunidades açorianas do litoral catarinense, diz respeito aos poderes relacionados ao mal-olhado, quebranto e feitiçaria. Apesar de que muitos não gostam de falar sobre o tema, dizendo que são apenas crendices e superstições do passado, percebe-se que ainda se teme muito a influência deste males na comunidade. Isto fica evidente quando conversamos com as benzedadeiras. O número de pessoas que as procuram, pedindo suas orações para livrá-los destes males, continua muito grande.

De acordo com relato colhido por Lupi (1984), as pessoas da própria família podiam ser as feitoras do mal:

*“Olha! Uma criancinha de três meses, mas quando nasceu pesou só um quilo. Uma irmã, quando saiu da maternidade, passou na casa de outra irmã, e disse assim:*

*- Olha, vim cá mostrar o meu pequenino!*

*Ela disse assim:*

*-Ah!Ela aí deu peito, depois daí a um pedaço deu mamadeira.*

*-Ele é muito pequenino, maji pode ser que ele cresça, que ele tem disposição pra come.*

*O menino chegou em casa e não comeu mais. Uma tia pó sobrinho!*



*E a irmã foi com ele mostra... Esse menino chegou em casa não comeu. Aí ela vai, pegou, veio aqui:*

*- Dona Alaíde, venho aqui benze essa criança.*

*Disse assim:*

*-Ué, tão pequenino e já tem doença?*

*Ela vai e disse assim:*

*-Tem, não qué come.*

*-bom, eu peguei e benzi o menino. O menino:*

*-Ahhh!*

*Eu a benzi:*

*-Ahhh! – Esticava-se todo!*

*Acabei a benzedura, ela vai disse assim:*

*-O que é que ele tem? O que é que ele não tem?*

*Disse assim:*

*-Não sei, eu não sei, parece que é quebranto que o menino tem...”*

De acordo com as crenças locais, o mal-olhado é uma força, um poder que está no olhar das pessoas. Esta energia provoca o chamado “quebranto”. O mal-olhado pode ser intencional ou mesmo espontâneo. Ele atinge tanto as pessoas quanto os animais e as plantas.

As crenças envolvendo as feitiçeras ou bruxas são muito fortes junto a população açoriana, principalmente na ilha de Florianópolis, conhecida nacionalmente como “Ilha da Magia”, e nas regiões adjacentes do continente. Dizem os mais antigos que ninguém é bruxa por vontade própria, mas por uma herança familiar. Quando um casal tem sete filhas, uma delas é feitiçeira, sempre a sétima. Depois que se descobre bruxa, passa a fazer o mal<sup>651</sup>. Estas mulheres geralmente não são identificadas, mas pode ser uma vizinha, uma amiga e geralmente a maldade está direcionada as crianças:

*“As bruxas têm um garantismo nos olhos, sabe, para matar as crianças pra salvação delas. É (...) Tinha um menino chamado José, doentinho, doentinho; vai, levemos ele numa pessoa, uma senhora que benzia; ela vai disse assim:*

*-Uai! O teu menino é uma feitiçeira que anda chupando!*

*Então, tem feitiçeira capaz de fazer assim porque dá Deus à feitiçeira poder fazer aquilo às crianças”. (Dona Alaíde, 67 anos. Moradora da comunidade da Pinheira)*

Quando se descobria que a criança tinha sido atacada pela bruxa, usavam-se práticas de esconjuro que podem ser tidas como de magia, como a dos siris secos, ou, mais importante, a da roupa: socava-se uma veste da criança no pilão e, de alguma forma, a bruxa que andasse incomodando sentia, por simpatia, o efeito da roupa. A suposta bruxa era então atraída e aparecia na casa com os olhos vermelhos e a boca inflamada. E todos começavam a pedir: “pára com isso”.

<sup>651</sup> Diz-se na região que, para quebrar o encanto e livrar a criança deste destino, é preciso que a filha mais velha batize a mais moça. O mesmo pode ser feito no caso de sete filhos homens, para evitar que o sétimo seja lobisomem.

Contra as feitiçeras, há também benzeduras e orações especiais, hoje bem pouco usadas. Porém, a feitiçeira não pode contra aquele que sabe a oração certa, porque assim como é “Deus que lhe dá o poder de fazer o mal”, assim lhes tira esse poder, pela oração.

Também, segundo as crenças populares, há homens com forças maléficas, como os lobisomens, homens que se transformam em lobos e aterrorizavam mulheres. Os relatos apontam para um homem, sétimo filho ou o mais novo, que poderia se transformar em porco, bezerro, cachorro, boi ou lobo. A crença é que ele apareceria de quinta-feira para sexta-feira, na lua cheia, ou na época da quaresma, a partir da meia-noite. O lobisomem, de acordo com a crença, assusta e persegue as pessoas como relata o senhor Antônio machado, 72 anos, morador de Palhoça:

“Um rapaz foi atacado pelo lobisomem. O rapaz cortou o lobisomem com um canivete, quebrando o encanto. O homem (lobisomem) foi descoberto e fingiu felicidade por se livrar do feitiço. Agradeceu o rapaz e disse que o esperasse que iria buscar um agrado para compensá-lo. O rapaz desconfiou, tirou a capa e o chapéu que estava usando, colocando-os num pau fincado no meio da estrada. O ex-lobisomem voltou com uma espingarda e atirou na capa, imaginando ser o rapaz (que observava escondido na mata). O rapaz fugiu e contou aos amigos quem era o lobisomem, que acabou indo embora do lugar.”

Os colonizadores que vieram dos Açores, no século XVIII, ainda vivenciavam na Europa os últimos momentos da Idade Média, época em que as sociedades ocidentais experimentaram em grande medida um imaginário sobre o poder sobrenatural. Houve, por parte de setores da igreja, muita perseguição aos que produziam conhecimentos diferentes do oficial. Muito desse conhecimento aportou no litoral catarinense e foi preservado através da história oral. A riqueza de lendas sobre bruxas, sereias, boitatá, mula-sem-cabeça, alma penada ou aparições, enche o imaginário do homem de origem açoriana, principalmente os mais velhos. Somete-se a isso o fato de que mitos e lendas foram também incorporados da população indígena da região, os índios carijó.

Mas hoje, uma grande parte da comunidade da Enseada de Brito não acredita em histórias de feitiçeras e lobisomens, principalmente aqueles que tiveram instrução escolar básica que, no Brasil, é centralizada no estudo das ciências que fundamentam o mundo moderno.

### 5.13.5 *A coberta d'alma no distrito da Enseada de Brito*

A cultura de base açoriana de Santa Catarina tem uma relação muito forte com a morte. O luto, a coberta da alma e a crença nos mortos são valores sentimentais presentes na Enseada de Brito. O rito de despedida do morto se dá com o velório, onde durante um período de 24 horas os familiares ficam velando o corpo. Durante este tempo, fazem orações e cantos. A pessoa que desejar pode, num gesto religioso, se postar ao lado do defunto e por alguns minutos fazer uma oração pessoal em silêncio e, após, benzer o corpo com água benta aspergindo-o com um ramo verde. Logo após temos o translado para o cemitério ou até o túmulo. Novamente reza-se e, se tiver um padre ou um pastor, faz-se a “encomendação” do corpo, um rito presente na igreja cristã. Após, sepulta-se o defunto em caixão de madeira lacrado. Hoje, também se costuma, durante o período de velório, ofertar coroas de flores para a família, em homenagem ao morto, numa demonstração pública de carinho e de gratidão pelos feitos do falecido. Estas coroas são levadas para cemitério junto com o translado do corpo e depositadas no túmulo. O uso de roupas escuras, principalmente o preto, é recomendado somente aos membros mais próximo da família.

Mas se faz necessário dizer que ainda persiste em algumas famílias das nossas comunidades o rito da “coberta d'alma”. É uma cerimônia que marca profundamente a presença da cultura de base açoriana. O rito da “coberta d'alma”, ocorre na missa de sétimo dia de falecimento. O rito é respeitado e ainda praticado com muita seriedade, pois caracteriza com um momento forte de demonstração da relação entre os vivos e os que partiram para uma “nova vida”. Uma cerimônia de respeito e ao mesmo tempo de separação entre o parente que foi e os que ficaram.

Em todo litoral encontramos o mesmo ritual com pequenas variações. Os depoimentos dos moradores da comunidade descrevem o rito da “coberta d'alma”:

“... tinha que ir a missa com a roupa da pessoa na missa de sétimo dia. Davam roupa usada, sandália, a blusa, saia. A roupa ficava com a pessoa que ia representando o defunto...”. (Francisca Ernestina de Souza, 90 anos)

“Na minha família, a coberta d'alma é feita se a pessoa pede, ele já escolhe a pessoa que irá vestir a roupa dele depois de morto na missa de sétimo dia, e a pessoa que veste a roupa fica mais bem tratada na família.” (Manoel Virtude da Silveira, 75 anos)

“Quando morria alguma pessoa davam a coberta d'alma. Tinha missa ao sétimo dia. A coberta d'alma – eles compravam uma muda de roupa nova e davam a pessoa usar na coberta d'alma, que era na missa de sétimo dia”.

“Quando uma prima minha faleceu comprou uma muda de roupa e eu vesti, ela era da mesma idade que eu, quando faleceu, nós éramos primas”. (Olindina Maria da Silva, 82 anos)

“Sim, conheci a prática da coberta d’alma, pois minha avó não saía da igreja. A cerimônia era feita na igreja, onde o padre batizava a pessoa como filho da pessoa que havia perdido o filho. Era dado à roupa da pessoa morta e tudo que ela gostava. Esta pessoa passava a ser membro da família do falecido, ou seja, como filho. A família da minha mãe ainda pratica a coberta d’alma”. (João da Costa Barbosa, 85 anos)

## 5.14 Gastronomia e Folclore na Enseada de Brito

### 5.14.1 Gastronomia de base cultural açoriana



**Foto 24** - Pratos típicos da culinária litorânea de Santa Catarina  
2007 – Foto do Autor<sup>652</sup>

O arquipélago dos Açores e seu povo, na encruzilhada das grandes rotas de navegação da Idade Moderna, que unia a Europa ao novo mundo, África e Ásia, sofreu influências culturais diversas no seu modo de viver, sem contar que o próprio povoamento das ilhas resultou do afluxo de vários grupos étnicos: portugueses, espanhóis, flamengos, franceses, mouros, negros, italianos.

O resultado deste complexo de influências culturais oportunizou uma gastronomia diversificada, enriquecida com temperos (condimentos) variados, conhecidos por especiarias, que davam paladar agradável aos alimentos preparados em todas as classes sociais. Na Europa, isso era acessível apenas aos mais abastados, pois eram produtos de custo elevado para a época.

A comida popular açoriana é simples, porém muito condimentada. Dentre os temperos mais usados têm-se o alho, a cebola, a pimenta do reino e malagueta (esta última usada prin-

<sup>652</sup> Foto realizada quando da visita do orientador Dr. Angel Espina à comunidade de Enseada de Brito, na residência do Cura local. Uma demonstração dos pratos da região: Camarão ao bafo, marisco a vinagrete e ostra ao bafo.

principalmente na ilha de São Miguel), o cravo e a canela (inclusive em pratos de carne e peixe), o louro, a alçafora ou açafor é muito utilizada nas açordas, guisados e nos molhos de peixe, dentre outros (...). Os molhos mais frequentes nos Açores são aqueles que acompanham os pratos de peixes. Há, por exemplo, o molho de vilão, cujo principal ingrediente é o alho. O molho de escabeche é composto por cebola, alho, vinagre e pimenta, dentre outros ingredientes. Os molhos de laranja azeda e de limão são também muito utilizados em pratos de peixe. O dito ‘molho Afonso’ serve para acompanhar as lapas (tipo de mariscos). O molho pardo acompanha pratos à base de ave e de caça, e o molho branco acompanha pratos à base de peixes cozidos e de legumes. Como ‘molho de unha’ são conhecidos todos aqueles que ao se molhar o pão nele, sujam-se as próprias unhas. Assim, tem-se o molho das favas guisadas, o molho Afonso, o molho do polvo guisado, o molho das caldeiradas de peixe, o molho da alcatra do Divino Espírito Santo.

No litoral catarinense muitos dos hábitos alimentares trazidos pelos açorianos foram modificados, não pelo clima, mas devido às mudanças de produtos básicos da alimentação.

O trigo, alimento básico nos Açores, foi aqui quase que inteiramente substituído pela farinha de mandioca que era desconhecida no arquipélago. No litoral catarinense, a farinha de mandioca tornou-se acompanhamento indispensável nas refeições, seja como pirão ou como farofa. Esta mudança associada à uma maior presença do peixe na alimentação, em detrimento da carne bovina e queijos, gerou uma nova gastronomia, que tinha como elemento comum os temperos (condimentos) usados, os caldos e ensopados de peixe, camarão, carne, couves, tinham temperos básicos comuns, com variações nos molhos que os acompanhavam. Assim, quando se tratava de caldos, o próprio caldo era utilizado para fazer o pirão. Já, quando se tratava de ensopado, normalmente era cozido feijão para fazer o pirão. Caso contrário água pura era fervida para misturar com a farinha e, assim produzir o pirão.

Os temperos básicos, utilizados ao longo do litoral são salsa, cebola verde e cebola de cabeça, tomate miúdo, alfavaca, orégano, limão de molho, vinagre, sal, colorau, cominho, canela, coentro, louro, alho, manjerição, banha de porco.

A descrição de um dia alimentar de uma família açoriana e de uma família do litoral catarinense permite algumas observações interessantes quanto aos hábitos, e mudanças do cardápio consumido.

Nos Açores, nas comunidades rurais da ilha Terceira, segundo Dias (1982)<sup>653</sup>, tinham o seguinte hábito alimentar:

---

<sup>653</sup> DIAS, Maria Alice Bolba Lopes. A culinária e a alimentação. Ilha Terceira: estudo de linguagem e etnografia Açores. Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1982. p. 98-100.

“O almoço, geralmente tomado as 6 e às 7 horas, consiste quase sempre de pão cru, - sopas de pão de milho – servidas em tijelas vidradas de hábitos locais – ou batata doce, cozida ou assada no forno, com leite. Ao jantar, à volta do meio dia, é raro assistirem os homens da casa, que andam por longe nos trabalhos da terra e levam consigo o de comer, numa saca de pano, ou seja, um pedaço de pão de milho, muito raramente pão alvo, pouco alimentício, tendo como conduto queijo de peso, (comprado na venda ao peso), queijo fresco, peixe frio ou seco, torresmos de entrebanha ou de vinhadalhos (vinho e alhos) que conservam na gordura desde as matanças. E na casa a mulher e os pequenos acomodam-se com qualquer coisa. Um pedaço de pão de milho ou de pão alvo para os mais biqueiros, tendo como conduto queijo de cabra ou de peso, ovo cozido, ou chicharrinhos secos assados nas brasas, esfregados com um dente de alho e umedecidos num pouco de vinagre. A ceia é a refeição a que, por via de regra, assiste toda a família, à boquinha da noite, quando os homens chegam do trabalho. Consta geralmente de caldo de hortaliças com abóbora, morango, batatas, feijão e pão de milho migado no caldo”.

Stemmer (1955)<sup>654</sup> assim descreve os hábitos alimentares dos descendentes de açorianos no litoral de catarinense:

“Esses colonos se levantavam cedo para iniciar o trabalho na roça. Às vezes trabalhavam um pouco mais afastados de casa. Geralmente às quatro horas da manhã, no sítio, estava todo mundo acordado, iniciando o seu trabalho. Geralmente o café era ceado com garapa, que era servida no lugar da água, para adoçar o café. Isso quando tiveram o café, (...). De manhã o hábito desse povo era comer peixe seco, assado ou frito, com café e farinha. Pão quase não havia. Cada família dependia quase de si mesma. Quase não havia comércio (...). Quase todo mundo tinha sua engenhoca em casa, para moer a cana, ferver e fazer café. Em vez de água, este café eles tomavam com farinha, biju, cuscuz, rosca de massa, tudo isso feito em casa, (...). Naquela época eles ceavam cedo. Era hábito às quatro horas da manhã já tinha café. E aí iam para a roça. Às nove horas tinha outro café, café reforçado. Ao meio dia, vinham jantar, era a janta. À noite, ceia, lá pelas sete horas, sempre ao escurecer. Eles jantavam ao meio dia e ceavam à noite”.

Stemmer (1955)<sup>655</sup> apresenta, ainda, uma receita e caldo de peixe da Sra. Tomásia Martins da Tapera, localidade da Capital, como segue:

“Refogam-se os seguintes temperos na banha de porco: tomate, pimenta, cebola verde, cebola de cabeça, salsa. Depois colocam-se água e o peixe. Quando a água ferver, coloca-se uma colher de chá de caldo de laranja azeda e por último alfavaca. Deixa-se o peixe cozinhar. O peixe escalado era cozido no caldo e depois desfiado.”

A gastronomia agrícola do descendente de açoriano é rica, criativa e utilitária, substituindo com folga a antiga gastronomia à base de trigo. As adaptações, criação e manutenção e

<sup>654</sup> STEMMER, Miriam Helena. *Evolução da Arte Culinária na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis. 1955, p. 18-19.

<sup>655</sup> *Ibidem*, p.80.

de padrões alimentares açorianos na realidade catarinense são sintetizados por Stemmer (1955)<sup>656</sup>, como segue:

“A substituição da farinha de trigo pela de mandioca e do pão pelo beiju e o cuscus. A substituição da cevada e do centeio pela farinha e mandioca e da carne pelo peixe. Assim, o caldo de carne é pouco utilizado, ficando em seu lugar o caldo de peixe e o de camarão e o pirão feito com os mesmos. Os pratos básicos são todos à base de peixe, frutos do mar, farinha e mandioca, feijão, milho e café. A farinha de mandioca, o beiju, a tapioca, polvilho, a canjica, a pamonha, a pipoca e o amendoim são herança cultural indígena, aculturada e aperfeiçoada pelos açorianos e seus descendentes. O cuscús é herança cultural mourisca, trazida do arquipélago, onde era preparado com farinha de trigo. Os temperos mais usados permanecem basicamente os mesmos, porém a cravo e a canela não são utilizados em pratos de carne e peixe, como nos Açores. Persiste o angu de milho, temperado com açúcar, cravo e canela. Persistem a “sopa” de feijão cozido com verduras e tubérculos e as açordas, conhecidas como “soldas de ovo”. O uso do peixe escaldado (salgado e seco ao sol ou defumado) ainda é muito comum entre os descendentes açorianos, este já o utilizava no Açores. O peixe cozido no feijão é prato tradicional no nosso litoral. Moluscos como as lapas (tipos de mariscos), as ameijoas, os búzios, os percebes e as cracas são desconhecidas entre nós. O polvo e a lula, muito utilizados pelos açorianos, são de uso pouco comum entre nós, principalmente o polvo. O caranguejo (sapetêia), muito apreciado pelos açorianos, não é utilizado aqui, sendo que as lagostas são de uso raro pelos descendentes. O camarão, crustáceo mais popular aqui, não é de uso generalizado no arquipélago açoriano. Não utilizamos algas na alimentação, como nos Açores. As carnes de gado (bovino, suíno, caprino) e de aves somente eram utilizadas aqui nos dias de festa, assim como eram nos Açores. O coelho não foi utilizado aqui, mas foi popular nos Açores. Os ovinos também nunca foram muito consumidos aqui, pois eram criados apenas nos campos maiores. O vinho, o cravo e a canela não são utilizados aqui pelos descendentes, no preparo das carnes. O cozido à portuguesa continua como prato tradicional cozido das Furnas, prato de carnes ou peixes cozidos no solo vulcânico açoriano, não são conhecidos aqui, pelas condições específicas. As perdizes, as codornizes, os pombos e os canários, pouco foram preparados aqui. A galinha continua como ave mais consumida, sendo prato tradicional nosso a galinha (ou carne bovina) ensopada com mamão verde. Os doces preparados nos conventos açorianos eram desconhecidos do povo em geral, na época da emigração, portanto o povo não os trouxe. Os doces não eram muito utilizados no cotidiano dos descendentes dos açorianos do nosso litoral, sendo em geral muito simples e consistindo de frutas cozidas no melado, bolos de farinha de milho e de araruta, ou bolinhos de aipim, batata doce e banana, misturados com ovos, açúcar e farinha e mandioca e fritos na banha. Aqui o uso do queijo nunca foi tão difundido como nos Açores, sendo apenas preparado o “croste” e a coalhada. O “croste” ou colostro é o primeiro leite de vaca ou cabra após o parto. O vinho, muito produzido nos Açores, continua com menos intensidade, apenas sendo produzido para o consumo familiar, inclusive o vinho e laranja. Nos Açores, produzia-se aguardente de vinho, sendo a sua produção à partir da cana-de-açúcar lá incerta. Aqui somente a aguardente de cana era utilizada, bem como os licores e frutas e de café preparados com ela, e os livores de ovos e de leite. O bolo, comida servida aos pobres como esmola na festa do Divino, desapareceu na maioria das comunidades. O uso da massa sovada, preparada pelas padarias para esta festa, continuou entre os descendentes, sendo os doces utilizados os conhecidos por estes. As carnes de galinha, gado suíno e bovino são servidas na maioria das festas, bem como o peixe e o seu caldo, do cotidiano. Na Páscoa utiliza-se o peixe aqui e lá, mas a canjica, como já foi dito, apenas é conhecida aqui”.

<sup>656</sup> STEMMER, Miriam Helena. *Op. cit.* p. 110-12.

### 5.14.2 O Folclore na Enseada de Brito

O folclore é a manifestação de cultura popular, a sua maneira de sentir, pensar e agir. Com espírito de criatividade do povo sempre em ação, a comunidade manifesta suas alegrias, suas devoções e sua religiosidade diante de acontecimentos com danças e folguedos..

A dança folclórica exprime o caráter particular de um povo e representa a vida da comunidade através dos tempos, envolvendo seus traços culturais, localização geográfica, religião e história. Ela é passada de geração a geração como atividade recreativa, festiva e educacional e encontra entre seus adeptos crianças, adolescentes e adultos.

Apresentam coreografias bem marcadas, exigindo muito ensaio e aprendizagem correta dos movimentos. São exemplos de danças tradicionais das comunidades litorâneas: a ratoeira, a chamarrita, o pau-de-fita, o fandango, a quadrilha.

Na comunidade da Enseada, se percebe a manifestação de danças, somente em momentos distintos de festas. Mas o que tem se tornado cada vez mais comum é o convite de grupos folclóricos açorianos de outras localidades da região, convidados a se apresentarem nas festas. Estes espetáculos são bastante concorridos, pois trazem a memória, principalmente os mais velhos, momentos de saudades.

São muitas as danças que tinham lugar entre os moradores da comunidade, hoje pouco procuradas pelos jovens. De acordo com a Dona Francisca Ernestina de Souza, de 90 anos, a **ratoeira** tinha homens e mulheres numa a roda, feita no sábado, domingo e feriados, à tarde e à noite, em festas. Era uma forma de expressar seus sentimentos (alegria, tristeza, namoro, amor, saudade, amizade), começava a cantoria e o tempo passava e a gente nem sentia. Eles jogavam os repentes uns para os outros e eles falavam de amor, paixão e assim ia acontecendo à ratoeira.

A dança apresenta um leque bastante amplo de variantes. Para o Sr. Manoel Virtuoso da Silveira, 75 anos, do Albardão, “a dança da ratoeira não tinha época. Fez o baile, tirava a ratoeira, terminou o baile, primeiro a ratoeira, todo mundo cantava. Tudo era bom. Eu e a Maria Delminda brincávamos a ratoeira.” Para o Sr. Alcides Manoel de Quadros, de 71 anos, da localidade de Furadinho, “a ratoeira se fazia antes da novena. Era feita no inverno e, quando as moças se reuniam, cantavam muito, faziam uma roda e cantavam. Isso, por volta de 1940. O que eu mais gostava nesta dança eram os versos. Ainda existe quem sabe cantar a ratoeira”.

O Sr. João da Costa Barbosa, de 85 anos, da Praia de Fora, diz que “a dança da ratoeira era cantada mais por mulheres, os homens quase não cantavam.” O Sr. Eliamar Valdemar da Silveira, de 62 anos, da Pinheira diz lembrar da ratoeira. Na época, era uma das atividades de



lazer dos finais de semana. A ratoeira era uma dança em círculos, formada por moças e rapazes, onde no meio as moças ou rapazes cantavam seus versos. “Gostava dos versos e lembro alguns.” Existe na Pinheira uma associação de idosos que ainda pratica a dança da ratoeira, mas não com muita frequência.

#### 5.14.2.1 Letras de cantorias de ratoeira

##### **I**

*Quando eu entrei na ratoeira  
Não entrei com alegria,  
Mas na ratoeira não tava  
Quem o meu coração queria*

##### **II**

*Lá vem o carro de boi  
Cantando cheio de botões de rosas  
Meu benzinho a mais mimosa*

##### **III**

*Quando olho nos teus olhos  
Sinto vontade de chorar  
Não sei se por amizade  
Ou vontade de te amar*

*Vestido de dez reais quem tem aqui sou eu  
O meu dinheiro me custou  
Se tens vestido de dez reais.  
Com teu corpo quem pagou*

*Alecrim é generoso,  
Pelas folhinhas que têm,  
Eu também sou generosa  
Por te amar e querer bem.*

*Dentro do sol tem uma carta,  
Dentro das nuvens um tintureiro,  
Dentro do meu coração  
Teu nome foi o primeiro.<sup>657</sup>*

---

<sup>657</sup> Repassada pelo Sr. Roque Goulart, de 60 anos, Rio Grande, Palhoça. Entrevista ao autor, 2006.

### 5.15 O jeito de falar dessa gente

É muito interessante quando nos deparamos pela primeira vez com os descendentes de açorianos, tanto do litoral quanto da Ilha de Santa Catarina. O seu falar cantado, e com vocábulos estranhos ao do português falado no restante do estado e do Brasil, nos leva a perguntar que influência os açorianos provocaram na língua e no falar desta gente.

Quando começamos a pesquisa de campo, muitas vezes nos recorremos ao dicionário específico, para podermos decifrar termos apresentados durante as conversas e também para obtermos maior clareza nos ditados populares, por eles citados de forma corriqueira e natural.

Ao escrever uma crônica ao amigo e professor Celestino Sachet, o escritor Cardozo (1988), transcreve um pouco estes falares:

*“... Pois olha ai:*

*Tocar viola sem corda e dizer asneira, é o mesmo que rimar nabos com bugalhos. Como se vê por ai esse tipo de tocador e de poeta, não é mesmo? Já um sujeito quando começa a ficar grogue, se diz que ele está com dois dedos de gramática e, quando está mamado de verdade, que não sabe mais de que freguesia é. Dormir de botinas é deixar-se enganar e pegar na cabra pra outro mamar é bancar o trouxa, ser explorado por um espertinho, espécime que eu nem sei se existe por ai, existe? Fazer a boca doce é ser agradável, fazer-se de tio é ficar rabugento. E meter a foice na roça alheia, está claro, é intrometer-se nos negócios dos outros, prática feia e perigosa.*

*Andar escovando urubu é fogo – é estar desempregado. Pois trabalhar para o bispo é pior ainda, é trabalhar de graça – pelo menos era assim que se falava antigamente. Passar a pirão de areia não é bem uma linda dieta, mas passar pato a ganso já é melhorar na vida. Encher o paiol, então, é comer bem. E morrer? Morrer, que é tão triste, tem também sua graça na boca do povo: é bater o trinta, largar a casca, esticar o pernil, desocupar o beco, bater a caçoleta, fazer viagem sem chapéu e mais um monte de coisas.*

*Quando tens um problema que desaparece fácil, Celestino, podes dizer que ele sai nas urinas. Não ir à missa de alguém é não se enquadrar com o dito cujo e inchar nas alpargatas e assentar-lhe as costuras é mais grave: é ficar furioso e dar-lhe umas boas pelo lombo. Reduzir o outro a pó de traque, então é derrotá-lo por completo na hora de medir os bigodes.*

*Ser um devoto de São Seguraço é ser pão-duro e ser devoto de Nossa Senhora do descanso é, que dúvida, ser um vadio de marca maior. Dodói da mamãe é o queridinho, o ai-Jesus de alguém. Mas atenção, muita atenção: mijar para trás é não se comportar como homem. Dar uma de bem-te-vi de igreja é andar todo exibido...”<sup>658</sup>*

É muito difícil estabelecer comparativo ou alguma caracterização dos falares dos povoadores que já se encontravam na região no período Vicentista. Não se possui nem documento,

<sup>658</sup> Crônica do escritor e jornalista catarinense Flávio José Cardozo, na coluna “Crônicas diárias do Jornal Diário Catarinense”. Publicada também no Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, n° 39-40, de dezembro de 1988. p.50.

textos escritos em linguagem popular, muito menos descrições sobre o tema. A não ser, uma idéia genérica poderá ser formada se consultarmos as descrições dos falares dos europeus continentais de então.

Ao debruçar-mos na pesquisa bibliográfica em busca de alguma alusão a traços específicos do português falado no Brasil, constatamos que só teremos alguma informação a partir do século XVIII, e ainda dos povoamentos mais antigos, como: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e do Nordeste.

Assim podemos citar Barboza (1822; VER 1830:31 e 51-2)<sup>659</sup>, que fala do vocabulário exótico e arcaico, e também diz que os brasileiros não fazem distinção entre as pré-tônicas abertas resultante de crase de vogais em hiato (ex.: *sadio, bradar, pregar, esquecer, corar, dorido*) e as fechadas (ex.: *ladeira, regar, morar*); salienta que os brasileiros dizem *minino* (*por menino*), *mi deu* (*por me deu*); que não chamam o /S/ travante (*mistério, fasto, livros novos*).

Na literatura brasileira, segundo Pinto (1978: XV), “as primeiras manifestações sobre a natureza da língua do Brasil” são posteriores:

*“É pelo fim do primeiro quartel do século que começa a abordagem do assunto relativo à língua do Brasil. Ainda não, porém, configurado como problema lingüístico de especial interesse. O mais antigo texto conhecido (afora rápidas referências fortuitas) que estuda a diferenciação da língua do Brasil, remonta a 1824-25, mas só foi divulgado um século mais tarde 1921. Deve-se a Pedra Branca”...*<sup>660</sup>

Quanto ao português de Santa Catarina, as primeiras referências aparecem em 1820, não trazem nada de aprofundado e denso, e é do botânico Saint-Hilaire (1779-1853) a observação que os catarinenses “*tornaram dura e nasalada, acentuando longamente a penúltima sílaba e articulando rapidamente as outras, sendo possível que esta pronúncia provenha das ilhas dos Açores*” (1978: 135-6)<sup>661</sup>. Outro que cita o português de Santa Catarina é ALEGRE (1910; original de 1870)<sup>662</sup>, “*o mais externo e castiço e sem os viciamentos do norte*”, atribui à herança açoriana o seu caráter “cantado” (apud LAYTANO, 1974:8 e 11)<sup>663</sup>.

<sup>659</sup> BARBOZA, Jerônimo Soares. **Gramática philosophica da lingua portugueza** ou Princípios da gramatical geral applicados à nossa linguagem. 2.ed. Lisboa, Academia de Lisboa, 1830. 458p./Texto idêntico ao da ed. de 1822; 1. ed. 1782.

<sup>660</sup> PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil**; textos críticos e teóricos. 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP.

<sup>661</sup> SAINT-HILAIRE, Augusto de. Viagem a Curitiba e à Província de Santa Catarina. Trad. R. Regis Junqueira. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978. 209p.

<sup>662</sup> PORTO ALEGRE, Apolinário. A língua portuguesa no sul do Brasil. Almanaque Popular Brasileiro. Porto Alegre, 1910.

<sup>663</sup> LAYTANO, Dante de. Legado do idioma. In: \_\_\_\_\_. Legado Luso-açoriano na formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, MEC, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, 1974. p. 8, 11.

Augusto Davisson estudou “alguns açorianismos” em **À margem de alguns brasileiros**, Porto Alegre, 1925 (apud SILVA NETO, 1953: 148) <sup>664</sup>. Silvio Júlio estudou a **chimarrita**, dança açoriana que se transplantou ao Rio Grande do Sul (apud SILVA NETO, ib.) e a Santa Catarina.

Lupi (1987:81), referindo-se à linguagem da Ilha de Santa Catarina, afirma que “na pronúncia /.../ muitas pessoas (não todas) conservam características parecidas às da Ilha da Madeira e às da Ilha de S. Miguel” <sup>665</sup>.

Reis (1960: 269), aludindo ao falar dos descendentes de açorianos no Norte (PA e MA), diz: “*Por onde chegamos e encontramos alguém falando a língua de Camões sem a langüidez brasileira, seguramente esse alguém será açoriano*” <sup>666</sup>.

O atual açoriano-catarinense apresenta alguns traços que o distinguem dos falares circunstantes, dentro dos quais o mais perceptíveis aos falantes é o emprego de **tu** como forma de tratamento familiar com o verbo na 2ª pessoa do singular, o chiamo do / S / travante de sílaba e uma elevação entoacional típica na parte final das assertivas enfáticas. Esses três traços são traduzidos por este conhecido shiboleth: “Se queres, queres; se não queres, dize” [si ‘ keš ‘ keš ≠ sinăw ‘ kež ‘ diš ]. A maioria dos traços característicos tem correspondente no português europeu continental, fato que poderia ter sido a razão de Apolinário Porto Alegre haver considerado o falar açoriano-catarinense como o mais castiço do Brasil “(apud LAYTANO, 1974:8 e 11) <sup>667</sup> e de S. Bueno (1964:78) <sup>668</sup> haver considerado sua pronúncia como “a melhor do Brasil”.

Alguns dos traços característicos do açoriano-catarinense perpetuam tendências que enraízam no próprio latim:

<sup>664</sup> SILVA NETO, Serafim da. Lê portugais dans lê Nouveau Monde. **Orbis**, Louvain, 2(1):143 -56, 1953. Às p.146-8 refere-se à contestação de Rogers (1947) a Boléo (1943, 1945) e diz que os fatos apontados por Boléo (1950) em SC em favor da sua hipótese da influência açoriana “ne sont guère convainquants”.

<sup>665</sup> LUPI, Pinto Basto et alii. **São João do Rio Vermelho** [na Ilha de SC]; memórias em Santa Catarina. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1987. 96p. Transcreve textos da fala inculta (p.62-88), termos agropesqueiros (p. 81-3); apresenta traços morfológicos e sintáticos como sendo “peculiares”.

<sup>666</sup> REIS, Arthur C.F. Os açorianos na empresa do Brasil. *Ocidente*, Lisboa, 59 (271): p 269. nov.1960.

<sup>667</sup> LAYTANO, Dante de. Legado do idioma. In:\_\_\_\_. Legado Luso-açoriano na formação do rio Grande do Sul. Porto Alegre, MEC, Centro Regional de Pesquisa Educacional do Sul, 1974. p. 8, 11. *Fazem alusão a Santa Catarina*.

<sup>668</sup> BUENO, Silveira. A pronúnciação. In\_\_\_\_. Manual de califasia, califonia, calirrmtia e arte de dizer. 6 ed. São Paulo, Saraiva, 1964. p.78., em cinco linhas, opina que, se a álveo-palatalização de / S / constitui “nota peculiar da pronúncia carioca, pela qual querem fazer modelo do país, devemos então adotar a pronúnciação catarinense: referimo-nos à da capital. Parece-nos a melhor do Brasil”. Aqui cabe ressaltar que a pronúncia da capital é a mesma do continente frontal, onde se se localiza a comunidade da Enseada de Brito.

- a) O tratamento por *tu* familiar com resíduos, na área rural, de *vós* respeitoso;<sup>669</sup>
- b) Resíduos de apoio paragógico de [e] ou [i] a oxítonos terminados em / w, r, s / , grafados **-l, -r, -s, -z**, como em **sol, mar, mas, faz**.

Outros traços apresentam correspondente em áreas do português europeu moderno:

- a) Pronuncia chiada de / S / travante de sílaba, como *em fiz, físga, fiz isto*<sup>670</sup>.
- b) Pronuncia velar/uvular do fonema / r / , como em *roda, carro, honra*.<sup>671</sup>

Outros traços podem explicar-se como resultados de evolução natural e independente:

- a) Absorção de iode por subsequente / S / palatalizado, como em *mais, dois, seis*;
- b) Africação ou palatalização de / t / entee iode e vogal recuada átona, como em oito [ ' ojtšu ] ou [ ' ojtju ];<sup>672</sup>
- c) Ênfase da tônica em prejuízo das átonas, com rapidez de ritmo<sup>673</sup>;
- d) Elevação entoacional<sup>674</sup> da parte final das assertivas enfáticas<sup>675</sup>;

Outro ponto importante no falar das comunidades de cultura de base açoriana mais tradicional é o vocabulário, aonde se encontra uma fonte muito rica de estudos, já que muitas palavras não são de uso comum nas cidades, quer por se referirem as coisas próprias do meio agrícola ou de pescadores, quer porque conservam significados ou usos muito antigos, mesmo

<sup>669</sup> No Açoriano-catarinense, o tuteamento é a forma típica e geral de tratamento entre familiares, amigos e colegas de profissão. Por *você* são tratados os interlocutores que não se acham incluídos nesse âmbito social. De acordo com FURLAN (1989), *você* guarda, pois, resíduos da conotação cerimoniosa de *vossa mercê*; uso de *você* no trato familiar atesta que o falante não é de ascendência açoriana.

<sup>670</sup> Em Santa Catarina, a área da palatalização do / S / travante compreende a parte central da parte litorânea, a qual perfaz os municípios de Garopaba, Paulo Lopes, o distrito de Enseada de Brito. Expande-se para dentro de povoações de etnia alemã, tais como Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Antônio Carlos, Angelina e Brusque.

<sup>671</sup> Quanto ao açoriano-catarinense, na área do falar que vai do litoral desde Garopaba, Paulo Lopes Enseada de Brito até Piçarras, a pronúncia velar/uvular é a da grande maioria dos falantes em todos os níveis sociolinguísticos, quer em posição inicial de sílaba, quer em final, mas ocorre, minoritariamente, também na área do Falar do Sul (desde Tubarão e Gravatal até Imbituba) e no Falar do Norte (desde Barra Velha até São Francisco do Sul).

<sup>672</sup> Para o interior da Ilha de Santa Catarina este fenômeno está profusamente documentado na fala popular registrada por Cascaes (1983), que o grafava sempre com – i: *capitali, eleitori, feli* (p.11), *Luciféli* (p. 15), *vegi* (p. 136), *fagi, magi* (p. 21), por “*capital, eleitor, fel, Lúçifer, vez, faz, mais*” respectivamente.

<sup>673</sup> Esses dois traços, a par de outros fatores, talvez até de natureza extralingüística (alimentação, clima...), produzem certa rapidez de ritmo, que chamou a atenção a Saint-Hilaire (1978:135-6), a Boléo (1950:622-3) e a Seixas Neto (1972).

<sup>674</sup> Segundo Nogueira (1958: 87-8), “*entonação é a variação de tons ou alturas com que se pronunciam as sílabas de uma frase. Um dos elementos fundamentais da expressão dos sentimentos do falante, ela tem interesse prático e teórico. Causas principais são: o estado de espírito do falante, a natureza da frase, o hábito entonatório de quem fala*”.

<sup>675</sup> Acreditamos que a entonação do açoriano-catarinense constitui traço que surpreendem a todos os que são de outro falar, mas cuja natureza não consegui interpretar satisfatoriamente, sendo merecedora de maior estudos. Em todo caso, o açoriano-catarinense eleva a entonação da parte final daquelas frases declarativas a que ele quer dar ênfase especial, nas quais, por serem declarativas, seria natural esperar abaixamento da entonação.

arcaicos, como por exemplo, “rapaz” para dizer criança pequena, sem distinção de se é menino ou menina; e a forma do “hai” do verbo haver, por “há”. No vocabulário de uso comum, de conversa diária, pode escutar-se diversas palavras com grafias diferentes e sons que não são os da língua portuguesa “oficial”.

Na busca da compreensão dos falares dos pescadores, durante o trabalho de campo, elencamos mais de 100 vocábulos, ligados à vida do pescador, que precisaram ser pesquisados para que ocorresse uma comunicação eficiente no trabalho de campo.

Selecionamos 126 expressões utilizadas, durante este período e buscamos junto aos pescadores o seu significado, não perdendo de vista os sons, a oralidade por eles utilizada, a musicalidade e a sonoridade deste jeito chiado e cantado do falar dos pescadores que tem sua cultura de base açoriana.

**Tabela 50 - Vocábulos usado por pescadores<sup>676</sup>**

Nº	Expressões	Significado
1.	Abridêra	Aperitivo para abrir o apetite.
2.	Acarca	Empurrar, encher, atulhar. Ex. “Acarca o peixe aí”
3.	Acrocado	Ficar de cócoras, sentado sobre os calcanhares.
4.	Adepôgi	Depois
5.	Adivinhar chuva	Falar fora de hora, prever coisas ruins, dizer coisas sem propósito.
6.	Aí, né...	Expressão usada para continuar a explicar um fato
7.	Ajudante	Pescador eventual, que ajuda a puxar redes, mas não faz parte da equipe. Normalmente é pago com alguns peixes.
8.	Amainá	Acalmar, diminuir. Ex.: “O vento vai amaina”.
9.	A migueli	Muito, bastante. Ex.: “Tinha peixe a migueli”.
10.	Antes que mali lhe prigunte...	Desculpe a indiscrição...
11.	Antum	Atum
12.	Anzóli	Anzol
13.	Apaga a luz, mané da cruz!	Expressão usada para tirar sarro de uma pessoa quando chega atrasada, principalmente na pesca de arrastão.
14.	Apoitar	Ancorar, jogar a poita, para em determinado lugar.
15.	Ardência	Plânctons que brilham no mar em noites sem lua.
16.	A reveria	Muito, com fartura. Ex.: “Tresontonte matemo peixe a reveria”
17.	Armação	Instalações onde as baleias eram descarnadas e manuseadas após a pesca.
18.	Armada	Linha principal do <i>espinhel</i>
19.	Arraia	Espécie de pandorga. Também espécie de peixe
20.	Arrastão	Rede que arrasta para pegar peixes
21.	Arrumar o peixe	Limpar o peixe. O mesmo que governar ou concertar o peixe.
22.	Babuja	Barriga de peixe, tripas, vísceras.

<sup>676</sup> Pesquisa de campo realizada na região da Enseada de Brito. Todos os vocábulos foram pesquisados juntos aos pescadores e muitos de seus significados foram confirmados por pescadores destas e de outras regiões. Também foram utilizados como fonte de pesquisa artigos, livros, crônicas, ensaios de escritores e estudiosos da açorianidade, cujo a bibliografia se encontra descrita no anexo bibliográfico.

23.	Baixio	Parte mais rasa dentro do mar, banco de areia, crôa.
24.	Baleeira	Embarcação feita de inúmeras tábuas, utilizada inicialmente na pesca de baleias. Atualmente, já motorizadas, são usadas na pesca costeira. O mesmo que lancha.
25.	Baleote	Baleia pequena, filhote.
26.	Banco da Vela	Banco da embarcação onde é fixada a vela
27.	Bateira	Pequena embarcação, bote de fundo chato
28.	Baú	A deriva. Ex: “O barco está a bau”
29.	Berbigão	Tipo de molusco bivalve encontrado com facilidade em praias de fundo lamacento.
30.	Biaba	Piaba, peixe pequeno. Também tapa, bolacha. Ex.: “Te dou-te uma biaba na rosca do ouvido”.
31.	Bola de peixe	Cardume. O mesmo que <i>manta</i>
32.	Bolinete	Carretilha utilizada para enrolar e desenrolar a linha de pesca. O mesmo que molinete.
33.	Bordadura	Borda da canoa
34.	Borriquete	Espécie de peixe muito comum na ilha e Continente de Santa Catarina.
35.	Braça de roda	Medida utilizada para medir tarrafas. Ex.: “A tarrafa tinha mais de dez braças de roda”.
36.	Brisa engaroadada	Vento fraco com chuva fina.
37.	Brusco	Escuro, nublado, tempo cinzento. Ex: “Saiu de casa ainda no brusco”.
38.	Bucheiro	Anzol grande utilizado para puxar peixes grandes para dentro das embarcações.
39.	Caça de Malha	Forma de pescar tainha com redes fora da praia e utilizando embarcações.
40.	Cacear	Pesca com linha ou rede ao sabor da maré, com o barco solto, à deriva.
41.	Cacoal	Pesca do cação.
42.	Caíco	Pequeno barco que é transportado nos barcos maiores para ajudar na pescaria.
43.	Caieira	Local onde se fabricava cal a partir da queima de cascas de marisco, ostra ou <i>berbigão</i> .
44.	Calada estranha	Tempo estranho, sem ventos, sem definição.
45.	Calado podre	Calmaria de vento com sol forte.
46.	Calão	Pau onde se prende a rede de espera na pescaria costeira, utilizado também para amarrar pequenas embarcações.
47.	Caldo	Prato típico de todo litoral de Santa Catarina. Tanto pode ser, de camarão, ou misto, uma espécie de cozido sempre com pirão de farinha.
48.	Caldoso	Cardoso. Espécie de peixe pequeno da família das sardinhas.
49.	Camaradagem	Grupo de camaradas
50.	Camaradas	Membros de uma mesma equipe de pesca.
51.	Camaroeiro	Aquele que pesca camarão.
52.	Cambulhão	Penca de peixes, molho.
53.	Cana do leme	Pedaco de madeira utilizado pelo pescador para movimentar o leme e dar direção à lancha.
54.	Canoa Borda lisa	Canoa pequena, feita de um só pau sem bordas altas, movidas por remos de pá e utilizada normalmente por duas pessoas.
55.	Canoa Bordada	Canoa feita de um só pau acrescida de bordas altas, feita de uma outra madeira, movida com remos de voga e utilizada normalmente por quatro pessoas.
56.	Canoa de voga	Embarcação movimentada por remos fixados em sua borda.
57.	Capêlo	Parte da proa da canoa.
58.	Cascote	Corvina pequena, filhote do peixe corvina. O mesmo que <i>corvinota</i> .
59.	Casqueiro	Depósito de cascas de mariscos, ostras ou berbigões. Alguns deles com milhares de anos, formados por populações primitivas. O mesmo que sambaqui.
60.	Castelo de Popa	Parte coberta na popa de uma embarcação.
61.	Catanhão	Tipo de caranguejo.
62.	Catralho	Pequeno bote. O mesmo que caíco.
63.	Cerco	Pesca com rede fixa dentro do mar
64.	Céu pedrento	Céu cinzento, cheio de nuvens pequenas e separadas. Normalmente é sinal de chuva ou vento forte.

65.	Chacho	Pequena âncora feita com três paus e uma pedra no meio.
66.	Chumbeiros	Pescador cuja função é cuidar dos chumbos das redes utilizadas nas pequenas embarcações. O mesmo que <i>chumbeleiro</i> .
67.	Companha	Grupo de pesca, turma que trabalha junto, equipe.
68.	Consertar o peixe	Limpar. O mesmo que <i>arrumar</i> ou <i>governar</i> .
69.	Covo	Espécie de cesto usado para pescar.
70.	Defesa	Peixe que sobram nas redes e por serem de baixo valor, são dados aos pobres.
71.	Despescar	Tirar, <i>desmalhar</i> o peixe das redes. O contrario de pescar.
72.	Embicar	Rumar, voltar a proa da canoa em direção à praia para ancorar.
73.	Ferrar a vela	Içar a vela de um barco.
74.	Garatear	Pescar com garatêia.
75.	Garatêia	Instrumento de pesca formado por três anzóis grande presos na ponta de uma mesma linha, usado na pesca de tainha nos costões ou para procurar.
76.	Guaçu	Espécie de peixe, o Parati, quando atinge um certo tamanho.
77.	Jererê	Pequena rede de forma arredondada para pescar siri.
78.	Lestada	Vento com chuva vindo do mar, do leste, e que normalmente dura vários dias. Ex.: “Lestada, mar de rebojo. Três dias de chuva de nojo”.
79.	Maieira	Utensílio de bambu utilizado para medir o tamanho das malhas na confecção de redes e tarrafas. O mesmo que <i>malheira</i> .
80.	Mane	Morador nativo do interior da Ilha de Santa Catarina. Do Tupi “ma’nema”, que significa farinha grossa, o comedor de farinha. Também pessoa ingênua e nome de um peixe.
81.	Mári	Mar.
82.	Mar de leite	Mar parado.
83.	Mar de leva	Mar de tempestade, agitado.
84.	Mar de rasga cú	Mar forte, perigoso.
85.	Mar enchente	Preamar.
86.	Mar encapelado	Mar agitado, bravo.
87.	Mar encarneirado	Mar agitado, bravo.
88.	Marejar	Ficar enjoado por causa do movimento do mar.
89.	Maresia	Mar grosso, ressaca. Também cheiro forte de mar.
90.	Maré vazante	Baixa mar.
91.	Mar manso	Mar de baía, calmo, entre o continente e a ilha.
92.	Mar mexido	Mar revolto, forte, agitado.
93.	Mar novo	Alto mar, longe da costa, lugar desconhecido, difícil de ir.
94.	Marola	Mar pequeno.
95.	Matar o peixe	Pescar.
96.	Meeiro	Pescador que fica no meio da canoa, que cuida dos panos da rede.
97.	Meia tainha	O peixe que ainda não chegou a idade adulta.
98.	Miudeira	Rede ou tarrafa da malha miúda.
99.	Naílo	Pirão escaldado, feito com farinha de mandioca e água ou qualquer outro caldo, sempre quentes.
100.	Pampeiro	Vento forte.
101.	Pampeiro amarelo	Vento nordeste forte.
102.	Parêia	Equipe, grupo de pesca.
103.	Parelha	Equipamento de pesca formado por uma rede e uma canoa com seus apetrechos.
104.	Passar a pirão de areia	Expressão usada pra dizer que o pescador está na pior, sem ter o que comer, passando fome.
105.	Patrão de pesca	Aquele que manda na embarcação.
106.	Peixada	Peixe cozido, o mesmo que caldo.
107.	Piava	Pequena faca usada na cintura. Também peixe pequeno.
108.	Poíta	Ancora improvisada, normalmente feita com paus e pedra, usada em pequenas embarcações.
109.	Proeiro	Pescador que vai na proa nas pequenas embarcações procurando os cardumes de peixe ou remando.
110.	Rede-de-cerco	Rede de pescar tainha através do cerco.



111.	Redeiros	Pescadores que cuidam das redes durante a pescaria.
112.	Remo-de-pá	Remo utilizado nas embarcações menores e que é usado sem apoio nas bordas da canoa. Também pode servir de leme.
113.	Remo-de-voga	Remo de cabo longo utilizado sempre com um apoio – chamado de <i>toleteiro</i> – localizado nas bordas da embarcação.
114.	Rolão	Tainha quase adulta.
115.	Roncador	Pequeno peixe de costão muito comum na ilha. O mesmo que cocoroca.
116.	Rufo	Parte inferior da tarrafa que prende o peixe quando ela é puxada para fora d'água.
117.	Tarimba	Espécie de beliche rústico, cama dos pescadores nos ranchos de pesca.
118.	Tarrafa	Pequena rede de pesca, de uso individual, que é atirada sobre os peixes.
119.	Tarrafeiro	Pescador que usa tarrafa.
120.	ÚÚÚ!	Grito para anunciar nas praias e nas comunidades que foi avistado um cardume de tainhas e que todos devem ir para a praia ajudar no cerco.
121.	Varejo	Ponta do espinhel onde se coloca o peso.
122.	Vazante	Baixa mar ou lua minguante.
123.	Verga	Vara comprida, quase sempre de bambu, usada principalmente para mover canoas em locais de pouca profundidade.
124.	Vigia	Pescador que fica em terra olhando para o mar em busca de cardumes de tainha.
125.	Viração	Mudança de vento e de tempo. Ex.: “Num demora vai dá viração”.

Vasconcelos (1970)<sup>677</sup>, ao citar os falares dos Açores, diz “comparados aos continentais, se denunciam como originários do Sul de Portugal. Já, de acordo com Furlan (1989)<sup>678</sup> “os traços mais característicos do açoriano-catarinense fazem-se muito mais semelhantes aos falares das ilhas centrais (Faial, Pico, São Jorge, Graciosa), donde procediam 845 dos alistados para Santa Catarina, do que aos das ilhas orientais (São Miguel, incluídas a Terceira e a Madeira)”.

Pavão (1982)<sup>679</sup>, diz que ao contrastar o falar das ilhas centrais, com os das orientais, são muito semelhantes ao padrão continental, com o qual o açoriano-catarinense tem em comum alguns traços que lhe são típicos, como a pronúncia posterior do / r / inicial de sílaba e o “chiamento” do / S / final de sílaba, e ao qual ascendem quase todos aqueles traços que no açoriano-catarinense vertem do português europeu, como o sistema de tratamento e a quase totalidade do seu léxico agro-pesqueiro.

<sup>677</sup> VASCONCELOS, J. Leite. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**; thèse pour le doctorat de l'Université de Paris ( Facult e de Lettres), 2. ed. preparada por A. V. Cintra. Lisboa, Centro de Estudos filológicos, 1970. p. 130 / 1. ed. 1901.

<sup>678</sup> FURLAN, Oswaldo Antônio. **Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina**. Florianópolis . Ed. da UFSC, 1989 p.172.

<sup>679</sup> PAVÃO Jr. , José Almeida. **Aspectos populares micalense**. Vila da Maia, Gráfica Maiadouro, 1982 . p. 59.

## **6. A PESCA E O TURISMO COMO INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA DE BASE AÇORIANA, NO LITORAL CATARINENSE**

## 6. A PESCA E O TURISMO COMO INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA DE BASE AÇORIANA, NO LITORAL CATARINENSE

### 6.1 A pesca e sua caracterização na vida das comunidades litorâneas catarinenses



**Foto 25** - Pesca na comunidade da Ponta do Papagaio  
Janeiro de 2008 - Foto do Autor

A coleta de dados sobre a pesca profissional artesanal no estado de Santa Catarina ocorreu entre meses de janeiro e junho de 2006, tendo sido realizado através de: a) entrevistas com lideranças locais, pescadores e compradores de peixe, num total de 27 municípios visitados; b) informações obtidas nas sedes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A – Epagri, Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina, Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente – FATMA/SC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; c) entrevistas com presidentes das Colônias de Pescadores do Estados, num total de 32 colônias<sup>680</sup>; d) dados qualitativos obtidos dos relatórios dos técnicos responsáveis pelo Projeto de pesca artesanal Epagri/Cedap e do projeto maricultura e da Epagri.

As atividades pesqueiras, dependendo de seu objetivo, podem ser divididas nas categorias: subsistência, artesanal e industrial (de média e grande escala). A primeira destina-se ao consumo próprio e/ou familiar, enquanto as demais são comercialmente orientadas<sup>681</sup>. A pes-

<sup>680</sup> Em anexo relação de todas as Colônias de pescadores do estado, com os seus respectivos presidentes.

<sup>681</sup> RIOS, GSL. 1986. A pesca artesanal como parte do parte do setor de subsistência. Sua abordagem sociológica. *Ciência e Cultura*, 28 (4): 397-406.

car artesanal está presente em toda a costa brasileira e é praticada por pescadores autônomos, os quais exercem a atividade individualmente ou em parcerias. Estas pescarias empregam apetrechos relativamente simples e o produto é comercializado, normalmente, através de intermediários<sup>682</sup>.

No Sul do Brasil, a pesca artesanal os recursos pesqueiros usados de toda costa, são normalmente explorados através do uso de embarcações de convés aberto, motorizadas, com pequenas redes de arrasto para a pesca do camarão da tainha, parati, entre outras ou são empregadas tarrafas na beira da praia, para a captura de peixes. Nos estuários, lagoas costeiras e nos rios são normalmente utilizados botes chamados de caiques a remo ou motorizados, e empregados diversos aparelhos, como redes tipo “aviãozinho”, covos, redes de emalhar, tarrafas e espinhéis<sup>683</sup>.

Devido à representatividade do setor pesqueiro artesanal, o presente estudo teve por objetivo caracterizar a situação das comunidades de pescadores artesanais em diversas regiões do estado de Santa Catarina, principalmente nas comunidades de colonização de base açoriana, a partir de metodologia participativa e levantamentos de dados junto a diversas entidades envolvidas com a pesca no estado.

Antes de iniciarmos a caracterização da pesca artesanal no estado de Santa Catarina, se faz necessário fazermos uma radiografia da pesca em âmbito mundial. Devemos partir de uma visão macro, para num segundo momento nos dedicarmos à situação da pesca nas comunidades de base açoriana de Santa Catarina, e mais pontualmente na região da Enseada de Brito, município de Palhoça/SC.

Hoje, calcula-se que existam, no mundo em torno de 39 milhões de pescadores e que outros 156 milhões de pessoas vivam diretamente da pesca, aqui incluído o processamento, transporte e a comercialização do pescado<sup>684</sup>. A pesca em pequena escala, aqui entendido como pesca artesanal tradicional, representa 90 % dos pescadores envolvidos nesta atividade no mundo. Nos países em desenvolvimento esta relação é maior. Considerando que mais de uma pessoa da família pode trabalhar no setor, dizer que 250 milhões de pessoas no mundo depen-

---

DIEGUES, AC. 1983. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo. Editora Ática. Ensaios:94. 287p.

<sup>682</sup>DIEGUES, AC. 1983. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo. Editora Ática. Ensaios:94. 287p.

<sup>683</sup>DIEGUES, AC. 1988. A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. Pescadores artesanais – entre o passado e o futuro. FASE, n°. 38, 74p.

<sup>684</sup>FAO. 2002. Report of the Sustainable Fisheries Livelihoods Programme (GCP/INT/735?UK) and FAO Advisory Committee on Fisheries Research Joint Working Party on Poverty in Small-Scale Fisheries. Promoting the Contribution of the Sustainable Approach and the Code of Conduct for Responsible Fisheries in Poverty Alleviation. Rome, 10 -12 April 2002. FAO Fisheries Report. N°. 678. Rome.

dem de alguma forma da pesca artesanal é uma estimativa bem conservativa. Este número deve ser bem maior. Nos países em desenvolvimento, os pescadores artesanais vivem perto ou abaixo do nível de subsistência e estão entre os grupos socioeconômicos mais pobres que se conhece<sup>685</sup>.

A pesca artesanal e tradicional é responsável por 50% da captura total mundial usando apenas 20% do investimento e 20% a 25% do combustível por tonelada de peixe capturado<sup>686</sup> e gera centenas de vezes mais emprego por dólar investido do que qualquer outra atividade extrativista<sup>687</sup>. É, portanto, uma atividade de alta economia ecológica, e de baixo investimento público e retorno social espetacular.

A pesca em toda região costeira brasileira, é a responsável por cerca de aproximadamente 800 mil empregos diretos e quatro milhões de emprego indiretos<sup>688</sup>.

A pesca artesanal no Brasil representa aproximadamente 55% do peixe que é consumido internamente. Por tanto, o Brasil é verdadeiramente um país de pesca artesanal. Apesar disso, historicamente muito pouco tem sido feito com relação às políticas públicas para o setor<sup>689</sup>.

Um dos mais graves indícios desta afirmação é a precariedade das estatísticas, que não estão estruturadas para realmente expor a realidade da pesca no Brasil, em especial a artesanal.

### ***6.1.1 Rápidas considerações históricas e expectativas da pesca artesanal no Brasil***

Como percebemos na investigação que estamos realizando, a pesca artesanal sempre foi relegada na formulação das políticas públicas no Brasil. Embora possamos afirmar que a pesca em si, enquanto setor econômico, nunca teve sua importância reconhecida pelos governos, à pesca artesanal sempre sofreu isso mais fortemente. A política mais recente para a pesca artesanal foi posterior ao Decreto 221 de 28 de fevereiro de 1967<sup>690</sup>, chamado PescArt, que

---

<sup>685</sup> Smith, I. R. 1979. A research framework for traditional fisheries. ICLARM Stud. Rev. N°2. Panayotou, T. 1982. Economic conditions and prospects of small-scale fishermen in Thailand. Mar. Policy, 4 (2): 142-6. Panayotou, T. 1982. Management concepts for small-scale fisheries: economic and social aspects. FAO Fisheries Technical Paper, N° 228.

<sup>686</sup> Thomson, D., 1980. Conflict within the fishing industry. ICLARM Newsl. 3(3):3-4.

<sup>687</sup> Panayotou, T. 1982. Management concepts for small-scale fisheries: economic and social aspects. FAO Fisheries Technical Paper, N° 228.

<sup>688</sup> Fundação BIO-RIO. 2002. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha. MMA/SBF. Brasília. 72 p.

<sup>689</sup> Costa, Adriane Lobo. 2005. Alguns aspectos sobre a pesca artesanal no Brasil. Artigo. EMATER/RS.

<sup>690</sup> Dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do governo Federal – SEAP/PR. Stor de Legislação. 2007.

se constituiu num Programa de Apoio à Pesca Artesanal, envolvendo crédito e formação de cooperativas para venda do pescado. Embora sem poder desconsiderar a importância que teve no sentido de demonstrar que a categoria existe, o objetivo principal, no mesmo sentido do Decreto 221, foi de modernizar os pescadores “atrasados”, motorizando as pequenas embarcações, trocando as redes, que em sua maioria eram por eles confeccionadas, por fardos de panos de redes de nylon já trançados, e criando entrepostos que logo foram apropriados pelos atravessadores por conta da falta de preparo para que os próprios pescadores assumissem os empreendimentos. Isso gerou, em muitos casos, um endividamento dos pescadores, que foram relegados à mais profunda miséria. Agravado a isso, os incentivos fiscais oferecidos pelo Decreto 221 para as indústrias pesqueiras e armadores da pesca, saquearam o litoral e as áreas estuarinas, principalmente, restando aos pescadores as migalhas que sobraram. Aliado a isso, um forte processo de especulação imobiliária, advindo do Milagre Brasileiro na década de 70, expulsou os pescadores de suas praias e estuários, inviabilizando cada vez mais a pesca artesanal

Quando da vitória do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, houve uma forte expectativa do setor, principalmente por conta da carta por ele lida aos pescadores dentro de uma embarcação, no Rio de Janeiro, onde ele se comprometeu com 11 pontos referentes à pesca. O primeiro deles, era justamente a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP-PR. Esta Secretaria foi efetivamente criada no dia 01 de Janeiro de 2003, data da posse, sendo anunciado, neste mesmo dia, o Ministro José Fritsch, um catarinense para assumi-la.

Nunca o setor vibrou tanto. A esperança de ver a pesca reconhecida como um setor economicamente importante para a nação foi reacendido. Aos poucos a SEAP foi se estruturando e se tornou referência para o setor.

Ainda no ano de 2003, foi realizada a Iª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca no mês de novembro, que teve como objetivo principal debater o Projeto Político da SEAP e aprovar o Plano Estratégico de desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Este processo foi antecedido por 27 conferências estaduais, que propuseram, discutiram e elegeram seus delegados para a Conferência Nacional.

Nunca na história nacional o setor foi tão movimentado pelo poder público e nunca se reuniram tantos pescadores num evento de caráter nacional. Foram eleitos em torno de 1.000 delegados e delegadas, sendo que deste universo 90% foram representantes da pesca artesanal. Decididamente, foi à ação mais importante e expressiva da SEAP para o setor pesqueiro e

resultou no Caderno de Resoluções, onde as propostas aprovadas ficaram registradas para a orientação e cobranças necessárias.

De acordo com a opinião de pescadores presidentes das colônias de pescadores, a empolgação inicial foi substituída por uma frustração, tendo em vista que a Secretaria Nacional, não recebeu a estrutura necessária para dar conta de tão nobre e árdua tarefa e, aos poucos, as expectativas foram sendo substituídas pela decepção.

Com uma equipe reduzida, um orçamento irrisório e uma equipe dirigente para a qual em muitos momentos falta conhecimento do setor, a SEAP tem frustrado, em muito, as esperanças dos pescadores artesanais em ter suas reivindicações atendidas.

Projetos estratégicos para a pesca artesanal como a extensão pesqueira, alfabetização, regularização profissional e aspectos relacionados aos benefícios sociais, não andam por total falta de compreensão de sua importância e influência direta na vida das comunidades pesqueiras.

### ***6.1.2 A pesca artesanal e sua organização no território brasileiro***

Destacamos primeiramente a forma de organização dos pescadores, que dentro das atividades extrativistas desenvolvidos pelo homem, a pesca encontra-se dentre as primeiras. Os pescadores buscam aproveitar do espaço organizacional das colônias de pescadores o meio para estruturarem o setor da pesca artesanal, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical. Não podemos esquecer que as colônias de pescadores foram criadas a partir de 1919 pela Marinha do Brasil, que teve como objetivos iniciais cadastrar os pescadores e comunidades pesqueiras para eventual necessidade bélica, com o intuito de defender a costa brasileira, reflexo da primeira guerra mundial. Entendia a Marinha que ninguém melhor que os pescadores, conheciam mesmo que empiricamente os “segredos” do mar. O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias de pescadores foi: Pátria e Dever, evidenciando o pensamento positivista <sup>691</sup>. Outro fator motivador foi que o país começou o século XX importando peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores, e a organização dinamizaria o setor pesqueiro.

---

<sup>691</sup> MORAES, Sérgio Cardoso. Colônias de pescadores e a luta pela cidadania. Grupo de Trabalho – Sindicato e Ações Coletivas – Sociedade de Sociologia – SBS – Artigo. 2001.

Já no ano seguinte foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil, dando um novo impulso nas relações institucionais, mesmo que de forma paternalista o estado prestou uma série de serviço gratuitamente aos pescadores das colônias, como por exemplo, doando redes, embarcações, ofereceu serviço de saúde, além de ter criado algumas escolas para os filhos dos pescadores, denominadas de Escoteiros do Mar, com finalidade de militarizar e treinar os jovens filhos de pescadores, e mesmo para incutir e introduzir o civismo.

Com início da Era Vargas, e a instituição do Estado Novo, a organização dos pescadores passou por algumas mudanças. Através do decreto nº 23.134/33 foi criada a ***Divisão de Caça e Pesca***, cujo objetivo seria gerenciar a pesca no país. Os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram para o controle do Ministério da Agricultura. Este elaborou o primeiro Código de Pesca em janeiro de 1934, subordinando os pescadores à Divisão de Caça e Pesca. Quando do surgimento dos sindicatos de trabalhadores, predominantemente urbanos, as relações entre os pescadores e o Estado assumiram diferentes configurações daquela do período de sua fundação.

Com o início da segunda guerra mundial (1939-1945), novas mudanças são introduzidas na organização dos pescadores artesanais. Os pescadores passam novamente a subordinação da Marinha do Brasil, deixando o Ministério da Agricultura, através do Decreto-Lei nº 4.890 de outubro de 1942.

Já com o advento da SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca na década de sessenta, extingue-se a Divisão de Caça e Pesca, isto no Ministério da Marinha e o novo órgão nasce com o objetivo de promover o desenvolvimento e a fiscalização das atividades pesqueiras.

Em 1964, acontece o golpe Militar, e com isso as relações do Estado com os movimentos sociais sofreram uma ruptura, culminando com o fechamento dos sindicatos e associações. Mas o governo continuou sua interferência no setor, e em pleno AI-5 do regime militar, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, estabelece normas para o exercício da atividade da pesca.

No final dos anos sessenta, o Estado incentivou a implantação da indústria pesqueira nacional, principalmente através de mecanismos como os incentivos fiscais, da isenção de impostos, buscando atingir divisas para o país através da atividade pesqueira industrial. Em favor dessa nova forma de captura do pescado, a atividade pesqueira artesanal foi perdendo



incentivos. “A pesca artesanal, entre 1967/1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais”<sup>692</sup>.

A partir de então, a organização dos pescadores retornou para a tutela do Ministério da Agricultura, que institui um novo estatuto para as colônias de pescadores através da portaria nº 471 de 26 de dezembro de 1973. As colônias se mantiveram sob a denominação de sociedade civil, porém, subordinadas ao controle do Estado, das Federações e da Confederação Nacional de Pescadores, conforme podemos verificar no § 2º do art. 1º: “As colônias de pescadores se obrigam a estreita colaboração com as autoridades públicas, com as respectivas Federações e com a Confederação nacional de Pescadores”; e letra c) do art. 26: “compete à diretoria da colônia, cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto, do Regimento Interno, das deliberações da SUDEPE, da Confederação Nacional dos Pescadores e Federação, bem como das autoridades navais”.<sup>693</sup>

Em novembro de 1980, o decreto nº 85.394 cria o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro e inclui na sua estrutura uma Coordenação de Extensão, com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores artesanais. O serviço anteriormente prestado pelo PES CART é absorvido pelo novo órgão.

Com a nova Carta constitucional, de 05 de outubro de 1988, ficou claro alguns avanços acerca da organização dos pescadores artesanais. As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. O Artigo 8º da referida Constituição trata exclusivamente de questões comuns à colônias e aos sindicatos de trabalhadores rurais. Destacamos o inciso I do referido artigo; “a lei não poderá exigir autorização do estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”<sup>694</sup>.

Em 22 de fevereiro de 1989, a Lei 7.735 cria o Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA e extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, passando o fomento e o ordenamento da pesca para o Instituto.

Já no ano de 1993, é criado através da Lei nº 8.746, de 09 de dezembro o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, que passa a incorporar as representações de pescadores artesanais. Por fim, no ano de 1998, o Ministério da Agricultura volta a incorporar os pescadores artesanais dentro de sua estrutura.

---

<sup>692</sup> DIEGUES, A.C.S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

<sup>693</sup> Ministério da Agricultura.

<sup>694</sup> BRASIL. Constituição federal do. Promulgada a 05 de outubro de 1988.

Em 1999, com ajuda de uma medida provisória de nº. 1.795, passa as atribuições de fomento da Pesca e Agricultura para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através das Delegacias Federais de Agricultura – DFAs nos respectivos Estados da federação, tendo uma coordenação através do Departamento de Pesca e Aqüicultura – DPA<sup>695</sup>.

Em 1º de janeiro de 2003, a Medida Provisória nº. 103, entre outras determinações, criou a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca que coordena as políticas públicas voltadas ao setor.

### ***6.1.3 A pesca artesanal em Santa Catarina***

Em Santa Catarina, os dados obtidos através da Federação de Pescadores do estado indicam a existência de 25.078 pescadores em atividades, e se usarmos as estimativas nacionais (relação de 1:5), o número de empregados indiretos deve estar próximo de 100.000 pessoas dependem desta atividade. Este contingente é responsável por uma produção de 21.183 toneladas de pescado por ano, o que demonstra um aumento de 2,35 vezes na produção em relação ao último dado oficial publicado, de 1999, em que a pesca artesanal possuía uma estimativa de captura de 9.000 toneladas de pescado<sup>696</sup>. A pesca artesanal eleva em cerca de 30% a produção catarinense de pescado, tomando-se em conta as estatísticas referentes ao ano de 2000, da pesca industrial, que atingiu um total de 71.042 toneladas capturadas<sup>697</sup>. Independente da estimativa utilizada pode-se dizer tranquilamente que a pesca é importante para a subsistência de um enorme número de famílias em todo litoral de Santa Catarina, especificamente nas comunidades de colonização de base açoriana.

É importante ressaltar que o principal porto de desembarque da frota artesanal é Florianópolis, com 3.470 toneladas de pescado capturadas, sendo também o responsável pela maior exploração de tainha, com 600 toneladas. Os principais produtos da pesca artesanal são os camarões, com 8.178 toneladas, sendo o município de Governador Celso Ramos responsável por 33% da produção, ou sejam 2700 toneladas.

A pesca como atividade humana, proporciona e mantém dentro das comunidades tradicionais, um patrimônio cultural importante na forma de tecnologias patrimoniais, lendas, festas, culinária, conhecimento ecológico tradicional, além de valores e acordos socioculturais. A redução ou a extinção dos recursos naturais tradicionais determina a ruptura deste sis-

---

<sup>695</sup> Ministério da Agricultura.

<sup>696</sup> Instituto Cepa.

<sup>697</sup> Idem.

tema socioecológico com a extinção gradual da cultura local<sup>698</sup>, como a expulsão dos pescadores do habitat. A pesca, além de ser uma atividade essencial para a preservação e bem estar social das comunidades pesqueiras, tem um papel fundamental na manutenção da diversidade cultural e, conseqüentemente, na manutenção da biodiversidade regional<sup>699</sup>.

O Estudo que descrevermos a seguir é resultado de trabalho de campo, nos municípios do litoral catarinense, no início do ano de 2007. A intenção como já foi apresentada nos objetivos desta tese é conhecer através da etnografia mais profundamente a realidade da pesca, do pescador artesanal e de sua família no litoral, especificamente nestas comunidades de base cultural açoriana.

Hoje, no estado catarinense, de acordo com os dados levantados, observamos que o maior núcleo de pescadores situa-se no município de laguna, com 3.260 pescadores, sendo que todos estão legalizados, possuindo toda documentação exigida pelos órgãos que gerenciam a pesca no estado e no Brasil. O segundo município em número de pescadores é Florianópolis, com 3.100 pescadores, porém somente 1.640 pescadores, ou seja, 52,9% estão legalizados. O terceiro maior núcleo de pescadores encontra-se em Imaruí, município do sul do estado, com 2.500 pescadores, mas 1769, ou seja, 70,76% estão legalizados.

Ao comparar os números do levantamento realizado, envolvendo os 27 municípios visitados, percebemos que há uma significativa diferença entre o número de pescadores na atividade (25.078) e o número de pescadores legalizados (16.209) o que nos faz compreender que não poderia ser diferente, visto que, as colônias ou os pescadores precisam deslocar-se até Florianópolis para providenciarem a documentação. Além do tempo, acarreta despesas financeiras.

Podemos perceber que outro fator que colabora com a ilegalidade é a ineficiência da fiscalização do setor pesqueiro. Essa deficiência colabora para a concorrência desleal, ou seja, os pescadores amadores e em algumas localidades, a frota pesqueira industrial, ocupam os mesmos espaços dos pescadores profissionais artesanais.

O gráfico abaixo apresenta o número de pescadores por município, sendo que Laguna apresenta o maior núcleo de pescadores, com 13%, seguida de Florianópolis com 12%, Imaruí com 10% e Garopaba com 7% do total do Estado.

<sup>698</sup> Berkes, F. e C. Folke, 1998. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: Berkes, F. Folke, C. (Eds), Linking social ecological systems: Management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge University Press, Cambridge.

<sup>699</sup> Diegues, A.C.S. e R. S. Arruda. 2001. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Brasília.

### 6.1.3.1 Pescadores Artesanais em Atividade

Município	%	Município	%	Município	%
Araquari	1	Barra do Sul	3	Barra Velha	1
Joinville	4	Garuva	0	Itapoá	4
S. Francisco do Sul	4	Passo de Torres	2	Bal. Gaivota	2
Arroio do Silva	3	Jaguaruna	2	Laguna	13
Imarui	10	Imbituba	2	Garopaba	7
Palhoça	3	Florianópolis	12	G. Celso Ramos	5
Porto Belo	3	bombinhas	3	Itapema	3
Bal. Camboriú	2	Navegantes	2	Penha	8
Piçarra	1				

**Tabela 51** - Pescadores Artesanais em Atividades<sup>700</sup>.

Mas, detectamos como um fator preponderante para o grande numero de pescadores trabalhando na informalidade, ou a margem da legalidade profissional, e a desorganização dos mesmos no que tange a manutenção e estruturação das colônias de pescadores. A constituição de 1988 desobrigou os pescadores de contribuírem com as colônias para terem direito de obterem a documentação de pescadores. Com isso, as colônias foram prejudicadas em sua única fonte de renda. Algumas colônias têm convênios com prefeituras, no entanto, reclamam a exigência do atrelamento político.

Chamou-nos muita atenção a queixa quase unânime das colônias na precária situação financeira que se encontram, deixando de atender às necessidades básicas como: faturas de água, luz, telefone, além da dificuldade com o pagamento de funcionários, médicos e dentista.

Outra insatisfação na maioria das comunidades pesqueira do litoral catarinense é quanto ao trabalho de extensão pesqueira, eles são unâimes a pedir o retorno das atividades realizada pela EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina<sup>701</sup>, empresa do Governo do Estado, que proporcionava grande apoio aos pescadores, no que tange aos serviços técnicos e na busca de novas tecnologias ou mesmo no apoio as questões sociais das colônias, como por exemplo, na ajuda na busca de crédito bancários com me-

<sup>700</sup> Fonte: Departamento de Desenvolvimento da pesca artesanal da EPAGRI, que tem por objetivo: Estruturar o serviço de extensão pesqueira, desenvolvendo ações nas áreas de relações de trabalho, organização, comercialização, fomento, resgatando ao pescador, a capacidade de desenvolver seu trabalho e o exercício da sua cidadania.

<sup>701</sup> A Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – foi criada em 1991, no bojo de uma profunda reforma administrativa promovida pelo governo estadual no Serviço Público Agrícola, que fundiu e incorporou numa só instituição os serviços de pesquisa agropecuária até então desenvolvidos pela Empasc – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A., de extensão rural pela Acaresc – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, de extensão pesqueira pela Acarpesc - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina, além do serviço de fomento apícola, à cargo do IASC – Instituto de Apicultura de Santa Catarina.

nos burocracia para financiamento a grupos de pescadores na construção de embarcações de maior porte para prática da pesca em alto mar.

Este panorama leva ao grande número de pescadores que não buscam se legalizarem no setor, pois não vêem nenhum benefício e a burocracia e as dificuldades de deslocamento os inibe a sua legalização.

O gráfico a seguir mostra o número de pescadores por município que não estão legalizados. Há um total de 8.869 pescadores a serem legalizados no Estado, cerca de um terço do total de pescadores artesanais.

#### 6.1.3.2 Pescadores a serem legalizados

Município	Nº.	Município	Nº.	Município	Nº.
Araquari	130	Barra do Sul	550	Barra Velha	120
Joinville	700	Garuva	28	Itapoá	400
S. Francisco do Sul	0	Passo de Torres	0	Bal. Gaivota	0
Arroio do Silva	580	Jaguaruna	400	Laguna	0
Imarui	731	Imbituba	0	Garopaba	250
Palhoça	290	Florianópolis	1.460	G. Celso Ramos	0
Porto Belo	450	Bombinhas	520	Itapema	520
Bal. Camboriú	250	Navegantes	150	Penha	1.200
Piçarras	140				

**Tabela 52** - Número de Pescadores a serem legalizados<sup>702</sup>.

Durante este período de pesquisa também procuramos observar e analisar a condições de cada pescador no que tange aos equipamento necessários para pesca, de modo especial a embarcação, realizamos levantamento para verificar quantos pescadores são proprietários de embarcações, e qual o município com pescadores com maior condições próprias de trabalho.

No município de Laguna encontramos o maior numero, com 1.700 embarcações de pesca artesanal. Em segundo lugar aparece o município de Imaruí com 800 embarcações e em terceiro lugar esta Florianópolis com 780 embarcações. A relação desfavorável para Jaguaruna, onde há 100 pescadores para cada embarcação e Arroio do Silva, com 46,6 pescadores por embarcação e Garopaba, com 34 pescadores por embarcação. Esta relação demonstra que o pescador artesanal, necessitam urgentemente da valorização, precisando ser reconhecida a representatividade social e econômica, pois mais de 100.000 pessoas dependem diretamente desta atividade, com fortes raízes histórica e culturais em nosso estado.

<sup>702</sup> Fonte: Colônias de pescadores do Estado de Santa Catarina.

Apresentamos a seguir um quadro com a relação de embarcações por municípios, onde fica evidenciado a carência e a pobreza que atinge os pescadores artesanais desta região, que confirma a necessidade deste reconhecimento e da ausência de uma política pública de incentivo para o setor.

#### 6.1.3.3 Quadro dos Pescadores e números de embarcações

Município	Números		Município	Números		Município	Números	
	P E S C A D O R E S	E M B A R C A Ç Ã O		P E S C A D O R E S	E M B A R C A Ç Ã O		P E S C A D O R E S	E M B A R C A Ç Ã O
Araquari	280	80	Barra do Sul	800	120	Barra Velha	300	87
Joinville	900	100	Garuva	98	70	Itapoá	1.000	220
S. Francisco do Sul	900	400	Passo de Torres	600	36	Bal. Gaivota	400	80
Arroio do Silva	700	15	Jaguaruna	600	6	Laguna	3.260	1.700
Imaruí	2.500	800	Imbituba	600	50	Garopaba	1.700	50
Palhoça	700	110	Florianópolis	3.100	780	G. Celso Ramos	1.200	480
Porto Belo	700	150	Bombinhas	770	150	Itapema	700	40
Bal. Camboriú	500	98	Navegantes	450	75	Penha	2.000	400
Piçarra	320	40						

**Tabela 53** - Pescadores e números de embarcações.<sup>703</sup>

Dentro desta pesquisa, também buscamos relacionar o volume capturado de quatro espécies de pescado, sendo um de crustáceos (camarões) com 8.288 toneladas/ano. Os demais são peixes, sendo que a corvina tem a maior produção, com 4.980 toneladas, seguido da anchova, com 1.424 toneladas, e a tainha com 1.516 toneladas/ano<sup>704</sup>.

Em relação aos municípios, podemos observar que o município de Governador Celso Ramos é o que possui o maior volume de captura de camarões, com 2.700 toneladas. O município de Passo de Torres, com 1.800 toneladas é o maior produtor de corvina e também de

<sup>703</sup> Fonte: Colônias de pescadores do Estado de Santa Catarina.

<sup>704</sup> Em anexo quadro com as características das espécies mais capturadas no litoral de Santa Catarina, de acordo com dados da Epagri.

anchova, com 600 toneladas. Florianópolis desponta na produção de tainhas com 560 toneladas capturadas.

#### 6.1.3.4 Captura das principais espécies

Município	Captura (ton.)			
	Corvina <sup>705</sup>	Anchova <sup>706</sup>	Tainha <sup>707</sup>	Camarão
Araquari	-	-	200	-
Arroio do Silva	110	10	15	30
Bal. Camboriú	40	-	20	300
Bal. Gaivota	70	-	20	10
Barra do Sul	200	-	50	500
Barra Velha	50	10	18	150
Bombinhas	450	30	25	40
Florianópolis	600	200	560	100
G. Celso Ramos	200	-	40	2.700
Garopaba	80	120	48	20
Garuva	-	-	-	6
Imarui	40	-	20	600
Imbituba	50	10	15	300
Itapema	150	-	20	300
Itapoá	180	10	25	100
Jaguaruna	-	20	80	300
Joinville	-	-	-	72
Laguna	85	170	70	800
Navegantes	25	10	20	350
Palhoça	130	34	115	110
Passo de Torres	1.800	600	-	100
Penha	50	-	-	800
Piçarras	20	-	10	100
Porto Belo	500	200	45	100
S. Francisco do Sul	150	-	100	400
Total	4.980	1.424	1.516	8.288

**Tabela 54** - Captura das principais espécies<sup>708</sup>.

<sup>705</sup>Nome Científico: *Plagioscion spp.* Características: A família é principalmente marinha, mas possui vários representantes na água doce, sendo o gênero *Plagioscion* o mais comum. Peixes de escamas; coloração prata azulada; boca oblíqua, com um grande número de dentes recurvados e pontiagudos. Possui dentes na faringe e a parte anterior dos arcos branquiais apresenta projeções afiadas com a margem interna denteada. Alcança mais de 50 cm de comprimento total. Espécie de fundo e meia água, sedentárias, que formam grandes cardumes. Alimentam-se de peixes, que formam grandes cardumes. Alimentam-se de peixes e camarões, com predominância de um ou outro dependendo do local. Espécies muito apreciadas pela carne branca e delicada.

<sup>706</sup>Nome científico: *Pomatomus saltador* Características: Pode ser encontrada em toda a costa leste, ao redor das ilhas mais afastadas da costa. Alcança mais de 50 cm de comprimento total.

<sup>707</sup>Nome Científico: *Mugil brasiliensis* Características: peixe de escamas. *Mugil brasiliensis* é a maior tainha que ocorre no Brasil. O corpo é alongado e fusiforme; a cabeça um pouco deprimida; a boca pequena. As escamas são grandes e apresentam pequenas máculas escuras que formam listas longitudinais ao longo do corpo. Não possui linha lateral. A coloração é prata azulada nos flancos, sendo o dorso mais escuro. Os indivíduos maiores alcançam mais de 1 metro de comprimento total e cerca de 8 kg.

<sup>708</sup> Diagnóstico realizado com ajuda dos técnicos da Epagri e da Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

O quadro a seguir mostra que o município de Florianópolis, possuía a maior captura artesanal de pescado, com um total de 3.470 toneladas, principalmente de corvina, abrótea, tainha e lula. O segundo maior produtor de pescado é o município de Governador Celso Ramos, com 3.121 toneladas, principalmente de camarões. E o terceiro município em produção é Passo de Torres, com 2.850 toneladas de pescado, principalmente corvina e anchova.

#### 6.1.3.5 Captura total de pescado por município



**Foto 26** – Lance de peixe na Praia da Pinheira  
Verão 2007 – Foto do autor

Município	Captura (ton.)	Município	Captura (ton.)	Município	Captura (ton.)
Araquari	240	Barra do Sul	1.080	Barra Velha	278
Joinville	102	Garuva	20	Itapoá	440
S. Francisco do Sul	780	Passo de Torres	2.850	Bal. Gaivota	170
Arroio do Silva	215	Jaguaruna	445	Laguna	1.255
Imarui	710	Imbituba	525	Garopaba	358
Palhoça	839	Florianópolis	3.470	G. Celso Ramos	2.921
Porto Belo	945	Bombinhas	875	Itapema	620
Bal. Camboriú	410	Navegantes	485	Penha	930
Piçarra	130				

**Tabela 55** - Captura Total de Pescado por Município<sup>709</sup>

As informações relatadas e colhidas junto as colônias de pescadores e junto a EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A, mostram a grande importância da pesca artesanal, pois indicam a existência de uma comunidade pesqueira ativa no estado de Santa Catarina, num total de 25.078 pescadores, que são respon-

<sup>709</sup> Idem.



sáveis por uma produção de 21.183 toneladas de pescado por ano, o que demonstra um aumento de 2,35 vezes na produção em relação ao último dado oficial publicado, de 1999, em que a pesca artesanal possuía uma estimativa de captura de 9.000 toneladas de pescado<sup>710</sup>. A pesca artesanal eleva em cerca de 30% a produção catarinense de pescado, tomando-se em conta as estatísticas referentes ao ano de 2000, da pesca industrial, que atingiu um total de 71.042 toneladas capturadas<sup>711</sup>.

A pesca artesanal com toda a sua produção dá um destaque para o setor pesqueiro no quadro econômico catarinense. Coloca Florianópolis como destaque, pois possui o principal porto de desembarque da frota artesanal, com 3.470 toneladas de pescados capturados, sendo também o responsável pela maior exploração de tainha, com 600 toneladas.

#### **6.1.4 Os pescadores**

Mesmo com todo este retorno para economia catarinense esta realidade não reflete a situação dos pescadores artesanais do litoral de Santa Catarina, pois ao mergulharmos na vida das comunidades pesqueiras, e aqui com destaque aquelas que considero as principais por número de pescadores, Laguna (3.260), Florianópolis (3.100), Imaruí (2.500), Penha (2.000), Garopaba (1.700), Governador Celso Ramos (1.200), São Francisco do sul (1.000), Joinville (900), Itapoá (900) e Palhoça (700), onde desenvolvemos o estudo etnográfico da região da Enseada do Brito, local da comunidade pesqueira deste município, podemos observar o processo de expulsão que vivem, decorrentes da exploração imobiliária de todo litoral, da escassez de espécies economicamente rentáveis, por serem vítima da pesca predatória resultante da pesca industrial.

Este fato é comprovado ao ouvirmos o relato do presidente do sindicato dos pescadores artesanais de Santa Catarina, o senhor Osvani Gonçalves:

*“Os pescadores da costa enfrentam a concorrência mais acirrada dos profissionais nas grandes embarcações. A cada ano, levam a pior. A quantidade de peixes na costa reduz principalmente devido à pesca predatória em alto-mar. Grande parte dos artesanais também é dependente dos atravessadores. Há 15 anos os pescadores migram para outros trabalhos, como a construção civil”.*

---

<sup>710</sup> Instituto Cepa.

<sup>711</sup> Idem.

E ainda acrescenta, fazendo um prognóstico do futuro da pesca: “A pesca deverá tornar-se uma profissão envelhecida. Não temos realmente o que comemorar”, fazendo uma referência a data da entrevista dia 29 de junho, dia de São Pedro, dedicado aos pescadores no Brasil.

Mesmos os pescadores cujas famílias sempre viveram da pesca e que ainda se orgulham da atividade demonstram ceticismo, em certas áreas, quanto ao futuro dos seus filhos, preferindo que migrem para centros urbanos, como Florianópolis, Joinville, Itajaí, São José, Criciúma, em busca de novas oportunidades. Isto, também é resultado do descaso com que são tratados pelos órgãos oficiais e pelas inúmeras dificuldades que a economia destas pequenas comunidades lhes impõe. Impelidos pela utopia de melhores condições de vida na cidade, jovens pescadores abandonam a atividade, saem da região, acabando alguns por se submeter ao sub-emprego, contribuindo, sem perceberem, para interromper a cadeia de saberes populares pacientemente entretidos pelas gerações que os precederam.

Isto pode ser demonstrado com o relato do fundador da ONG Instituto Ilhas do Brasil, o biólogo Alexandre Castro, que vendo a dificuldade dos jovens da comunidade do Pântano do Sul, sem grandes perspectivas de trabalho no futuro, já que comunidade sobrevive da pesca artesanal, cada vez mais difícil, resolveu dar um rumo diferente para esta realidade, impedindo que os mesmos se tornassem mão de obra barata para outros empreendimentos, resolveu direcioná-los para uma atividade junto ao mar e mais identificados com as suas histórias de vida: “*Nós queremos oferecer a eles oportunidade de geração de renda, levando em conta a preservação ambiental e da biodiversidade marinha*”<sup>712</sup>.

De detentores de um conhecimento milenar, os pescadores passam à condição de trabalhadores desqualificados, necessários aos interesses econômicos de outros grupos, e aqui com destaque para os da construção civil, que em nome do turismo invadem poluem e destroem boa parcela das nossas áreas litorâneas, não respeitando os ditames da legislação ambiental. Levando a uma situação de caos regiões turísticas, por falta de saneamento básico, e mesmo pela ocupação com obras de aterro da orla marítima, para ampliação de área, deixando os pescadores sem locais para os seus ranchos, como demonstra a matéria jornalística<sup>713</sup> do dia 8 de junho de 2007, que retrata o sofrimento dos pescadores da Praia da Furnas, em Capoeiras, região continental de Florianópolis, que ficaram sem local para deixar seus barcos, pois

---

<sup>712</sup>Entrevista ao Diário Catarinense do dia 23 de abril de 2006, na coluna Geral, página 31, cujo a matéria tratava da situação dos jovens pescadores, com o biólogo Alexandre Castro.

<sup>713</sup>Diário Catarinense

perderam o acesso ao mar. Assim relatou o pescador Darci Mello<sup>714</sup>: “*Vai ficar todo mundo ilhado e não tem como sair*”. E o pescador Hélio Duarte<sup>715</sup>, completa “*Se ficar de fora, com o vento Sul e a maré cheia, quebra tudo*”.

Deste modo estes inescrupulosos empreendedores não invadem apenas as margens de nossas praias, invadem também a identidade cultural dos grupos, que passam a encarar a pesca como meio de subsistência e não como meio de produção de riqueza. Como ressaltou um pescador:

*“Essa praia (Pinheira) era a mais rica do mundo: era só tainha, anchova, corvina. Minha profissão era trabalhar. Dava pouco dinheiro, mas tinha muito peixe. Qualquer lugar que a gente desse, dava peixe. Hoje a praia tem época que não dá nada. Tem muito barco grande, tem muito esgoto direto no mar. A maioria dos pescadores tem agora outro emprego na cidade.”*

As entrevistas durante a pesquisa com os pescadores do litoral catarinense não constituem apenas um **corpus** para análise econômica da pesca, mas consistem, ainda, num rico acervo de informações de natureza ecológica, lingüística, antropológica, sociológica, entre outras. Os depoimentos, os comentários marginais às perguntas que lhes foram feitas permitem ao pesquisador conhecer mais de perto a história de segmentos sociais marginalizados pelo poder e pela história, mas que, em última instância, são os reais delineadores da cultura.

#### 6.1.4.1 Os problemas dos pescadores artesanais do litoral catarinense

Durante os depoimentos nas entrevistas, foram constatadas baixa assistência técnica às comunidades envolvidas, sendo freqüente a solicitação do retorno dos trabalhos desenvolvidos pela Epagri, pouca fiscalização das praticas ilegais relacionadas ao setor pesqueiro, bem como pouco rigor quando da expedição de documentação profissional. Também foi verificada a falta de documentação pessoal, tanto da carteira de pescador profissional quanto de documentos básicos, como Registro Geral de identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF), principalmente nas comunidades pesqueiras localizadas mais distantes do centro urbanos. O resultado da falta de documentação e o não recebimento por parte dos pescadores dos benefi-

<sup>714</sup> Darci de Melo, é o fundador da associação de moradores da região da Praia das Furnas.

<sup>715</sup> Pescador da região da praia das Furnas. Município de Florianópolis.

cios do Governo Federal, como o acesso para créditos e financiamentos, principalmente o seguro defeso<sup>716</sup>. Como relata a pescadora Anália Maria da Silva (62):

*“Vou destinar um dia desta semana para pegar a minha carteira de pescadora, lá na sede da Colônia de Pescadores de São Francisco do Sul. O que ajuda muito é o dinheiro que chega durante a época de defeso do camarão, e sem a carteira não tenho este benefício – comentou”.*

É importante salientar que sem a documentação, mais especificamente a carteira de pescador, emitida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - Seap, o pescador não recebe o seguro, que garante uma renda de um salário mínimo durante os meses de outubro, novembro e dezembro, quando o camarão e os peixes das espécies anchova e sardinha estão no período de reprodução.

A ausência de documentos das embarcações é um outro problema detectado durante o período de investigação. Para conseguir o seguro desemprego, o pescador tem que ter licença ambiental para embarcação. O problema é que a maioria das embarcações de pequeno porte no Brasil não possuem este documento. De acordo com os nossos dados, na pesca do camarão, por exemplo, estima-se que 70% das cerca de 2 mil embarcações não possuem a licença para atuar. A situação é grave, relata o Precedente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA, Ivo da Silva, *“o pior é que esses pescadores exercem atividades apenas nesta área”*.

A diminuição do tamanho e da quantidade de pescado é fato reforçado por pescadores em praticamente todas as colônias de pesca. Foram apontadas como causas a poluição gerada pelo despejo de esgoto doméstico *in natura*, rejeitos industriais e escoamento de resíduos de postos de combustíveis, entre outros, como relata o pescador Pedro Rosalvo de Amorim Rosa (40), presidente da Colônia de Pescadores do Morro do Amaral, em Joinville, que atua na Baía da Babitonga:

*“A poluição do rio é a principal ameaça à pescaria na região. O assoreamento está fazendo os peixes se afastarem e procurar outro lugar – lamenta. O camarão branco é o principal produto vendido pelos pescadores aqui do Morro do Amaral. A tainha e a pescada aparecem, mas não são tão significativas. O jeito é buscar outras fontes de renda, conclui.”*

Também foram apontados desmatamentos de matas ciliares dos principais rios, ocupação desordenada da orla marítima, e o aterramento de área de mangues. Além destes, outros

problemas ambientais foram apontados pelos pescadores como responsáveis pela diminuição de diversas espécies de peixes.

Outro aspecto observado é baixa renda do pescador, que se deve em parte à complexidade da cadeia produtiva. Os intermediários muitas vezes atuam como financiadores da atividade de pesca, fornecendo o gelo e materiais necessários às pescarias. Em casos observados, podem inclusive fornecer combustível ou dinheiro, sendo a dívida adquirida pelo pescador normalmente paga com o produto da pescaria. Amparado pela dependência gerada, o intermediário se beneficia pagando pouco ao pescador por quilo da produção. A ausência de agregação de valor ao produto, a qual poderia ser feita através da elaboração/transformação do pescado bruto (fileteamento, defumação, cozimento, etc.) é outro fator que não estimula a melhoria do preço pago ao produtor.

Não havendo a participação do intermediário, poderia haver uma diminuição da cadeia produtiva e aumentar o lucro dos pescadores. Porém, como o pescador dificilmente consegue arcar com os custos de manutenção dos itens necessários à prática da atividade (apetrechos de pesca, gelo, combustível conservação da embarcação e motor, etc.), o intermediário surge fornecedor do capital de giro; as dívidas adquiridas mantêm a relação de dependência – exploração, num modelo que se repete em comunidade pesqueiras de uma forma geral<sup>717</sup>.

Se olharmos do ponto de vista produtivo, das relações de trabalho e comercialização do pescado, a pesca artesanal no estado de Santa Catarina comporta de maneira idêntica às demais regiões do Brasil<sup>718</sup>, enfrentamos as mesmas dificuldades ambientais, técnicas e político-administrativas. Contudo, apesar dos problemas, foi observada em diversos municípios do estado, a crescente inclusão de jovens em atividades relacionadas ao mar, fazendo com que o jovem permaneça na região, evitando que se torne um subempregado, ou um desempregado, sem as mínimas condições de sobrevivência.

Em Santa Catarina, mesmo quando não são profissionalizadas, as mulheres desempenham múltiplos papéis na atividade pesqueira, inclusive são as responsáveis pelo primeiro processamento do pescado, em fase anterior à venda. Normalmente são as mulheres que limpam e fileteam o peixe, descascam e limpam o camarão e ainda retiram a carne de siris, crus-

---

<sup>717</sup>DIEGUES, AC. 1983. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo. Editora Ática. Ensaios: 94. 287p. BEGOSSI, A. 1998. Property rights for fisheries at different scales: applications for conservation in Brazil. *Fisheries Research* 34. p.269-278. DIAS-NETO, J. 1996. Diagnóstico da pesca marítima do Brasil. Brasília: IBAMA. 165p. GARCEZ, DS & D. MUEHE. 2003. Aspectos fisiográficos e sociais na ocupação de ambientes costeiros por comunidades de pesca artesanal no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. II Congresso Sobre Planejamento e Gestão da Zona Costeira dos Países de Expressão Portuguesa, IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário e II Congresso do Quaternário de Países de Língua Ibérica e Recife/PE.

<sup>718</sup> DIAS-NETO, J. 1996. Diagnóstico da pesca marítima do Brasil. Brasília: IBAMA. 165p. MARRUEL-FILHO, S. 2003. Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Brasília: IBAMA. 148 p.

táceos normalmente descartadas pelos pescadores por configurarem apenas fauna acompanhante e não o produto principal das pescarias. No entanto, a maioria das mulheres ainda desconhece os direitos adquiridos pela profissão de pescador, passando suas vidas à sombra dos maridos, sem receberem auxílios como o seguro desemprego, auxílio maternidade ou aposentadoria<sup>719</sup>.

Esta realidade pode ser observada nas vidas de Alcionéia de Souza (43) e Luciana Soares (39). Alcionéia de Souza, que trabalha na limpeza do berbigão desde os 14 anos, quando casou, e hoje sustenta os filhos comprando o molusco de outros pescadores. Os pescadores levam as latas com os moluscos até os ranchos. Lá, eles são peneirados (para tirar a sujeira mais grossa) e lavados com jatos d'água.

A partir daí, as mulheres e crianças da família se encarregam do restante do serviço: são elas que limpam, cozinham, pesam e ensacam o berbigão. Com o cozimento, as cascas se abrem, e o molusco é facilmente retirado de dentro da concha.

A atividade é árdua, exige tempo e quase não rende: cada lata de 18 quilos de berbigão bruto (sujo, com casca) equivale a apenas 1,2 quilo de carne.

Atualmente, os coletores têm conseguido vender o quilo de berbigão por R\$ 7,00 (venda avulsa, em Florianópolis). A vida de Alcionéia, das ajudantes e dos filhos é cansativa. Acordam antes de o sol aparecer e tratam de fazer o fogo – em um fogão improvisado nos fundos do barraco para cozinhar o berbigão. São em média, três latas de 18 quilos cada, por dia. Como relata: *“No verão a gente sofre com a fumaça, que faz mal à saúde. Mas fazer o quê? É o nosso ganha-pão”*, fala Alcionéia, ao mesmo tempo em que, com mãos ágeis, abre as conchas e retira, com a ponta de uma faca, o molusco que, mais tarde, dará sabor especial a um pranto requintado em algum restaurante de frutos do mar do Brasil.

---

<sup>719</sup> MANESCHY, MC. 2000. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. Proposta, 84-85: 82-91



**Foto 27** - Mulheres da Praia da Pinheira no preparo do camarão para venda  
Verão de 2008 – Foto do Autor

Luciana Soares é outra mulher de muita garra e coragem, que não tem medo do trabalho pesado nem de tempo ruim. Cresceu ajudando o pai, que vendia peixe e coletava berbigão no Sul da Ilha, de Santa Catarina. Sua vida sempre esteve ligada ao mar.

Depois de um casamento desfeito, decidiu ir à luta sozinha, aventurando-se nas águas da Baía Sul e proximidades para trazer para casa o peixe de cada dia. Nos últimos dias, Luciana tem dedicado seu tempo à reforma do barco recém adquirido – que será batizado com o nome de “**sereia**”. Sozinha, está lixando toda a parte externa da bateira, que depois receberá uma mão de cola, e por cima a tinta, nas cores azul, vermelha e branca. “Esse barco não vendo por nada. Será o meu companheiro no mar”, diz Luciana.

#### ***6.1.5 A Maricultura como opção de renda e permanência na comunidade pesqueira***

Diante da realidade vivenciada pelos pescadores artesanais, com muita dificuldade de sobrevivência, no que tange aos recursos financeiros proveniente somente da pesca artesanal, a opção foi consorciar a pesca artesanal com a maricultura – cultivo de moluscos (mexilhões, ostra e vieiras). Isto graça a região litorânea catarinense, que nos seus 561 km de costa, apresenta inúmeras áreas protegidas, compostas por baías, enseadas e estuários, o que, associada à elevada produtividade do mar, favorece estes cultivos, tornando uma alternativa viável de renda para os pescadores artesanais e populações das comunidades pesqueiras. Na faixa lito-

rânea, áreas planas próximas ao mar, impróprias para agricultura caracterizam-se com potencial para implantação de cultivo de camarões e peixes marinhos<sup>720</sup>.

A aquicultura tem permitido a redução do extrativismo e da pesca predatória, transferindo o esforço da mão-de-obra para o cultivo de organismos aquáticos, repercutindo positivamente na preservação de diversos ecossistemas. Com um contingente de 767 maricultores, a cadeia produtiva da malacocultura (cultivo de moluscos) em Santa Catarina envolve direta e indiretamente cerca de 8.000 pessoas, desde a produção, colheita e beneficiamento, até a comercialização.



**Foto 28** - Fazenda marítima de produção de ostra  
Enseada de Brito - Foto do Autor – Março de 2007

A região produtora do estado é compreendida por 12 municípios, inseridos na faixa costeira que se estende de São Francisco do Sul, no norte do estado, a Palhoça, na região centro-leste. Em 2006, a produção total de moluscos (14.756,9 toneladas) registrou um modesto crescimento da ordem de 3,94 % em relação a 2005. Esse pequeno saldo positivo deve-se ao crescimento na produção de ostras que, mesmo participando com apenas 22,23% da produção total de moluscos, teve um crescimento de 62,36% de 2005 para 2006.

Em 2006, além da produção de mexilhões e ostras, Santa Catarina registrou pela primeira vez a produção comercial de vieiras. Embora os números registrados sejam modestos (23.738 unidades), com o domínio da tecnologia de produção de sementes pelo LMM/UFSC, aliado ao potencial dos ecossistemas costeiros do estado para esta espécie, as perspectivas de crescimento da pectinicultura são excelentes.

Para uma melhor compreensão do desempenho de cada um dos produtos da malacocultura catarinense, são apresentadas a seguir as informações sobre cada um deles:

---

<sup>720</sup> COSTA, S. W. da; GRUMANN, A.: OLIVIEIRA NETO, F. M. de; ROCZANSKI, M. 1998. Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: Aquicultura e Pesca. Florianópolis: Epagri. 62p. (Epagri. Boletim Técnico, 97)



#### 6.1.5.1 Cultivo de Mexilhões: O início da maricultura em Santa Catarina

Em Santa Catarina, esta transferência para a maricultura, teve início em 1989, quando se utilizou das experiências desenvolvidas pela Universidade de Santa Catarina, que tiveram resultados positivos, quando do cultivo das espécies nativa de mexilhões *Perna perna*, com sementes oriundas dos costões rochosos, o que levou inúmeras famílias de comunidades pesqueiras do litoral a ingressar na atividade. Os primeiros bons resultados já puderam ser observados em 1990, com uma safra de 190 toneladas, evoluindo e já atingindo 9.460 toneladas em 1999, conforme figura abaixo. Os reflexos de melhoria no sistema são observados em toda cadeia produtiva, resultando na construção de Unidades de beneficiamento em bombinhas, Palhoça, Penha e governador Celso Ramos, com o apoio do Banco Mundial, Ministério do Meio Ambiente, governo do Estado e Prefeituras Municipais.

A produção de mexilhões veio numa crescente até 2000, já de 2001 até 2003, experimentou uma expressiva queda, só confirmou em 2005 a tendência de crescimento retomada em 2004. Este crescimento está associado nos números de miticultores<sup>721</sup>, que chegou a casa de 723, distribuídos em 12 municípios da região entre garopaba e São Francisco do Sul.

A produção catarinense de mexilhões em Santa Catarina no ano de 2005 foi na ordem de 12.234,1 toneladas, representando um crescimento de 24,8% em relação a 2004.

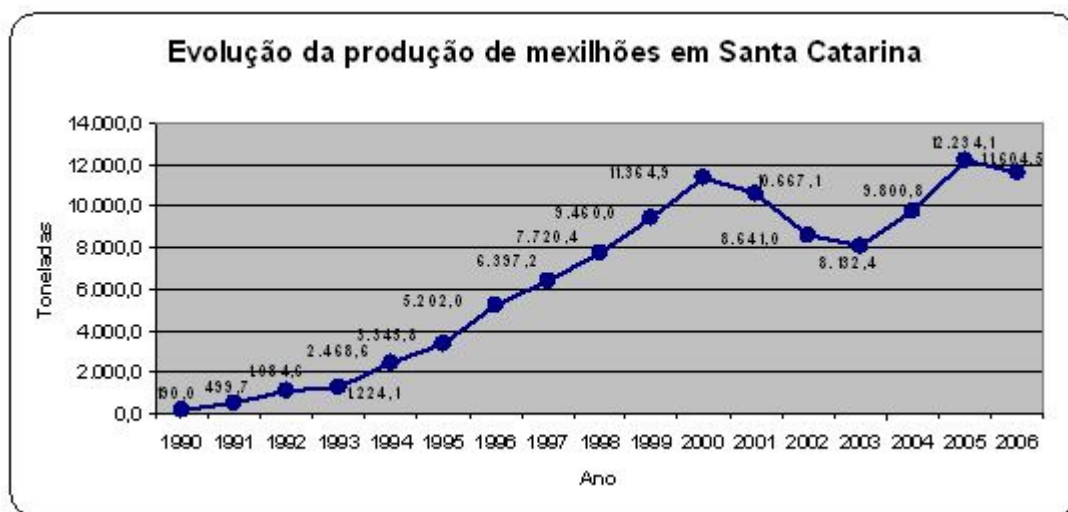
A produção de mexilhões em Santa Catarina em 2006 foi de 11.604,5 toneladas, representando uma queda de 5,15% em relação a 2005.

Os municípios que mais contribuíram para este quadro negativo, em valores relativos, foram: São Francisco do Sul com uma queda de 43,75 %, Florianópolis e Governador Celso Ramos com quedas de 33,68 % e 16,08 %, respectivamente.

Considerando os volumes de produção total, os destaques em 2006 ficaram por conta dos municípios de Palhoça com 42,05% da produção estadual, seguido de Penha com 18,95% e Gov. Celso Ramos com 10,77%.

---

<sup>721</sup> Miticultores: pescadores que cultivam mexilhões (espécie de moluscos)

**Gráfico 9** - Evolução da Produção de mexilhões em Santa Catarina (1990-2006)<sup>722</sup>

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
(ton)	190,0	499,7	1084,6	1224,1	2468,6	3345,8	5202,0	6397,2	7720,4	9460,0	11964,9	10667,1	8641,0	8192,4	9800,8	12234,1	11604,5

#### 6.1.5.2 Ostras

Na ostreicultura em Santa Catarina o destaque é para a ostra-do-pacífico (*Crassostrea gigas*) iniciada com a introdução de sementes produzidas no Chile. Os reflexos da produção já puderam ser percebidos a partir de 1992 quando foram registradas 48.000 dúzias naquele ano. O cultivo da ostra-do-mangue ou nativa (*crassostrea rhizophorae*) encontra-se em fase experimental. A exemplo da ostra-do-pacífico, as ações de pesquisa e assistência técnica e extensão têm as parcerias da EPAGRI/UFSC apoiadas pelo PRONAF e BMLP/Canadá. Nessa atividade, além dos maricultores, empresas já se constituíram e exercem importante papel no crescimento do setor. A evolução da produção de ostras em Santa Catarina está ilustrada na figura abaixo.

O crescimento mais representativo da produção de ostras ocorreu no período de 1999/2000 e concentrou-se principalmente em Florianópolis que na última safra teve uma participação de 83,3% do total das ostras produzidas no Estado.

<sup>722</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – Epagri. 2007

A prefeitura Municipal da Capital do Estado, Florianópolis envidou esforços no apoio ao desenvolvimento da ostreicultura promovendo a Festa Nacional da Ostra, conciliando o estímulo com agregação de renda aos produtores, repercussão turística e valorização da cultura açoriana que está diretamente inserida na cadeia produtiva.

Ao contrário da mitilicultura (cultivo de mexilhões), a produção de ostras na safra de 2006 apresentou um crescimento de 62,36%, passando das 1.941,6 toneladas registradas em 2005, para 3.152,4 toneladas na última safra. Com este desempenho, a produção de ostras retoma a taxa de crescimento médio de 25%, verificada em, 2003 e 2004. Os municípios que mais contribuíram para esse crescimento foram: Florianópolis, com um volume de 559,61 toneladas a mais que o do ano passado, seguido por Palhoça e São José, com aumento nos volumes de produção da ordem de 550 e 85 toneladas, respectivamente. Em valores relativos, os municípios que mais se destacaram na produção de ostras em 2006 foram: Biguaçu com um crescimento de 343,35 %, São José com 130%, Palhoça 78,57 % e Porto Belo com um crescimento de 60 % em relação a 2005. Os municípios de Florianópolis e Palhoça apresentaram os maiores volumes de produção de ostras, em relação aos demais municípios produtores. Juntos eles produziram 90,91% da produção estadual.

**Gráfico 10** – Evolução da produção de ostras em Santa Catarina (1992-2006)<sup>723</sup>



<sup>723</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – Epagri. 2007

Com este aumento na produção das ostras o estado de Santa Catarina passou a ocupar o primeiro lugar no país na produção dos moluscos, com faturamento superior ao do ano passado que foi de R\$ 32 milhões.

Mesmo com o crescimento, o setor da maricultura enfrenta gargalos. Um deles está relacionado à sazonalidade das vendas.

No inverno, os pequenos produtores praticamente não comercializam o produto. Já entre os meses de dezembro o março, a procura é intensa por turistas que visitam o Estado.

Esta realidade pode ser exemplificada através da história da vida do maricultor Adécio Romalino da Cunha, que resolveu investir em um negócio próprio, como ele diz. Nativo do Ribeirão da Ilha, no Sul da Capital, viu no cultivo de ostras e mariscos uma alternativa para complementar a renda sem deixar o trabalho no mar. *“Sempre tive essa água aqui na minha frente e percebi que poderia ganhar dinheiro utilizando exatamente o que eu conhecia”*, afirma seu Adécio.

Com ele, além de dois funcionários – um contratado recentemente para auxiliar na demanda do verão – trabalha também parte da família. A mulher faz artesanato com que sobra da produção, a filha fabrica e vende as lanternas utilizadas no cultivo. O trabalho de limpeza das conchas para fazer as ostras gratinadas é responsabilidade da sogra.

Segundo Cunha, desde a fase de compra das sementes – que são adquiridas no laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, até estarem prontas para o consumo, as ostras chegam a ser cultivadas por até nove meses. Para Cunha, o cultivo segue o seguinte passos: *“As sementes são colocadas dentro de berçários (que são as lanternas, só que menores), depois são levadas para a fazenda dentro da água. Periodicamente as tiramos do mar para limpar, já que muitos parasitas acabam grudando – explica”*.

Outro pescador, que se tornou maricultor é o Senhor Adriano José dos Santos, ele se orgulha em dizer que foi o primeiro produtor na região do Ribeirão da Ilha. Ele que sempre trabalhou como pescador e vigilante, largou tudo para se dedicar ao cultivo de ostras e mariscos. Hoje, Santos afirma que ficaria em dúvida, em tomar esta decisão novamente. *“Nós, pequenos produtores que sobrevivemos da atividade, passamos por algumas dificuldades. Entre elas, a concorrência com aqueles que não necessitam disso para sobreviver”* – Afirma Santos. Outra questão apresentada pelo pescador e maricultor é a concorrência e também a falta de demanda no Inverno, que acaba paralisando as vendas na estação. A saída de acordo com Santos *“é nós vendermos parte da produção para as empresas maiores, que possuem clientes durante o ano todo”*, diz.

Na maricultura, ao contrario da atividade da pesca, na qual a maioria das mulheres faz apenas o papel de coadjuvante, auxiliando o marido em trabalhos menos pesados, na produção de ostras e mariscos elas se apresentam como protagonistas. É o caso de Gioconda Lessing Rosito, engenheira química, que está em Florianópolis a 11 anos, nos 20 anos anteriores morou na Alemanha, onde casou e teve dois filhos. A família continua na Europa, já ela, resolveu voltar ao Brasil em busca de um emprego que reunisse o contato com o público e a relação com a natureza. Como relata Rosito:

*“Pesquisei algumas cidades e a Capital de Santa Catarina foi a que menos se mostrou com ares de ‘cidade grande’, por isso decidi morar aqui. Estava em um aniversário quando uma amiga comentou sobre o comércio de ostras e mariscos da região de Santo Antônio de Lisboa. Vim conferir e percebi que se encaixava no que eu estava procurando”.*

Ela é a única mulher de um grupo de cinco pessoas no rancho de produtores em Santo Antônio de Lisboa, Norte de Florianópolis.

Tudo funciona de forma dividida e organizada. Enquanto os colegas limpam as lanternas, onde ficam as ostras, e carregam o equipamento – que pesa em média 60 quilos quando está molhada – Gioconda Rosito, administra a comercialização. De acordo com o relato da maricultora, todo o sustento vem da atividade, que exerce de terça-feira a domingo. Ela garante que, mesmo sendo a única mulher do grupo, há respeito por parte dos outros produtores.

## **6.2 Turismo em Santa Catarina**

### ***6.2.1 Uma visão abrangente do setor***

O turismo é um fator de desenvolvimento econômico, contribuindo eficazmente para o bem-estar social de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com a atividade. Ele é um instrumento de crescimento econômico e desenvolvimento social e cultural de um povo.

Essa atividade também se reveste de outros atributos tornando o seu sucesso um fator fundamental para a sociedade contemporânea na geração de emprego e renda; estimula o investimento de capital e cria oportunidades para o surgimento de pequenos e grandes negócios, melhora a qualidade de vida, aumenta a entrada de divisas estrangeiras, auxilia na preservação do patrimônio natural, histórico e cultural, além de desenvolver e revitalizar deter-

minadas regiões. Isso está ocorrendo em Santa Catarina graças as condições técnicas e organizacionais, bem como a integração e efetiva cooperação de todos os atores do sistema (governo, setor privativo, entidades de classes, de suporte e todos aqueles que estão envolvidos com a atividade).

### ***6.2.2 Santa Catarina e as atividades turísticas***

As atividades turísticas no Estado de Santa Catarina têm apresentado um crescimento estável no número dos que procuram a região, o que tem proporcionado investimentos no setor de infra-estrutura turística empresarial, nos campos de hospedagem, gastronomia, comércio, serviços, gerando um aumento constante do número de empregos, ainda que muitos de caráter sazonal. Milhares de empregos desaparecem nos meses de baixa temporada, gerando dificuldade para a manutenção da mão-de-obra que se torna extremamente rotativa, exigindo permanente treinamento por parte dos empregadores.

Este caráter sazonal faz com que os equipamentos turísticos apresentem, na média ano, baixo índice de ocupação. Presentemente isto vem sendo paulatinamente superado com esquemas promocionais articulados entre os vários agentes que interagem as atividades turísticas. O turismo de terceira idade e de eventos, por exemplo, vem crescendo significativamente, ajudando a manter a funcionalidade dos equipamentos na baixa temporada.

A organização de novos roteiros especializados, ao lado da melhoria dos serviços oferecidos, tem gerado um aumento constante do fluxo turístico, em grande parte não contabilizado pelas estatísticas oficiais, notadamente o do turismo interno dos finais de semana e de baixa temporada, quando os instrumentos de acompanhamento só controlam a rede hoteleira e os eventos. Mesmo na alta temporada, este controle é feito em pontos estratégicos e com base em registros de amostragem, portanto, representando números aproximados.

O maravilhoso potencial turístico de Santa Catarina constitui um diferencial competitivo perante outros Estados da Federação. Duas cidades catarinenses – Florianópolis e Balneário Camboriú – ocupam o 2º e 8º lugar no ranking da EMBRATUR, como as mais visitadas por turistas estrangeiros. O Estado recebe anualmente em média 4 milhões de turistas, que movimentam cerca de US\$ 1 bilhão (algo em torno de 7% do PIB catarinense).

O fenômeno turístico em Santa Catarina deve-se, sobretudo, a uma faixa de território de cerca de 200 km de largura, paralela ao litoral. Mas é grande o potencial para o desenvolvimento de vários circuitos turísticos como: circuitos religiosos; circuitos culturais; circuito

litorâneo; circuito ferroviário; ecoturismo, turismo rural; circuito da neve, circuito das águas termais. Apresenta ainda as rotas turísticas elaboradas pela SANTUR: Capital da Natureza, Rota do Sol (litoral Norte), Caminho dos Príncipes, República Juliana, Vale Europeu, Serras Catarinenses, Contestado e Nossa Rota das Termas.

A indústria do turismo de Santa Catarina destaca-se pela diversidade dos atrativos turísticos. Poucos estados, e até mesmo países, poderiam igualar-se a Santa Catarina em termos de atrativos naturais. Em um espaço de 95 mil quilômetros quadrados podem-se encontrar os mais variados contrastes a natureza. São serras que se elevam a uma altitude de 1.400 metros, um litoral pontilhado com belas praias, enseadas e ilhas, passando por planaltos e vales de colonização européia. São inúmeras as fontes termais no Estado, onde a temperatura varia de 35°, no verão, a zero grau , no inverno. É quando acontece o espetáculo da neve no planalto serrano<sup>724</sup>.

Marcos Hardt, presidente da Expoville<sup>725</sup> e empresário do ramo de hospedagem e lazer, resume o desafio que Santa Catarina tem que enfrentar. Para ele, é adequada e corretamente explorado o potencial turístico do Estado. Essa variedade de atrativos sem igual pode transforma-se em um diferencial competitivo, destacando e supervalorizando o fato de Santa Catarina ser um mosaico rico e multifacetado de um Brasil que abriga tantos contrastes. Em contrapartida, se os órgãos competentes não souberem tirar proveito dessas características, ela pode acabar tornando-se simplesmente falta de identidade, de personalidade e de uma marca.

O órgão oficial de turismo no estado, a SANTUR, numa tentativa de agrupar as diferentes opções em nível de marketing, estabeleceu oito rotas turísticas oficiais: a Rota do Sol, localizada no litoral Norte do Estado; o Caminho dos Príncipes, na região Norte; República Juliana, na região Sul; a Rota Vale Europeu, no Vale do Itajaí; as Serras Catarinenses, na região Serrana; a Rota do Contestado, no Vale do Rio do Peixe; Nova Rota das Termas, na região Oeste; e a Capital da Natureza, no litoral Centro.

Cada rota turística explora o que cada região tem de potencial turístico e seus produtos, como mostra a tabela que segue.

#### 6.2.2.1 Potencial e produto turístico das macrorregiões

Macrorregião Geográfica	Produto turístico	Potencial
Araranguá	Veraneio	Rural; ecológico e aventuras.
Blumenau	Cultura Germânica; eventos; compras,	Científico

<sup>724</sup> Gazeta Mercantil de 29/07/1997.

<sup>725</sup> Expoville...

	ecoturismo	
Canoinhas	Nenhum	Termal; ecoturismo e cultural.
Concórdia	Termal	Ecoturismo: científico cultural e agroturismo.
Curitibanos	Nenhum	Ecoturismo, rural; cultura japonesa.
Chapecó	Lazer e Termal	Científico; rural; agroturismo.
Criciúma	Nenhum	Cultural; gastronomia
Florianópolis	Praias, eventos; cultura açoriana e termal.	Cultura alemã; ecoturismo; 63entura: rural e científico.
Itajaí	Praias, festas, compras, e parque temático.	
Ituporanga	Nenhum	Festas; religioso: ecoturismo.
Joinville	Compras; industrial, rural, festas e ecoturismo.	Ferroviário; museus.
Joaçaba	Ecoturismo	Ferroviário; cultura alemã e italiana.
Lages	Rural, festas e neves.	Ecoturismogastronômico; cultura japonesa e compras.
Rio do Sul	Aventuras, festas e compras.	Ecoturismo; cultura germânica e italiana.
São Bento do Sul	Ferroviário; festas; cultura alemã e polonesa.	Ecoturismo cultural e compras.
São M. do Oeste		Rural, ecoturismo, agroturismo e aventura.
Tabuleiro	Termal	Rural; ecoturismo, aventura e cultura alemã.
Tijucas	Religioso; coturismo; compras; cultura italiana e esportiva.	
Tubarão	Praias; termal e ferroviário.	Ecoturismo; cultura alemã, e açoriana.
Xanxerê	Lazer	Ecoturismo e cultural

**Tabela 56** - Potencial e produto turístico de Santa Catarina

Com todo este potencial, ainda a ser desenvolvido, o turismo catarinense poderá tornar-se, a indústria que mais gerará empregos diretos e indiretos, proporcionando um maior desenvolvimento econômico para o estado.

Em nível de oferta de hospedagem, nos municípios dotados de atrativos turísticos efetivos e/ou potenciais, existem 811 empreendimentos instalados habitacionais.

Neste contexto, as microrregiões geográficas de Itajaí e Florianópolis concentram 30,9% e 28%, respectivamente, da oferta total do Estado. A grande maioria dos investimentos de hospedagem encontra-se concentrados na faixa litorânea particularmente no Centro e Norte, nas localidades de Florianópolis, Balneário Camboriu, Itapema e Bombinhas.

Em 2005, eram 2.772.862 milhões de turistas; em 2006, eram 3.149.343 milhões. Em 2007, já soma 3.166.028 milhões de turistas, representando, até julho/2007, US\$ 777.118.290,76 milhões de recursos deixados no Estado.



## 6.2.2.2 Movimento estimado de turistas em Santa Catarina

ORIGEM	2005	2006	2007
NACIONAIS	2.570.651	2.937.561	2.945.023
ESTRANGEIROS	202.211	211.782	221.005
<b>TOTAL</b>	<b>2.772.862</b>	<b>3.149.343</b>	<b>3.166.028</b>

Tabela 57 - Movimento estimado de turistas em Santa Catarina nos anos de 2005 a 2007.<sup>726</sup>

As estatísticas referentes à circulação dos turistas, na temporada 2007, pelo estado catarinense foram obtidas através do cruzamento das informações recolhidas nos diferentes pontos de pesquisas espalhados pelo estado de Santa Catarina.

O quadro que segue não só apresenta os locais onde se concentraram estes turistas, como também a proporção destes em relação à população local.

Tabela 58 - Movimento estimado de turistas comparativo à população local de algumas cidades catarinenses no ano 2001

<i>Cidade</i>	<i>Turistas Nacionais</i>	<i>Turistas estrangeiros</i>	<i>Total de turistas</i>	<i>População permanente do município</i>	<i>% de acréscimo em relação à população local.</i>
Balneário Camboriu	459.661	307.976	767.637	73266	1047,73
Barra Velha	31.739	1.922	33.661	15528	216,77%
Blumenau	112.221	8085	120.306	261868	45,94%
Bombinhas	66.996	64.520	131.486	8.698	1.511,68%
Florianópolis	319.901	232.987	552.888	331.784	166,64%
Garopaba	36.027	10.144	46.171	13.133	351,56%
Içara	11.529	172	11.701	48.597	24,07%
Itajaí	59.029	5.406	64.435	147.463	43,69%
Itapema	134.804	52.971	187.775	25.857	726,20%
Itapoá	79.759	457	80.216	8.830	908,45%
Jaraguá do Sul	36.424	106	36.530	108.337	33,71%
Joinville	143.198	3.521	146.719	428.974	34,20%
Lages	97.946	3.993	101.879	156.406	65,13%
Laguna	64.704	9.591	74.295	47.408	156,71%
Palhoça	26.798	1992	28.790	102.286	28,14%
Piçarras	53.035	3.176	56.211	10.908	511,93%
Piratuba	18.238	51	18.289	5.802	315,21%
Porto Belo	24.491	3799	28.290	10.682	264,83%
São Francisco do Sul	34.370	2.531	36.901	32.261	114,38%
Santa Catarina	2.194.522	568.863	2.763.185	5.333.284	51,81%

Tabela 56 - Pesquisa da demanda turística de Santa Catarina<sup>727</sup>.<sup>726</sup> Fonte: Dados do Relatório – Pesquisa da demanda turística de 2007. Santur – SC.<sup>727</sup> Fonte: Santur – 2001 e Censo da população brasileira, 2000, IBGE.

No tocante aos principais Estados de procedência **dos turistas nacionais** que visitaram Santa Catarina, o Estado do Paraná foi o principal emissor, com 27,64%, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 27,30% , e o próprio Estado de Santa Catarina, com 23,83%, além de São Paulo que representou 13,12%.

Quanto aos turistas internacionais, as principais nações emissoras são as do Mercosul. Os argentinos representaram 87,81%, os paraguaios 5,25% e os Chilenos 2,93%.<sup>728</sup>

Os atrativos que estimularam a presença destes visitantes foram: naturais-paisagísticos – 68,10%; visita a amigos – 19,91%; e a história-cultura –8,97%.<sup>729</sup>

Os números indicam que houve um grande aumento dos visitantes buscando o excelente potencial histórico-cultural, resultante do mosaico cultural que caracteriza o nosso Estado, existindo ainda um ótimo filão turístico a ser melhor aproveitado principalmente para prolongar a permanência do turista na alta temporada e aumentar seu fluxo na baixa temporada.

Os meios de hospedagem em Santa Catarina são bastante diversificados, fazendo com que a rede hoteleira, formada por hotéis e pousadas, responda apenas por 26,05% dos turistas hospedados, um pouco acima aos hospedados em casas e apartamentos de aluguéis (20,46%) e o realizado em casa de amigos (29,08%)<sup>730</sup>. Provavelmente, os custos mais elevados da hotelaria, gerem este tipo de opção.

Seguindo uma tendência nacional e até mesmo mundial, o turismo de negócio ou eventos já representa uma parcela significativa da atividade turística em Santa Catarina, e deve aumentar consideravelmente nos próximos anos, com a instalação de novos centros de eventos e hotéis qualificados para atender as especificidades de outras clientelas.

Mostrando que o Brasil, principalmente no Sul, utiliza-se dos veículos particulares como principal meio de deslocamento, quando em viagem de lazer, constatou-se que 82,99% dos turistas se deslocaram de automóveis, 14,05% de ônibus e apenas 2,51% de avião.

A taxa de ocupação da rede hoteleira e a permanência média dos turistas teve um aumento na número de ocupação e uma diminuição na permanência média de 2006 para 2007. A taxa de ocupação em 2006 e 2007 foi respectivamente de 67,37%, e 70,16% e a permanência média respectivamente 5,20 dias, e 4,49 dias.<sup>731</sup>

---

<sup>728</sup> Relatório:Pesquisa da demanda turística do Estado de Santa Catarina. 2007. Santur – SC

<sup>729</sup> Idibem.

<sup>730</sup> Fonte: Santur - 2007

<sup>731</sup> Fonte:SAntur - 2007

Como se observa, seguindo uma tendência nacional e até mesmo mundial, o turismo de negócios ou eventos já representa uma parcela significativa da atividade turística em Santa Catarina.

### ***6.2.3 Circuitos e corredores turísticos em Santa Catarina***

Santa Catarina é o menor dos Estados do Sul do Brasil, contando com 293 municípios que apresentam uma variedade de contrastes, transformando-o num dos Estados mais ricos em recursos naturais.

Visualizar o potencial turístico catarinense, a partir das possibilidades oferecidas por muitos circuitos já consolidados, e outros tantos em fase de implantação, torna-se importante, na medida em que possibilita ao interessado planejar a viagem em função de roteiros específicos, para obter o melhor resultado possível.

O mar, as serras, as estâncias termais, as cidades históricas e colonizações distintas oferecem excelentes roteiros de lazer e turismo.

O turismo cultural apresenta-se sob diversas formas, dependendo da região e das influências deixadas pelos colonizadores.

No litoral catarinense, uma das maiores expressões folclóricas é a dança do boi-de-mamão e, na religiosidade, a festa do Divino Espírito Santo, com forte influência açoriana.

No vale do Itajaí e norte do Estado, região de colonização germânica, onde a arquitetura é típica, o folclore é manifestado através de festas, danças, cantos e tradições de origem germânica. Aqui se destacam as festas de outubro, sendo a mais famosa a Oktoberfest da cidade de Blumenau, fazendo parte do calendário turístico nacional

Nas regiões colonizadas por italianos, os destaques são as festas religiosas e as que comemoram a colheita, principalmente a da uva.

O litoral catarinense, com 561 km de extensão, abriga desde antigas colônias de pescadores, até os mais sofisticados balneários do sul do País, com completa infra-estrutura turística. São 170 praias de areias brancas, com águas quentes e cristalinas, costões, baías, enseadas e lagos, junto a Serra do Mar, em condições de se praticar todos os tipos de esportes náuticos.

A menos de 40 km desse litoral e no oeste do Estado, pode-se desfrutar de águas termais consideradas pelos especialistas do setor como dentre as melhores do mundo, por suas excepcionais qualidades terapêuticas.

A região serrana, também a poucos quilômetros do litoral, é de uma beleza exuberante, onde, além do turismo rural, há majestosas serras, como as do Rio do Rastro e a do Corvo Branco. No inverno, a neve é a maior atração, em conjunto com suas festas típicas.

Em termos estatísticos, observou-se que o fluxo de turistas na primavera e verão, nos últimos anos, foi superior a 3 milhões. A permanência média dos turistas tem sido de 8, 34 dias tanto para os turistas nacionais como estrangeiros.

A organização de novos roteiros especializados, ao lado da melhoria dos serviços oferecidos, tem gerado um aumento constante do fluxo turístico, em grande parte não contabilizada pelas estatísticas oficiais, notadamente o do turismo interno dos finais de semana e de baixa temporada, quando os instrumentos de acompanhante só controlam a rede hoteleira e os eventos. Mesmo na alta temporada, este controle é feito em pontos estratégicos e com base em registros de amostragem, portanto, representado números aproximados.

Isto indica que o volume das atividades turísticas é muito maior que as estatísticas mostram no mínimo 30% a mais que o registrado pelas estatísticas oficiais.

#### *6.2.3.1 Circuito litoral de base cultural açoriana*

De norte a sul, são 561 quilômetros de orla, onde o potencial turístico parece inesgotável. Praias, dunas, costões, mangues, lagoas, baías e ilhas se intercalam num dos litorais mais ricos em biodiversidades do País. Como se não bastasse ao tempo. Esse roteiro, que vai de Itapoá, na divisa com o Paraná, até Passo de Torres, junto ao Rio Grande do Sul, mostra um pedaço da colonização portuguesa no Brasil. Atraiu 3,1 milhões, tendo na temporada de 2007 superado esta marca.

Entre seus 33 municípios está o primeiro local que foi visitado pelos europeus de nacionalidade francesa no sul do Brasil, no ano de 1504. Trata-se da cidade de São Francisco do Sul, também berço do Museu Nacional do Mar, mantendo viva a história das embarcações brasileiras. O casario de São Francisco e o de Laguna pertencem ao Patrimônio Histórico Nacional.

Em Laguna existe o marco do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, que estabeleceu os limites meridionais entre as terras portuguesas e a espanholas na América do Sul. Segundo consta, esta linha geodésica cortava a atual cidade de Laguna.

Florianópolis, Garopaba, Balneário Camboriu, juntos, formam os centros mais badalados do verão catarinense. Florianópolis e duas de suas ilhas menores, por exemplo, guardam o mais intacto conjunto de fortalezas do País. Na ilha de Santa Catarina também está um pouco

da pré-história deixada por povos ainda desconhecidos e pelos índios carijós da Nação Guaraní, provavelmente os primeiros habitantes fixos do litoral catarinense. São centenas de inscrições rupestres e oficiais líticas espalhadas pelas ilhas, costões, sambaquis e cemitérios indígenas, que atestam a presença do homem há pelo menos 4500 anos. Esta ampla região que forma o litoral catarinense apresenta traços culturais de base açoriana.

A orla do Estado catarinense recebe em média cerca de dois milhões de turista nos meses de verão.

Os 4500 açorianos que se fixaram em Santa Catarina no decorrer do século XVIII (1748 a 1756), localizaram-se inicialmente em 8 núcleos de colonização, de Laguna à ilha de Santa Catarina e o continente frontal: Enseada de Brito (Palhoça); São José; Vila Nova (Imbituba); Laguna; São Miguel (Biguaçu); Santo Antônio, Lagoa da Conceição e Desterro, na ilha de Santa Catarina.

Seus descendentes, misturados a outras etnias, se expandiram em várias direções e mantêm traços originais da cultura nos municípios de Araquari, Barra Velha, Penha, Biguaçu, Bombinhas, Camboriu, Canelinha, Araranguá, Florianópolis, Garopaba, Tijucas, Governador Celso Ramos, Itapoá, Içara, Imaruí, Itajaí, Itapema, Jaguaruna, Laguna, Navegantes, Palhoça, Imbituba, Porto Belo, São José, São João do Sul, São Francisco do Sul, São João Batista, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Passo de Torres, Balneário Gaivota, Tubarão, Gravatal, Capivari de Baixo e outros.

As danças, os folguedos, a gastronomia, as lendas e mitos, a religiosidade e as belezas naturais tornam esta região a mais concorrida e disputada pelos turistas, conforme as próprias estatísticas indicam.

Os destaques são as centenas de praias, muitas ainda mantendo colônias de pescadores com seus instrumentos tradicionais de pesca, as diversas cidades históricas, onde se registra a marca da arquitetura luso-brasileira e a diversidade da gastronomia, artesanato e religiosidade do povo, que reflete a herança cultural açoriana.

Quanto às praias, algumas ainda são agrestes, apropriadas ao mergulho submarino e ecoturismo, como as de Porto Belo e Bombinhas.

Outras, de mar bravo, como as da Ferrugem e do Silveira, em Garopaba, e Joaquina, em Florianópolis, são muito procuradas para a prática do surf. Aliás, só a capital tem 100 praias para todos os gostos, desde aquelas bastante urbanizadas até as que ainda são redutos de pescadores.

No contexto deste circuito, vale a pena conhecer as Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, fazendo um maravilhoso roteiro turístico e revivendo o passado histórico de nosso Estado em

seus belíssimos monumentos. Florianópolis, Garopaba, Balneário Camboriu, juntos, formam os centros mais badalados do verão catarinense.

Todas as demais cidades que fazem parte do litoral catarinense integram este circuito, cada uma com suas especialidades: Itapema, São Francisco do Sul, Barra Velha, Piçarras, Imbituba, Laguna, Araranguá, Palhoça, Araquari, Passo de Torres, Içara, Itajaí.

Além destes municípios mencionados, dezenas de outros apresentam um potencial turístico admirável, sendo 33 deles abordados no capítulo que trata do mosaico açoriano.

#### *6.2.3.2 Circuito Vale do Itajaí-Açu/Norte do Estado*

Aqui, a herança germânica deixou seus traços no espírito festivo, na fartura à mesa e na música alegre.

Tendo como principais centros as cidades de Blumenau, Joinville, Pomerode, Jaraguá do Sul, Gaspar, Timbó, Brusque, a região parece nos transportar a certas partes da Europa, com suas casas no estilo enxaimel e pequenas propriedades rurais.

Neste circuito, encontramos espaço para o turismo de compras, com destaque para os têxteis, cristais e porcelanas.

O circuito de colonização alemã apresenta outros pontos fora do Vale do Itajaí – norte do Estado. Na região da Grande Florianópolis encontram-se as cidades de Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas, Angelina. No sul do estado tem-se São Martinho e no extremo-oeste catarinense, dentre outras, a cidade de Itapiranga.

#### *6.2.3.3 Circuito da cultura italiana*

Famosos pela musicalidade, espírito festeiro, gastronomia à base de massas e muito vinho, os italianos se espalharam por grande parte do território catarinense, onde deixaram marcas significativas que hoje estão sendo mostradas, através principalmente de grandes festas, embora já existia uma exploração voltada ao aproveitamento das pequenas propriedades e vinícolas em circuitos de turismo especializado.

Festa do Vinho, em Urussanga, Festa da Uva, em Videira, Festitália, em Blumenau, La Saga, em Rodeio, Festa da Polenta, em Rio do Oeste, Incanto trentino, em Nova Trento, Festa Trentina, em Rio dos Cedros e tantas outras mostram a amplitude e potencialidade desta cultura, como base num circuito cultural integrado.

#### 6.2.3.4 Circuito de gastronomia austríaca

O município de Treze Tílias, no meio oeste catarinense, constitui-se no único ponto em nosso estado que apresenta, de forma organizada, os traços da cultura austríaca.

No chamado Tirol Brasileiro, o culto à tradição deleita os visitantes, que têm a oportunidade de conhecer o canto, a música, a dança, a comida, a indumentária e as artes tipicamente tirolesa<sup>732</sup>.

#### 6.2.3.5 Circuito de cultura polonesa

O planalto norte catarinense sofreu como nenhuma outra região de Santa Catarina a influência da colonização polonesa, introduzida a partir do vizinho Estado do Paraná.

Nas cidades de São Bento do Sul, Mafra e Rio Negrinho, o turista descubra os encantos da herança cultural polonesa na arquitetura, na gastronomia e no folclore.

São Bento do Sul é musical, característica que toma conta da cidade nos muitos eventos que marcam seu calendário turístico. A mais importante festa anual é a Polzki Festyn.

#### 6.2.3.6 Circuito alemão da Grande Florianópolis

Ao contrário do que muitos pensam a colonização alemã em Santa Catarina não se iniciou no Vale do Itajaí, mas sim no município de São José, no Vale do rio Maruim, junto ao caminho que conduzia do litoral ao planalto lageano, onde foi fundada, em 1829, a colônia de São Pedro de Alcântara, hoje município do mesmo nome.

As dificuldades em fazer o solo produzir, já que era uma área bastante íngreme, estimulou a sua dispersão em direção aos vales dos rios Cubatão, Biguaçu, Tijucas e mesmo Itajaí, dando origem a pequenas colônias que foram reforçadas demograficamente a partir de meados do século XIX.

Estas marcas estão preservadas ainda hoje na linguagem, na gastronomia, nos mecanismos de produção de farinha de mandioca e açúcar, movido à energia hidráulica, na arquitetura e na paisagem, onde casas, jardins floridos e igrejas localizadas sobre colinas, tornam primorosa a paisagem da imigração alemã na Grande Florianópolis, principalmente nos municípios de São Pedro de Alcântara, Angelina, Águas Mornas, Antonio Carlos, Biguaçu, desdobrando-

---

<sup>732</sup> Mais informações no site: Site: [www.trezetiliassc.gov.br](http://www.trezetiliassc.gov.br).

se a outros municípios como Rancho Queimado, Anitápolis, São Bonifácio, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e São Martinho.

#### *6.2.3.7 Circuito da cultura italiana do sul catarinense*

A região Sul de Santa Catarina, que teve nos imigrantes italianos aí estabelecidos, a partir de 1880, forte componente no seu povoamento, tem procurado desenvolver um projeto integrado de valorização da cultura local de base italiana, com base na gastronomia, vinicultura e o folclore existente.

Os municípios de Criciúma, Içara, Urussanga, Meleiro, Morro da Fumaça, Gravatal, Orleans e outros vêm realizando a implementação de um roteiro turístico que valorize as pequenas pousadas e propriedades rurais.

#### *6.2.3.8 Circuito da neve e planalto catarinense*

São Joaquim<sup>733</sup>, a cidade com o clima mais frio do país, tem uma altitude de 1.360 metros. No inverno, a paisagem é coberta pela neve e pela geada. Apenas um exemplo do que você encontra na maravilhosa região da serra catarinense.

Lages, Urupema, Fraiburgo, Bom Jardim da Serra e Urubici são outras cidades onde você poderá ver os campos repletos de branco gelado e sentir as baixíssimas temperaturas.

A chegada a esta região, a partir do litoral, oferece uma paisagem deslumbrante, notadamente se o caminho utilizado for o da serra do Rio do Rastro<sup>734</sup>, a partir da cidade de Lauro Muller.

As curvas vertiginosas da entrada na serra do Rio do Rastro, encravada na rocha, permite uma visibilidade de dezenas de quilômetros da paisagem circunvizinha.

A paisagem é deslumbrante, muitas vezes com o topo coberto pela neve, a 1400 metros de altitude.

---

<sup>733</sup> Mais informações poderão ser buscada junto ao endereço eletrônico: Email: [prefeitura.sjoaquim@iscc.com.br](mailto:prefeitura.sjoaquim@iscc.com.br).

<sup>734</sup> Outras informações sobre a Serra do rio do Rasto: [http://www.cprm.gov.br/coluna/serra\\_rio\\_rasto2.html](http://www.cprm.gov.br/coluna/serra_rio_rasto2.html)



### 6.2.3.9 *Circuito do turismo rural*

O turismo rural é levado a sério em Santa Catarina, considerando modelo no país. A estrutura hoteleira é de excelente qualidade, e oferecem muitos atrativos.

O turista acompanha todas as atividades de uma fazenda típica da região, como ordenha plantio, cavalgadas, além de realizar passeios ecológicos e saborear a culinária crioula.

Lages, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Florianópolis, Joinville, Camboriú, Urubici, Urupema, Massaranduba e Urussanga, são as cidades onde se pratica o autêntico turismo rural.

### 6.2.3.10 *Circuito das águas termais*

Santa Catarina é rica em fontes de águas termais, com temperaturas de até 38°C. As estâncias são providas de uma excelente estrutura de hotéis de categoria internacional, localizados nas cidades de Gravatal, Águas Mornas, Tubarão, São Carlos, Quilombo, Santo Amaro da Imperatriz, Piratuba, Águas de Chapecó, Palmitos e São João do Sul, esta com águas termais salgadas.

Em face do uso medicinal e uma temperatura constante próximo a 20° é muito procurado durante todo o ano, principalmente pelo turista da terceira idade.

### 6.2.3.11 *Circuito estradas de ferro*

As antigas locomotivas a vapor “Maria-Fumaça” ainda cortam trilhos em certas regiões catarinenses, atravessando túneis, pontes, gargantas e paisagens rurais, com paradas nos pontos mais interessantes.

Na região Norte, o roteiro inclui as cidades de São Francisco do Sul, Joinville, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

Na região Sul, passa por Urussanga, Tubarão e Imbituba.

Na região do Meio-Oeste, os trilhos cortam também Caçador e Videira.

### 6.2.3.12 *Circuito “minas de carvão”*

Em Criciúma não se pode deixar de fazer uma visita à Mina Modelo Caetano Sonogo, recuperado para o turismo em 1984.

Localizado no bairro Mina Brasil, de fácil acesso, permite que o turista desfrute de uma viagem mágica ao mundo subterrâneo de carvão de pedra. Aliás, a mina modelo de Criciúma, com trenzinho, museu, bar, painéis didáticos e a imagem de Santa Bárbara, a padroeira dos mineiros, por suas características artesanais, é a única no mundo aberta à visitação pública. Mantém também o projeto escola, destinado aos alunos do primeiro grau e universitários.

### 6.2.3.13 Circuitos religiosos

Todo dia 15 de agosto, e ao longo de todo o ano, milhares de romeiros chegam à comunidade de Azambuja, no município de Brusque, no Vale do Itajaí, para prestar homenagem a Nossa Senhora Caravaggio, que tem o seu santuário nesta cidade<sup>735</sup>.

Já em Nova Trento, no Vale do rio Tijucas, a atração é o santuário de Nossa Senhora de Lourdes. No local, encontra-se o Museu da Bem-Aventurada Madre Paulina, canonizada pelo Vaticano.

A devoção à Santa Madre Paulina transformou a cidade de Nova Trento no maior centro de romeiros de Santa Catarina.

A igreja matriz do Santíssimo Sacramento, localizada em Itajaí, também chama atenção. Seu interior, ricamente pintado pelos artistas italianos Aldo Locatelli e Emílio Cessa, abriga uma colossal estátua de Moisés esculpida pelo renomado artista Erwin Teichmann<sup>736</sup>, na cidade catarinense de Pomerode, que se acha colocada sobre o dossel do público.

Em Florianópolis, na catedral Metropolitana, encontra-se uma das imagens sacras mais raras e belas de Santa Catarina: Fuga da Sagrada Família para o Egito. Foi esculpida em madeira policromada, no século XIX, pelo artista austríaco Demetz<sup>737</sup>.

No hospital de Caridade, de Florianópolis, encontra-se uma das imagens de maior devoção e antiguidade de Santa Catarina - O Senhor dos Passos.

<sup>735</sup> Conhecido como Vale dos Milagres, abriga gruta com fonte de água e imagem de Nossa Senhora do Caravaggio, Museu Arquidiocesano – considerado um dos mais completos acervos de arte sacra popular do Brasil – e o Santuário de Azambuja. Visitado por devotos de todo o país, no terceiro domingo de agosto promove a Festa de Azambuja, que atrai até 80 mil fiéis. Fonte: arquivo da paróquia de Azambuja. Brusque. 2007.

<sup>736</sup> Maiores informações a respeito de Erwin Teichmann, na Secretaria de turismo de Pomerode. Email: [pomerpmp@terra.com.br](mailto:pomerpmp@terra.com.br)

<sup>737</sup> Ainda sobre a catedral : A matriz Catedral de Nossa Senhora do Desterro foi edificada no mesmo local onde existiu uma antiga capelinha, erguida em 1678 pelo fundador da cidade, o bandeirante Francisco Dias Velho. A Matriz foi projetada por José da Silva Paes, o primeiro governador da antiga Capitania. Já sofreu várias reformas, a maior em 1922, mas preserva a portada original e, no interior, o arco cruzeiro em cantaria, a elaborada porta de madeira da Capela da Nossa Senhora das Dores e os sete altares, onde predominam as linhas neoclássicas. Existe um expressivo acervo de arte sacra, a escultura "Fuga para o Egito", talhada no Tirol, Áustria, pelo artista Demetz, em dois blocos de cedro, no tamanho natural e que está na Catedral desde 1902, e um órgão de tubos alemão, é de 1922 e os vitrais, confeccionados em São Paulo, são de 1949. A catedral é patrimônio tombado pelo Estado e pelo Município. Fonte: arquivo da Catedral metropolitana de Florianópolis. 2007.

Esta imagem foi esculpida no século XVIII, pelo negro forro baiano, apelidado de “Cabra”, que apresentava movimentos da cabeça. Emocionava tanto os fiéis nas procissões que os mecanismos foram travados.

Os ex-votos<sup>738</sup> existentes na capela e os milhares de pessoas que ao longo dos anos acompanharam a procissão, pagando promessas, indicam a fé dos que a procuram<sup>739</sup>.

Em Angelina, o Santuário Mariano, formado pela gruta da Imaculada Conceição e por 14 estações de Via-Sacra, é local de peregrinação dos fiéis.

A capela dedicada a Santa Albertina, assim denominada pelo povo, no município de Imaruí, é um outro importante local de peregrinação em território catarinense.

Dezenas de outros tantos locais de peregrinação existem em Santa Catarina, que precisam ser integrados no circuito religioso catarinense, dependendo somente da vontade política de possibilitar estrutura mínima aos turistas.

#### 6.2.3.14 Circuito ecológico

A natureza foi generosa para os aventureiros e esportistas radicais em Santa Catarina. Montanhismo no Parque Nacional de Aparecida da Serra e no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro<sup>740</sup>. Exploração de cavernas em Botuverá<sup>741</sup>.

<sup>738</sup> Ex-voto é o cumprimento da promessa feita, depois que a graça foi alcançada. Foram os portugueses, naturalmente, os introdutores da prática dos ex-votos no Brasil, através do catolicismo popular vivenciado na Península Ibérica. Quem faz o “voto” fica na condição de “devedor”, que cessa só quando cumprida a promessa. Daí o costume de fixar tabuletas, ao pé das imagens ou dos altares dos deuses com a expressão “ex-voto” (foi um voto).

<sup>739</sup> A saber sobre a procissão do Senhor dos Passos, atrativo turístico religioso: Do século XIV ao XVIII, aproximadamente, em Portugal, a Procissão se realizava na Quinta-Feira Santa, mas acabou sendo antecipada para um dia anterior e oportuno, devido a controvérsias litúrgicas, até se firmar nas Quintas-Feiras da semana anterior ao Domingo de Ramos. Particularmente, nos Açores, de onde se transferiu à Ilha de Santa Catarina, a Procissão ocorria, e ocorre ainda hoje, em várias Capelas e Freguesias das diversas ilhas, em dias diferentes da semana anterior à Semana Santa. Em Florianópolis, antiga Desterro, a primeira celebração teria acontecido em 1766, em uma Quinta-Feira, dois anos após a chegada da imagem à Desterro e da fundação da confraria “Irmandade do Senhor Jesus dos Passos”, conforme referência assentada na 1ª prestação de contas dessa Irmandade, datada de 27 de setembro de 1767. Ali estão registradas despesas efetuadas com sermões, fitas, tecidos, linhas, cera, feitiço de balandrau, entre outras, para a Procissão de 1766 (Fontes, 1765).

<sup>740</sup> Ainda sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: é a maior unidade de conservação do Estado, perfazendo quase 1% da área total de Santa Catarina. Sua área total é de cerca 90.000 ha., sendo na Ilha 346,5 ha. e o restante no continente. O seu objetivo é proteger os mananciais de água que abastecem os municípios da Grande Florianópolis, preservar espécies animais, vegetais e recursos paisagísticos ameaçados, possibilitar a pesquisa, educação ambiental e turismo ecológico. Fonte: FATMA - Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente. 2007.

<sup>741</sup> Botuverá situa-se numa região rica em ouro, pedras preciosas e minérios, mas é mais conhecida por turistas e espeleólogos pela Caverna de Ourinho – que, segundo os pesquisadores, tem entre 300.000.000 e 600.000.000 de anos de idade. Situada a 15km do centro da cidade, no distrito de Ourinho, a caverna é considerada uma das maiores do País e é a principal atração turística da região, sendo um dos mais belos cartões-postais de Santa Catarina. Suas galerias, que medem em torno de 580m de extensão e têm entre 20m e 50m de altura, são

Passeios nas reservas da mata atlântica e dos pinhais. Percorrendo as inúmeras trilhas ecológicas existentes no Meio Oeste destacam-se as existentes em Fraiburgo, no litoral as da Ilha de Santa Catarina, Parque do Tabuleiro e tantos outros locais.

Rafting nas corredeiras do rio Itajaí-Açu e outros pontos espalhados pelo território catarinense.

Surfe – Dos circuitos naturais, é, sem dúvida, o que se destaca em Santa Catarina. Litoral privilegiado para o surfe, pela variedade e qualidade das ondas. Integrado no circuito Internacional do Surfe Profissional, tem como destaque as praias da Joaquina, Mole e Santinho, em Florianópolis, Guarda do Embaú, em Palhoça, da Ferrugem, em Garopaba, do Rosa e da Vila, em Imbituba e tantas outras.

Pelo profissionalismo do surfe, surgindo em função de muita dedicação e boas ondas, muitos surfistas destacam-se nas competições nacionais e internacionais.

Em matéria de ecoturismo, o Estado é um verdadeiro catálogo de diversidade e qualidade.

As cidades que fazem parte do circuito ecológico são: São Francisco do Sul, Campo Alegre, São Bento do Sul, Corupá, Pomerode, Ibirama, Apiúna, Lages, Urupema, São Joaquim, Urubici, Lauro Muller, Orleans, Taquaras, Santo Amaro da Imperatriz, Florianópolis, Timbé do Sul, Abelardo Luz, Rio do Sul, Itapoá, Palhoça, Praia Grande, Bom Jardim da Serra, Camboriú, Urussanga e Massaranduba.

#### *6.2.3.15 Circuito de compras*

Este circuito é caracterizado pelo comércio de malhas, cama, mesa, banho, calçados, jeans, cristais e porcelanas e artesanatos diversos.

Os produtos catarinenses são internacionalmente reconhecidos por sua qualidade e beleza.

Aqui, o turista tem a oportunidade de adquirir esses produtos em postos de venda das próprias fábricas e diretamente com os artesãos, com excelentes preços.

Cidades que fazem parte do circuito: Blumenau, Brusque, Criciúma, Joinville, São João Batista, Concórdia, Jaraguá do Sul, Araranguá, São Bento do Sul, Chapecó, Florianópolis.

### 6.2.3.16 Circuito das festas de outubro

Turistas de todo o Brasil e do mundo reconhecem: outubro é festa em Santa Catarina. O melhor referencial é a **Oktoberfest**, de Blumenau, a segunda maior festa popular do país. São muitos dias de folia, regados com mais de um milhão de litros de chope, ao som das animadas bandinhas típicas.

E a temporada de festas envolve muitas outras cidades do Estado, cada qual aprofundando uma temática, centrada numa gastronomia específica. **Fenarreco**, Festa Nacional do Marreco, em Brusque; **Marejada**, Festa Portuguesa e do Pescado, em Itajaí; **Schutzenfest**, em Jaraguá do Sul; **Kegelfest**, Festa Nacional do Bolão, em Rio do Sul; **Fenachopp**, Festa Nacional do Chopp, em Joinville; **Oustrafest**, em Florianópolis, com a gastronomia à base de ostras e outros frutos do mar.

Tem ainda a **Oktoberfest**, em Itapiranga; **Polski Festyn**, em São Bento do Sul; **Tirolerfest**, em Treze Tílias; e a **Quermesse**, em Criciúma e o **Açor - Festa Açoriana** de Santa Catarina, rotativa no litoral catarinense. Além destas, muitas outras<sup>742</sup>.

### 6.2.3.17 Circuitos de entretenimento e lazer

O município de Penha localiza-se um dos maiores centros de lazer e entretenimento do mundo, o Beto Carrero World, ocupando uma área de 14 milhões de metros quadrados.

Com uma moderna estrutura de lazer e gastronomia, dispõe de atrações como a montanha russa Star World, uma das maiores do mundo, o Maximotion, a ferrovia Dinomagic e seus animais pré-históricos, o zoológico e muitos shows, como Excalibur e África Misteriosa.<sup>743</sup>

O Parque Cyro Gevaerd, em Balneário Camboriú, tem diversões para todos os gostos e idades. Desde a beleza da minifazenda, do minizoo, do tartarugário, do museu arqueológico e oceanógrafo, do aquário, do museu de aves, mamíferos e répteis e da área botânica.

O Parque Zoobotânico de Brusque está situado bem no centro da cidade, onde ocupa uma área de 150 mil metros quadrados de lazer e tranquilidade.

<sup>742</sup> Sobre as festas de outubro verificar o site oficial do Governo do estado e a Secretaria Estadual de Turismo e Cultura. [www.sc.gov.br/santur](http://www.sc.gov.br/santur), 2007.

<sup>743</sup> Ver mais sobre Penha, no capítulo referente ao mosaico Catarinense.

Permite avistar uma paisagem agradável que o visitante jamais esquecerá. Apresenta 600 espécies de animais que vivem harmoniosamente em recintos especiais, espalhados ao longo de 3.200 metros de trilhas pavimentadas.

No interior do parque está o minipantanal, povoado com animais e aves que reproduzem, em cinco lagos, o ambiente do Pantanal mato-grossense.

Zoológico de Pomerode – em Pomerode, a “cidade mais alemã do Brasil”, encontra-se um zoológico único, fundado e mantido pela tradicional família Weege, o qual vem encantando gerações de catarinenses e turistas de outros Estados, pela sua singularidade e o carinho dedicados aos animais e aves que hospeda.

Parques Aquáticos de Gaspar – A cidade de Gaspar, pertinho de Blumenau, tem como as suas principais atrações os parques aquáticos cascata Carolina e Cascanéia, locais em que o visitante se diverte pra valer em supertobogãs e piscinas com águas cristalinas, tudo inserido estrategicamente dentro de uma reserva da mata atlântica.

Trilhas ecológicas de Fraiburgo – Com um Jeep idêntico ao dos safáris da África, você conhecerá matas nativas com vestígios indígenas, árvores centenárias, “Florestas Assombradas”, animais, campos, nascentes de água cristalina, lagos, cascatas e muitas trilhas onde só um “Jagunço” é capaz de ir. Localiza-se em Fraiburgo.

#### *6.2.3.18 Circuito de observação da baleia Franca.*

A mais recente opção de lazer vem do turismo de observação. A baleia Franca – *Eubalaena australis* – é um monumento natural do Estado de Santa Catarina, isto porque estes fantásticos cetáceos, em extinção em todo o planeta, se reproduzem em águas do litoral catarinense, no período de maio a outubro, transformando as nossas costas num verdadeiro “berçário marinho”.

Nesse período, as baleias se aproximam muito da praia – de 20 a 30 metros em alguns lugares – proporcionando um belo espetáculo aos turistas. Este fenômeno ocorre desde o balneário de Morro dos Conventos, no sul do Estado, até as enseadas de Bombinhas no litoral centro.

Cidades que fazem parte do circuito: Laguna, Porto Belo, Governador Celso Ramos, Florianópolis, Palhoça, Garopaba, Imbituba<sup>744</sup>.

---

<sup>744</sup> [www.sc.gov.br/santur](http://www.sc.gov.br/santur), 2007

#### 6.2.4 A identidade sócio-cultural de base açoriana e seus reflexos no turismo

Após esta descrição de toda riqueza do estado de Santa Catarina, no que tange as suas potencialidades turística, vamos aprofundar o aspectos da cultura de base açoriana como motivação propulsora do desenvolvimento turístico de toda costa catarinense.

A partir dos anos 80 que se produz uma mudança de rumo, mesmo que seja gradual do discurso que valorizava somente as belezas naturais do litoral, para um discurso que privilegia também as virtudes turísticas da cultura. Essa mudança de rumo é, por um lado, o resultado de discussões e polêmicas sobre a relação entre turismo e desenvolvimento sustentado, que põem em causa o modelo predatório do turismo dos três “SSS” (*sun, sea and sand* – sol, mar e praia) e sublinham a necessidade de implicar setores mais amplos da população nos benefícios econômicos do turismo. Mas resulta, também, das políticas estaduais de ampliação dos benefícios do turismo às áreas do interior do estado e de promoção do chamado “turismo quatro estações”, com suas rotas específicas já vista anteriormente. Em ambos os casos, eram necessários completar a intensidade posta nas potencialidades naturais de Santa Catarina com a ênfase noutras virtudes.

A identidade sociocultural torna-se, neste quadro, um recurso importante do *Marketing* turístico. Aquilo que Santa Catarina pode oferecer ao turista brasileiro ou internacional é um mosaico único de culturas e etnias, cada uma com seus costumes e práticas culturais diferenciadas, no nível da arquitetura, da culinária, das tradições festivas, do traje, da dança, etc.<sup>745</sup> Os diversos circuitos turísticos apresentados no início deste capítulo, destacando o turismo de “festas” que ocorrem no mês de outubro, fornecem um novo modelo de turismo. Como afirma Bernadete Ramos Flores:

“A tecnologia e a metodologia das festas germânicas tornaram-se um modelo de economia turística. A partir delas o estado de Santa Catarina, num empenho para implantar o Turismo Quatro Estações, é pontilhado de festas que se utilizam dos costumes locais (...) para mercantilizá-los na forma de espetáculos ou de produtos de consumo” (Flores 1997:15).

Com esta nova vertente turística (circuitos) os investimentos estaduais ou municipais na salvaguarda do patrimônio ou na revitalização da tradição multiplicam-se. Para além das suas belezas naturais, Santa Catarina passa a oferecer aos turistas o espetáculo da diversidade da sua gente e cultura.<sup>746</sup>

<sup>745</sup> Sobre o caráter multiétnico do estado de Santa Catarina, conferir os capítulos anteriores.

<sup>746</sup> Para uma visão mais abrangente do desenvolvimento do turismo de Santa Catarina conferir Neto (1993)

Podemos constatar esta nova forma de apresentar Santa Catarina como pólo de diversidade cultural, ao observarmos todo material de divulgação turístico que se produz pelos órgãos oficiais e as agências de turismo.

Este processo de etnificação do turismo catarinense irá cruzar-se, no decurso dos anos 90, com o movimento açorianista. O caso da “Marejada” do município de Itajaí – diretamente inspirada no modelo de “turismo quatro estações” da *Oktoberfest* pioneira nesta modalidade. Mas na sua seqüência, multiplicar-se-ão os exemplo de cruzamentos entre a cultura popular de base açoriana e o turismo.

Eles são, por exemplo, evidente no discurso açorianista do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA, que, praticamente desde a sua refundação, no início dos anos 1990, não só escondeu as virtudes turísticas do seu projeto, como as integrou nele. Em toda a documentação do NEA, de fato, a “criação de um corredor turístico-cultural de base açoriana” é sempre mencionada como um dos seus principais objetivos. De acordo com Vilson Farias (2000, b), esta insistência nas potencialidades turísticas do projeto açoriano foi mesmo decisiva para a sua implantação no litoral catarinense.

“Nós começamos a conscientizar as pessoas que a cultura açoriana era boa para sobrevivência da própria comunidade no mundo, uma vez que o turista cultural está a surgir como uma grande força para suporte do desenvolvimento. E começamos a mostrar para eles que a preservação dos valores da cultura de base açoriana nas suas comunidade era fundamental para um turismo de qualitativo (...) essa visibilidade da cultural açoriana creio que tenha sido exatamente pela necessidade que os municípios sentiram de se redescobrir, porque não tinham o que oferecer perante essa avassaladora passagem do turista pela região”. (Farias, 2000 b)

Se esta prioridade tem tido, até agora, uma tradução escassa nas iniciativas próprias do NEA, em contrapartida ela tem se constituído num dos motivos importantes para o fornecimento de apoios pelas prefeituras do litoral catarinense aos grupos açorianistas ligados ao NEA. De fato, esses apoios são freqüentemente dados em nome de uma lógica, em que a cultural de base açoriana é vista como podendo dar um importante retorno em termos turísticos.

O município de São José, no continente frontal a Ilha de Santa Catarina, é um bom exemplo do resgate da cultura de base açoriana, por parte da administração pública. O prefeito tem priorizado nas atividades da Fundação de Cultura do Município, atividades e ações que permitam uma exposição pública destas manifestações, um exemplo é a criação do Açor – Fest de São José, além de incentivar os grupos de teatro, dança e a culinária típica.



A “marca” açoriana é entendida como a melhor estratégia de *marketing* turístico principalmente para os municípios litorâneos. Basta clicarmos nos sites das prefeituras que veremos estampando suas chamadas para os turistas com apelos aos atrativos da cultura de base açoriana. Um exemplo desta divulgação é a revista *Mares do Sul* que mostra a origem açoriana do litoral catarinense de forma permanente. O município de Sombrio, no sul do estado de Santa Catarina, é apresentado como:

“a pequena Sombrio que preserva as suas tradições num verdadeiro museu ao ar livre, onde teares e mosaicos contam a saga da colonização da cidade e exaltam a cultura açoriana”.<sup>747</sup>

Na publicação turística bilíngüe *Florianópolis. Ilha açoriana* – prefaciada pela prefeita de Florianópolis e da autoria de duas destacadas ativistas do movimento açorianista – um dos principais motivos de atração turística da Ilha de Santa Catarina são as suas “raízes açorianas preservadas”, incluindo:

“o sotaque cantado e ligeirinho, a arquitetura, a religiosidade, os hábitos, os usos e costumes, o folclore, o artesanato, a pesca artesanal e, principalmente, o jeito simples e hospitaleiro de ser e de receber”.<sup>748</sup>

Também citamos a publicação da revista cultural “Tu visse?” do Departamento de Cultura da Prefeitura do município de Bombinhas que é distribuída gratuitamente como divulgação das atividades turísticas da cidade, onde não só o título tem expresso o linguajar dos nativos descendentes de açorianos, como seus artigos e editoriais, trazem sempre a valorização da cultura de base açoriana.

Outro tópico açorianistas como as rendas de bilro, as bruxas ou as festas do Divino recebem, também, um tratamento detalhado. Em Laguna, o *folder* turístico editado pelo município, sublinha as potencialidades turísticas “do povo hospitaleiro de origem açoriana”. Em Penha, refere-se à influência dos açorianos “na religiosidade, culinária, arquitetura e no jeito simples e acolhedor do povo receber aqueles que visitam o município”. Em imbituba, é também proposto aos turistas argentinos – a par dos circuitos rurais, “*de los museos*”, “*de las aguas termales*”, etc. – um “*circuito de la cultura Azoreana*”.

<sup>747</sup> *Mares do Sul* 32, junho/julho:11.

<sup>748</sup> COUTINHO, Ana Lúcia e Catarina Rüdiger. **Florianópolis, Ilha Açoriana**. Florianópolis: Mares do Sul, 1998.:45.

Não somente os municípios se utilizam desta relação entre cultura popular de base açoriana e turismo. É o que se passa com os grupos que se dedicam ao artesanato. O desenvolvimento de sua produção é de fato pensado tendo em vista o comércio junto aos turistas. O maior exemplo é a Escola de Oleiros de São José, em que seus artesãos produzem cerâmica decorativa com motivações da cultura de base açoriana, como: a rendeira, o boi de mamão, o pau-de-fita, etc. que são colocados à disposição dos turistas. Da mesma forma, na Lagoa da Conceição – um dos principais locais turísticos da Ilha de Santa Catarina – a Fundação Franklin Cascaes montou igualmente um espaço consagrado à fabricação e venda de produtos artesanais.

Tudo fica mais evidente quando registramos por parte dos empresários do ramo do turismo, a utilização da “marca” Açores nos seus empreendimentos, fazendo uma associação da cultura popular de base açoriana com os seus investimentos turísticos. Esse aproveitamento pode ser superficial, quando muitos só se apropriam da designação açoriana” para nomear empreendimentos turísticos vários, desde restaurantes a hotéis, passando por praias e lojas de venda de artesanato. Como podemos ver em São José, no centro histórico, temos um restaurante famoso chamado “Pão-por-Deus”. Mas pode assumir formas mais elaboradas. Num empreendimento turístico situado no Costão do Santinho<sup>749</sup> – na Ilha de Santa Catarina – foi, por exemplo, criado um espaço chamado Ilha de Cascaes, baseado na utilização de motivos inspirados nos desenhos de Franklin Cascaes. Da mesma maneira, muitos restaurantes – sobretudo na Ilha de Santa Catarina – tendem a especializar-se na culinária tradicional, servindo-se ativamente do motivo açoriano na sua promoção. Temos por toda ilha, principalmente na região de Ribeirão da Ilha, um corredor de restaurantes todos com sua gastronomia e motivações decorativas ligados a cultura de base açoriana, como Rancho Açoriano, Ostradamus e Porto dos Contratos.

Este consórcio entre cultura açoriana e turismo é também inegável na utilização do motivo das bruxas, na divulgação turística da Ilha de Santa Catarina. Os primeiros exemplos dessa utilização recuam aos anos 1980, quando em 1986, Peninha (2000) é convidado para conceber o estande de Santa Catarina para uma feira de turismo que teve lugar em São Paulo:

Eles me deram liberdade, então e eu criei um lugar (...)cheio de símbolos esotéricos(...). Os recepcionistas tinham um caldeirão com sangria, que se chama aqui de concertada, que é uma bebida que os açorianos faziam (...). E os recepcionistas eram um diabo e duas bruxas, atores de teatro, e com aquela indumentária, completamente seminus – (...) com uns falos bem proeminentes (...) – eles faziam teatralização, Ahhhnnmm, barulhos. Acontece que todo o mundo queria ver de onde vi-

<sup>749</sup> Hotel Resort de nível internacional, construído no norte da Ilha de Santa Catarina.

nham esses barulhos e era do estande de Santa Catarina. (...)Aí foi um escândalo, aquilo. Todo o mundo corria para o estande de Santa Catarina, que era extravagante demais! Era muito extravagante, ainda se bebia concertada e saía do padrão daquelas moças bem maquiadas (...). Foram censurados (...). E enquanto discutiam se censuravam ou não censuravam (...) só deu Santa Catarina, os outros [estandes] apagaram completamente. Porque foi inusitado, não é? <sup>750</sup>

Alguns açorianistas entendem que foi precisamente a partir do sucesso deste ensaio que teria nascido aquela que é até hoje uma das grandes motes na difusão turística da Ilha de Santa Catarina: “Ilha da Magia”. Concomitantemente, a bruxa difundiu-se como objeto recorrente do artesanato e em variadas ações de promoção turística.

A metodologia de mercantilização da cultura popular açoriana agregado ao turismo que temos examinado devem ser estudado à luz da importância crescente que no mundo moderno, tem vindo a assumir os procedimento de etnicização dos consumos, designadamente turísticos.

Para designar essa metodologia, MacCannell propôs o conceito de “etnicidade reconstruída”. Para este autor, “o turismo provoca a restauração, preservação e recriação ficcional de atributos étnicos”, num processo em que, segundo ele, “a energia vem de fora [isto é, da indústria turística], e não de dentro [isto, é do grupo]”<sup>751</sup>. Vários outros autores têm subscrito este tipo de aproximação, defendendo, como MacCannell, uma espécie de dissociação entre etnicidade “turística” e etnicidade “genuína”. Entretanto, outros autores têm contestado esta forma de ver as coisas, mostrando, ao invés, de que maneira os processos de mercantilização da cultura associados ao turismo podem pelo contrário afirmar-se como um elemento extremamente importante em processos mais amplos de renascimento étnico—como o caso da minoria Ainu no Japão, referido por Jonathan Friedman<sup>752</sup> (1994) – ou o modo como, em contextos marcados pelo desenvolvimento do turismo, os “espetáculos folclóricos podem ser um meio para a criação e asserção de identidade local face a migrações sazonais massivas”<sup>753</sup>.

Acredito que o caso de Santa Catarina confirma a justeza desta última aproximação. A mercantilização da cultura popular açoriana é de fato parte integrante de um processo mais vasto de redescoberta e afirmação da identidade étnica e, nessa exata medida, a maioria dos seus desdobramentos turísticos, sobretudo, aqueles cuja gestão está entregue às comunidades

<sup>750</sup> Gelcy Coelho, o Peninha. Palestra, 2007.

<sup>751</sup> MACCANNEL, Dean. “**Reconstructed Ethnicity: Tourism and Cultural Identity in Third World Communities**”. Empty Meeting Grounds. The Tourist Papers. London-New York: Routledge, 1992, p. 159.

<sup>752</sup> FRIEDMAN, Jonathan. “**Globalization and Localization**”. **Cultural Identity & Global Process**. London-Thousand Oaks-New Delhi, Sage, 1994, p. 102-116.

<sup>753</sup> BENDIX, Regina. “**Tourism and Cultural Displays. Inventing Traditions for Whom?**”, *Journal of American Folklore* 1989. 102, p. 131.

locais, são um fator suplementar de fortalecimento da cultura popular de base açoriana. Também podemos afirmar que a reelaboração das tradições “pode ser fonte simultânea de prosperidade econômica e de reafirmação simbólica”<sup>754</sup>. Ou que ainda, mercantilização e *empowerment*<sup>755</sup> podem não ser mutuamente exclusivos.

---

<sup>754</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 239.

<sup>755</sup> *Empowerment* ou empoderamento: capacitação da comunidade ou organização, aumento da sua força, melhoramento da sua capacidade e/ou habilidade para atingir os objetivos.

## 7. CONCLUSÕES

A tese apresentada buscou mostrar os resultados de uma das muitas frentes de colonização européia que aconteceram no Brasil em mais de 500 anos de história. Mais especificamente, foi sobre a colonização açoriana do século XVIII, no litoral catarinense, que nos debruçamos durante este trabalho. Partimos de uma comunidade, a Enseada de Brito, localizada no município de Palhoça, na região da Grande Florianópolis (SC) e expandimos nosso relato para todos os municípios litorâneos que receberam os imigrantes vindos dos Açores.

O objetivo não foi mostrar uma continuidade cultural entre o arquipélago português e o litoral de Santa Catarina, mas mostrar a contribuição das visões de mundo açorianas no desenvolvimento religioso e econômico catarinense. Para tanto, foi preciso se apoiar num arcabouço teórico que nos permitisse pensar nessa diáspora como constituidora de uma nova cultura e não como desagregadora dos valores e visões de mundo dos habitantes dos Açores do século XVIII. Com base na teoria interpretativa da cultura de Clifford Geertz<sup>756</sup>, procuramos mostrar a cultura como uma “teia de significados” tecida pelos homens na vida em sociedade.

Neste sentido, foi possível mostrar como os imigrantes açorianos se estabeleceram numa paisagem geográfica muito diferente da que estavam acostumados. A mudança propiciou uma nova alimentação e novas atividades econômicas como a pesca que, mesmo não tendo destaque na história econômica dos Açores, propiciou aos açorianos um desenvolvimento econômico de grande importância para o estado de Santa Catarina.

O desenvolvimento da pesca e do turismo está intimamente ligado às transformações da cultura de base açoriana em todo litoral de Santa Catarina. A pesca artesanal ainda tem importância como uma das principais fontes de renda para as comunidades estudadas nesta tese. Mesmo para a comunidade de Enseada do Brito, que foi o foco principal dos estudos relacionados à vida açoriana, onde representa uma fonte parcial de renda, ainda é praticada diariamente.

A prática diária da pesca artesanal mostra que a atividade ainda está fortemente presente no cotidiano das comunidades litorâneas catarinense. No entanto, uma grande diversidade de outras atividades econômicas foram observadas, mostrando a necessidade dos pescadores em

---

<sup>756</sup> GEERTZ, Clifford. 1989. “Por uma teoria interpretativa da Cultura”. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC.

complementar a renda. Isto indica que a pesca artesanal já não tem mais condições de ser a única fonte de renda das famílias tradicionais do litoral.

As comunidades de base açoriana pertencentes da região da grande Florianópolis apresentam uma maior diversidade de métodos de pesca e uma transferência da atividade pesqueira para atividades voltadas a maricultura.

A pesca artesanal é um dos elementos que mantém vivo nas comunidades tradicionais do litoral catarinense, um patrimônio cultural importante na forma de tecnologias, mitos, crendices, lendas, religiosidade, culinária, leituras da natureza (fenômenos climáticos, observações da flora e da fauna, etc.). O etnoconhecimento influi diretamente na atividade pesqueira e apresenta uma elevada concordância com conhecimento científico o que vem ajudando na preservação dos ecossistemas marinhos e conseqüentemente dando uma sobre vida a pesca artesanal, confirmando a crescente importância da etnobiologia e da etnoecologia para a biologia. Durante a pesquisa podemos afirmar o que diz Diegues e Arruda (2001). “A pesca, além de ser uma atividade essencial para a preservação e bem estar social das comunidades pesqueiras, tem um papel fundamental na manutenção da atividade cultural e, conseqüentemente, na manutenção da biodiversidade regional”<sup>757</sup>.

A transferência da pesca artesanal para as atividades de maricultura está levando a uma alteração na dinâmica socioeconômica das populações de pescadores nos últimos anos.

Constatou-se que a maricultura tem disputado recursos e espaços com a pesca artesanal. Nas comunidades da região da grande Florianópolis, onde a maricultura foi analisada, Palhoça e Ribeirão da Ilha, foram as comunidades que apresentaram uma maior infraestrutura para realização desta atividade, assim como o maior interesse e envolvimento dos pescadores artesanais pela maricultura.

O crescimento das fazendas de maricultura tem representado melhoria de vida para as comunidades tradicionais de base açoriana do litoral, no sentido em que complementa a renda familiar, que antes era obtida através de atividades de subsistência, sobretudo pela pesca e pela agricultura de subsistência.

O desenvolvimento da pesca industrial, através dos incentivos federais, fez com que se expandisse de forma rápida sem, contudo levar em consideração a disponibilidade dos recursos naturais. A pesca de arrasto, praticada de forma indiscriminada pelos barcos industriais, foi e é responsável por uma diminuição considerável de pescado disponível. Sem conseguir acompanhar o desenvolvimento tecnológico dos barcos industriais, os pescadores artesanais

---

<sup>757</sup> Diegues, A.C.S. e R.S. Arruda. 2001. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Brasília.

se viram obrigados a aumentar suas horas no mar para conseguir manter a produção ou se transferir para maricultura, para não deixar sua lida no mar.

A maricultura também veio a facilitar a vida do pescador artesanal no período de defeso (proibição de pesca). Sendo mais uma alternativa econômica, somado ao seguro desemprego<sup>758</sup>.

Quanto ao desenvolvimento do turismo, como já expressamos no capítulo sexto, este tem uma forte influência nas comunidades de base açoriana do litoral de Santa Catarina. O litoral possui uma biodiversidade muito rica, e uma beleza cênica exuberante. Estes elementos, por si só, já ensejaria uma necessidade de cuidar desta riqueza, com o maior zelo e intensidade. Até porque temos cada vez um maior número de turistas, pagando quantias significativas para presenciar estas cenas “in-natura”. Porém, na prática, o que podemos ver é a total devastação, ou destruição de nossas riquezas naturais, que poderiam ser “exploradas” de forma sustentável. Com exceção de alguns pontos perdidos no litoral, no geral, belezas naturais e bens culturais se perdem, a cada instante, pelo mau uso, ou sub-valorização de sua importância no cenário socioeconômico, ambiental, cultural e turístico.

No estado de Santa Catarina o turismo é um seguimento econômico que atende velozmente as necessidades de desenvolvimento do estado. A ausência de um turismo comunitário, na região litorânea, que possibilite ao homem nativo o seu crescimento na comunidade com exercício de seus direitos e deveres coletivos, oportunizando desenvolvimento econômico e social utilizando-se dos seus próprios recursos, desafiando seus próprios limites no que diz respeito à preservação do meio ambiente e da cultura local, além de oferecer bases sólidas para a consolidação do turismo responsável, está levando a uma fragmentação das estruturas socioculturais desta comunidades.

Destacamos que na região litorânea o impacto negativos do turismo convencional sobre os recursos naturais, ecossistemas e populações locais, sem o devido respeito à cultura e tradições locais, leva a uma transformação da cultura de base açoriana.

O turismo, no litoral catarinense esta a provocar uma transformação tanto no aspecto urbano, com a ocupação imobiliária de forma agressiva, a alteração e descaracterização da paisagem, como o deslocamento de comunidades locais, como o aumento demográfico sazonal, com conseqüente aumento na produção de esgoto e lixo.

Estes fatores negativos do turismo sem planejamento ou irresponsável, leva a uma transformação cultural da região. Comunidades inteiras de pescadores foram transferidas em

---

<sup>758</sup> Benefício governamental que permite assistência financeira temporária aos pescadores artesanais durante o período de defeso.

nome do desenvolvimento turístico, dando lugar a grandes empreendimentos imobiliários, com a construção de hotéis, pousadas, entre outros equipamentos turísticos. Ainda no que tange aos aspectos culturais os impactos negativos, podem ser sentidos no aumento das diferenças sociais, descaracterização cultural, destruição do patrimônio histórico e o enfraquecimento da cultural local.

Entendemos também que os aspectos positivos podem ser visualizados, principalmente no campo econômico. Os principais impactos positivos da políticas de turismo que encontramos são: a geração de emprego e renda, as contribuições feitas às receitas do governo, como o estímulo ao desenvolvimento regional. Se a atividade turística estiver conectada a realidade local, também percebemos os impactos sócios culturais positivos, principalmente o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade receptora, valorizando a atividade cultural, valorizando a herança cultural.



## 8. BIBLIOGRAFIA

**A BÍBLIA DE JERUSALÉM.** Nova edição, revista São Paulo, Paulinas, 1991.

ABADIE-AICARDI, Aníbal. **A ilha de Santa Catarina na primeira expedição do Governador Cevallos ao Rio do Prata (1756).** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, tese para concurso, 1982.

ABADIE-AICARDI, Aníbal. **La Relación exacta versificada de la expedición de Cevallos a Santa Catarina y el Plata (1776-1777).** Sevilha. Historiografias americanistas, v.18 (2-3): 153-194. 1974.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história Colonial (1500-1800).** Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, livraria Briguiet, 4º ed., 1954.

ABREU, Martha. **O Império do Divino. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.** São Paulo: Ed. Nova Fronteira/FAPESP, 1999.

AÇORES, 1747. **Arquivo Histórico Ultramarino.** Portugal. Quadro Especial – Demográfico dos Açores.

ADAMS, Betina Maria. **O patrimônio de Florianópolis: Trajetória da gestão para sua preservação,** 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

ADRIANO, Vilmar e BERGAMASCHI. **Texto sobre Penha.** Prefeitura Municipal de Penha. 1999.

AFONSO, João. **Fundos Tradicionais dos Açores: a excelência das Festas do espírito Santo e expressões da sua expansão nas comunidades,** in Diário da manhã (suplemento de 6 fev. 1968).

AFONSO, João. **Mimos das Ilhas: Alfenim a apoteose do açúcar,** in Panorama, s. 4, n. 17 (mar. 1996), p. 53-59.

ÁGUAS MORNAS. **Colonização.** Texto sem autor, cedido pela Prefeitura Municipal de Águas Mornas, 2001.

**ALMANAQUE AÇORIANO 1999.** Açorense, comunicação e publicidade Ltda. Ponta Delgada, 1999.

ALMEIDA, Aluísio de. (pseud. De Luiz Castanho de Almeida). **Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba.** Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.186, 1945, p.96-173.

ALMEIDA, Aluísio de. **Vida e morte do Tropeiro**. São Paulo: co-ed. Martins – Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

ALVES, Rubem. **O Enigma da Religião**. Petrópolis: Vozes, 1979.

AMARAL, Rita de Cássia de M. P. **Festa à Brasileira. Significados do festejar, no país que “não é sério”**. São Paulo: USP/ Dep. de Antropologia. Tese de Doutorado, inédito, 1998.

AMARAL, Rita de Cássia de M. P. **Povo-de-Santo, Povo-de-festa. Um estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do Candomblé Paulista**. São Paulo: USP/Dep. de Antropologia. Dissertação de Mestrado, inédito, 1992.

AMARAL, Rita de Cássia. & SILVA, Vagner Gonçalves da. **“Cantar para subir. Um estudo antropológico da música ritual do candomblé paulista”** In: RELIGIÃO & SOCIEDADE, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1-2, nov. 1992.

AMARAL, Rita de Cássia. **“O tempo de festa é sempre”**. In: Travessia – Revista Do Migrante, CEM, ano VI, n. 15, jan/abril, 1993.

**ANAIS DA 2ª SEMANA DE ESTUDOS AÇORIANOS**. Florianópolis: UFSC, 1989.

ANDRADE, José, **Concelho de Ponta Delgada, 500 Anos de História. Cronologia de figuras e factos 1499 – 1999**. Ponta Delgada, Câmara Municipal, 2004, 2ª Edição.

ANDRADE, Júlio. **Bailhos, rodas e Cantorias**. Horta: Viseu, 1997.

ANÓNIMO. [Álvaro Ribeiro?]. **Costumes regionais da Ilha Terceira – Açores**, in Mensário das Casas do Povo, a. 4, n. 47 (Maio. 1950), p. 12 – 13.

ANÓNIMO. **As festas do Senhor Espírito Santo**, in Panorama, s 2, n. 9 (1954).

ANTUNES, João. **Mapa hipodérmico dos Açores**. Açores no Mundo. V.1, p.3, 1988

ARAÚJO, Brás Campos. **Dados coletas sobre o folclore de Santo Amaro**. Cedido pelo pesquisador em 1999.

ARCINIEGAS, Germán. **La Carta de Vespucci “Mundus Novus”**. Lisboa: Academia da História. “Fraternidade e Abnegação”, v. 1, 1999, p. 507-532.

ARQUIVO HISTÓRICO DE ITAJAÍ. **Dados Gerais**. Fundação Genésio de Miranda Lins. 2007.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINHO, Lisboa. Núcleo Açores.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA Livros de Juiz de Paz. **Juiz de Paz. Tomo I, 1831**. Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA Livros de Juiz de Paz. **Juiz de Paz. Tomo I, 1834**. Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **Desterro. Câmara Municipal 1774 -1810. s/n.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1833, vol. 737.** Florianópolis. 1833

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1835. s/n** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1837, s/n.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1939, s/n.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1844, vol. 743.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1845, vol. 751.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1846, vol. 752.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1847, vol. 753.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1849, vol. 755.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1851, vol. 757.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1852, vol. 758.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1855, vol. 759.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1856, vol. 762.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1857, vol. 763.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1870, s/n.** Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Câmaras Municipais. **São José. Câmara Municipal, 1892, vol. 820.** APSC. Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Livros de Juiz de Paz. **Juiz de Paz. Tomo I, 1833.** Florianópolis.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, **Atlas da Emigração Portuguesa**, Porto, Série Migrações, Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. **Leis Decretos. Lei 8.556, de 30/3/92.** Florianópolis, 1992.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. **Leis, Decretos e Resoluções. Resolução 58/91, de 12/12/1991.**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SANTA. CATARINA. **Relatório apresentado pelo presidente Adolfo de Barros Cavalcante no ano de 1867.** Arquivo da Assembléia Legislativa.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** Informação e documentos: Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentos: Trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022:** Informação e documentação: Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. Rio de Janeiro. 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e documentação: Referência – Elaboração. Rio de Janeiro 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024:** Informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027:** Informação e documentação: Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028:** Informação e documentação: Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro 2003.

ATAÍDE, Luiz Bernardo Leite de. **Etnografia Artística: S. Miguel, Açores**, Ponta Delgada, 1918, Interessam as p. 101-109 [BN: SC 18465 V].

ATAÍDE, Luiz Bernardo Leite de. **Folklore do Conselho das furnas**, in Revista Micaelense, a.3,n. 2 (1920), p. 766-783.

ATAÍDE, Luiz Bernardo Leite de. **Teatros do Espírito Santo**, in Etnografia, Arte e vida antiga nos Açores, v. 1, 1918, p. 250-256, Reeditado em Coimbra (1973).

AUDIÊNCIA PÚBLICA - **Apresentação e Discussão do Plano Plurianual (PPA)- 2002-2005.** Gabinete de Planejamento. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 2001.

AUGRAS, Monique. **O Brasil do Samba-Enredo**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

AZEVEDO, Fernando Corrêa de. **Aspectos Folclóricos do Paraná**. Cadernos de Artes e Tradições Populares do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, Paranaguá, 1(1): 57-76, jul. 2(2): 3-90, maio 1973-1975..

AZEVEDO, Fernando Corrêa de. **Fandango do Paraná**. Rio de Janeiro, Funarte, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. (Caderno de Folclore, 23). 1978.

BAKHTIN, Michail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec/UNB, 1987.

BAKHTIN, Michail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto à vontade (história da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina)**. Co-ed. Ed. da UFSC – ed. Insular, 1999).

BAPTISTA, Washington. **Los inmigrantes lusitanos y su genealogia**. Montevideo: 8º Reunión Americana de Genealogia, 1999.

BARBA, Enrique M. **Don Pedro de Cevallos**. Buenos Aires: Editorial Rioplatense, 1978.

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Gramática philosophica da língua portugueza ou Principios da grammatical geral applicados à nossa linguagem**. 2 ed. Lisboa, Academia de Lisboa, 1830. 458p.

BARIDON, Elauri Secco. **História Universal – Época Moderna**. 1ª edição. Editora Capeluz, Buenos Aires, 1970.

BARIDON, Elauri Secco. **História universal-época moderna**. 1º edição. Editora Capeluz, Buenos Aires, 1970.

BARRETO, Paulo Thedim. **O Piauí e a sua arquitetura**. (1938) In: Arquitetura Civil I: textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1975. (p.191-219).

BARRIO, Angel - B. Espina. **Freud y Lévi-Strauss**. Salamanca: Ediciones de la U.P.S. 1990.

BARRIO, Angel - B. Espina. **Manual de antropologia cultural**. Recife: Massagana, 2005.

BARRIO. Ángel B. Espina (Ed.) **Emigración e Integración Cultural**. España. Ed. Universidad de Salamanca. 2003.

BARRIO. Ángel B. Espina (Ed.).. **Conocimiento Local, comunicación e Interculturalidad**. Recife – Pernambuco-Brasil. ED. Massangana. 2007

BARROS, Edy Álvares Cabral de. **A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio. 1844 a 1910, a sua transição demográfica**, tese mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 1979, 172 p.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.) **Presença açoriana em Santo Amaro da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. EST, 1997.

BASTOS, Ivanilde Herondina. **Alternativas de cura: plantas e erva medicinais**. Florianópolis, 1990.

BASTOS, Rafael. **Dionísio em Santa Catarina. Ensaio sobre a Farra-do-boi**. Florianópolis: UFSC, Fundação Catarinense de Cultura, 1993.

BATALHA, Diogo & CASTRO, João Osório de. **A aldeia Saloia de José Franco**. Açores: Edições ELO, 2000.

BAYER, Célia. **O Fantástico Cacumbi**. Dados fornecidos pela Prefeitura. Municipal de Tijucas, 1999.

BELLANI, Eli Maria Madeiras. **Balsas e balseiros no rio Uruguai**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.

BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Governo de Mateus em São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BELTRÃO, Otto di. **Turismo: A indústria do Século XXI**. São Paulo: Novo Século, 2001.

BELTRÃO, Pedro Calderan. **Demografia ciência da população: análise e teoria**. Porto Alegre, liv. Sulina Ed. 1972. 355 p.

BENDIX, Regina. **“Tourism and Cultural Displays. Inventing Traditions for Whom?”**, Journal of American Folklore 1989. 102, p. 131-146.

BERGER, Peter L. & LUCKMAN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BERKES, F. e C. FOLKE, 1998. **Linking social and ecological systems for resilience and sustainability**. In: Berkes, F. Folke, C. (Eds), Linking social ecological systems: Management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge University Press, Cambridge.

BESSEN, José Artulino. – **São Joaquim de Garopaba**. Gráfica Mercúrio. Brusque, 1980.

BICUDO, Aníbal. **A Festa da Pombinha**, in suplemento do Diário dos Açores (1924).

BOITEUX, Henrique. **Os nossos almirantes**. Rio de Janeiro imp. Naval. 1917.

BOITEUX, José Arthur. **Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Editor Azevedo Irmão, Rio de Janeiro, 1916.

BOITEUX, Lucas A. **Pequena história catarinense**. Florianópolis, liv. Cysne, 1919. 334 p.

BOITEUX, Colbert Demaria. **A descoberta do Brasil por Cabral não foi obra do acaso**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Benção do Senhor/ Círculo Literário do Clube Naval do Rio de Janeiro, 1999.

BOITEUX, Henrique. **A República Catarinense**. vol. 1 Imprensa naval, Rio de Janeiro, 1927.

BOITEUX, Henrique. Almte. **O falanstério do Saí**. Florianópolis: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, v.12, 1º sem. 1944, p.47-90.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Açorianos e madeirenses em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, v.219, 1953.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Figuras do passado catarinense: O capitão-mor Domingos de Brito Peixoto**. Florianópolis: Anuário Catarinense, 1954.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **João Dias Solis**. Florianópolis: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa. 4:51-64, 1916.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para História de Santa Catarina**. Livraria Moderna. Florianópolis, 1912.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Os patriarcas dos carijós**. Florianópolis: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 6:126, 1917.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Santa Catarina no século XVI**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1950.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Sebastião Caboto**. Florianópolis: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 5:26-43, 1916.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Toponomástica da costa catarinense no século XVI**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1937.

BOLÉO, Manuel de Paiva. **A língua portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil: problemas de colonização e povoamento**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1983. 56p. Separata da Revista Portuguesa de Filologia, Coimbra, 18, 1983.

BOLÉO, Manuel de Paiva. **Brasileirismos; problemas de método**. Coimbra, Coimbra ed., 1943. 91p. Separata de Brasília, Coimbra, 3, 1943. (Resenhado em ao menos oito revistas européias, referidas por DIETRICH p. 28).

BOLÉO, Manuel de Paiva. **O Congresso de Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana**. Brasília, Coimbra, Faculdade de letras, 1950. 667p.

BONATELLI, Maria José. **As Rendas**. Florianópolis: Cadeira de Antropologia Cultural - Texto Tipográfico, 1956.

BORGES-FORTES, João. Gal. **Rio Grande de São Pedro—Povoamento e conquista**. Rio de Janeiro: Bloch, 1941.

BORGES-FORTES, João. **General Casaes**. Porto Alegre: s/ed., 1932.

BORN, José Nicolau. **Baguaçu Notícia Estatística descritiva**. IBGE, publicação nº. 24, 1941.

BOURDIEU, Pierre.. “**Esboço de uma teoria da prática**”. in Ortiz, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática[1972] 1983. pp.46-81.

BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974: 27-78.

BRAGA, Teófilo. **Cancioneiro e romanceiro geral Português**, Porto, 1867.

BRAGA, Teófilo. **Cancioneiro Popular Português**, Lisboa, 1913. 2. ed. Ampliada. Cf.Designadamente p. 56-110.

BRAGA, Teófilo. **Os cantos populares do archipelago açoriano**, Ponta Delgada, 1982, [BN: L 5193 V].

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia. Construção da Pessoa e Resistência Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Divino, O Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRITO, Paulo Miguel. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994.

BRITO, Paulo Miguel. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia e memória**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 2v: 515p.:il e 575 p.:il.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina**. Lisboa: Ed. Academia de Ciências, 1829, 2º ed., Lisboa: Ed. Academia de Ciências, 1832, 3º ed., Florianópolis, 1932.

BRITO, Paulo Miguel. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia e memória**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 2v: 515p.:il e 575 p.:il.

BRITO, Paulo Miguel. **Os Açorianos**. In **Anais do 1º Congresso Catarinense de História**. Imprensa Oficial, 1950.

BRONOWSKI, Jacob. **A escalada do homem**. Brasília, Martins Fontes/ EUB, 1983.

BROWNE, George Philip. **Government immigration policy in Imperial Brazil, 1822-1870**. Ann Arbor, Michigan, USA: University Microfilms, 1973.



BRUM, Estela. **A Coroação do Espírito Santo**, in Correio da Horta, n. 19259 (30/31 Mai. 1998).

BRUM, Nilo Bairros de. **Caminhos do Sul**. AGE. P. Alegre, 1999.

BUENO, Silveira. **A pronúnciação**. In: \_\_\_\_\_. Manual de califasia, califonia, calirritmia e arte de dizer. 6.ed. São Paulo, Saraiva, 1964.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CABRAL, Júlio. **Festejos do Espírito Santo**, in Álbum Açoriano, n. 34 (1903), p. 265-269.

CABRAL, Osvaldo R. **Historia de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1968.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, CFC. Departamento de imp. Nacional, 1972. 137 p.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia e memória**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 2v: 515p.:il e 575 p.:il.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os Açorianos**. In Anais do 1º Congresso Catarinense de História. Imprensa Oficial, Florianópolis.1950.

CABRAL, Oswaldo. **A medicina caseira**. Florianópolis. 1952.

CABRAL, Padre Joaquim de Chaves. **Festa do Espírito Santo na Ilha de Santa Maria**, in Archivo dos Açores, v. 14 (1921), p. 61-78.

**CALENDÁRIO DE EVENTOS 2007**. Laguna, SC. Prefeitura Municipal de Laguna. 2007.

CALIXTO, Benedito, **Capitanias paulistas**. São Paulo: Revista do Instituto e Geográfico de São Paulo, v. 21(1913-1921), 1924, p.89-302.

CALIXTO, Benedito. **Capitania de Itanhaem**. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v.20 (1915) p. 401-744.

CALLOIS, Roger. **O Homem e o Sagrado**. Lisboa: Ed. 70, 1988.

CÂMARA, Lourival. **Estrangeiros em Santa Catarina**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, CNG/ IBGE, Ano X, Nº2, 1948.

CAMINHA, Carlos Augusto. **A pesca na Freguesia da Lagoa**. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia. 1958.

CAMPOS, Leonildo S. **Teatro, Templo e Mercado. Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal**. Petrópolis/ São Paulo/ São Bernardo do Campo: Vozes / Simpósio / Unesp, 1997.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Ed./ Ed. UFSC, 1991.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARDOZO, Flávio José, “**Sábado Azul, Marmanso**”- in: “**Numa Ilha**” – Diversos Autores. Florianópolis: fundação Cultural Prometeus Libertus. Editora Noa Noa, 1993. 70p.

CARDOZO, Flavio José. **Cultura Popular catarinense “Falares”**; Florianópolis, IOESC, 1988. p.50 (original “Diário Catarinense”)

CARUSO, Raimundo Campos – “**Vida e Cultura Açoriana em Santa Catarina – 10 entrevistas com Franklin Cascaes**”. Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1997. 118p.

CARVALHO, Augusto de. **O Espírito Santo é festa açoriana**, in Expresso. (7 Abr. 1984).

CARVALHO, José Jorge de. **O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna**. In: Seminário Folclore e Cultura Popular: As várias faces de um debate. Série Encontros e Estudos 1. Rio de Janeiro: INF/ CEP/ IBAC/ MEC, 1992. P 23 - 38.

CASCAES, Franklin. “**O Cerco de Rede na Ilha de Santa Catarina**”, Boletim da Comissão Catarinense de Folclore XV (29), 1975, p 21-34.

CASCAES, Franklin. **O Fantástico na Ilha de Santa Catarina**. V. I. Florianópolis: UFSC, 1989

CASCAES, Franklin. **O Fantástico na Ilha de Santa Catarina**. V. II. Florianópolis: UFSC, 1992

CASCUDO, Câmara. **Tradição, Ciência do Povo**. São Paulo, Editora Perspectiva S. A.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. (2 vols), Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1969.

CASTRO, Eugênio de. **A expedição de Martins Afonso de Souza**. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v.29, 1932, p.143-171.

CASTRO, Francisco do Canto e. **Memória Histórica das Festas do Divino Espírito Santo na Ilha de S. Jorge**, in Insulana, v. 3 (1946), p. 495-502.

CAVALCANTI, Maria L. V. de Castro. **O Mundo Invisível. Cosmologia, Sistema Ritual e Noção de Pessoa no Espiritismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CAVALCANTI, Maria L. V. de Castro. **O rito e o tempo. Ensaios sobre o carnaval**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CHAUNU, Pierre. **A história como ciências sociais: a duração, o espaço e o homem na época moderna**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 320 p.

CIPOLA, Carlos M. **História econômica da população mundial**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 142 p.

CLIFFORD, James. **A experiência Etnográfica**. Antropologia e Literatura no Séc. XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

COELHO - Manuel Joaquim d' Almeida. **Memória histórica do extinto Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina**. Desterro: Tip. Catarinense, 1853.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. **A expansão portuguesa e as bulas pontificadas**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 155 (384): 526-540 jul - set.1994.

COELHO, Manuel Joaquim d' Almeida. **Memória histórica da Província de Santa Catarina**. Desterro: Tip. J.J.Lopes, 2º ed., 1877.

COELHO, Gelcy. "Franklin Cascaes, Narrador de Causos Fantásticos". CASCAES, F. **O Fantástico na Ilha de Santa Catarina**. V. II. Florianópolis: UFSC, 1992, p. 9-11.

COLEÇÃO DAS LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES. Governador de Santa Catarina. **Resoluções 1890**.

COLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES. Província de Santa Catarina. **Resoluções 1874**.

COLEÇÃO LUGARES DE MEMÓRIA - **A Vida Quotidiana na Ericeira nos Começos Da I República**. Ericeira: Ed. Mar de Letras, 1996.

COMERLATO, Fabiana. **Análise Espacial das Armações Catarinenses e Suas Estruturas Remanescentes: Um Estudo da Arqueologia Histórica**. Dissertação de Mestrado em História PUC R.S. - 1998.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Promulgada a 05 de outubro de 1988.

CORDEIRO, Carlos, **"O Fenômeno Emigratório Açoriano, Leituras e Contextos"**, *separata das actas do Colóquio, Portugal – Brasil – Uma Visão Interdisciplinar do Século XX*, Coimbra, Quarteto, 2003.

CORTESÃO, Jaime. **A política de sigilo nos descobrimentos**. Lisboa, 1960.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Rio de Janeiro: Ministério de Relações Exteriores, 1951, 9 tomos.

CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as origens do Brasil, ensaio de topografia histórica**. Rio de Janeiro: ministério das relações Exteriores, 1944.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministério de Relações exteriores – Instituto Rio Branco, 1965, 2 v.

COSTA, Adriane Lobo. **Alguns aspectos sobre a pesca artesanal no Brasil**. Artigo. EMATER\RS. 2005.

COSTA, Carreiro da. **Esboço histórico dos Açores**. Açores no Mundo, v.1, p.3. 1988.

COSTA, Francisco Carneiro da. **Etnologia dos Açores**, v.1, Lagoa, 1989.

COSTA, Marli de Oliveira. **Tudo isso eles contavam. ... Memórias dos moradores do bairro Santo Antônio**. Criciúma – SC – 1880/2000. Criciúma: Secretaria Municipal de Educação, 2000.

COSTA, S. W. da; GRUMANN, A.; OLIVIEIRA NETO, F. M. de; ROCZANSKI, M. 1998. **Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: Aqüicultura e Pesca**. Florianópolis: Epagri. 62p.

COUTINHO, Ana Lúcia (org.). **São Miguel da “Terra Firme”: 250 anos – 1747-1997**. Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu. Edeme Ind. Gráfica e Comunicação S/A, 1997.

COUTINHO, Ana Lúcia e Catarina Rüdiger. **Florianópolis, Ilha Açoriana**. Florianópolis: Mares do Sul, 1998.

COUTINHO, Ana Lúcia. **1747-1997-250 Anos da Antiga Vila de São Miguel** /Ana Lúcia Coutinho & Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu: Gráfica Coan,1997.

COUTINHO, Carlos Alberto. **Estudo socioeconômico do município de Biguaçu 1970 - 1990**. Monografia do Curso de Economia da UNIVALI, 1992.

COUTO, Jorge. **O Achamento da Terra de Vera Cruz**. Revista Instituto Camões, p. 23 a 39. Instituto Camões. Lisboa e Portugal, 2000, 168p.

CSORDAS, Thomas J. 1990. **“Embodiment as a Paradigm for Anthropology”**. in *Ethos*. 18(1).

CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis, FCC, 1982.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CURADO, Joaquim Xavier. **Ofício 20 de abril de 1801**. Santa Catarina. Caixa 7, doc. 16, arquivo Hist. Metropolitano.Florianópolis/SC.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro nº. 2, de 14-6-1778 a 23-8-1782.** Florianópolis (SC). 33 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 3, de 9-8-1782 a 15-5-1798.** Florianópolis (SC). 197 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 4, de 15-2-1784 a 15-10-1815.** Florianópolis (SC). 247 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 5, de 8-6-1898 a 2-12-1898.** Florianópolis (SC). 10 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 6, de 13-11-1815 a 13-3-1836.** Florianópolis (SC). 174 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 7, de 18-9-1836 a 29-5-1844.** Florianópolis (SC). 44 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 8, de 21-8-1844 a 9-1-1853.** Florianópolis (SC). 95 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 9, de 22-9-1861 a 30-6-1864.** Florianópolis (SC). 53 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 10, de 7-7-1864 a 8-1-1868.** Florianópolis (SC). 49 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 11, de 14-1-1968 a 18-12-1870.** Florianópolis (SC). 50 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 12, de 7-1-1871 a 25-3-1876.** Florianópolis (SC). 46 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 13, de 26-8-1876 a 8-10-1882.** Florianópolis (SC). 55 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 14, de 27-5-1872 a 12-6-1903.** Florianópolis (SC). 168 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 15, de 19-11-1882 a 20-11-1888.** Florianópolis (SC). 47 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Batizados. Livro 16, de 13-9-1903 a 11-10-1909.** Florianópolis (SC). 50 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Óbitos. Livro 1, de 3-10-1771 a 23-4-1784.** Florianópolis (SC). 50 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Óbitos. Livro 2, de 11-6-1774 a 28-1-1803.** Florianópolis (SC). 58 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Óbitos. Livro 3, de 23-8-1803 a 9-11-1854.** Florianópolis (SC). 192 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Óbitos. Livro 4, de 14-9-1855 a 18-9-1884.** Florianópolis (SC). 100 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Óbitos. Livro 5, de 22-9-1884 a 25-12-1893.** Florianópolis (SC). 50 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Óbitos. Livro 6, de 26-2-1875 a 28-1-1925.** Florianópolis (SC). 153 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.. Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Casamentos. Livro 1, de 2-7-1751 a 12-8-1843.** Florianópolis (SC). 191 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS..Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Casamentos. Livro 2, de 26-2-1843 a 5-11. 1871.** Florianópolis (SC). 153 folhas.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS..Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Casamentos. Livro 3, de 3-2-1872 a 8-10-1887.** Florianópolis (SC). 50 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS..Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Casamentos. Livro 4, de 13-11-1887 a 10-11-1893.** Florianópolis (SC). 50 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS..Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Casamentos. Livro 5, de 9-12-1893 a 11-10-1906.** Florianópolis (SC). 50 p.

CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS..Arquivo Histórico. **Enseada de Brito: Casamentos. Livro 6, de 11-10-1906 a 17-8-1912.** Florianópolis (SC). 25 p.

D'AVILA, Edson. Itajaí. **O começo da história.** Fundação Genésio de Oliveira Lins, Itajaí. 1996.

DA MATA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DA MATTA, Roberto. **A Casa & a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

**Dados sobre o município de Passo de Torres.** Secretaria de Educação, Turismo e Cultura. Fevereiro de 2006. Dados sobre o município de Passo de Torres.

DAL GRANDE, Andréa Marques e Eliane Regina Bugai. **Revitalização do Sítio de Histórico de São Francisco do Sul.** T.C.C. de Arquitetura, 1985.

DALL`ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina.** EDUSC /Lunardelli.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997 (c1979). 124p.: il.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA. **Lei Provincial N° 32. DE 07/05/1836**. 2006.

DIAS, Fátima Sequeira, “**Uma Breve Reflexão Sobre História dos Açores com Particular Incidência no Exemplo Micaelense**”, *Separata da Revista Arquipélago História*, 2º Série, Volume III, Ponta Delgada, 1999.

DIAS, Maria Alice Bolba Lopes. **A culinária e a alimentação. Ilha Terceira: estudo de linguagem e etnografia Açores**. Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1982.

DIAS-NETO, J. **Diagnóstico da pesca marítima do Brasil**. Brasília: IBAMA. 1996. 165p.

**DICIONÁRIO Tupi-Português** de Luiz Carlos Tibiriçá. S/d.

DIEGUES JOR, Manoel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais/INEP/MEC, 1960.

DIEGUES, A.C.S. e R. S. ARRUDA. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Editora Ática. 1983.

DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho: a colonização alemã no Vale do Capivari**. Florianópolis: Ed. do autor, 1995.

DOMINGUES, Francisco Contente. **A política de sigilo e as navegações portuguesas no Atlântico**. Angra do Heroísmo: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, v. 45, tomo I, 1987, P. 189-220.

DOMINGUES, Moacyr. **A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Sulina – Instituto Estadual do Livro, 1973.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo, Ed.Perspectiva. 1980.

DROOGERS, André and SIEBERS, Hans. **Popular religion and power in Latin América: an introduction**. In: DROGERS, A. HUIZER, G and SIEBERS, H. (Eds.). *Popular Power in Latin American Religions*. Saarbrüchen: Verlag, 1991: 1-25.

DUMONT, Louis. **O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio, Rocco. Introdução, Caps. I: Gênese I. Do indivíduo-fora-do-mundo ao indivíduo-no-mundo; 1958. pp. 11-31.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: le systeme de castes et ses implications**, Paris, Gallimard, 1966. Appendice B: Le renoncement dans les religions de l'Inde, pp. 13-35 e 324-350.

DUMONT, Louis. **Homo aequalis II. L'idéologie allemande**. Paris, Gallimard, 1991.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Cia Editora Nacional. 1976.

DURKHEIM, Émile. 1996 (1912). **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totemico na Austrália**. São Paulo, Martins Fontes.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações. Fortaleza: Tempo Brasileiro/UFCE** 1983.

EHLKE, Cyro. **A Conquista do Planalto Catarinense**. Rio de Janeiro, Laudes, 1973.

ENES, MARIA Fernanda. **A reforma Tridentina e a Religião vivida nos Açores**, Ponta Delgada, Univ. dos Açores, 1985 (tese datilografada).

ETZEL, E. **Simbolismo no folclore e na arte popular**. São Paulo: Giordano, Rio de Janeiro: Kosmos, 1995.

FAO. 2002. **Report of the Sustainable Fisheries Livelihoods Programme** (GCP/INT/735?UK) and FAO Advisory Committee on Fisheries Research Joint Working Party on Poverty in Small-Scale Fisheries. Promoting the Contribution of the Sustainable Approach and the Code of Conduct for Responsible Fisheries in Poverty Alleviation. Rome, 10 -12 April 2002. FAO Fisheries Report. Nº. 678. Rome.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2. ed. Ver. e aumentada. Porto Alegre: Editora Globo/Editora da Univ. de São Paulo, 1975.

FARIAS, Vilson de. **A Freguesia de Enseada de Brito: Evolução Histórica - Demográfica – 1778 a 1907**. Florianópolis: Tese de Mestrado, UFSC. 1980.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Palhoça: natureza, história e cultura**. Florianópolis: Edição do autor. 2004.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Itapema: natureza, história e cultura**. Edição do autor. Florianópolis. 1999.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Personagens históricas de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX, de laguna a Desterro**. No prelo.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Sombrio: 85 anos – natureza, história e cultura**. Edição do autor.

FAVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido (a construção das elites. Itajaí, 1929-1960)**. Florianópolis, UFSC, 1996, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.



FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) – **Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos**. São Paulo, Global, 1987.

FERNANDES, Elza de Mello. **Içara-Nossa terra, nossa gente**. Edição da autora. Içara. 1998.

FERNANDES, Rubem César. **“Religiões Populares”**: Uma visão parcial da literatura recente. In: BIB 3. O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS/Cortez Ed. 1990 (Orig. 1984).

FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. (org.) **Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes**. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1994, Dissertação (Mestrado em Historia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

FILHO, Dalmo Vieira. **Santa Catarina – 500 anos – Terra do Brasil**. A Notícia. Florianópolis, 2001.

FLORES, Maria Bernadete Ramos et alii. **O grande teatro público – Oktoberfest**. Revista Catarinense de Historia. Nº3, 1995, p.15-28.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

FLÔRES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Entre a casa e a rua... Memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil**. Cadernos Pagu. Campinas: SP (4)1995: pp.117- 142.

FLORES, Maria Bernardete. **A Farra do Boi. Palavras, Sentidos, Ficções**. Florianópolis: UFSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. **"O Sujeito e o poder"** in RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*, São Paulo, Ed. Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Record, 1995.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Brasília, ed. Universitária, 13 ed. 2 V.

FREITAS, Divaldo Gaspar de. **As repercussões do descobrimento do Brasil**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, série História, V. 4, 1975.

FREZIER, Amédée F. **Relation du voyage de la mer du sud aux cotes du Chily et du Perrou**. In: ILHA DE SANTA CATARINA: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX. 2 ed. Florianópolis: Editora da USFC, 1984, p. 15-28.

FRIEDMAN, Jonathan. **“Globalization and Localization”**. **Cultural Identity & Global Process**. London-Thousand Oaks-New Delhi, Sage, 1994, p. 102-116.

FRUTUOSO, Gaspar. – **Saudades da Terra**. Ponta Delgada. 1993. Liv IV.vol.I,p.337.

FUNDAÇÃO BIO-RIO. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha**. MMA/SBF. Brasília. 2002. 72 p.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, **Arquivos e Documentação**, Florianópolis. 2007.

FURLAN, Oswaldo Antônio. **Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1989 241p.

GALLO, Ivone Cecília D`Ávila. **O apocalipse de São João**. In: O Contestado – o sonho do milênio igualitário. São Paulo: UNICAMP, 1992. Dissertação de Mestrado.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens**. São Paulo: Nacional, 1976.

GARCEZ, DS & D. MUEHE. **Aspectos fisiográficos e sociais na ocupação de ambientes costeiros por comunidades de pesca artesanal no estado do Rio Grande do Sul**. Brasil. 2003.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas. Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: EDUSP. 1998.

GARCIA, Adriane Laurentino. **De Imbé a Imbituba**. PMI/DEMECE/DE, 1996.

GARCIA, Júlio Hernandez. **La migración Canária em el siglo XIX**. In: TORRES, Agustín Millares (org), *História Geral de las Islas Canárias*, v.5, Las Palmas de Gran Canária, EDIRGA, S/D/ P. 101-111.

GEERTZ, Clifford. **“Ethos, visão de mundo e a análise de símbolos sagrados”**, in *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

GEERTZ, Clifford. **“O senso comum como um sistema cultural”**. in *O saber local*. Petrópolis: Vozes. pp.111-141. [1983] 1999.

GEERTZ, Clifford. **“A religião como um sistema cultural”**, in *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

GEERTZ, Clifford. **O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem**, in *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa**. tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Editoras Vozes. 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford.. **“Por uma teoria interpretativa da Cultura”**, in A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

GERBER, Rose Mary. **Uma Introdução à memória histórica de Ganchos através do relato oral dos Idosos**. Florianópolis: Monografia de Especialização em Gerontologia.UFSC, 1993.

GOMES, Augusto. **A alma da nossa gente: repositório de usos e costumes da Ilha Terceira – Açores**. Angra do Heroísmo: Silva Miguel Artes Gráficas, 1993.

GOVERNO DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA. **Doação de Sesmarias**, vol. 1 (1753-1823), APSC.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA. **Leis e Decretos 1869-1870**.

GOVERNO DA PROVÍNCIA. Leis e Decretos 1882. **Decreto de 8 de novembro de 1882**.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Leis, Decretos e Resoluções de 1930. **Decreto nº. 35 de 1930**.

GOVERNO DO ESTADO. Decretos e Resoluções de 1889-90. **Decretos nº. 6 e 7 de março de 1890**.

GOVERNO DO ESTADO. Leis, Decretos e Resoluções de 1894. **Decreto 184. de 24 de abril de 1894**, p.244.

GOVERNO DO ESTADO. Leis, Decretos e Resoluções. **Lei nº 1.245, de 22 de agosto de 1919**, p. 15.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Colonie imperiali nella terra del caffè contadini trentini (venetie lombradi) nelle foreste brasiliane**. Trento: Lit. Effe e Erre, 1987.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Dove cresce l'arancaria dal Primeiro a Novo Tyrol** (contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Tinto: Lit. Effe e Erre, 1989.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer** (camponeses trentinos [venetos e lombardos] nas florestas brasileiras). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

GUEDES, Max Justo. **As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira**. In: História Naval Brasileira, Rio de Janeiro: SDGM, v. 1, T. I, 1975.

GUINSBURG. Carlo. **História Noturna. Decifrando o Sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GUINSBURG. Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUINSBURG. Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALL Michael C. **Planejamento Turístico: Políticas, Processos e Relacionamentos**. São Paulo. Ed. Contexto. 2001.304p.

HALL, Stuart. “Pensando a Diáspora. Reflexões sobre a Terra no Exterior”, Hall. S. **Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte-Brasília: Ufmg - Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 25-50.

HARO, Martins Afonso D. de. Org. **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1990.

HEERZ, Jacques. **Festas de Loucos e Carnavais**. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1987.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Curitiba. Ed. UFP, 1977. 185 p.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e industrialização no Vale do Itajaí**. Blumenau, Editora da FURB, 1987.

HERTZ, Robert. “**A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosas**”. in *Religião e Sociedade*. nº 06. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1980.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio do Desterro no séc. XIX**. Florianópolis, UFSC, 1981.

INGOLD, Tim. “**Humanidade e Animalidade**”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 28, ano 10, junho. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. NOTA: Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo populacional de 1970**. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo populacional de 2006**. Rio de Janeiro, IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Geografia do Brasil; Região Sul**. Rio de Janeiro, 1977.534 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Censo Agropecuário, 1995-1996** – Santa Catarina. Rio de Janeiro, n. 26., Set. 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censos 201 – Região Autônomas Dos Açores**. Portugal: Soartes Artes gráficas, 2001.

JOCHM, Toni Vidal. **Pouso dos imigrantes**. Florianópolis: Ed. Papa-Livro, 1992.

JORNAL BIGUAÇU. **Biguaçu 251 anos de História – Notas para a sua História 1748-1999** – Separata do em Foco, p.30. 1999.

JUNUS 97. **Anuário de relações exteriores**. Universidade autónoma de Lisboa. Lisboa, Portugal, 1996.

KAISER, Jakzam. **Ordem e Progresso: o Brasil dos Gaúchos**. Etnografia sobre a Diáspora Gaúcha. Florianópolis: Insular, 1999.

KEESING, Roger. “**Anthropology as an interpretive quest**”, in *Current Anthropology*, 28:3. 1987.

KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina: A comunidade Alemã de Des-terro** – Florianópolis. Florianópolis: Papa-livro, 1994.

KOHL, Dieter Hans Bruno. **Porto Belo - Sua História sua Gente**. Indústria Gráfica e Editora Canarinho LTDA - .São José- fevereiro de 1987.

KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Fpólis: 1910-1930**. São Paulo: PUC, 1993. Dissertação de Mestrado.

LACERDA, Eugênio. (ed.) **Farra do boi. Introdução ao Debate**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1990b.

LACERDA, Eugênio. **Bom para Brincar, Bom para Comer. A Polêmica da Farra do Boi no Brasil** . Florianópolis: UFSC, 2003a .

LACERDA, Eugênio. **Farra do boi. Introdução ao Debate**. Florianópolis: Fundação Catari-nense de Cultura, 1990a, p. 12-13.

LACERDA, Eugênio. **O Atlântico Açoriano. Uma Antropologia dos contextos globais e locais da Açorianidade**. Florianópolis: UFSC. (tese de doutoramento policopiada), 2003b.

LAGO, Paulo Fernando (Coord.). **Santa Catarina, diagnóstico da educação**. Florianópolis, SEC, 1993.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da Terra Catarinense – desenvolvimento e educação am-bienta**l. Florianópolis, Ed. UFSC/FCC/Lunardelli/UDESC, 1988.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina, a Terra, o Homem, a Economia**. Florianópolis, UFSC, 1966.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina, dimensões e perspectivas**. Porto Alegre, Ed. EMMA, 1978.

LAGUNAS, David. **Antropologia y turismo: claves culturales y disciplinares**. México. Ed. Plaza y Valdes. 2007. 260 p.

LANGER, Suzanne. **“A Transformação Simbólica”**, in *Filosofia em Nova Chave*. São Paulo, Perspectiva. 1974.

LAYTANO, Dante de. **Legado do idioma**. In: \_\_\_\_\_. Legado Luso-açoriano na formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, MEC, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, 1874.

LAYTANO, Dante de. **O linguajar do gaúcho brasileiro**. Porto Alegre, Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. 255p.

LEACH, E. s/d. **“Anthropos – Homem”**, in *Enciclopédia Einaudi*, Volume 5. Lisboa, Casa da Moeda.

LEAL, João. **As Festas do Espírito Santo nos Açores. Um estudo de Antropologia Social**. 1994. Portugal. Ed. Dom Quixote Lda.

LEAL, João. **Etnografia dos Impérios de Santa Bárbara** (Santa Maria, Açores), in *Estudos contemporâneos*, n. 6 (Porto, 1984), p. 113- 128.

LEAL, João. **Etnografias Portuguesas (1870-1970)**. Cultura Popular e Identidade Nacional. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. **A ouvidoria de Paranaguá**. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 15 (1910), 1912, p.275-290.

LEIS E DECRETOS DE SANTA CATARINA. **Lei Estadual 8556, de 30 de março de 1992**, que criou o Município de Capivari de Baixo.

LEIS E DECRETOS DE SANTA CATARINA. **Lei nº. 375, de 8 de junho de 1854**. Do presidente da província João José Coutinho. 1854. AHSC.

LEIS E DECRETOS. **Leis Estaduais, 1953**. Arquivos da Assembléia legislativa do Estado de Santa Catarina.

LEIS E DECRETOS. **Lei nº 959, de 14 de novembro de 1882**, do presidente da província Antônio Gonçalves Chaves. 1882. AHSC.

LEIS E DECRETOS. Presidente da província de Santa Catarina. **Lei 566, de 15 de março de 1866**. Coleção das Leis da província de Santa Catarina. 1866.

LEIS E DECRETOS. Presidente da província de Santa Catharina. 1847. **Coleção de Leis. 1841/48**; p. 273.

LENZI, Carlos Alberto. **Partidos e políticos em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **“A Eficácia Simbólica”**, in *Antropologia estrutural I*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1970.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas elementares do Parentesco**. Petrópolis, Editora Vozes/EDUSP, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **La Identidade**. Seminário. Madrid: Ed. Petrel, 1981.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editorial Presença, 1952.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1970. 422 p.

LINSCHOOTEN, Joan Hugues Van. **Navigatio et Itinerarium in Orientalem sive Lusitanorum Indiam**. Haia, 1599. (Em 1610 e 1619 foram feitas edições francesas e foi desta última que foram vertidos para português alguns fragmentos por José Agostinho, in “boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, vol. I. Angra do Heroísmo, 1943, pp. 145-168).

LOPES, Frederico. **As Festas do Espírito Santo**, in Ilha Terceira: notas etnográficas, Angra do Heroísmo, 1980, p. 211-286.

LOPES, Frederico. **Donde terão vindo as varas da Festa do Espírito Santo?** in Ilha Terceira: notas etnográficas, Angra do Heroísmo, 1980, p. 287-289.

LOYTANO, Dante de. **A estância Rio de Janeiro**: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 241, 1958.

LUPÉRCIO, José Lopes. **Monografia do Município de Palhoça**. Florianópolis, Liv. Cysne, 1919. 252 p.

LUPÉRCIO, José Lopes. **São José e Palhoça: seus antigos e atuais limites**. Florianópolis, 1926. 158 p.

LUPI, Pinto Basto. **São João do Rio Vermelho: memórias em Santa Catarina**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1987. 96p.

LUZ, Aujor da. **Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. Fpolis: s/ed., 1952.

MACCANNEL, Dean. “**Reconstructed Ethnicity: Tourism and Cultural Identity in Third World Communities**”. Empty Meeting Grounds. The Tourist Papers. London-New York: Routledge, 1992, p. 158-171.

MACEDO, Carmem C. **Imagem do Eterno. Religiões no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1991.

MADRE-DE-DEUS, Gaspar da. Fr. **Memória para a Historia da Capitania de São Vicente**. São Paulo: Melhoramento, 1954.

MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição Histórico Jurídico pelo Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro. Imprensa Oficial, 1899.

MAGALHÃES, Godinho Vitorino. **A economia dos descobrimentos Henriquinos**. p. 66.

MAGALHÃES, J. Calvet & CERVO, Amado Luiz. Depois das Caravelas. **As relações entre Portugal e o Brasil 1808 – 2000**. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

MAGALHÃES, João Batista. Cel. **História da evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IV Congresso de História Nacional, Anais, v. 6, p.351-607.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MAGNANI, José Guilherme C. Mystica Urbe. **Um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MANESCHY, MC. **Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável**. Proposta. 2000.

MARCHANT, Alexandre. **Do escambo à escravidão – As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. 1500-1580**. São Paulo: Cia. Ed Nacional, Col. “Brasílica”, 1943.

MARCILIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo, Pioneira, 1974. 220 p.

MARCILIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**. São Paulo, Novos Ubrais, 1977. 261 p.

MARINHO, João. **Os Açores nos séculos XV e XVI, v II. Direção Regional de Assuntos Culturais**. Açores. Portugal. 1989. p.380-97

MARRUEL-FILHO, S. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Brasília: IBAMA. 2003. 148 p.

MARTINS, F. E. de O. **A festa nos Açores**. Lisboa, Serafim Silva – arte gráfica, 1992.

MARTINS, F. E. de Oliveira. **Angra, A Terceira e os Açores, Nas Rotas da Índia e das Américas**. Ilha Terceira: Ed.Ser Silito/Maia, 1999.

MARTINS, F. E. de Oliveira. **Dos Açores e do Brasil nos 500 Anos**. Ilha Terceira: Ed.Ser Silito/Maia, 2000.

MARTINS, F. E. de Oliveira. **Ilha Terceira – Cabeça das Ilhas Terceiras ou Ilhas de Jesus**. Ilha Terceira: Ed.SerSilito/Maia,1998.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **A industrialização catarinense**. Florianópolis, Ed. UFSC, 1974.

MAURO, Frederic. **Do pau-brasil ao açúcar, estruturas econômicas e instituições políticas, 1530-1580**. Lourenço Marques: Revista de Ciência do Homem, 4: 1-7, 1971.

MAUSS, Marcel. “**As técnicas corporais**”. in Sociologia e Antropologia. Vol. II. São Paulo: EPU/EDUSP, [1934] 1974. pp. 209-233.



MAUSS, Marcel. **“Uma categoria do espírito humano: a noção de Pessoa, a noção de Eu”**. in Sociologia e Antropologia. Vol. I. São Paulo: EPU/EDUSP, [1938] 1974. pp. 207-241.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: E.P.U./EDUSP. 2 vols., 1974.

MAUSS, Mareei e HUBERT, H. **“Esboço de uma teoria geral da magia”**, in Sociologia e Antropologia. Volume 1. São Paulo, Edusp. 1974 (1902).

MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina 1889-1900**. Florianópolis; UFSC, 1982.

MELO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. Petrópolis, Vozes, 1987. 528 p.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Influencia Cultural dos Açores em Santa Catarina**. Florianópolis: Edição do Conselho Estadual de Cultura, 1987.

MENDONÇA, Elsa B. Lemos de. **Ilha de S. Jorge: subsídios para o estudo da Etnografia, linguagem e Folclore Regionais**, in Bol. Do Instituto Histórico da Ilha Terceira, v. 19-20 (1961-1962), p. 5-347.

MENDONÇA, Luís, **Aspectos da Vida Quotidiana nos Açores: perspectiva histórica**, Ponta Delgada, 1998.

MENESES. Avelino de Freitas. **Estudos de HISTÓRIA DOS AÇORES**. Volume I – As ilhas no conhecimento do Mundo. Ponta Delgada. São Miguel. Ed. Jornal de Cultura. 1994. 288 p.

MENEZES, Avelino de Freitas de. **A preponderância econômica de São Miguel e o engrandecimento de Ponta Delgada: a conjuntura de meados do século XVIII**. Ponta Delgada: Colóquio comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada. Actas, p. 105-140.1999.

MENEZES, Avelino de Freitas de. **Os ensaios de organização política e seus resultados: as ilhas como modelo experimental de governo a distância**. Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, v. 53: 577-592 1995.

MENEZES, Avelino. **A administração dos Açores e as raízes da autonomia**. Autonomia no Plano Histórico, v.I, Jornal de Cultura, 1995. Ponta Delgada. Açores – Portugal.

MENEZES, Manoel de Souza. **Os açorianos no povoamento de Santa Catarina**. Angra do Heroísmo, Typ. Andrade, 1952, 65 p.

MENEZES, Manoel de Souza. **Os açorianos no povoamento de Santa Catarina**. Angra do Heroísmo, Typ. Andrade, 1952, 65 p.

MEYER, Marlise e MONTES, Maria Lúcia. **Redescobrimdo o Brasil: a festa na política**. São Paulo: T.A Queiroz, 1985.

MONTE ALVERNE, Agostinho de. **Crônicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores**, Ponta Delgada, 1960-1962 (3 vols).

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **Dominação espanhola no Rio Grande do Sul, 1763-1777**. Rio de Janeiro, Revista Militar Brasileira, ano 25 (2-4), 1935, v. 34, ano 26 (1), 1936, ano 26 (1), 1936.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Cultos de Santos & Festas Profano-Religiosas**. Manaus: FUNCOMIZ, 1983.

MONTEIRO, Rogério, CUNHA, Iolita e RÚDIGER, Catarina. **Santa Catarina, Terra de Contrastes**. Florianópolis: Mares do Sul, 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e Memória. **A cultura popular revisitada**. São Paulo: Ed. Contexto, 1994.

MONTERO, Paula. **Religiões e dilemas da sociedade brasileira**. In: MICELLI, Sergio (Org.). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995) - Antropologia (Vol. I). São Paulo/Brasília: Ed. Sumaré/ ANPOCS/ CAPES, 1999: 327-367.

MONTES, Maria Lúcia. **Entre a vida comum e a arte: a festa barroca**. In: ARAÚJO, Emanuel (Curador). O Universo mágico do barroco brasileiro. São Paulo: SESI, 1998: 363-383.

MORAES, Sérgio Cardoso. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Grupo de Trabalho – Sindicato e Ações Coletivas – Sociedade de Sociologia – SBS – Artigo. 2001

MORENO, Humberto Baquero. **O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas**. Lisboa. Academia Portuguesa da Historia. “Fraternidade e Abnegação”, v.1, 1999, p.571-587.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **O teatro que o povo cria**. Cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos no Pará. Da dramaturgia ao espetáculo. Belém: SECULT/PA, 1997.

MOURÃO, Fernando A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC. 2003. 264 p.

MUNARIM, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages**. Florianópolis, UFSC, 1990. Dissertação de Mestrado em Educação

NEGRÃO, Líseas. **Entre a cruz e a encruzilhada**. São Paulo: EDUSP, 1996.

NIEBURH, Marlus. **Ecoss e Sombras**. Itajaí: Univali: 1999.

NIELSEN, Lawrence James. **Mortalidade geral**. Florianópolis, UFSC, Dept. de História, 1978.

NIELSEN, Lawrence James. **Mortalidade na cidade de Desterro, 1804 – 1854: cifras, causas e conseqüências**. Florianópolis, UFSC, Deptº de História, 1978.

NIELSEN, Lawrence James. **Uma metodologia da pesquisa para a história demográfica**. Florianópolis, UFSC, Deptº de história, 1978.

NODARI, Eunice et alii. **Laguna e Lages: reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República**. Revista Catarinense de História., nº3, 1995, p.7 – 14.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. **Tentativa de explicação dos fenômenos fonéticos em português**. 2. ed. Lisboa, Clássica, 1958. 203 p.

NUNES, Lélia. P. da S. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santa Catarina**. Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, Florianópolis, 26 (39-40) 21-33. IOESC dez. 1989. p. 20-83.

OFÍCIOS DO VICE-REI ao governador da capitania de Santa Catharina. 1782-1789. **Ofício de 3 de setembro de 1787**. APSC.

ÓLIVEIRA, Didymea Lazzaris de. **Por um pedaço de terra: Luiz Alves**, Itajaí, SC, ed. Universidade do Vale do Itajaí, 1997.

OLIVEIRA, Henrique Pereira de. **Os filhos da Falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828 a 1887)**. São Paulo: PUC, 1990. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ORO, Ari P. & SEMÁN, Pablo. **Os Pentecostais nos países do Cone-Sul: panorama e estudos**. In: Religião e Sociedade. V. 18, N. 2, 1997: 127-150.

ORTIZ, Renato. **A Consciência Fragmentada. Ensaio de Cultura Popular e Religião**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

ORTIZ, Renato. **Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional**. in Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. pp. 33-44.

**OS AÇORES NO MUNDO**. Secretaria Regional de Educação e Cultura. Região Autónoma dos Açores. 2000.

PACHECO, Norberto da Cunha. **Tradições Musicais da Ilha Graciosa**. Graciosa: Ed.SerSilito/Maia,1997.

PAIVA, Joaquim Gomes d'Oliveira e Pe. **Notícia Geral da Província de Santa Catarina. Desterro**, Tip. Da Regeneração, 1873.

PANAYOTOU, T. 1982. Management **concepts for small-scale fisheries: economic and social aspects**. FAO Fisheries Technical Paper, Nº. 228.

PARKER, Cristián. **Religião Popular e Modernização Capitalista**. Outra Lógica na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996.

PASQUIER, Carlos George Du. **Notas folclóricas sobre o município de Biguaçu**. Comissão Catarinense do Folclore. 1958.

PAULI, Evaldo. **A Fundação de Florianópolis**. Florianópolis: EDEME, 1973.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista...e ao longe**. Florianópolis: UFSC, 1996.

PAULO, Heloisa, **Aqui Também é Portugal, A colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo**, Coimbra: Faculdade de Letras, 1997.

PAVÃO Jr. , José Almeida. **Aspectos populares micaelense**. Vila da Maia: Gráfica Maia-douro, 1982 . 153 p.

PEDRO, Joana Maria e Flores, Maria Bernadete Ramos (coord). **(Re) inventando a cidadania: a história do sindicato dos eletricitários de Florianópolis**. Florianópolis: SINERGIA, 1994.

PEDRO, Joana Maria et alii. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

PEDRO, Joana Maria. **Escravidão e preconceito em Santa Catarina: historia e historiografia**. In: LEITE, Ilka Boaventura. Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 1995.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero na pesquisa histórica**. Revista Catarinense de historia. Nº2, 1994.

PELIZZETI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional**. Curitiba: IHGEP, 1991.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/SECE, 1991.

PEREIRA, Eduardo. **Ilhas de Zargo**. Volume II, Funchal: 1968. p526.

PEREIRA, Ivone. **“As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis – 1900- 1940”**. Florianópolis: UFSC, 1996, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Os Engenhos de Farinha de Mandioca da Ilha de Santa Catarina: Etnografia Catarinense**. Florianópolis: Editora Fundação Cultural Açorianista, 1992.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Ed. BRDE, 1982; 2º ED. Florianópolis: ed. Lunardelli, 1988, 3º ed., Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter F. **A Epopéia Açoriana – 1748-1756**. Florianópolis: Edição Conselho Estadual de Cultura. Ed. IOESC. 1987.

PIAZZA, Walter F. **A Epopéia Açórica Madeirense ( 1747 1756)**. Editora da UFSC; Editora Lunardelli. Florianópolis: 1992, 490 p.

PIAZZA, Walter F. **A escravidão negra numa provincial periférica**. Florianópolis: co-ed. Ed. Garapuvu- Ed. UNISUL, 1999.

PIAZZA, Walter F. **Canários no sul do Brasil (século XIX)**. Las Palmas de Gran Canária, VIII, Ed. Cabildo Insular de Gran Canária, 1991: Colóquio de História Canário - Americana, 1988, actas, tomo 1, p.297- 308.

PIAZZA, Walter F. **Fontes para estudo da História do Brasil - meridional (século XVIII)**. Curitiba: Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – 1999. Anais.

PIAZZA, Walter F. **O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional**, Florianópolis: co - ed. Ed. UFSC – Ed. FURG, 1988.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983. 748 p.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Igreja em Santa Catarina: notas para sua história**. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977. 313 p.

PIAZZA, Walter Fernando. **Atlas Histórico de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. PNE/SEC, 1971.

PIAZZA, Walter Fernando. **Historiografia catarinense e fontes para a História**. In: Santa Catarina: Sua história. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983 pp.17-35.

PIAZZA, Walter Fernando. **Introdução ao estudo da propriedade rural em Santa Catarina**. VIII Simpósio de História, Aracajú, 1976. V. II, p. 627-80.

PIAZZA, Walter Fernando. **O escravo numa economia minifundiária**. São Paulo, Ed. Resenha Universitária: Florianópolis, UDESC, 1975. 232 p.

PIAZZA, Walter Fernando. **Os açorianos em Santa Catarina**. Revista Genealógica Latina. São Paulo, (7): 79-89, 1955.

PIAZZA, Walter Fernando. **São Miguel e o seu patrimônio histórico**. Florianópolis: IOESC, SC, 1970/1970. 40 p.

PICHAT, Jean Burgeon. **Demografia**. São Paulo, liv. Berthand, 1970. V. 4. 163 p.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil; textos críticos e teóricos**. 1 – 1820/1920 – fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP.

PINTO, Estevão. **Introdução à História da Antropologia, em Antropologia Histórica**. Série I, vol. 2 Recife. IJNPS, 1965.

PIZA, Antônio de Toledo. **Estudos Históricos. Questões de divisas entre os Estados do Paraná e Santa Catarina**. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 2 (1896-1897), 1898, p. 153-196.

PIZA, Antônio de Toledo. **O processo Vimieiro-Monsanto**. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1899-1900), 1901, p. 141-150.

PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO - ECONÔMICO DE SANTA CATARINA. **Relatório Geral**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Março 2006. p.47.

PORTO ALEGRE, Apolinário. **A língua portuguesa no sul do Brasil**. Almanaque Popular Brasileiro. Porto Alegre, 1910.

PREFEITURA DE ITAPOÁ. **Dados gerais**. Secretaria da Educação. 2006.

PREFEITURA DE PALHOÇA. **Decreto Municipal nº. 187/91-A, de 22 de julho de 1991**.

PREFEITURA DE PALHOÇA. **Lei Nº 619/97**, de 08 de julho de 1997.

PREFEITURA DE PALHOÇA. **Dados Gerais**. Secretaria Municipal de Educação. Palhoça. 2007.

PREFEITURA DE TUBARÃO. **Dados Gerais**. Secretaria de Educação. 2006.

PREFEITURA DE PAULO LOPES. **Dados Gerais**. Secretaria Municipal de Educação. Ano 2007.

PREFEITURA DE ARAQUARI. **Dados Gerais**. Secretaria de Educação. Novembro de 2006.

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Eventos de Sucesso**. Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Cultura. 1999.

PREFEITURA DE BALNEÁRIO DE CAMBORIÚ. **Dados Gerais**. Secretaria Municipal de Turismo. 2007.

PREFEITURA DE BARRA VELHA. **Dados Gerais do Município**. Secretaria Da Educação. 1994.

PREFEITURA DE BOMBINHAS. **Dados Gerais**. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico do Município de Bombinhas. 2006.

PREFEITURA DE BOMBINHAS. **Dados Gerais**. Secretaria Municipal de Educação. 2006.

PREFEITURA DE CANELINHA. **Dados gerais**. Secretaria da Educação. 2006.

PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS. **Dados Históricos**. Secretaria de Educação. 2007.

PREFEITURA DE IÇARA. **Dados gerais do município de Içara**. Secretaria de Educação. 2006.

PREFEITURA DE IMARUÍ. **Dados Gerais**. Secretaria de Educação. 2007.

PREFEITURA DE ITAJAI. **Dados Históricos**. Secretaria Municipal de Cultura, Memória e Turismo. 2007.

PREFEITURA DE ITAJAI. **Perfil de Itajaí**. Estes dados são resultados da conjunção de informações obtidas junto ao IBGE e levantamentos realizados pela EPAGRI e Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento de Itajaí.

PREFEITURA DE ITAPEMA. **Dados Gerais**. Secretaria de Educação. 2004.

PREFEITURA DE LAGUNA. Dados da Prefeitura Municipal de Laguna. 2007. **Relatório de informações sobre Laguna**. 1999.

PREFEITURA DE NAVEGANTES. **Dados Gerais**. Secretaria de Turismo. 20007.

PREFEITURA DE PALHOÇA. **Dados Gerais**. Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comercio, Serviços e Turismo. 2007

PREFEITURA DE PORTO BELO. **Dados Gerais**. Secretaria de Turismo. 2006.

PREFEITURA DE SANTA ROSA DO SUL. **Dados sobre o município**. Secretaria da Educação. Janeiro de 2006.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Dados Gerais**. Secretaria de Educação. 2007.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA. **Dados Gerais**. Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do. 2006

PREFEITURA DE TIJUCAS. **Dados Gerais**. Departamento de Cultura e Turismo. 2006.

PREFEITURA DO BALNEÁRIO GAIVOTA. **Dados Gerais**. Secretaria de Educação. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO. **Diagnóstico do Município**. Secretaria de Educação e Cultura. 2006.

PRIORI, Mary del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA. **Coleção de Leis e Decretos**. Ano de 1777. Lei 835, de 30 abril de 1877, APSC.

QUADRO DE DIVISÃO CIVIL, judiciária e eclesiástica da província de Santa Catarina relativo ao ano de 1840. Presidente Autero de Brito. **Mensagem à Assembléia Provincial**. 1841.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Carnaval Brasileiro. O vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: Ed. da FURG. 1987.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social no Brasil: a guerra sertaneja do Contestado: O papel da mulher no Vale do Itajaí. 1850-1950**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **José de Góes e Moraes, o paulista que quase comprou São Paulo**. São Paulo: Revista de História, Universidade de São Paulo, 22(86): 373-387, abril-junho, 1971.

REIS, Arthur C. F. **Os açorianos na empresa do Brasil**. Ocidente, Lisboa,, 1960.271p.

REIS, João José. **A Morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REITZ, Raulino. **A paróquia de Sombrio**. Edição comemorativa do 10º aniversário. 1938-1948. Azambuja, Brusque, Santa Catarina, 1948.

REITZ, Raulino. **Alto Biguaçu-Narrativa cultural tetrarracional**. Lunardelli /UFSC, 1988.

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES, **Lei de criação de distritos e municípios, com datas de sua instalação**. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. a.Relção dos municípios de Santa Catarina. Assembléia Legislativa. Março de 1996.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. **Sociodisséia às avessas**. Chapecó: Grifos: 2001.

REVISTA DE LETRAS E CULTURAS LUSÓFONAS III – **Arquitecturas luso-brasileiras**. N.11, Lisboa, outubro/dezembro de 2000.

REVISTA VEJA. **A Força das Cidades Médias**. 7 de março de 2001, p.74 a 76.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João Alberto de Miranda. Cel. **Corografia de Santa Catarina**. (Documento original no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa), org. e publ. Por Dante de Laytano, Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 245, 1960.

RIBEIRO, Luis da Silva. **OBRAS III – Várias** - Angra do Heroísmo (1983).

RIBEIRO, Luís. **Vulcanismo e Religiosidade, in Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade**, angra do Heroísmo, 1964.



RIEBEIRO, Luís Silva. **As touradas na Ilha Terceira**, in Açoriana, v. 4 (1949), p. 295-301.

RIO BRANCO, Barão do. **Efemérides Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ministério das relações Exteriores, 1946.

ROCHA, Gilberta Margarida de Medeiros Pavão. **Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX. Unidade – Permanência – Diversidade**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1989.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes e Vitor Luizão Nunes e Vitor Luiz Rodrigues. **A população dos Açores no ano de 1849**. Universidade dos Açores, Ponta Delgada: 1983.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, “**Estruturas Demográficas das Ilhas Portuguesas Através dos Censos**”, Separata de *Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores*, Série Ciência Sociais, nº. 6, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 199.

ROCHA, Gilberta. **Os Açores na viragem do século (1860-1930)**. Coleção Separatas, 53. Região Autónoma da Madeira, 1989.

ROCHA, Severiano M. Nunes. **Álbum do Cortejo Etnográfico das Festas dos Concelho**. Praia da Vitória: Tipografia Guerra/Viseu, 1997.

RODRIGUES, José Damião. **Poder Municipal e oligarquias urbanas**. Ponta Delgada no século XVII. Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores: Ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1944, 2 v.

ROSA, Medeiros da. **Festejos Tradicionais**. Angra do Heroísmo: 1950. [BN: L39788(4) P].

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5 ed. Campinas: Papirus, 1999.

SACHET, Celestino. **A literatura catarinense**. Florianópolis: Lunardelli, 1985. 350 p.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática: dois paradigmas da teoria antropológica**, in *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SAINT HILAIRE, A. **Viagem à Província de Santa Catarina 1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional., 1936.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem a Curitiba e à Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Trad. R. Regis Junqueira., Itatiaia, 1978. 209 p.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem à província de Santa Catarina, 1820**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional., 1936.

SANMARTIN, Olyntho. **Síntese histórica do arquipélago açoriano. 1º Congresso de História Catarinense**, 1. Florianópolis, 1950. Anais... Florianópolis, imp. Oficial, 1950. V. 2 p. 485-502.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SANTA CATARINA. **Leis e Decretos da presidência da província**. 1838.

SANTA CATARINA. Leis e Decretos. **Lei Estadual nº 1.261, de 17 de dezembro de 1998**.

SANTA CATARINA. Leis, Decretos e Resoluções. **Lei Nº 795 de 19 de dezembro de 1961**. Criação do Município de Garopaba. Imprensa Oficial, 1961.

SANTA CATARINA. Leis, Decretos e Resoluções. **Lei Nº 1245 de 22 de agosto de 1919**. Assembléia Legislativa do Estado.

SANTA CATARINA. Leis, Decretos e Resoluções. **Lei Nº 344 de 6 de junho de 1958**. Criação do Município de Santo Amaro da Imperatriz. Imprensa Oficial, 1958.

SANTA CATARINA. Leis, Decretos e Resoluções. **Lei Nº 798 de 20 de dezembro de 1961**. Criação do Município de Paulo Lopes. Imprensa Oficial, 1961

SANTA CATARINA. Leis, Decretos e Resoluções. **Lei Provincial Nº 629 de 3 de maio de 1870**, p.3.

SANTA CATARINA. Leis, Decretos. **Decreto 184 de 24 de abril de 1894, do governador Cel. Moreira César**. Desterro, 1894

SANTA CATARINA. Leis, Decretos. **Coleção das leis da província de Santa Catarina, 1835-1840**. Desterro, Typ. Catharinense, 1856.

SANTA CATARINA. Leis, Decretos. **Coleção das leis da província de Santa Catarina, 1848-53**. Desterro, Typ. Catharinense, 1860.

SANTA CATARINA. Leis, Decretos. **Coleção das leis da província de Santa Catarina, 1854-62**. Desterro, Typ. Catharinense, 1865.

SANTA CATARINA. Presidente da província, 1840-1848 (Ferreira de Brito). **Abertura da sessão ordinária em 1º de março de 1841**. Desterro Typ. Provincial, 1841.

SANTA CATARINA. Presidente da província, 1850-1859 (Coutinho). **Sessão ordinária ,em 1º de março de 1852**. Desterro Typ. Catharinense, 1852.

SANTA CATARINA. Presidente da província, 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina**. Sessão ordinária, pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

SANTOS, Boaventura de Sousa.. **Um discurso sobre as ciências**. 11ª ed. Porto: Ed. Afrontamento. [1987] 1999

- SANTOS, João Marinho dos. **Os Açores Nos Séculos XV e XVI**. Volume I e II. Açores: Ed. Serafim Silva – artes gráficas / Maia. Vol. I e II. 1989. 782 p.
- SANTOS, Roselys Isabel Correa dos. **A colonização italiana no ale do Itajaí - Mirim**. Florianópolis: Lunardelli, 1981.
- SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra prometida. Emigração italiana: mito e realidade**. Itajaí: Ed. da Univali, 1998.
- SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil**. Florianópolis: EDEME, 1973.
- SANTOS, Sílvio Coelho. **“Encontros de Estranhos Além do ‘Mar Oceano’”**. Etnografia VII (2), 2003, p. 431-448.
- SATRIANI, Luigi M. Lombardi. **Antropologia Cultural e análise da cultura subalterna**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SCHEIBE, Luiz Fernando. **Qualidade ambiental de municípios de Santa Catarina: o município de Sóbrio**. FEPEMA, Florianópolis: 1997
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações voluntárias de Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola. 1993.
- SEBRAE-SC. **Censo Empresarial- Serviços – 2202/2003**. Palhoça – Santa Catarina.
- SECCO, Elauri Bariden. **História Universal – Época Moderna**. Editora Capeluz, Madrid: 1970.
- SEEGER, A., DA MATTA, R. e VIVEIROS DE CASTRO, E. **“A construção da Pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”**. in Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, nº32, maio 1979, pp.2-19.
- SEGATO DE CARVALHO, Rita Laura. **A Antropologia e a crise taxonômica da cultura popular**. In: Seminário Folclore e Cultura Popular: As várias faces de um debate. Série Encontros e Estudos 1. Rio de Janeiro: INF/ CEP/ IBAC/ MEC, 1992. P 13-21.
- SEGATO DE CARVALHO, Rita Laura. **O Antropólogo e sua magia**. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: USP/ Dep. de Antropologia. Tese de Doutorado, inédito, 1998.
- SEIXAS NETO, A. **O falar ilhéu da Ilha de Santa Catarina**. In: SOARES, Doralécio. Folclore brasileiro; Santa Catarina. Florianópolis: MEC/FUNARTE, 1979. p 13 (Original em O Estado, Florianópolis, 5 jan. 1972. p. 11)
- SERPA, Élio C. **A Identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, v. 14, n.20, 1996, p. 63-79.

SERPA, Elio C. **Igreja e Poder**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

SERPA, Élio Cantalício. **A reformulação das condutas e das sociabilidades em Lages durante a primeira república**. Mimeografo.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí – Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. **A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica**. In: MAUCH, Cláudia et al. **Os alemães no sul do Brasil: cultura, identidade, história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

SEYFERTH, Giralda. **Aspectos da proletarização do campesinato no vale do Itajaí**. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.) **Cultura e identidade Operária**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Marco Zero, 1987.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos (SC): Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis, UFSC/FCC, 1992.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. **Subsídios para a história da Província de Santa Catarina**. (manuscrito inédito em poder do IHGSC).

SILVA, Leonardo Dantas. **O descobrimento do Brasil, antes de Pedro Álvares Cabral. Campinas**. São Paulo: Notícia bibliográfica e histórica, a 31,172:55-79, jan-mar,1999.

SILVIA, Célia Maria. **Ganchos/SC, ascensão e decadência da pequena produção pesqueira**. Editora da USFC. 1992.

SIMÕES, Aldíro. **Fala Mane**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes e Cepec Editora, 1998.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil, 1500-1820**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, col. "Brasílica", 1937, 2 v.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 8 ed. São Paulo. Comp. Ed. Nac. 1978. 475 p.

SMITH, I. R. **A research framework for traditional fisheries**. ICLARM Stud. Rev. Nº.2. 1979.

SORRE, Max. **Lês migrations des peuples – Essai sur la mobilité démographique**. Paris: Flammarion Ed., 1955.

SOUZA Sobrinho, Ranulpho J. De. **Agricultura na ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia. Insular** – Boletim do Horto Botânico, UFSC, Florianópolis: n.5, abril 1972<sup>a</sup>.

SOUZA, Alcídio Mafra de. **Guias dos Bens Tombados de Santa Catarina**. 1993.

SOUZA, Cel. Manoel Escudeiro Ferreira de. **Mappa de tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catarina neste presente ano de 1750**. Documentos Catalogados. Rio de Janeiro, caixa 31, doc. 15200-11. Arquivo Histórico Metropolitano.

SOUZA, Cláudio Bersi. **Penha – História para todos**. Florianópolis: Editora: Paralelo 27. 1995.

SOUZA, Coronel Manoel Escudeiro Ferreira Governador. **Mapa de tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catarina no ano de 1750**. Doc. Catalogado, Rio de Janeiro, caixa 31, doc. 15.200 -11, Arquivo Histórico Ultramarino Português.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, FCC, Edições, 1981.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. in Cadernos da Cultura Catarinense Imigração e Colonização- **O Patrimônio Cultural do Imigrante**. Texto: Açorianos em Santa Catarina: Povoamento e Herança Cultural. No 01 - out. a dez./ 1984.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, col. "Brasileira", v. 253, 1946.

SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil-Sul**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1953.

SPRICIGO, Márcia Brüggemann. **Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina, 1777**. Educação Ambiental um Instrumento para a Sustentabilidade – Florianópolis – junho 2004.

STEMMER, Miriam Helena. **Evolução da Arte Culinária na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: 1955, p. 18-19.

TAUNAY, Afonso d'E. **História das Bandeiras Paulistas**: São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1951, 2 v.

TERMO DE COMPROMISSO. **Irmandade do Divino espírito Santo**, Florianópolis, 1938.

THOMÉ, Nilson. Trem de Ferro. **A Ferrovia do Contestado**. Caçador. Ed. A, 1980. Veiga, Eliane Veras da. Florianópolis: memória urbana. Florianópolis: UFSC, Fund.Franklin Cascaes 1993.

THOMSON, D. **Conflict within the fishing industry**. ICLARM Newsl. 3(3):3-4. 1980.

TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

TOLEDO, Bento Corte de. **Termo de visita de 1799**. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Consulta em 2006.

TOSTES, Vera Lúcia Bothel. **Bravos homens de outrora**. Revista Instituto Camões, p. 54 a 62. Instituto Camões, 2000.

TRIAS, Rolando A. Laguarda. **A viagem de Martim Afonso de Souza**. In: História Naval Brasileira, Rio de Janeiro: SDGM, v, 1, t. 2, 1975.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: Estrutura e Anti-Estrutura**. Petrópolis, Vozes. 1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis, Vozes. 1977.

VASCONCELOS, J. Leite. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**; thèse pour lê doctorat de l'Université de Paris ( Facult e de Lettres), 2. ed. preparada por A. V. Cintra. Lisboa, Centro de Estudos filológicos, 1970. 132 . / 1. ed. 1901.

VASCONCELOS, J. Leite de . **Mês de Sonho. Conspecto de Etnografia Açórica**. Lisboa: 1926. Referencia às festas do Espírito santo, a p. 56-57 e estampas XXII-XXV, cujo autor, Francisco Valença, foi desenhador do Museu Etnológico.

VAT, Odulfo van der. Fr. OFM. **Princípios da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1952.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Notas para o estudo das primeiras praças de Santa Catarina**. Inédito, Florianópolis, s./d.

VIEIRA, Alberto. **A questão cerealífera nos Açores nos séculos XV – XVII**. Revista Arquipélago. Açores, nº I, p. 123 -202, jan./jun. 1985.

VIEIRA, Alberto. **As riquezas e os novos mercados de procura e venda: as ilhas atlânticas**. Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, v.53: 593-656, 1995.

VIEIRA, Amazile de Holanda. **Instituto Polytechino**. (no contexto sócio-cultural de Florianópolis). Florianópolis: A & P, 1986.

VIEIRA, F. Dalmo. **Notas para estudo da arquitetura religiosa tradicional brasileira**. Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1983.

VILHENA, Luís Rodolfo. **O popular visto nas margens: Cultura popular e folclore em van Gennep e Baktin**. In: Ensaios de Antropologia. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1997: 51-96.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro 1947-1964**. Rio de Janeiro: FGV/ FUNAARTE/ MEC, 1997.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A Pirita Humana. Os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa, 1984.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WAIBEI, Leo. **Princípios da colonização européia no Sul do Brasil**. In: Capítulos de Geografia Tropical. Rio de Janeiro: Ed. CNG/IBGE, 1948.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2000.

WENDHAUSEN, Odair. **História de Capivari de Baixo**. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo. 1999.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Cel. **A colonização no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. EST-Instituto Cultural Português, 1979.

WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres da Colônia Blumenau (1850-1900)**. São Paulo: PUC, 1990, Dissertação de mestrado.

XAVIER, Leonor. **Portugal – tempo de paixão**. Circulo dos leitores. Braga. Portugal, 1999.

ZALUAR, Alba. **“Ethos, visão de mundo e a análise de símbolos sagrados”**, in A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

ZALUAR, Alba.. **“Por uma teoria interpretativa da Cultura”**, in A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar. 1978

ZALUAR, Alba. **Os Homens de Deus. Um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ZAVALA, Sílvia. **La partición del mundo em 1493**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, ‘Fraternidade e Abnegação’` 2, 1999. 1259-1269.

## ENTREVISTAS

BARBOSA, João (Palmira) da Costa. 85 anos. **Entrevista com o Autor**. Praia de Fora. Palhoça. 2006.

FARIAS, Vilson. Entrevista com o Autor. São José. 2007.

GONÇALVES, Osvaldo. 84 anos. Entrevista com o Autor. Enseada de Brito. 2006.

MANOEL Virgílio Coelho, 60 anos. Artesão. Entrevista com Autor. Imbituba. 2007.

MARQUES, João Domingos. 69 Anos. Entrevista com o Autor. Albardão. Palhoça 2006.

MARTINS, Néri Brasileiro. Ex-prefeito do município de Palhoça do período de 1983/1988. Entrevista com o Autor. Palhoça. 2006.

PENINHA (Gelcy Coelho). Entrevista com o Autor. Florianópolis. 2007.

PEREIRA Antônio Manoel. 57 Anos. Entrevista com o Autor. Praia de Fora. Palhoça 2006

PEREIRA, Francisco do Vale. Entrevista com o Autor. 2007.

PEREIRA, Osni José. 76 anos. Entrevista do arquivo do autor. Enseada de Brito. 2006.

PIAZZA, Walter. Entrevista com o Autor. Florianópolis. 2007.

QUADROS, Alcides Manoel de. 71 Anos. Entrevista com o Autor Furadinho. Palhoça. 2006.

SANTOS, Manoel dos. 81 anos. Entrevista com o Autor. Pinheira. 2006.

SCHMIDT, Paulino. Ex-prefeito do município de Palhoça do período de 1997/2000. Entrevista com o Autor. Palhoça. 2006.

SILVA, Olindina Maria da. 82 Anos. Entrevista com o Autor. São Sebastião. Palhoça. 2006.

SILVEIRA, Eliamar Valdemar da. 62 anos. Entrevista do arquivo do Autor. Pinheira. 2006.

SILVEIRA, Manoel Virtude da. 75 Anos. Entrevista com o Autor. Albardão. Palhoça. 2006.



SOUZA, Francisca Hernestina de. 90 Anos. Entrevista com o Autor. Enseada de Brito. Palhoça. 2006.

SOUZA, Odílio José de. 68 anos. Ex-prefeito de Palhoça de 1973 a 1977. Entrevista com o Autor. Palhoça. 2006

VIDAL, Luiz Antônio. 52 Anos. Entrevista com o Autor. Santo Amaro da Imperatriz. 2006.

WAGNER, Getulio Leopoldo. 73 anos.. Entrevista com o autor. Aririu Formiga. Palhoça. 2006.

## SITES INTERNET

### A) Sites dos municípios estudados disponíveis na internet via www

**Florianópolis:** <http://www.pmf.sc.gov.br/portal/pmf>

**São José:** [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br)

**Palhoça:** <http://www.palhoca.sc.gov.br>

**Biguaçu:** <http://www.bigua.sc.gov.br/>

**Itapoá:** <http://www.itapoa.sc.gov.br>

**São Francisco do Sul:** [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)

**Araquari:** [www.araquari.com.br](http://www.araquari.com.br)

**Penha:** [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

**Navegantes:** [www.navegantes.sc.com.br](http://www.navegantes.sc.com.br)

**Itajaí:** [http://www.itajai.sc.gov.b](http://www.itajai.sc.gov.br)

**Balneário Camboriú :** <http://www.camboriu.sc.gov.br>

**Camboriú:** <http://www.camboriunet.hpg.com.br>

**Itapema:** [http://www.itapema.sc.gov.b](http://www.itapema.sc.gov.br)

**Porto Belo:** [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)

**Bombinhas:** [www.bombinhas.sc.gov.br](http://www.bombinhas.sc.gov.br)

**São João Batista:** [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br)

**Canelinha:** [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br)

**Tijucas:** <http://www.tijucas.sc.gov.br>

**Governador Celso Ramos :** [www.governadorcelsoramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelsoramos.sc.gov.br)

**Santo Amaro da Imperatriz:** [www.portalsantoamaro.com.br](http://www.portalsantoamaro.com.br)

**Paulo Lopes:** [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br)

**Garopaba:** <http://www.garopaba.sc.gov.br>

**Imbituba:** [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**Imaruí:** [www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/imarui](http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/imarui)

**Laguna :** <http://www.laguna.sc.gov.br>

**Capivari de Baixo:** [www.capivaridebaixo.sc.gov.br](http://www.capivaridebaixo.sc.gov.br)

**Tubarão:** [www.tubarao.sc.gov.br](http://www.tubarao.sc.gov.br)

**Içara:** [www.icara.sc.gov.br](http://www.icara.sc.gov.br)

**Araranguá:** [www.ararangua.net](http://www.ararangua.net)

**Sombrio:** [www.sombrio.sc.gov.br](http://www.sombrio.sc.gov.br)

**Balneário Gaivota:** [www.balneariogaivota.sc.gov.br](http://www.balneariogaivota.sc.gov.br)

**Santa Rosa do Sul:** [www.santarosadosul.sc.gov.br](http://www.santarosadosul.sc.gov.br)

**Passos de Torres:** [www.prefeitura-passo.com.br](http://www.prefeitura-passo.com.br)

B) Outros Sites pesquisados e disponíveis na Internet

**Festa do Divino:** (<http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira>)

**Núcleo de Estudos Açorianos:** (<http://www.nea.ufsc.br>)

**Governo Regional dos Açores:** (<http://www.azores.gov.pt>)

**Serviços Regionais de Estatísticas nos Açores:** (<http://srea.ine.pt/>)

**Biblioteca da Universidade de Brown – MA – EUA:** (<http://library.brown.edu/search>)

**Universidade dos Açores:** (<http://www.uac.pt>)

**Revista Mundo Português on-line:** ( <http://www.mundoportugues.com>)